

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

ATLAS DA HABITAÇÃO DE PORTUGAL

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

DEZEMBRO 2007

ATLAS DA HABITAÇÃO DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 1 – INTRODUÇÃO
- 2 – CONCEITOS
- 3 – ENQUADRAMENTO
- 4 – A HABITAÇÃO NA EUROPA
- 5 – A HABITAÇÃO EM PORTUGAL
- 6 – A POPULAÇÃO E A FAMÍLIA
- 7 – A ACTIVIDADE DOS INSTITUTOS
- 8 – A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO
- 9 – O CRÉDITO PARA A HABITAÇÃO E À CONSTRUÇÃO
- 10 – CUSTOS DA HABITAÇÃO
- 11 – PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL, DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA.
- 12 – NOTAS EXPLICATIVAS
- 13- ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO

O Atlas da Habitação decorre da crescente importância da informação estatística na compreensão das realidades em constante transformação no território nacional, consistindo num documento caracterizador da evolução da habitação e da população, permitindo perspectivar as necessidades a suprir, tentando compreender comportamentos sobre uma plataforma territorial.

O Instituto Nacional da Habitação, ciente desta necessidade extrema, para os mais variados fins, com substancial importância no apoio à decisão governativa, promoveu a elaboração deste Atlas da Habitação, um documento técnico que fundamente as opções de uma política da habitação que considere os tipos de carências existentes, as condições socio-económicas das populações e o equilíbrio entre tipologia, custo e características das habitações, mantendo actualizado o conhecimento dos problemas habitacionais.

A caracterização da situação habitacional, essencial na definição da política da habitação, integra em si um grau de complexidade que supera o próprio âmbito, implicando a análise de distintas componentes, desde o domínio social, económico, o enquadramento europeu, o povoamento e a estrutura de povoamento e, por último, as perspectivas de evolução populacional e habitacional a nível nacional, europeu e mundial.

Adoptou-se uma metodologia estruturada em 3 componentes, tendo a primeira consistido na definição das componentes que directa e indirectamente interagem com a habitação, seguida da definição dos indicadores a estudar, da desagregação da informação -Europa, Portugal, NUTS I, NUTS II, NUTS III e concelhos – e das respectivas fontes. No âmbito da segunda componente, efectuou-se a recolha da informação, assim como o seu primeiro tratamento estatístico, e numa terceira, e última, componente continuou-se o seu tratamento estatístico, interligando-se indicadores que permitam reflectir com maior veracidade as actuais necessidades e tendências da habitação tendo em conta o presente contexto socio-económico.

As principais fontes estatísticas congregam organismos e instituições desde o Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente, pelos Recenseamentos da População e da Habitação, Estatísticas Demográficas, Anuários Estatísticos, Estatísticas da

Construção e da Habitação, até ao Eurostat, Ministério das Finanças, Ministério da Economia, OCDE, European Central Bank, European Commission, ONU, entre outros, tendo-se utilizado séries longas (desde 1864) para os principais indicadores referentes à população, incluindo indicadores demográficos, e família, séries de 20 anos – Recenseamentos de 1981, 1991 e 2001 – para outros indicadores, sempre que possível, e 1991 e 2001 por NUTS II e por concelho.

Este estudo contribui assim para a compilação, e tratamento, de informação estatística publicada, com vista à tradução gráfica de informação estatística extensa e ilegível sob a forma de quadros, gráficos, mapas e esquemas, orientados segundo a especificidade dos dados em questão.

Sendo este um atlas não se realizaram análises e diagnósticos, ficando estes ao critério do leitor e do profissional, privilegiando-se unicamente a visualização da informação estatística. A sua utilização torna-se assim ilimitada.

2. CONCEITOS

Alojamento

Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação humana e, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins; ou qualquer outro local que, no momento censitário, estivesse a ser utilizado como residência de pessoas.

Por distinto e independente entende-se o seguinte:

Distinto significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Fonte: INE, 2006.

Alojamento colectivo

Local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e, no momento censitário, está ocupado por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

Convivência: local, distinto e independente, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância (acampamento de trabalho) que, pela forma como foi construído, reconstruído ou transformado, se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade, ou a um regime comum, ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns. Incluem-se neste grupo as instituições de: apoio social (lar de idosos, asilo, orfanato), educação (colégio, seminário, internato, etc.), saúde (hospital, casa de saúde), religiosa (convento, mosteiro, etc.), militar, prisional e trabalho.

Hotéis e similares: local, distinto e independente, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou conjunto de construções permanentes que, tendo em conta a maneira como foi construído, reconstruído ou transformado, se destina a albergar mais do que uma família sem objectivos comuns e segundo um determinado preço. Fonte: INE, 2006.

Alojamento familiar

Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família.

1. Barraca: construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que estava habitada no momento censitário.
2. Casa rudimentar de madeira: habitação construída com madeira que não foi previamente preparada para aquele fim e estava habitada no momento censitário. São exemplo as habitações familiares individuais de operários, construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens.
3. Clássico: divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins.
4. Improvisado: unidade de alojamento situada numa construção permanente (moinho, celeiro, garagem, etc.) que não foi reconstruída ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e estava habitada no momento censitário.

5. Móvel: instalação, destinada à habitação humana, que tenha sido construída para ser transportada ou seja uma unidade móvel (barco, caravana, etc.) e que se encontrava ocupada no momento censitário, funcionando como habitação de, pelo menos, uma pessoa.
6. Outros: local que, sem qualquer intervenção directa do homem no sentido de o adaptar funcionalmente para a habitação, estava a ser utilizado como alojamento de um ou mais indivíduos, no momento censitário (por exemplo: grutas, vãos de escada, etc.). Fonte: INE, 2006.

Alojamento familiar ocupado

Alojamento familiar que, no momento censitário, não está disponível no mercado de habitação.

Residência habitual: alojamento familiar ocupado que constitui a residência principal e habitual de, pelo menos, uma família.

Uso sazonal ou secundário: alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual. Fonte: INE, 2006.

Alojamento familiar vago

Alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado de habitação. Consideram-se as seguintes situações: para venda, aluguer, demolição, em estado de deterioração e outros motivos. Fonte: INE, 2006.

Alvará de licença ou autorização

O licenciamento ou autorização das operações urbanísticas é titulado por alvará.

A emissão do alvará é condição de eficácia da licença ou autorização, e depende do pagamento das taxas devidas pelo requerente. Fonte: DL 555/99, de 16 de Dezembro.

Apátrida

Indivíduo sem nacionalidade. Fonte: INE, 2006.

Área (total)

Superfície total medida em quilómetros quadrados. Fonte: INE, 2006.

Área bruta de construção (ABC)

Valor expresso em m², resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores com exclusão de: Sótãos não habitáveis; Áreas destinadas a estacionamento; Áreas técnicas (PT, central térmica, compartimentos de recolha de lixo, etc.); Terraços, varandas e alpendres; Galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pela edificação. O conceito de área de construção pode ser aplicado exclusivamente a um uso específico, designadamente: Área de construção de comércio; Área de construção de serviços; Área de construção de habitação; Área de construção de indústria ou armazéns. Fonte: DGOTDU, 2006.

Área bruta do fogo

Superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior ou extradorso das paredes exteriores e pelos eixos das paredes separadoras dos fogos. Inclui varandas privativas e a parte correspondente às circulações comuns do prédio. Fonte: DGOTDU, 2006.

Área de impermeabilização

Valor (m²) resultante do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e das áreas de solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente em arruamentos, estacionamentos, equipamentos desportivos e logradouros. Fonte: DGOTDU, 2006.

Área de implantação

Valor (m²) do somatório das áreas resultantes da projecção no plano horizontal de todos os edifícios (residenciais e não residenciais), incluindo anexos, mas excluindo varandas e platibandas. Fonte: DGOTDU, 2006.

Bonificação

Apoio concedido pelo Estado para aquisição de habitação, através da comparticipação nos juros. Fonte: CGD, 2006.

Casamento

Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida. Fonte: INE, 2006.

Casado "com registo" ou "de direito"

Situação do indivíduo casado por lei, e que viva maritalmente com o respectivo cônjuge do sexo oposto. Fonte: INE, 2006.

Casado "sem registo" ou "de facto"

Situação do indivíduo que, independentemente do seu estado civil legal, viva com uma pessoa do sexo oposto, em situação idêntica à de casado, sem que essa situação tenha sido objecto de registo civil. Fonte: INE, 2006.

Cércea

Dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa de máquinas de ascensores, depósitos de água, etc. Em situações específicas de edifícios implantados em terrenos onde se verifiquem desníveis topográficos, o critério a adoptar deve precisar qual a fachada que é tomada como referência, contemplando sempre a coerência global. Sempre que o critério atrás referido não for especificado deve entender-se que a cércea se reporta à fachada cuja linha de intersecção com o terreno é a da menor nível altimétrico. Fonte: DGOTDU, 2006.

Condição de procura de emprego

Relação existente entre o indivíduo desempregado e a procura de emprego. Considera-se que o indivíduo desempregado procura emprego se, ao longo de um determinado período de referência, tiver feito diligências para encontrar um emprego, remunerado ou não. Consideraram-se como diligências:

1. Contacto com um centro de emprego público ou agências privadas,
2. Contacto com empregadores,
3. Contactos pessoais,
4. Colocação ou respostas a anúncios,
5. Realização de provas ou entrevistas para selecção,
6. Procura de terrenos, imóveis ou equipamento, com a finalidade de criar uma empresa pessoal,
7. Solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. Fonte: INE, 2006.

Condição perante a actividade económica (Sentidos Lato e Restrito)

Tipo de relação existente entre o indivíduo e a actividade económica desenvolvida. Consideraram-se as seguintes categorias:

1. Empregado,
2. Desempregado (em sentido lato ou restrito consoante se pretenda a condição perante a actividade económica),

3. Sem actividade económica (os desempregados no sentido lato mas não no restrito são classificados como inactivos quando se pretende analisar apenas o sentido restrito). Fonte: INE, 2006.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que o terreno já tenha sido objecto de outra construção. Fonte: INE, 2006.

Contribuição Autárquica

Alterado pelo Decreto-Lei n.º287/2003 para Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Fonte: CGD, 2006.

Cooperativa de habitação e construção

Cooperativa que tenha por objecto principal a promoção, construção ou aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua manutenção, reparação ou remodelação. As cooperativas de habitação e construção constituem-se obrigatoriamente por escritura pública. Fonte: DL n.º 502/99, de 19 -11, N.º 1 do artigo 2.º e do artigo 3.º

Cozinha

Local destinado e equipado para a preparação das principais refeições, que seja de facto utilizado para este fim, mesmo que também sirva como sala de jantar, quarto ou sala de estar. Fonte: INE, 2006.

Deficiência

Perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica. Apenas foi observada a deficiência permanente; a deficiência temporária não foi considerada (por exemplo, se um indivíduo se desloca com canadianas ou em cadeira de rodas porque partiu uma perna, ou se sofre de deslocamento parcial da retina que o obriga a andar com uma venda, não foi considerado como tendo uma deficiência). Fonte: INE, 2006.

Demolição de edifícios

Como instrumento de execução de planos só pode ser autorizada quando seja necessário para a execução de plano de pormenor ou quando os edifícios careçam dos requisitos de segurança e salubridade indispensáveis ao fim a que se destinam e a respectiva beneficiação ou reparação seja técnica ou economicamente inviável. No âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a demolição de edifícios está sujeita a licença administrativa quando se trata de edifícios classificados ou em vias de classificação ou quando se situam em zona de protecção de imóvel classificado ou em vias de classificação ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, ou a autorização administrativa quando se trata de edifícios cuja demolição não se encontre prevista em licença ou autorização de obras de reconstrução, salvo as previstas no ponto anterior. Fonte: DL 555/99, de 16 de Dezembro.

Densidade habitacional

Valor expresso em fogos/ha, correspondente ao quociente entre o número de fogos existentes ou previstos e a superfície de referência em causa. É conveniente, quando se utiliza o conceito de densidade habitacional, indicar igualmente o número médio de habitantes por fogo, para permitir a sua conversão em densidade populacional proporcional. Deve considerar-se o número médio de pessoas por fogo como o valor resultante do quociente entre o número de habitantes e o número de fogos existentes na área ou superfície de referência. Fonte: DGOTDU, 2006.

Densidade populacional

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado). Fonte: INE, 2006.

Desempregado

Indivíduo, com uma idade mínima especificada que se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) Não tem trabalho remunerado nem qualquer outro; b) Esta disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) Tenha procurado um trabalho, isto é, tenha feito diligências ao longo de um período especificado para encontrar um emprego remunerado ou não. Fonte: INE, 2006.

Divisão

Espaço, numa unidade de alojamento, delimitado por paredes, tendo pelo menos 4m² de área e 2m de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições da definição não são considerados como tal: corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas e vestíbulos, espaços destinados exclusivamente para fins profissionais e a cozinha, se tiver menos de 4m². Fonte: INE, 2006.

Divisão por fogo (ou alojamento familiar clássico)

Quociente entre o número total de divisões nas construções novas, ampliações e alterações e o número total de fogos nas construções novas, ampliações e alterações. Fonte: INE, 2006.

Divórcio

Dissolução do casamento em vida de ambos os cônjuges, a requerimento de um deles contra o outro (divórcio litigioso) ou dos dois (divórcio por mútuo consentimento). Fonte: INE, 2006.

Duração média do horário semanal da população empregada

Formula: (população empregada que trabalha de 1 a 4 horas * 2,5 + população empregada que trabalha de 5 a 14 horas * 9,5 + população empregada que trabalha de 15 a 29 horas * 22 + população empregada que trabalha de 30 a 34 horas * 32 + população empregada que trabalha de 35 a 39 horas * 37 + população empregada que trabalha de 40 a 44 horas * 42 + população empregada que trabalha 45 ou mais horas * 49) /População empregada. Fonte: INE, 2006.

Duração média dos movimentos pendulares

Formula: (população que demora ate 15 minutos * 7,5 + população que demora de 16 a 30 minutos * 23 + população que demora de 31 a 60 minutos * 45,5 + população que demora mais de 60 minutos * 90) /População residente que trabalha ou estuda. Fonte: INE, 2006.

Edifício

Construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços. Fonte: INE, 2006.

Edifício exclusivamente residencial

Edifício em que toda a área útil está, no momento censitário, afecta à habitação humana. Fonte: INE, 2006.

Edifício principalmente não residencial

Edifício em que a maior parte da área útil estava, no momento censitário, afecta a outros fins que não os da habitação humana. Fonte: INE, 2006.

Edifício principalmente residencial

Edifício em que a maior parte da sua área útil estava, no momento censitário, destinada à habitação humana. Fonte: INE, 2006.

Elementos resistentes do edifício

Materiais que servem de estrutura à própria construção e que servem de suporte aos pavimentos, independentemente dos materiais empregues nas paredes exteriores. Fonte: INE, 2006.

Empregado

Indivíduo, com idade mínima especificada encontrando-se numa das seguintes situações: a) Tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) Tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) Tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar. Fonte: INE, 2006.

Empréstimo para habitação

Conceito que inclui o crédito destinado à aquisição, construção e reabilitação de habitação bem como a aquisição de terrenos destinados à construção de habitação. A aquisição de escritórios, sendo uma actividade destinada a obter lucro e por conseguinte equiparável ao exercício da actividade dos particulares enquanto empresários em nome individual, é considerada na finalidade outros fins. Fonte: Banco de Portugal, Departamento de Estatística, 2006.

Encargo médio com a aquisição dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual

Formula: (alojamentos com encargos ate 59,85 * 29,93 + alojamentos com encargos entre 59,86 e 99,75* 79,81 + alojamentos com encargos entre 99,76 e 149,63 * 124,70 + alojamentos com encargos entre 149,64 e 199,51 * 174,58 + alojamentos com encargos entre 199,52 e 249,39 * 224,46 + alojamentos com encargos entre 249,40 e 299,27 * 274,34 + alojamentos com encargos entre 299,28 e 399,03 * 349,16 + alojamentos com encargos entre 399,04 e 498,79 * 448,92 + alojamentos com encargos entre 498,80 e 598,55 * 548,68 + alojamentos com encargos superiores a 598,56 * 698,31) /alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário com encargos. Fonte: INE, 2006.

Encargo por compra de casa própria

Quantia mensal, correspondente à amortização e juros do capital em dívida, paga no mês imediatamente anterior ao momento censitário. Fonte: INE, 2006.

Entidade Investidora

Entidade (privada ou pública) por conta de quem as obras são efectuadas. Compreende as seguintes modalidades: a) Particulares: pessoas singulares, não constituídas sob a forma de empresa que constroem, ou mandam construir para ocupação própria ou para arrendar; b) Estado e Institutos Públicos Autónomos: Ministérios, Juntas Distritais, Centros Regionais da Segurança Social, etc.; c) Autarquias Locais: Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; d) Empresas Privadas: sociedades ou empresas em nome individual que exercem qualquer espécie de actividade lucrativa, incluindo os agentes imobiliários; e) Empresas Publicas:

empresas criadas pelo Estado com capitais públicos, ou fornecidos por outras entidades públicas para exploração de actividades de natureza económica ou social, sendo dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Incluem-se todas as empresas nacionalizadas. f) Cooperativas de Habitação: sociedades sob a forma de cooperativa que, com carácter permanente, constroem ou reparam edifícios destinados a habitação; g) Instituidores Particulares sem fins lucrativos e outras não individualizadas nas modalidades anteriores. Fonte: INE, 2006.

Entidade proprietária

Considera-se que os alojamentos poderão ser propriedade dos seus ocupantes ou de outras entidades de acordo com a seguinte classificação: ascendentes ou descendentes em 1s ou 2s grau, particulares ou empresas privadas, Estado ou outras instituições sem fins lucrativos, empresas públicas, autarquias locais e cooperativas de habitação. Fonte: INE, 2006.

Época de construção

O período de construção do edifício propriamente dito, ou o período de construção da parte principal do edifício, isto é, daquela que corresponde à estrutura de suporte, quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas. O período de reconstrução, para os edifícios que sofreram uma transformação completa. Fonte: INE, 2006.

Esperança de vida a nascença

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento. Formula: (somatório do produto do número de óbitos pela idade do óbito aquando do óbito)/(número de óbitos). Fonte: INE, 2006.

Estado civil

Situação real em que o indivíduo vive em termos de relacionamento conjugal (situação de "facto") e perante o registo civil (situação de "direito"). Sempre que a situação "de facto" e a de "direito" não coincidissem, prevalecia a primeira. Fonte: INE, 2006.

Estado de conservação

O objectivo foi o de conhecer o estado de conservação dos edifícios tendo em atenção o tipo de reparações eventualmente necessárias no momento censitário. O cálculo das modalidades foi realizado através da ponderação das respostas obtidas na variável "Necessidade de Reparções", atribuindo determinados pesos às várias alternativas de resposta. Fonte: INE, 2006.

Euribor (Euro Interbank Offer Rate)

Taxa interbancária (média das taxas da oferta de fundos praticada entre bancos), que resulta de um painel de 57 bancos de países da União Europeia e de terceiros países, escolhidos por serem particularmente activos no mercado do euro. A Caixa Geral de Depósitos era até ao final de 2006 o único banco português a integrar aquele painel atendendo ao seu peso no mercado monetário nacional. A Euribor é calculada diariamente para os diversos prazos padrão do mercado financeiro. A Euribor é a taxa de referência (indexante) utilizada no cálculo da taxa de juro dos empréstimos de habitação. Fonte: CGD, 2006.

Família clássica

Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As

empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família. Fonte: INE, 2006.

Família institucional

Conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo. Fonte: INE, 2006.

Fogo

Vide Alojamento Familiar Clássico.

Fogos por Pavimento

Quociente entre o número total de fogos nas construções novas e ampliações e o número total de pavimentos nas construções novas e ampliações. Fonte: INE, 2006.

Índice de construção

Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório das áreas de construção e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice. O índice de construção pode ser bruto, líquido ou ao lote, consoante a área base onde se pretende aplicar: a totalidade da área em causa; a totalidade da área em causa com exclusão das áreas afectas a equipamentos públicos; somatório das áreas dos lotes (incluindo os logradouros privados, mesmo que eventualmente de uso colectivo), respectivamente. Fonte: DGOTDU, 2006.

Índice de Dependência de Idosos

Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] * 10 n$;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Fonte: INE, 2006.

Índice de Dependência de Jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10 n$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Fonte: INE, 2006.

Índice de Dependência Total

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] * 10 n$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Fonte: INE, 2006.

Índice de Envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fórmula: $IE = [(P(65,+)/P(0,14)] * 100$;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Fonte: INE, 2006.

Índice de Juventude

Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 65 ou mais anos).

Fórmula: $IJ = [(P(0,14)/P(65,+)] * 100$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos. Fonte: INE, 2006.

Índice de lotação do alojamento

Indicador de número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. Os cálculos são feitos com base nos seguintes parâmetros considerados normais: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos ; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos. É através deste índice que se determina se um alojamento familiar clássico está sublotado ou sobrelotado. Fonte: INE, 2006.

Índice de mulheres desempregadas

Formula: $(\text{número de mulheres desempregadas})/(\text{número de homens desempregados}) * 100$. Fonte: INE, 2006.

Índice de rejuvenescimento da população activa

Relação entre a população que potencialmente esta a entrar e a que esta a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos). Fonte: INE, 2006.

Indivíduo com actividade económica

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos, que se encontrava a exercer uma profissão ou a cumprir o serviço militar obrigatório e/o sem emprego e disponível para trabalhar num emprego remunerado ou não (desemprego em sentido lato). Fonte: INE, 2006.

Instalação de banho ou duche

Instalação que está ligada, de modo permanente, a um sistema de canalização de água e a um sistema de esgoto que permite a evacuação da água, utilizada na casa de banho, para fora da unidade de alojamento. Fonte: INE, 2006.

Juros

Nos termos do instrumento financeiro acordado entre um mutuante e um mutuário, os juros são o montante a pagar pelo segundo ao primeiro ao longo de um determinado período de tempo sem reduzir o montante do capital em dívida. Fonte: INE, 2006.

Licenças e autorizações administrativas

A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença ou autorização administrativa, nos termos e com as excepções previstas na lei.

Estão sujeitas a licença administrativa:

1. As operações de loteamento em áreas não abrangidas por plano de pormenor;
2. As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por uma operação de loteamento;
3. As obras de construção, de ampliação ou de alteração em área não abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor, sem prejuízo das excepções previstas na lei;
4. As obras de reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios classificados ou em vias de classificação e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios situados em zona de protecção de imóvel classificado ou em vias de classificação ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;
5. A alteração da utilização de edifícios ou suas fracções em área não abrangida por operação de loteamento ou plano municipal de ordenamento do território, quando a mesma não tenha sido precedida da realização de obras sujeitas a licença ou autorização administrativa.

Estão sujeitas a autorização administrativa:

6. As operações de loteamento em área abrangida por plano de pormenor;
7. As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área abrangida por operação de loteamento;
8. As obras de construção, de ampliação ou de alteração em área abrangida por operação de loteamento, plano de pormenor ou em área urbana consolidada como tal identificada em plano municipal de ordenamento do território para a qual não seja necessária a fixação de novos parâmetros urbanísticos, sem prejuízo das excepções previstas na lei;
9. As obras de reconstrução, salvo as previstas no âmbito das licenças administrativas;
10. As obras de demolição de edifícios existentes que não se encontrem previstas em licença ou autorização de obras de reconstrução previstas no âmbito das licenças administrativas;
11. A utilização de edifícios ou suas fracções, bem como as alterações à mesma que não se encontrem previstas no âmbito das licenças administrativas;
12. As demais operações urbanísticas que não estejam isentas ou dispensadas de licença ou autorização, nos termos do Projecto de Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
13. A concessão da licença é da competência da Câmara Municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores, enquanto que a concessão da autorização é da competência do presidente da Câmara, podendo ser delegada nos vereadores, com faculdade de subdelegação nos dirigentes dos serviços municipais. Fonte: DL 555/99, de 16 de Dezembro.

Licença de obras

Autorização concedida pelas Câmaras Municipais ao abrigo de legislação específica, para execução de Obras (construções novas, ampliações, transformações, restaurações e demolições de edifícios). Fonte: INE, 2006.

Local de residência habitual

Local onde o indivíduo reside com a respectiva família ou detém a totalidade ou a maior parte dos seus haveres, independentemente de no momento censitário estar presente ou ausente. Fonte: INE, 2006.

Loteamento

Acção que tem por objecto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados imediata ou subsequentemente a edificação urbana, obtidos por divisão de um ou vários prédios ou do seu emparcelamento ou reparcelamento. Fonte: INE, 2006.

Lugar

Conjunto de edifícios contíguos ou próximos, com dez ou mais alojamentos, a que corresponde uma designação. O conceito abrange, a nível espacial, a área envolvente onde se encontram serviços de apoio (escola, igreja, etc.). Fonte: INE, 2006.

Migração permanente

Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a 1 ano. Fonte: INE, 2006.

Nado-Vivo

O produto do nascimento vivo. Fonte: INE, 2006.

Necessidade de reparações

O tipo de reparações eventualmente necessárias no momento censitário, sendo as mesmas observadas através da resposta as seguintes componentes do edifício: Estrutura, Cobertura, Paredes e caixilharia exterior. A observação desta variável baseou-se na caracterização de cada necessidade de reparação de acordo com o seguinte: nenhuma, pequenas, médias, grandes e muito grandes. Fonte: INE, 2006.

Núcleo Familiar

Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, entre as quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s) não casado(s), pai ou mãe com filho(s) não casado(s), avos com neto(s) não casado(s) e avo(6) com neto(s) não casado(s). Fonte: INE, 2006.

Núcleo Familiar Monoparental

Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avo ou avo com neto(s) não casado(s). Fonte: INE, 2006.

Número médio de alojamentos familiares clássicos por edifício

Formula: (alojamentos familiares clássicos)/(edifícios). Fonte: INE, 2006.

Número médio de divisões por alojamentos familiar clássico de residência habitual

Formula: (número de divisões)/(alojamentos familiares clássicos de residência habitual). Fonte: INE, 2006.

Óbito

Cessação irreversível das funções do tronco cerebral. Fonte: INE, 2006.

Obra de alteração

Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou de cêrcea. Fonte: INE, 2006.

Obra de ampliação

Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical). Fonte: INE, 2006.

Obra concluída

Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização. Fonte: INE, 2006.

Obra de demolição

Obra de destruição, total ou parcial da edificação. Fonte: INE, 2006.

Obras de reabilitação

Obras que visam adequar e melhorar as condições de desempenho funcional de um edifício, com eventual reorganização do espaço interior, mantendo o esquema estrutural básico e o aspecto exterior original. Fonte: IPPAR, 1999.

Obra de reconstrução

Obra de construção subsequente a demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a manutenção ou reconstituição da estrutura da fachadas, da cêrcea e do número de pisos. Fonte: INE, 2006.

Obras de urbanização

As obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva. Fonte: DL 555/99, de 16 de Dezembro.

Ocupação partilhada do alojamento

Situação que ocorre quando o alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais do que uma família clássica. Fonte: INE, 2006.

Pavimento

Cada um dos pisos habitáveis ou utilizáveis do edifício, qualquer que seja a sua relação com o nível do terreno. Considerou-se como "pavimento" o rés-do-chão, assim como as caves e águas furtadas habitáveis ou utilizáveis com funções complementares à habitação. Fonte: INE, 2006.

População activa

Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos: População empregada, população desempregada à procura de novo emprego, população desempregada à procura do primeiro emprego.

População empregada

População com 15 ou mais anos de idade que se encontrava numa das seguintes situações:

1. Tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
2. Tinha um emprego e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego;
3. Tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

Os trabalhadores familiares não remunerados foram considerados população empregada se trabalharam pelo menos 15 horas na semana anterior ao recenseamento.

Atendendo à situação dos indivíduos foram considerados como população empregada:

1. A população a exercer profissão qualquer que seja a sua situação na profissão,
2. Os indivíduos a fazer formação profissional e que mantêm um vínculo com a entidade empregadora,
3. Os militares de carreira,
4. Os indivíduos a prestarem o serviço militar obrigatório (SMO).

Os indivíduos que não trabalharam por motivos passageiros, tais como doença, maternidade, férias, acidentes de trabalho, redução de actividade, por motivos técnicos, condições climatéricas desfavoráveis ou outros motivos, foram incluídos na população empregada. Fonte: INE, 2006.

População inactiva

Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados. Na população inactiva incluem-se os seguintes grupos:

1. Indivíduos com menos de 15 anos de idade,
2. Estudantes: compreende os indivíduos, com pelo menos 15 anos de idade e que frequentavam qualquer tipo de ensino, e que não exerciam uma profissão, não cumpriam o serviço militar obrigatório, nem declararam estar desempregados,
3. Domésticos: inclui os indivíduos que se ocuparam principalmente das tarefas domésticas, nos seus próprios lares,
4. Incapacitados permanentes para o trabalho: são os indivíduos com 15 anos ou mais de idade que não trabalharam por se encontrarem permanentemente incapacitados para trabalhar, quer recebam ou não pensão de invalidez,
5. Outros inactivos: engloba os inactivos, com 15 ou mais anos de idade, que não podem ser classificados em qualquer das categorias anteriores.

Nota: os inactivos que sejam estudantes e simultaneamente se ocupam de tarefas do lar, foram incluídos na modalidade "Estudantes". Os estudantes, domésticos, ou indivíduos que desenvolveram uma actividade não económica, mas que satisfazem (todas) as condições para ser considerados desempregados, foram incluídos neste grupo. Fonte: INE, 2006.

População isolada

Indivíduos residentes em aglomerados populacionais com menos de 10 alojamentos ou em alojamentos dispersos não integrados em aglomerados populacionais (lugares). Fonte: INE, 2006.

População média

População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

Formula: $PM = (P(0) + P(t)) / 2$;
P(0) – População no momento 0;
P(t) – População no momento t. Fonte: INE, 2006.

População presente

Indivíduos que no momento censitário - zero horas do dia 12 de Março de 2001 - se encontravam numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegaram até às 12 horas desse dia. Fonte: INE, 2006.

População residente

Pessoas que, independentemente de no momento de observação estavam presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (censo), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário. Conceito extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta ao momento censitário. Fonte: INE, 2006.

População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajecto para o local de trabalho ou estudo

Engloba unicamente os indivíduos que residiam no alojamento a maior parte do ano. Fonte: INE, 2006.

População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo

Engloba unicamente os indivíduos que residiam no alojamento a maior parte do ano. Fonte: INE, 2006.

Principal meio de vida

Fonte principal de onde o indivíduo retirou os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência, durante os últimos doze meses, anteriores ao momento censitário. Esta característica é observada para toda a população com 15 ou mais anos de idade. Modalidades consideradas:

1. Rendimento do trabalho: rendimento recebido pelos trabalhadores por conta de outrem e pelos trabalhadores por conta própria, em directa ligação com o exercício da respectiva actividade profissional (abrange os indivíduos que vivem principalmente do seu trabalho, quer seja remunerado ou não, e os indivíduos a prestar SMO se este representar a principal fonte de rendimento nos últimos doze meses);
2. Rendimento da propriedade e da empresa: quando a principal fonte de subsistência reveste a forma de rendas, juros, dividendos, lucros, seguros de vida, direitos de autor, etc.;
3. Subsídios de desemprego: prestação financeira, de carácter temporário, que o indivíduo recebe enquanto estiver na situação de desempregado à procura de emprego;
4. Subsídio temporário por acidente de trabalho ou doença profissional: considerar-se-á esta modalidade quando o principal meio de subsistência for um subsídio por uma das razões enunciadas, ou seja, o subsídio atribuído à pessoa temporariamente impossibilitada de trabalhar devido a acidente de trabalho ou doença profissional, mantendo-se o vínculo à entidade empregadora;

5. Outros subsídios temporários: classificam-se aqui os indivíduos cuja principal fonte de subsistência é um subsídio de carácter temporário, diferente dos indicados anteriormente, como por exemplo o subsídio de doença.
6. Rendimento mínimo garantido: prestação mensal do regime não contributivo da Segurança Social, destinado a assegurar aos titulares e aos elementos da sua família, em situação de grave carência económica, recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas;
7. Pensão / Reforma: prestação pecuniária, periódica e permanente, destinada a substituir a remuneração do trabalho que o indivíduo já não aufer (reforma), ou a prestação recebida pelos indivíduos que foram considerados como não capazes de prover os seus próprios meios de subsistência. Incluem-se todos os tipos de pensão que estiverem em vigor no momento censitário;
8. Apoio social: quando a principal fonte de subsistência é assegurada através do Estado, Organismos Públicos, Instituições Sem Fins Lucrativos de particulares, através de subsídios, equipamentos sociais ou outros, isto é, abrange os indivíduos cuja principal fonte de sobrevivência seja a assistência, que pode ser fornecida em regime de internato ou não;
9. A cargo da família: quando o principal meio de subsistência provém de familiares;
10. Outra situação: modalidade onde são classificados os indivíduos que não são abrangidos por nenhuma das anteriores, como por exemplo, aqueles que vivem de dádivas, bolsas de estudos, etc. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares clássicos

Formula: (alojamentos familiares clássicos)/(alojamentos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário

Formula: (alojamentos familiares clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário)/(alojamentos familiares clássicos de residência habitual)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobreletados

Formula: (alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobreletados)/(alojamentos familiares clássicos de residência habitual)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sublotados

Formula: (alojamentos familiares clássicos de residência habitual sublotados)/(alojamentos familiares clássicos de residência habitual)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares de residência habitual sem pelo menos uma infraestrutura básica

Formula: (alojamentos familiares de residência habitual sem pelo menos uma infraestrutura básica)/(alojamentos familiares de residência habitual)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares de uso sazonal

Formula: (alojamentos familiares de uso sazonal)/(alojamentos familiares clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de alojamentos familiares vagos

Formula: (alojamentos familiares vagos)/(alojamentos familiares clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de casamentos não católicos

Formula: (casamentos civis celebrados por local de residência da mulher a data de casamento)/ (casamentos celebrados por local de residência da mulher a data de casamento)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de desempregados com menos de 25 anos

Formula: (população desempregada com menos de 25 anos)/(população desempregada total)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de divorciados

Formula: (população divorciada)/(população residente)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada

Formula: (edifícios acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios clássicos com necessidades de reparação

Formula: (edifícios clássicos com necessidades de reparação)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios clássicos exclusivamente residenciais

Formula: (edifícios clássicos exclusivamente residenciais)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios clássicos muito degradados

Formula: (edifícios clássicos muito degradados)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios construídos depois de 1990

Formula: (edifícios construídos depois de 1990)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos

Formula: (edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos)/(edifícios clássicos)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de empregados por conta de outrem

Formula: (empregados por conta de outrem)/(população empregada)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de empregados que trabalham menos de 30 Horas

Formula: (população empregada que trabalha menos de 30 Horas)/(população empregada)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de famílias com dependentes

Formula: (famílias clássicas com dependentes)/(famílias clássicas)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de famílias monoparentais com dependentes (mãe)

Formula: (famílias monoparentais com dependentes (mãe))/(famílias clássicas)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de famílias monoparentais com dependentes (pai)

Formula: (famílias monoparentais com dependentes (pai))/(famílias clássicas)*100.
Fonte: INE, 2006.

Proporção de famílias monoparentais com dependentes (total)
Formula: (famílias monoparentais com dependentes (total))/(famílias clássicas)*100.
Fonte: INE, 2006.

Proporção de idosos
Formula: (população com 65 ou mais anos)/(população total)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de jovens
Formula: (população com menos de 15 anos)/(população total)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de pessoas casadas sem registo no total de pessoas casadas
Formula: (população casada sem registo)/(população casada total)*100. Fonte: INE, 2006.

Proporção de população com menos de 5 anos
Formula: (população com menos de 5 anos)/(população total)*100. Fonte: INE, 2006.

Ramo de actividade económica
Classe de actividade económica desenvolvida pela empresa, estabelecimento ou unidade análoga, onde o indivíduo exerceu a profissão principal. Foi utilizada a Classificação de Actividades Económicas (CAE) mais recente - CAE-Rev.2. Fonte: INE, 2006.

Recolha de resíduos sólidos
Um edifício é servido com recolha de resíduos sólidos quando a produção de resíduos relativa aos alojamentos que o constituem está integrada num sistema público de recolha regular e organizada. Fonte: INE, 2006.

Relação de masculinidade
Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres).
Fórmula: $RM = (H / M) * 100$;
H – População do sexo masculino;
M – População do sexo feminino. Fonte: INE, 2006.

Relação de masculinidade à nascença
Quociente entre os nados vivos do sexo masculino e os do sexo feminino, ocorridos num determinado período (habitualmente expresso por 100 (10²) nados vivos do sexo feminino). Fonte: INE, 2006.

Renda média de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados construídos depois de 1990
Fórmula: (alojamentos com rendas até 14,95 * 7,48 + alojamentos com rendas entre 14,96 e 24,93 * 19,95 + alojamentos com rendas entre 24,94 e 34,91 * 29,93 + alojamentos com rendas entre 34,92 e 59,85 * 47,38 + alojamentos com rendas entre 59,86 e 99,75 * 79,81 + alojamentos com rendas entre 99,76 e 149,63 * 124,70 + alojamentos com rendas entre 149,64 e 199,51 * 174,58 + alojamentos com rendas entre 199,52 e 249,39 * 224,46 + alojamentos com rendas entre 249,40 e 299,27 * 274,34 + alojamentos com rendas entre 299,28 e 399,03 * 349,16 + alojamentos com rendas entre 399,04 e 498,79 * 448,92 + alojamentos com rendas superiores a 498,80 * 598,55) /(alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados construídos depois de 1990). Fonte: INE, 2006.

Saldo migratório

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Formula: $SM(0,t) = I(0,t) - E(0,t) = VP(0,t) - SN(0,t)$;

$I(0,t)$ – Entradas por migração entre os momentos 0 e t;

$E(0,t)$ – Saídas por migração entre os momentos 0 e t;

$VP(0,t)$ – Variação populacional entre os momentos 0 e t;

$SN(0,t)$ – Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural. Fonte: INE, 2006.

Saldo natural

Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo. Fonte: INE, 2006.

Formula: $SN(0,t) = NV(0,t) - Ob(0,t)$;

$NV(0,t)$ – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

$Ob(0,t)$ – Óbitos entre os momentos 0 e t.

Sector de actividade económica

Cada um dos três grandes agregados da actividade económica: sector primário (CAE 0), sector secundário (CAE 1 a 4) e sector terciário: (CAE 5 a 9). Fonte: INE, 2006.

Taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido a população media desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes). Fonte: INE, 2006.

Taxa bruta de natalidade

Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido a população media desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes). Fonte: INE, 2006.

Taxa de actividade

Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população; deste modo, a fórmula utilizada foi a seguinte:

População activa

Taxa de Actividade (%) = $\frac{\text{População activa}}{\text{Total da População}} \times 100$

Total da População

Esta taxa pode ser aplicada nos sentidos lato ou restrito consoante se pretenda tratar os desempregados de acordo com o respectivo sentido. Fonte: INE, 2006.

Taxa de crescimento efectivo

Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes).

Formula: $TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0)+P(t)/2]] * 10 n$;

$P(0)$ – População no momento 0;

$P(t)$ – População no momento t. Fonte: INE, 2006.

Taxa de crescimento migratório

Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes).

Formula: $TCM = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] * 10 n$;

$SM(0,t)$ – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;
P(t) – População no momento t. Fonte: INE, 2006.

Taxa de crescimento natural

Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (102) ou 1000 (103) habitantes).

Formula: $TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] * 10 n ;$

SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t. Fonte: INE, 2006.

Taxa de desemprego

A taxa de desemprego foi utilizada tomando a partir do desemprego em sentido lato:

População desempregada

(sentido lato)

Taxa de Desemprego (%) = $X 100$

População activa

Esta taxa também pode ser utilizada em sentido restrito, retirando da população desempregada e activa os desempregados só em sentido lato. Fonte: INE, 2006.

Taxa de mortalidade infantil

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados vivos). Fonte: INE, 2006.

Titular do alojamento

Indivíduo residente no alojamento, na qualidade de proprietário, locatário, sublocatário ou sob qualquer outro regime de ocupação dos alojamentos; quando num mesmo alojamento vivia mais do que uma família, o representante da primeira família foi considerado como titular do respectivo alojamento. Fonte: INE, 2006.

Variação populacional

Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Formula: $VP = P(t)-P(0)$

P(t) – População no momento t;

P(0) – População no momento 0. Fonte: INE, 2006.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

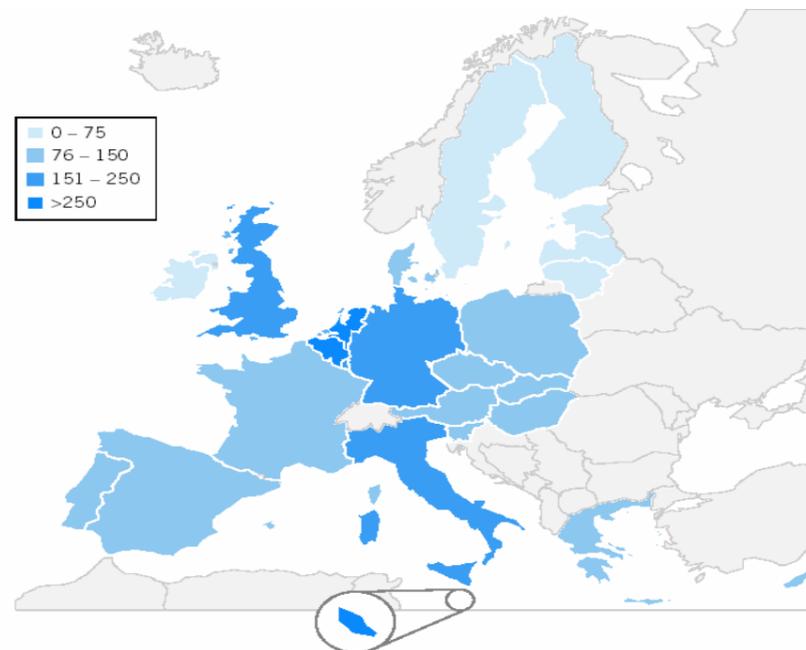
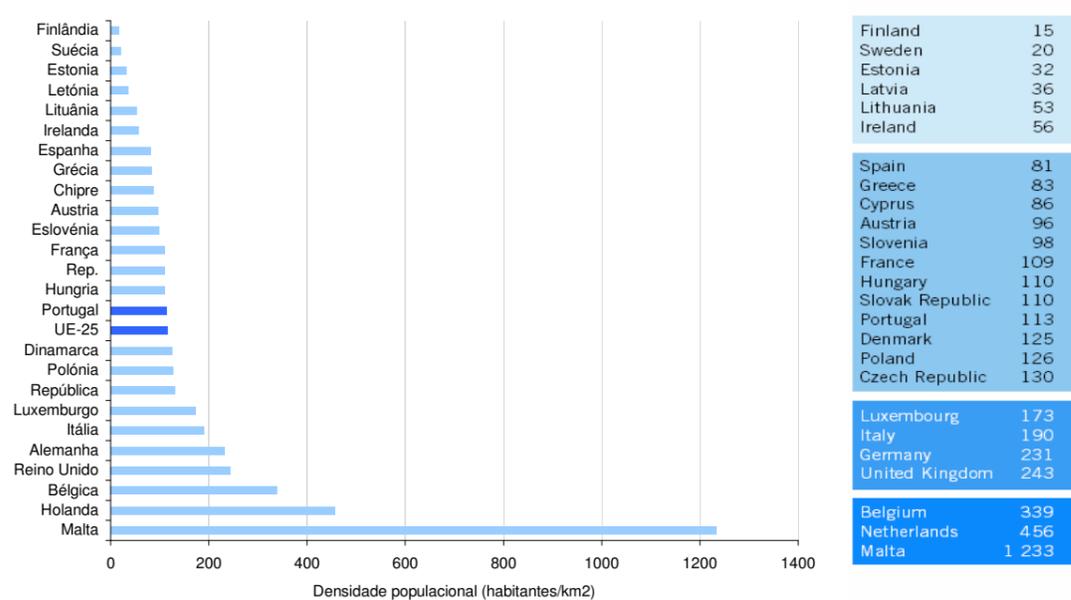
ENQUADRAMENTO

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Enquadramento

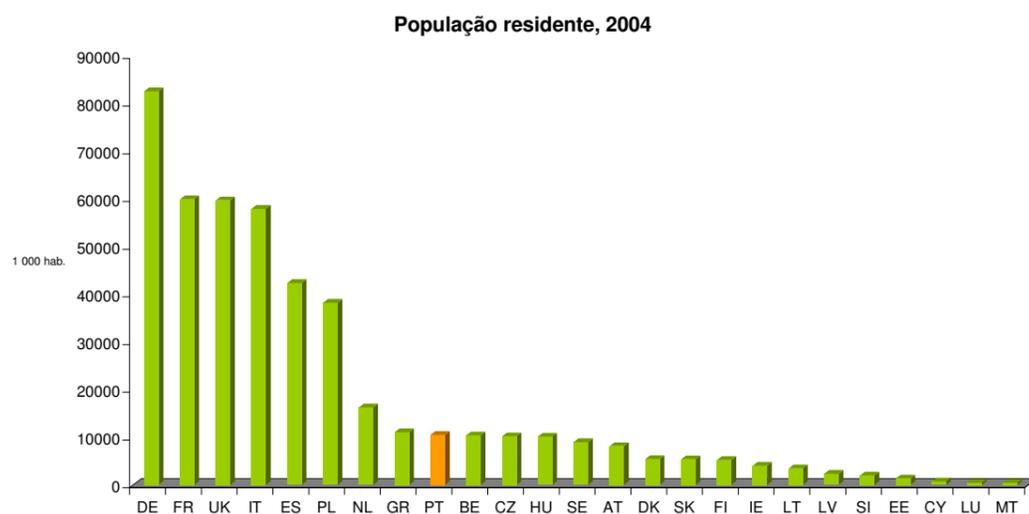
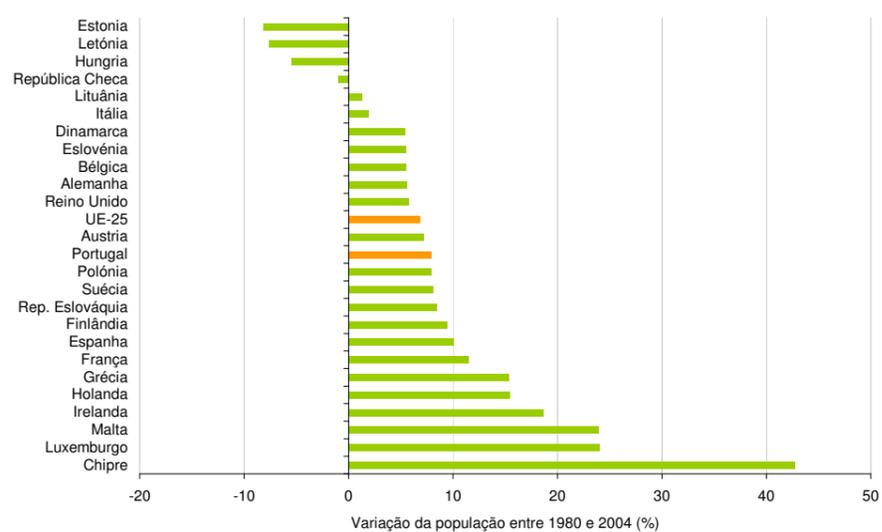
Indicadores socio-económicos

Superfície Territorial, população e densidade populacional, em 2003, em cada um dos países da UE-25



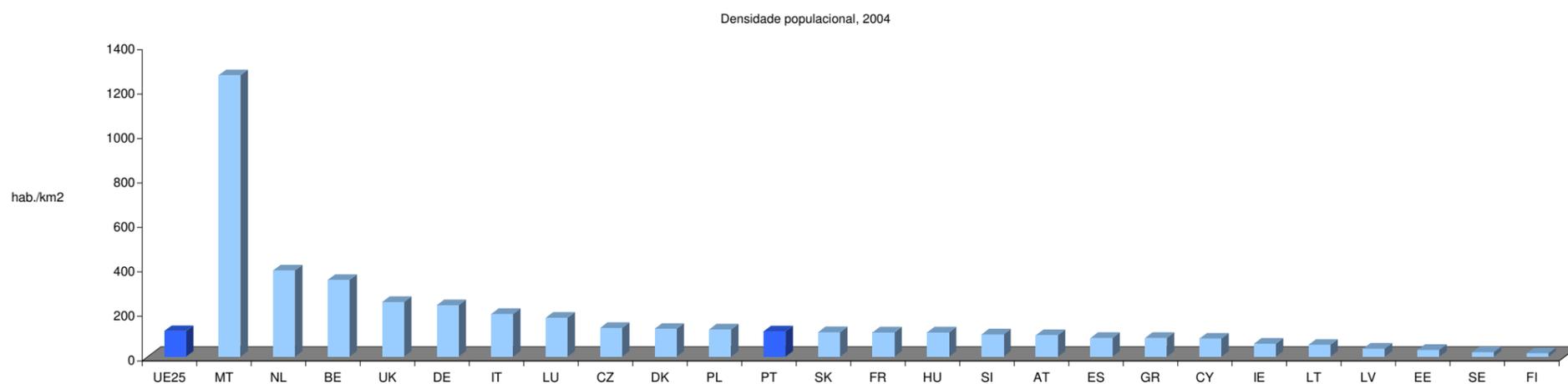
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

População na UE-25



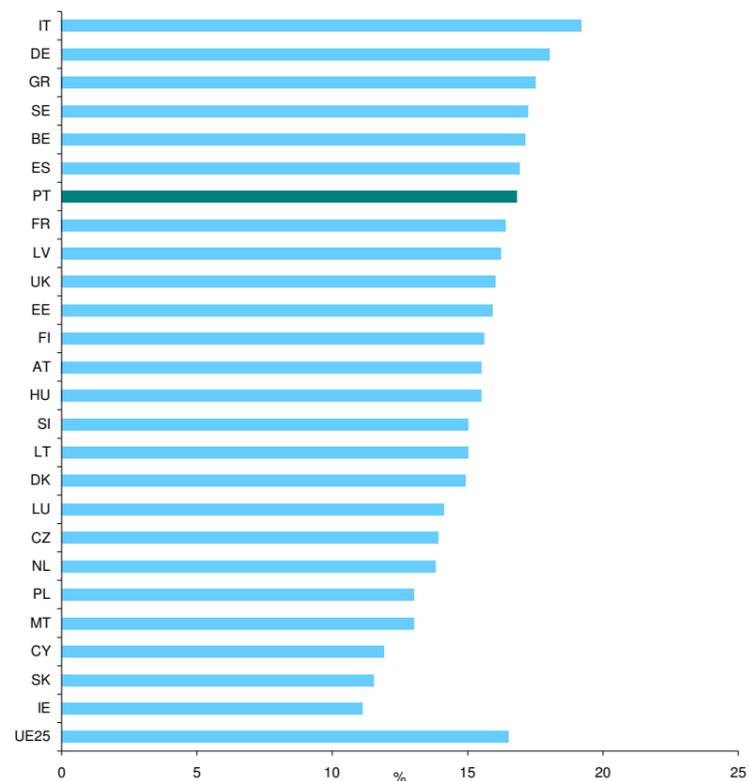
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.



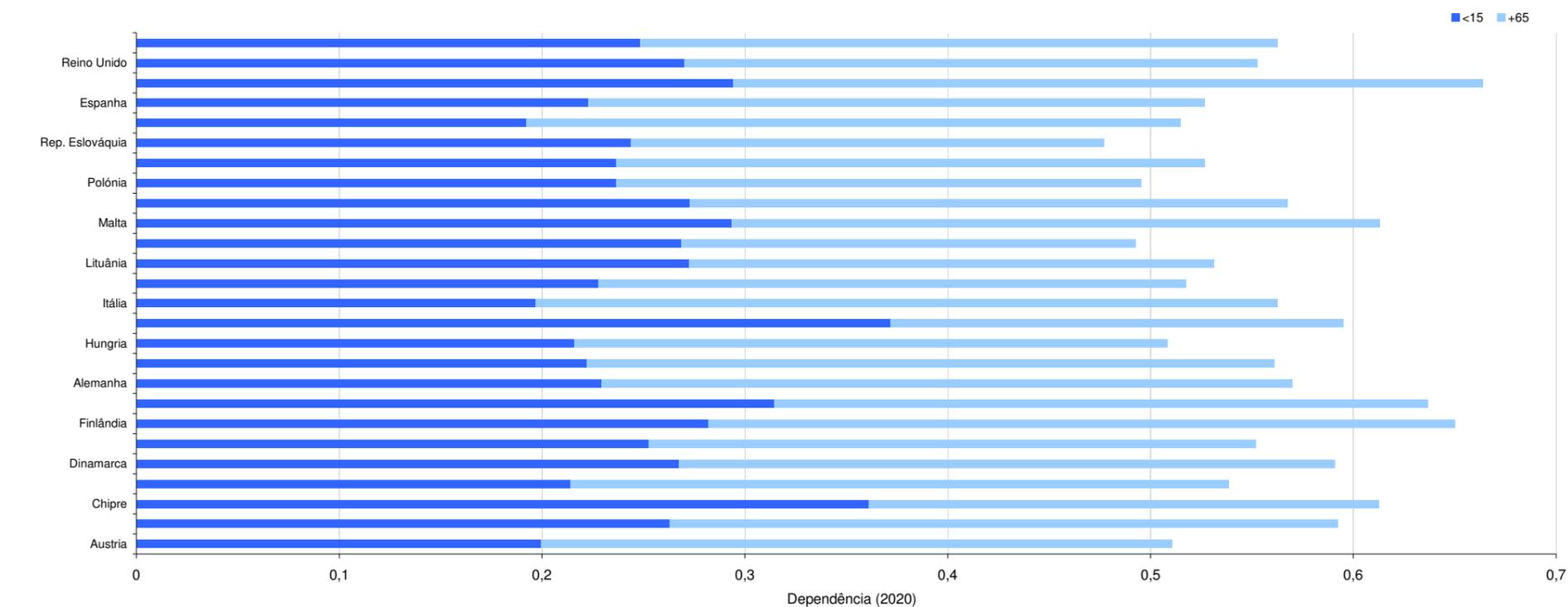
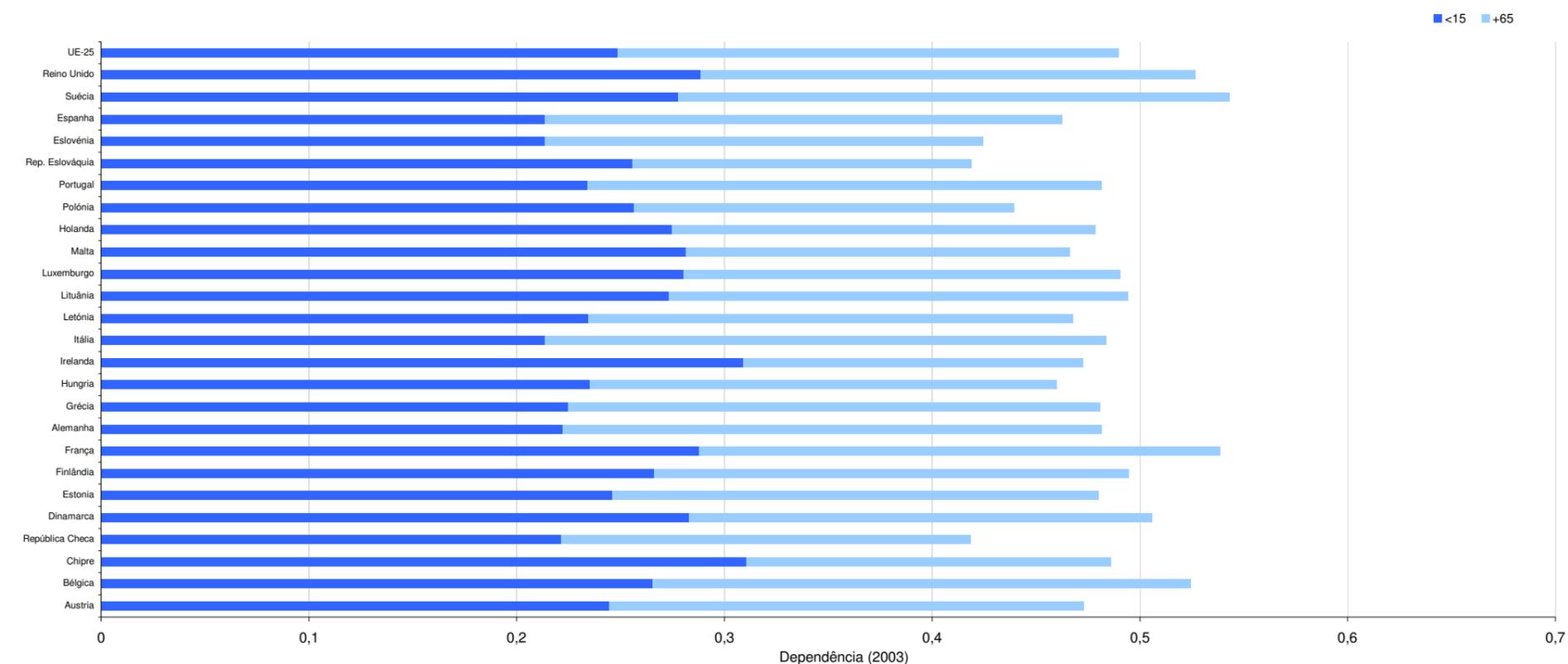
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

População com 65 e mais anos, 2004



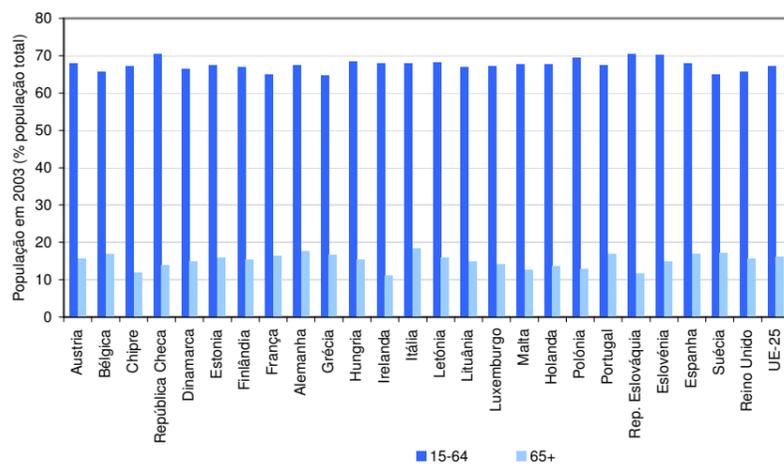
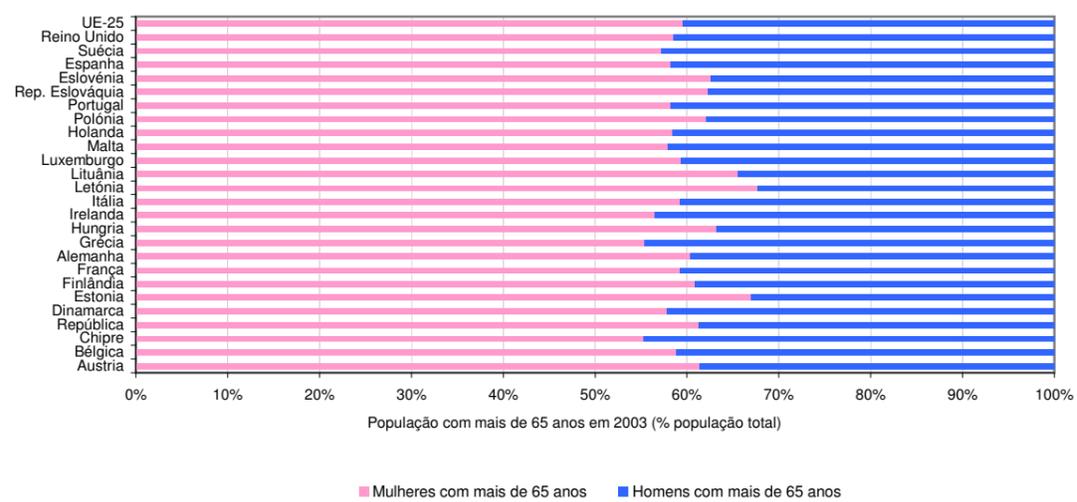
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

População por grupos etários (a 1 de Janeiro 2003) na UE-25



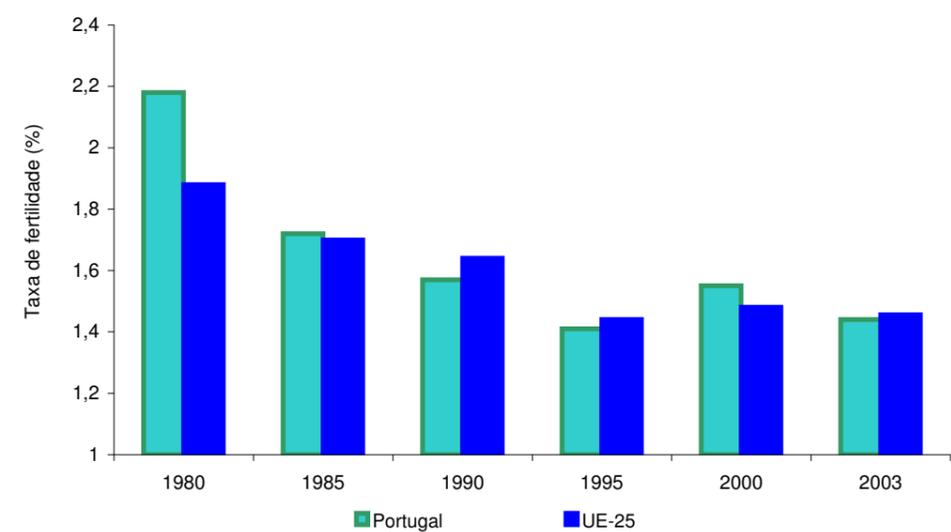
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

População em idade activa (15-64) e sénior, por sexo, na UE-25

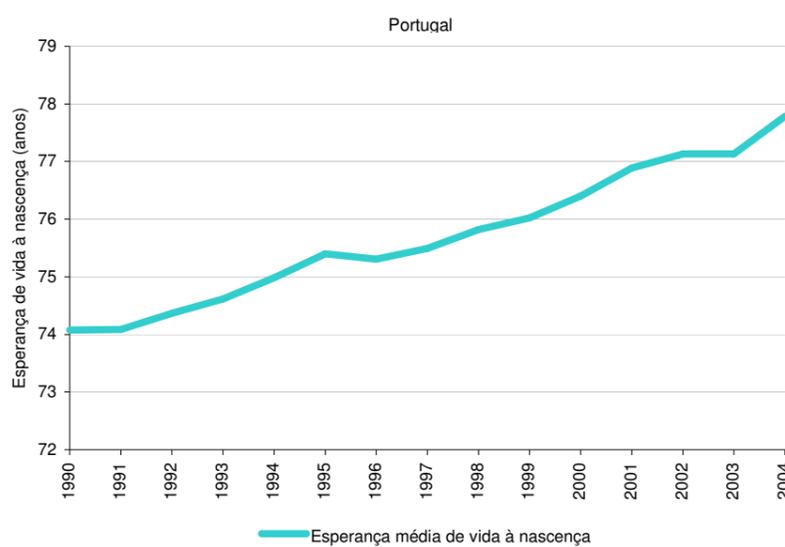


Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

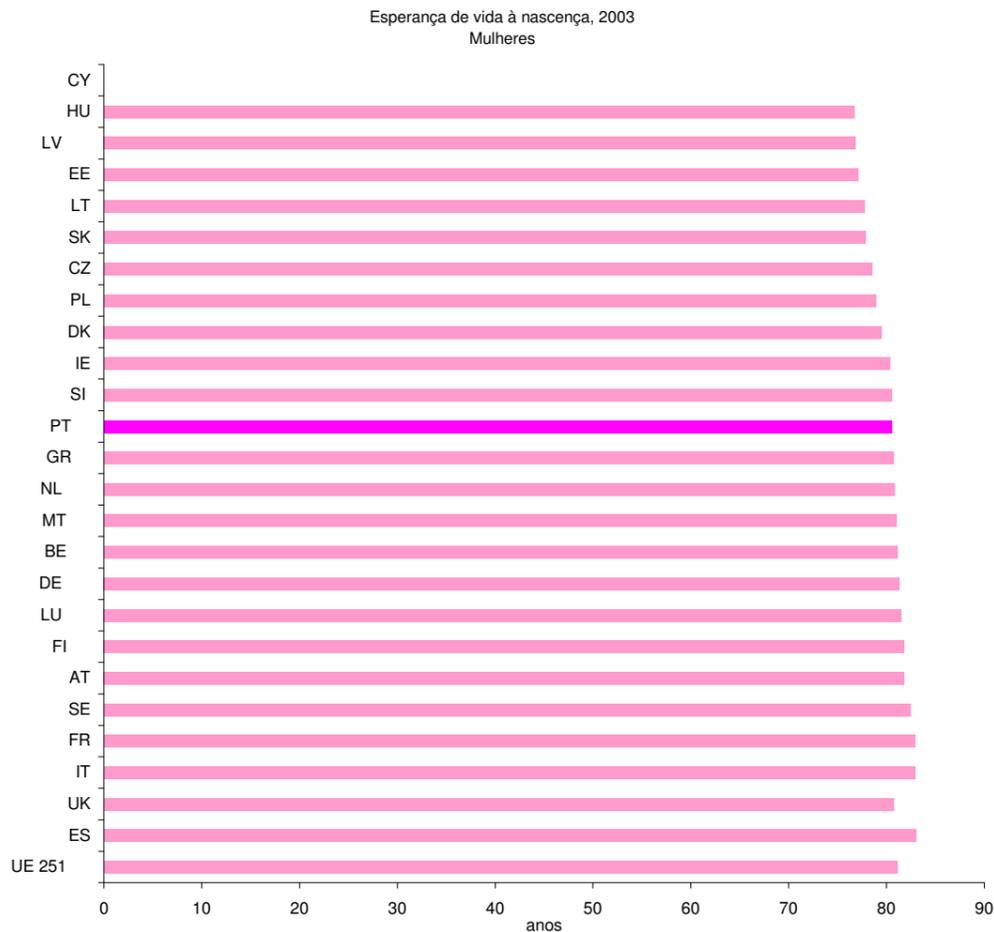
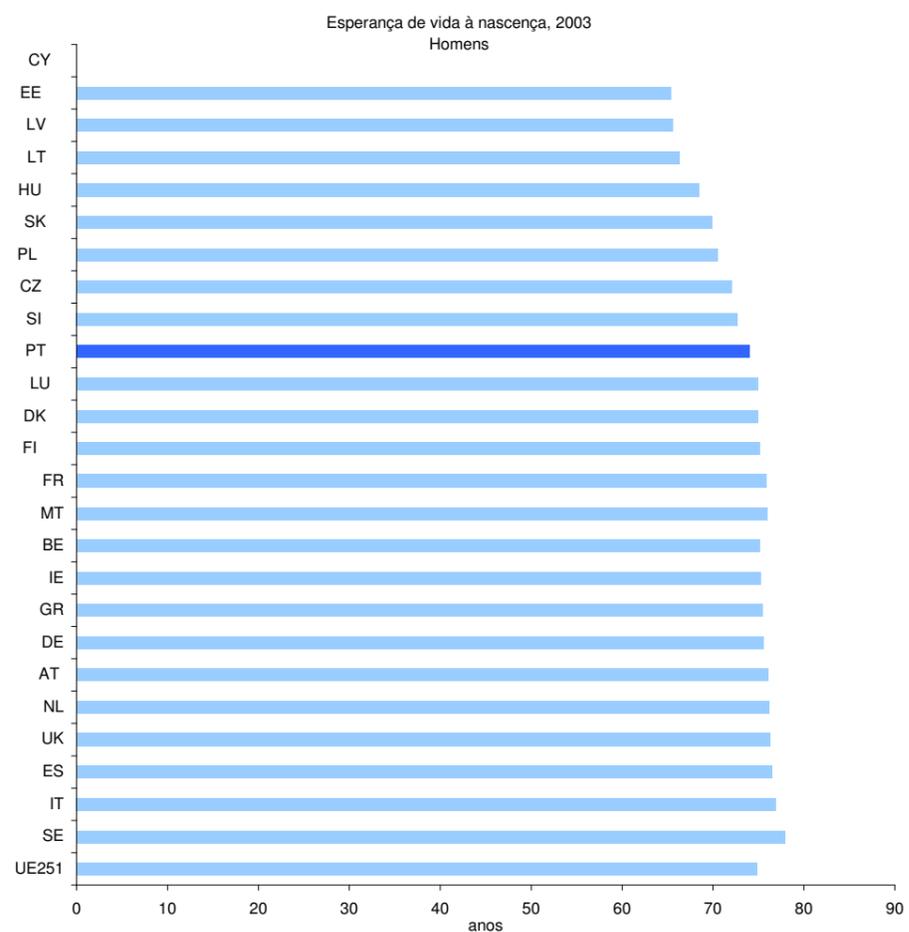
Taxa de fertilidade na UE-25



Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

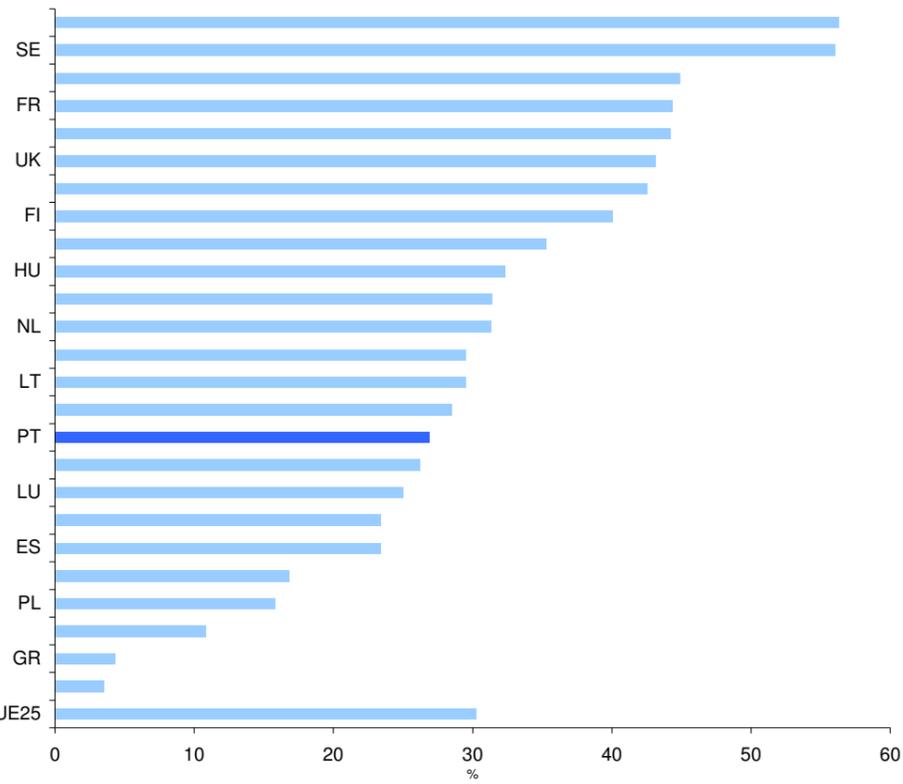


Fonte: Anuário Estatístico de Portugal 2004, INE, 2006



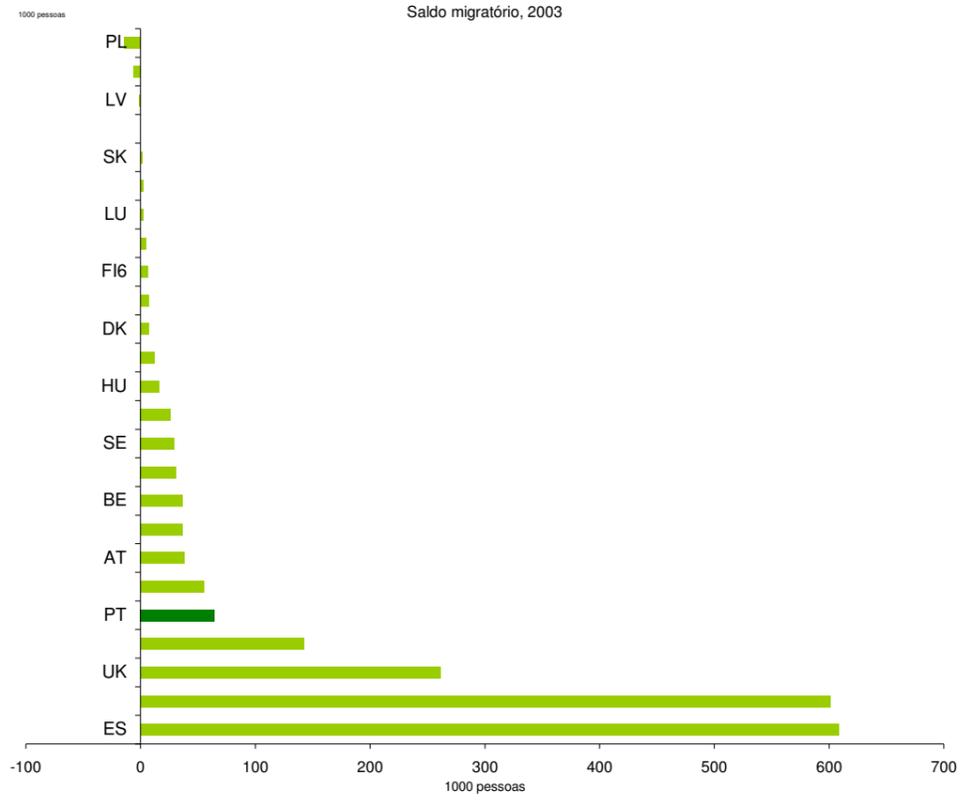
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

Nascimentos fora do casamento, 2003



Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

Saldo migratório, 2003



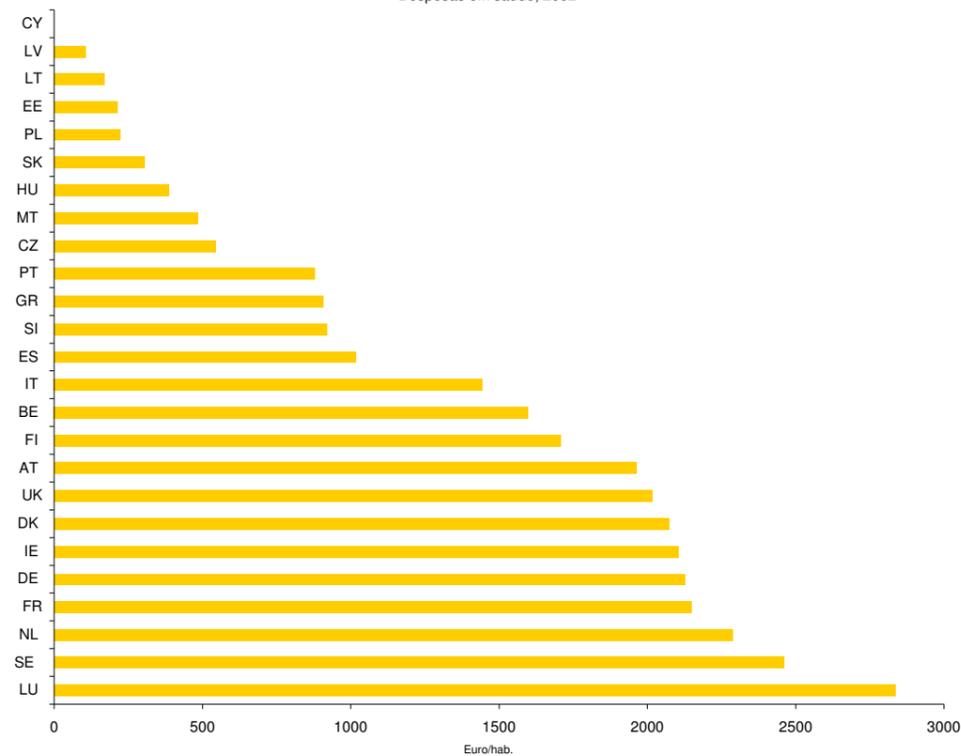
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

Coessão Social

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Distribuição do rendimento (rácio dos quintis do rendimento)	6,8	6,4	6,4	6,5	7,3	7,4	7,4
Taxa de pobreza - antes de transferências sociais	27	27	27	24	26	26	42
Taxa de pobreza - depois de trasferências sociais	21	21	21	20	20	19	21
Taxa de pobreza persistente	14	14	14	15	-	-	-
Dispersão de taxas de desemprego regionais - total	-	3,6	4,3	3,5	3,8	3,9	3,5
Dispersão de taxas de desemprego regionais - mulheres	-	7,3	8,2	6,8	5,9	6,3	5,9
Dispersão de taxas de desemprego regionais - homens	-	3	3,2	2,7	3,5	3,2	3,2
Abandono escolar precoce - total	46,6	44,9	42,6	44	45,1	40,4	39,4
Taxa de desemprego de longa duração	2,2	1,8	1,7	1,5	1,7	2,2	3
Crianças dos 0-17 anos a viver em famílias sem qualquer empregado	4,6	4,5	3,9	3,6	4,2	5	4,3
Adultos dos 18-59 anos a viver em famílias sem qualquer empregado	5,1	4,7	4,6	4,3	4,6	5,5	5,3

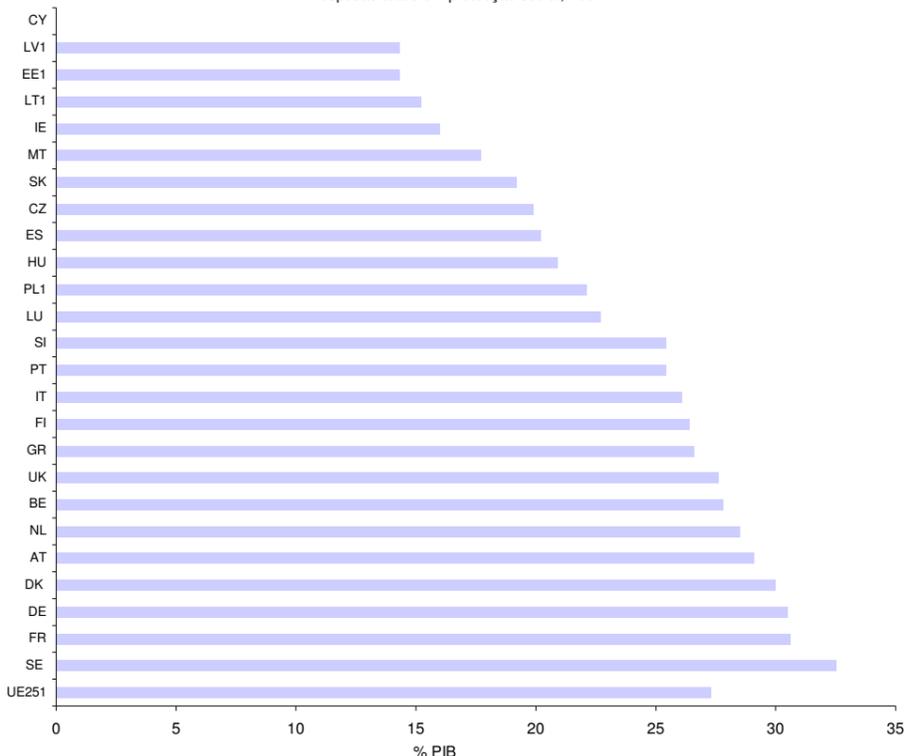
Fonte: INE, in Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Despesas em saúde, 2002



Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

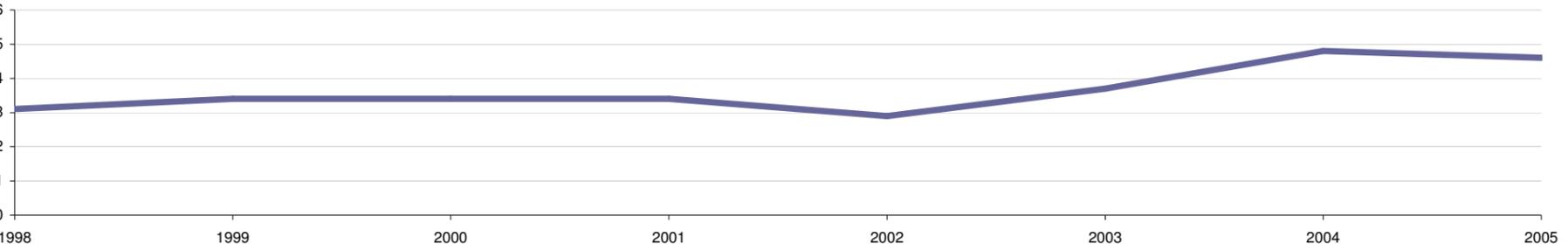
Despesas totais em protecção social, 2002



Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

Aprendizagem ao longo da vida (% participação em acções de formação)

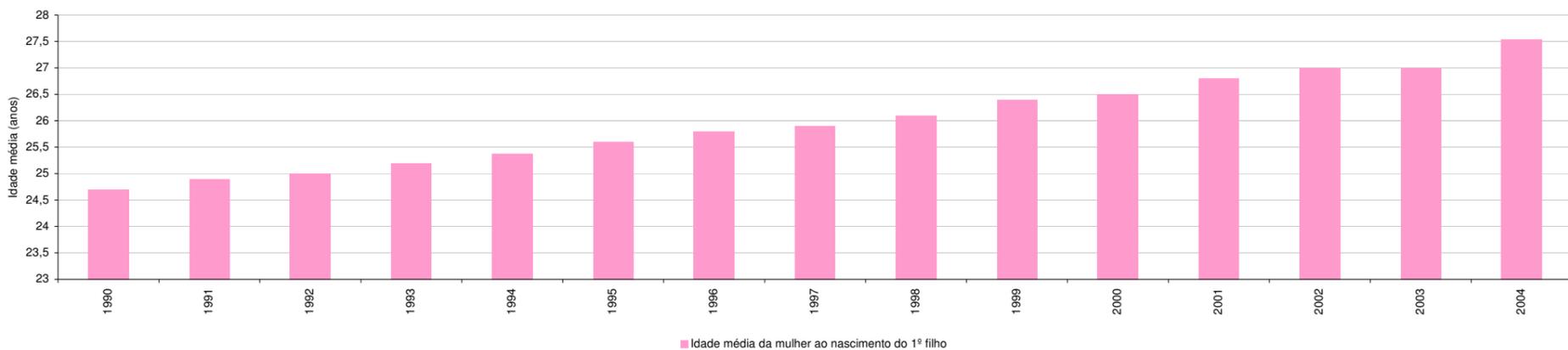
Portugal



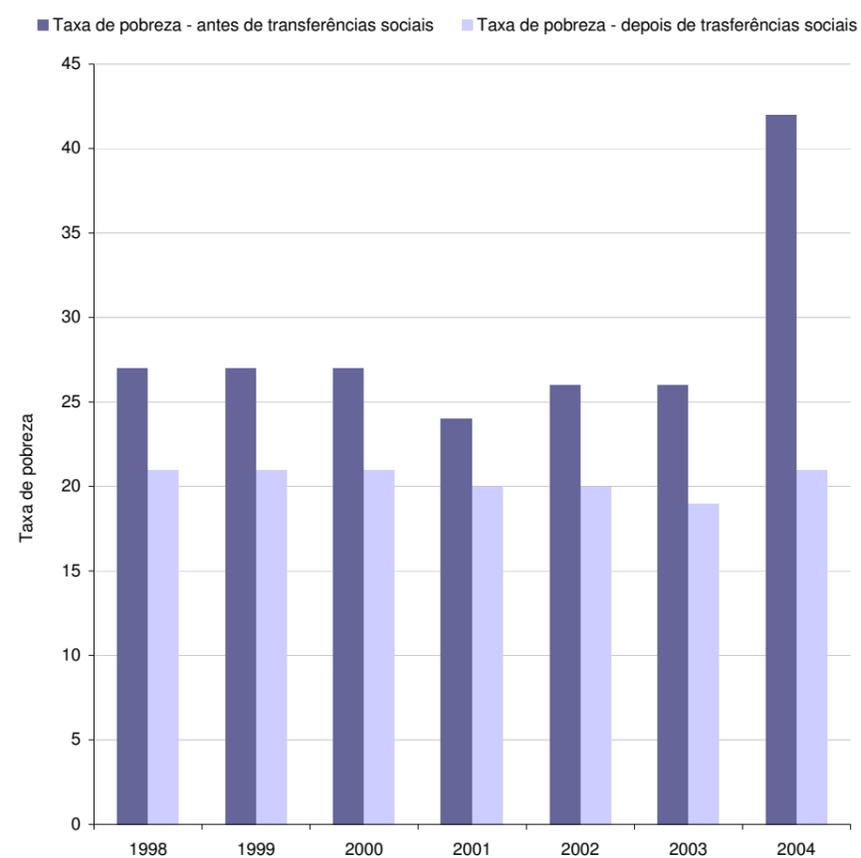
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Portugal			
	1980	1990	2002
Esperança média de vida à nascença	71,5	74,1	77,3
Mortalidade infantil (n.º de mortes por 1.000 nascimentos)	21,8	10,9	5,0
N.º de médicos por 100.000 habitantes	196,9	283,6	324,0
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho	23,6	24,7	27,0
N.º alunos matriculados no ensino superior	106.316	187.193	400.831
Taxa de escolaridade - Ensino secundário	-	8,4	13,0
Taxa de escolaridade - Ensino superior	-	6,6	11,4
Posse de computador pelas famílias (%)	-	11,0	28,0
Assinantes do serviço móvel terrestre	-	340.845	8.530.410

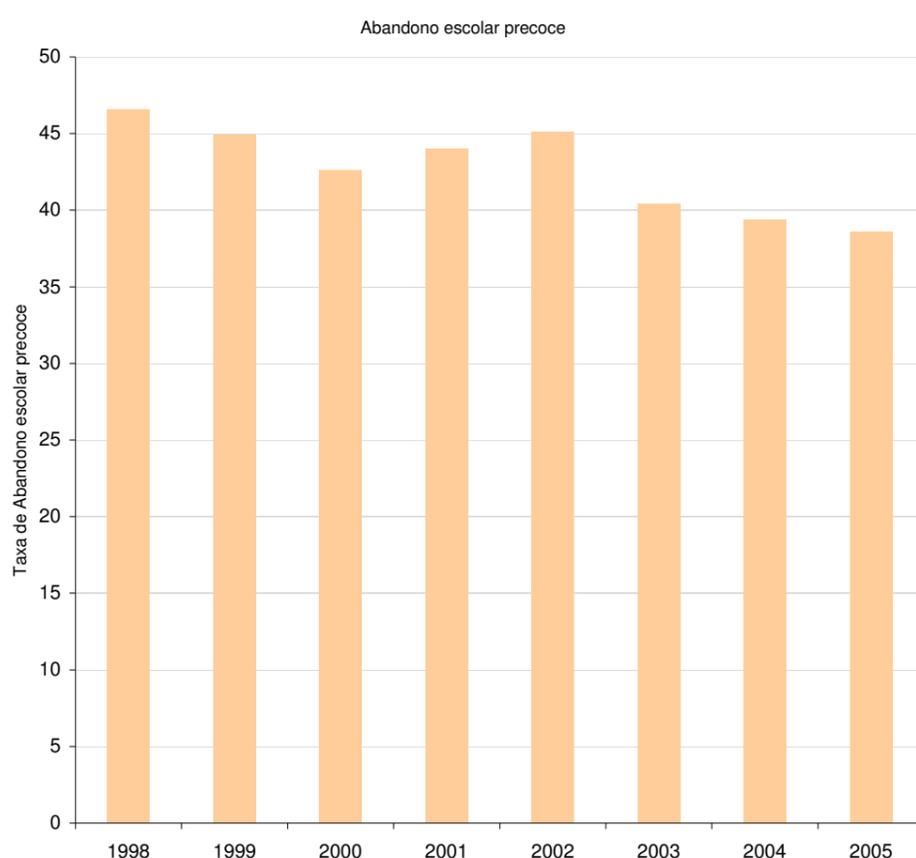
Fonte: INE in Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



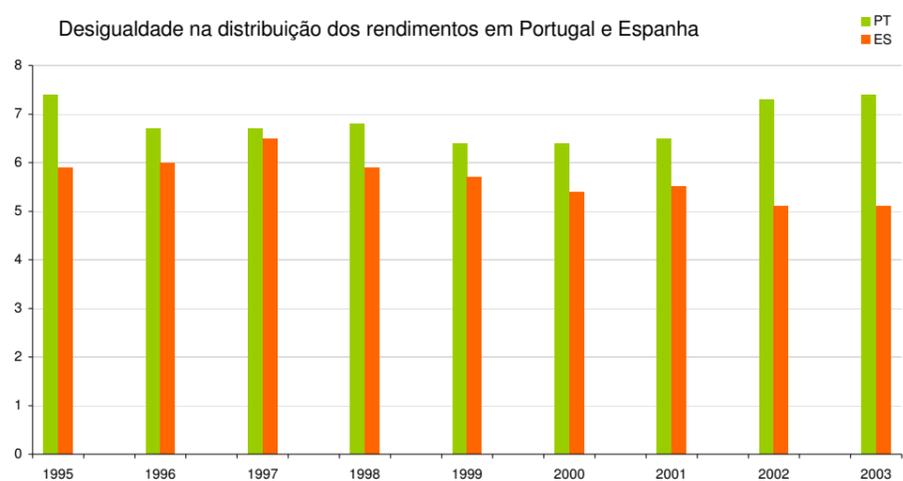
Fonte: Anuário Estatístico de Portugal 2004, INE, 2006



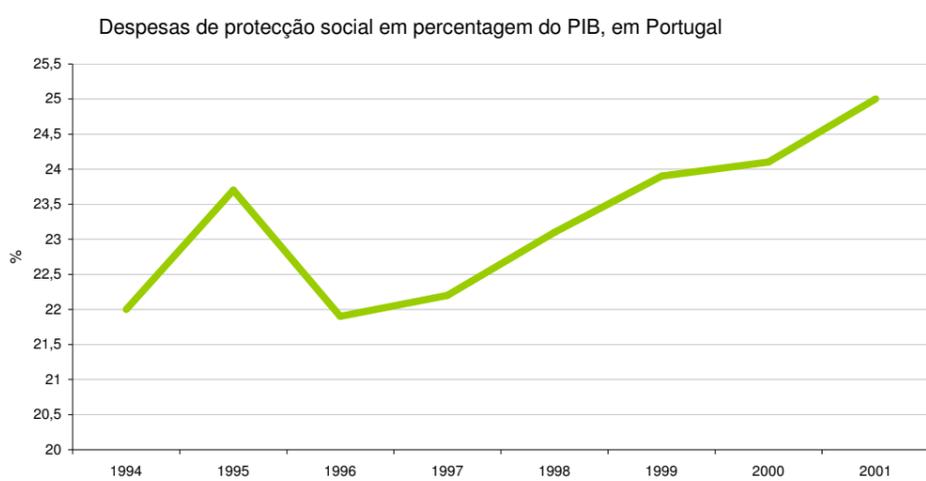
Fonte: Anuário Estatístico de Portugal 2004, INE, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

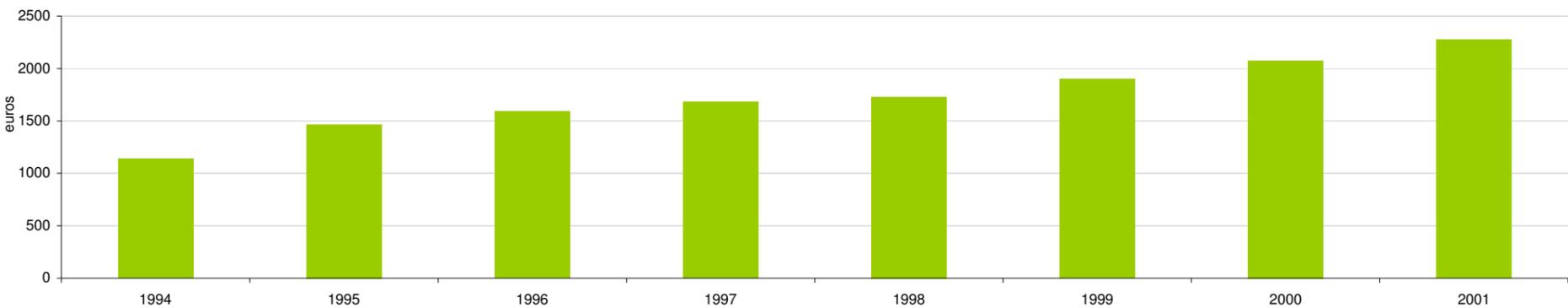


Fonte: Eurostat, 2006
Nota: 20%pop.maiores rendimentos/20%pop.menores rendimentos



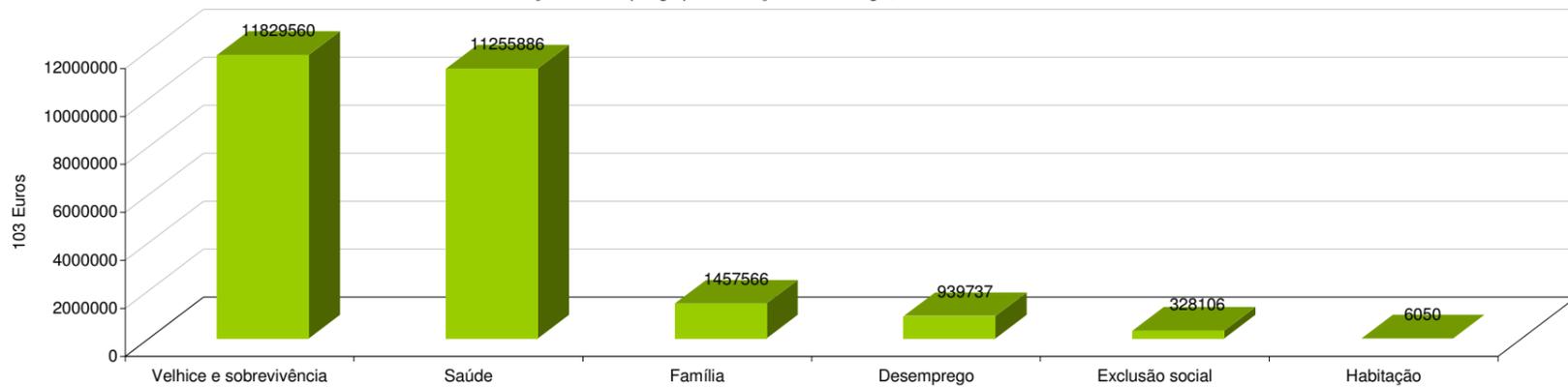
Fonte: Segurança Social, 2006

Despesas em prestações de velhice e sobrevivência por pessoa activa, em Portugal



Fonte: Segurança Social, 2006

Prestações sociais por grupos de funções em Portugal, em 2001



Fonte: Segurança Social, 2006

Inovação e Investigação

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Despesas públicas em educação (% PIB)	5,62	5,74	5,74	5,91	5,83		-	-
Despesas em matéria de I&D (% PIB)		0,72		0,85	0,8	0,78	-	-
% de despesas em I&D financiada pela indústria	21,3	21,3	27	31,5	31,6	31,7	-	-
% de despesas em I&D financiada pelo governo	69,1	69,7	64,8	61	60,5	60,1	-	-
% de despesas em I&D financiada pelo estrangeiro	5,7	5,3	5,2	5,1	5	5	-	-
Nível de acesso à internet (% famílias com acesso à internet)	-	-	-	-	15	22	26	31
Diplomados do ensino superior em ciência e tecnologia (pr. 1000 hab. Dos 20-29 anos)	5,2	6,1	6,3	6,6	7,4	8,2	-	-
N.º de patentes do Instituto Europeu de Patentes por milhão de habitantes	3158	4596	5751	5516	4751	3936	-	-
N.º de patentes do Instituto Norte-Americano de Patentes por milhão de habitantes	1325	1202	1322	0,783	0,659	-	-	-
Investimento de capital de risco - fase inicial (em proporção do PIB)	0,013	0,008	0,027	0,013	0,008	0,043	0,027	-
Investimento de capital de risco - expansão (em proporção do PIB)	0,036	0,04	0,093	0,051	0,04	0,042	0,089	-
Despesa em TIC - tecnologias de informação (% PIB)	-	-	-	-	2,2	2,1	2	-
Despesa em TIC - tecnologias de telecomunicações (% PIB)	-	-	-	-	5	5	5,1	-

Fonte: INE, in Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Indicadores Estruturais

Indicadores económicos globais em Portugal

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB per capita em PPC (UE-25=100)	78,1	80,8	80,9	80,1	79,6	72,9	72,4
Taxa de crescimento real do PIB (%)	4,7	3,9	3,9	2	0,5	-1,1	1,2
Produtividade do trabalho - PIB em PPC por empregado (UE-25=100)	70,1	72,2	72,4	71,8	71,5	66,1	66,1
Produtividade do trabalho - PIB em PPC por hora trabalhada (UE-15=100)	60,6	61,7	63,2	62,6	61,9	57,9	
Crescimento do emprego total (variação anual em %)		1,9	1,8	1,6	0,5	-0,4	0,1
Crescimento do emprego - mulheres (variação anual em %)		2,9	2	1,9	0,8	0,4	0,3
Crescimento do emprego - homens (variação anual em %)		1	1,6	1,4	0,2	-1,1	-0,1
Taxa de inflação - variação média anual do IHPC	2,2	2,2	2,8	4,4	3,7	3,3	2,5
Crescimento real dos custos unitários do trabalho	-0,5	1	1,5	0,4	0,2	1,2	-1
(-) de financiamento do Estado (% PIB)	-2,6	-2,8	-2,8	-4,2	-2,8	-2,9	-3
Dívida bruta das administrações (% PIB)	55	54,3	53,3	53,6	56,1	57,7	59,4

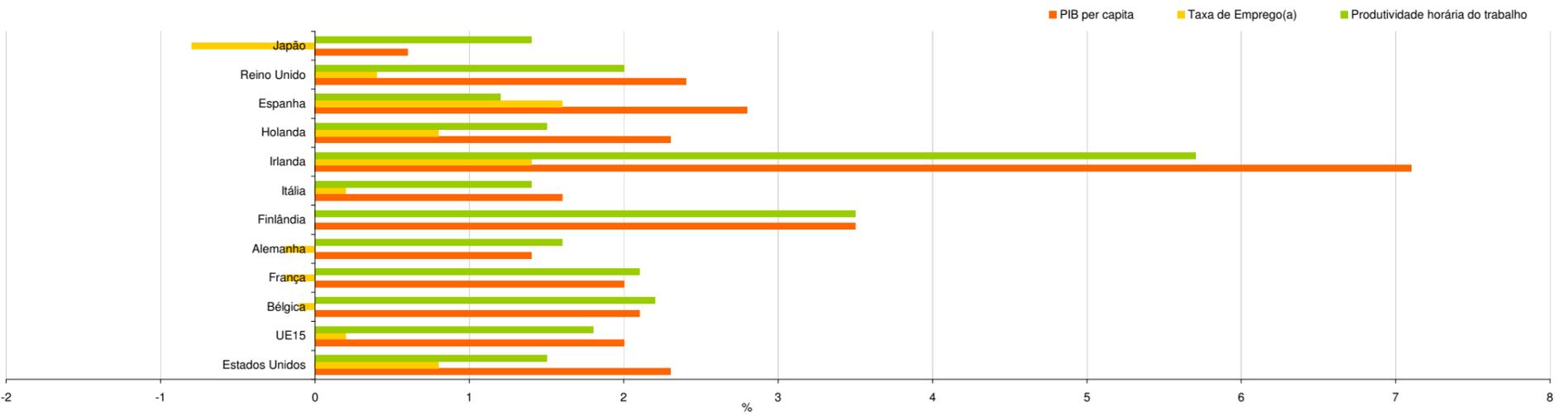
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Decomposição do crescimento estrutural do PIB per capita (1995-2002)

	PIB per capita	Taxa de Emprego(a)	Produtividade horária do trabalho
Estados Unidos	2,3	0,8	1,5
UE15	2	0,2	1,8
Bélgica	2,1	-0,1	2,2
França	2	-0,2	2,1
Alemanha	1,4	-0,2	1,6
Finlândia	3,5	0	3,5
Itália	1,6	0,2	1,4
Irlanda	7,1	1,4	5,7
Holanda	2,3	0,8	1,5
Espanha	2,8	1,6	1,2
Reino Unido	2,4	0,4	2
Japão	0,6	-0,8	1,4

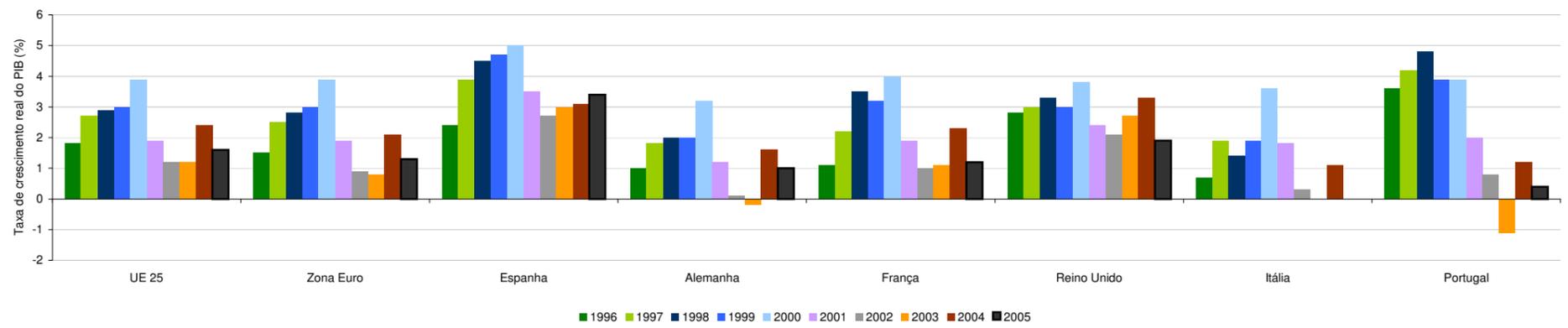
(a) Taxa de Emprego em horas de trabalho equivalentes.

Fonte: OCDE, Working Paper 355, 2003.



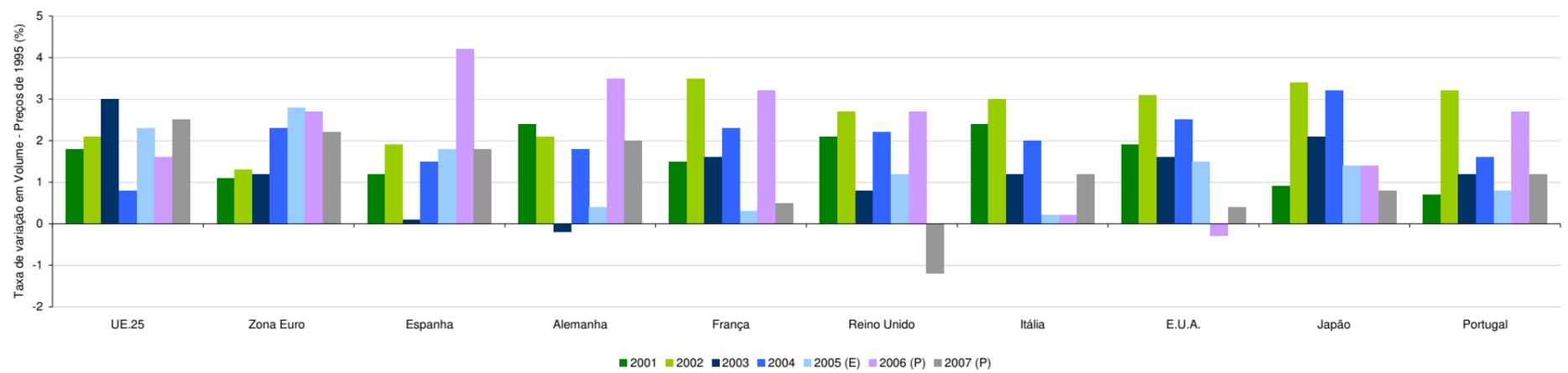
Fonte: OCDE, Working Paper 355, 2003.

Taxa de crescimento real do PIB (%)

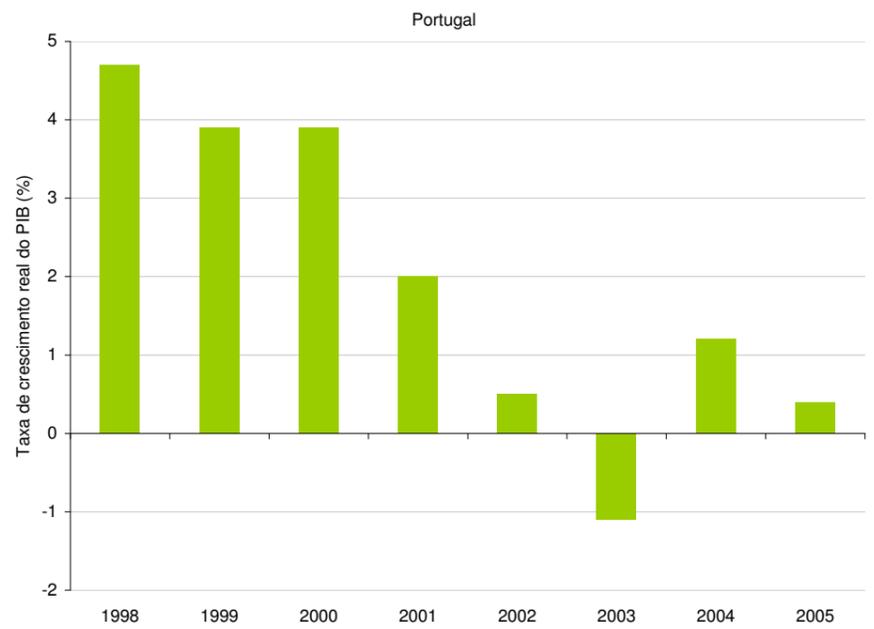
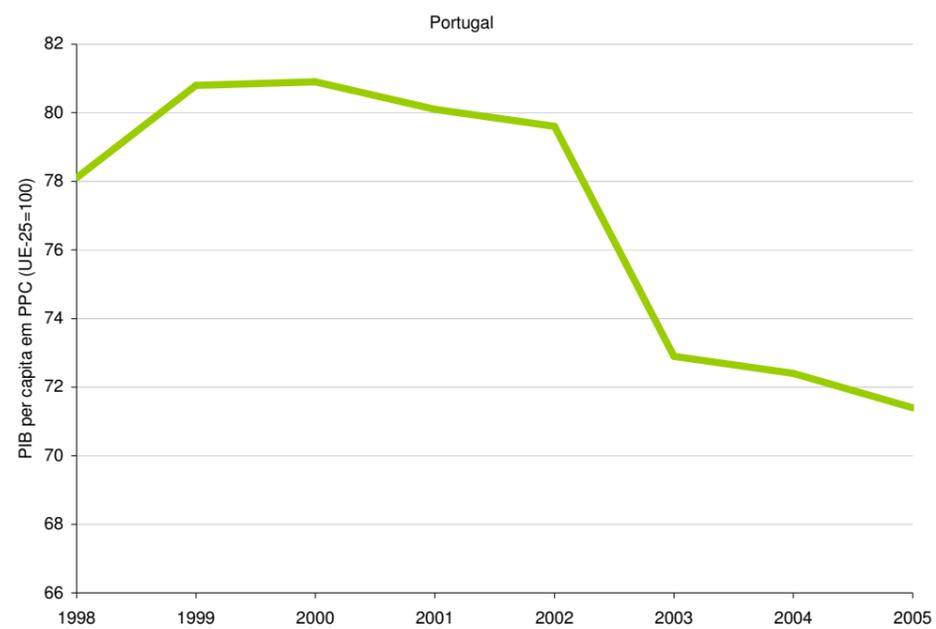


Fonte: Eurostat, "Indicadores Estruturais", 2006

PIB

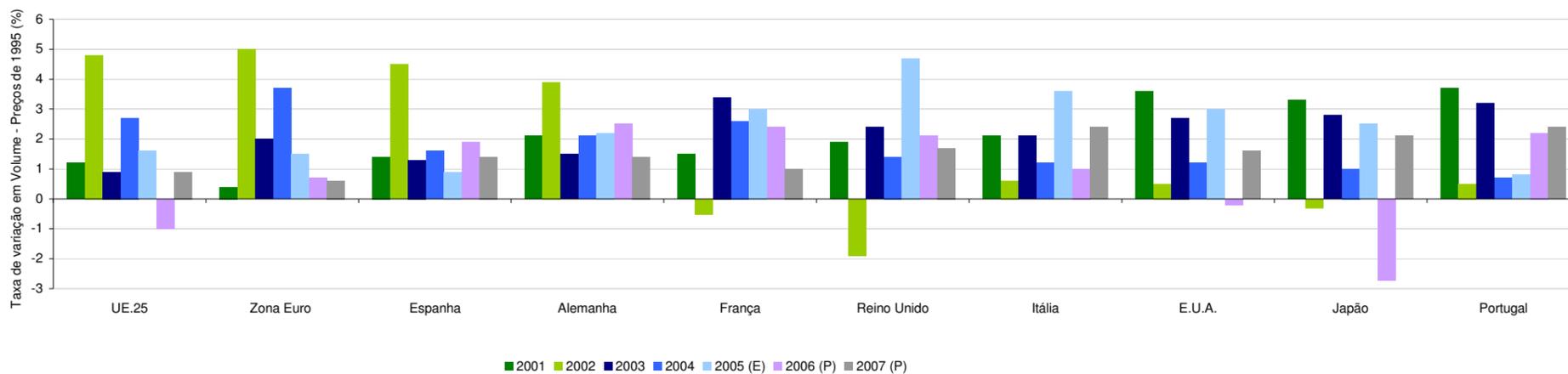


Fonte: EUROSTAT - Q.N.Accounts e A.N.Accounts; CE - Europ. Eco. - Supl. A (p/estimativas e previsões dos dados anuais) in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento. Nota: 2005 (estimativa), 2006 e 2007 (previsão)



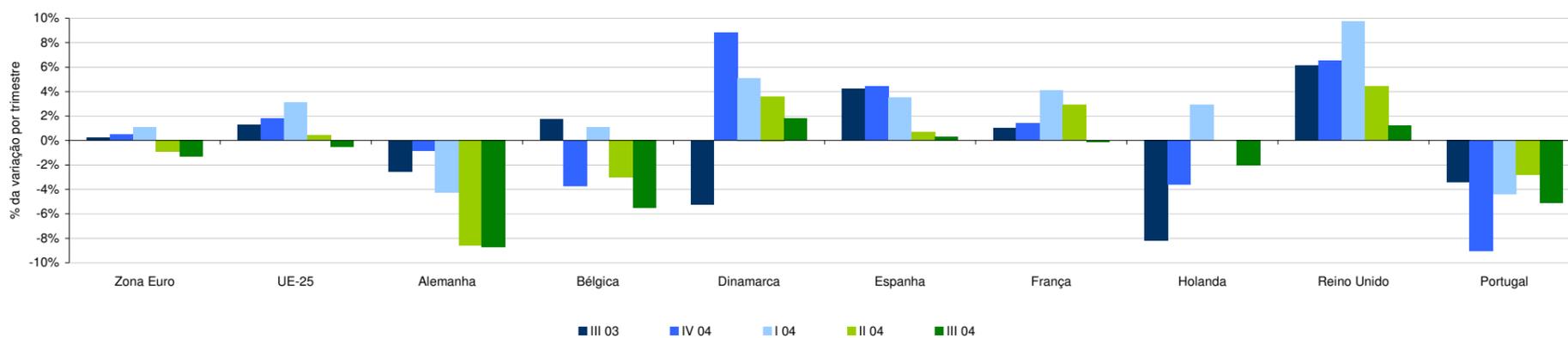
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Procura interna



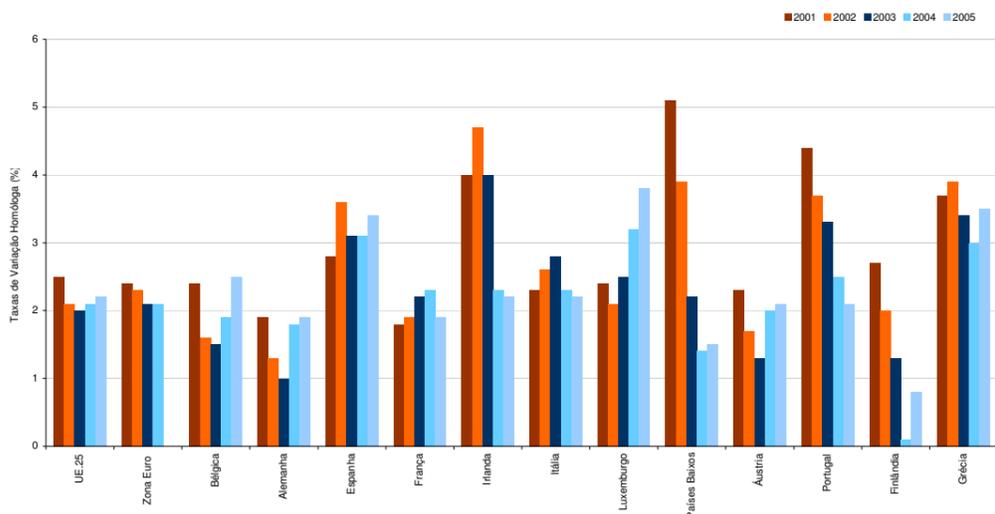
Fonte: EUROSTAT - Q.N.Accounts e A.N.Accounts; CE - Europ. Eco. - Supl. A (p/estimativas e previsões dos dados anuais) in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento. Nota: 2005 (estimativa), 2006 e 2007 (previsão)

Produção na construção, em percentagem da variação por trimestre

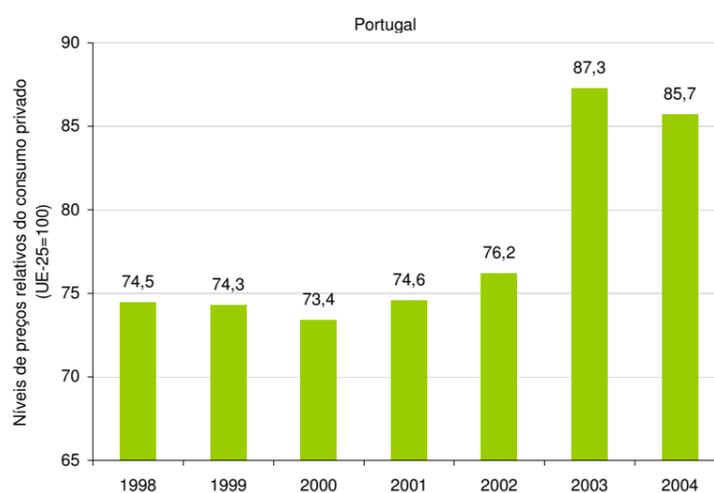


Fonte: Situação Imobiliária - Portugal - Abril 2005, BBVA.

Índice harmonizado de preços no consumidor

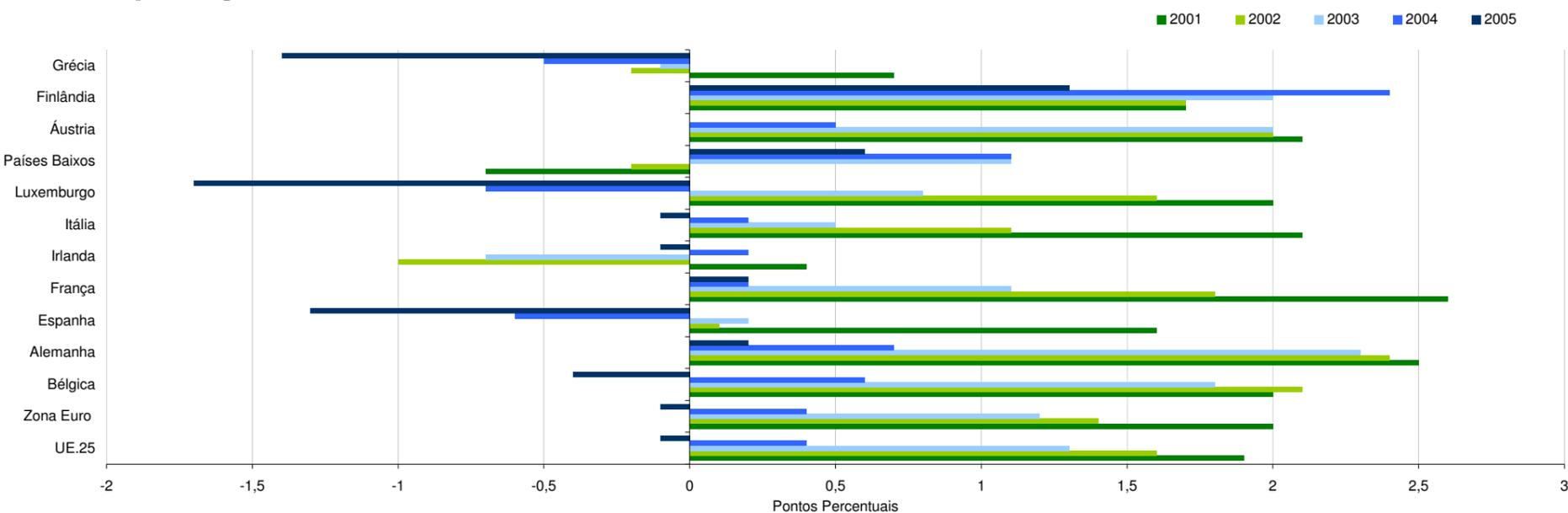


Fonte: EUROSTAT in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento.

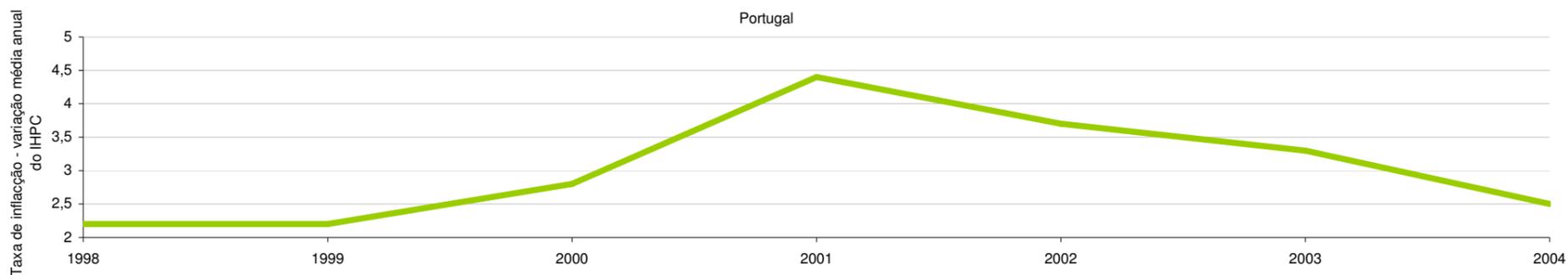


Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Diferencial de inflação - Portugal face à UE.25 e Zona Euro

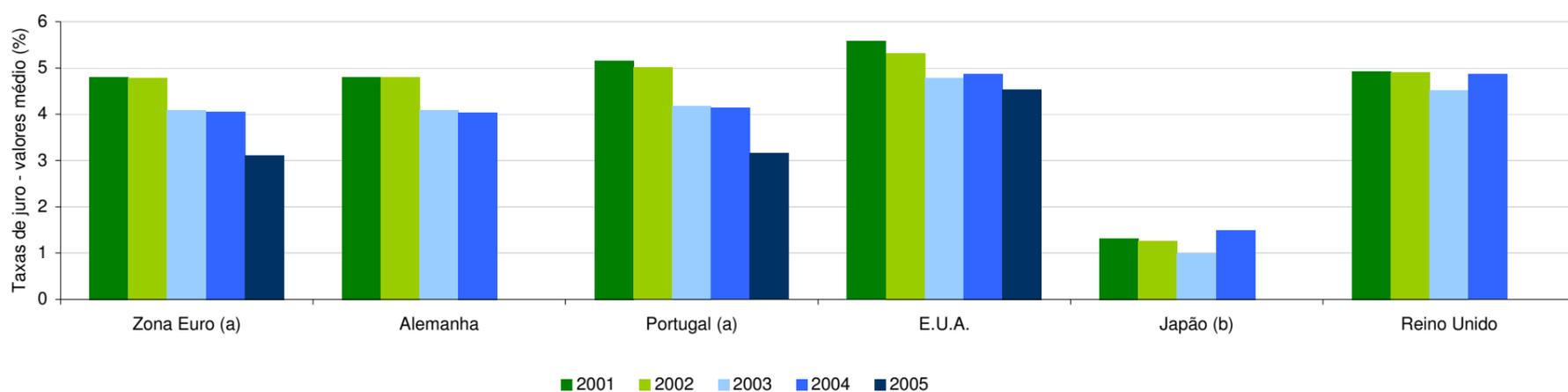


Fonte: EUROSTAT in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento. Nota: valor calculado com base nas taxas de variação homóloga do Índice harmonizado de Preços no Consumidor (1996=100)



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Taxas de juro - valores médios



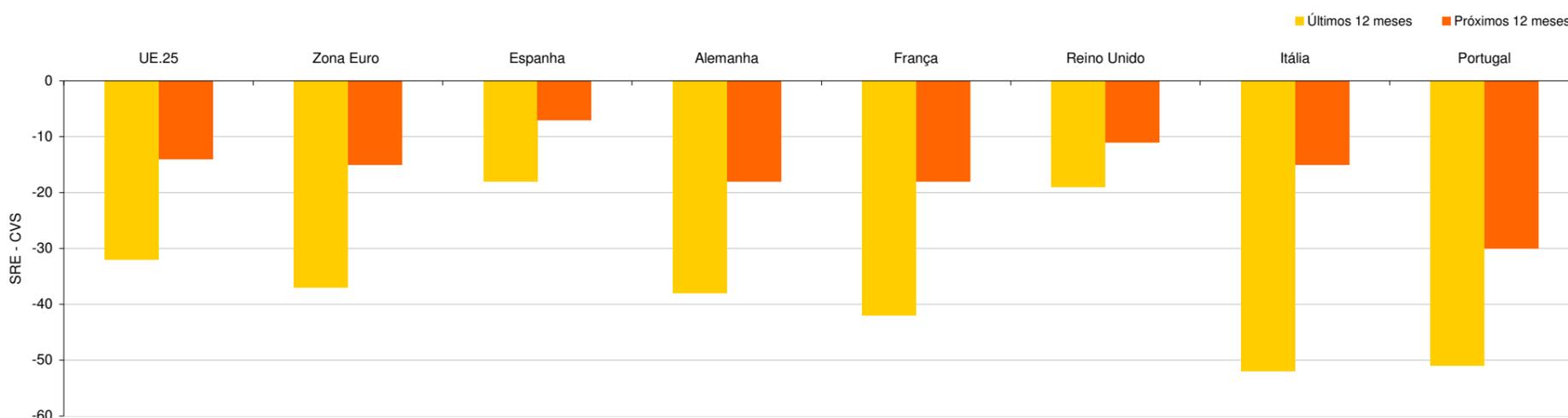
Fonte: OCDE - Main Economic Indicators; BP - Boletim Estatístico in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Notas:

Zona Euro e Portugal: Taxas de rendibilidade de longo prazo de obrigações consideradas de referência (a partir de 2000, consideradas de fecho).

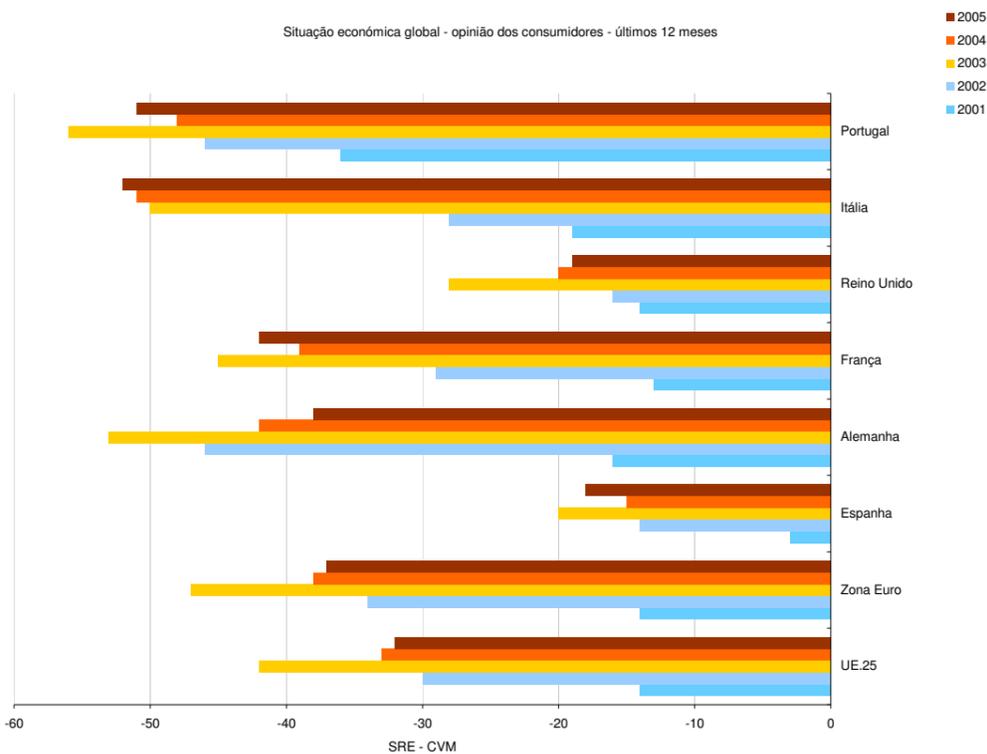
Japão: Valores em fim de período.

Situação económica global - opinião dos consumidores na UE.25, na Zona Euro, em Espanha, na Alemanha, em França, no Reino Unido, em Itália e em Portugal

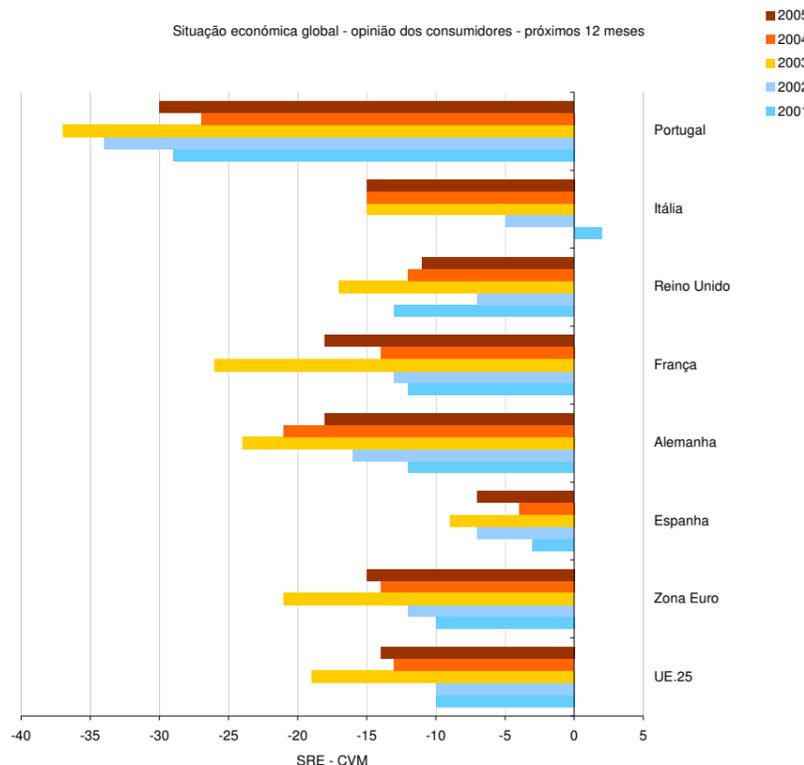


Fonte: CE - European Economy - Supplement B; DPP in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Situação económica global - opinião dos consumidores - últimos 12 meses

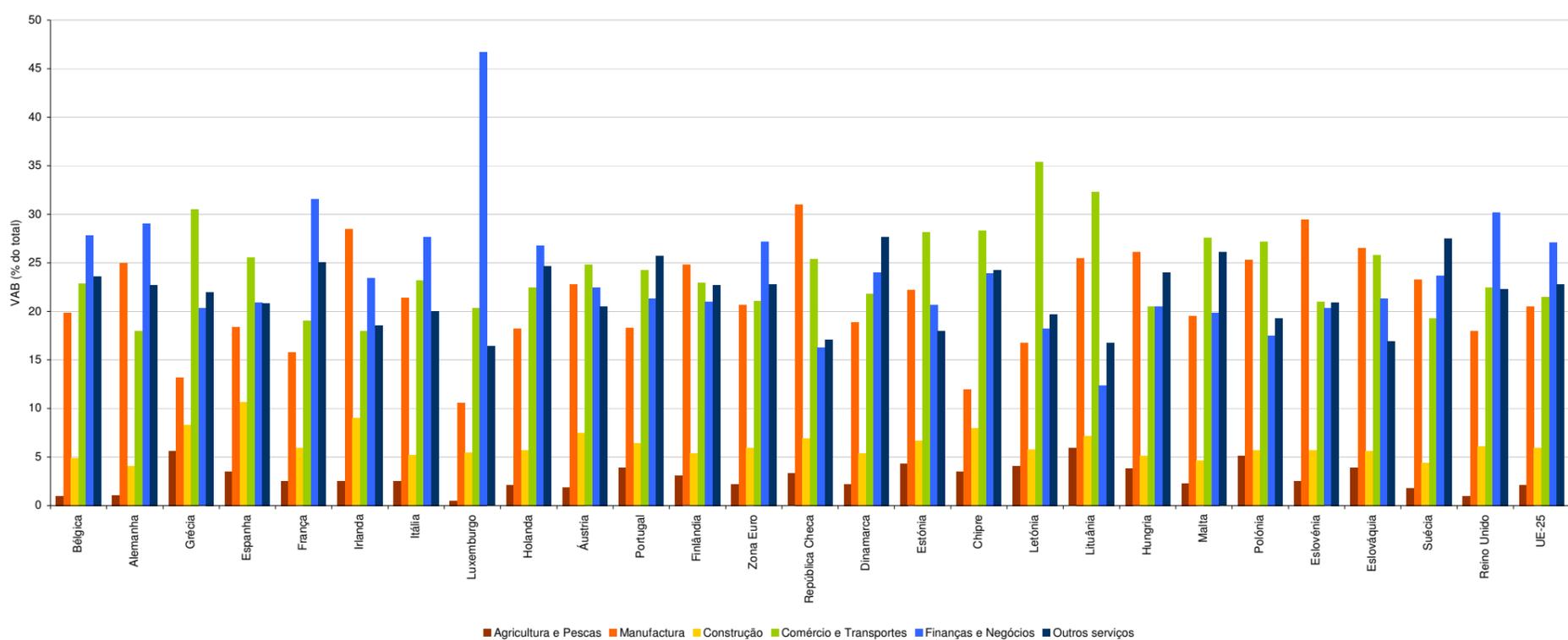
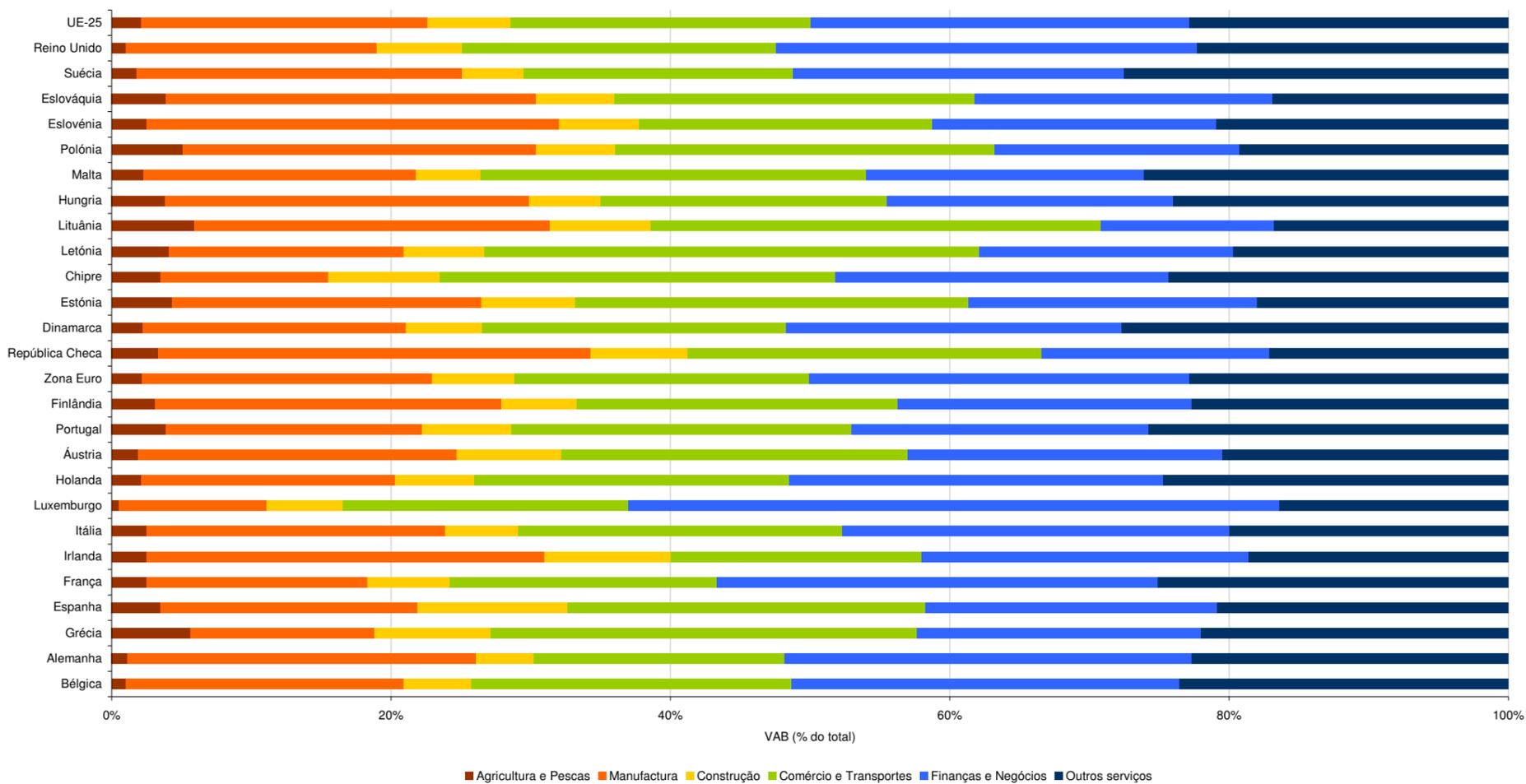


Situação económica global - opinião dos consumidores - próximos 12 meses

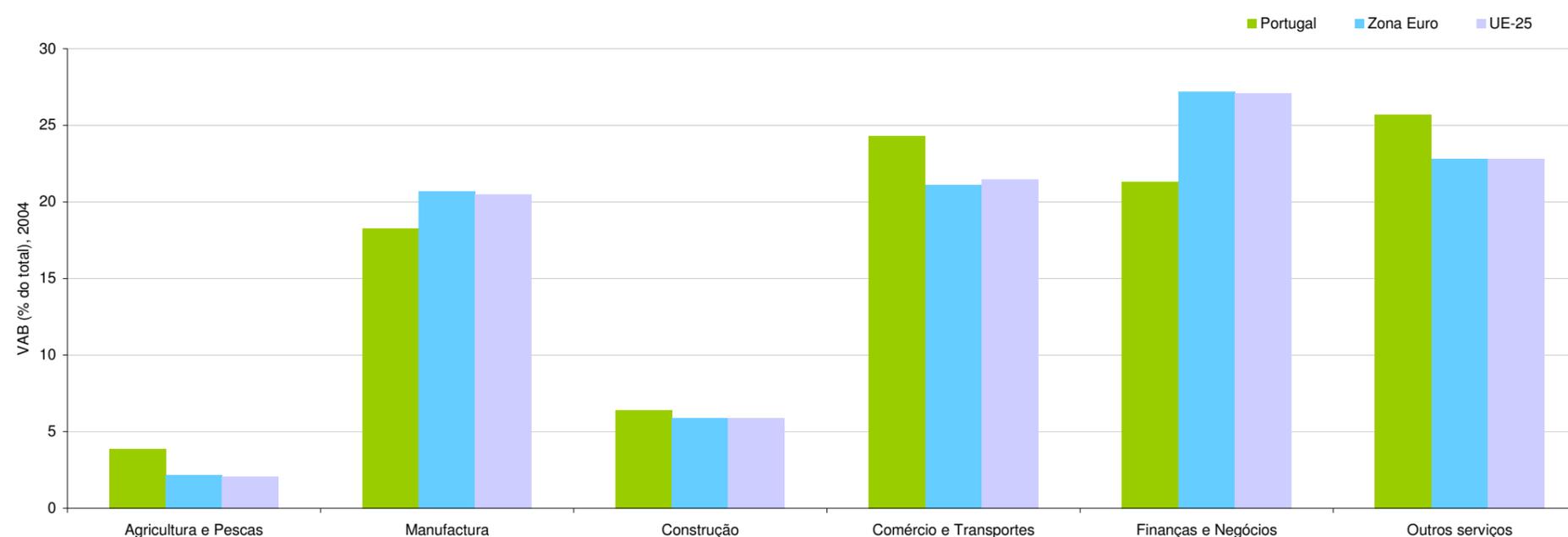


Fonte: CE - European Economy - Supplement B; DPP in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento.

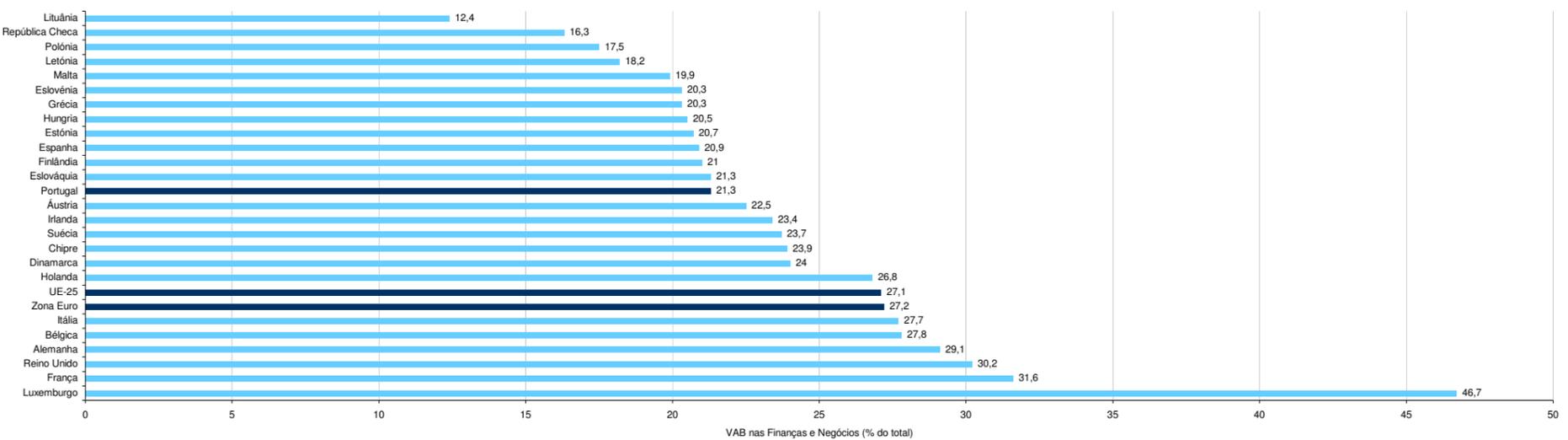
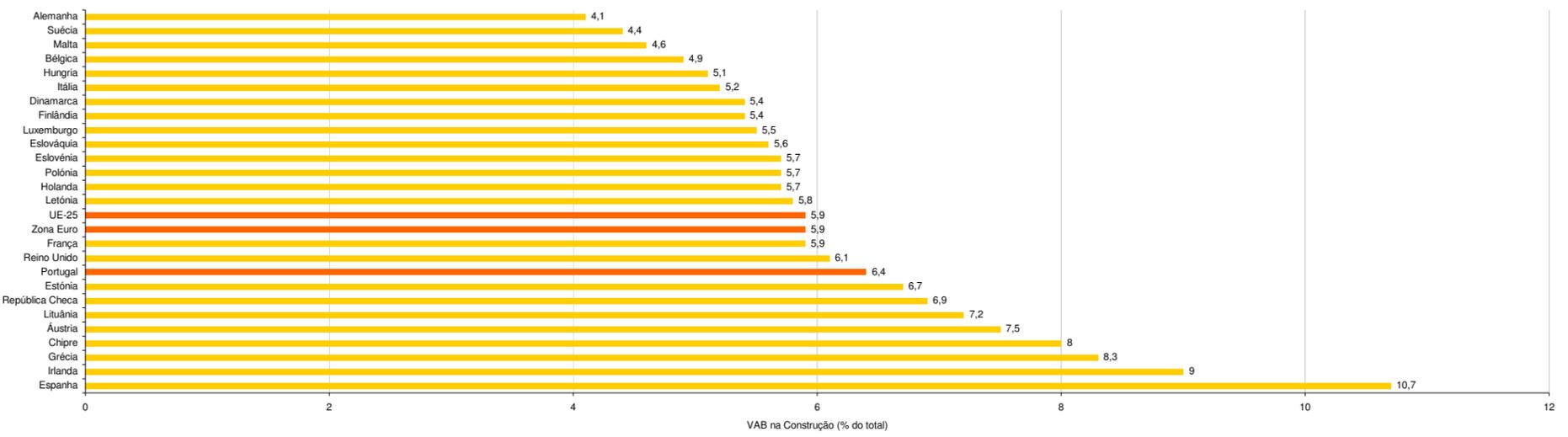
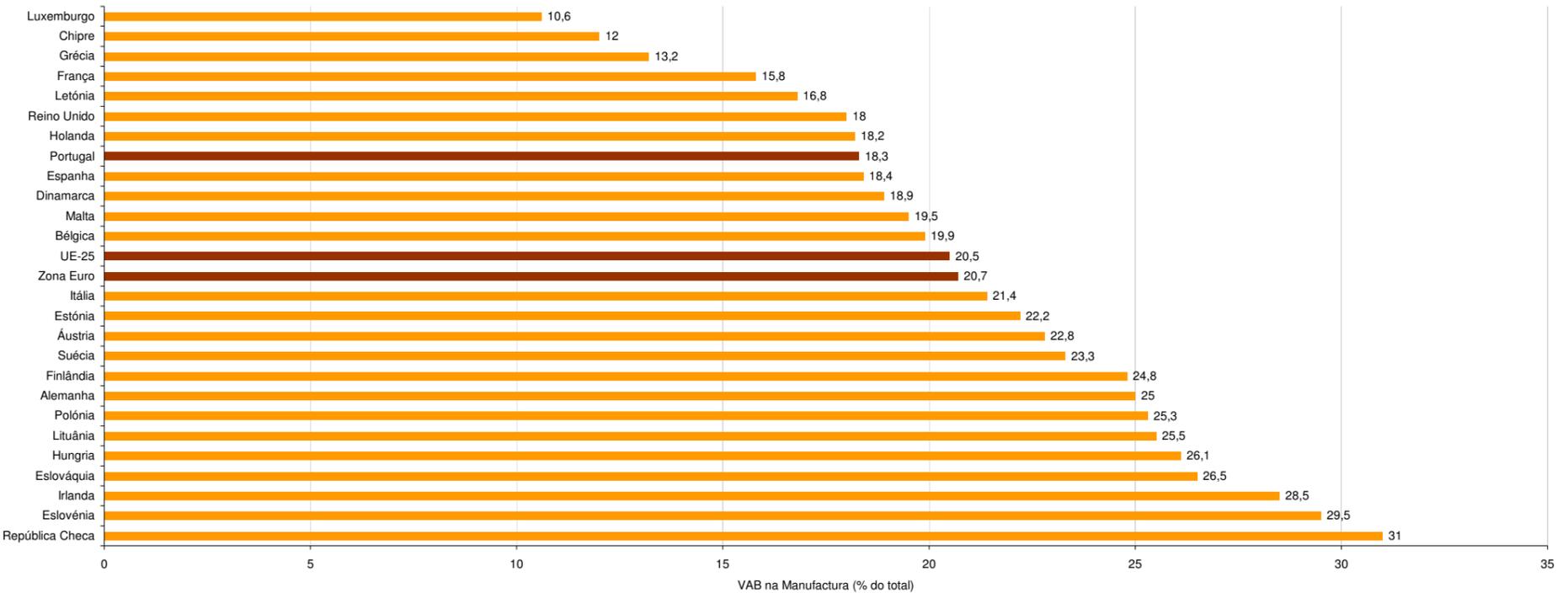
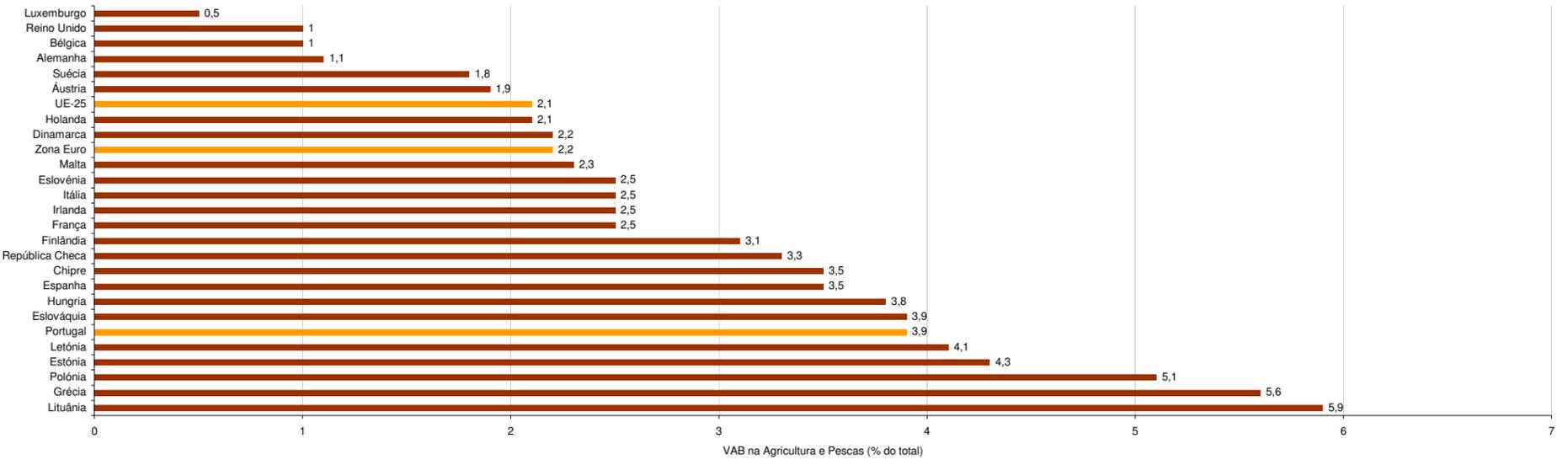
Valor bruto adicionado pela actividade económica, em 2004.

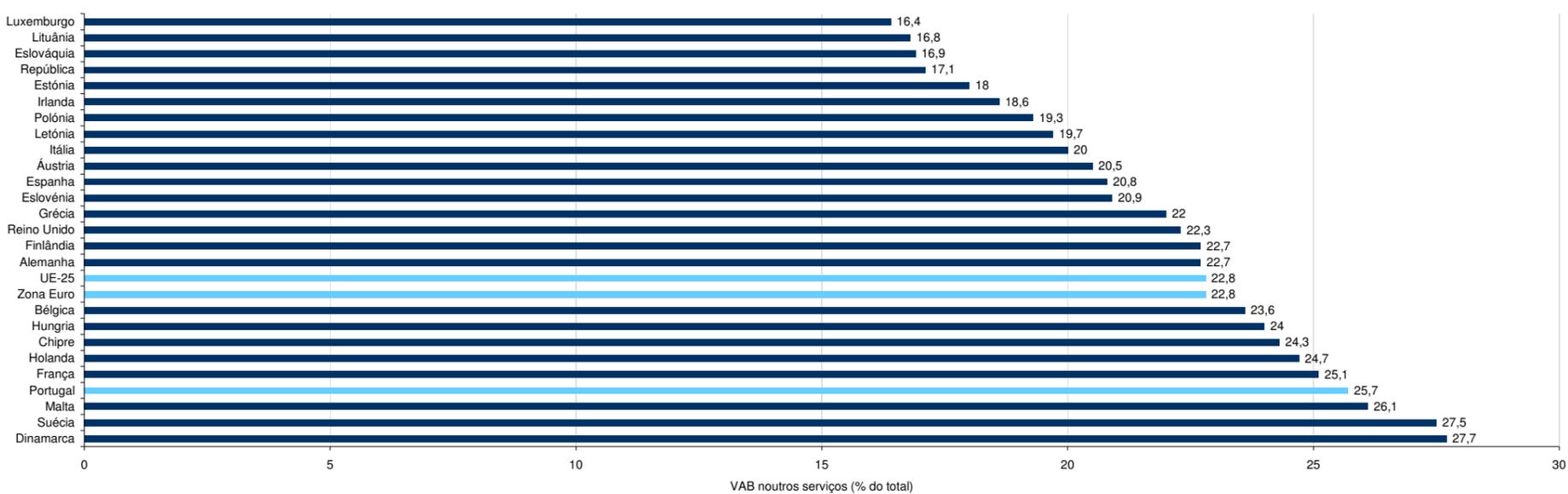
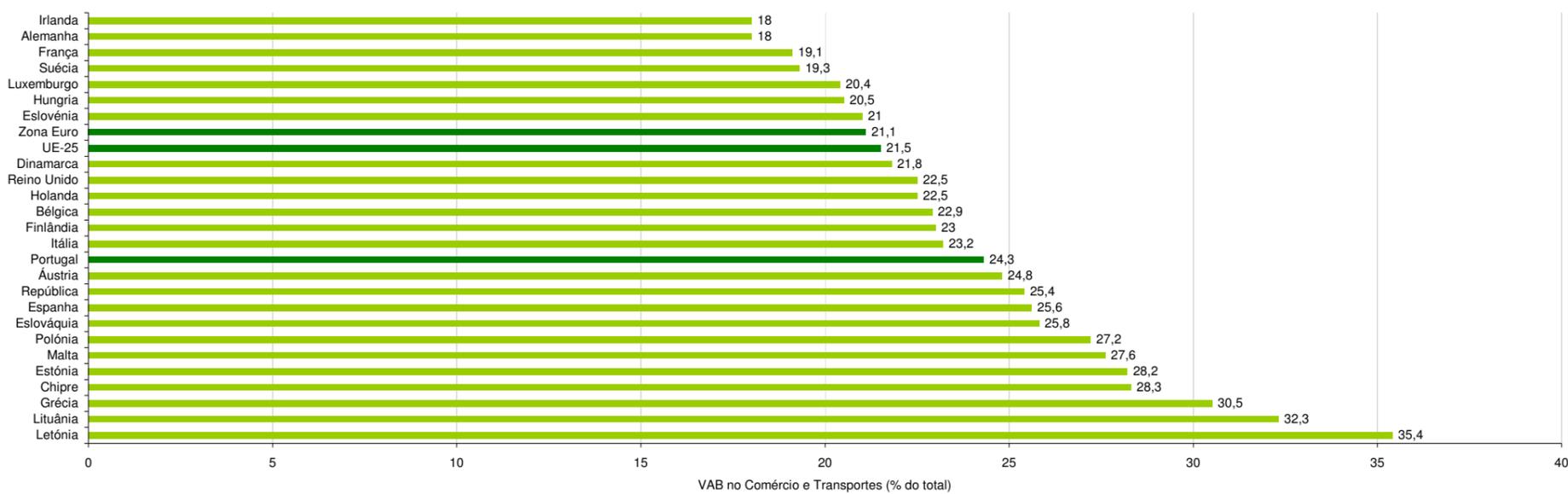


Fonte: Eurostat in Statistics Pocket Book 2006 - European Central Bank, Março 2006.



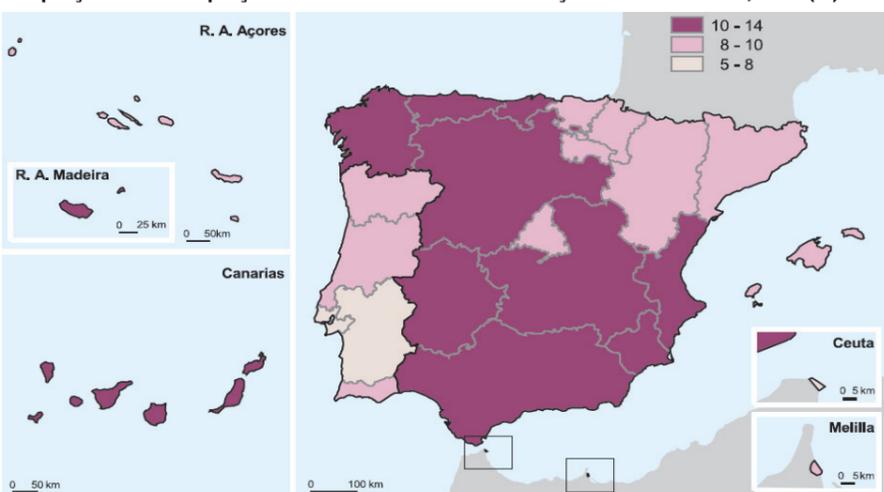
Fonte: Eurostat in Statistics Pocket Book 2006 - European Central Bank, Março 2006.



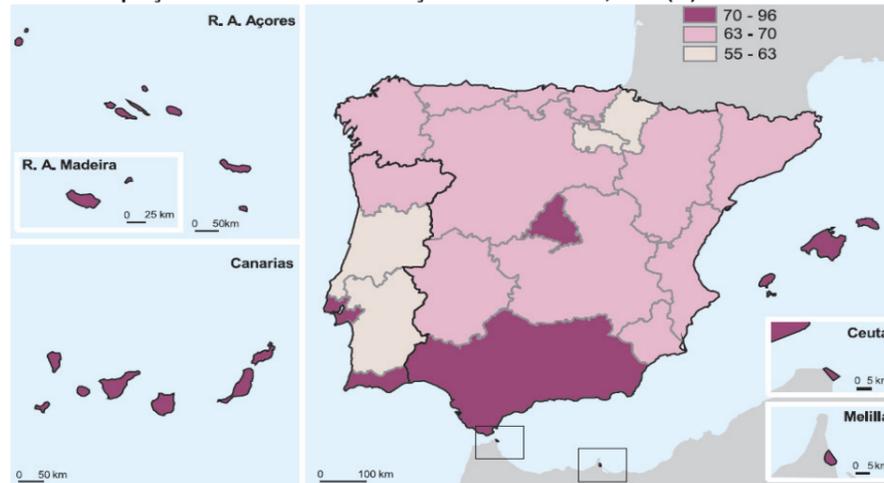


Fonte: Eurostat in Statistics Pocket Book 2006 - European Central Bank, Março 2006.

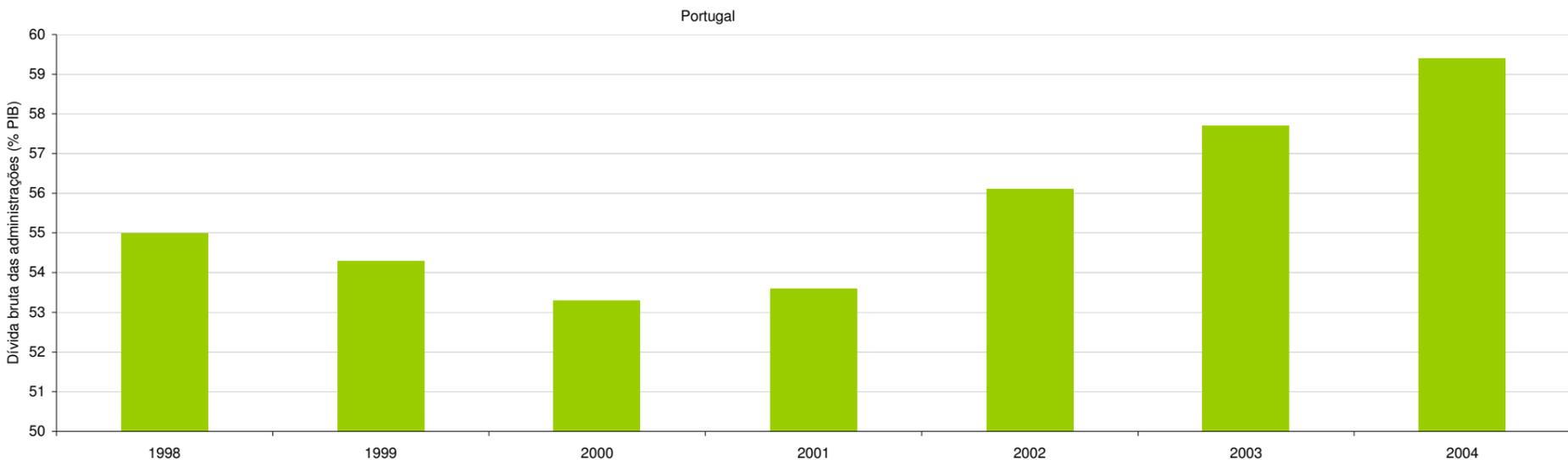
Proporção do VAB a preços de base do sector da construção no total do VAB, 2002 (%)



Proporção do VAB a preços de base do sector serviços no total do VAB, 2002 (%)

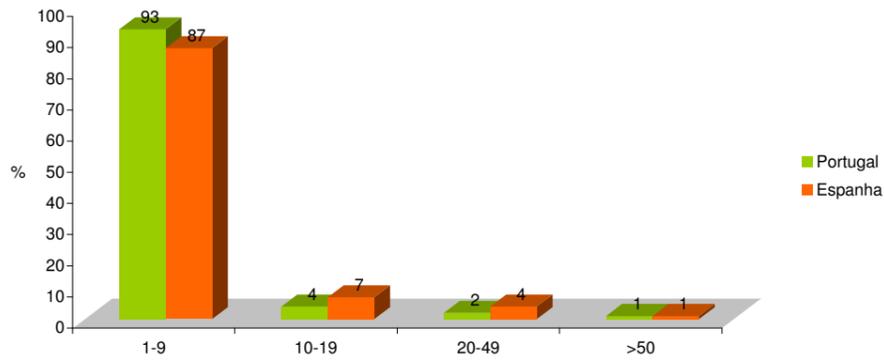


Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.



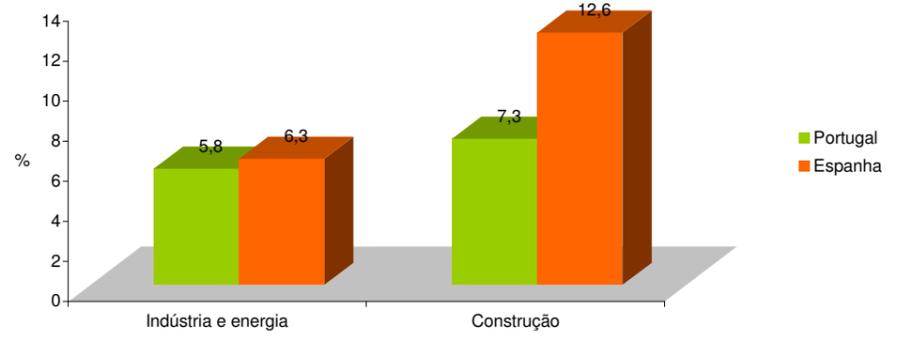
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Empresas de construção por número de empregados, 2002

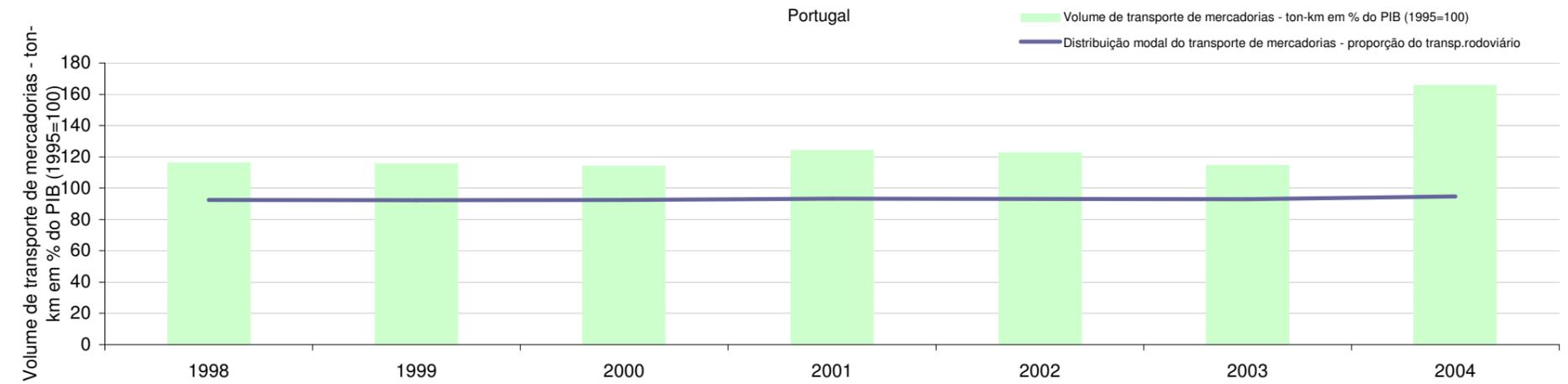


Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

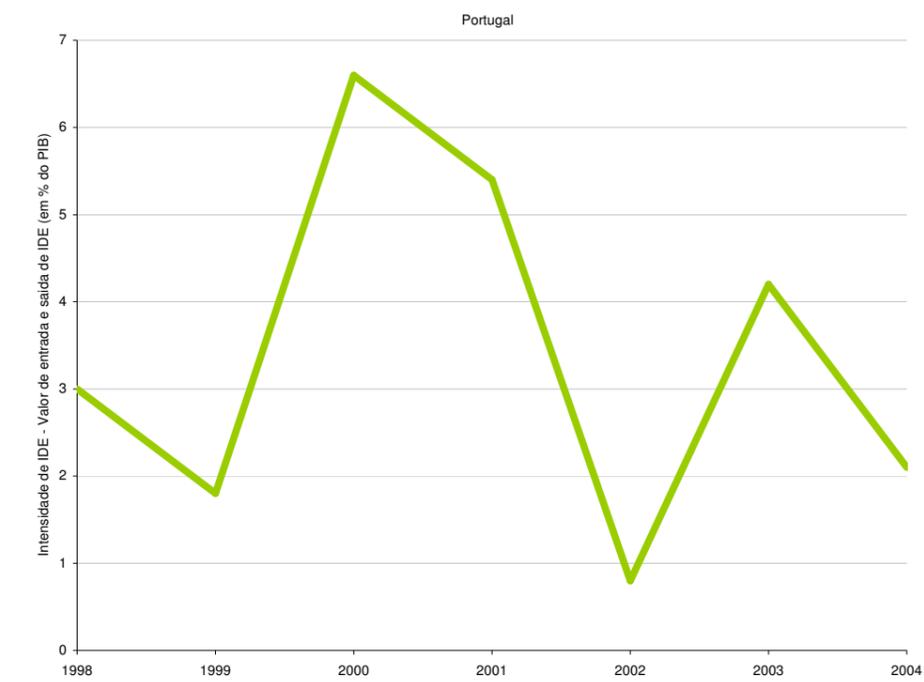
Taxa de natalidade das empresas por sector, 2002



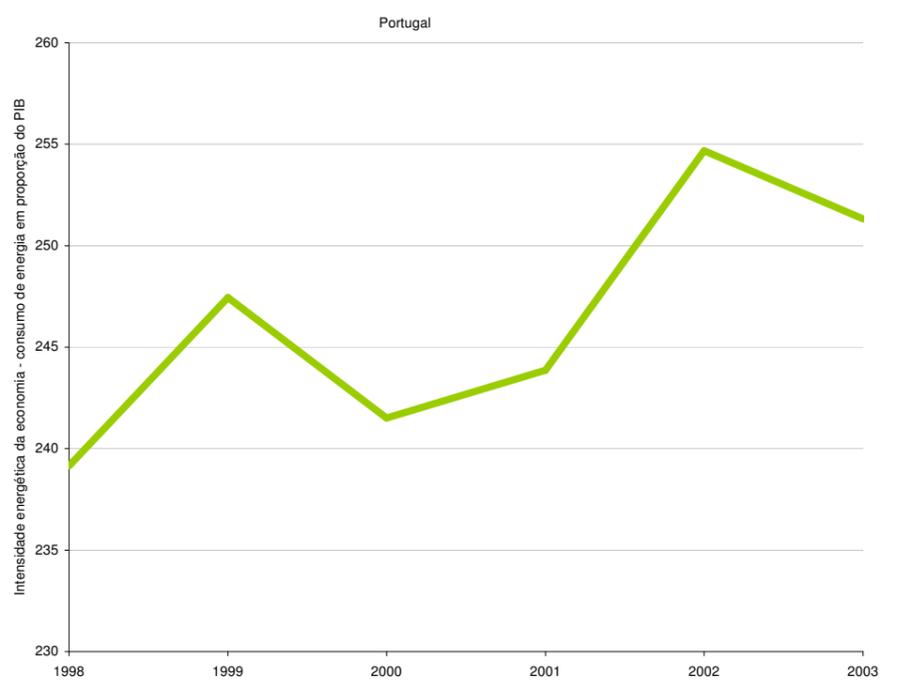
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

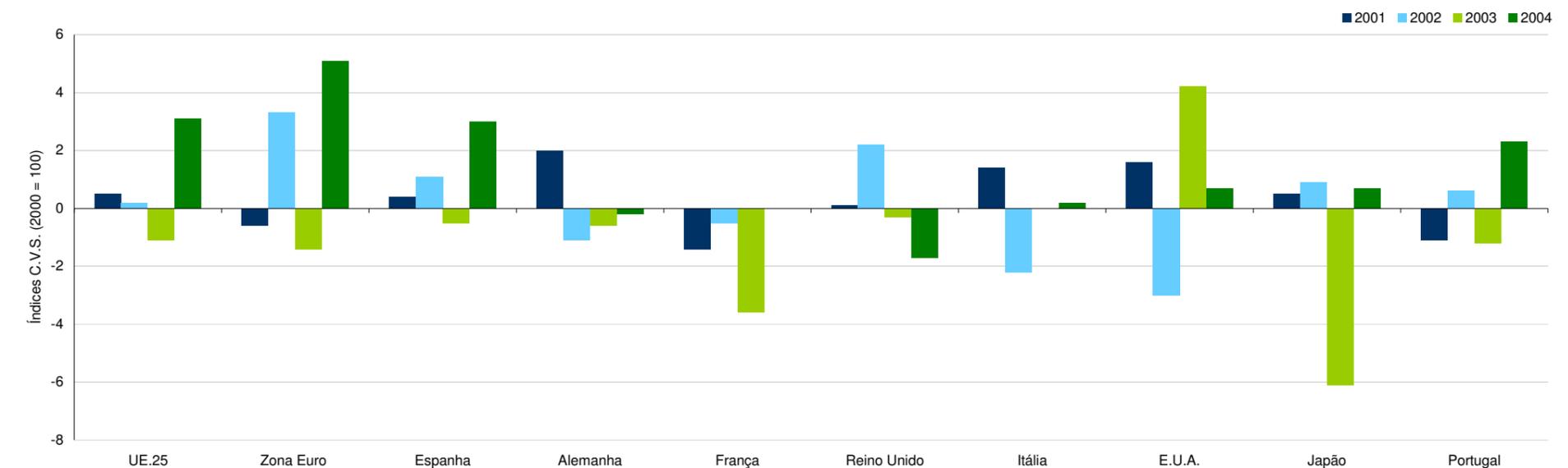


Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Índice de produção industrial (indústria sem construção)

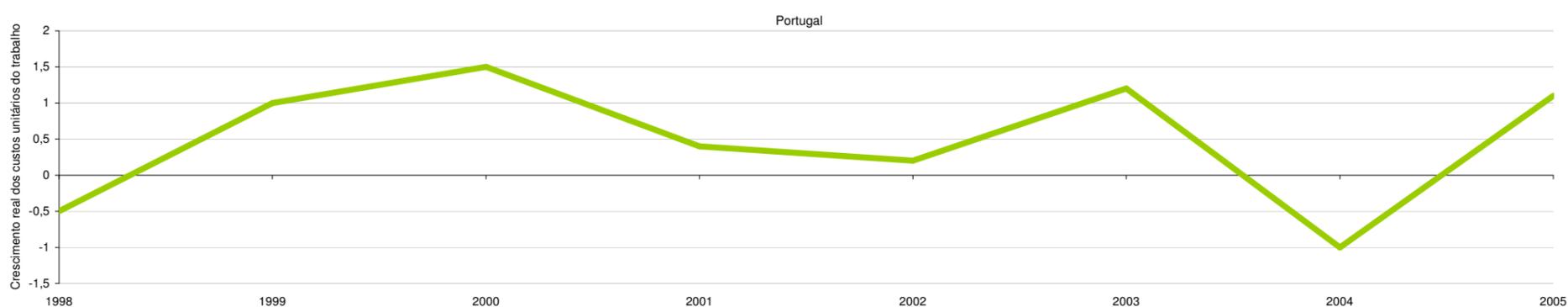


Fonte: EUROSTAT; OCDE; DPP in Informação Económica nº 75-2005, Departamento de Prospectiva e Planeamento.

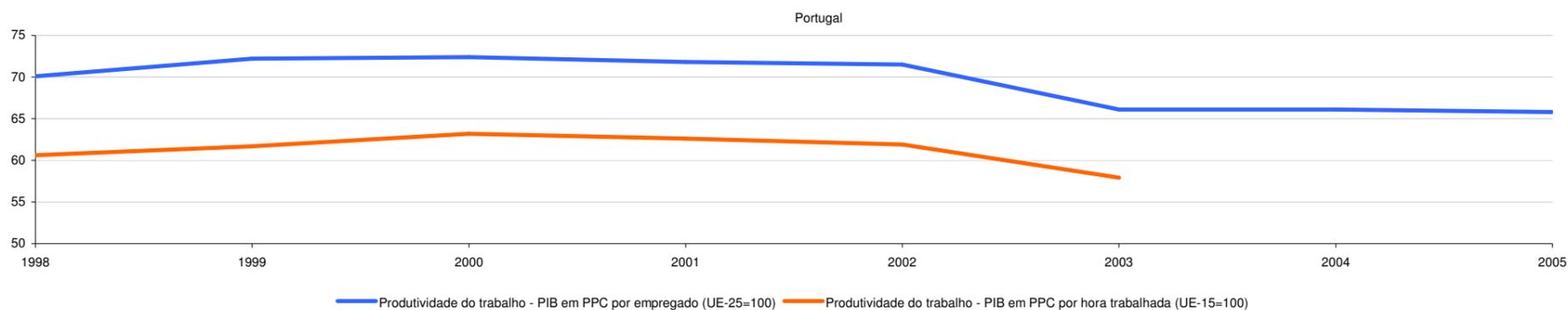
Reforma Económica

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Níveis de preços relativos do consumo privado (UE-25=100)	74,5	74,3	73,4	74,6	76,2	87,3	85,7	-
Preço das telecomunicações - chamadas locais (em Euro por 10 min chamada)	0,25	0,27	0,23	0,3	0,31	0,31	0,4	-
Preço das telecomunicações - chamadas nacionais (em Euro por 10 min chamada)	2,53	2,15	1,28	1,13	1,15	0,96	0,65	-
Preço das telecomunicações - chamadas p/ EUA (em Euro por 10 min chamada)	6,13	4,23	3,68	2,89	2,52	2,52	2,52	-
Preços da electricidade - utilizadores industriais (em Euro por kWh)	0,071	0,065	0,064	0,065	0,067	0,067	0,068	0,071
Preços da electricidade - famílias (em Euro por kWh)	0,125	0,12	0,119	0,12	0,122	0,126	0,128	0,131
Preços do gás - utilizadores industriais (em Euro por Gigajoule)	-	-	-	6,88	6,26	6,39	5,68	6,03
Preços do gás - famílias (em Euro por Gigajoule)	-	-	-	13,68	13,19	12,7	11,48	11,75
Quota de mercado do maior produtor de energia eléctrica	-	57,8	58,5	61,5	61,5	61,5	-	-
Quota de mercado do maior operador das telecomunicações móveis	-	-	-	44	45	52	52	-
Contratos públicos (em % do PIB)	2,15	2,08	2,1	2,47	2,59	2,46	-	-
Auxílios estatais sectoriais e ad hoc - em % do PIB	1,04	0,97	0,67	0,96	0,98	1,05	-	-
Integração do comércio - valor das importações e exportações - bens (% do PIB)	27,1	26,7	28,3	27,2	25,6	25,3	26,2	-
Integração do comércio - valor das importações e exportações - serviços (% do PIB)	6,7	6,9	7,1	7	6,8	6,7	6,9	-
Intensidade de IDE - valor de entrada e saída de IDE (em % do PIB)	3	1,8	6,6	5,4	0,8	4,2	2,1	-
Formação bruta de capital fixo pelo sector privado - em % do PIB	22,8	22,9	23,4	22,7	21,1	19	18,3	-

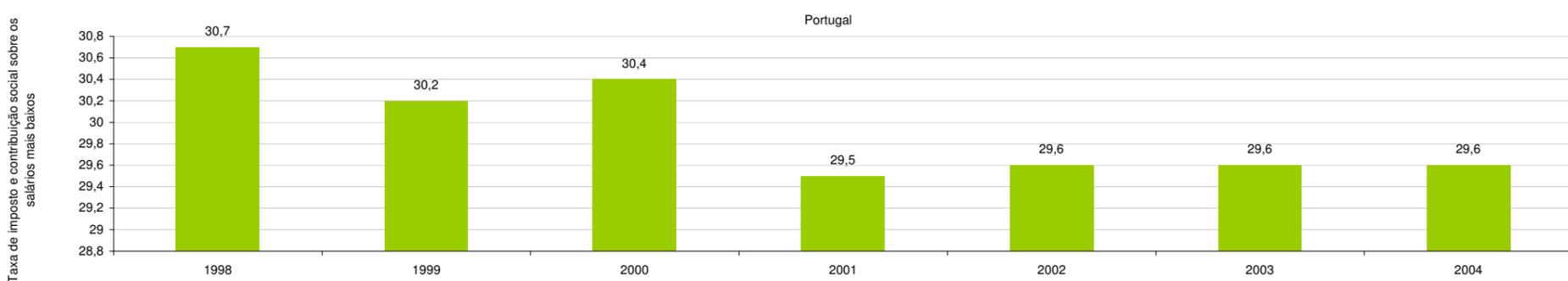
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



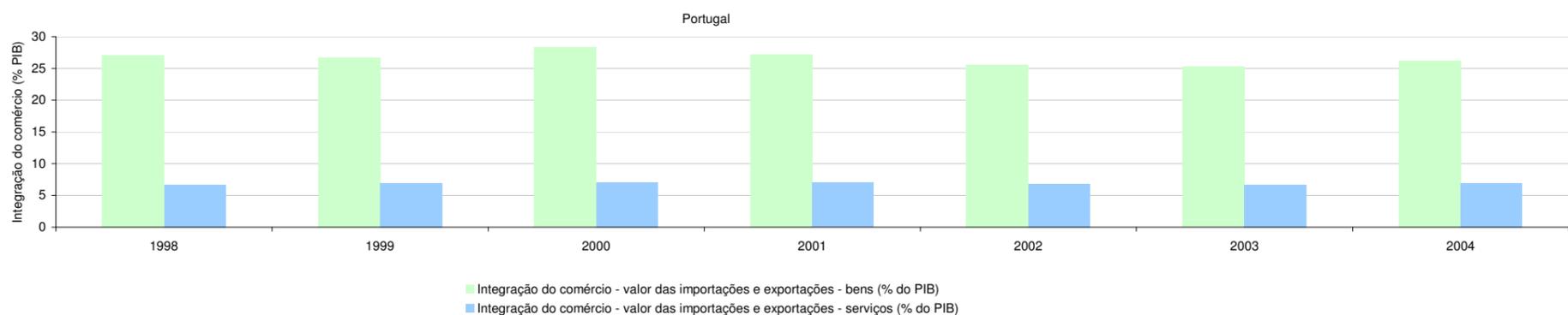
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



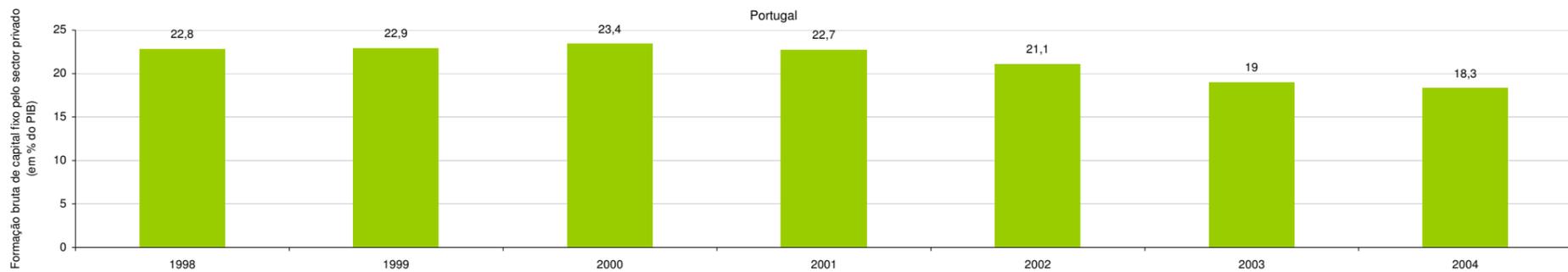
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

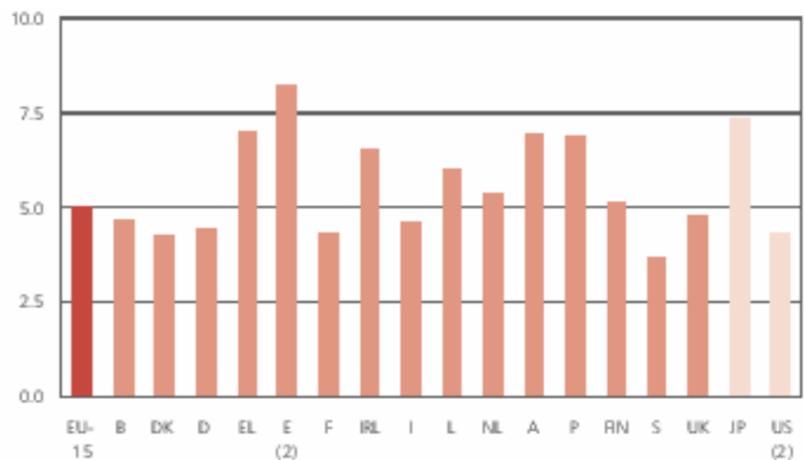


Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

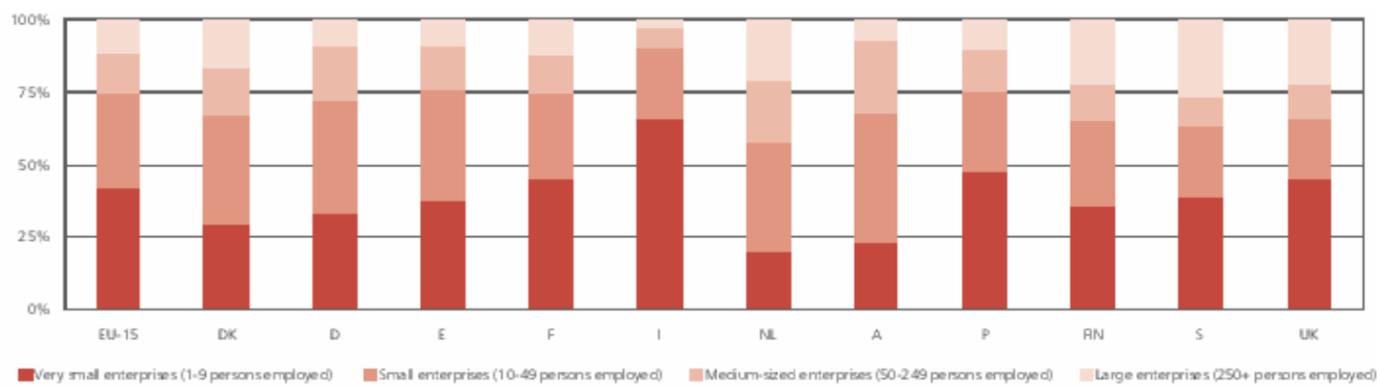
Percentagem da construção no PIB, em 2001, em cada um dos países da UE.15, E.U.A. e Japão



(1) Gross value added at basic prices in relation to GDP. (2) 2000. Source: Eurostat, National Accounts - breakdowns by branch of activity (theme2/breakdowns)

Fonte: Bussiness in Europe - Statiscal Pocket Book. European Commission.

A importância das pequenas e médias empresas.



(1) EU-15: estimates based on latest available country data; NL and UK: 1999; B, EL, IRL and L: not available.

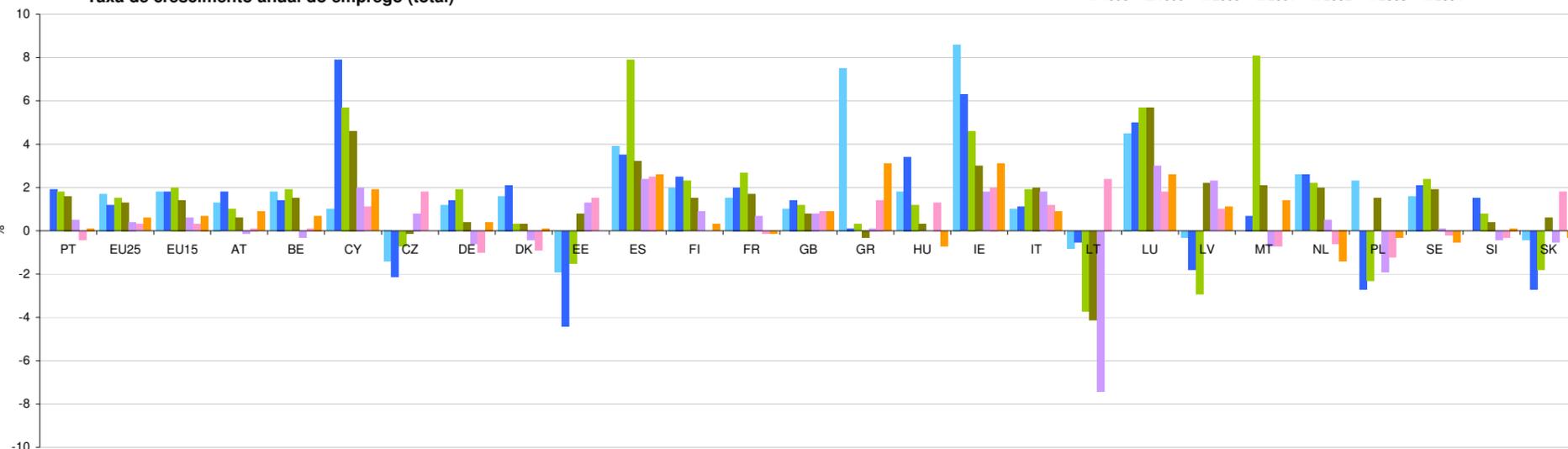
Fonte: Bussiness in Europe - Statiscal Pocket Book. European Commission.

Unidades: % do total de empresas

Emprego

Taxa de crescimento anual do emprego (total)

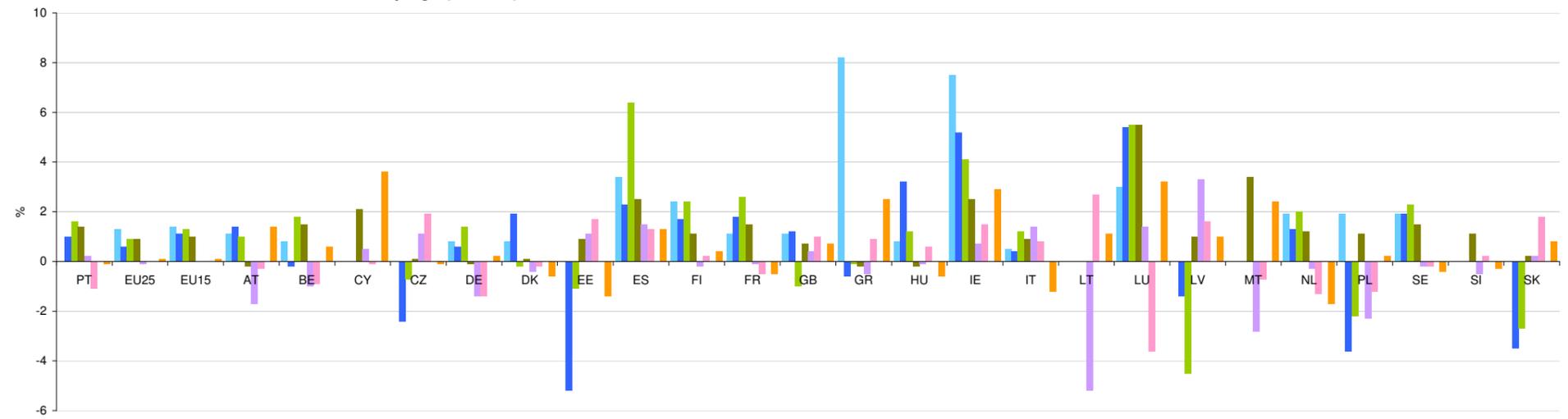
1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004



Fonte: Eurostat, 2006

Taxa de crescimento anual do emprego (homens)

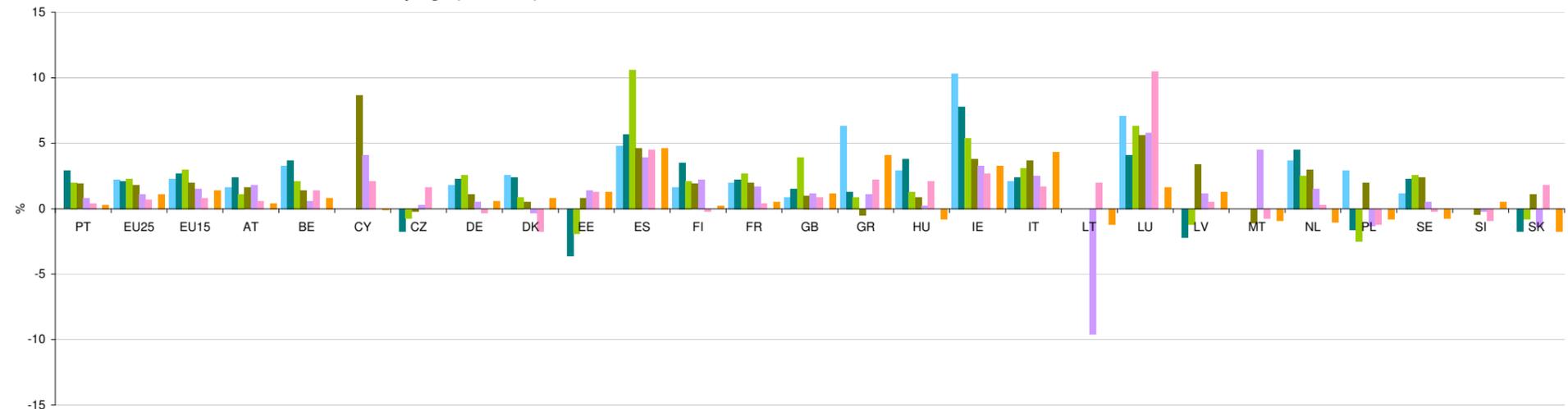
1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004



Fonte: Eurostat, 2006

Taxa de crescimento anual do emprego (mulheres)

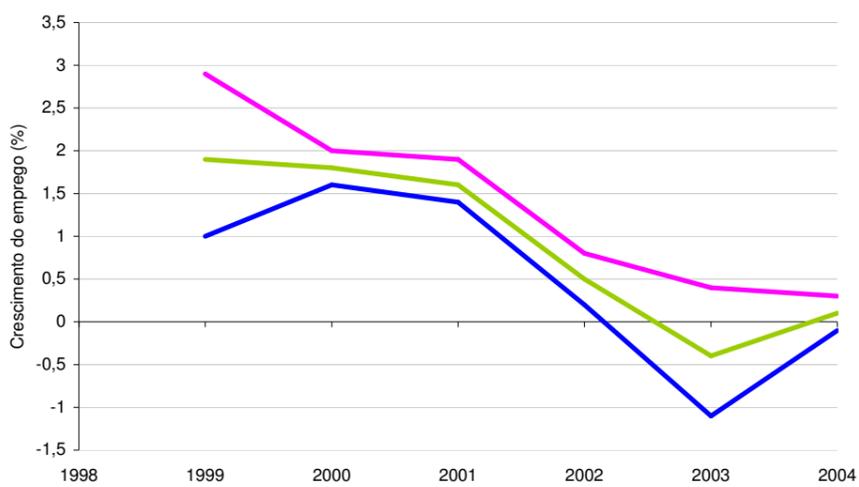
1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004



Fonte: Eurostat, 2006

Portugal

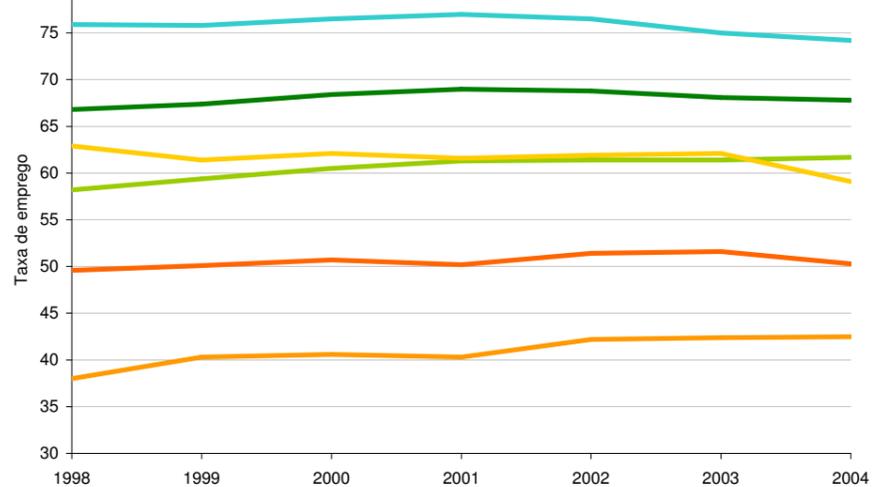
Crescimento do emprego total (variação anual em %)
Crescimento do emprego - mulheres (variação anual em %)
Crescimento do emprego - homens (variação anual em %)



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

Portugal

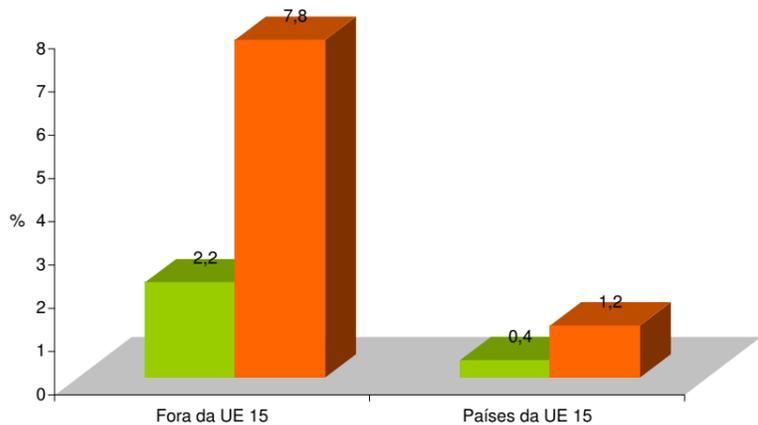
Taxa de emprego total - 15-64 anos
Taxa de emprego dos homens - 15-64 anos
Taxa de emprego - mulheres - 55-64 anos
Taxa de emprego - homens - 55-64 anos
Taxa de emprego das mulheres - 15-64 anos
Taxa de emprego - 55-64 anos



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

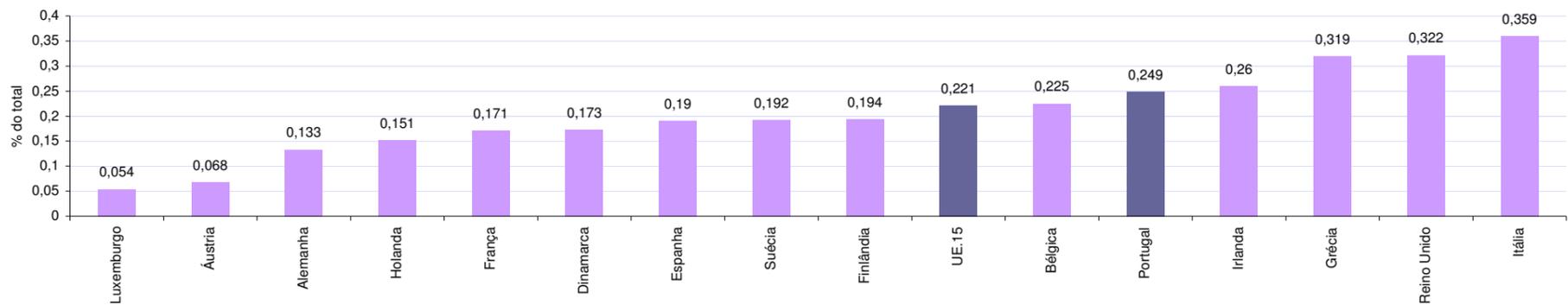
Empregados estrangeiros no total do emprego, 2004

Portugal Espanha



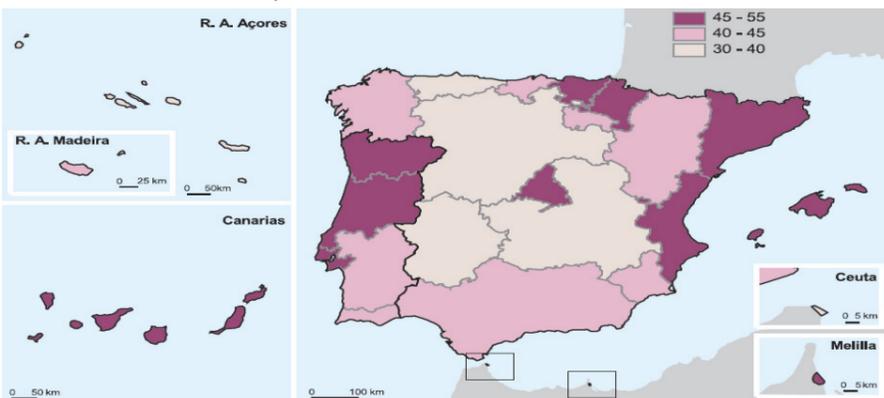
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

Percentagem de auto-empregados na construção, em 2001, em cada um dos países da UE.15 e na UE.15.



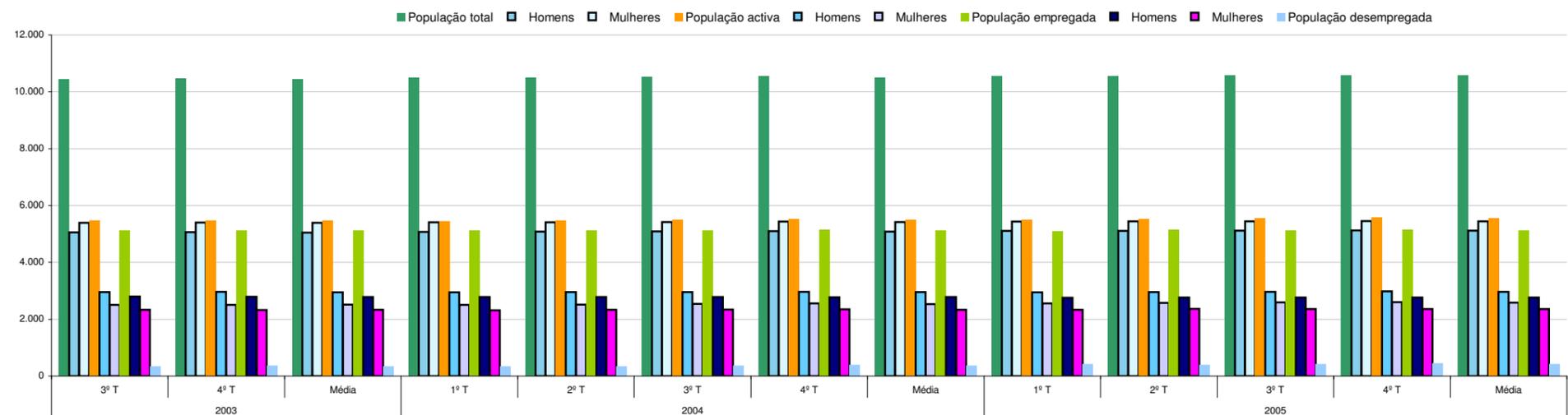
Fonte: Business in Europe - Statistical Pocket Book, European Commission.
Unidades: % do total

Taxa de actividade feminina, 2004



Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

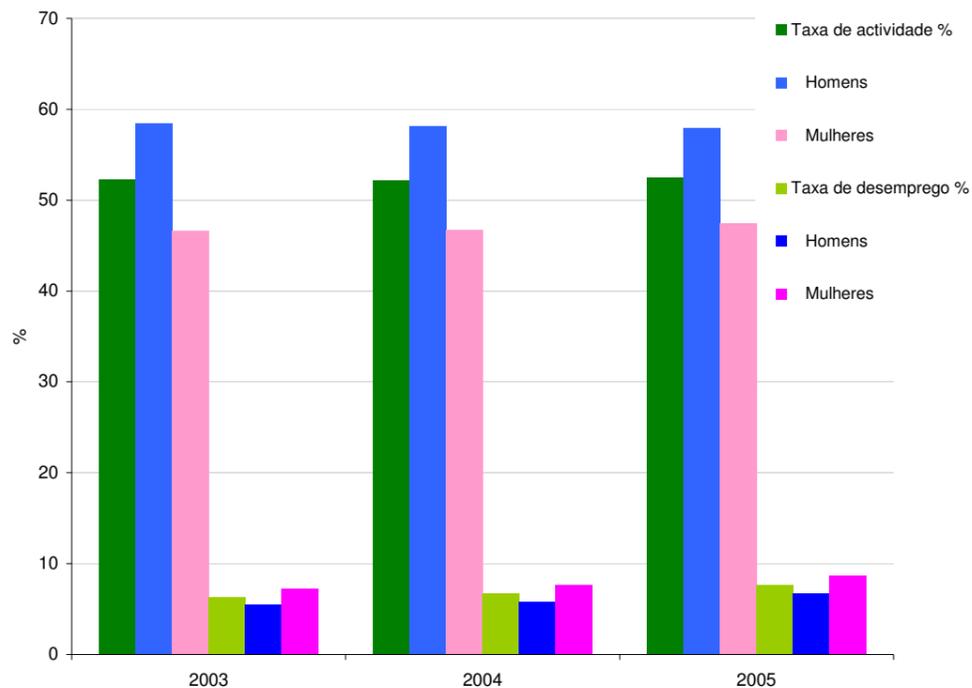
População em Portugal



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 2006

Nota: Por questões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Taxa de actividade e de desemprego total e por sexo em Portugal

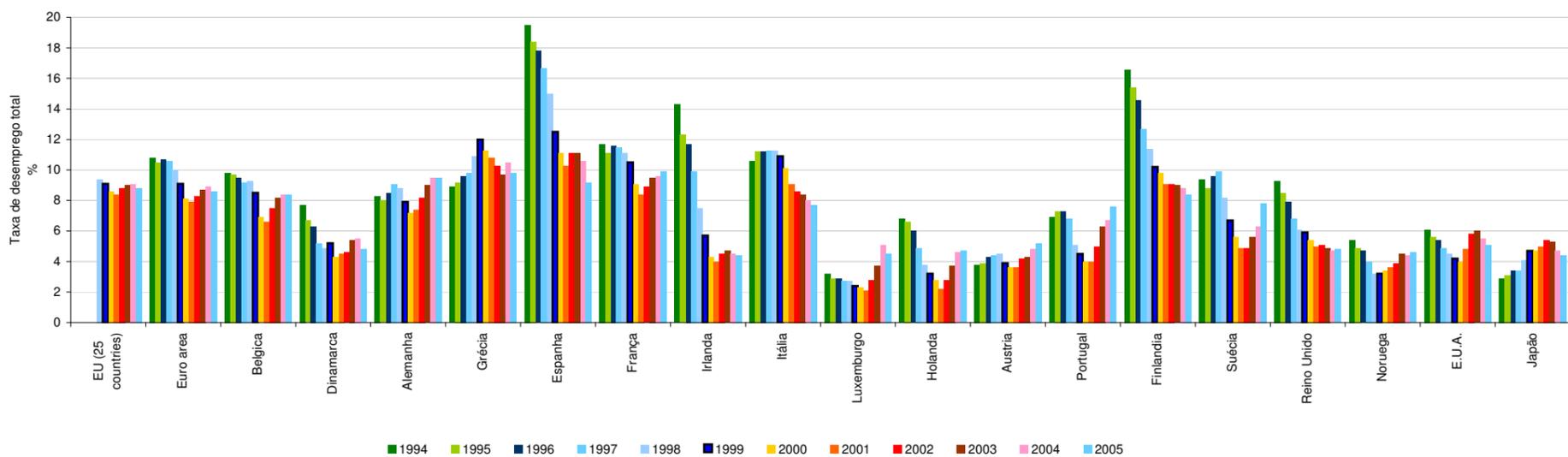
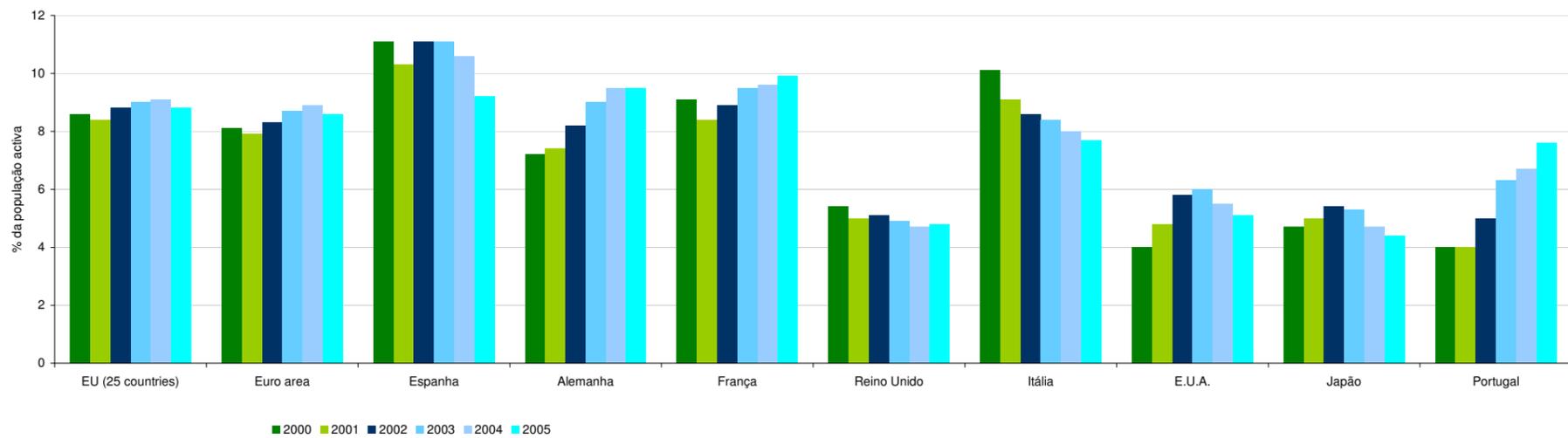


Fonte: INE, Estatísticas do Emprego, 2006

Nota: Por questões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Desemprego

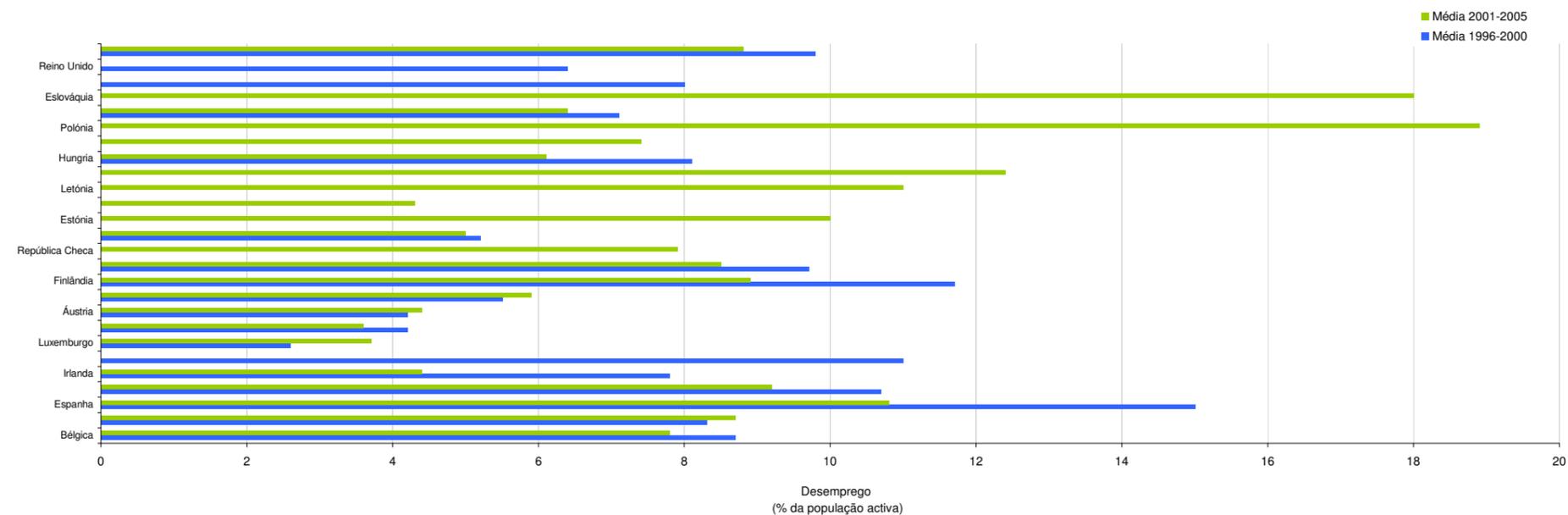
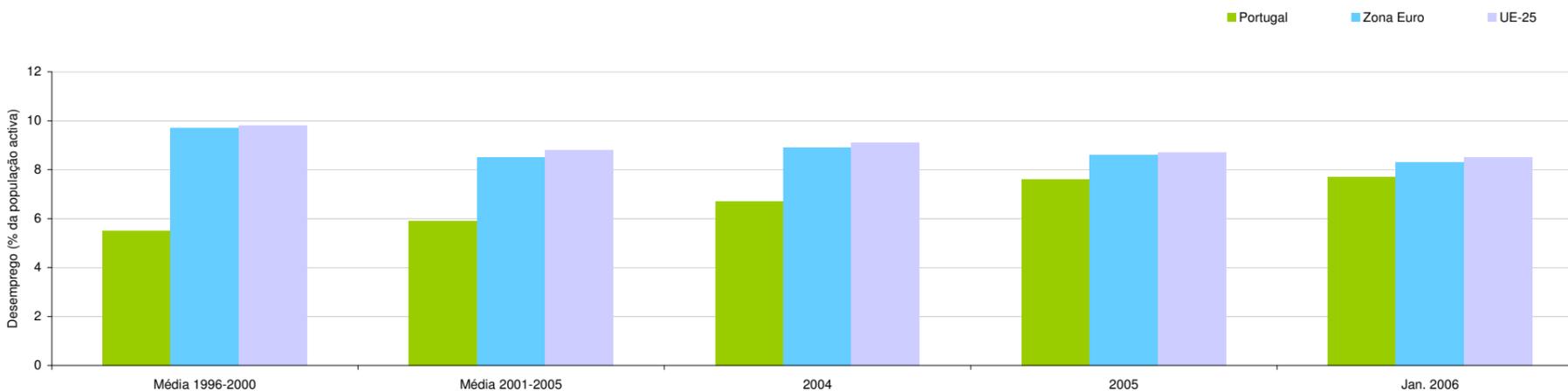
Taxa de desemprego harmonizada

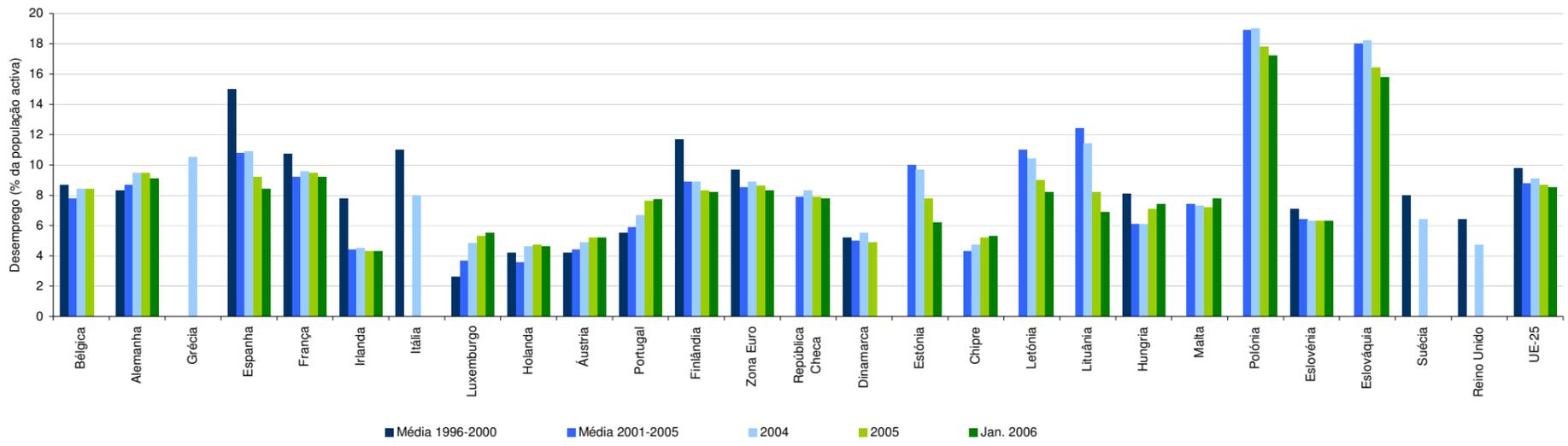


Fonte: Eurostat, 2006.

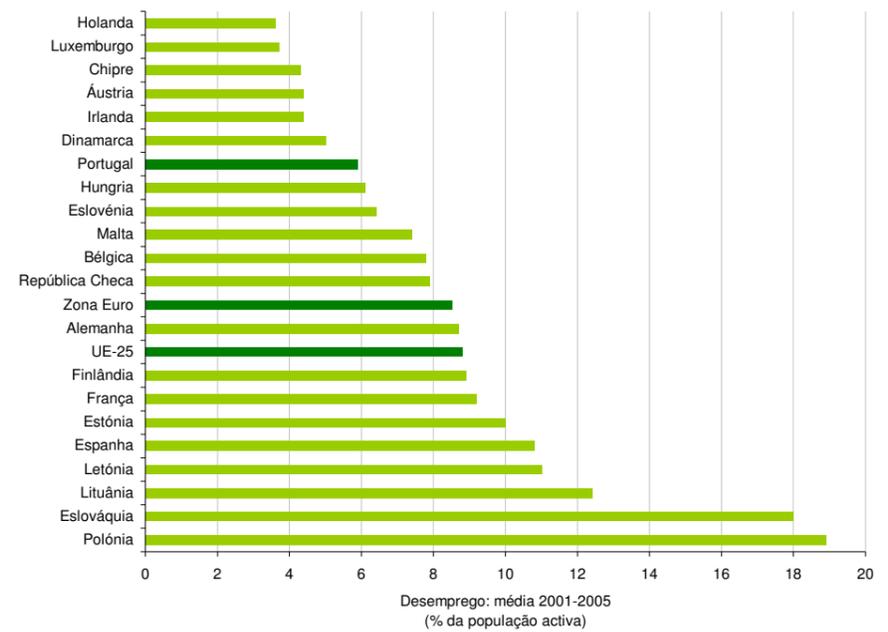
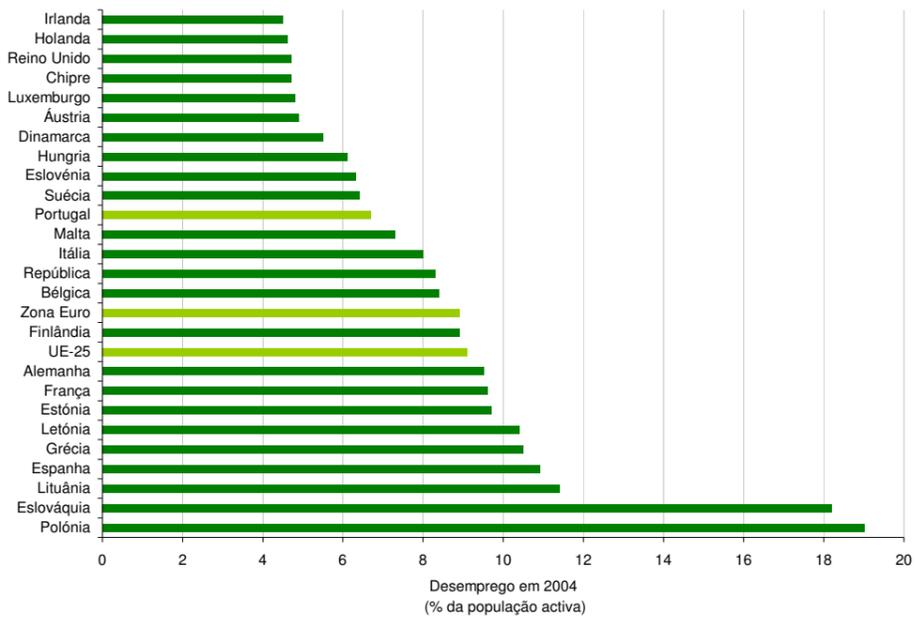
Notas:
 Provisional value: Suécia (2005)
 Break in series: Noruega(1994 e 1995)

Desemprego (percentagem média, em 1996-2000 e 2001-2005, 2004, 2005 e Janeiro de 2006)



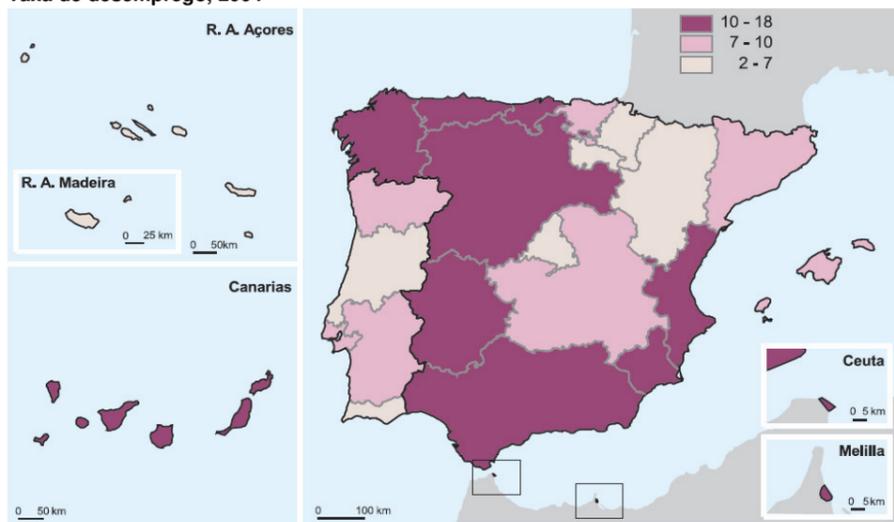


Fonte: Eurostat in Statistics Pocket Book 2006 - European Central Bank, Março 2006.



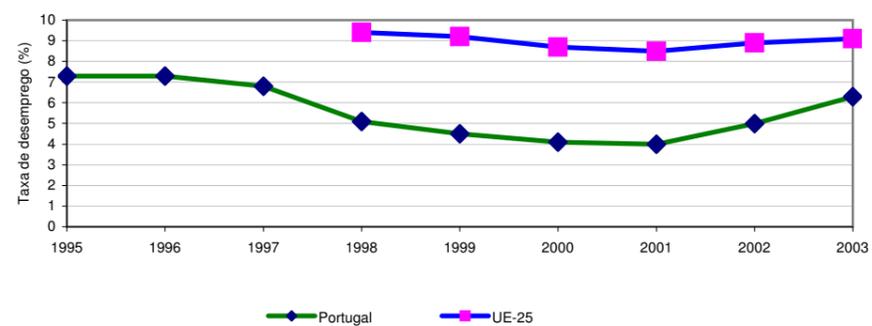
Fonte: Eurostat in Statistics Pocket Book 2006 - European Central Bank, Março 2006.

Taxa de desemprego, 2004

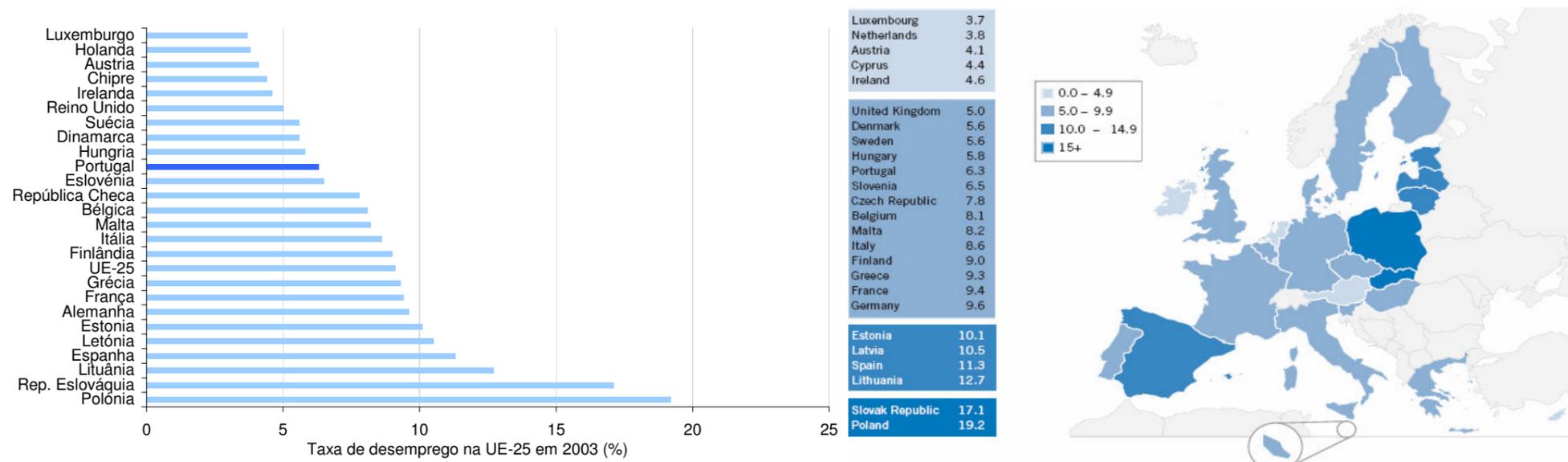


Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.

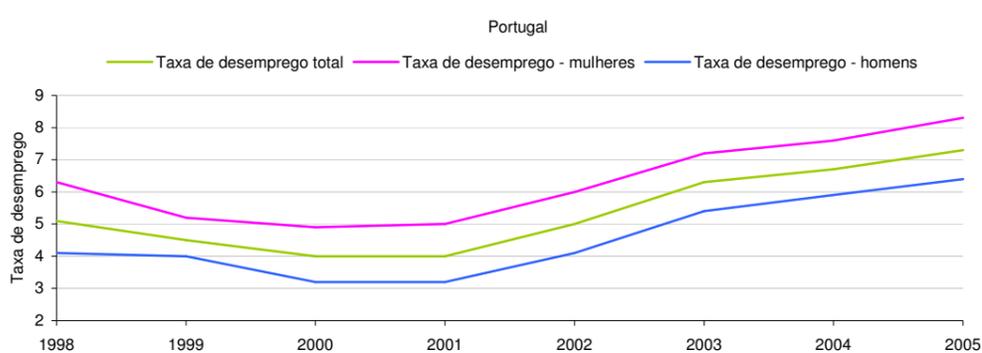
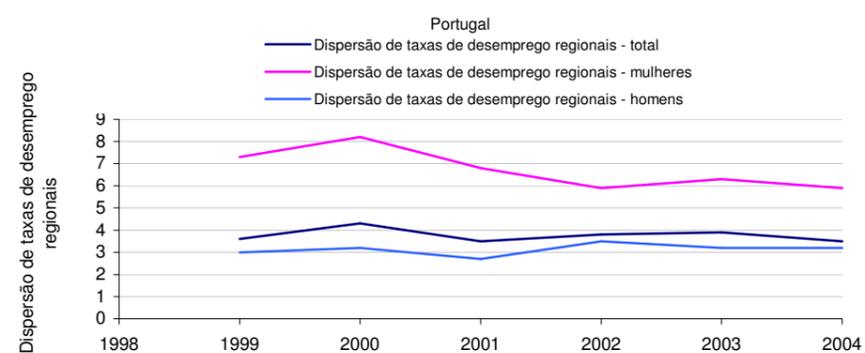
Taxa de desemprego uniformizada ano a ano e número de desempregados em 2003, na UE-25



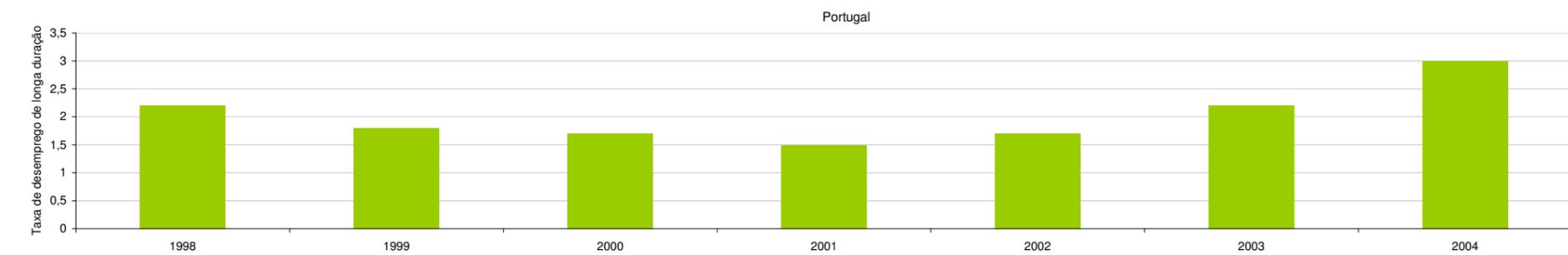
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004



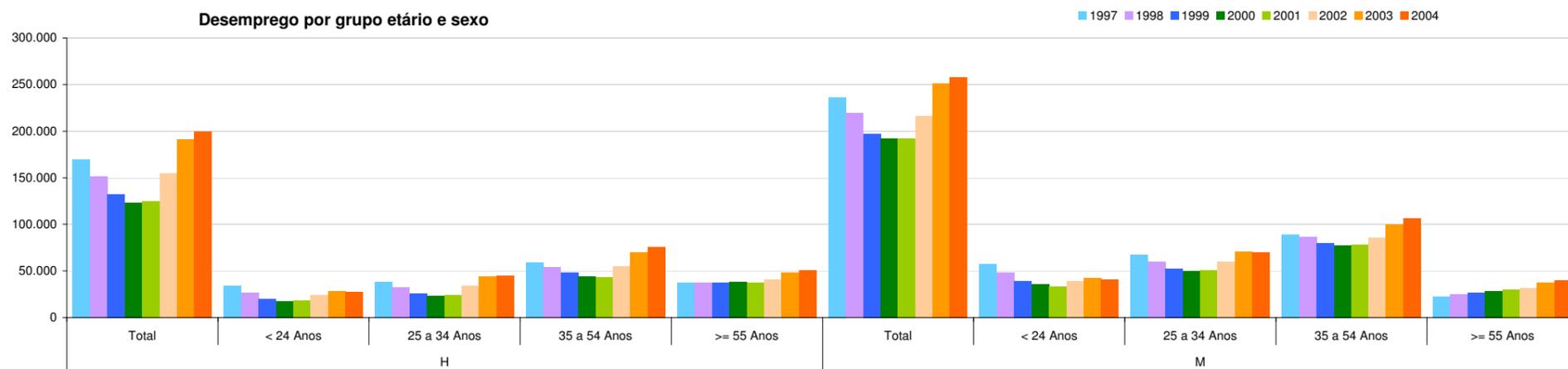
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004



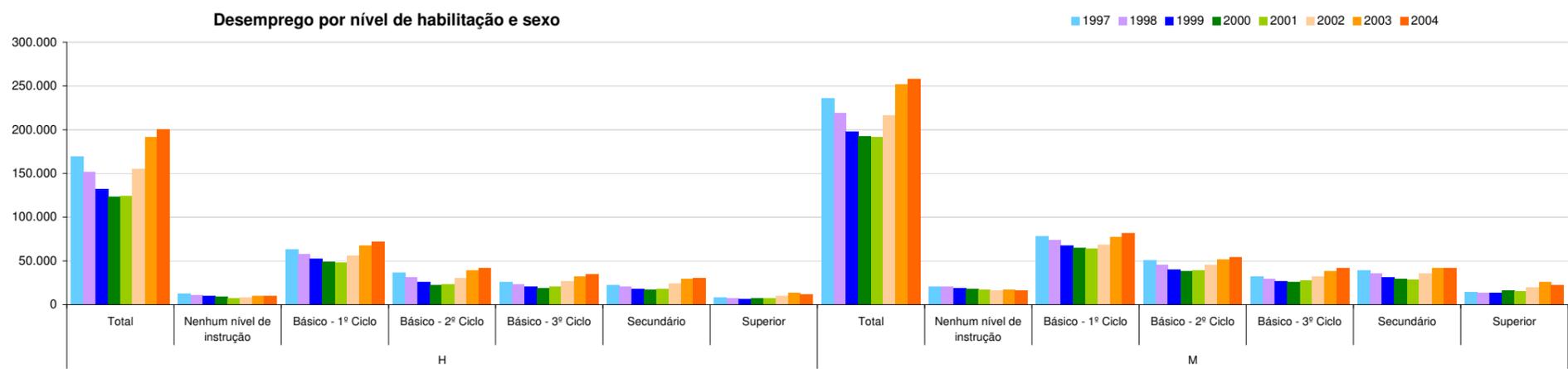
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

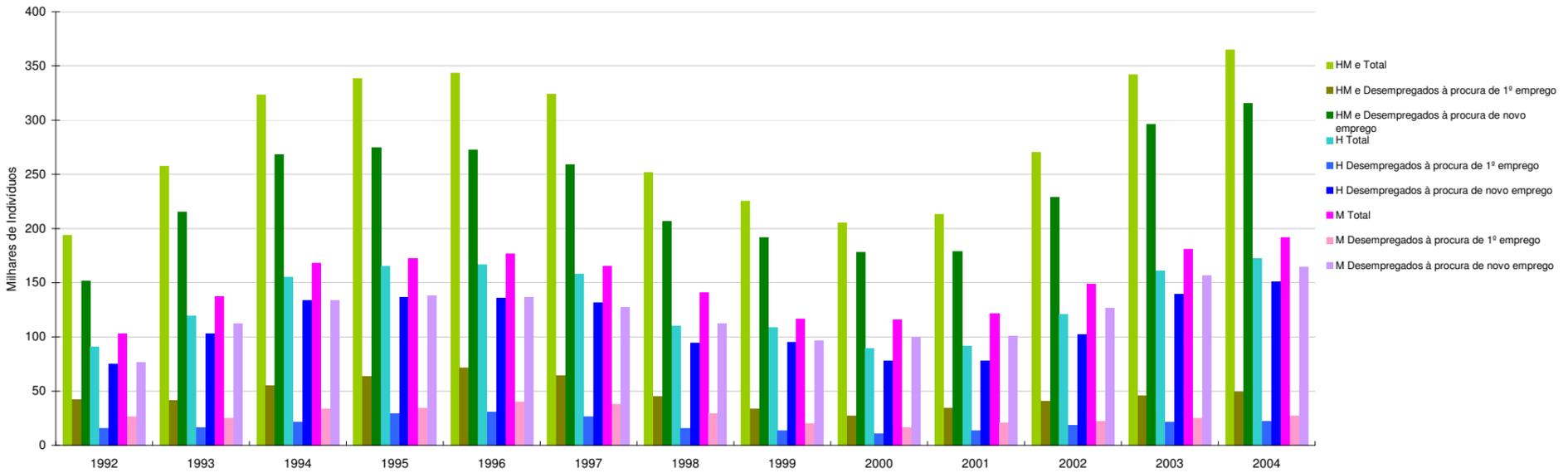


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2005



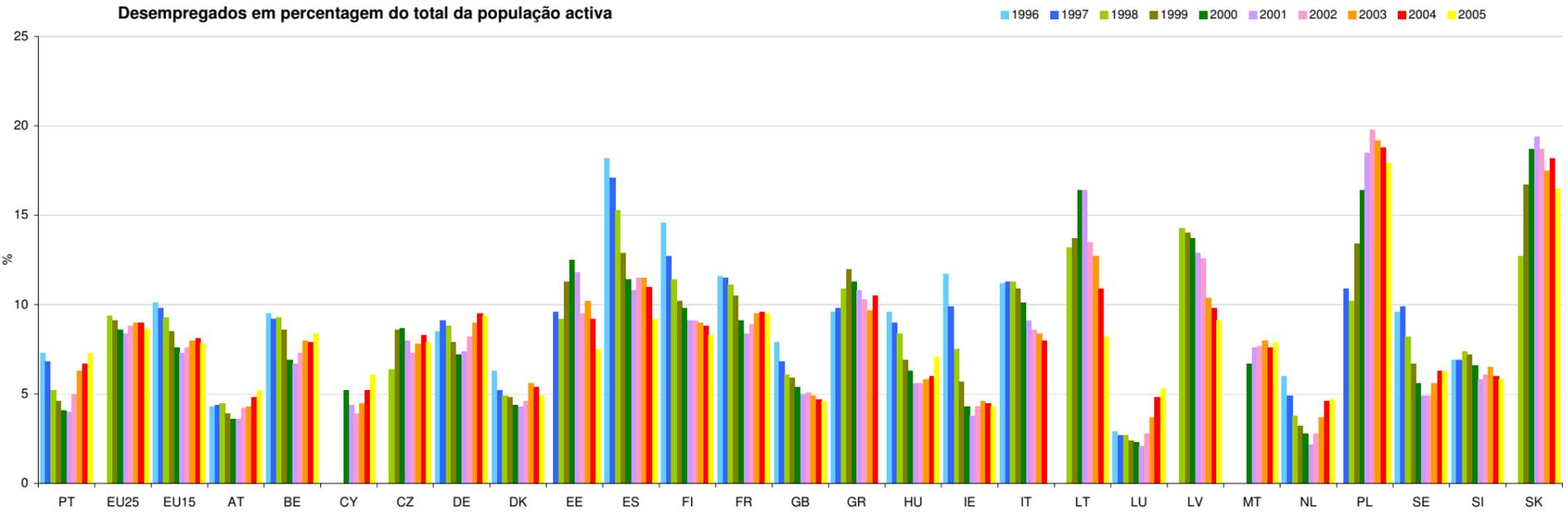
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2005

Estrutura do desemprego em Portugal



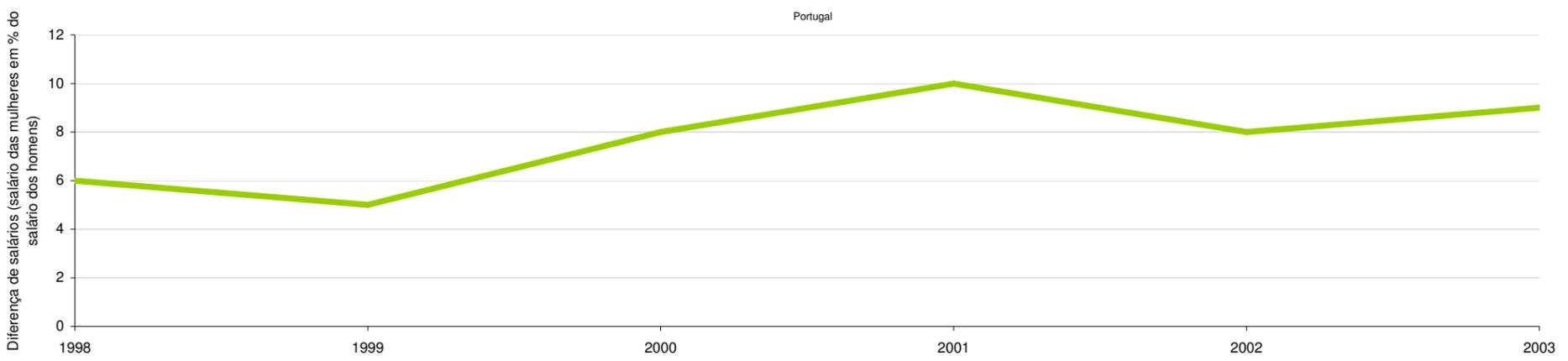
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2005

Desempregados em percentagem do total da população activa

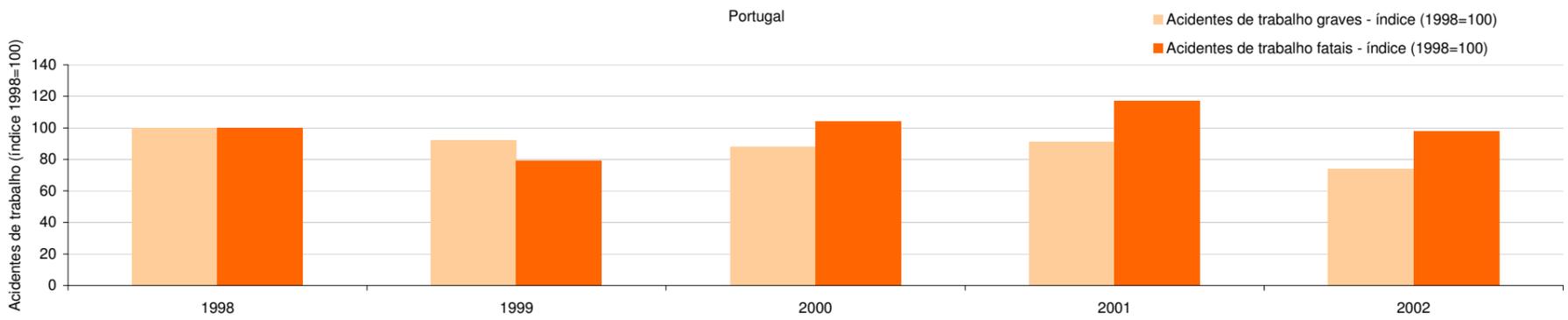


Fonte: Eurostat, 2006

Condições de trabalho



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

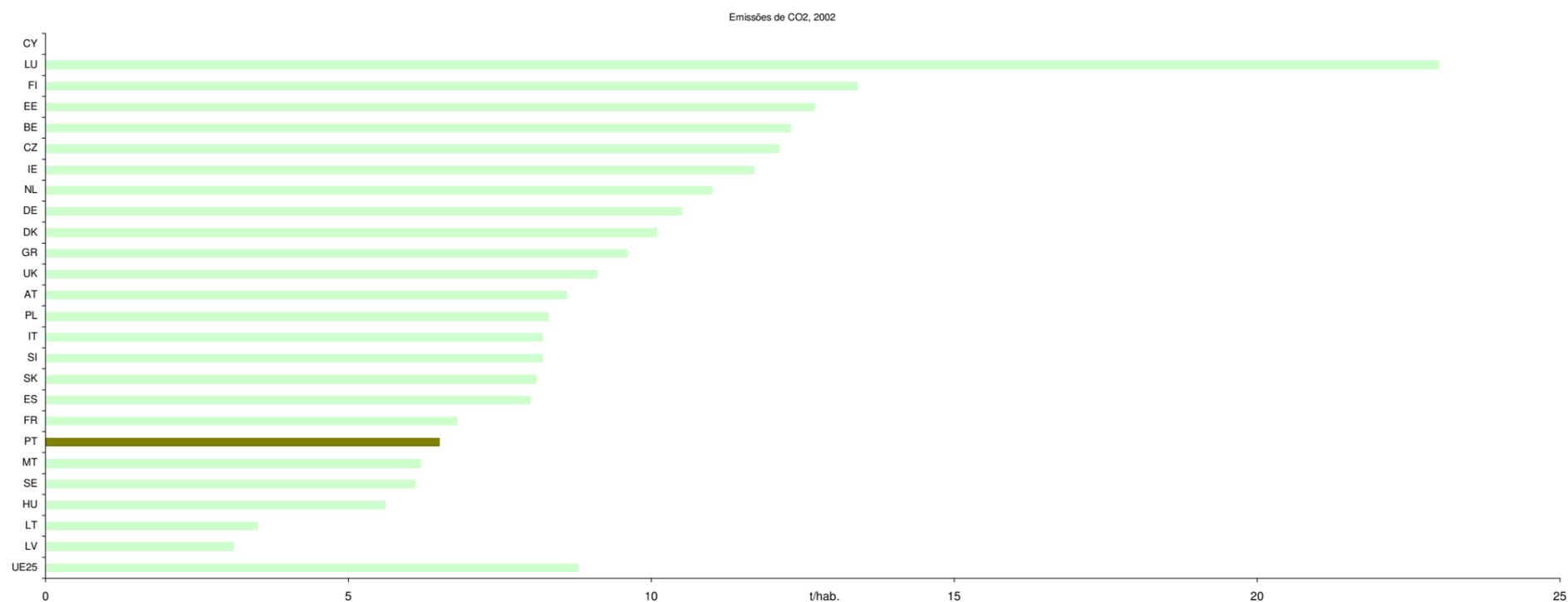


Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

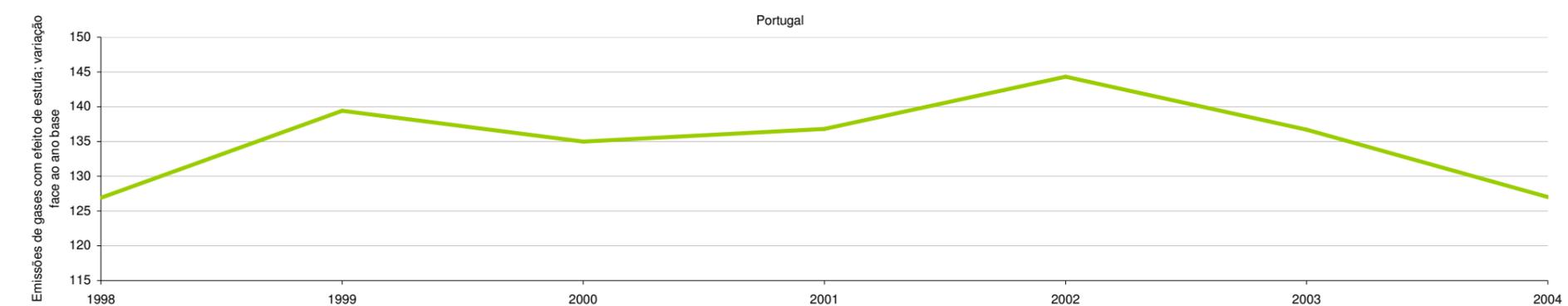
Indicadores Ambientais

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Emissões de gases com efeito de estufa; variação face ao ano base	126,9	139,4	135	136,8	144,3	136,7
Intensidade energética da economia - consumo de energia em proporção do PIB	239,15	247,44	241,51	243,86	254,68	251,32
Volume de transporte de mercadorias - ton-km em % do PIB (1995=100)	116,3	115,8	114,5	124,2	122,8	114,9
Volume de transporte de passageiros - passageiros - km em % do PIB (1995=100)	105,1	107,5	108,8	109,5	113,3	-
Distribuição modal do transporte de mercadorias - proporção do transp. rodoviário	92,5	92,3	92,5	93,3	93,1	93
Distribuição modal do transporte de passageiros - proporção do transp. de carro	82,4	83,8	84,8	85,7	87,5	-
Resíduos municipais recolhidos - kg por pessoa por ano	423	442	472	472	447	452
Resíduos municipais objecto de aterro - kg por pessoa por ano	310	303	338	355	328	338
Resíduos municipais incinerados - kg por pessoa por ano	-	62	96	104	91	98
Proporção de energia renovável	36,1	20,5	29,4	34,2	20,8	36,4

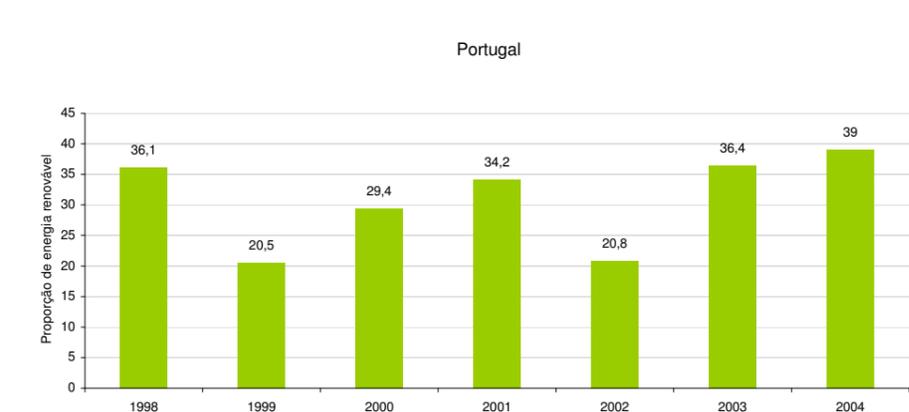
Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



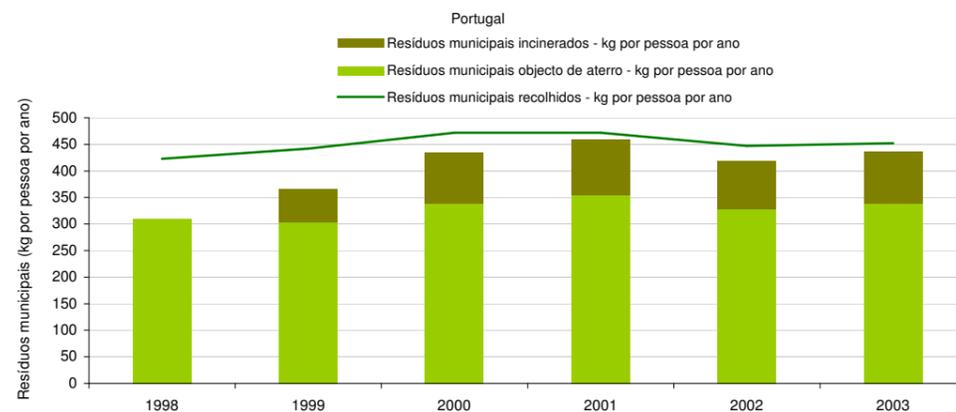
Fonte: Península Ibérica em Números, 2005.



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006



Fonte: Direcção Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, 2006

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

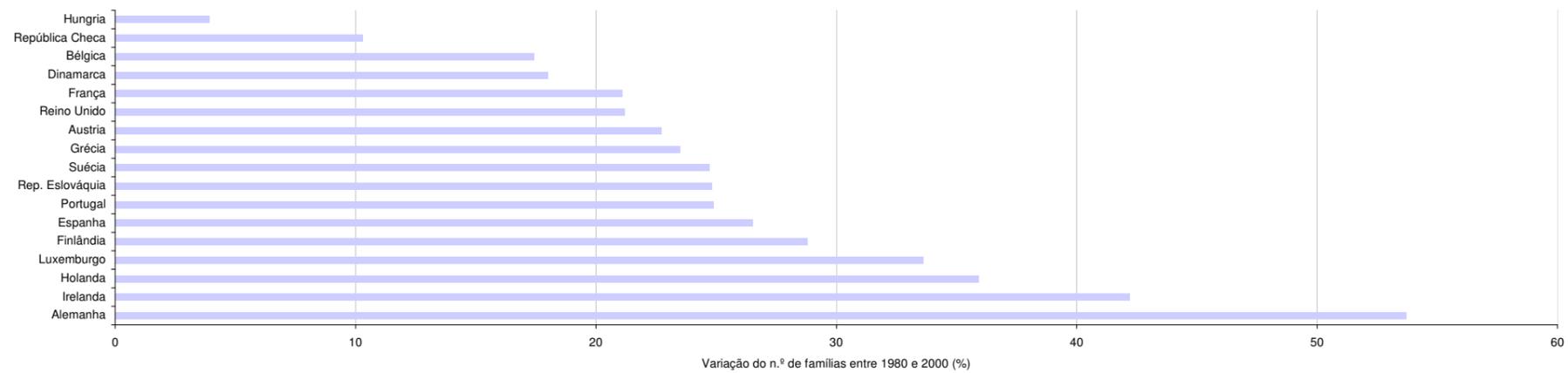
HABITAÇÃO NA EUROPA

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Habitação em Portugal e na Europa

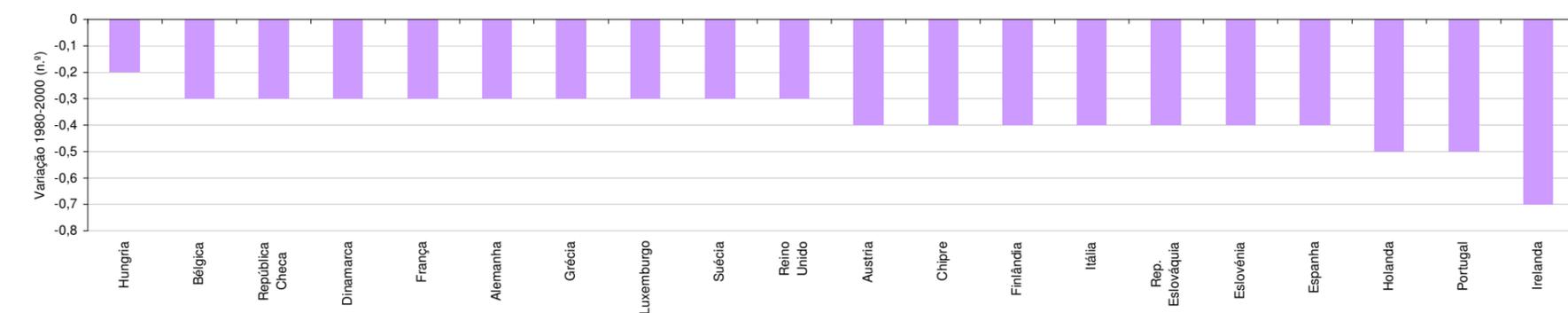
FAMILIAS NA EUROPA

Famílias na UE-25



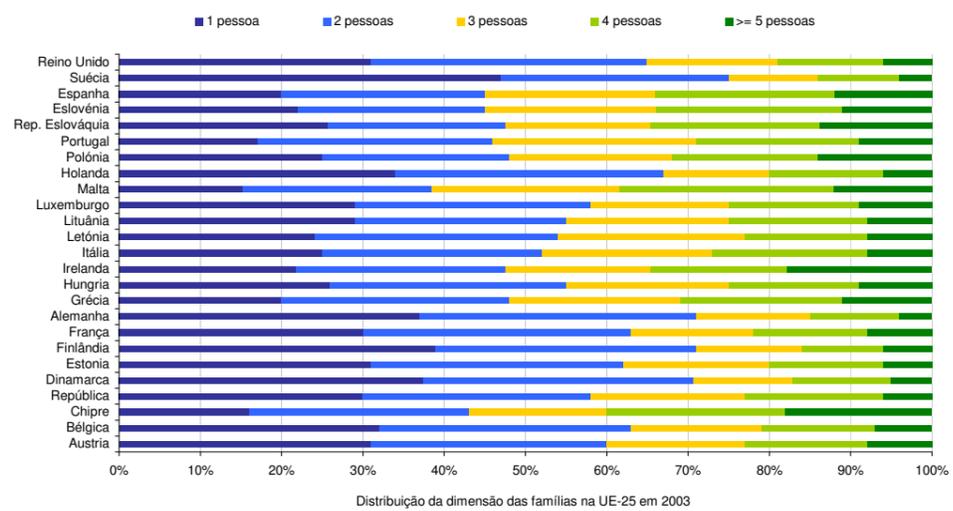
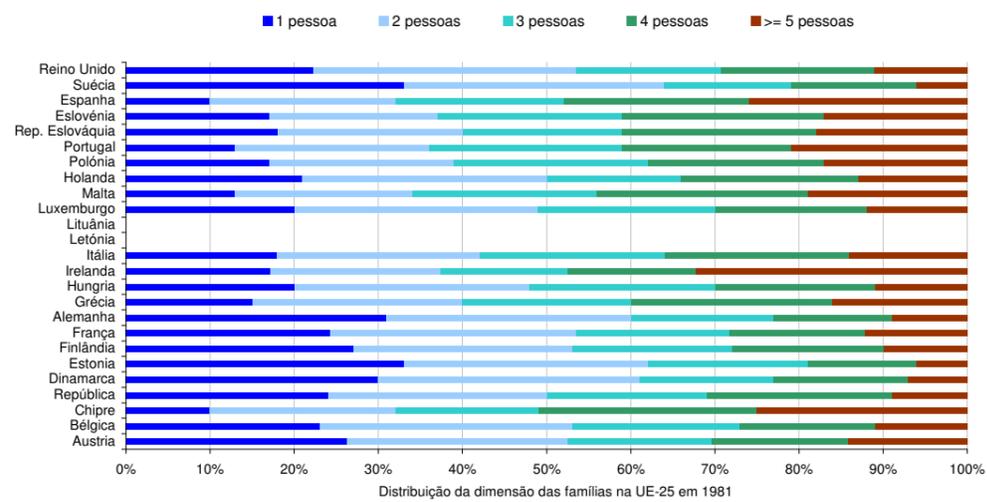
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

Número médio de pessoas por família na UE-25



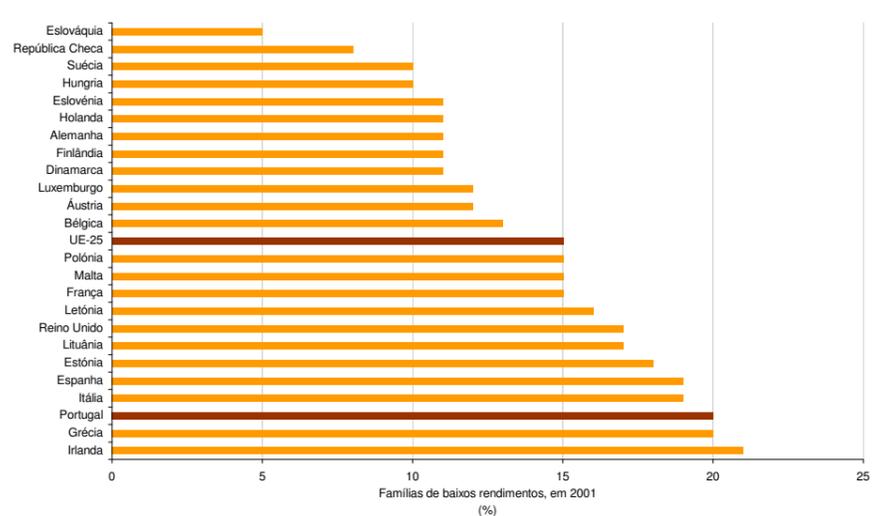
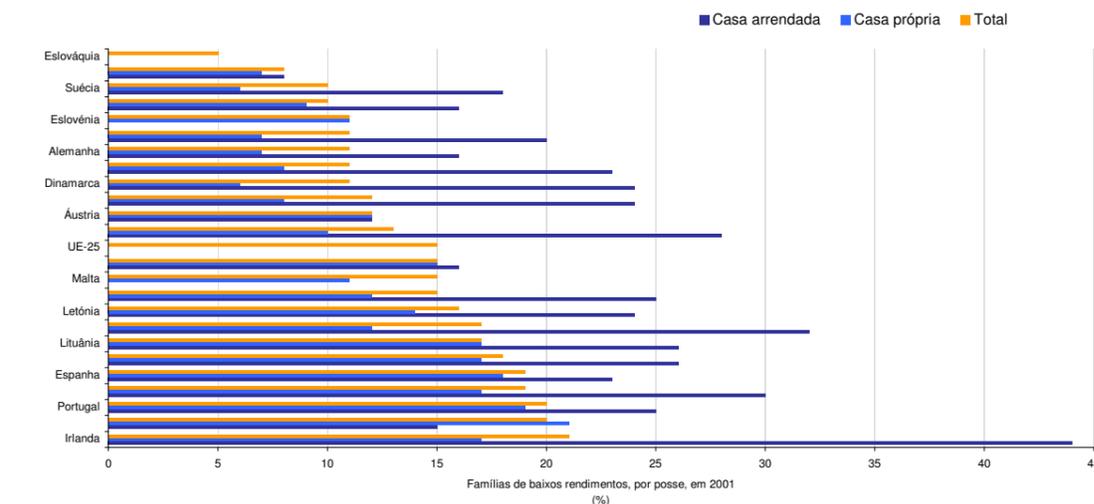
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

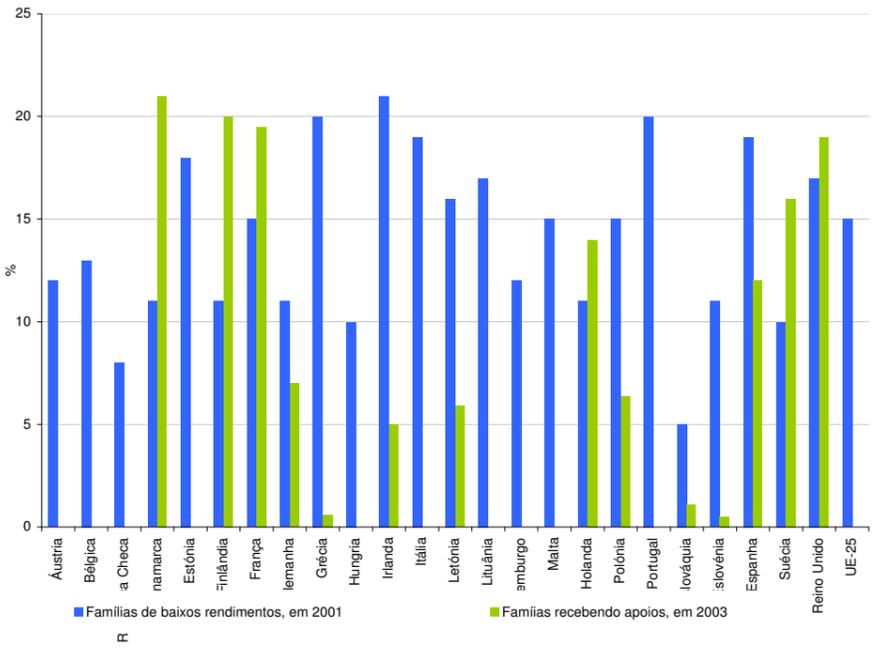
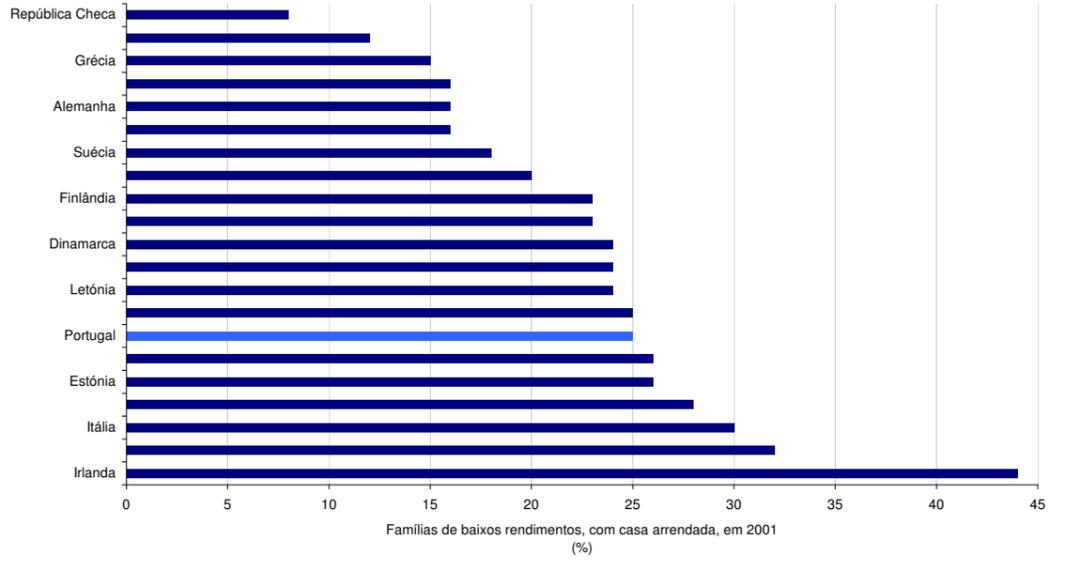
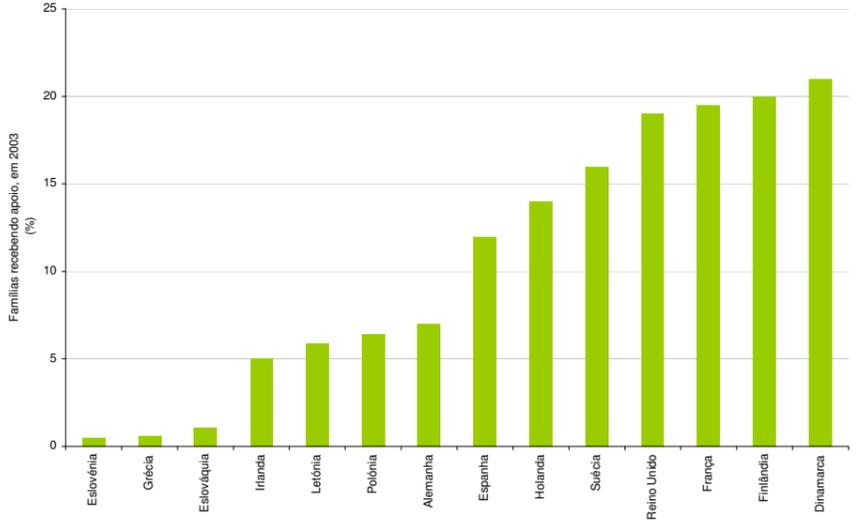
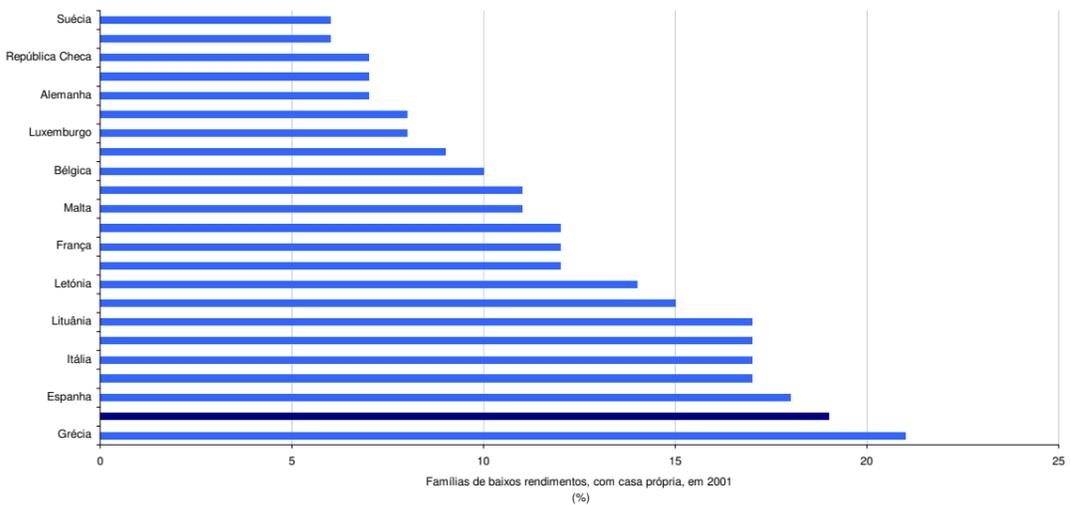
Dimensão das famílias na UE-25



Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

Famílias de baixos rendimentos por posse, em 2001, e famílias recebendo apoio em 2003, em cada um dos países da UE.25

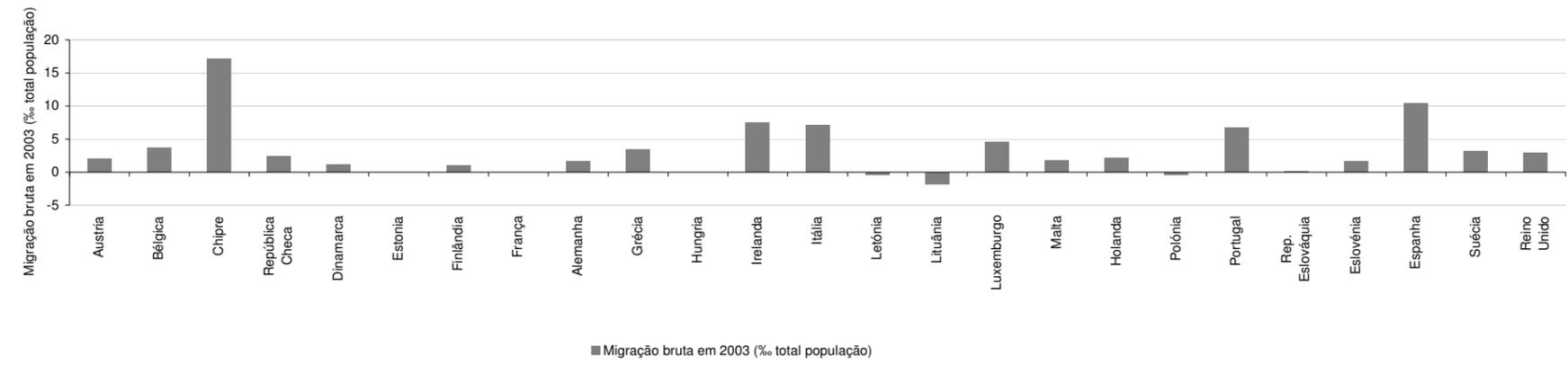




Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

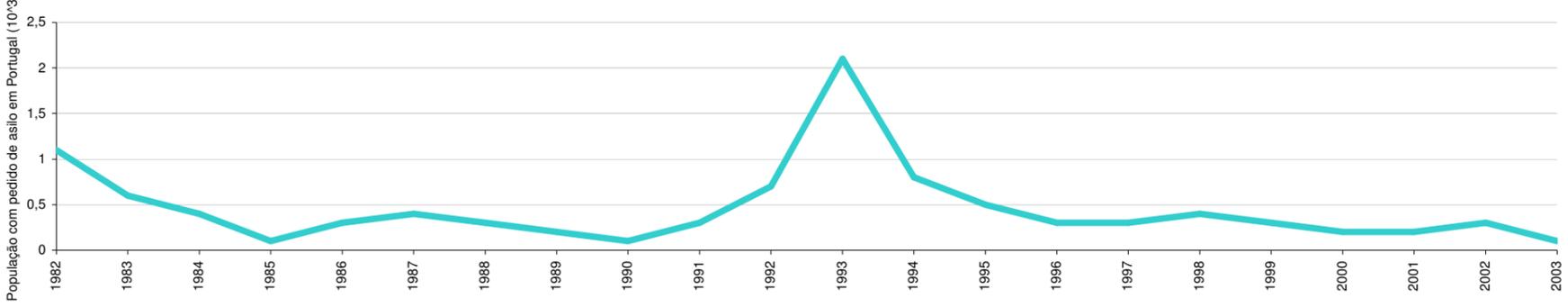
MOVIMENTOS MIGRATORIOS NA EUROPA

Imigração, emigração e migração bruta na UE-25

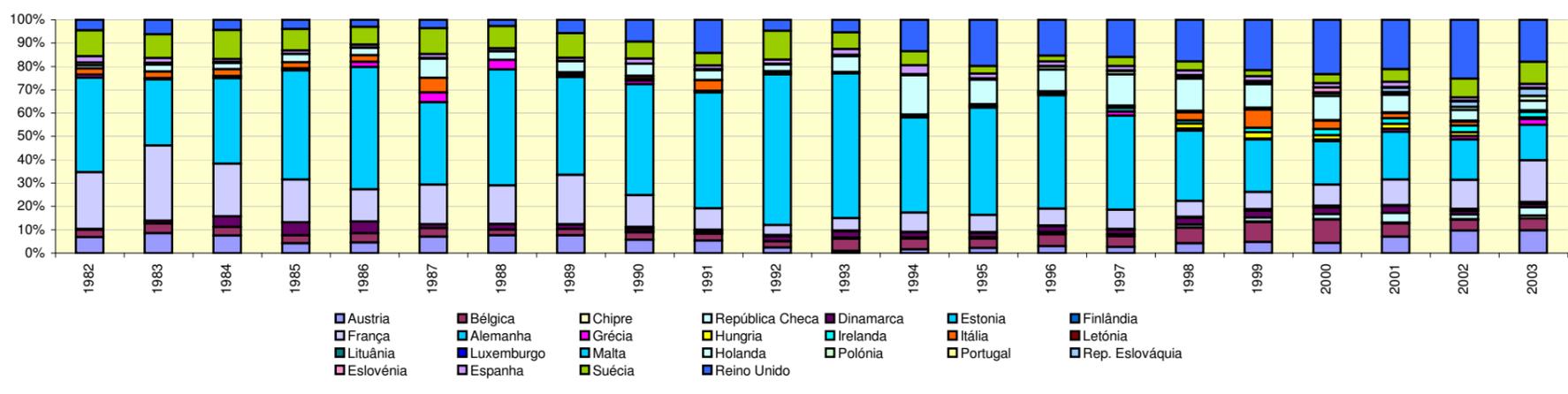


Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

População com pedido de asilo pela primeira vez na UE-25

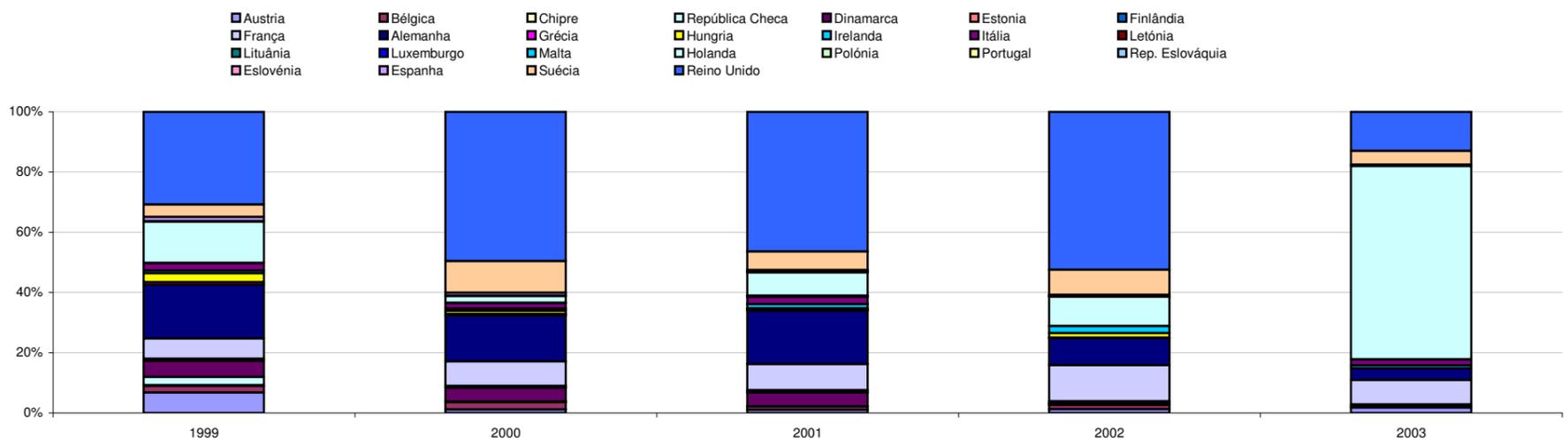


Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004



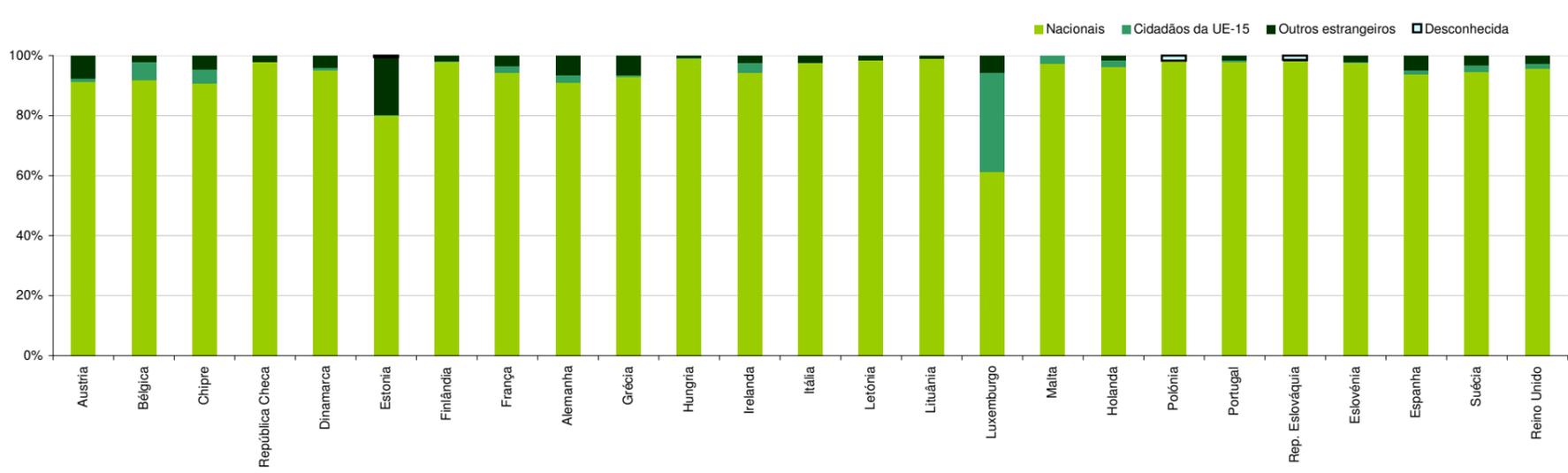
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

População com asilo concedido, como refugiados e por situação humanitária, na UE-25



Fonte: UNHCR in Housing Statistics in the European Union, 2004

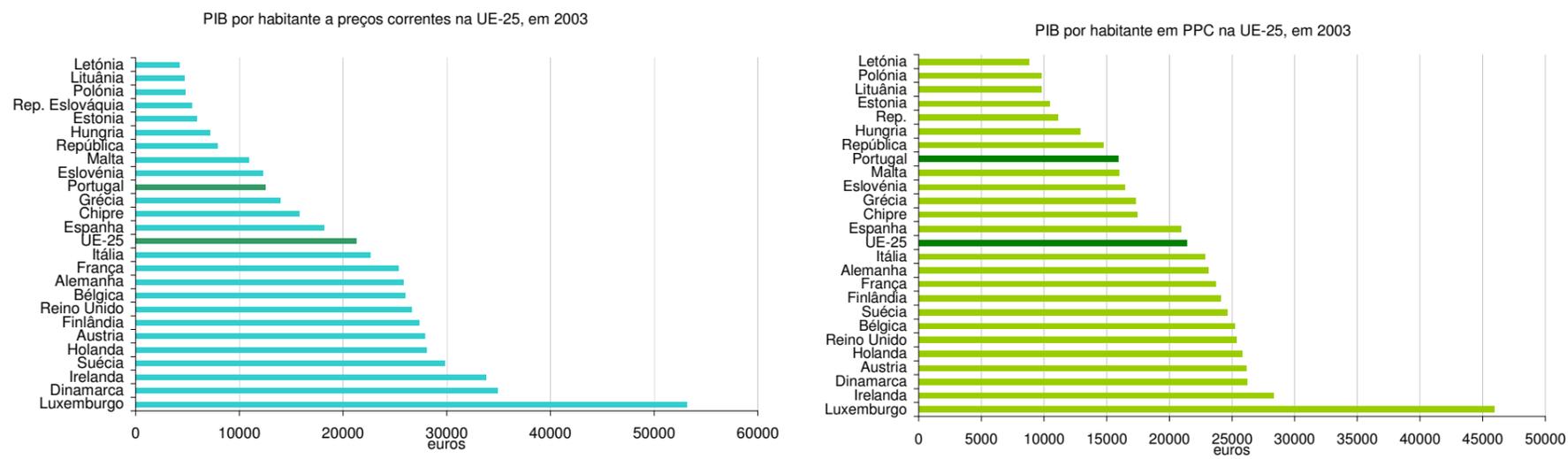
População por cidadania, em 2003, na UE-25



Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

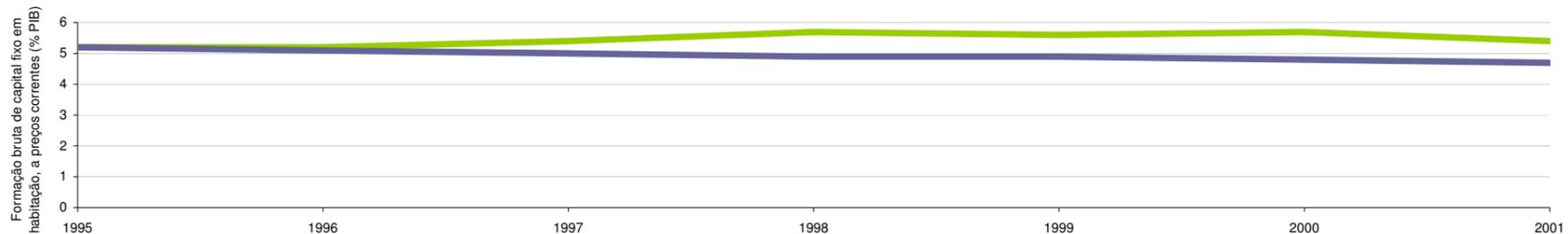
ECONOMIA NA EUROPA

PIB por habitante a preços correntes na UE-25

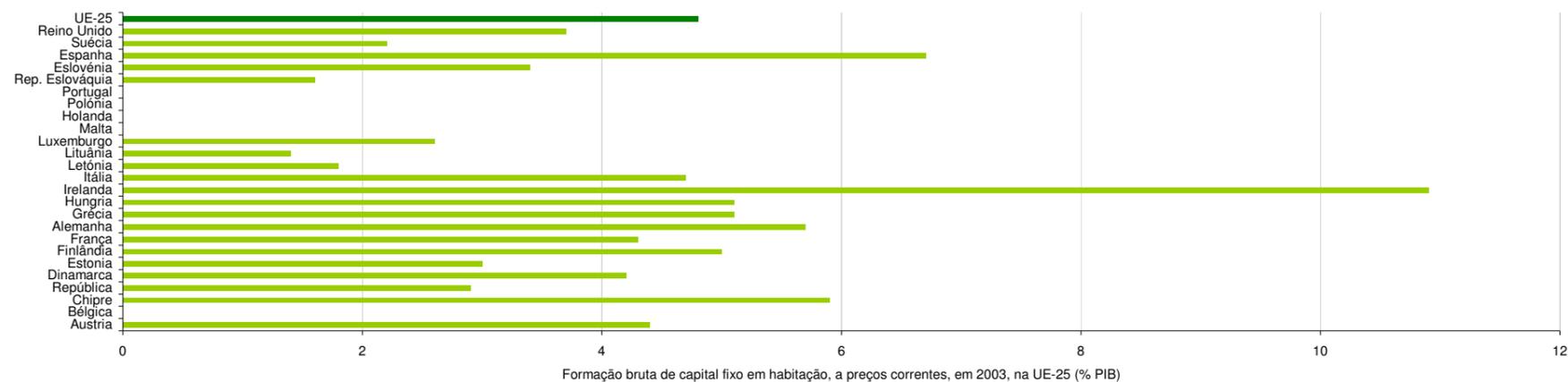


Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

Formação bruta de capital fixo em habitação, a preços correntes, na UE-25



Portugal UE-25

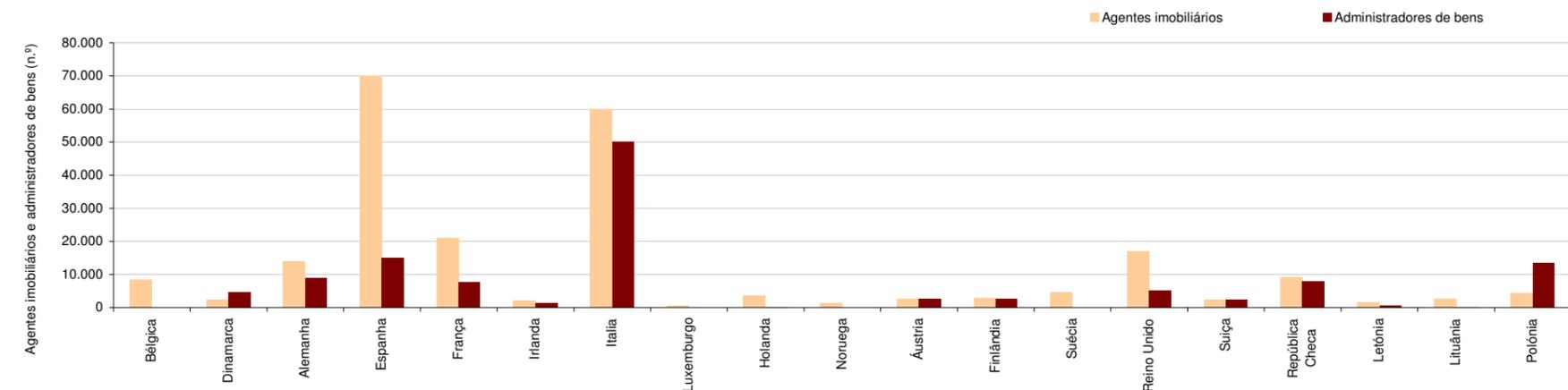


Formação bruta de capital fixo em habitação, a preços correntes, em 2003, na UE-25 (% PIB)

Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

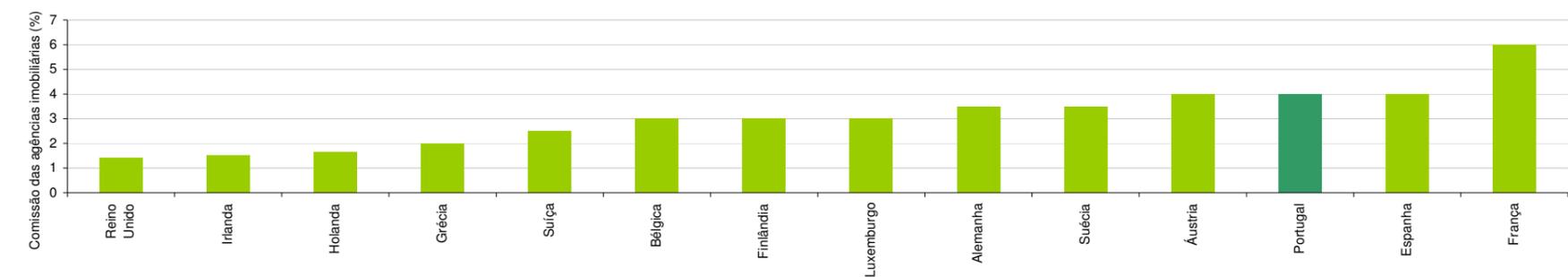
ACTIVIDADE IMOBILIÁRIA NA EUROPA

Número de agentes imobiliários e de administradores de bens na Europa, em 2003



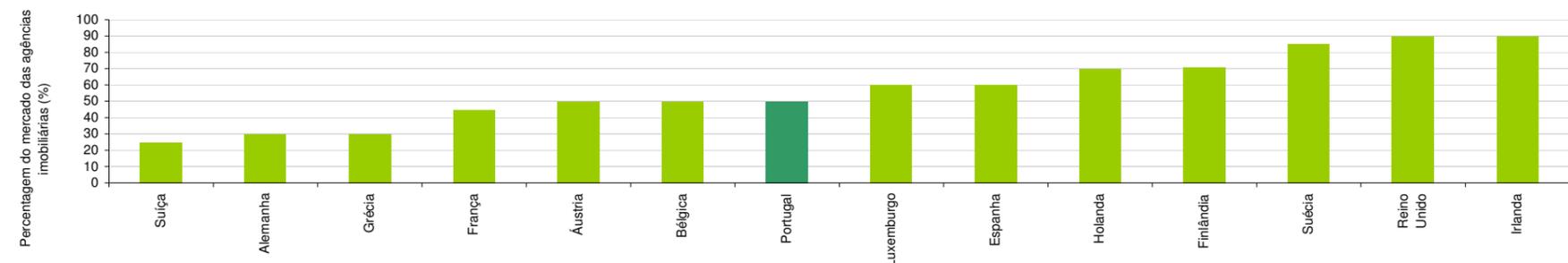
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Comissão das agências imobiliárias em 14 países da Europa, em 2004



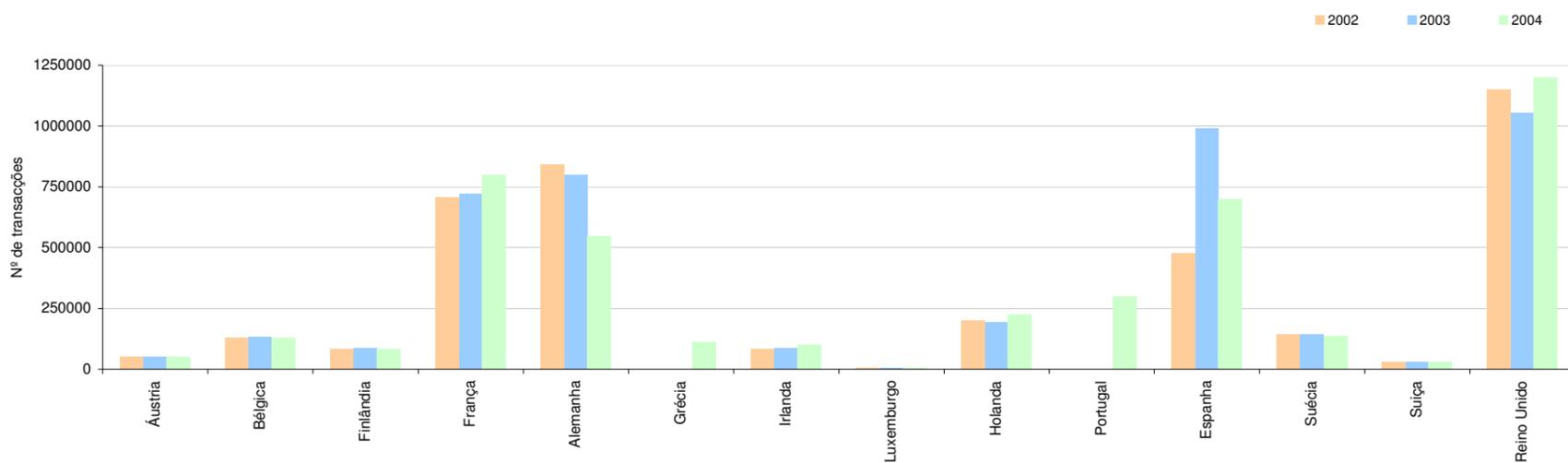
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

Porcentagem do mercado das agências imobiliárias em 14 países da Europa, em 2004

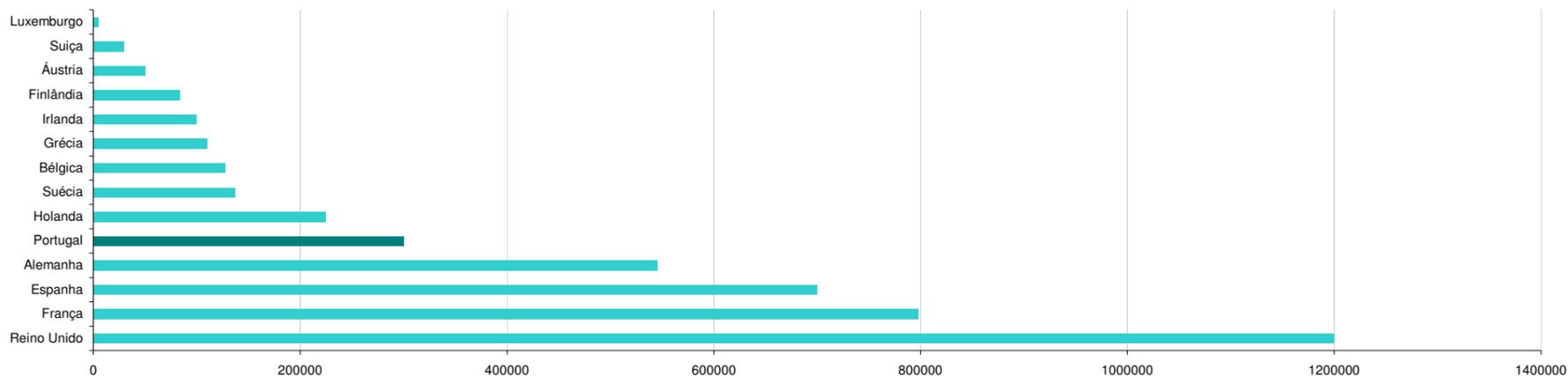


Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

Número de transações, em 14 países da Europa

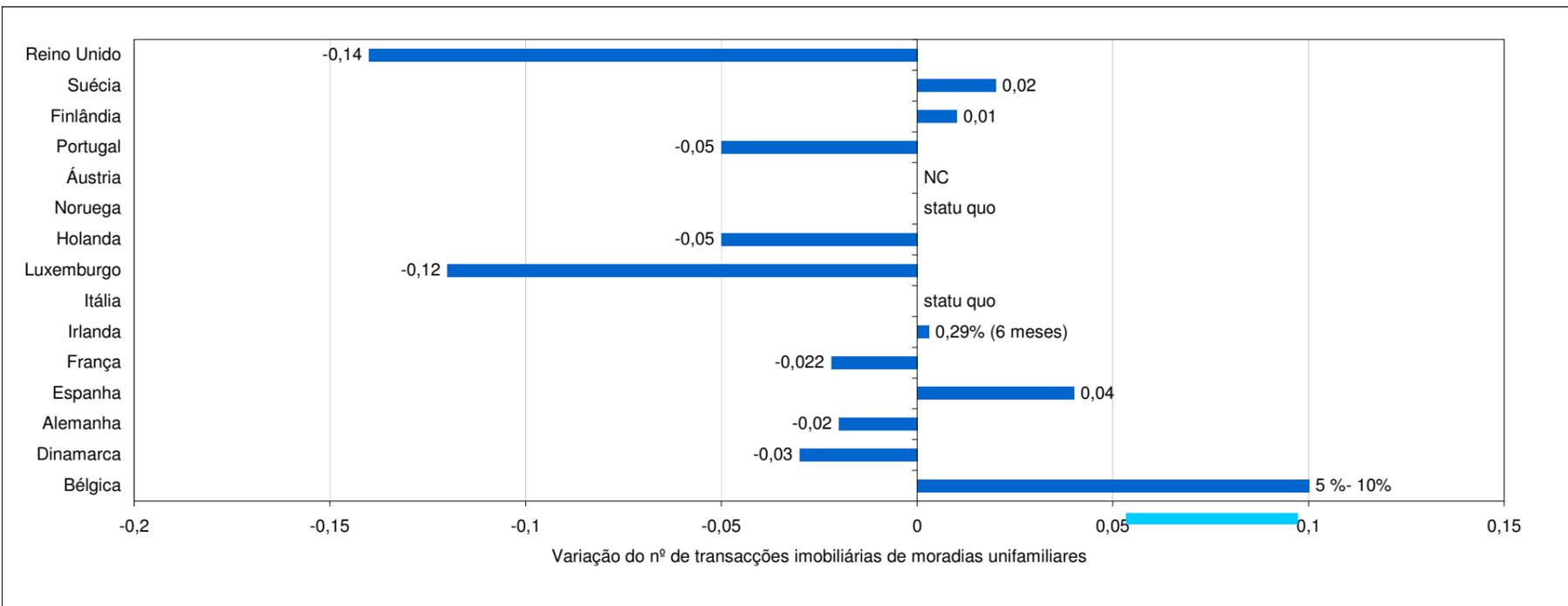


Nº de transações em 2004



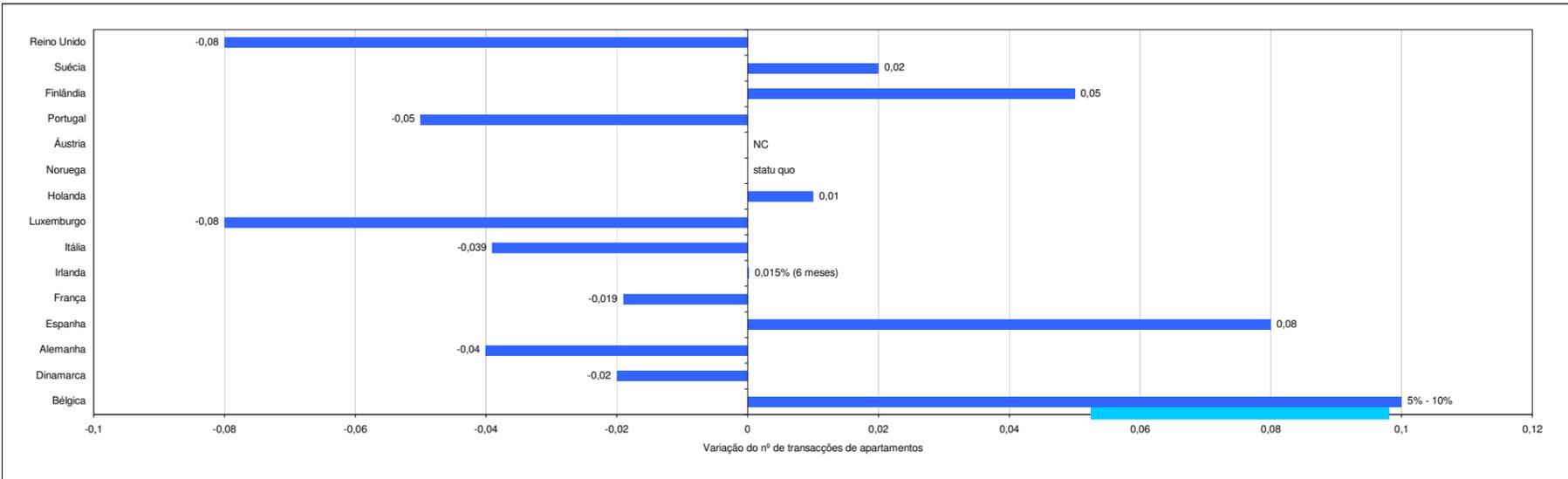
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

Varição do número de transações imobiliárias de moradias unifamiliares entre 2003 e 2002, em 15 países da Europa



Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

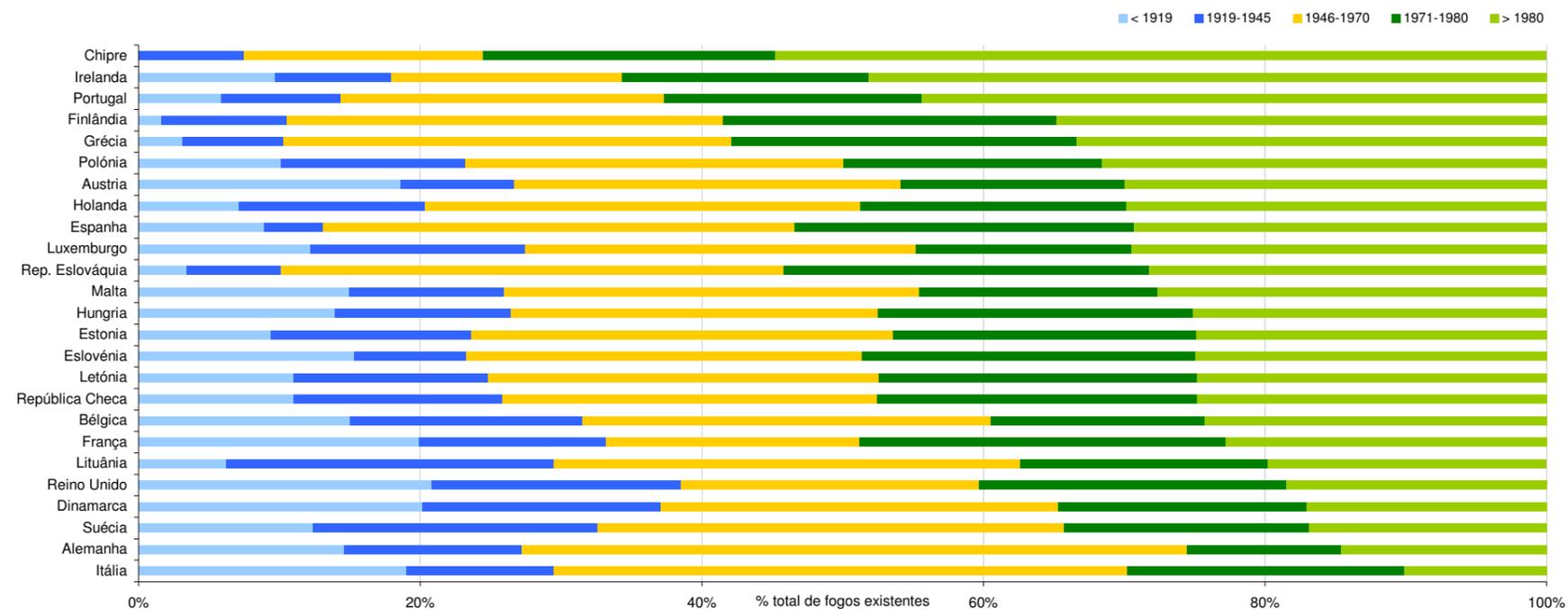
Varição do número de transações imobiliárias, de apartamentos, entre 2003 e 2002, em 15 países da Europa



Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

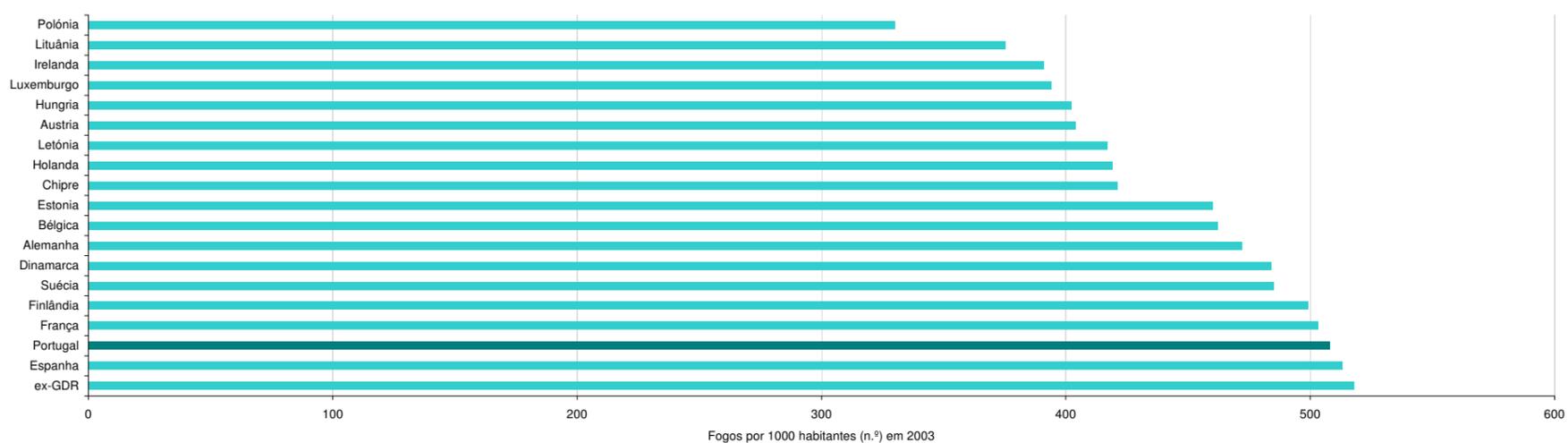
CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO NA EUROPA

Distribuição percentual da idade da construção existente na UE-25



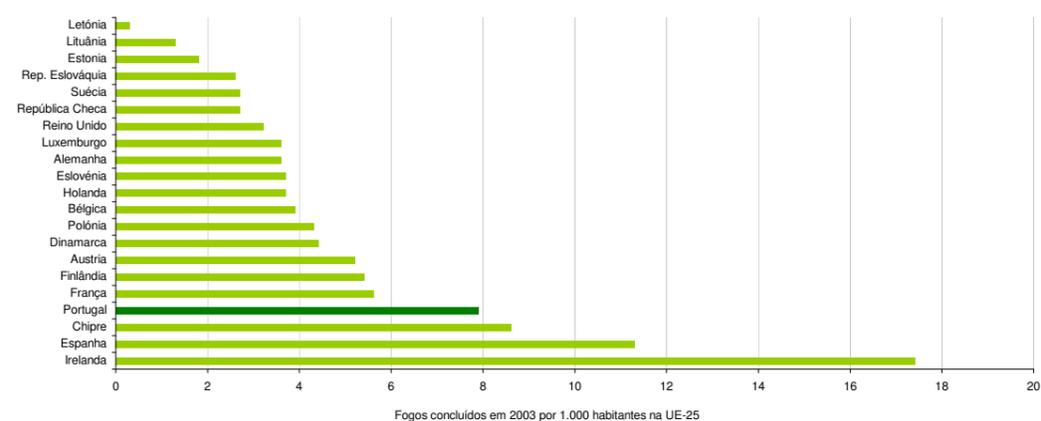
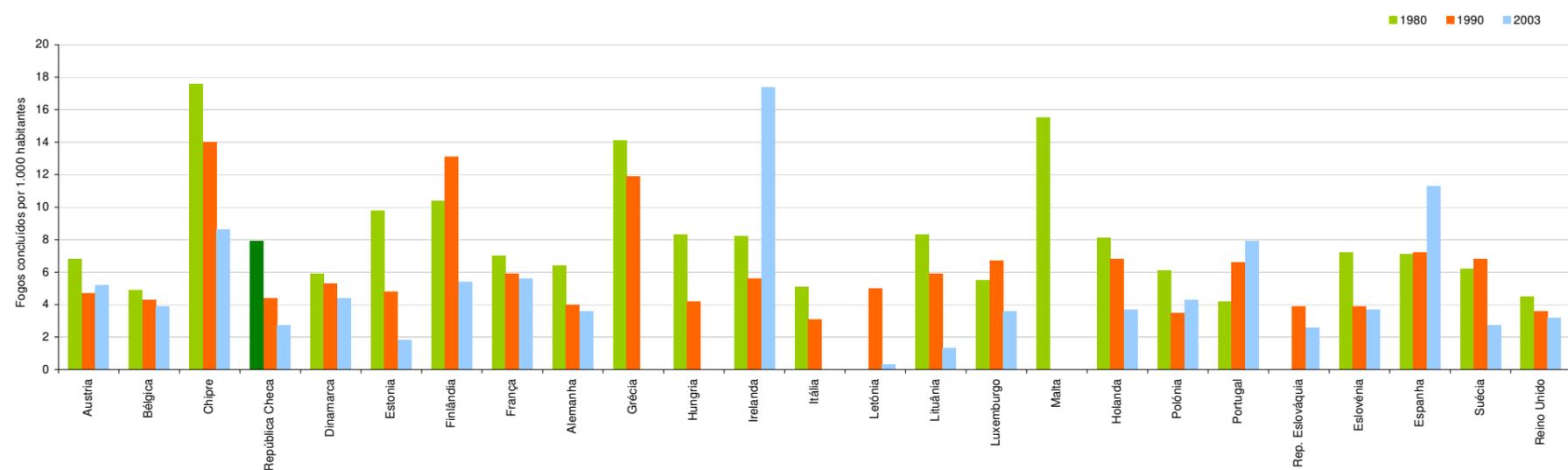
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Fogos por 1.000 habitantes e fogos existentes na UE-25

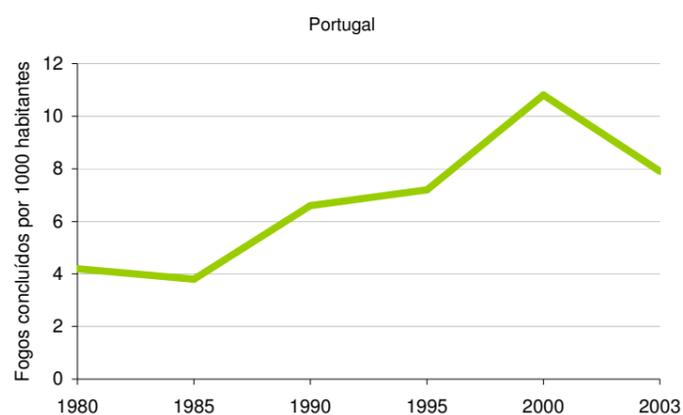


Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

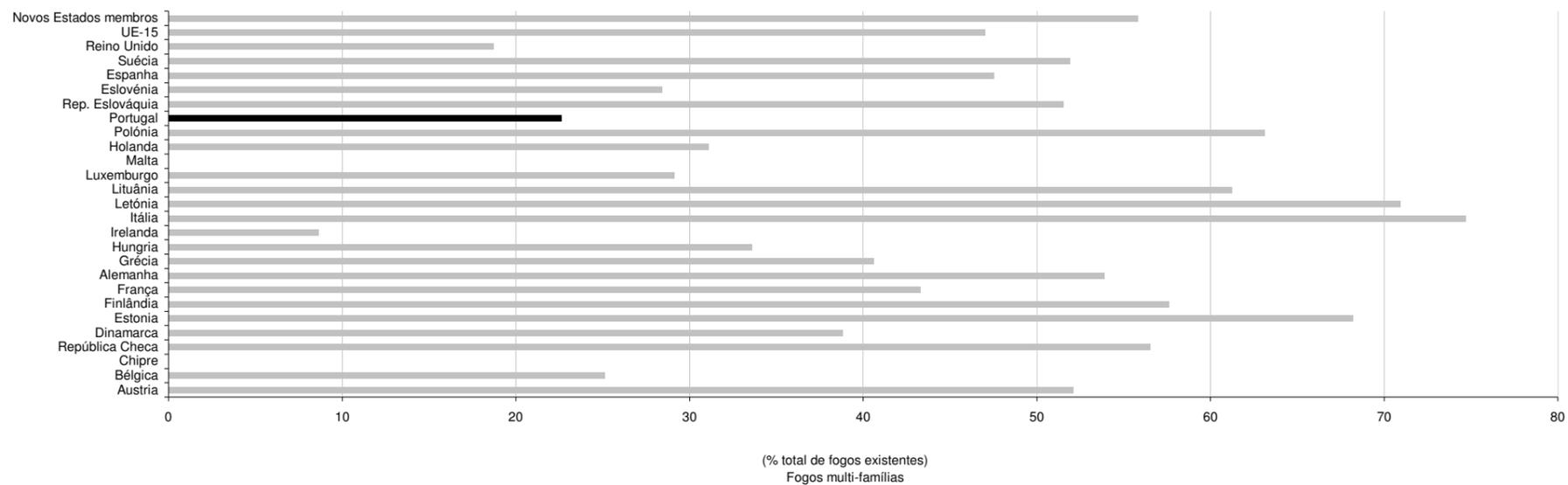
Fogos concluídos por 1.000 habitantes na UE-25



Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

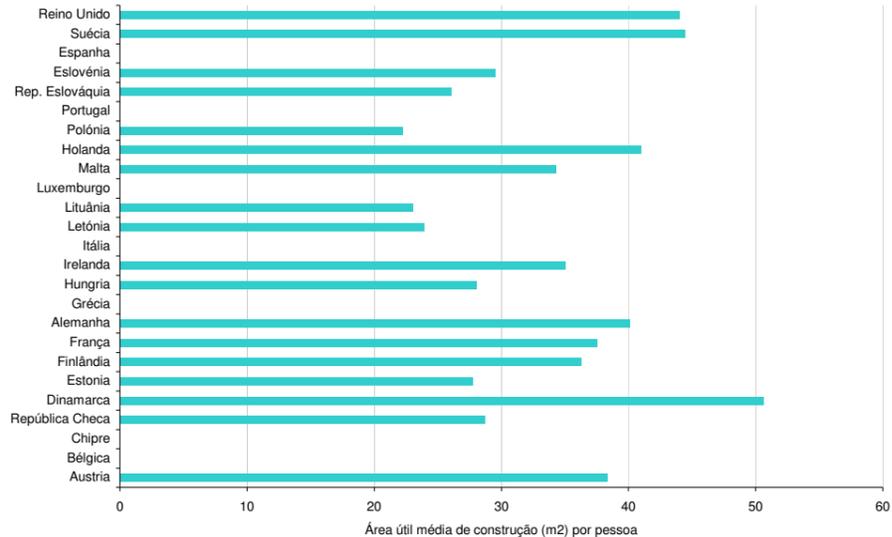
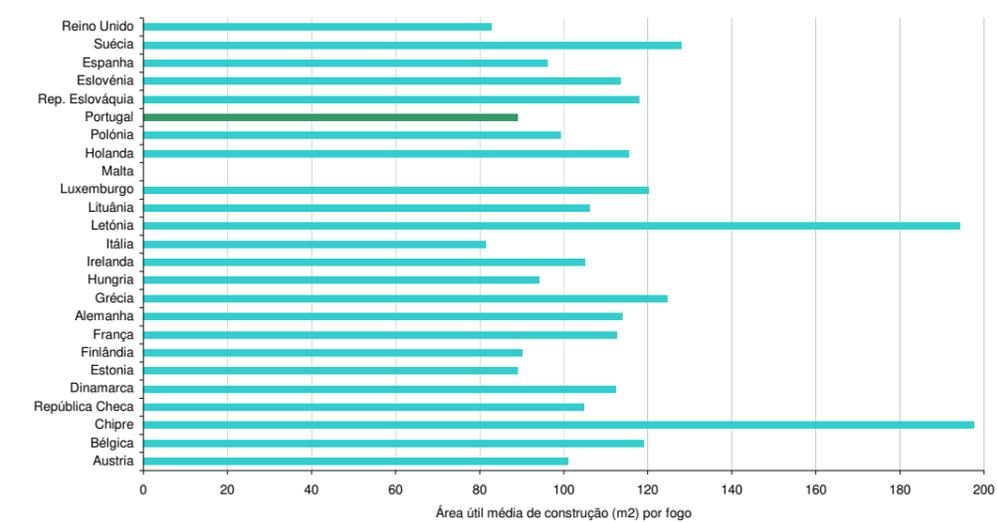


Percentagem de fogos em edifícios residenciais em altura (+ de 4 pisos) na UE-25



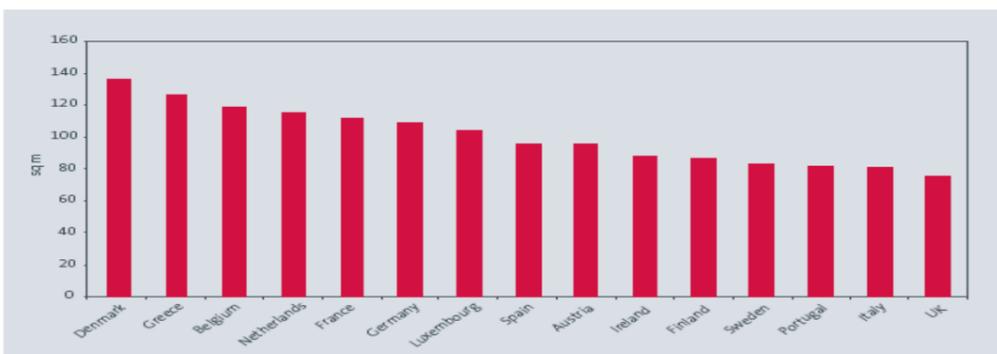
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Área útil média de construção por fogo e por pessoa (m2) na UE-25



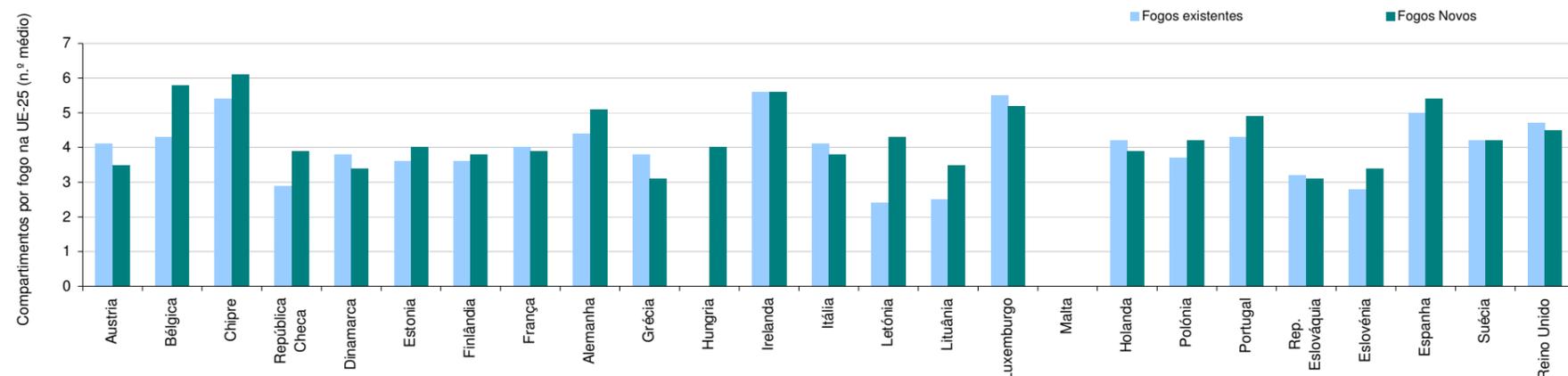
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Área média de construção dos fogos novos na UE-15, em 2002



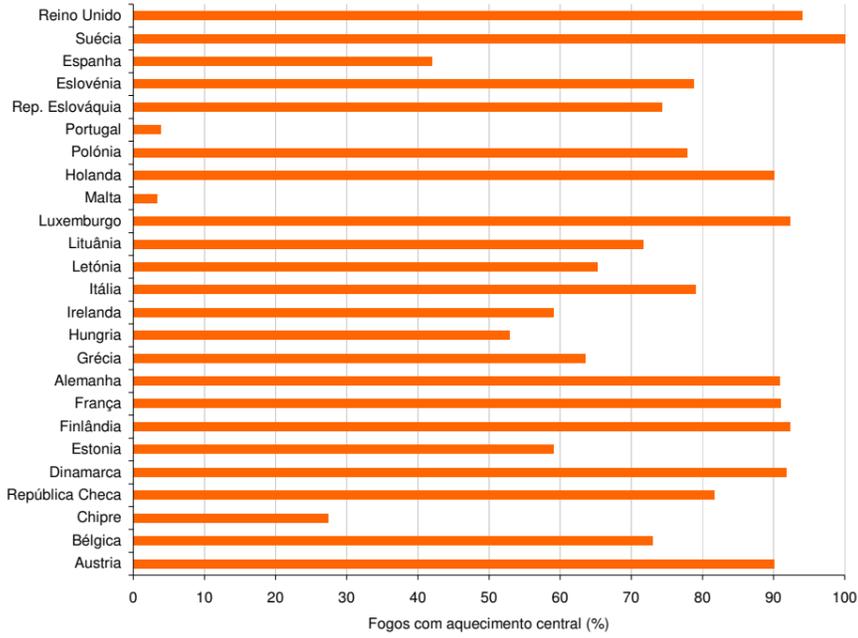
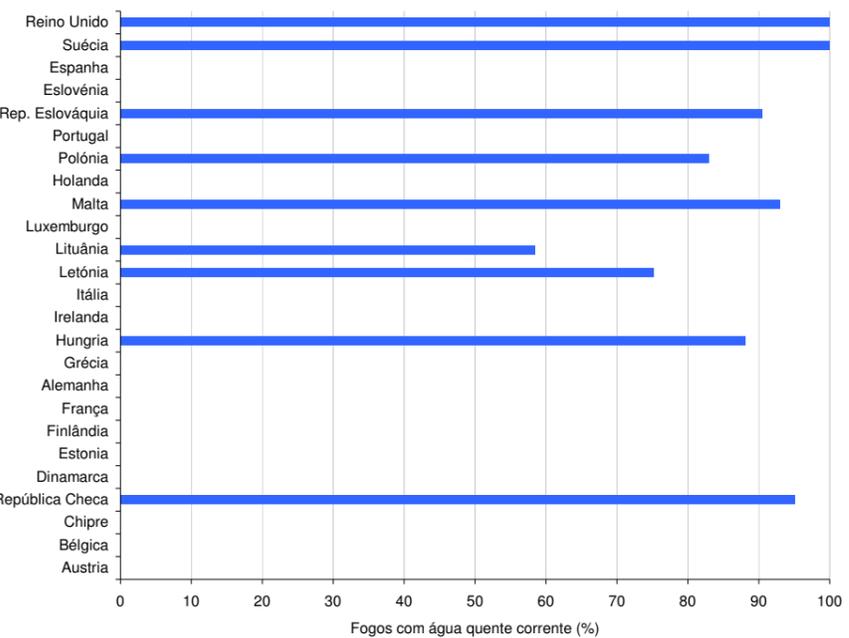
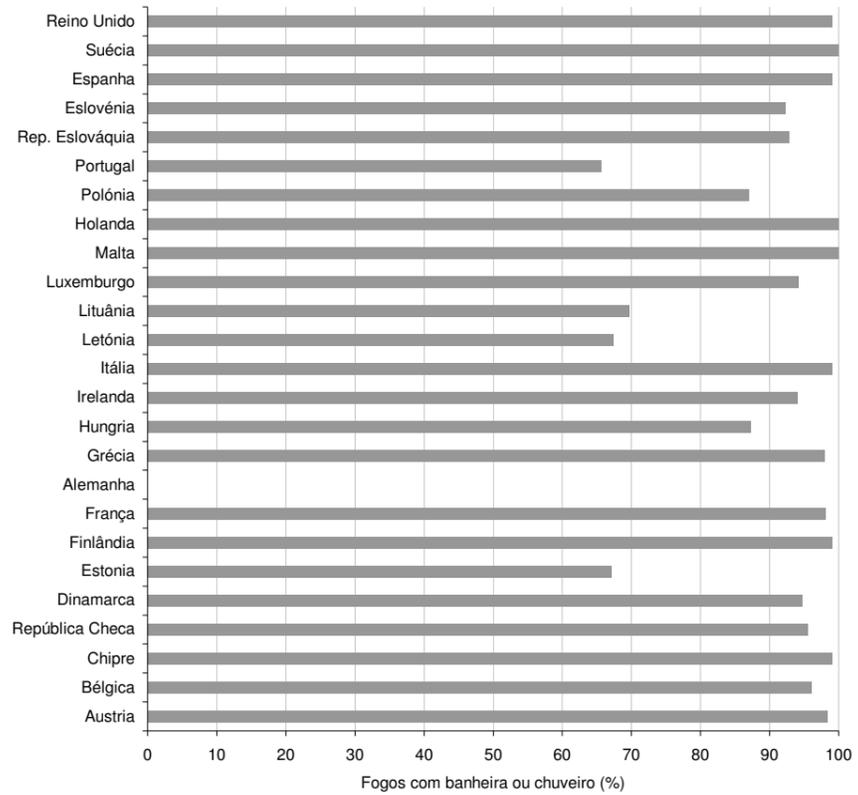
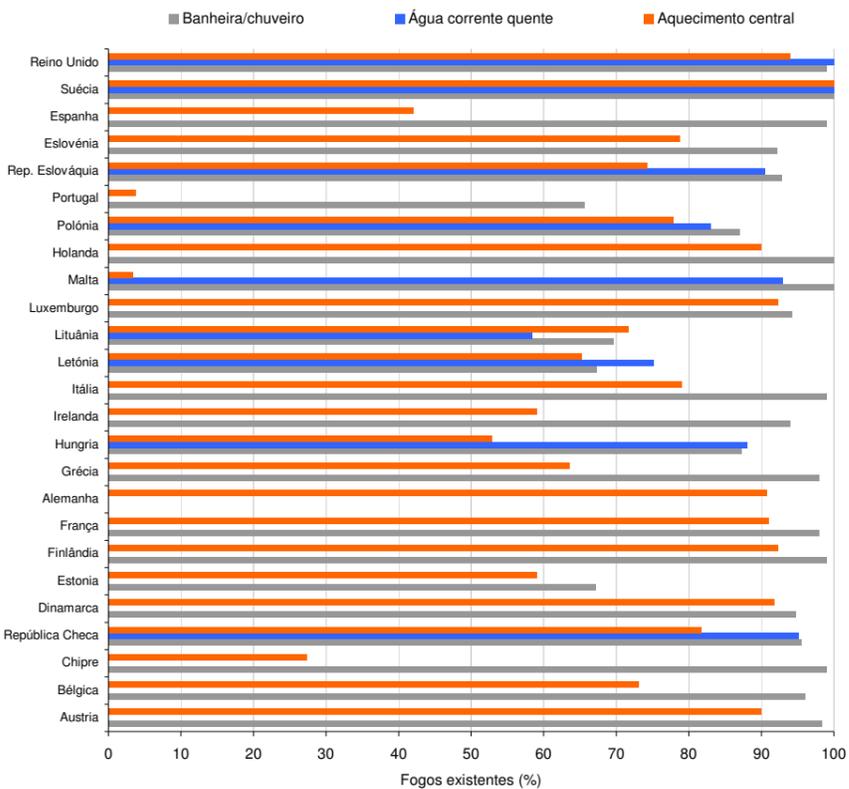
Fonte: European Housing Review 2005 - RICS - Royal Institut of Chartered Surveyors

Número médio de compartimentos por fogo e por fogo novo na UE-25



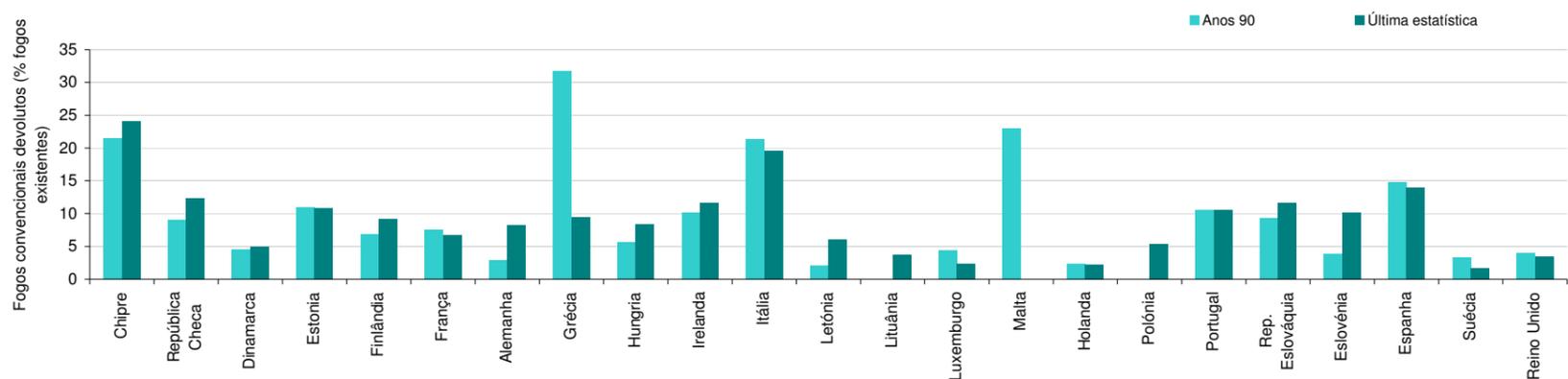
Fonte: Housing Statistics in the European Union 2004

Características dos fogos na UE-25



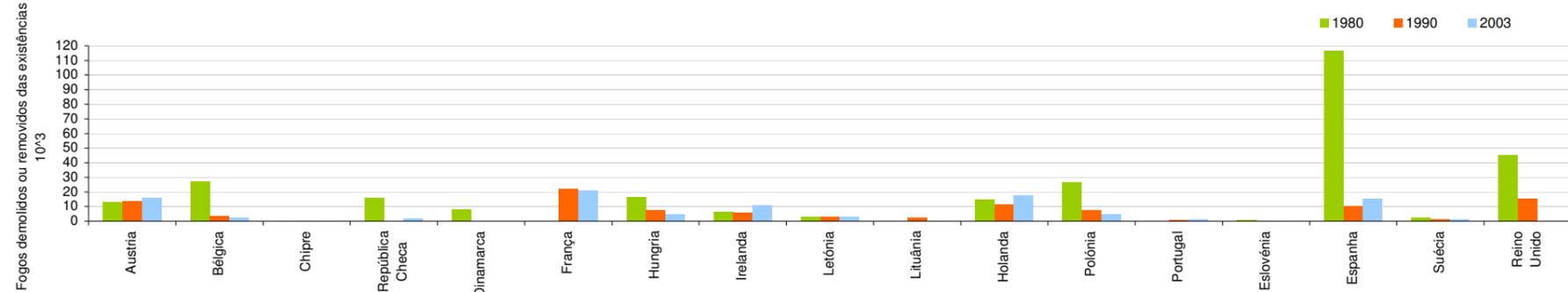
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Fogos convencionais devolutos, nos anos 90 e na última estatística, na UE-25



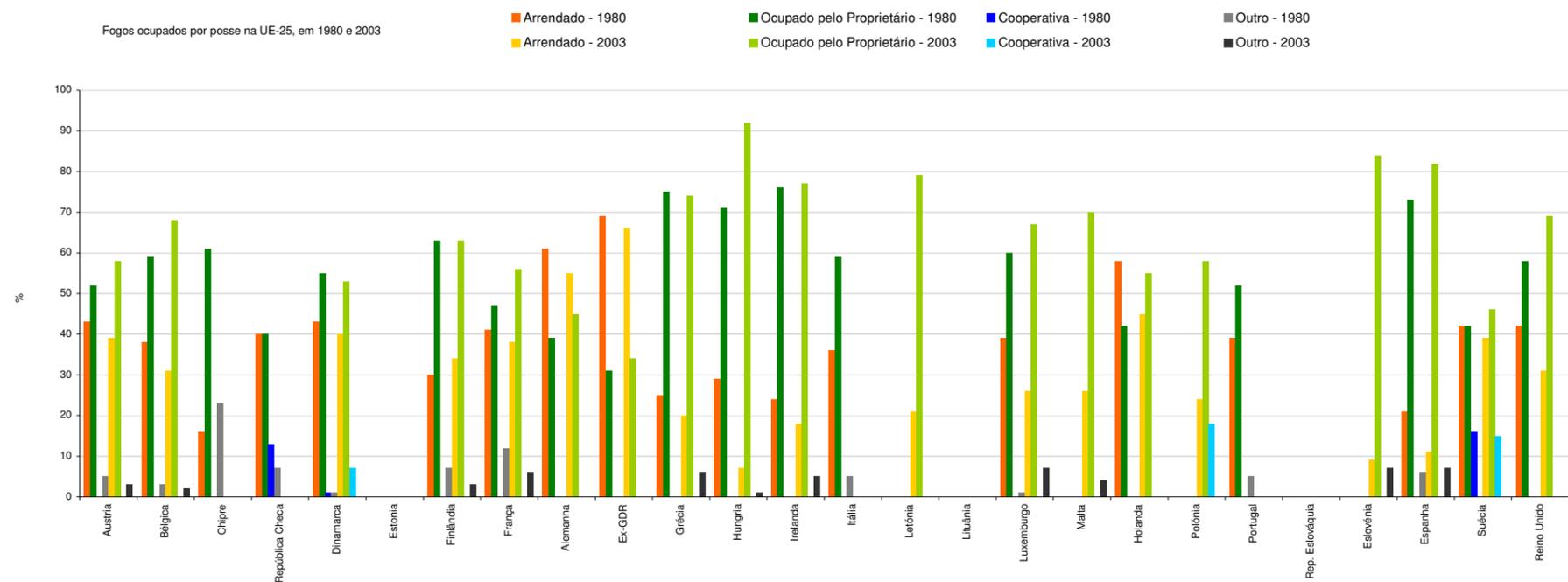
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Fogos demolidos ou removidos das existências na UE-25



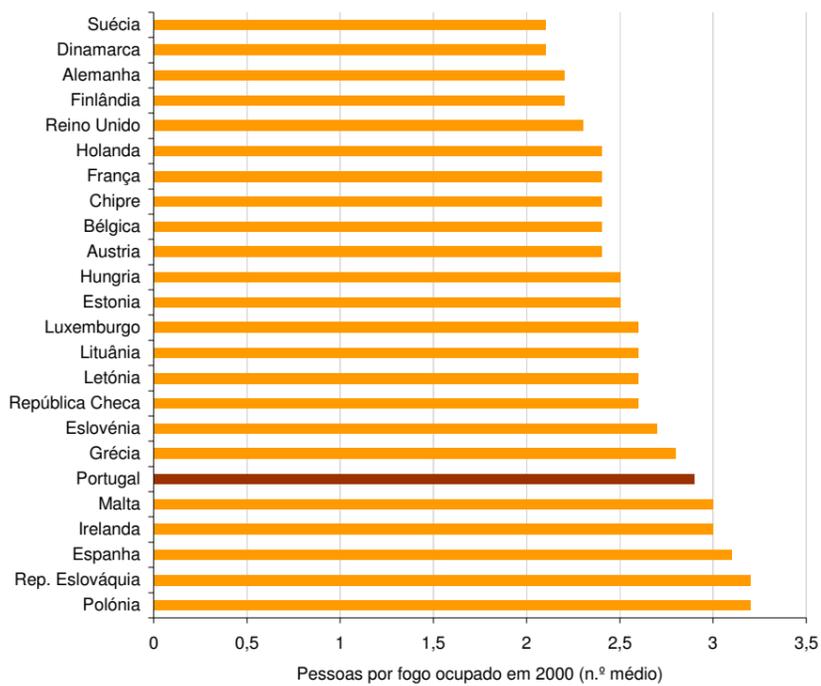
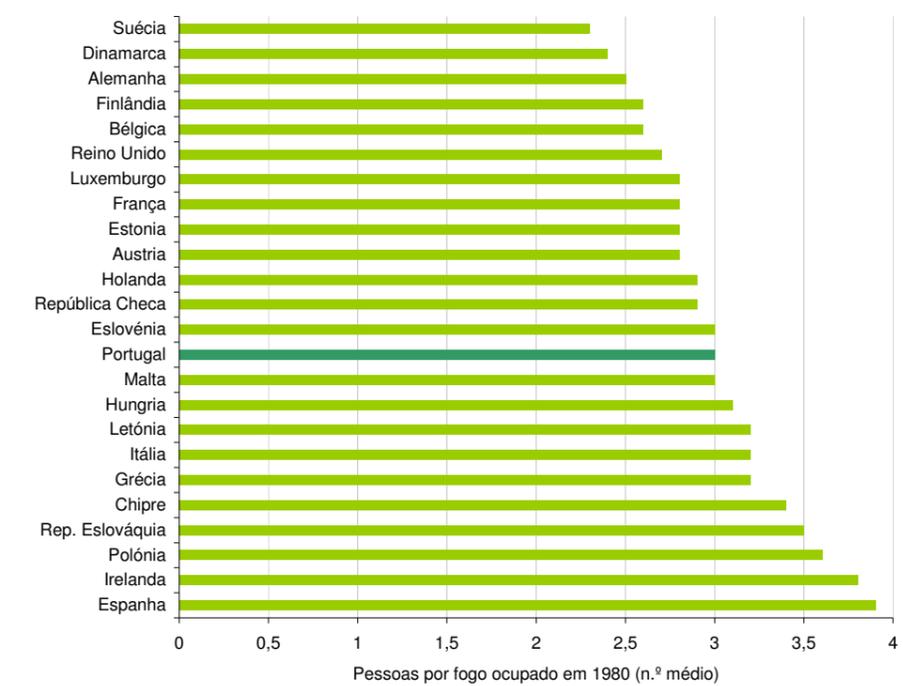
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Fogos ocupados segundo a posse na UE-25



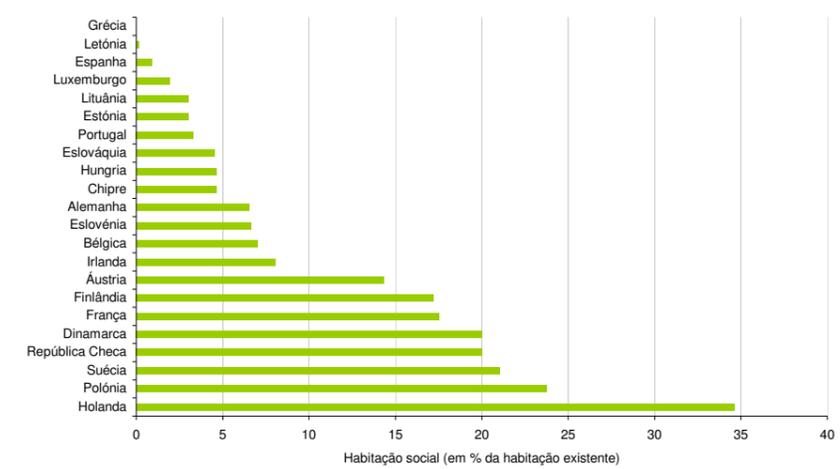
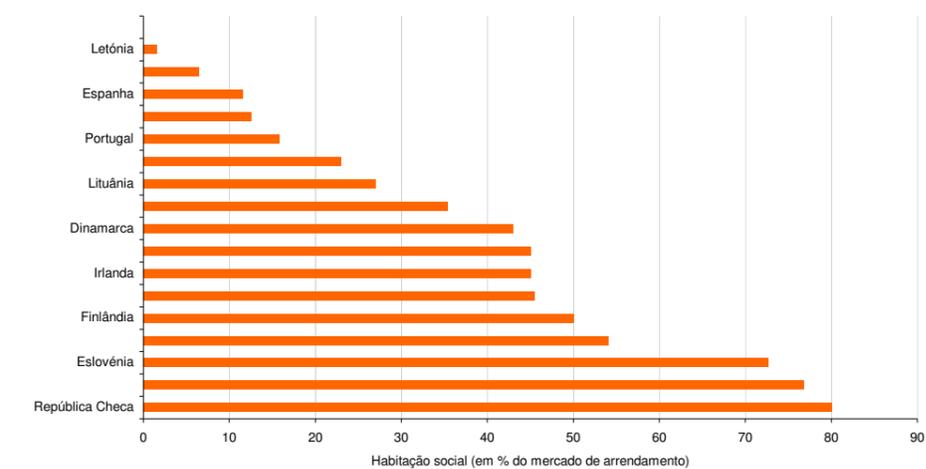
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Número médio de pessoas por fogo ocupado na UE-25

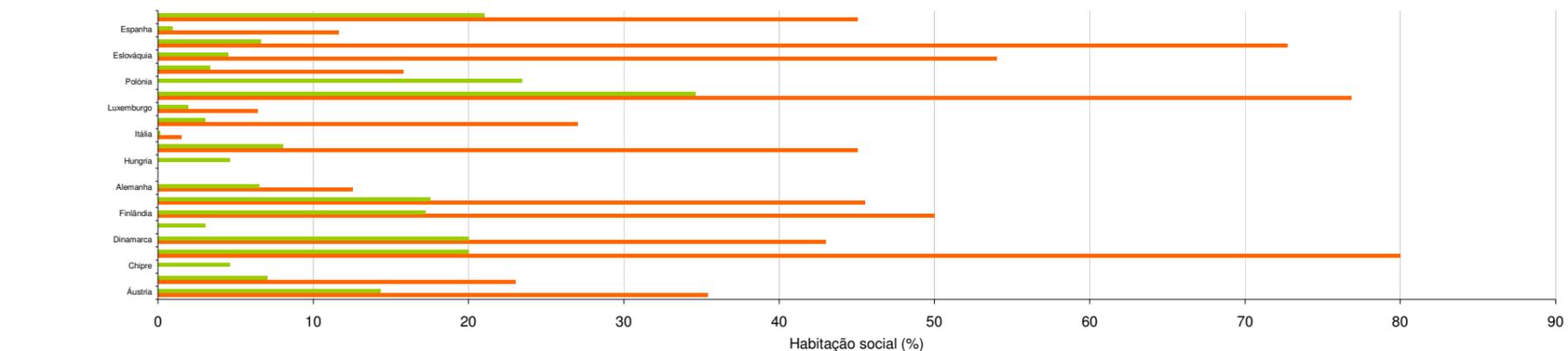


Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

Habitação social, em percentagem do mercado de arrendamento, da habitação existente e dos novos fogos concluídos, em 2003, em cada um dos países da UE.25



■ Mercado de arrendamento ■ Habitação existente



Fonte: Ministérios com a tutela da habitação in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Aspectos qualitativos da habitação social, em cada um dos países da UE.25

	Quem é o senhorio? ¹⁾	Existe enquadramento legislativo?	E este sector denominado "social"?
Austria	a,b	Sim	Sim
Bélgica	a,b	Sim	Sim
Chipre ²⁾	a	Sim	Sim
República Checa	a,c	Sim	Não - Municipal rental housing
Dinamarca	a,b	Sim	Não
Estónia	a	Sim	Não - Municipal rental housing
Finlândia	a,b,c	Sim	Sim
França	b	Sim	Sim
Alemanha	a,b,c	Sim	Sim - Social housing assistance
Grécia	None	Não	Não
Hungria	a	Sim	Não - Municipal rental housing
Irlanda	a,b	Sim	Sim
Itália	nd	nd	nd
Letónia	a,c	Sim	Sim
Lituânia	a	Sim	Sim
Luxemburgo	a,b,c	Sim	Sim
Malta	a	Sim	Sim
Holanda	a,b	Sim	Sim
Polónia	a,b,c	Sim	Sim, ou Affordable Housing
Portugal	a,b,c	Sim	Sim - Low housing construction
Eslováquia	a	Sim	Não - Municipal rental housing
Eslovénia	a,c	Sim	Não - Non-profit sector
Espanha	a,b,c	Sim	Sim - Social housing subsector
Suécia	b	Sim	Não
Reino Unido	nd	nd	nd

1) a = Public entity (state, region, municipality)

b = Legal entity operating on a non-profit principle (public beneficial associations, housing associations, etc.)

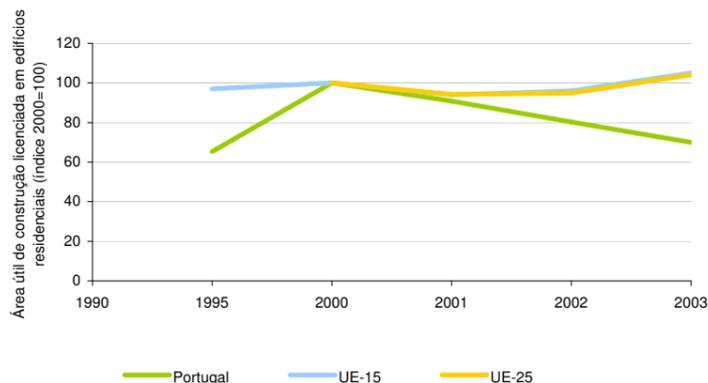
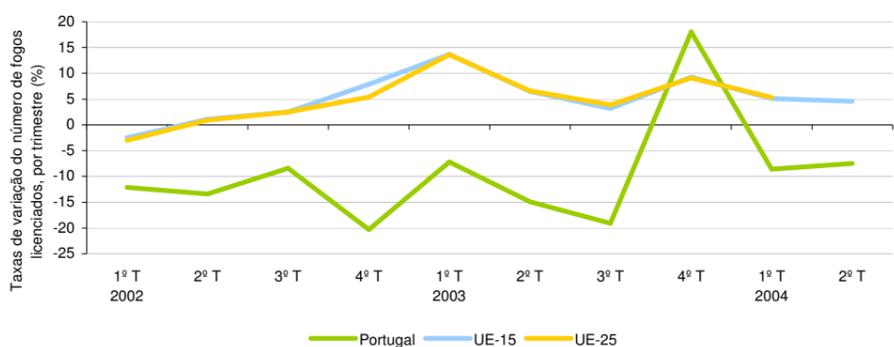
c = Private legal or physical person

d = Other

2) There is no social housing in Cyprus as defined in many other European countries. However, as a result of the partition of the island in 1974, there are 13 500 refugee-households (5.9% of the total number of households) living in housing estates (constructed and maintained by the government) free of charge.

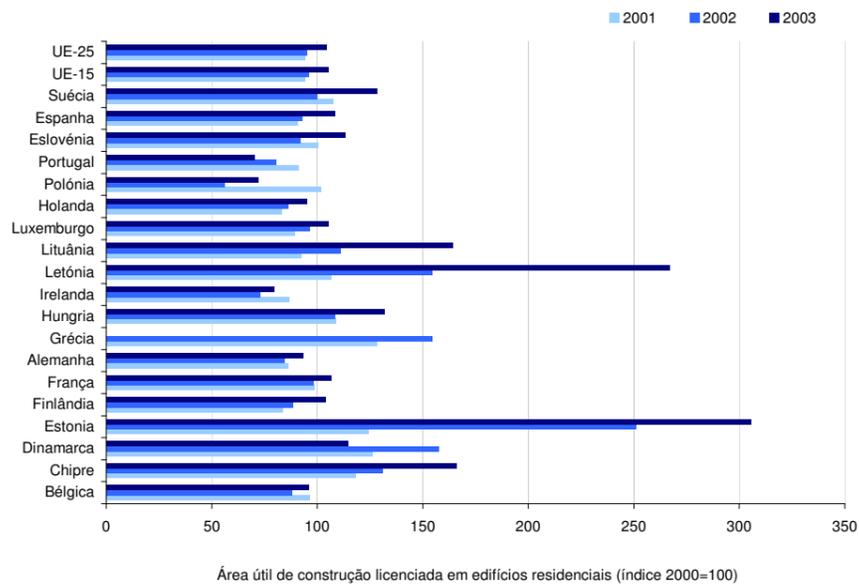
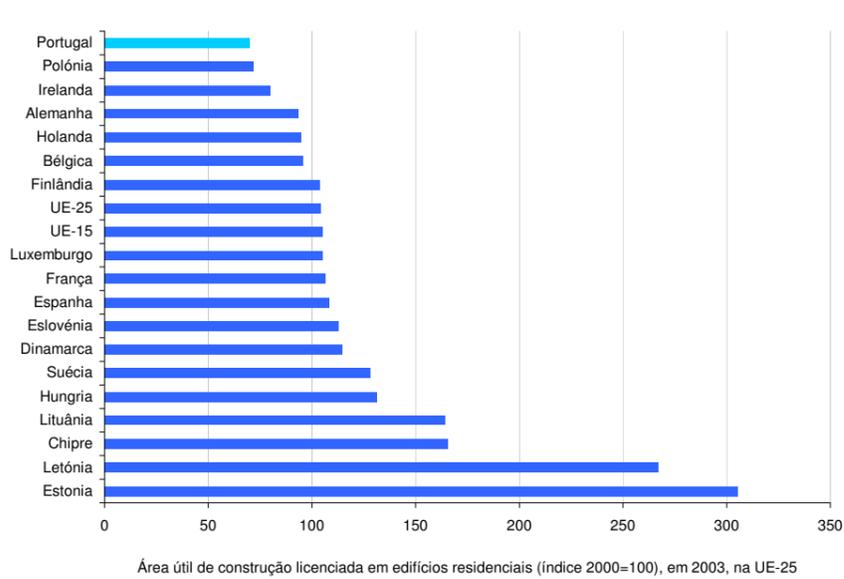
Fonte: Ministérios com a tutela da habitação in Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Taxas de variação do número de fogos licenciados, por trimestre na UE-25



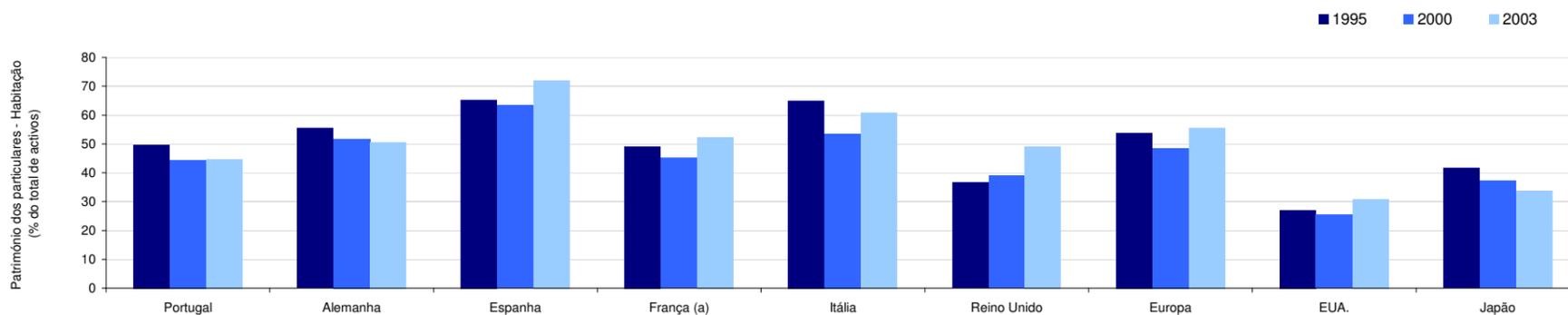
Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

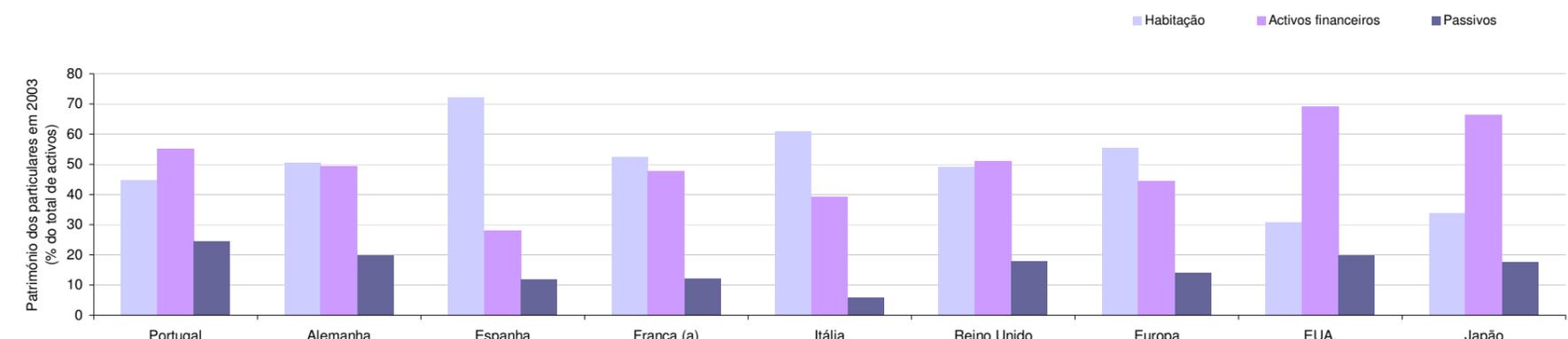
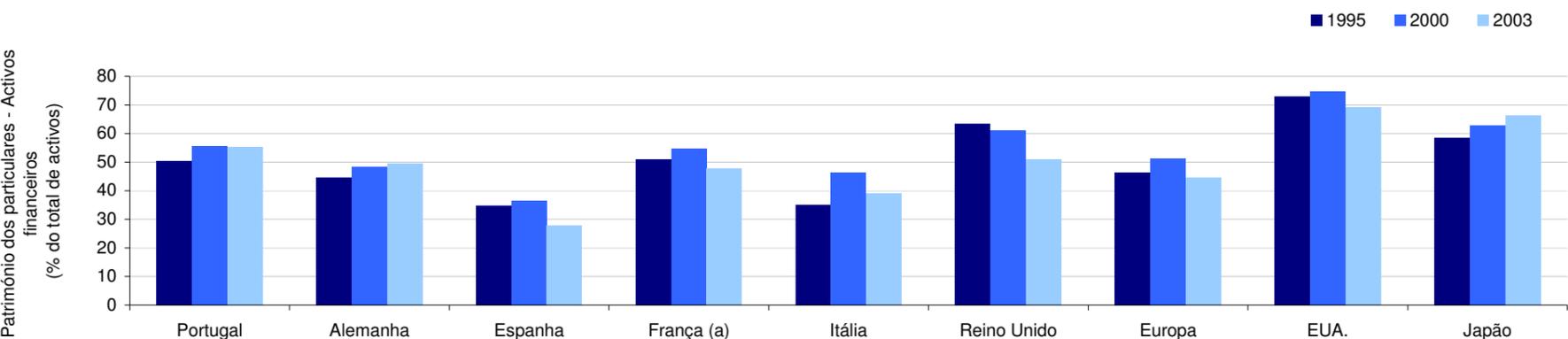
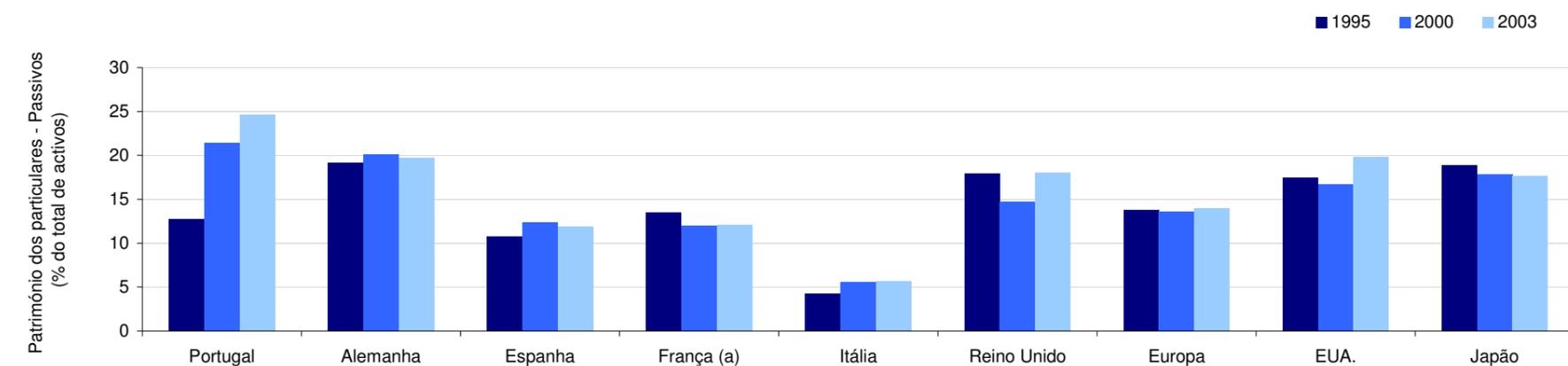
Área útil de construção licenciada em edifícios residenciais na UE-25



Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004

Evolução do património dos particulares, em percentagem do total dos activos (habitação; activos financeiros; passivos)

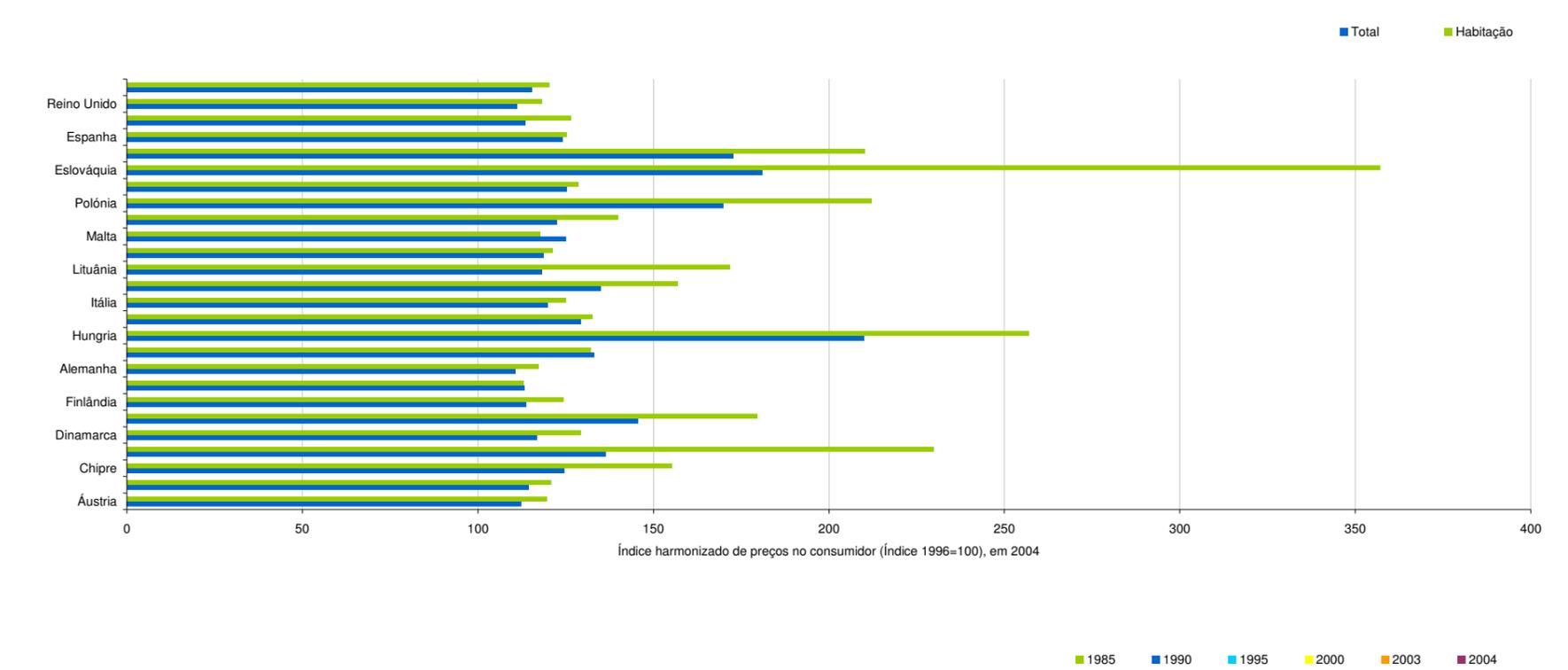
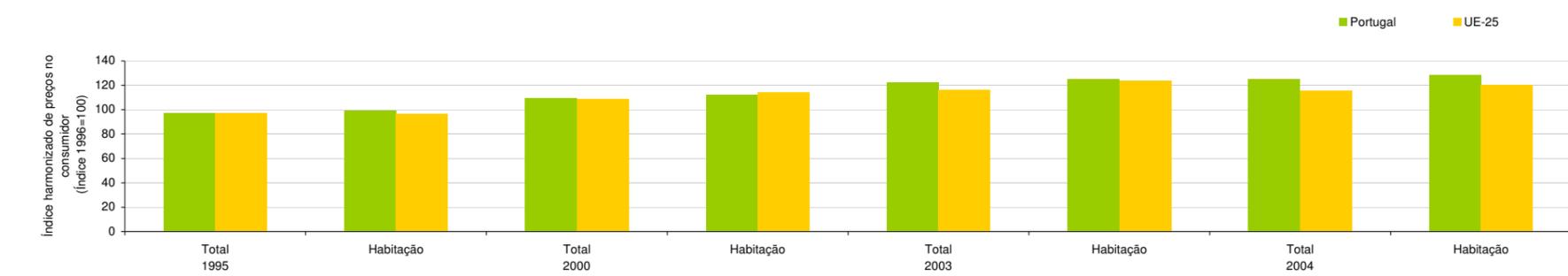




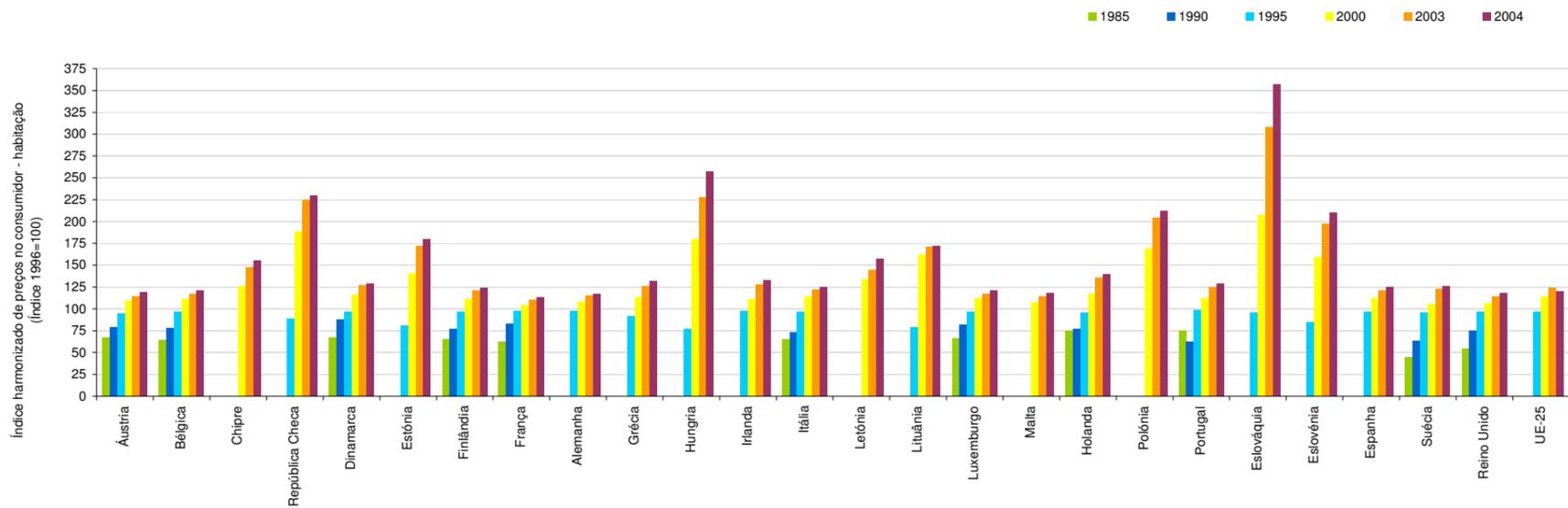
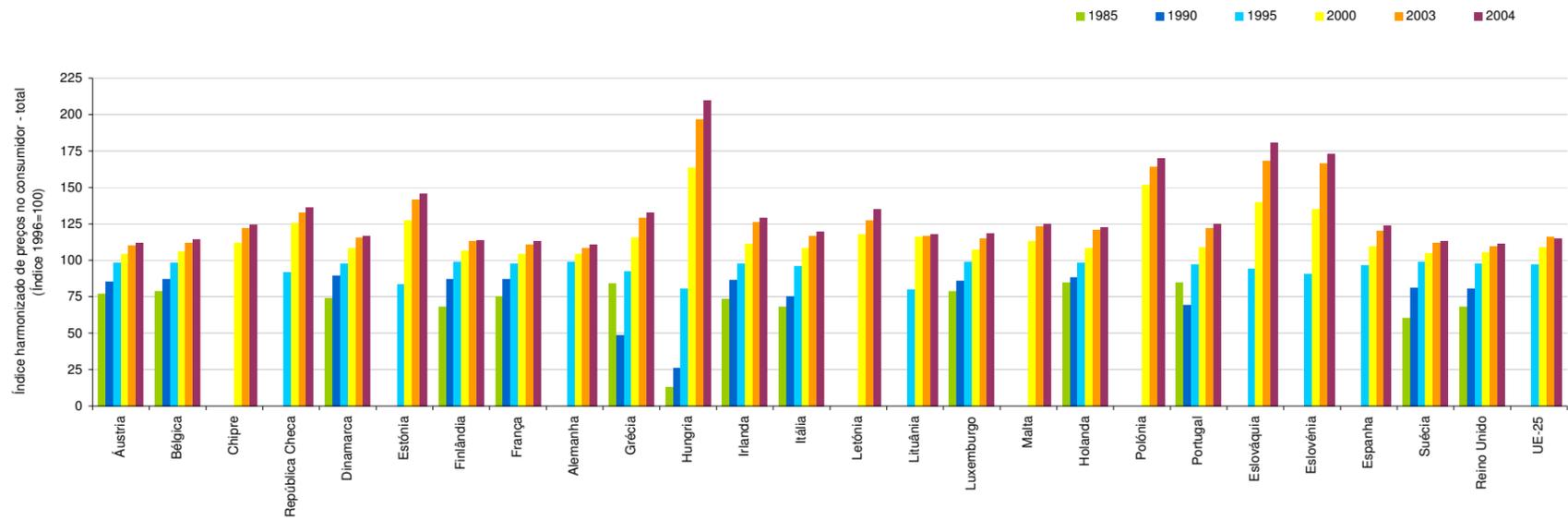
Fonte: Eurostat, Bancos Centrais Nacionais e Institutos de Estatística europeus, Observatoire de L'pargne Europeenne, Federal Reserve Bank, Cabinet Office (Government of Japan) e Banco de Portugal. In Relatório Anual do Banco de Portugal 2004

(a) O conceito de passivos aqui considerado é mais lato que o conceito de dívida habitualmente utilizado pelo Banco de Portugal (que considera apenas os passivos que explicitamente vencem juros) distinguindo-se essencialmente pela inclusão dos créditos comerciais. Considerando o conceito mais restrito, os rácios para Portugal cifram-se em 39, 91 e 110 por cento, respectivamente para 1995, 2000 e 2003.

Índice harmonizado de preços no consumidor, total e habitação, em cada um dos países da UE.25



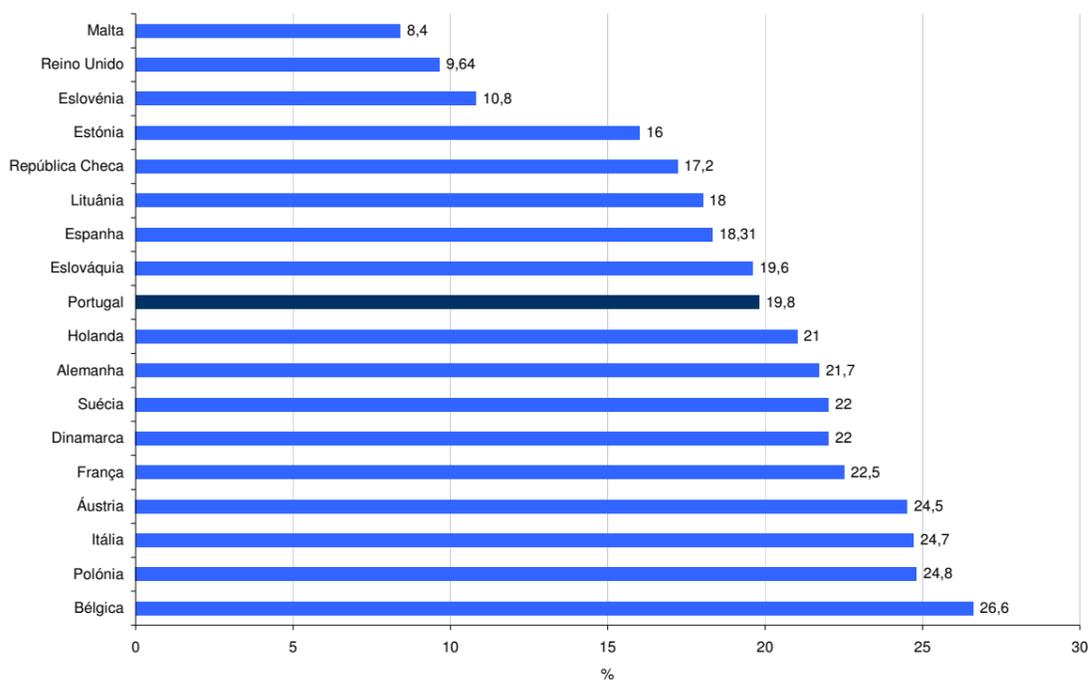
■ 1985 ■ 1990 ■ 1995 ■ 2000 ■ 2003 ■ 2004



Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

ENCARGOS COM A HABITAÇÃO NA EUROPA

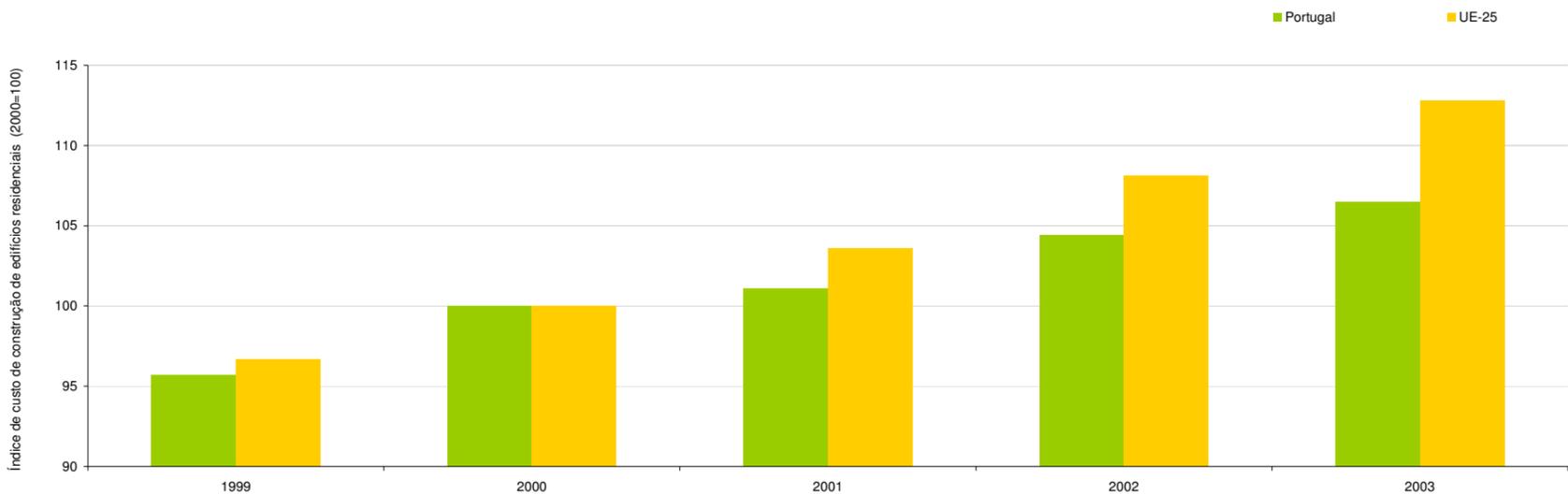
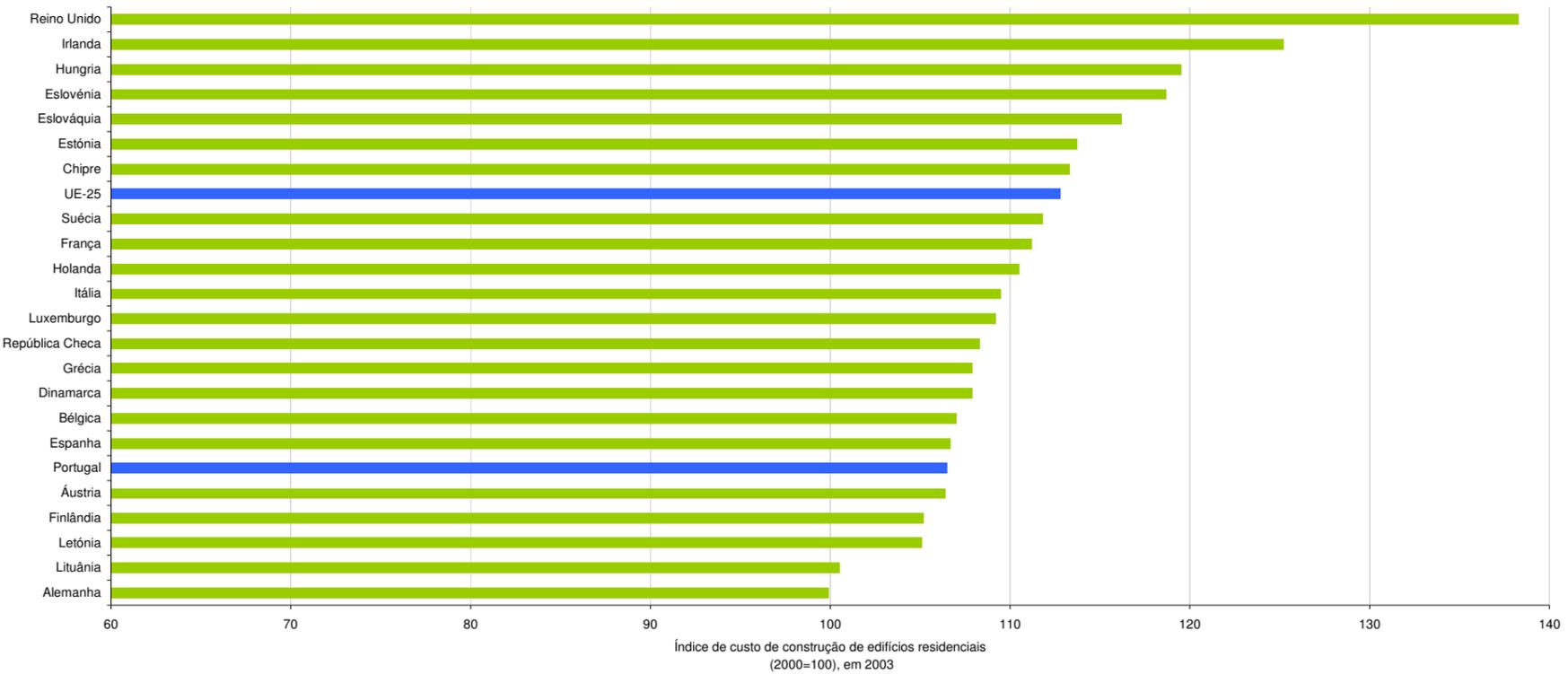
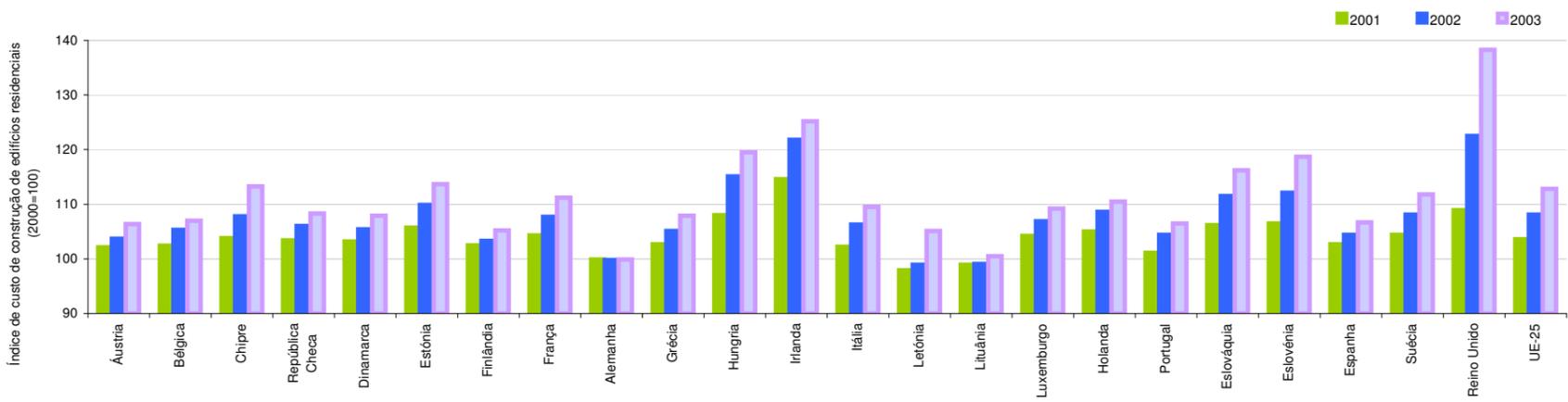
Percentagem do rendimento familiar destinado aos custos da habitação em 18 países da Europa



Fonte: Department of the Environment, Heritage and Local Government, Regular National Report on Housing Development in European Countries, 2004

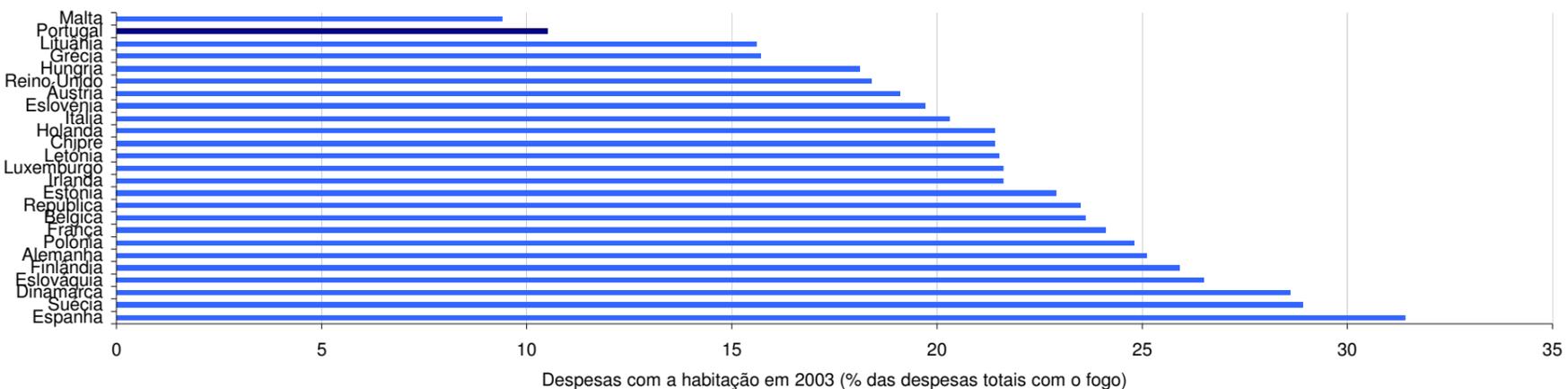
Nota: Os dados dos seguintes países não se encontram disponíveis: Bulgária, Chipre, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letónia, Luxemburgo, Roménia e Turquia.

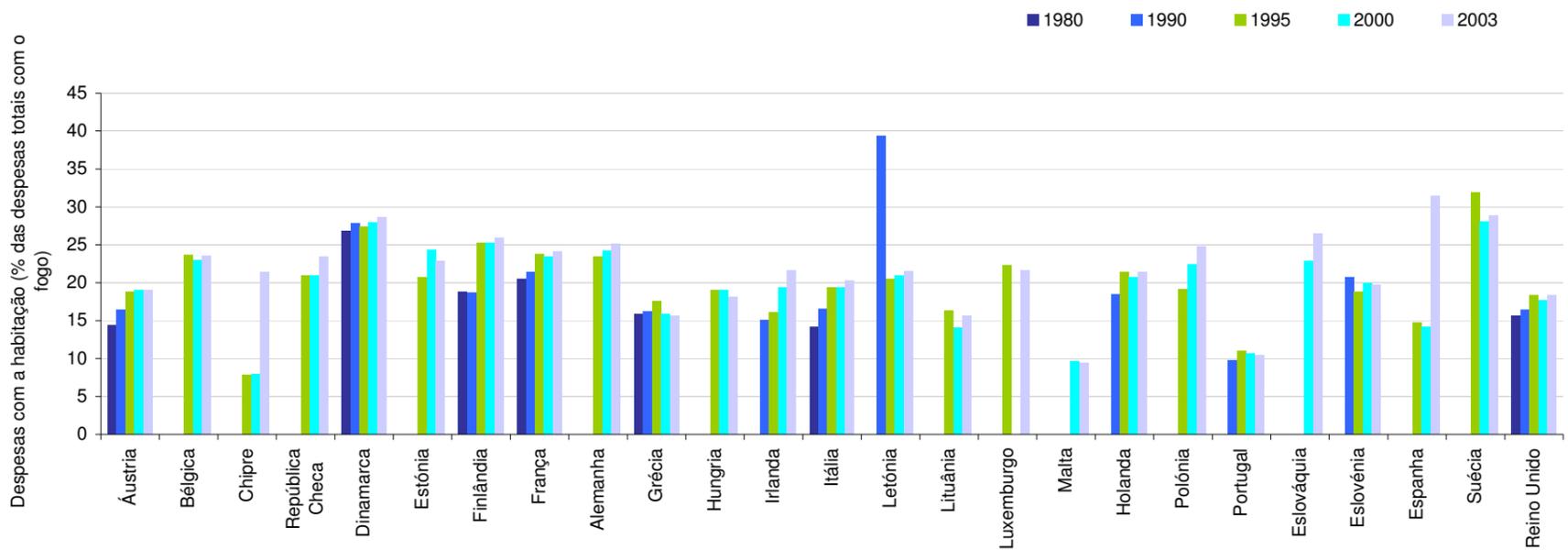
Índice de custo de construção de edifícios residenciais (2000=100), em cada um dos países da UE.25



Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Despesas com a habitação em percentagem das despesas totais com o fogo, em cada um dos países da UE.25

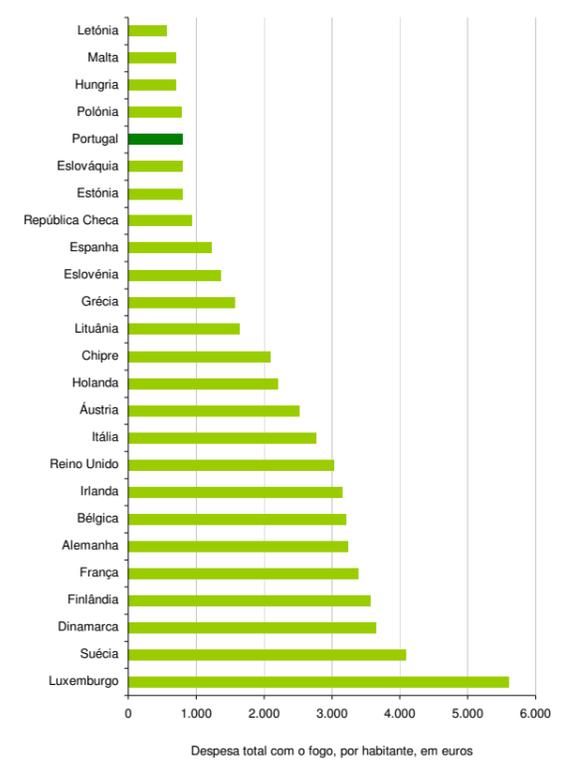
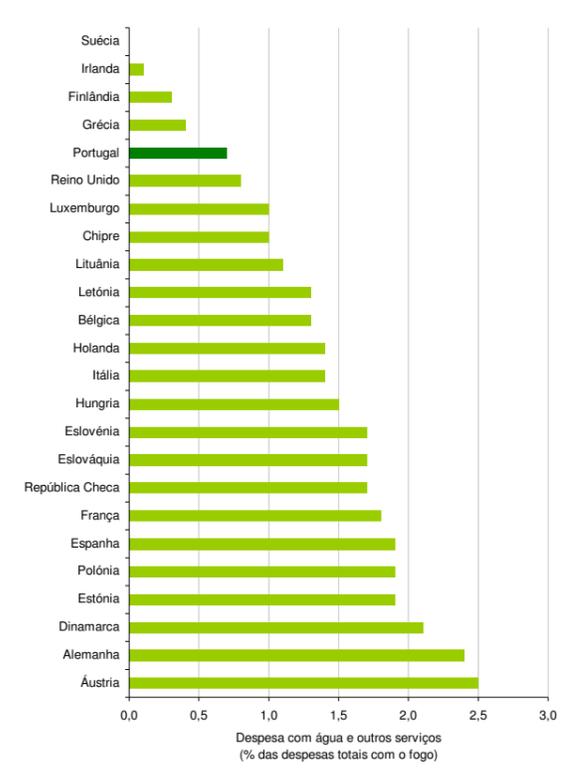
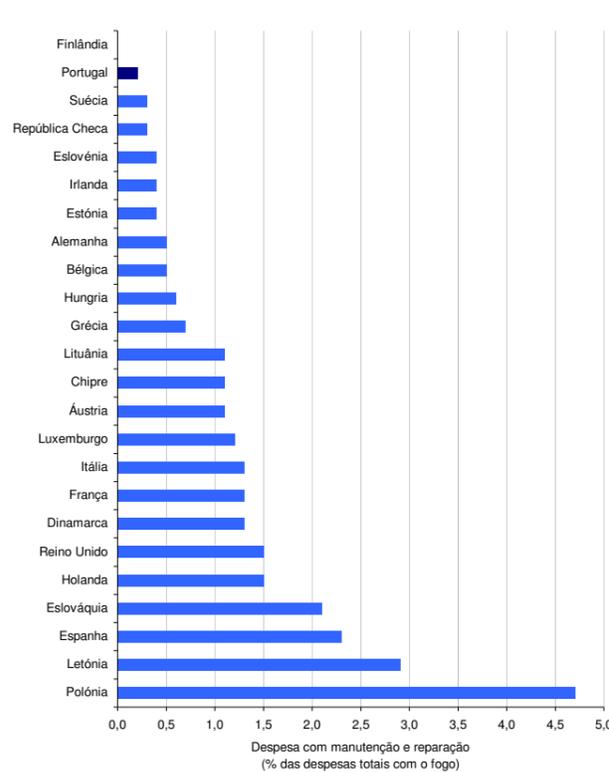
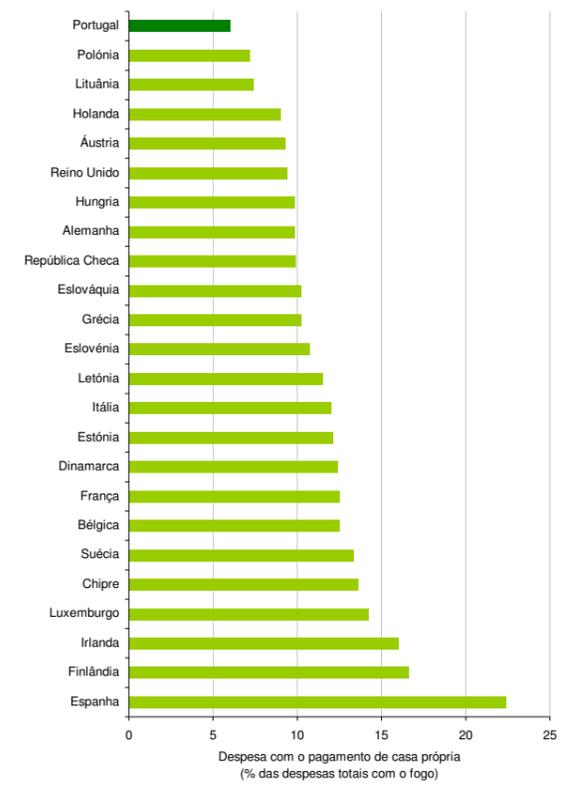
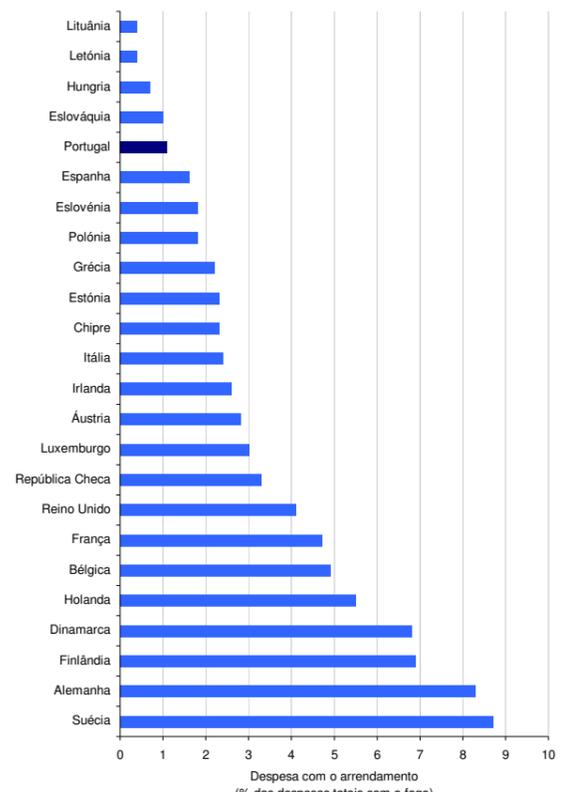
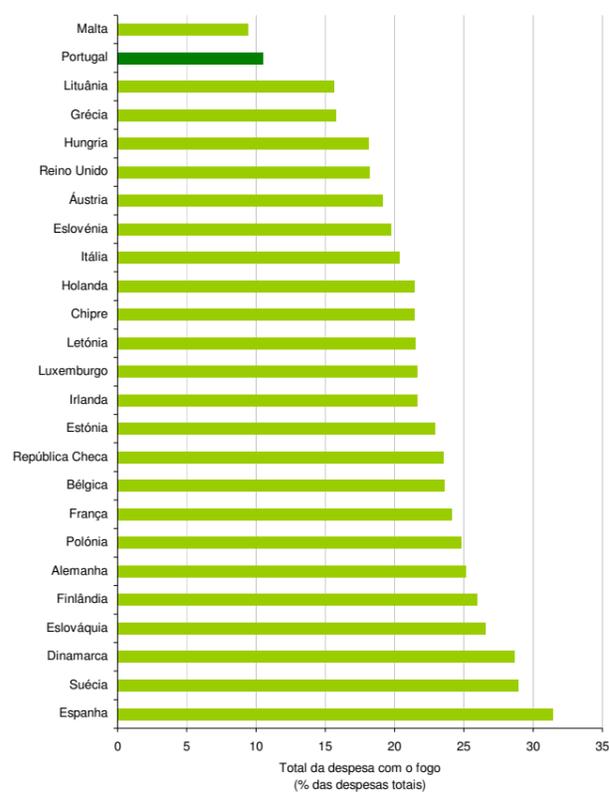




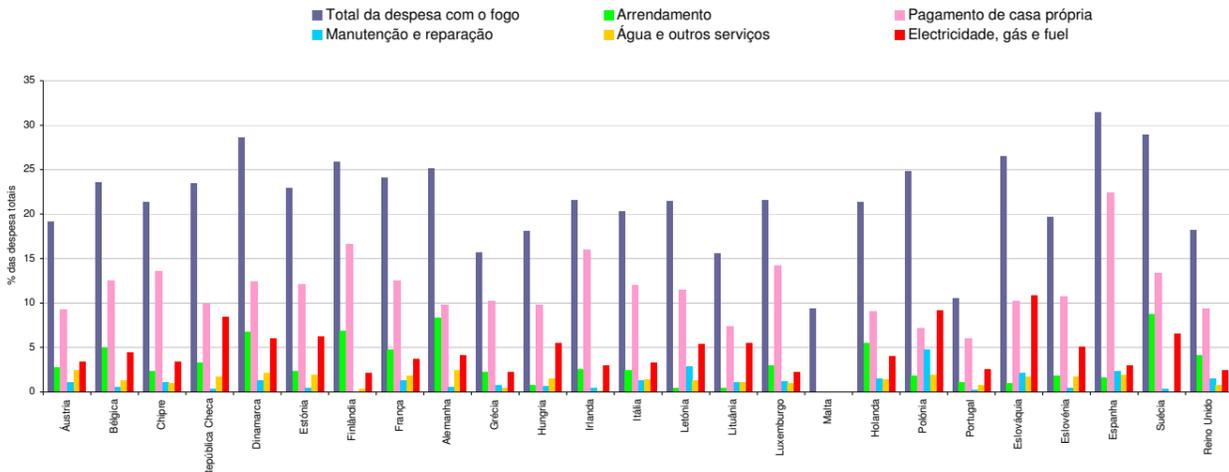
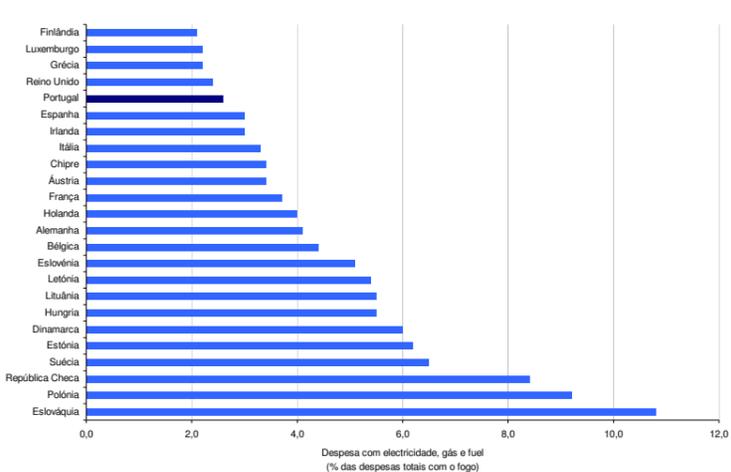
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Nota: Os dados de 2003 da Áustria, Letónia e Malta referem-se a 2001, e de Portugal a 2002

Desagregação das despesas totais com o fogo, em percentagem, com o total das despesas, em 2003, em cada um dos países da UE.25



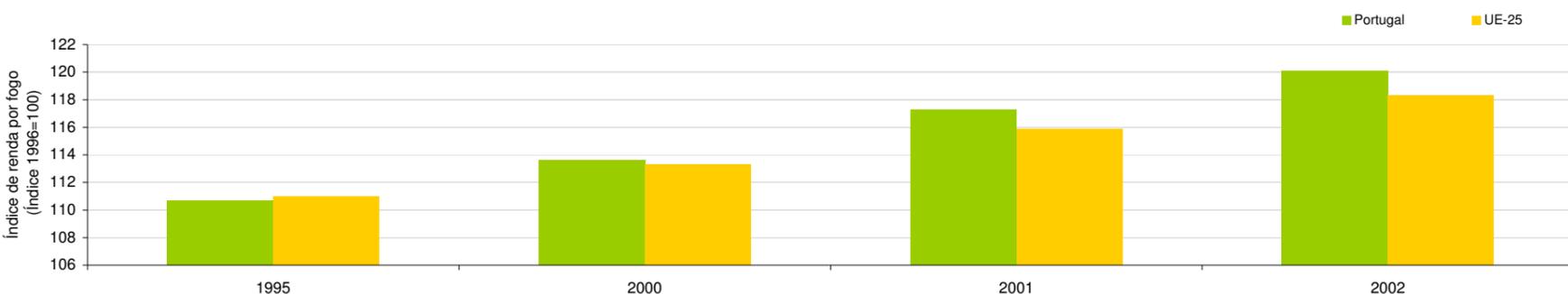
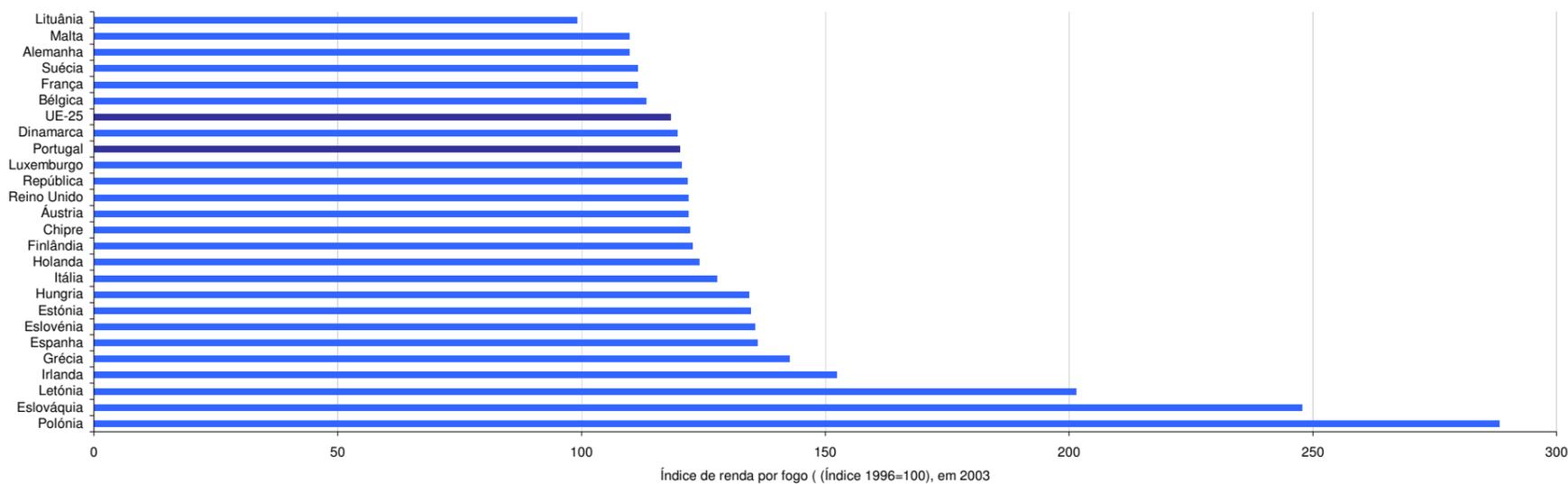
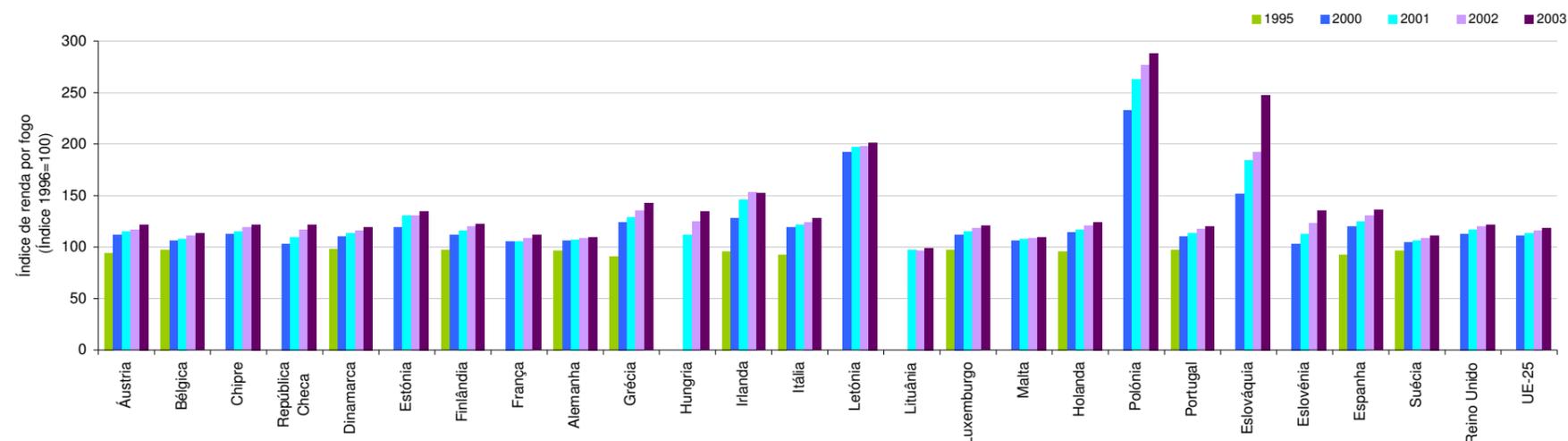
■ Total da despesa com o fogo ■ Arrendamento ■ Pagamento de casa própria



Fonte: Eurostat e institutos nacionais de estatística in Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Nota: Os dados de Portugal e do Reino Unido referem-se a 2001; os dados da Áustria, Hungria, Letónia, Malta e Espanha referem-se a 2002.

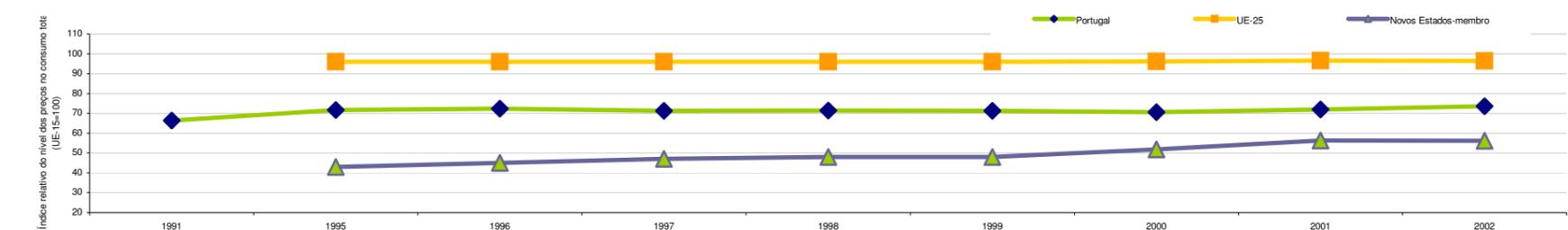
Índice de renda por fogo (1996=100), em cada um dos países da UE.25

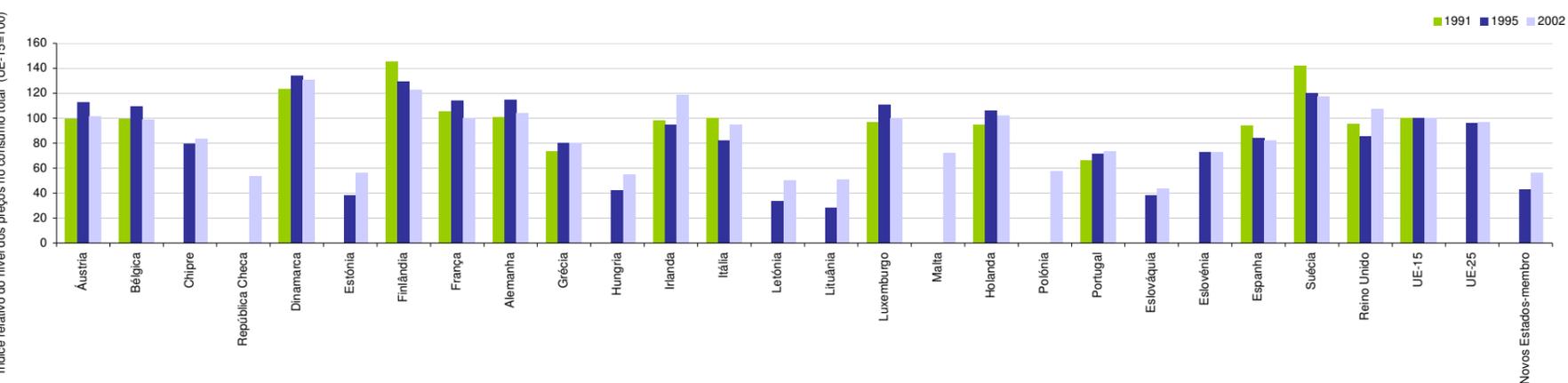
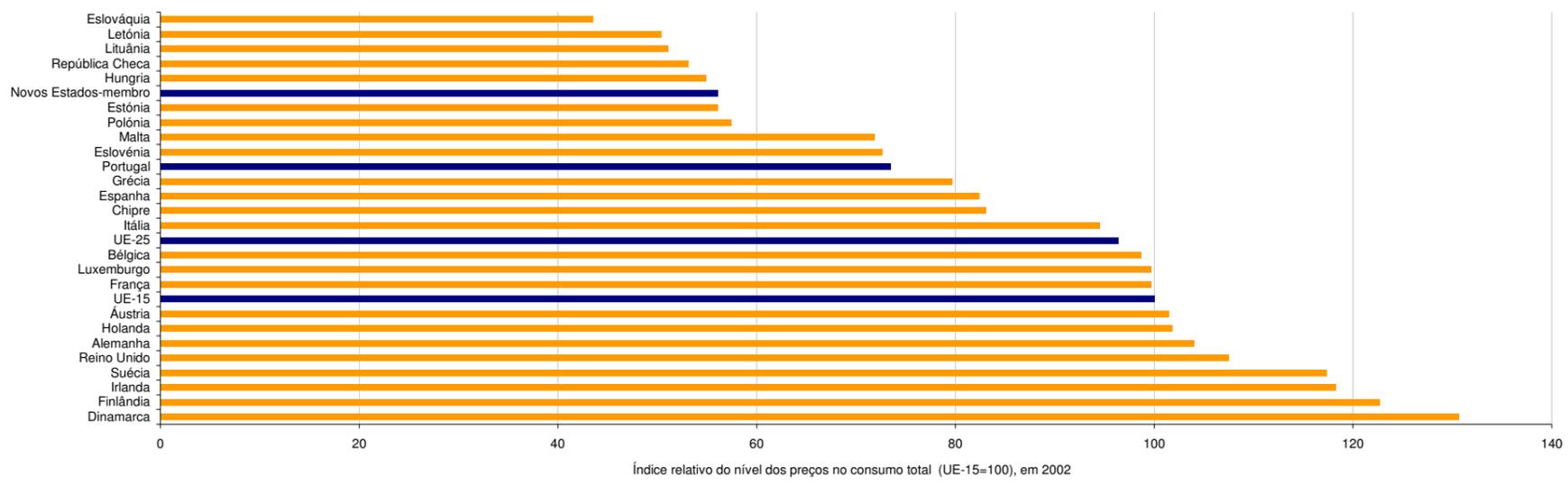


Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Nota: Os valores da UE-25 são estimados.

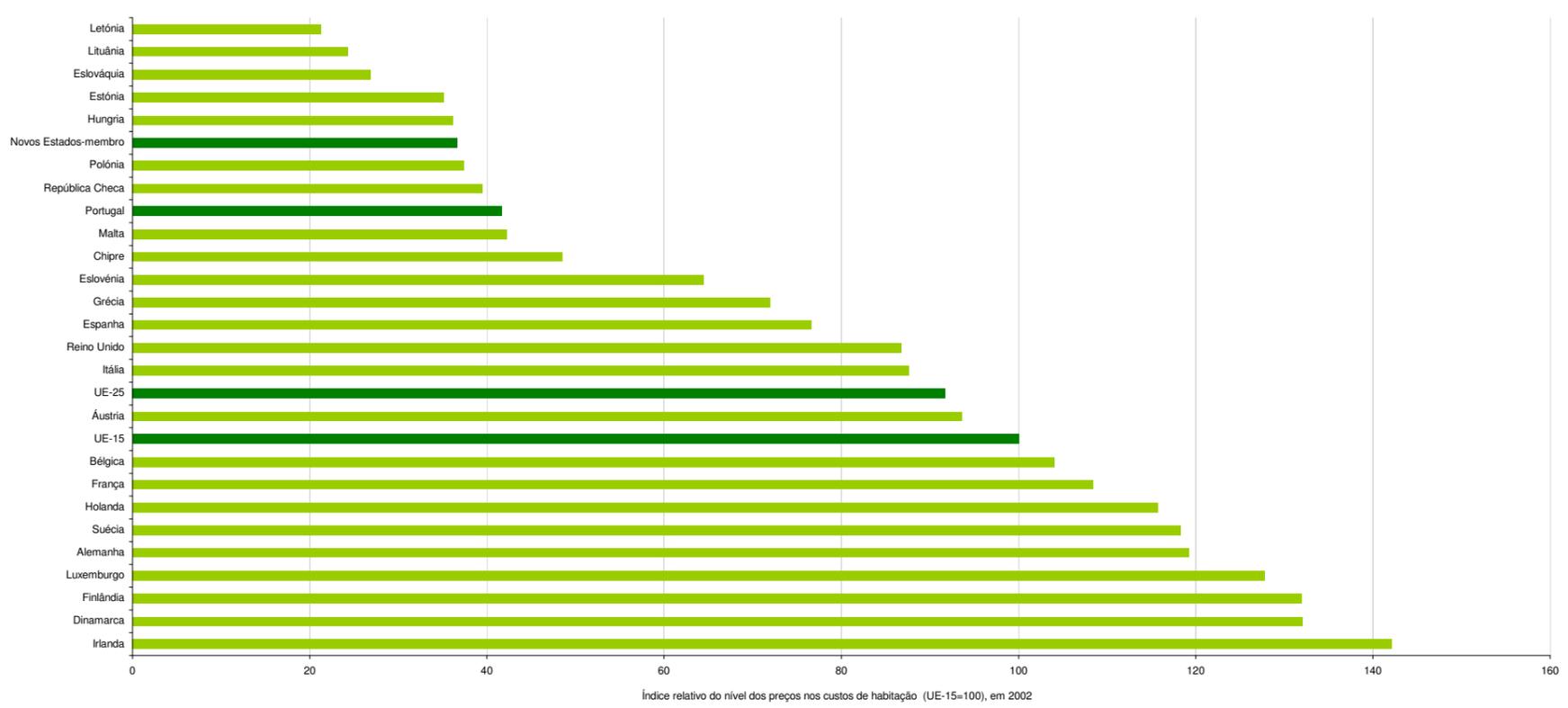
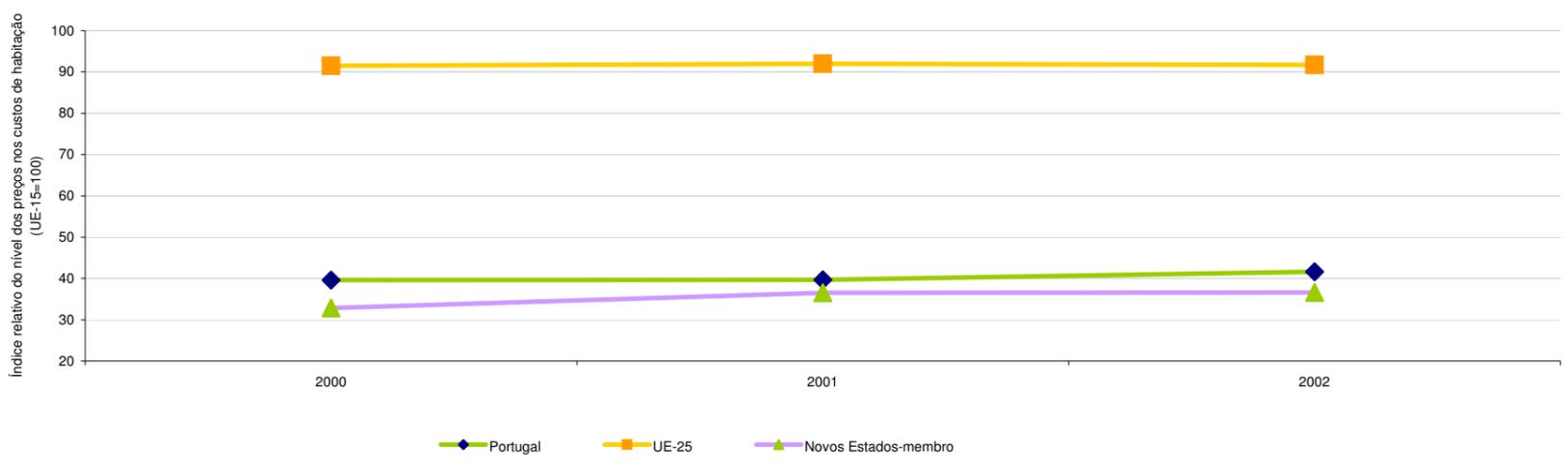
Índice relativo do nível dos preços no consumo total (UE.15=100), em cada um dos países da UE:25

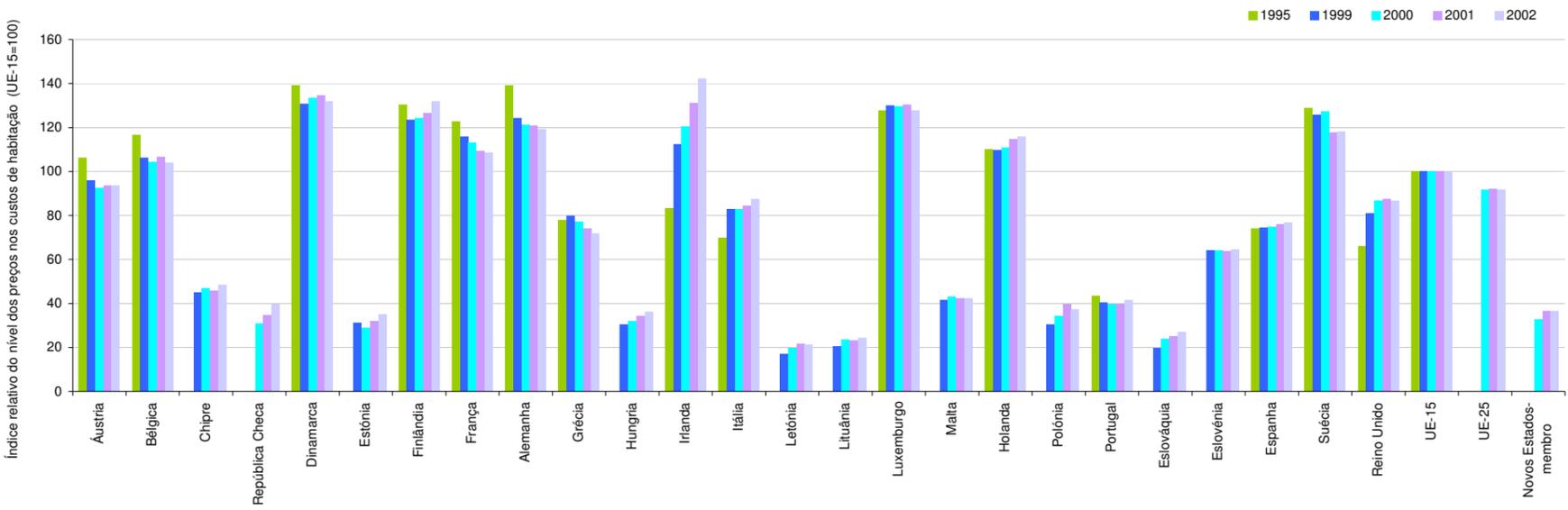




Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

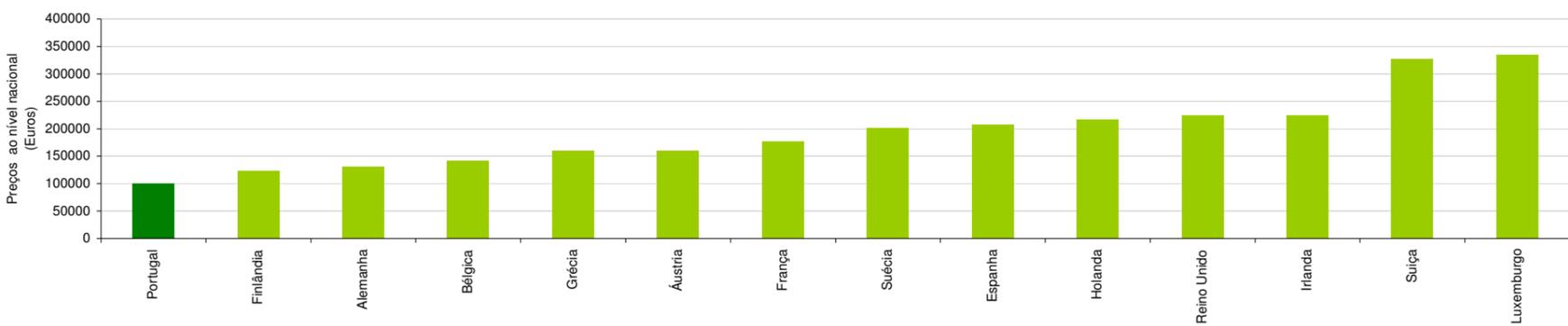
Índice relativo do nível dos preços nos custos de habitação, em cada um dos países da UE:25





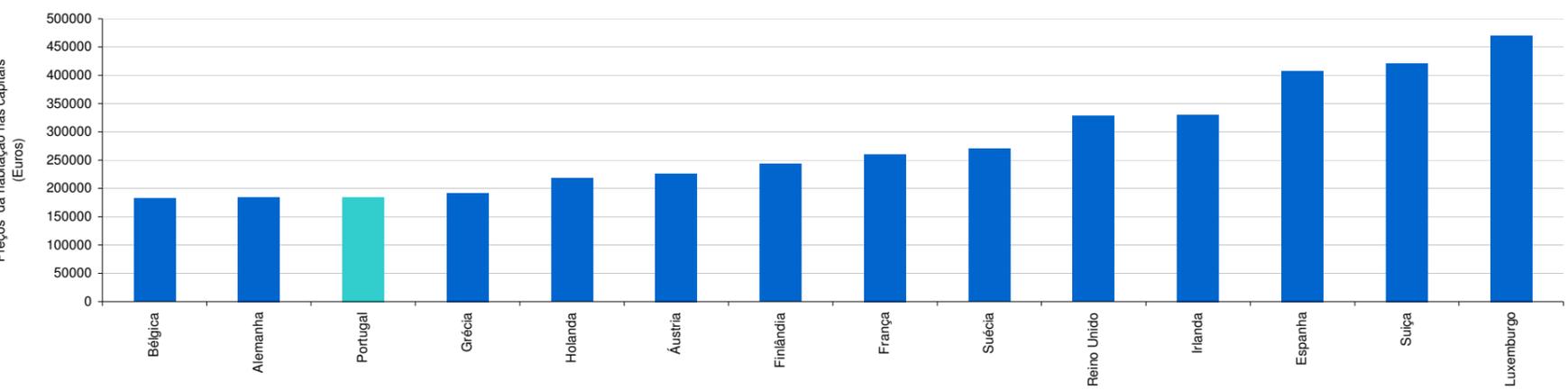
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Preços ao nível nacional, em 2004, em 14 países da Europa



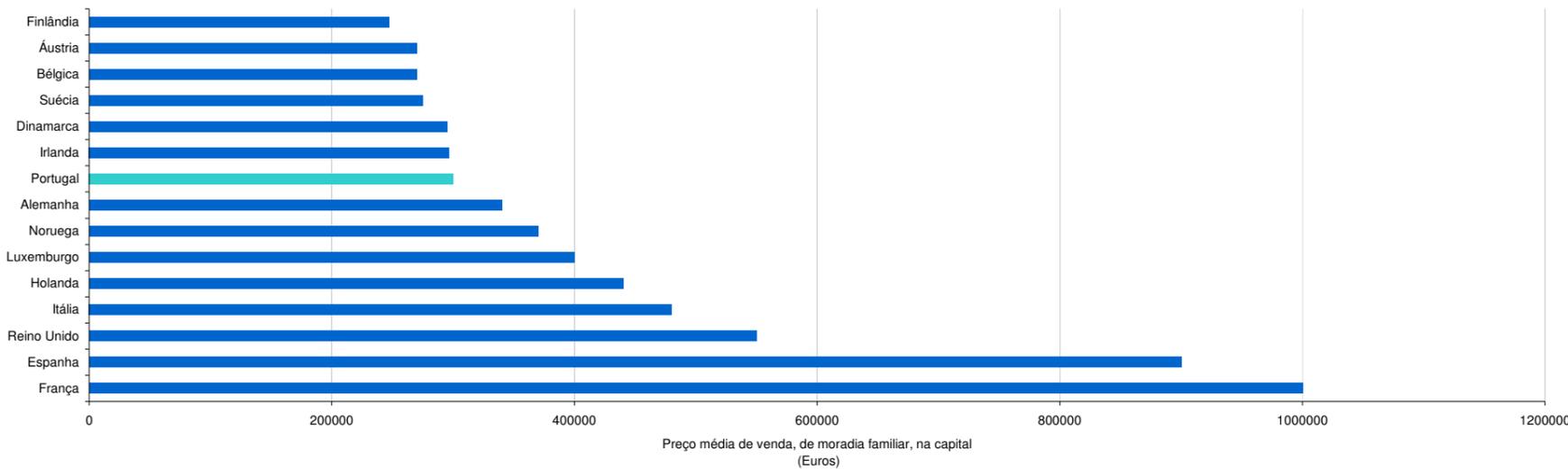
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête 2005

Preços da habitação nas capitais de 14 países da Europa, em 2004



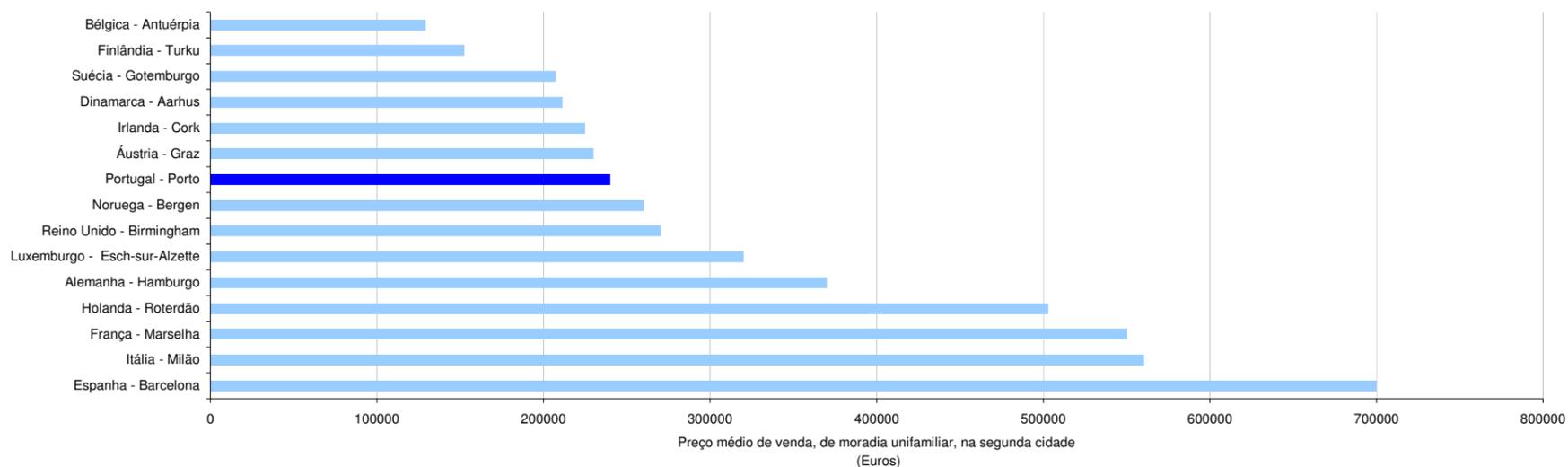
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête 2005

Preço médio de venda, de moradia unifamiliar, na capital de 15 países da Europa, em 2003



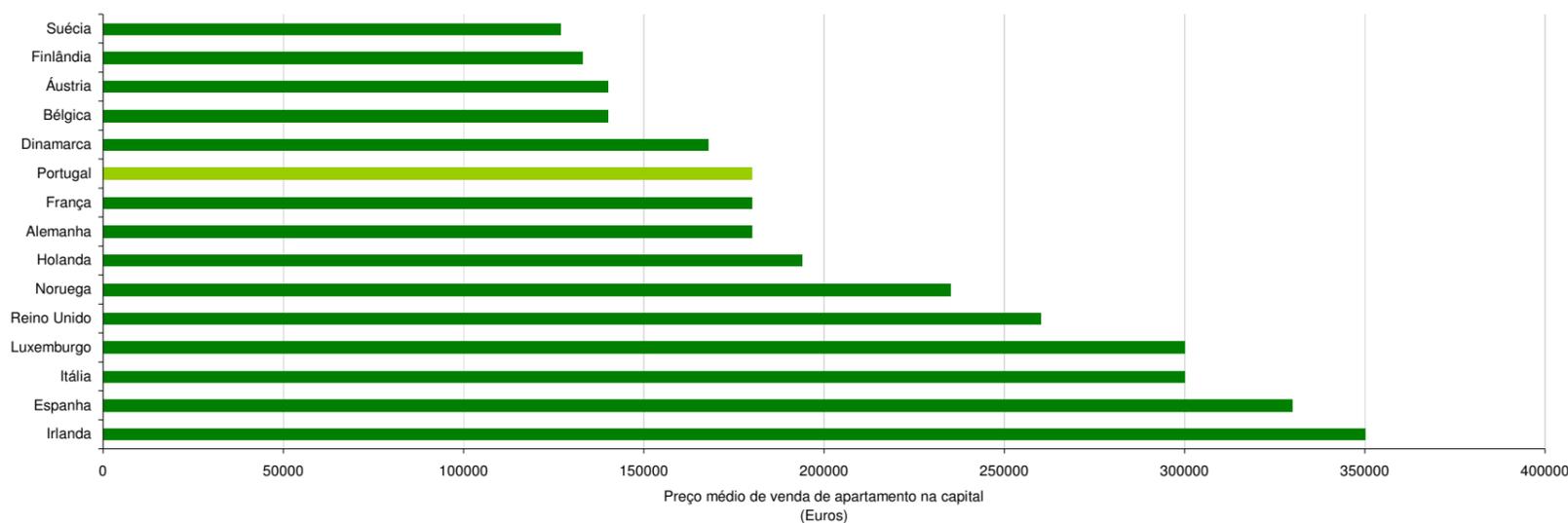
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Preço médio de venda, de moradia unifamiliar, na segunda cidade de cada um de 15 países da Europa, em 2003



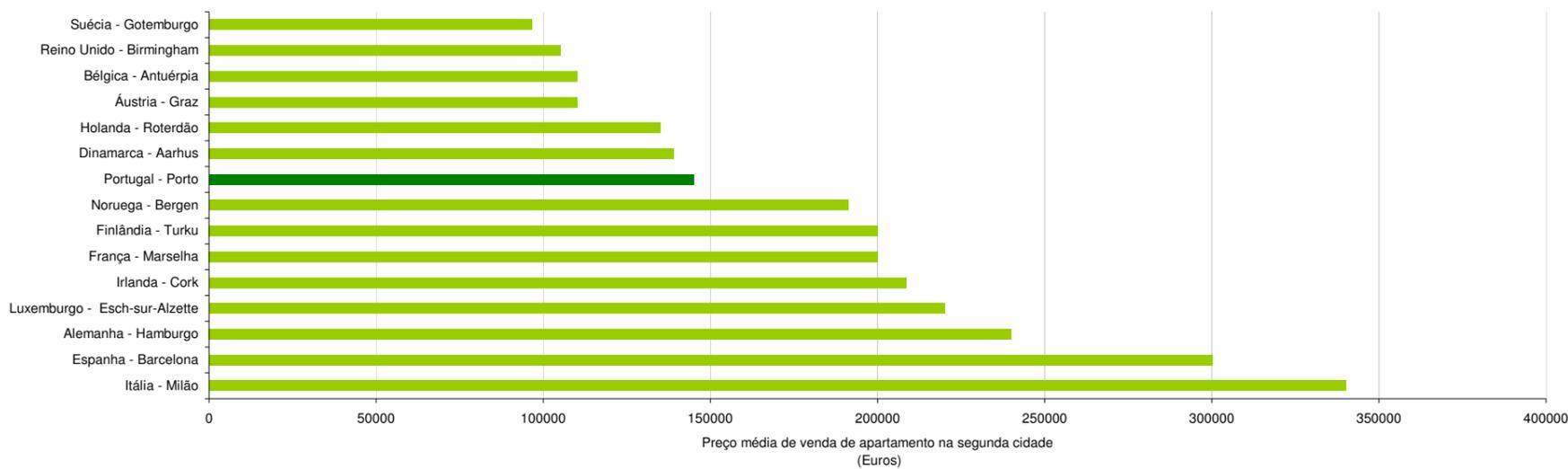
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Preço médio de venda de apartamento na capital de 15 países da Europa, em 2003



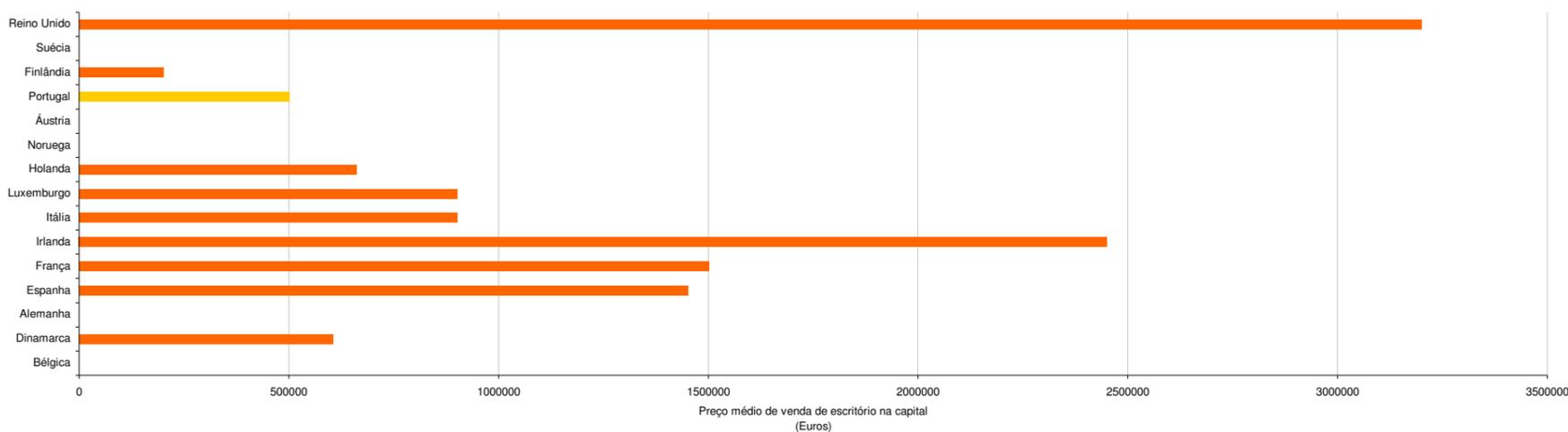
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Preço médio de venda de apartamento na segunda cidade de cada um de 15 países da Europa, em 2003



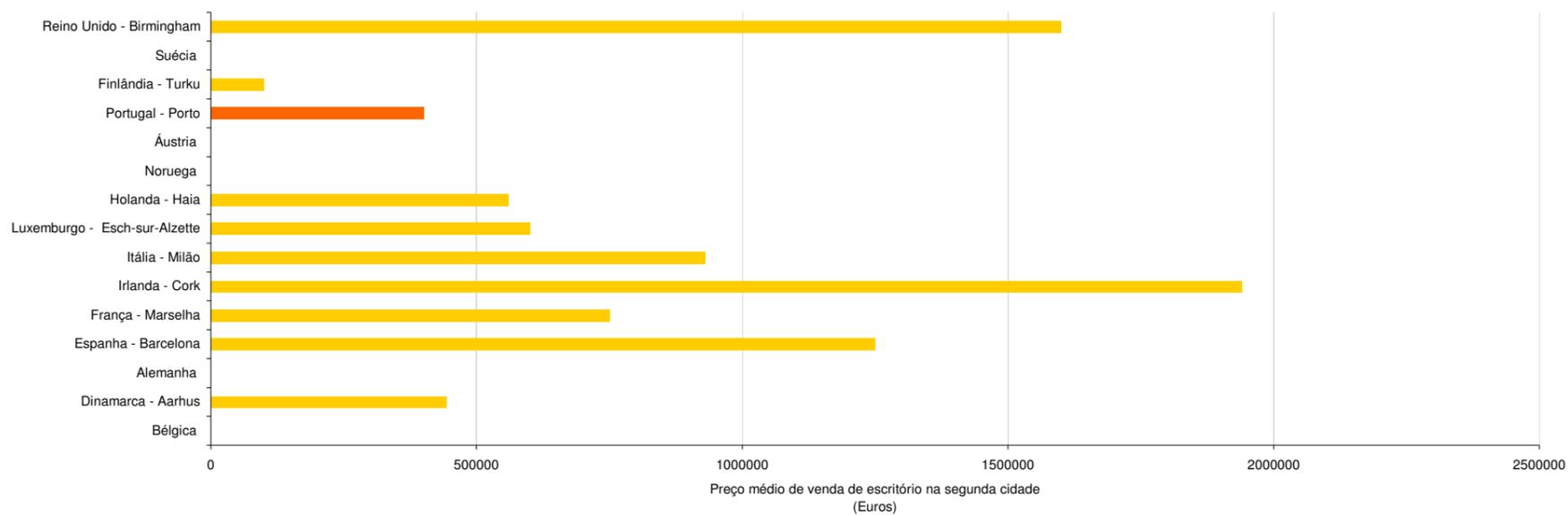
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Preço médio de venda de escritório na capital de 15 países da Europa, em 2003



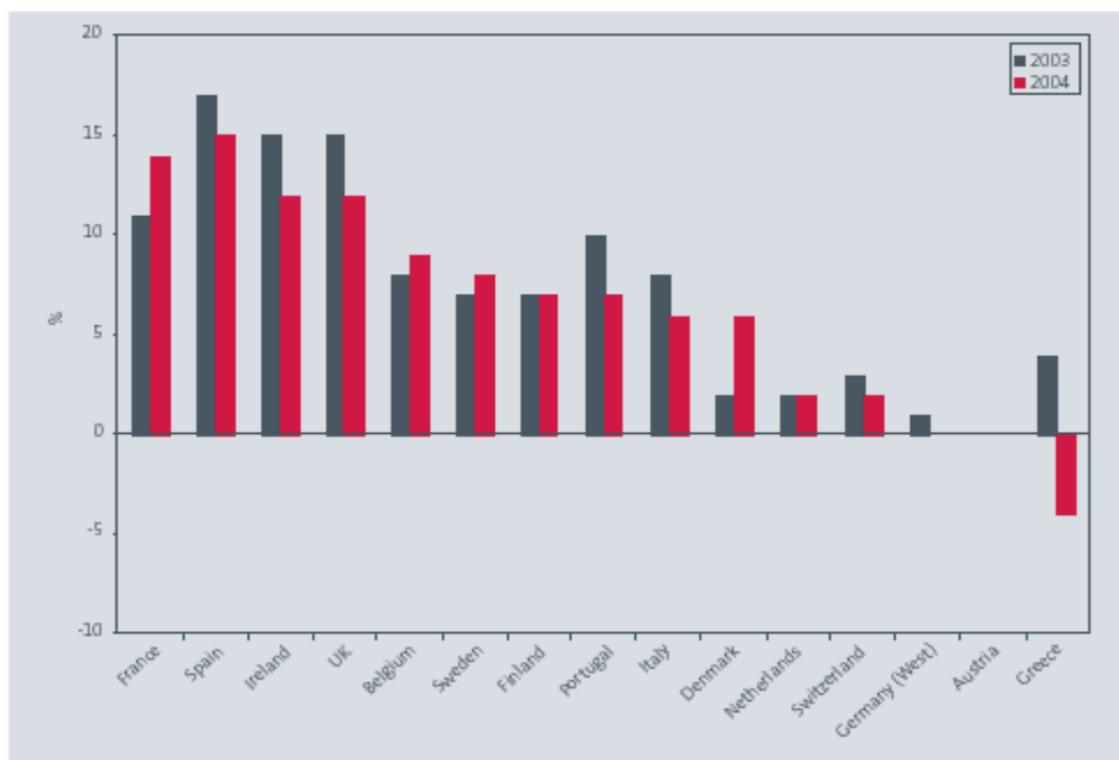
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Preço médio de venda de escritório na segunda cidade de cada um de 15 países da Europa, em 2003



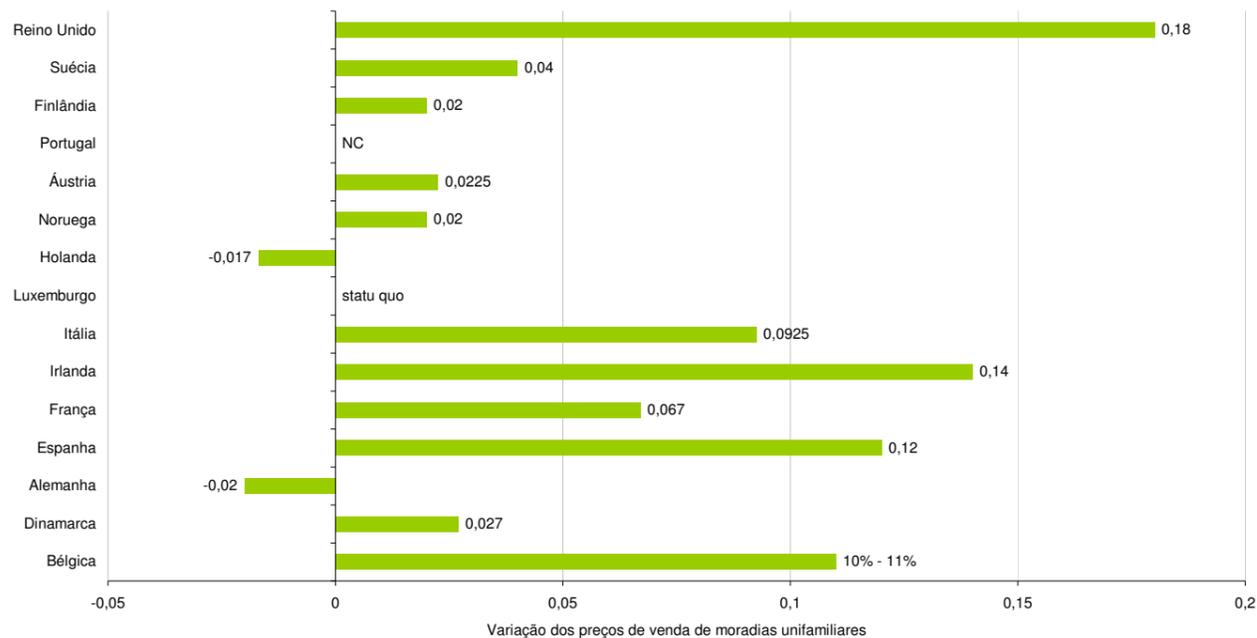
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen

Varição dos preços da habitação, em cada um dos países da UE.15.



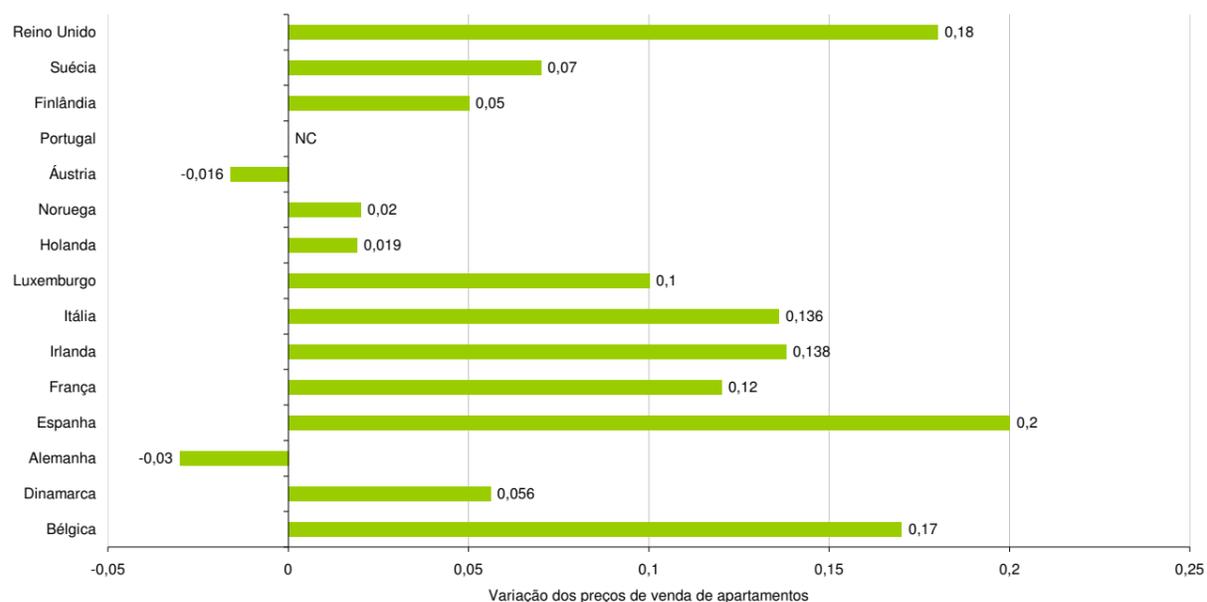
Fonte: European Housing Review, 2005. RICS - Royal Institut of Chartered Surveyors

Varição dos preços de venda de moradias unifamiliares, entre 2003 e 2002, em 15 países da Europa



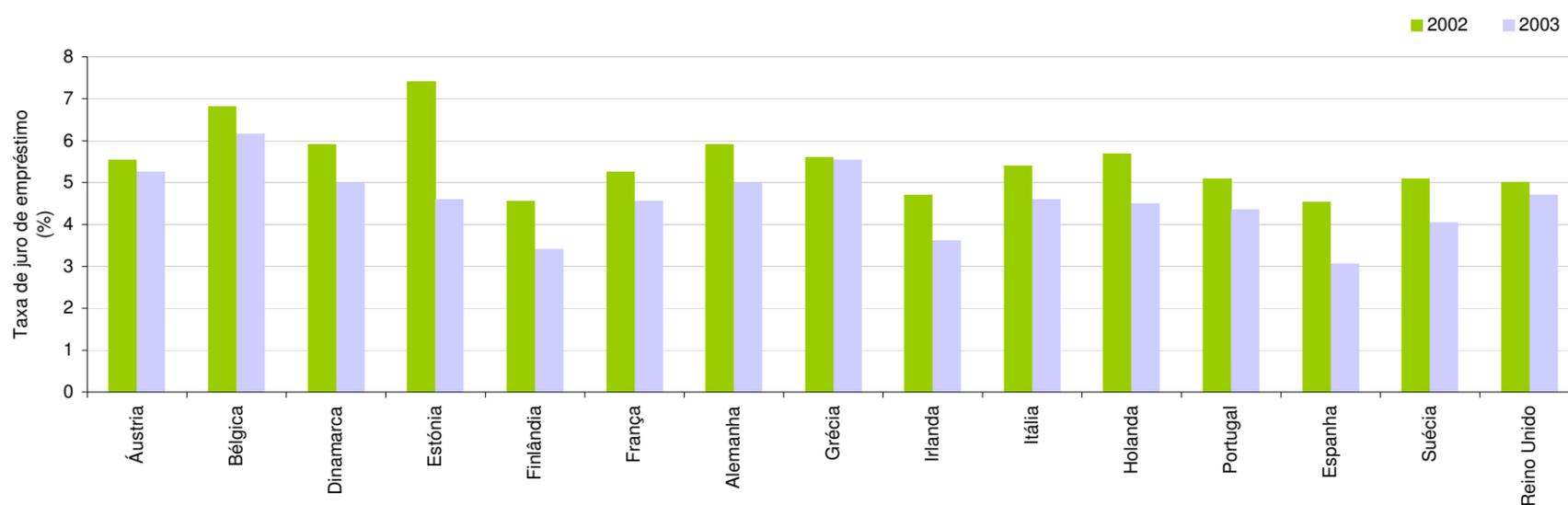
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Variação dos preços de venda de apartamentos, entre 2003 e 2002, em 15 países da Europa



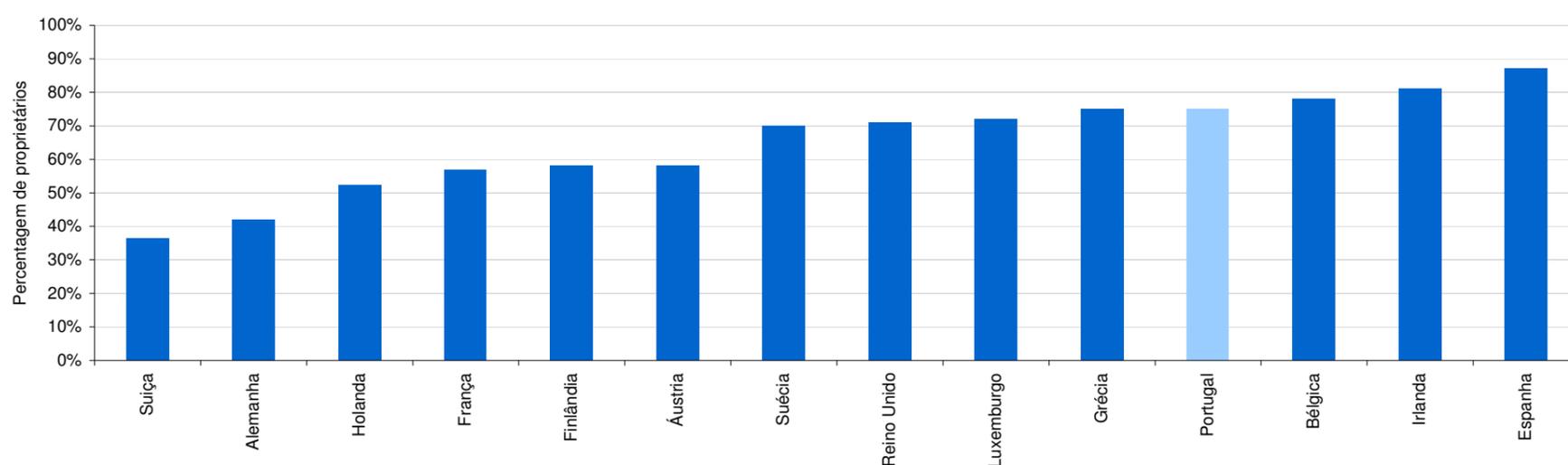
Fonte: Aperçu du Marché Immobilier Européen, 2004

Taxa média de juro de empréstimo hipotecário em 2003, com taxa fixa e taxa de juro de empréstimo em 2002 e 2003, em cada um dos países da UE.15



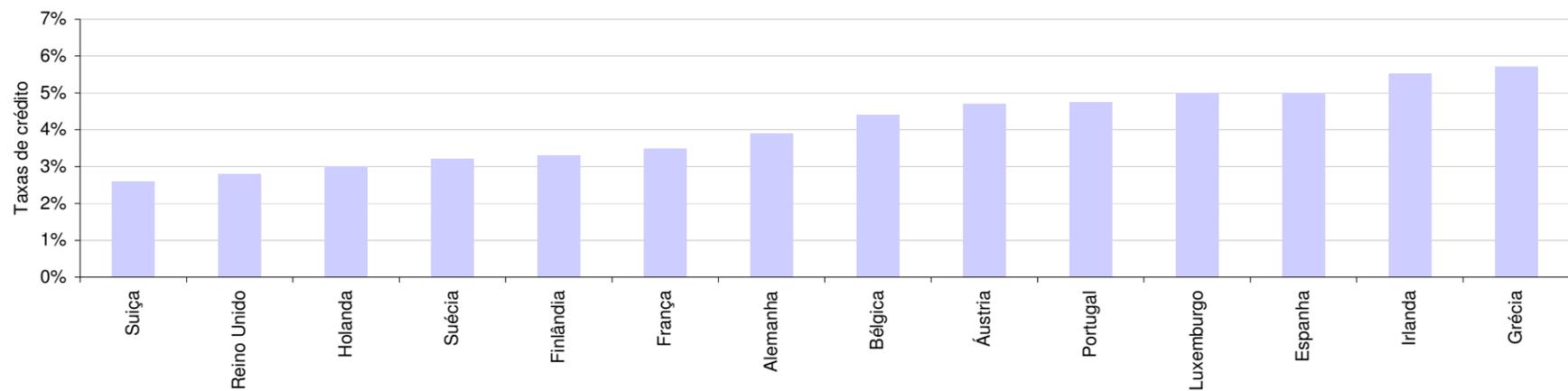
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Percentagem de proprietários, em 2004, em 14 países da Europa



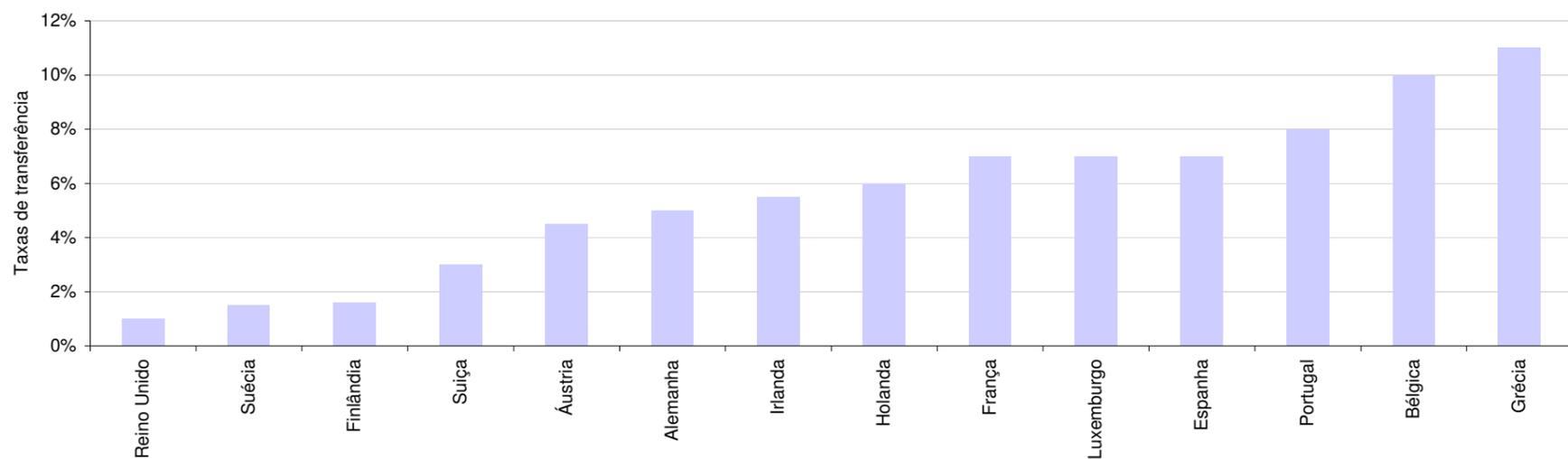
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

Taxas de crédito, em 2004, em 14 países da Europa



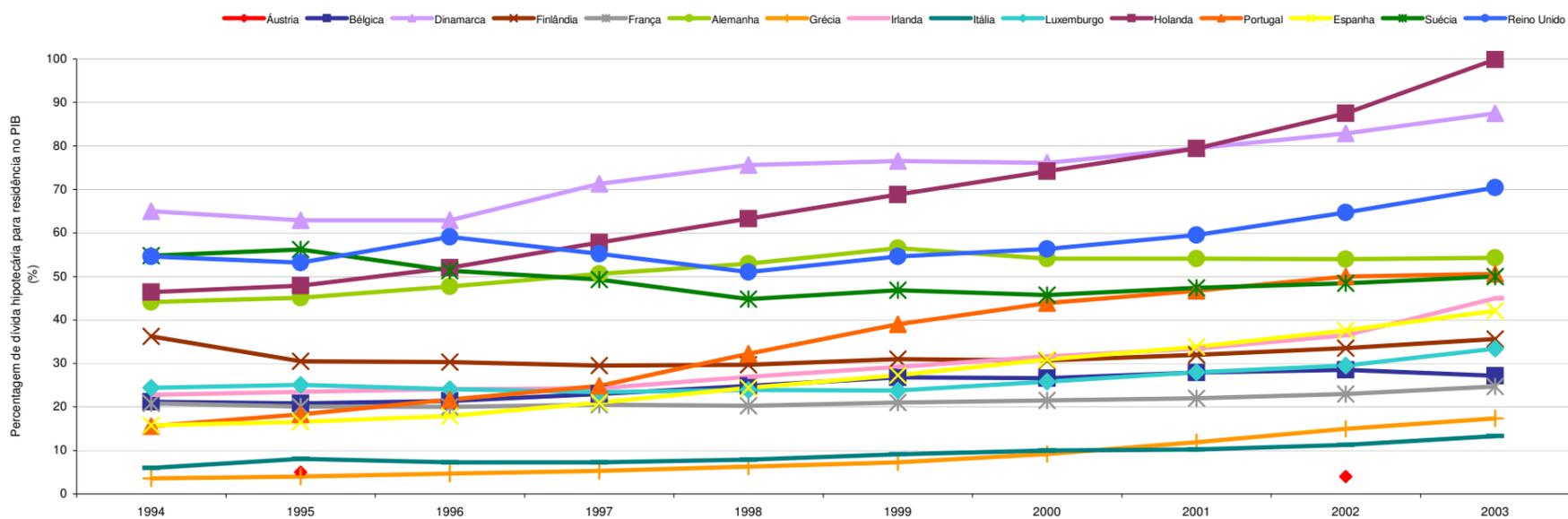
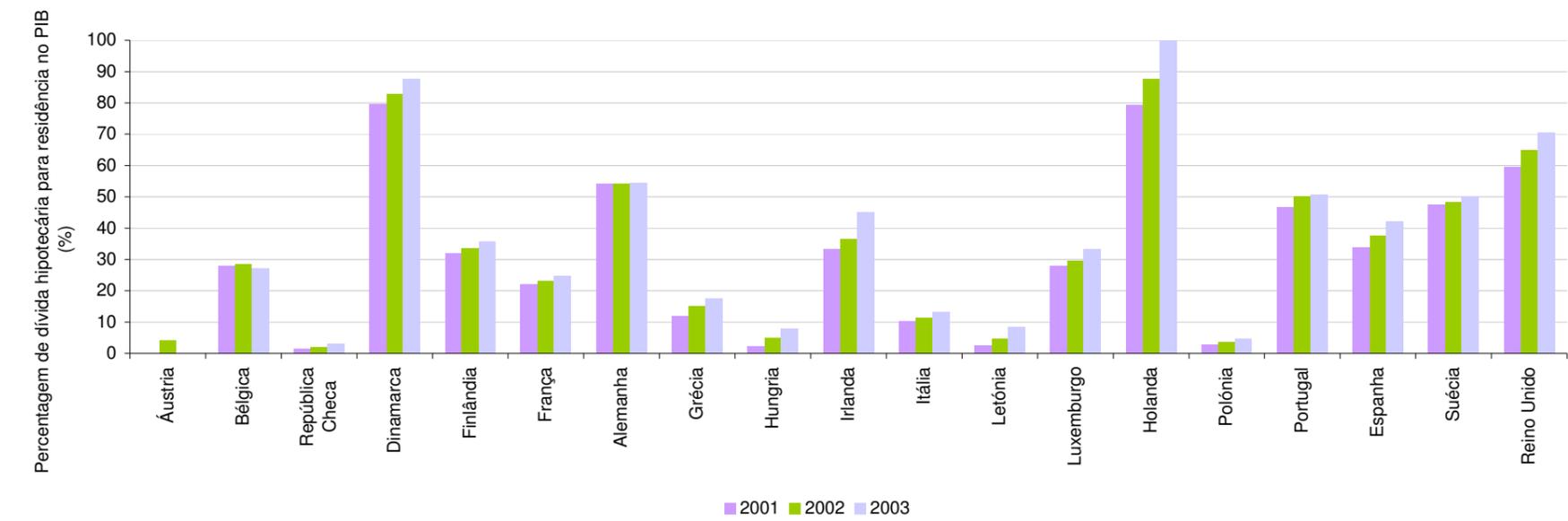
Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

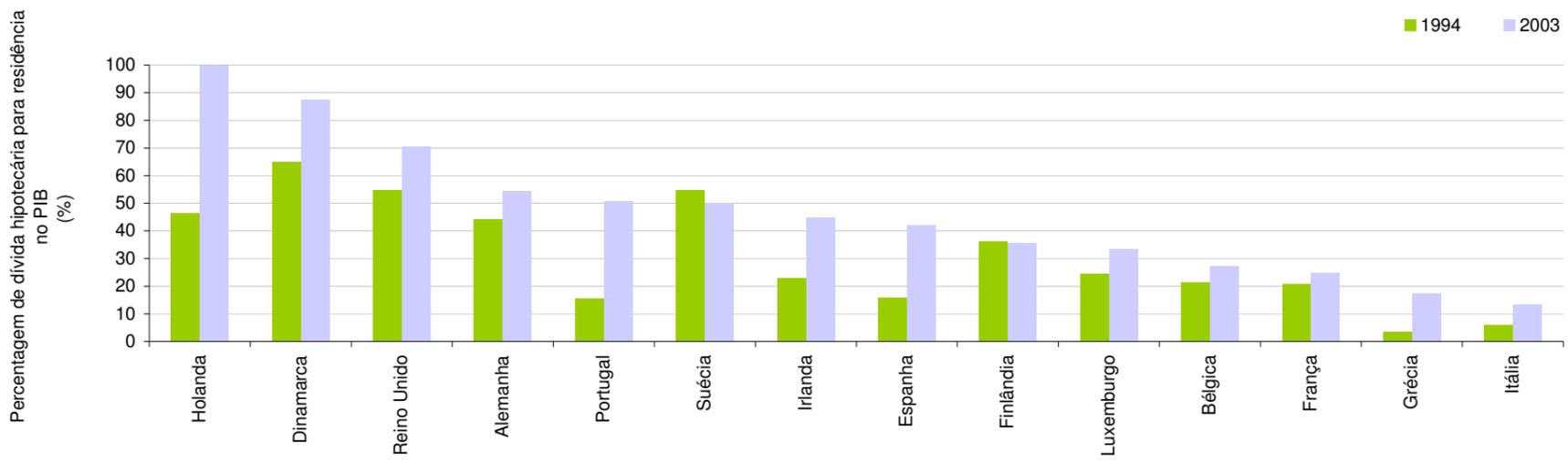
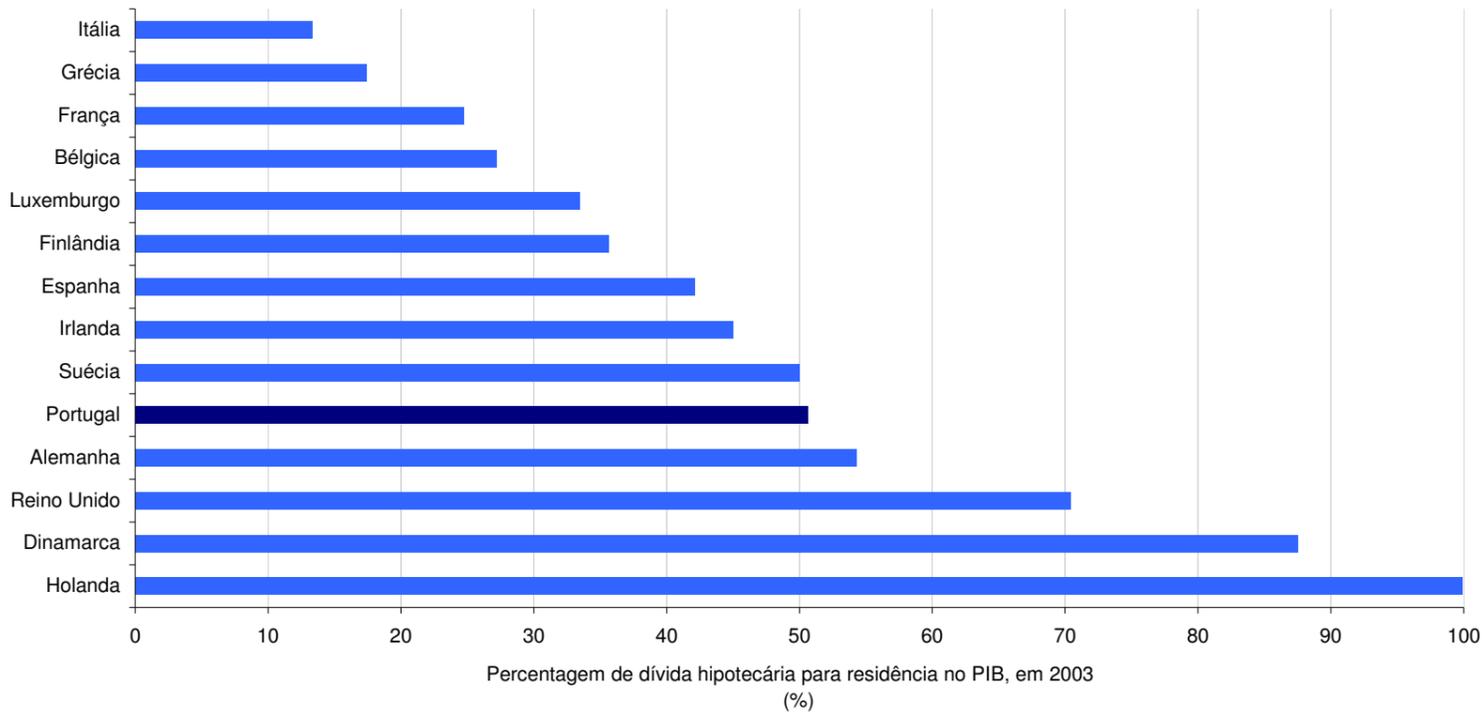
Taxas de transferência de propriedade, em 2004, em 14 países da Europa



Fonte: ERA IMMOBILIER - Le Marché Européen de la transaction immobilière - Enquête, 2005

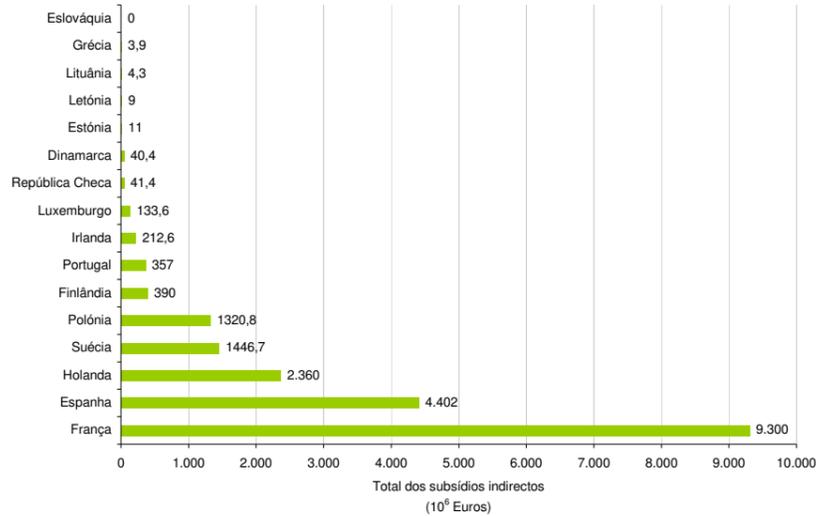
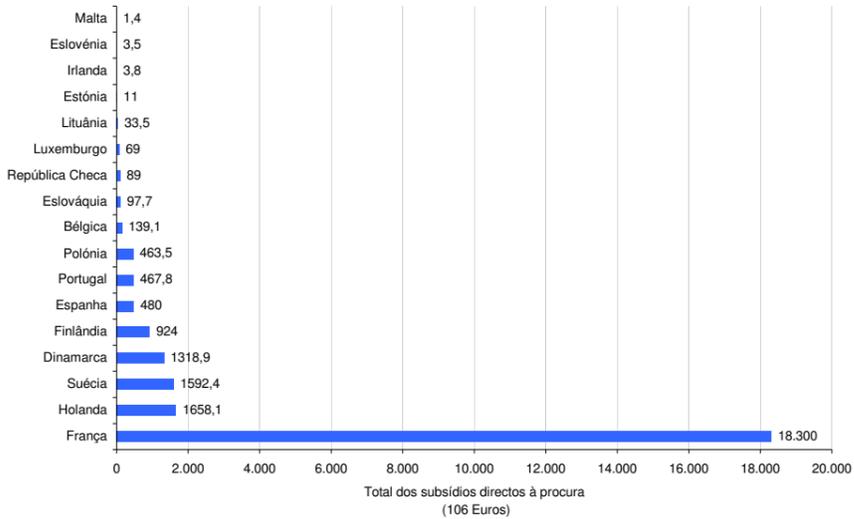
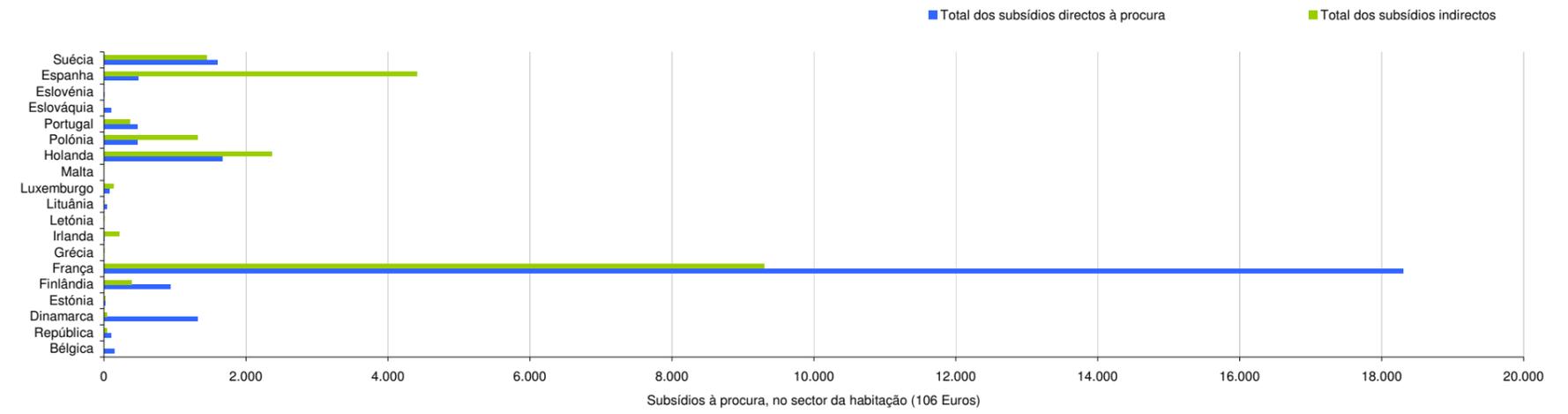
Percentagem de dívida hipotecária para residência no PIB, em cada um dos países da UE.15

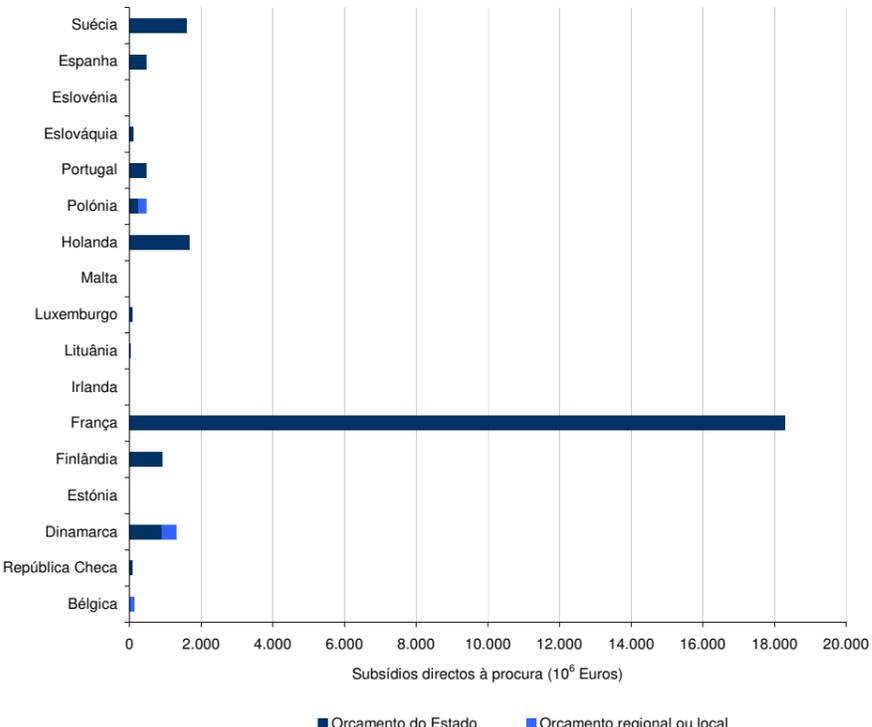




Fonte: European Mortgage Federation, Hypostat 2003 in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

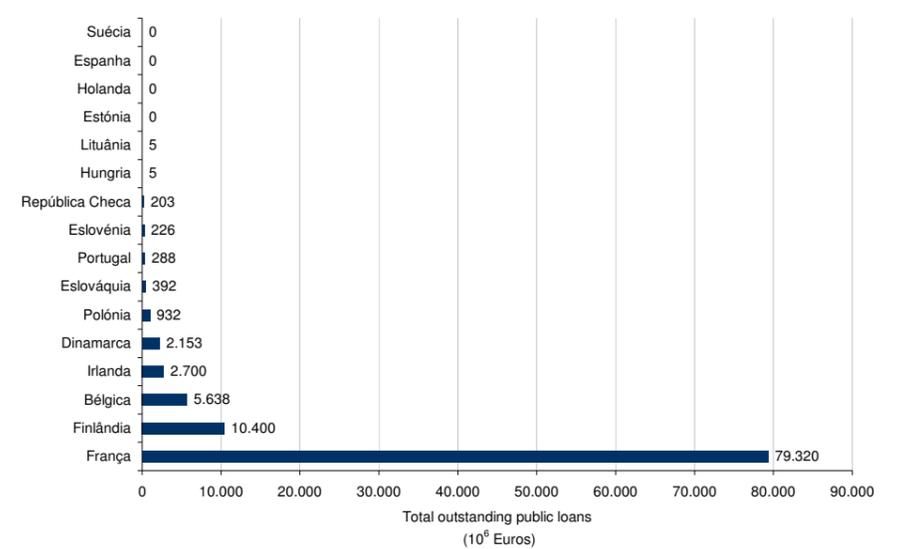
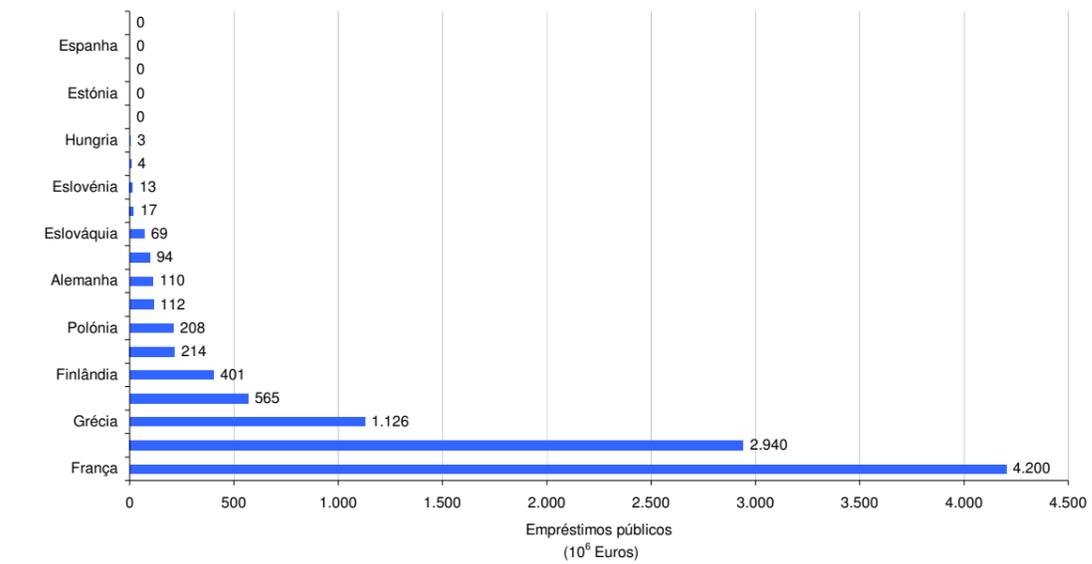
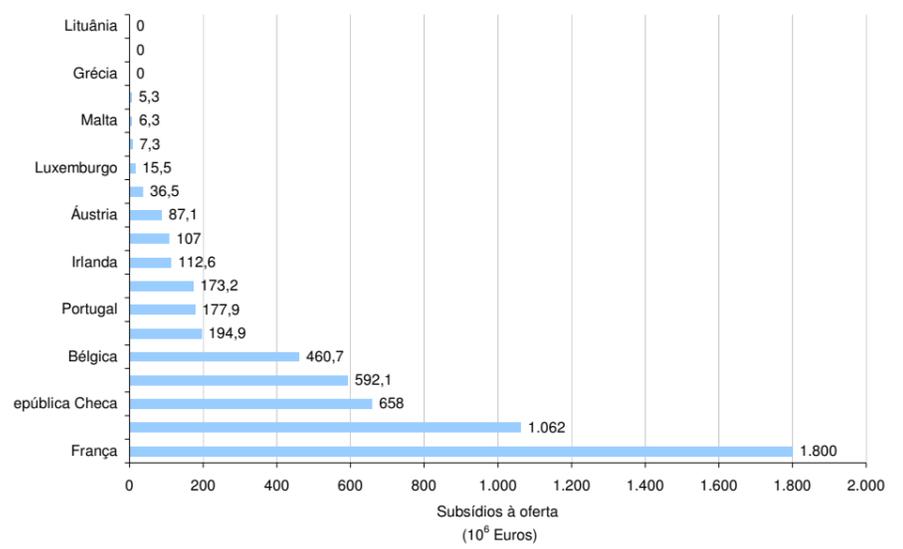
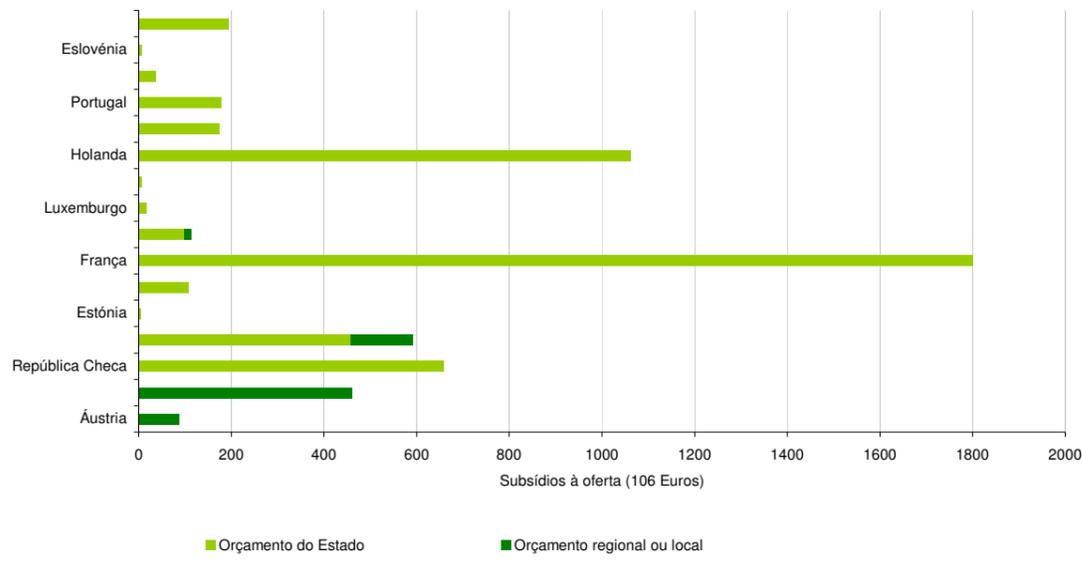
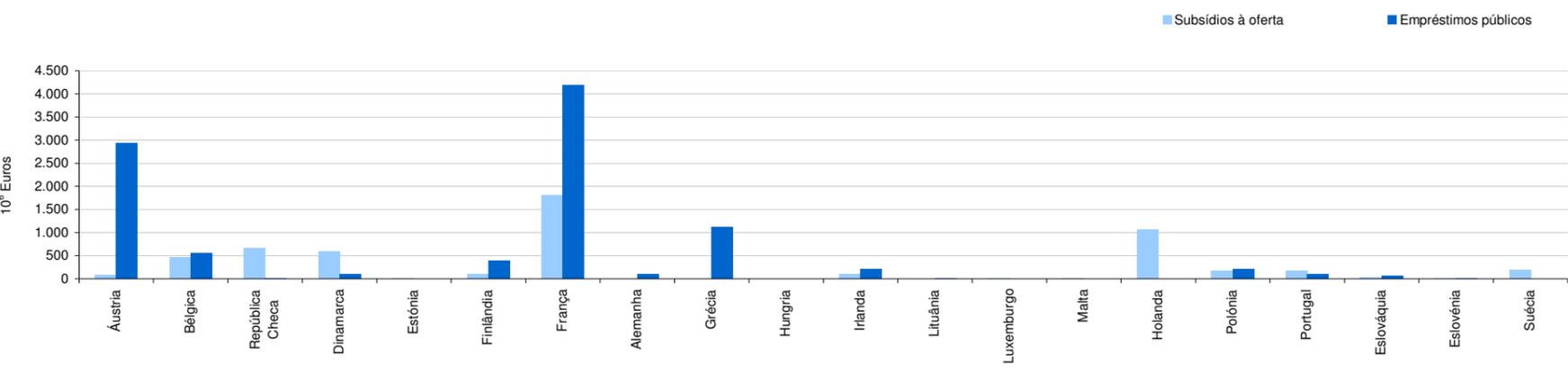
Subsídios à procura, no sector da habitação, em 2003, em cada um dos países das UE.25

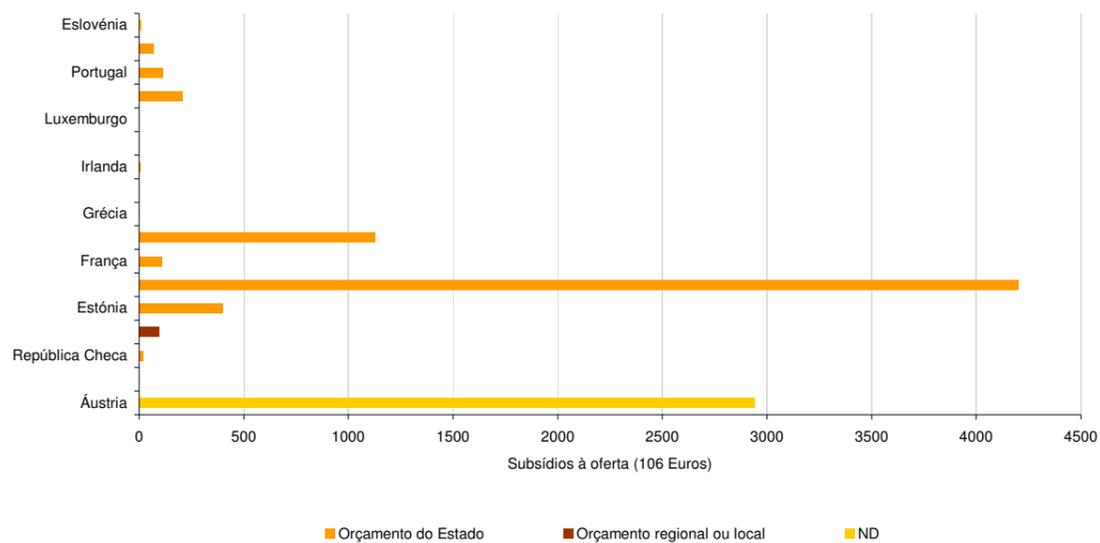




Fonte: Ministérios com a tutela da habitação in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

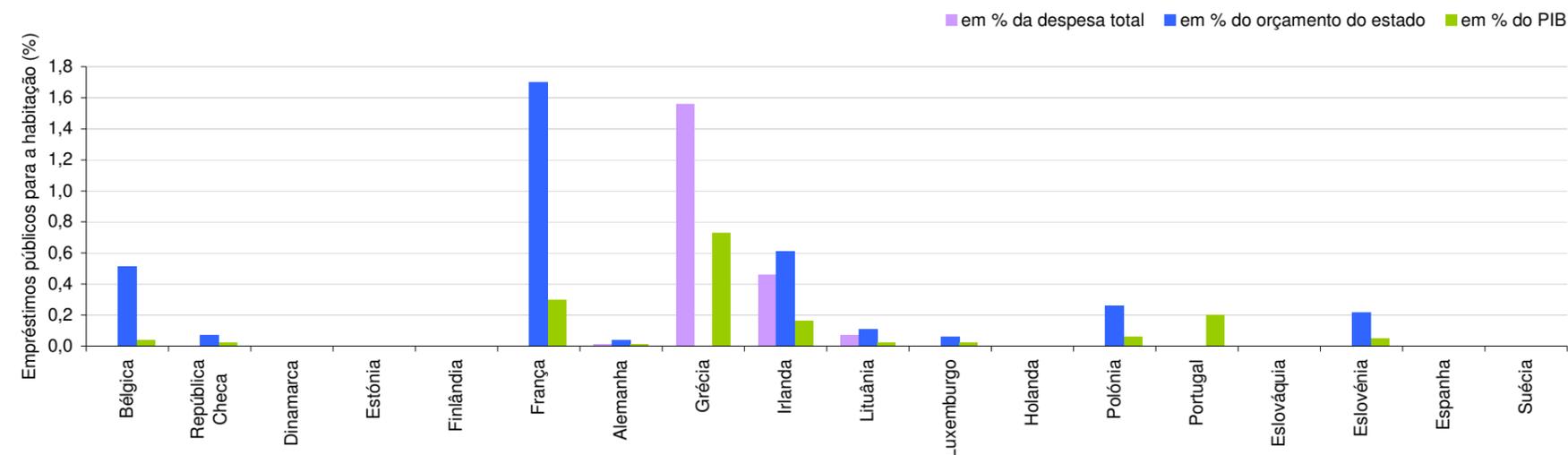
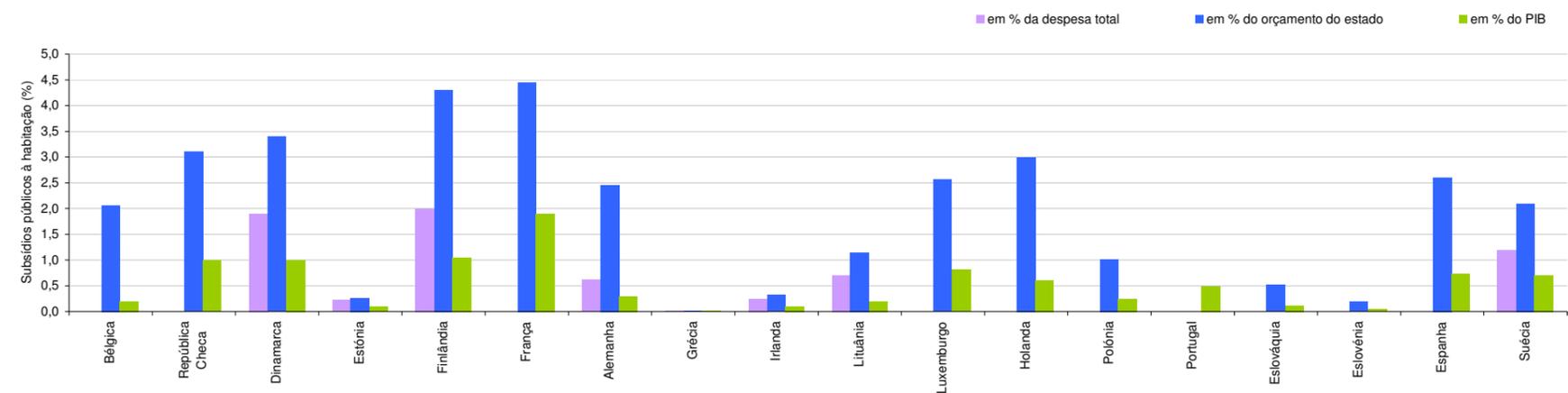
Subsídios à oferta, empréstimos públicos e garantias de crédito públicas, no sector da habitação, em 2003, em cada um dos países das UE.25





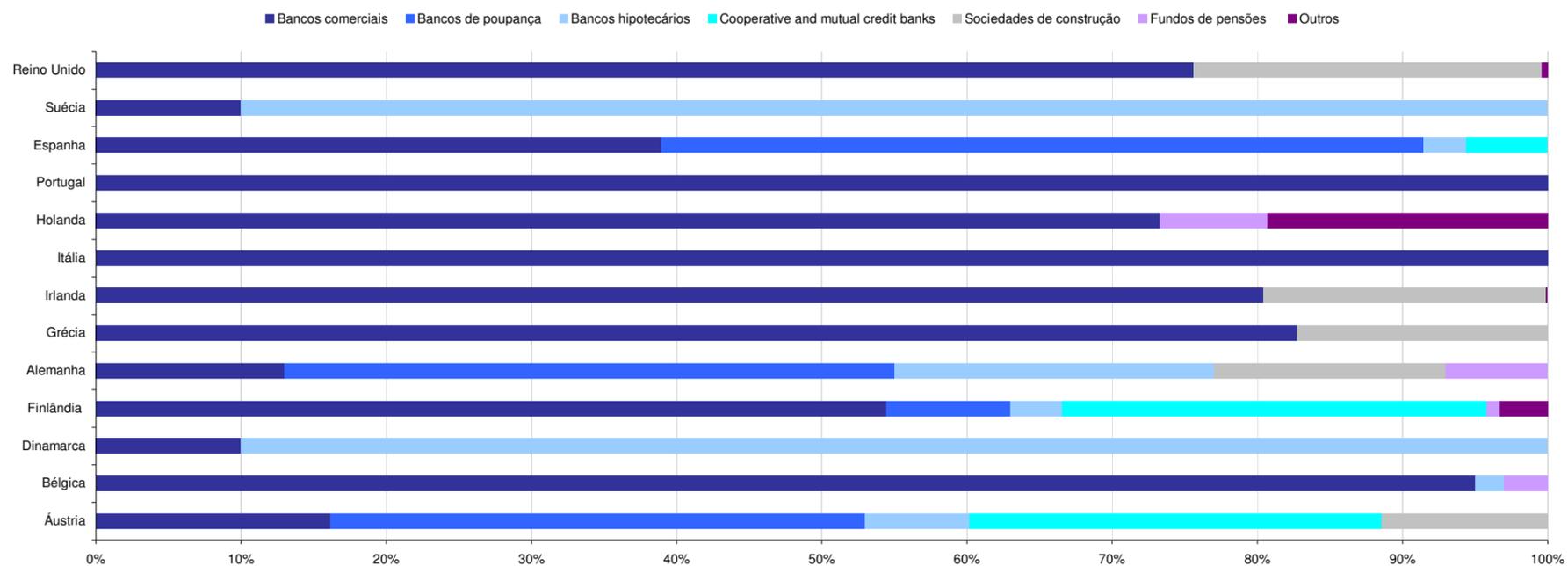
Fonte: Ministérios com a tutela da habitação in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic
 Nota: ND - Nada a declarar.

Apoio público à habitação, em percentagem da despesa total, do orçamento do estado e do PIB, em 2003, em cada um dos países da UE.25



Fonte: Ministérios com a tutela da habitação in Housing Statistics in the European Union, 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Partição do mercado de empréstimo hipotecário por tipo de instituição



Fonte: European Mortgage Federation, Quarterly figures volume 37, 4th quarter 2003; Finlândia: Statistics Finland. in Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Nota: Os valores referem-se a novos empréstimos. É necessária alguma na análise destes valores uma vez que a metodologia e os conceitos variam consideravelmente entre países.

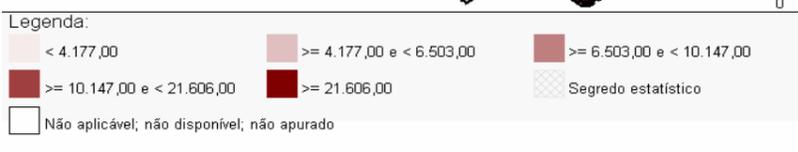
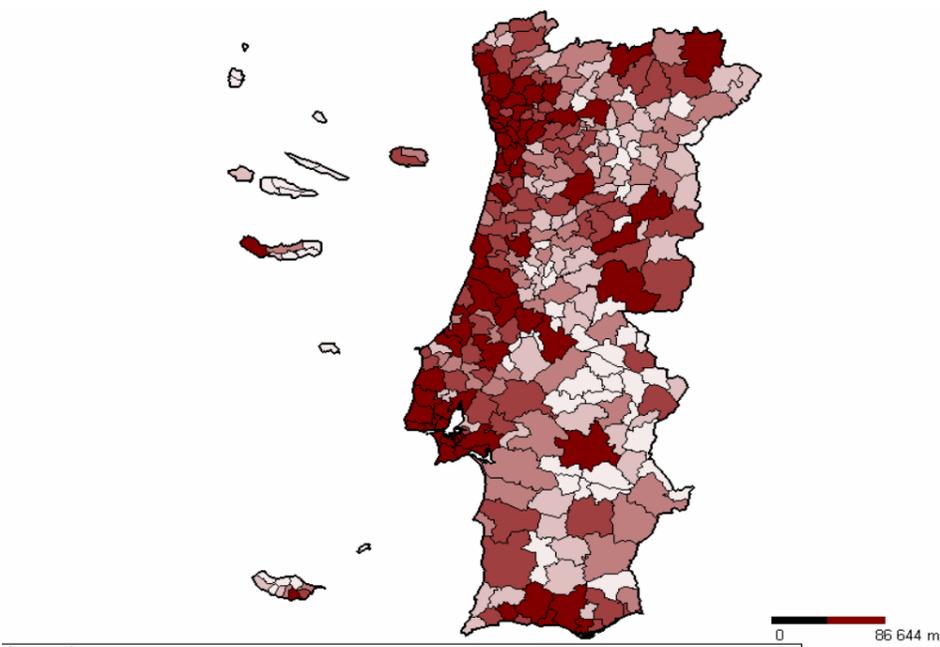
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

HABITAÇÃO EM PORTUGAL

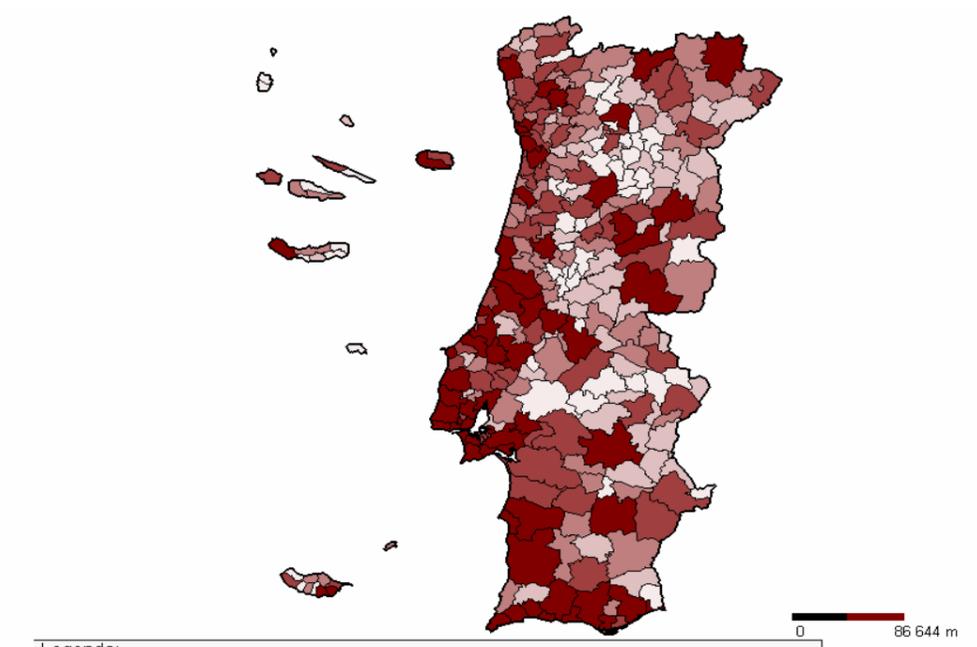
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Alojamentos

Alojamentos familiares clássicos em Portugal, 2001

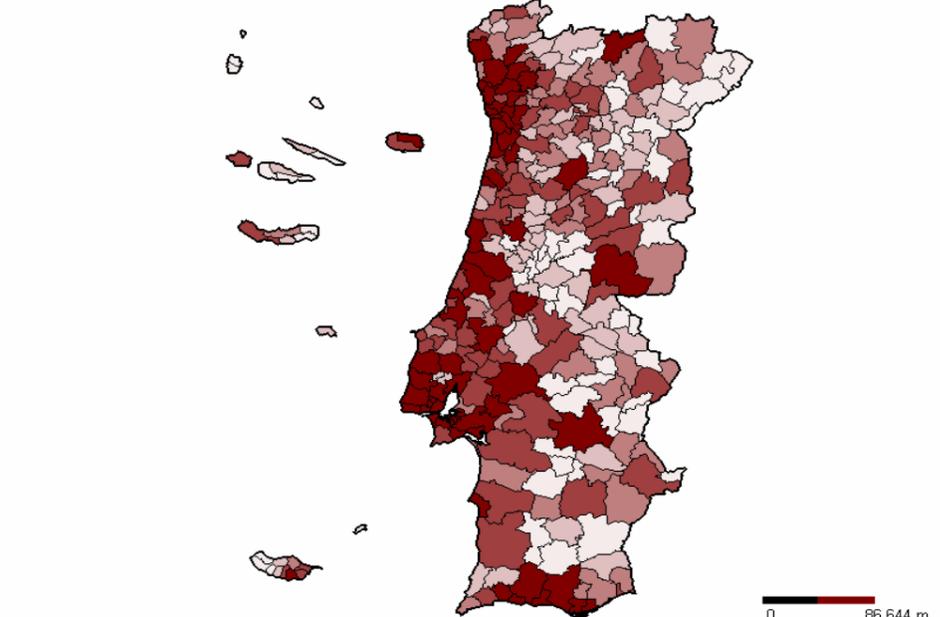


Alojamentos familiares colectivos em Portugal, 2001

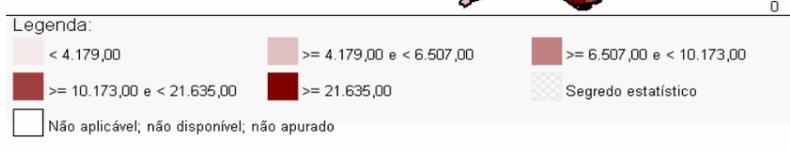
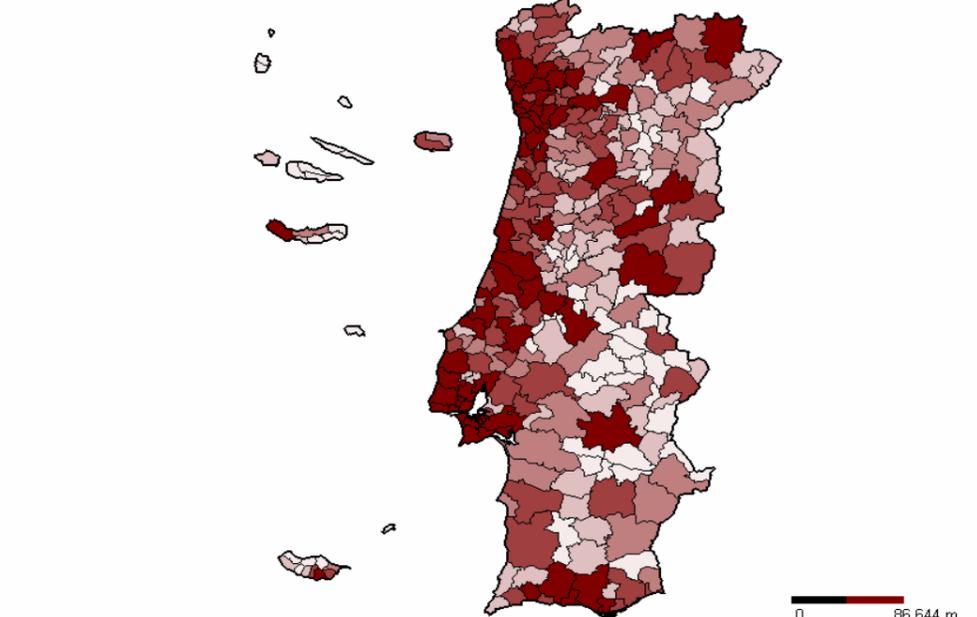


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares não clássicos em Portugal, 2001

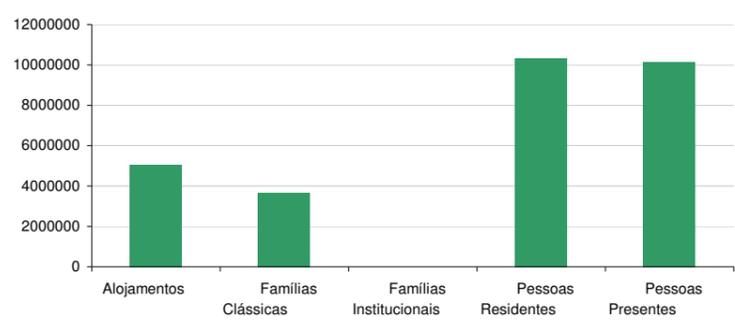


Alojamentos familiares em Portugal, 2001

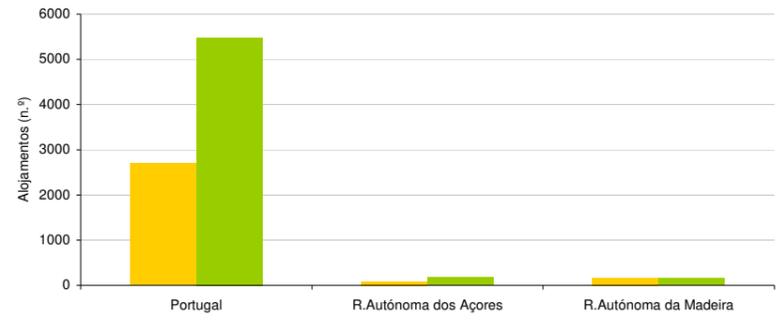


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

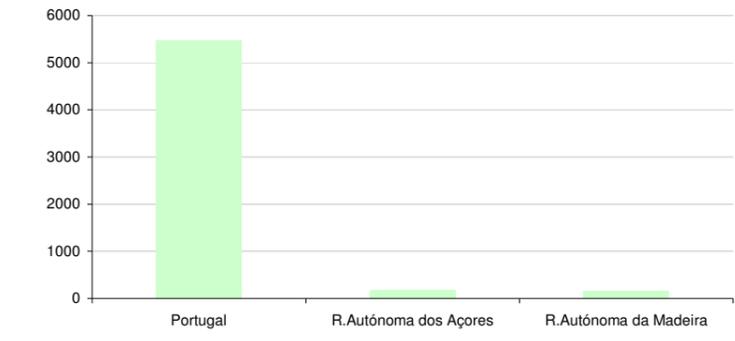
Portugal - 2001



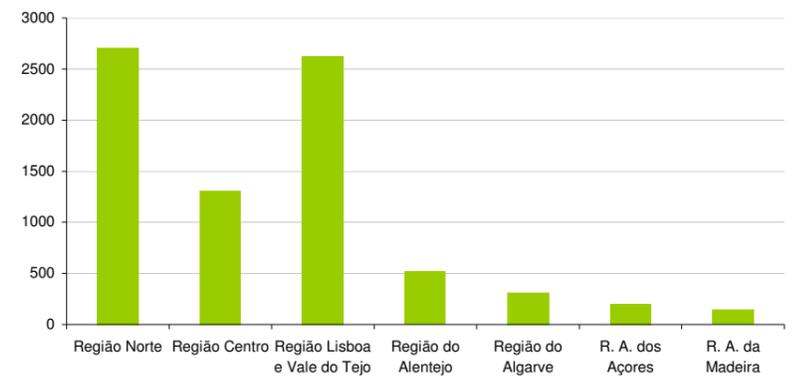
Hotéis e Similares Convivências



Convivências em 2001

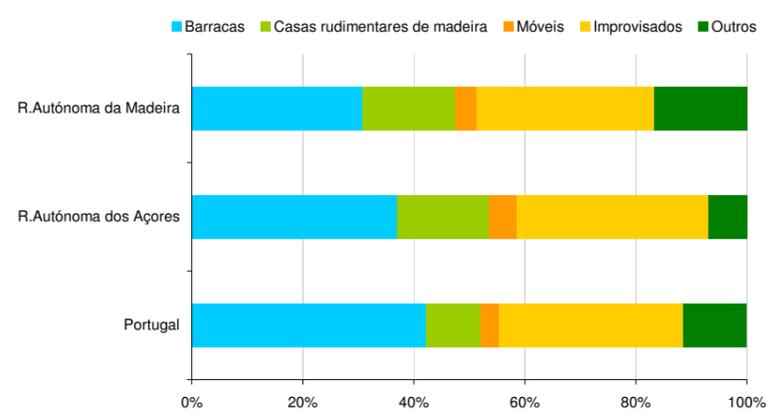


Convivências em 1991

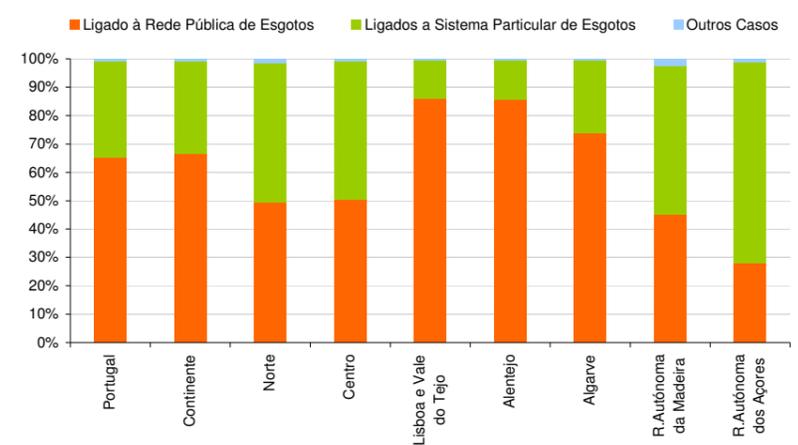


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares não clássicos



Alojamentos com dispositivo de descarga

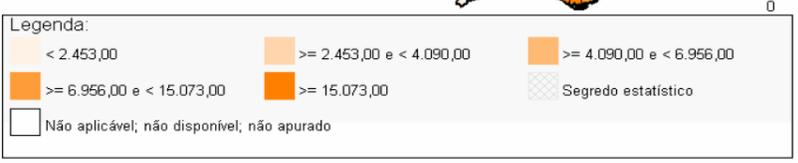
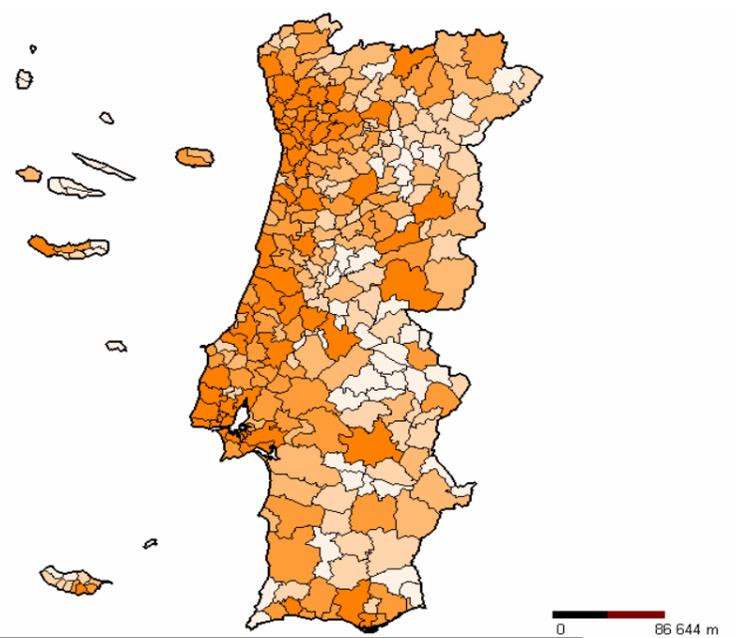


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

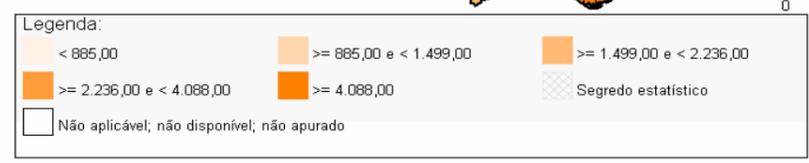
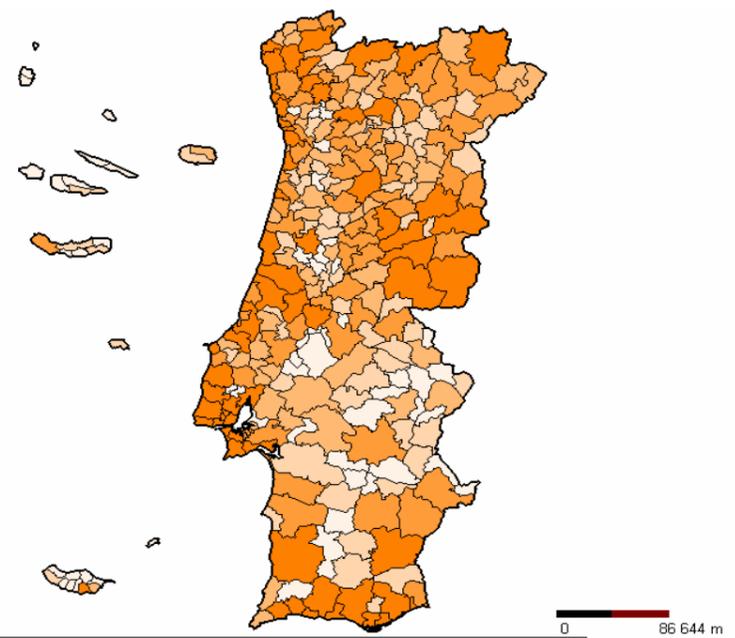
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Forma de ocupação dos Alojamentos

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Portugal, 2001



Alojamentos familiares clássicos de residência sazonal em Portugal, 2001



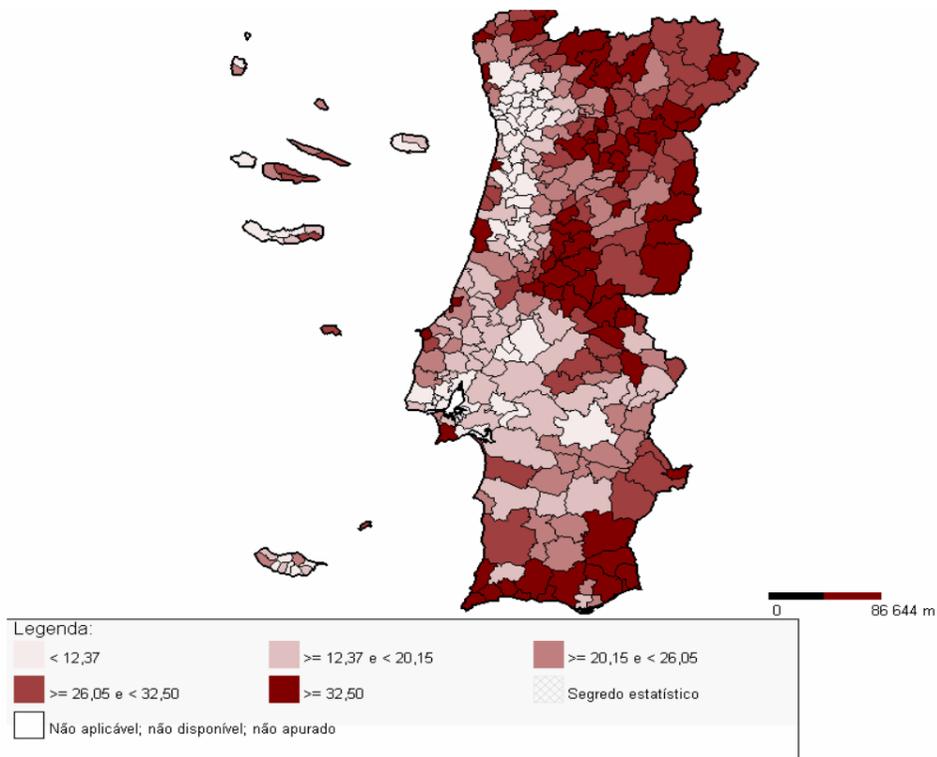
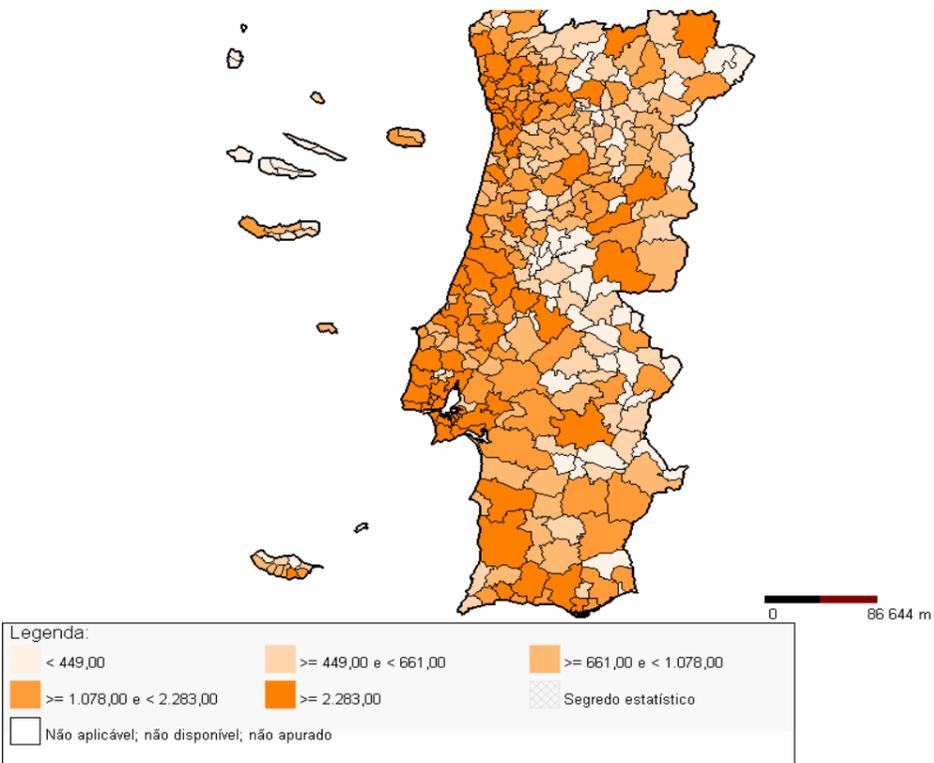
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares clássicos vagos em Portugal, 2001



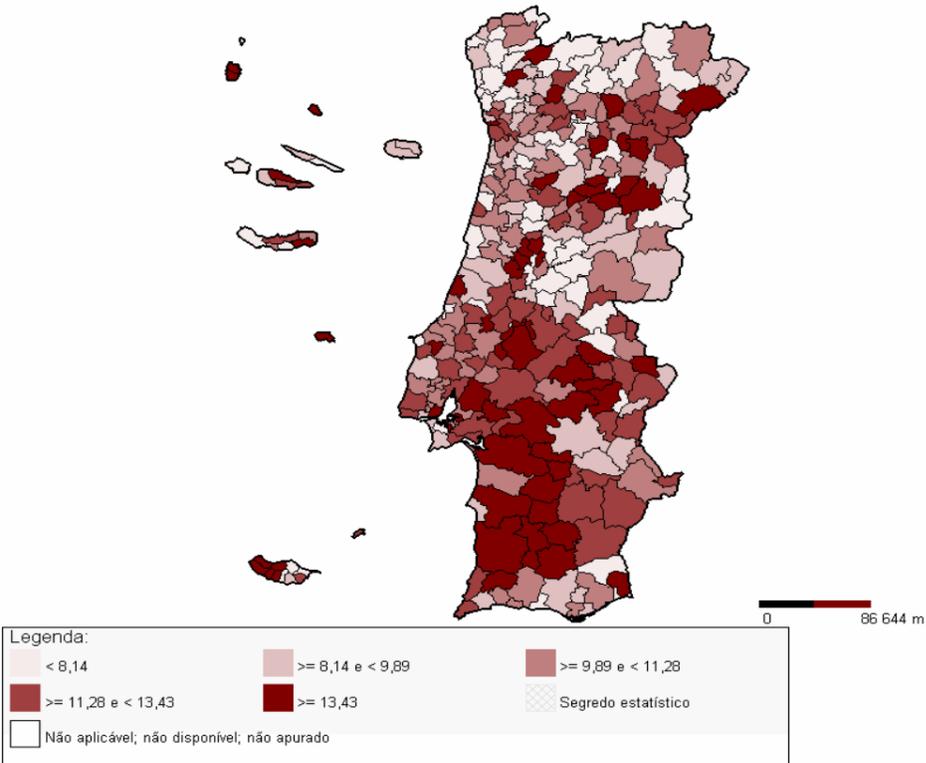
Alojamentos de uso sazonal em Portugal, 2001 (%)





Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares vagos em Portugal, 2001 (%)

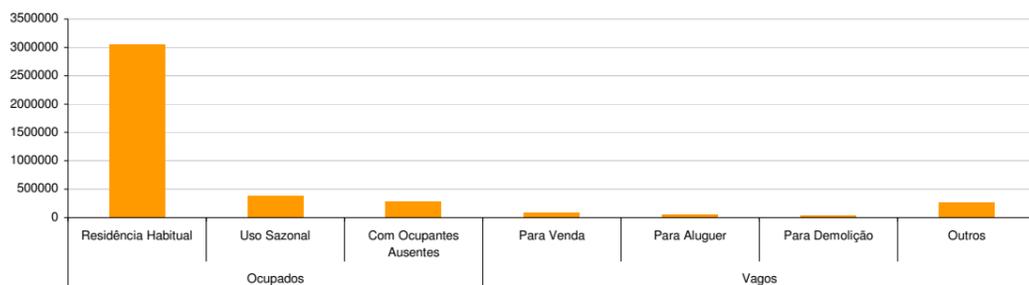


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

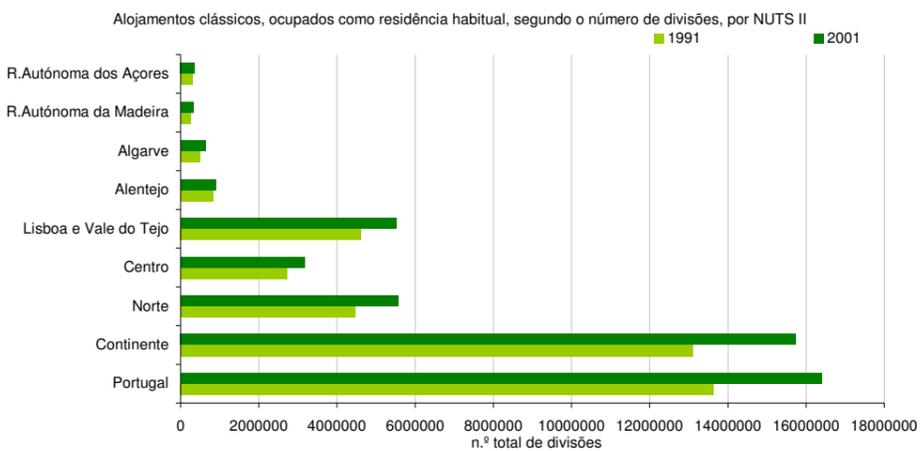
Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação, em Portugal, em 2001



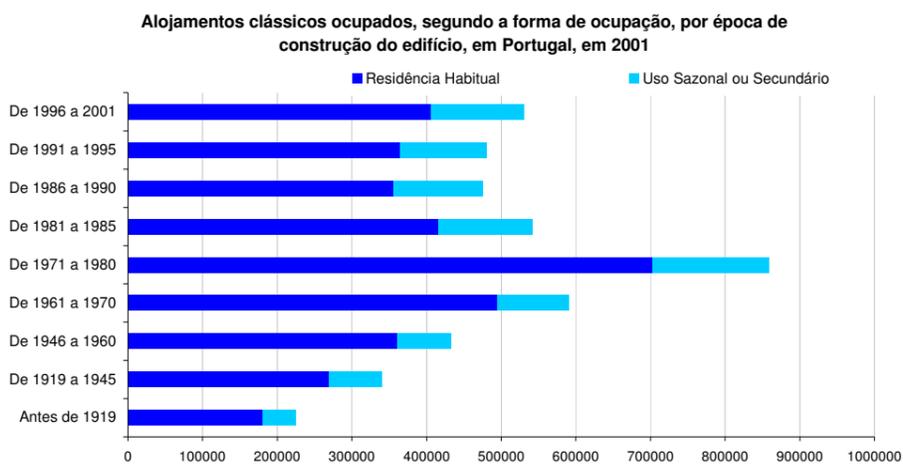
Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação, em Portugal, em 1991



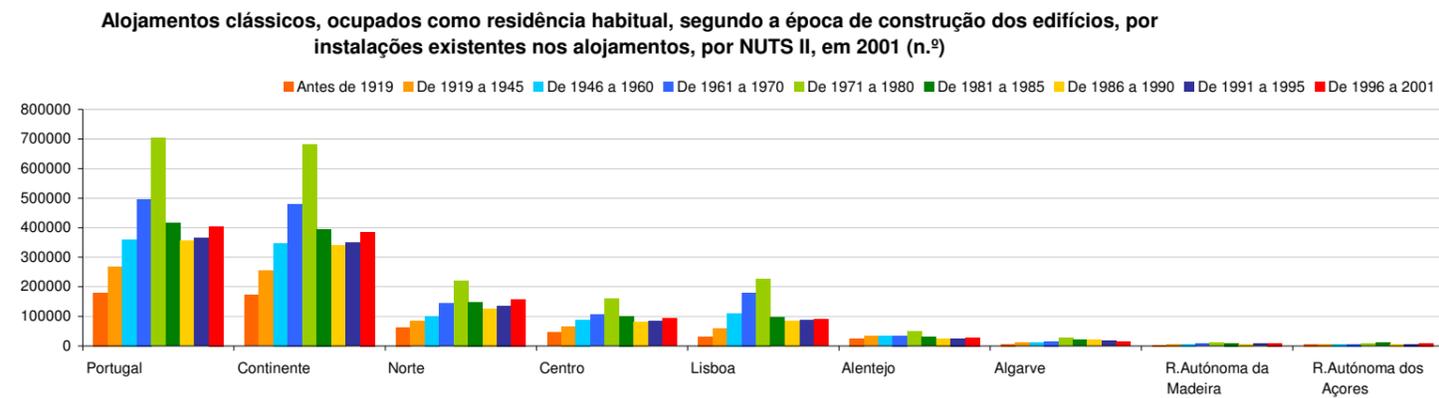
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



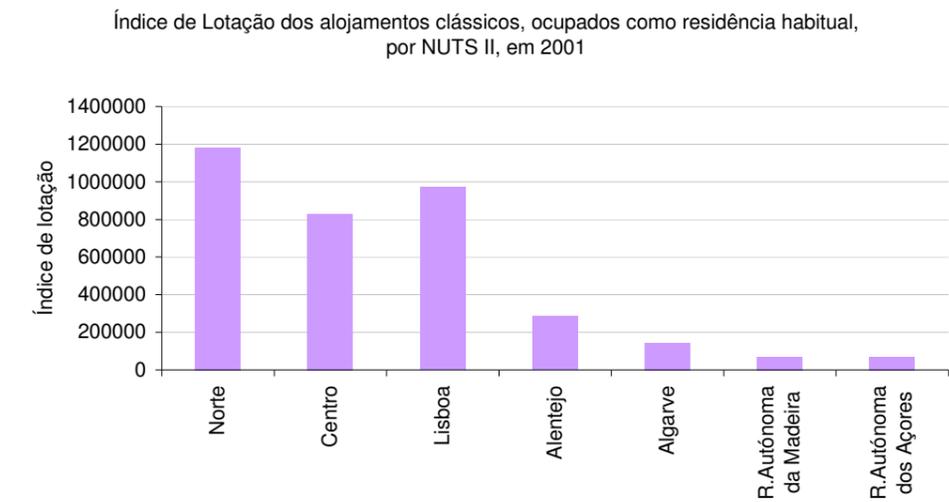
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 e 1991



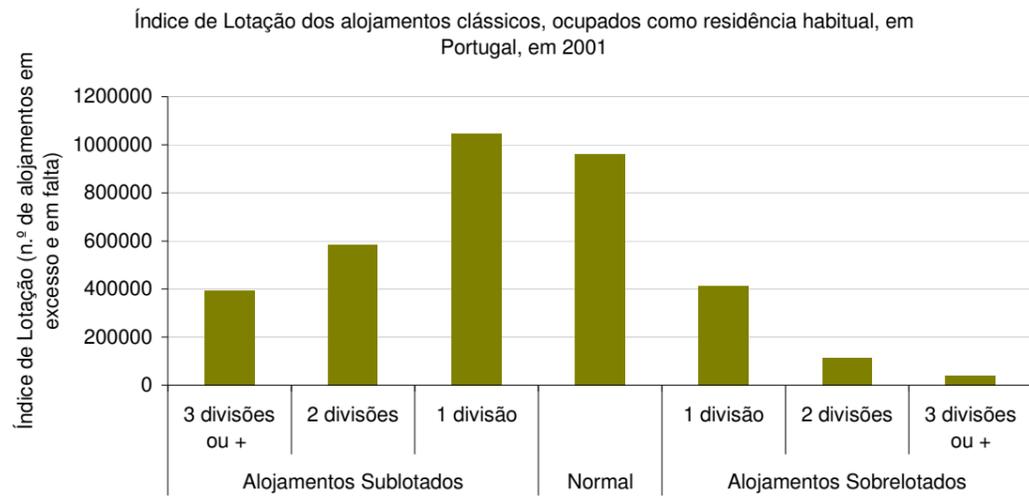
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



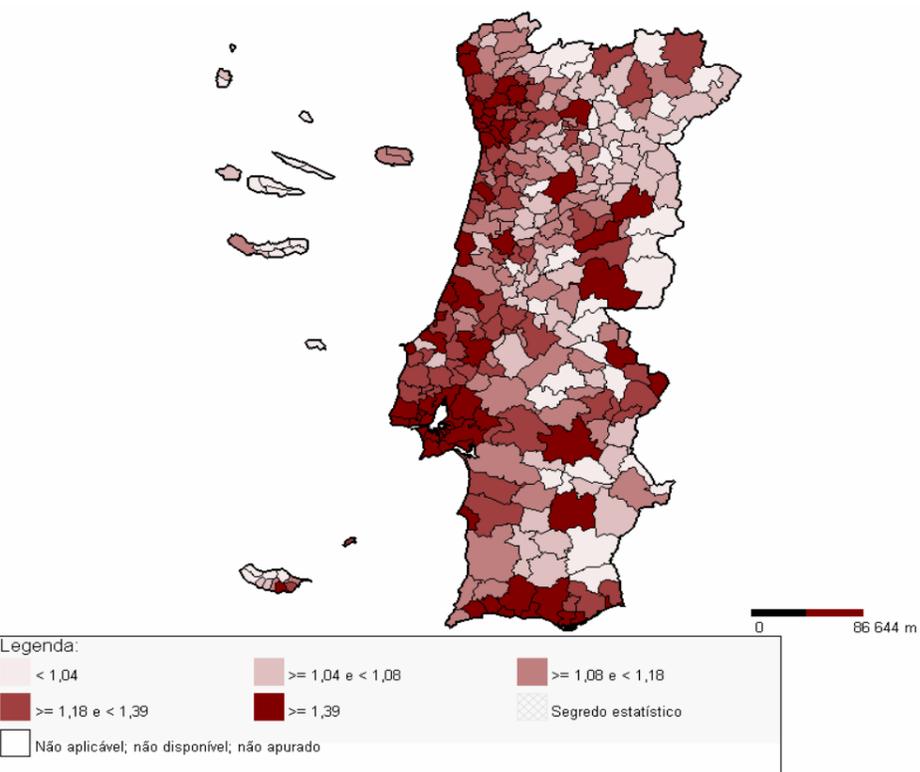
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



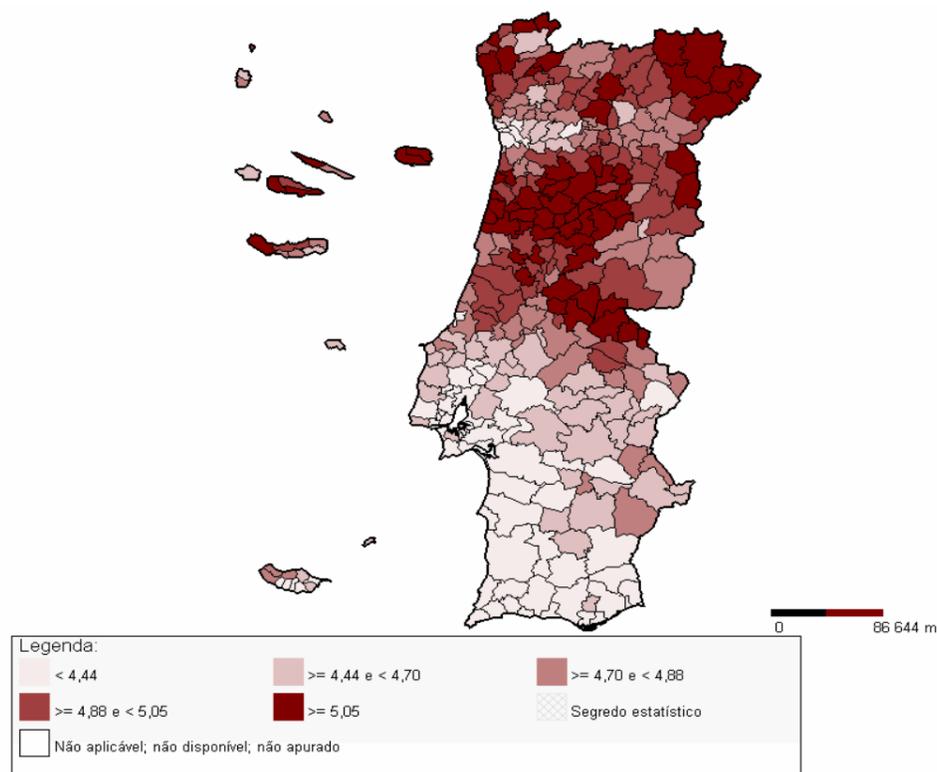
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



Número médio de alojamentos familiares clássicos por edifício em Portugal, 2001



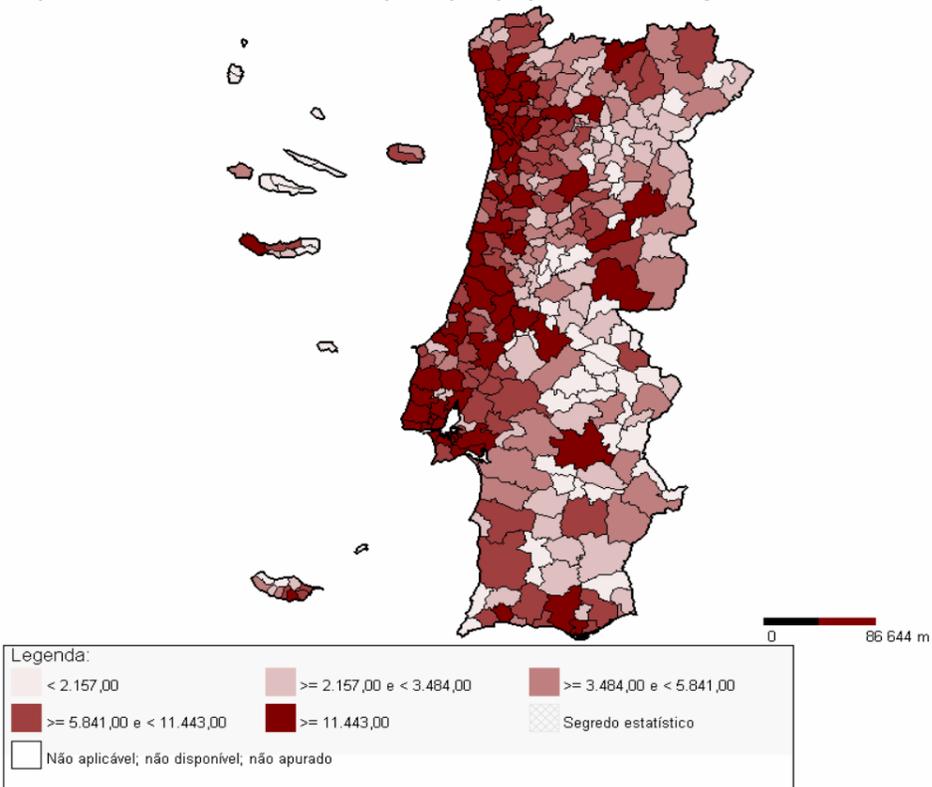
Número médio de divisões por alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 2001



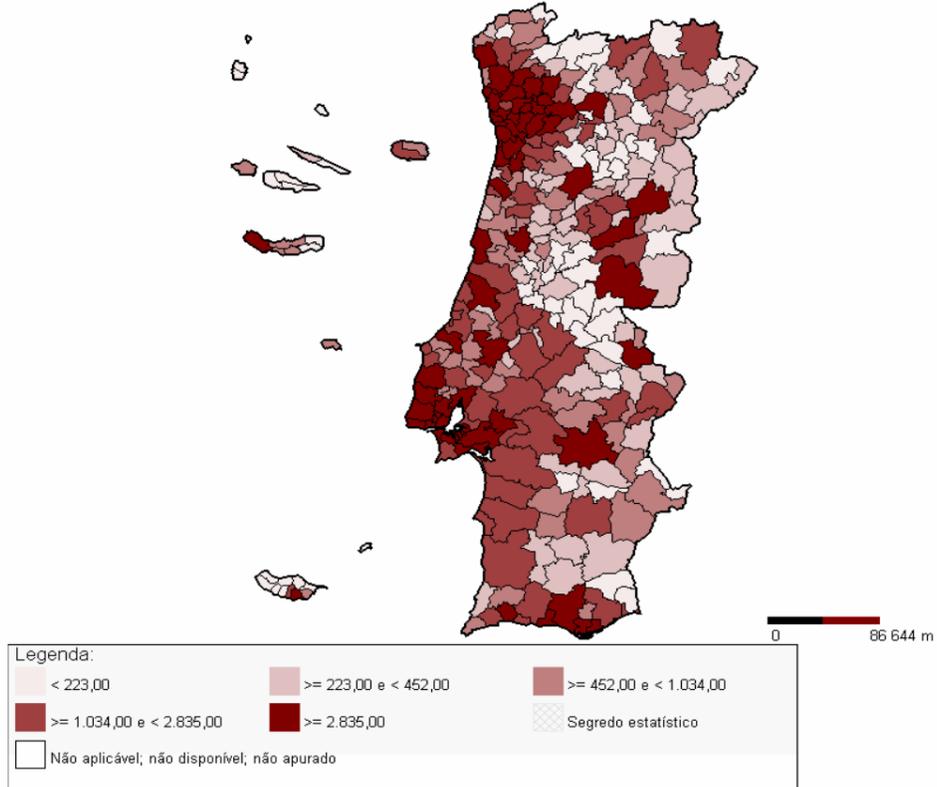
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Regime de ocupação dos Alojamentos

Alojamentos de residência habitual ocupados pelo proprietário em Portugal, 2001

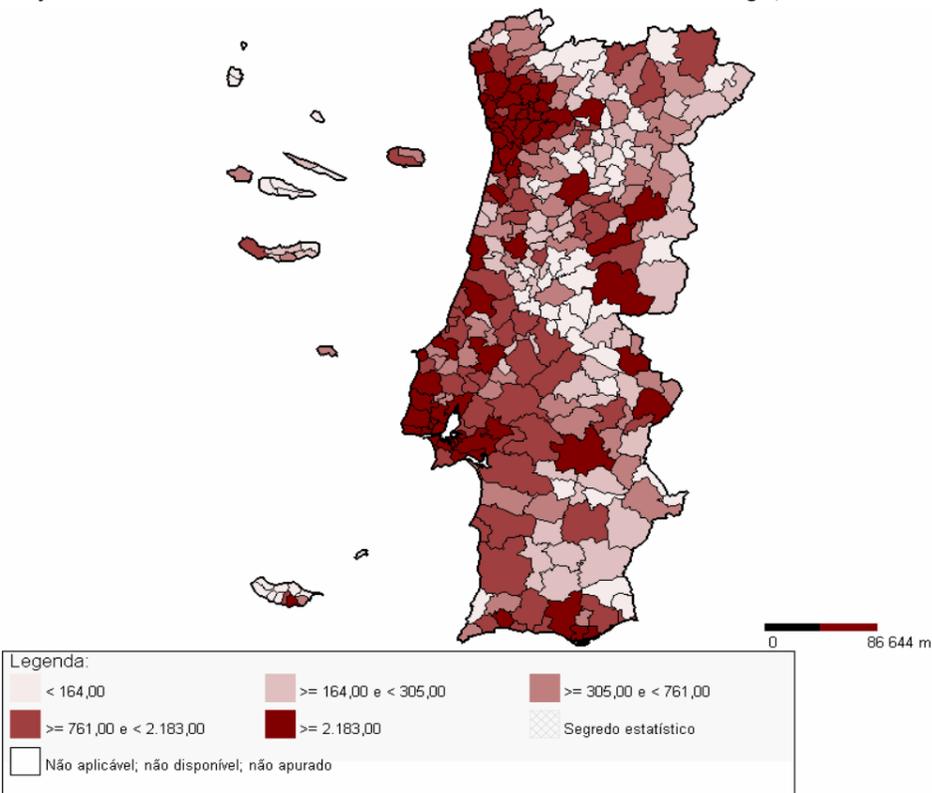


Alojamentos de residência habitual ocupados pelo inquilino em Portugal, 2001

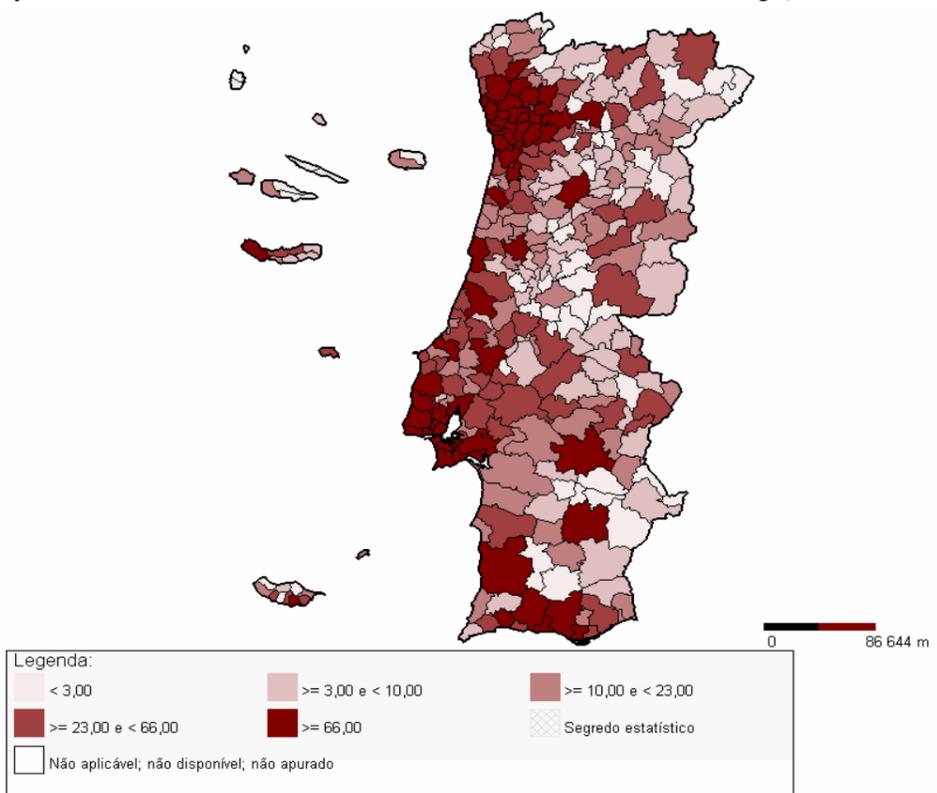


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados em Portugal, 2001

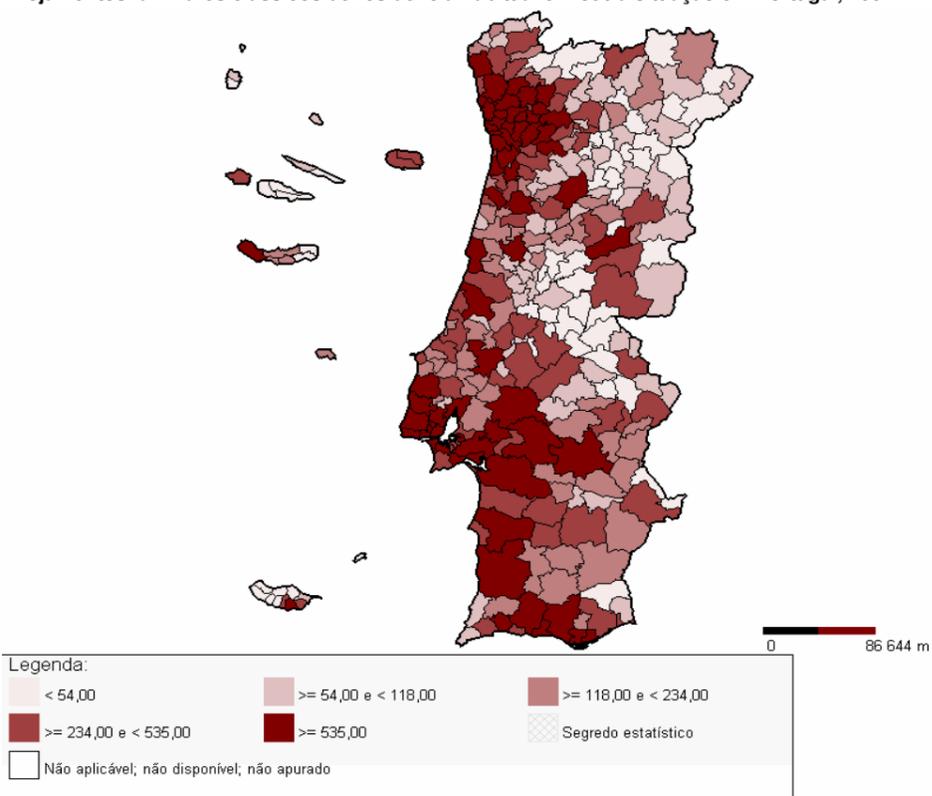


Alojamentos familiares clássicos de residência habitual subarrendados em Portugal, 2001

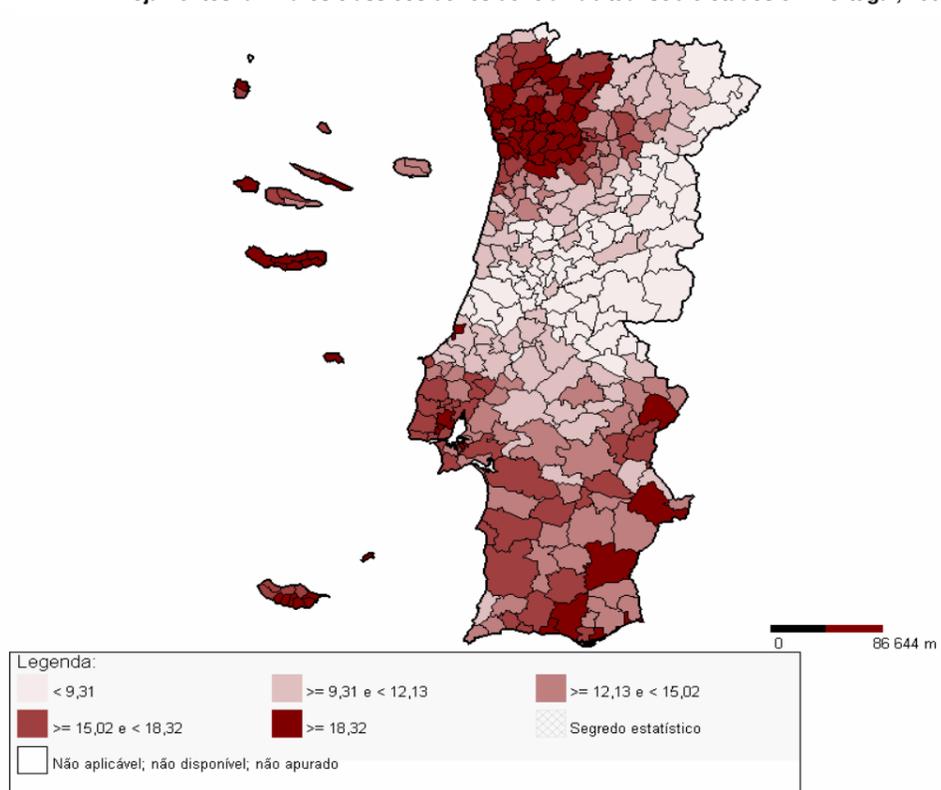


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual em outra situação em Portugal, 2001

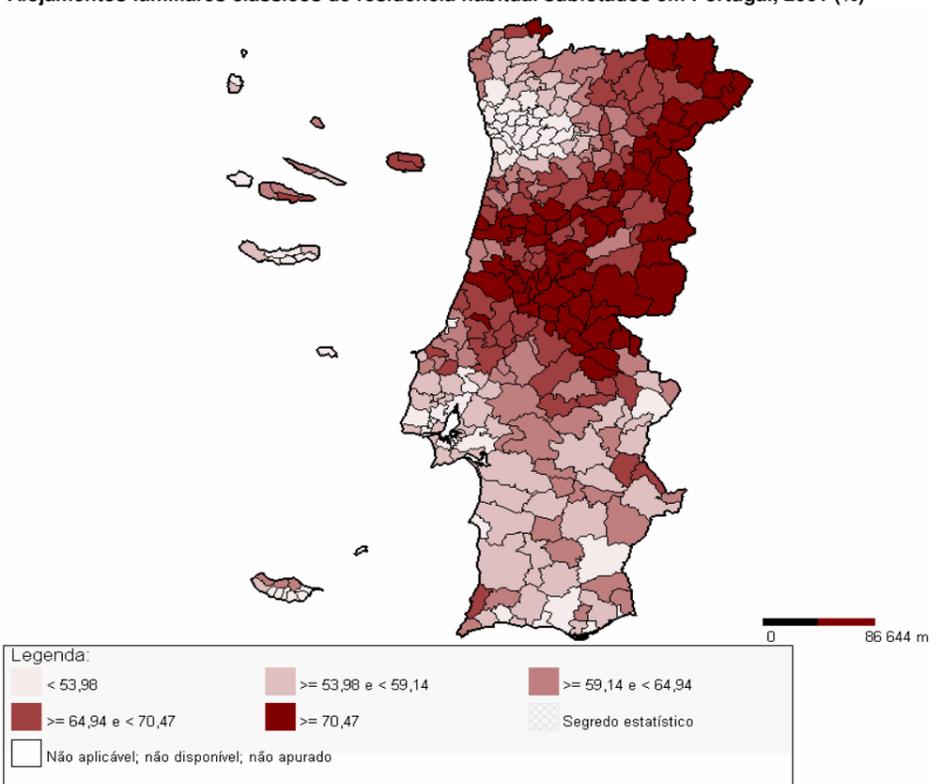


Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados em Portugal, 2001 (%)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

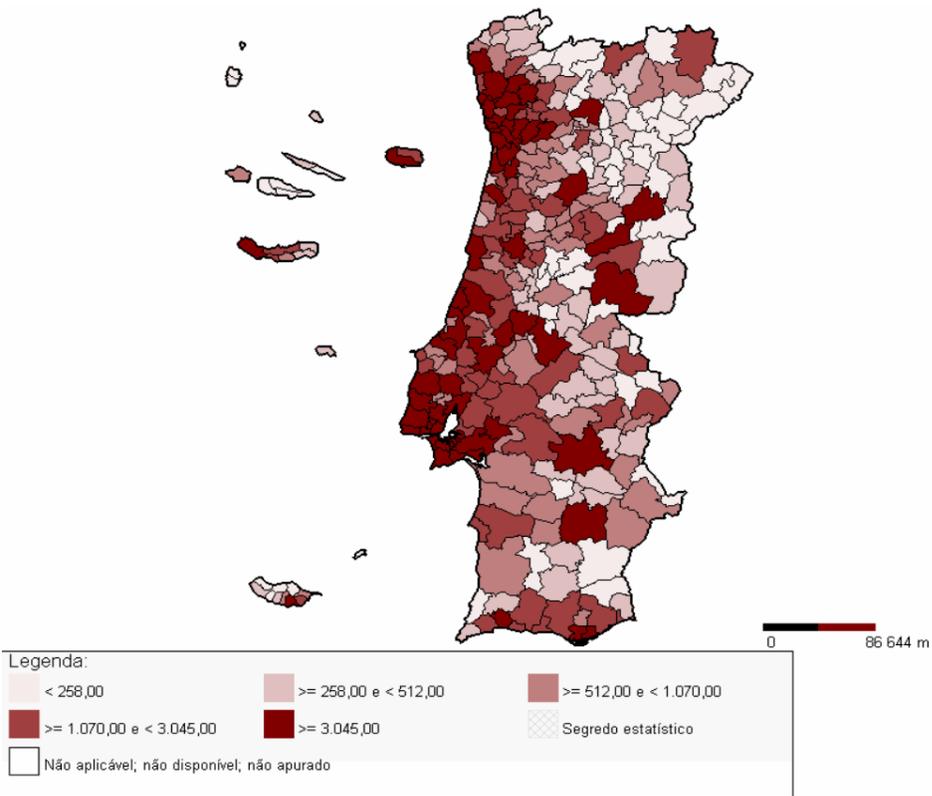
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sublotados em Portugal, 2001 (%)



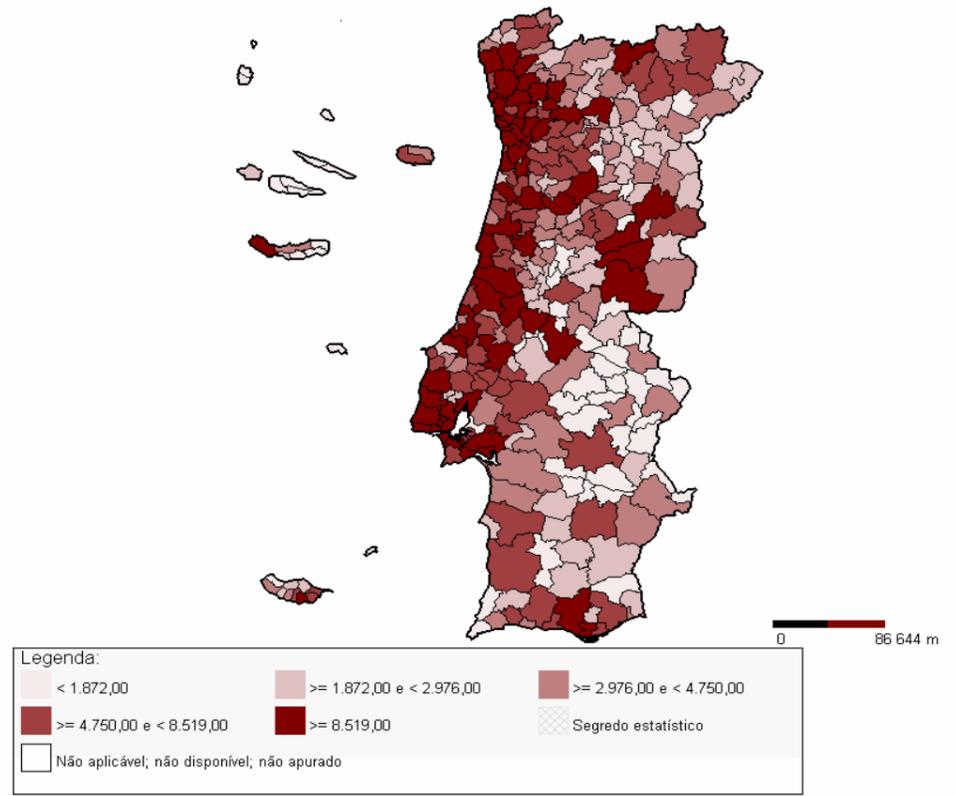
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Encargos com a habitação

Alojamentos de residência habitual com encargos resultantes da aquisição da habitação em Portugal, 2001

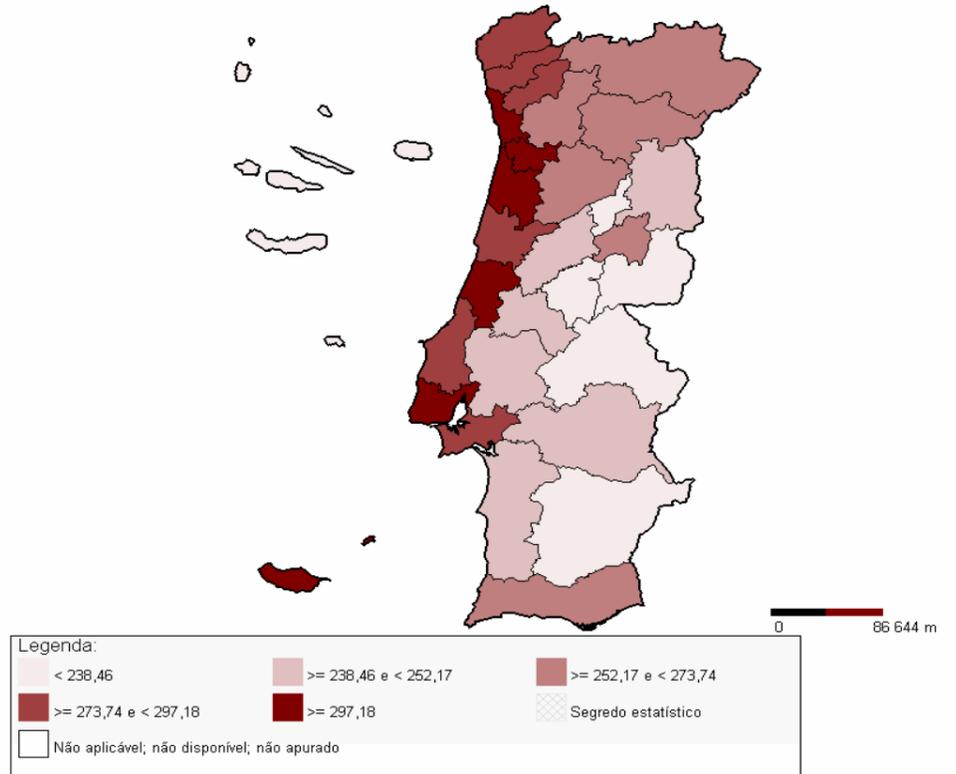
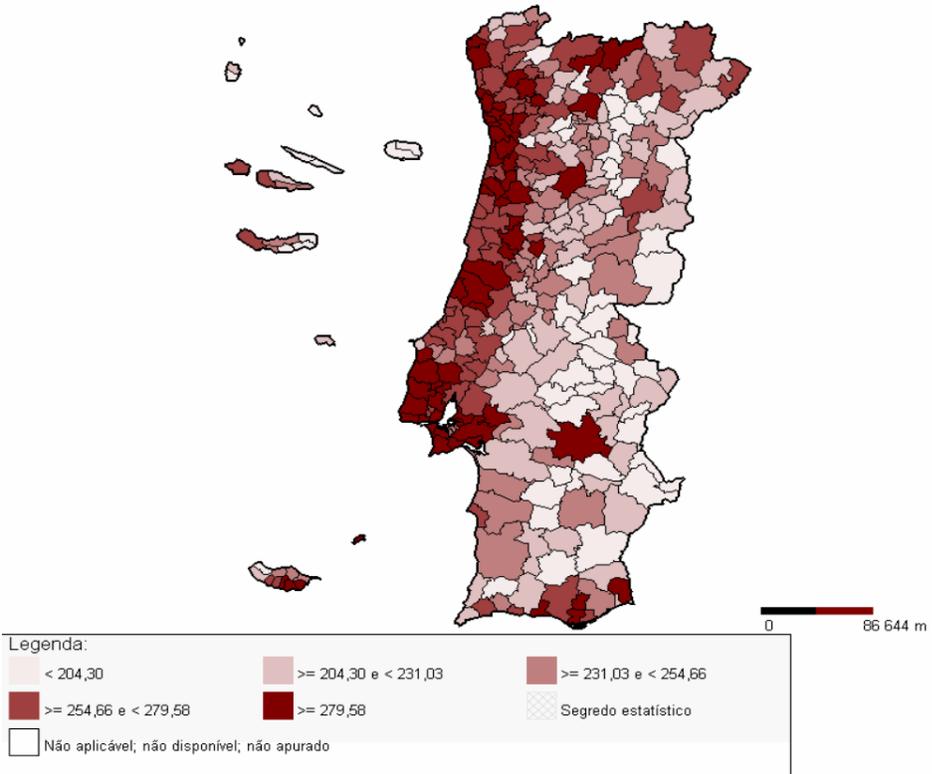


Alojamentos de residência habitual sem encargos resultantes da aquisição da habitação em Portugal, 2001



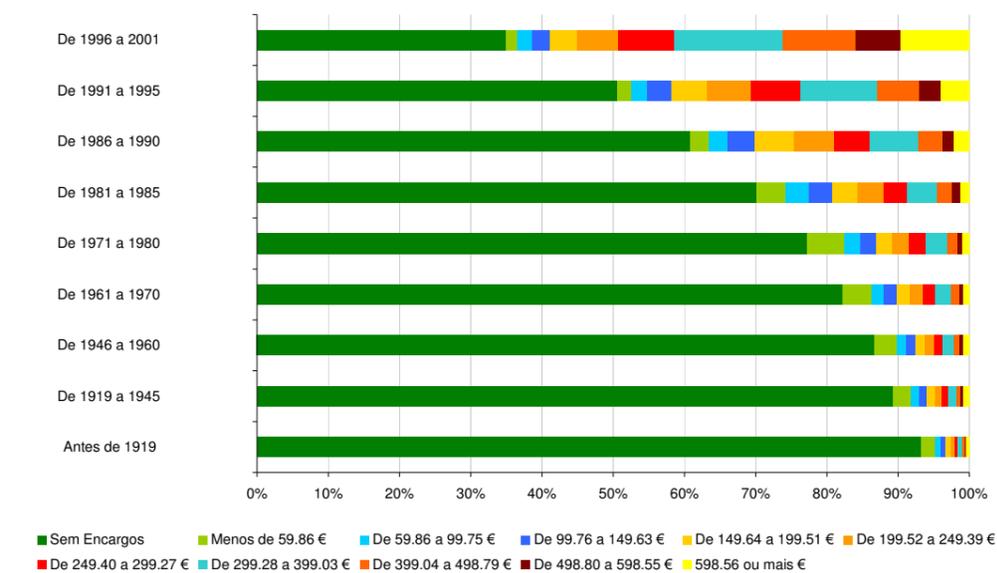
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Encargo médio com resultantes da aquisição de alojamentos familiares clássicos de residência habitual em Portugal e NUT II, 2001

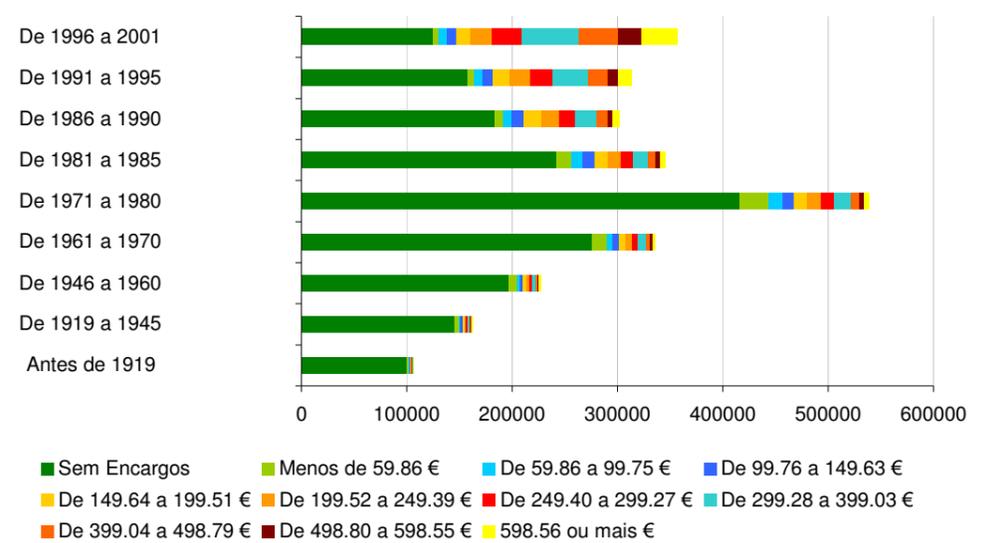


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos segundo o escalão de encargos, por época de construção dos edifícios, em Portugal



Alojamentos segundo o escalão de encargos, por época de construção dos edifícios, em Portugal

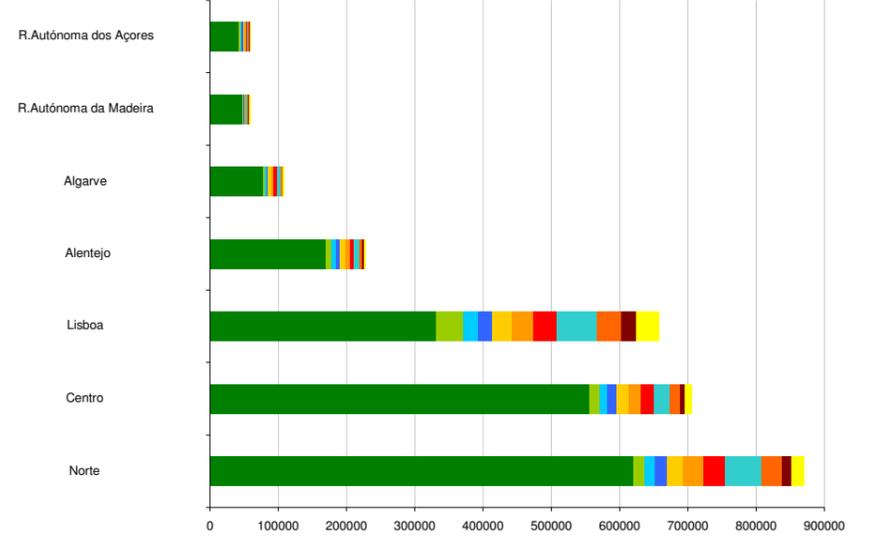
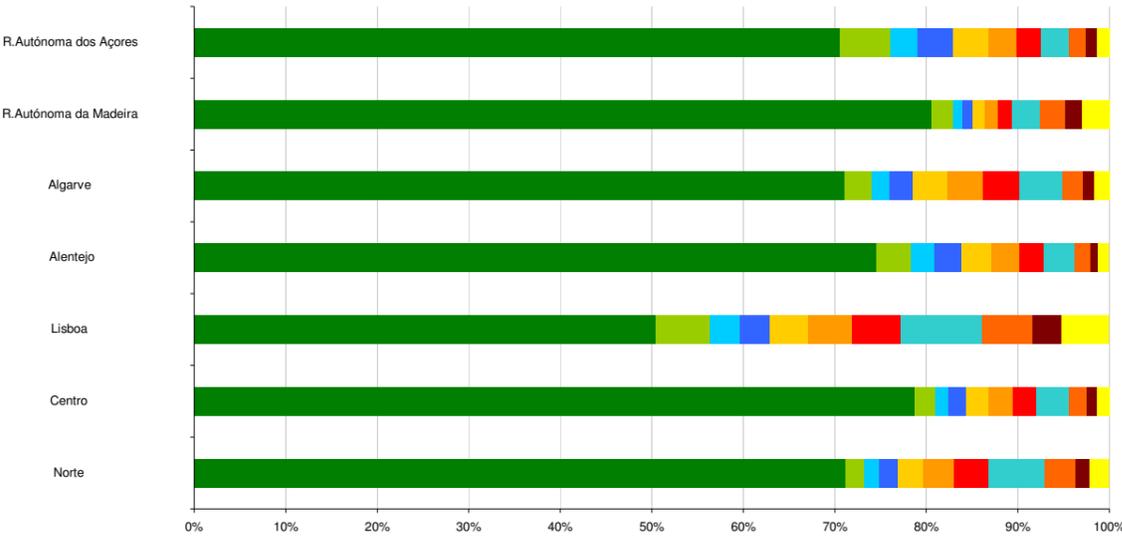


Alojamentos segundo o escalão de encargos, por NUTS II

Alojamentos segundo o escalão de encargos, por NUTS II

■ Sem Encargos ■ Menos de 59.86 € ■ De 59.86 a 99.75 € ■ De 99.76 a 149.63 € ■ De 149.64 a 199.51 € ■ De 199.52 a 249.39 €
■ De 249.40 a 299.27 € ■ De 299.28 a 399.03 € ■ De 399.04 a 498.79 € ■ De 498.80 a 598.55 € ■ 598.56 ou mais €

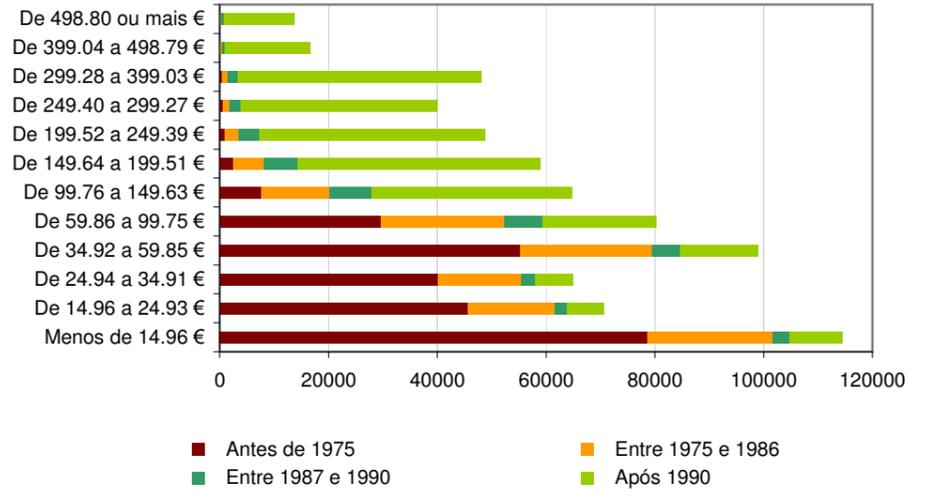
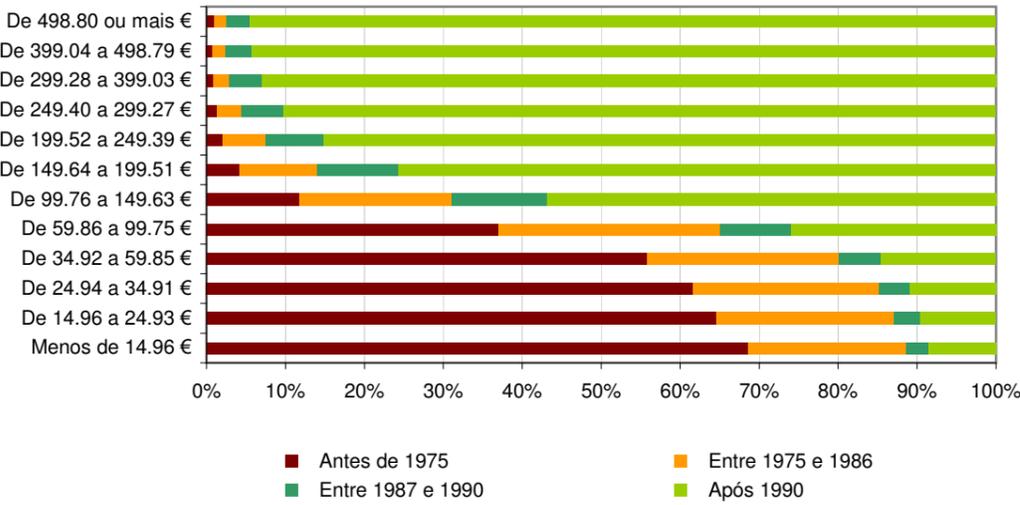
■ Sem Encargos ■ Menos de 59.86 € ■ De 59.86 a 99.75 € ■ De 99.76 a 149.63 € ■ De 149.64 a 199.51 € ■ De 199.52 a 249.39 €
■ De 249.40 a 299.27 € ■ De 299.28 a 399.03 € ■ De 399.04 a 498.79 € ■ De 498.80 a 598.55 € ■ 598.56 ou mais €



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

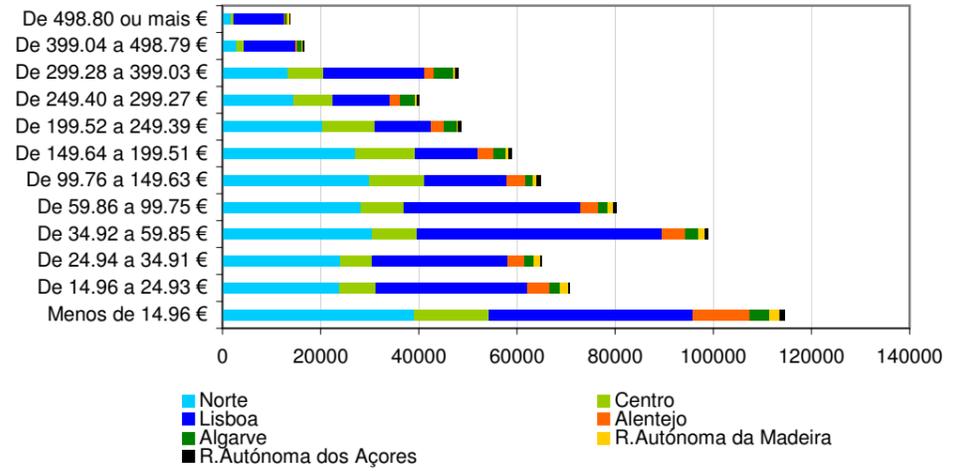
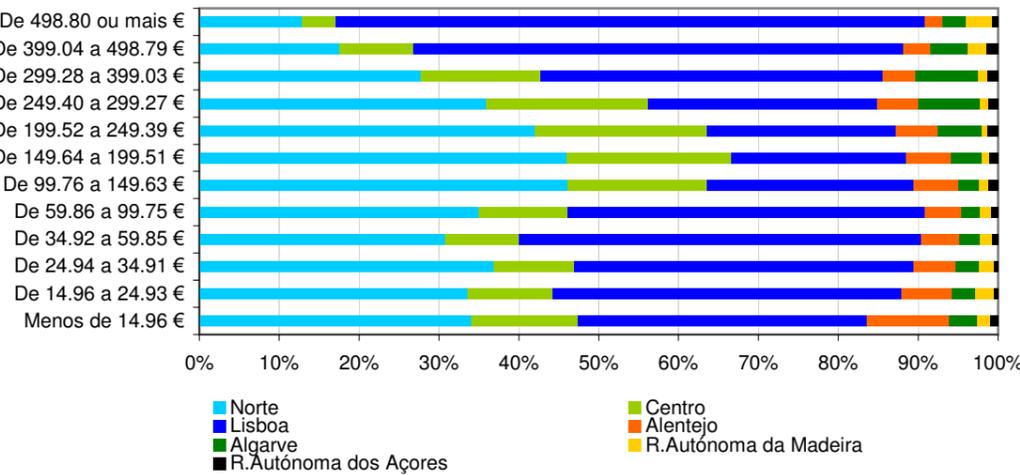
Alojamentos clássicos, arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão de renda, pela época do contrato, em Portugal

Alojamentos clássicos, arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão de renda, pela época do contrato, em Portugal



Alojamentos clássicos, arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão de renda, por NUTS II

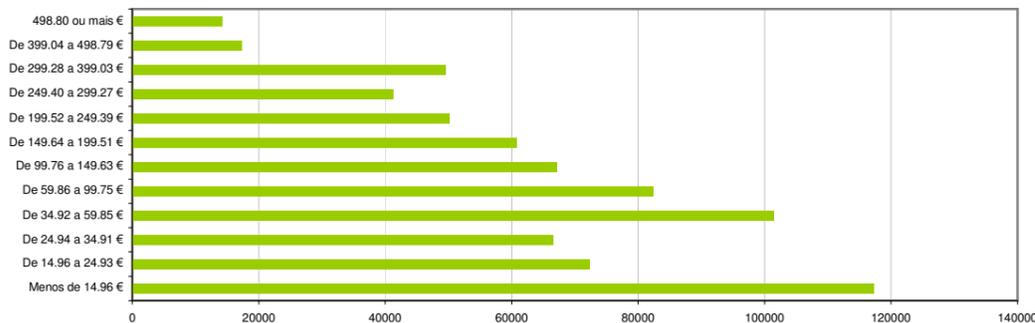
Alojamentos clássicos, arrendados, ocupados como residência habitual, segundo o escalão de renda, por NUTS II



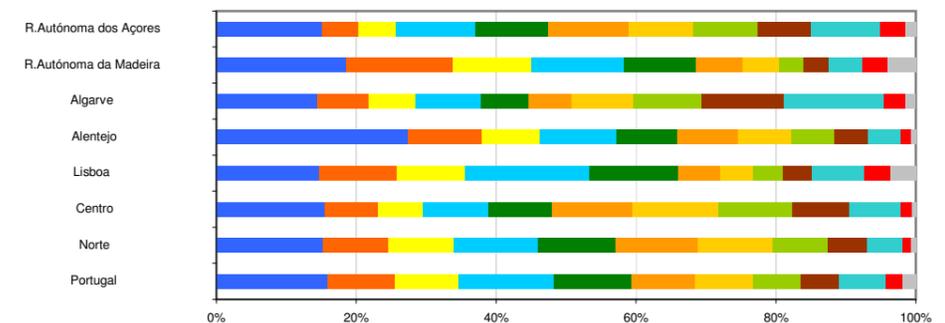
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Portugal
Aloj. Clássicos arrendados, segundo o escalão de renda, em Portugal, em 2001 (€)

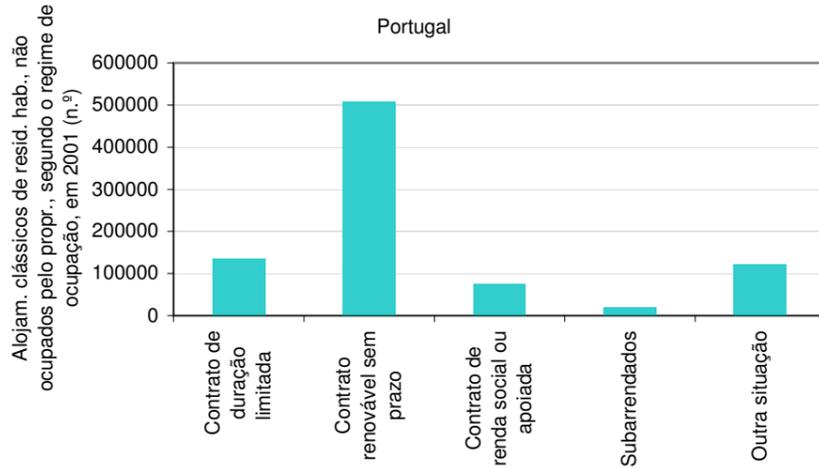
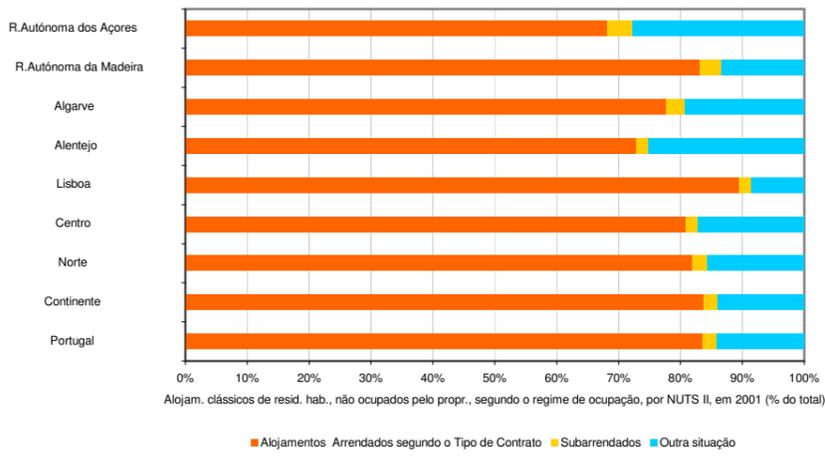
Alojamentos Clássicos Arrendados Segundo o Escalão de Renda (% do total)



■ Menos de 14.96 € ■ De 14.96 a 24.93 € ■ De 24.94 a 34.91 € ■ De 34.92 a 59.85 € ■ De 59.86 a 99.75 € ■ De 99.76 a 149.63 €
■ De 149.64 a 199.51 € ■ De 199.52 a 249.39 € ■ De 249.40 a 299.27 € ■ De 299.28 a 399.03 € ■ De 399.04 a 498.79 € ■ 498.80 ou mais €



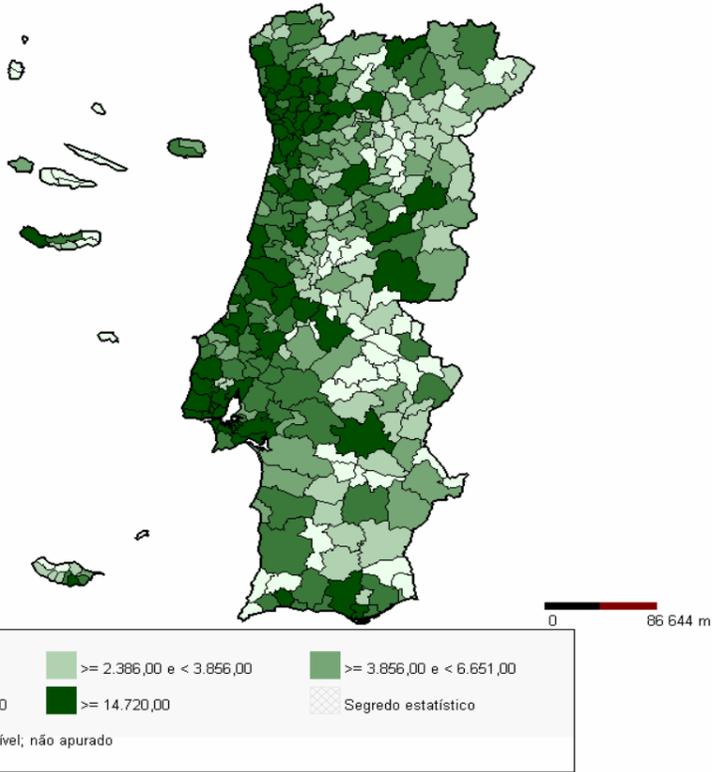
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



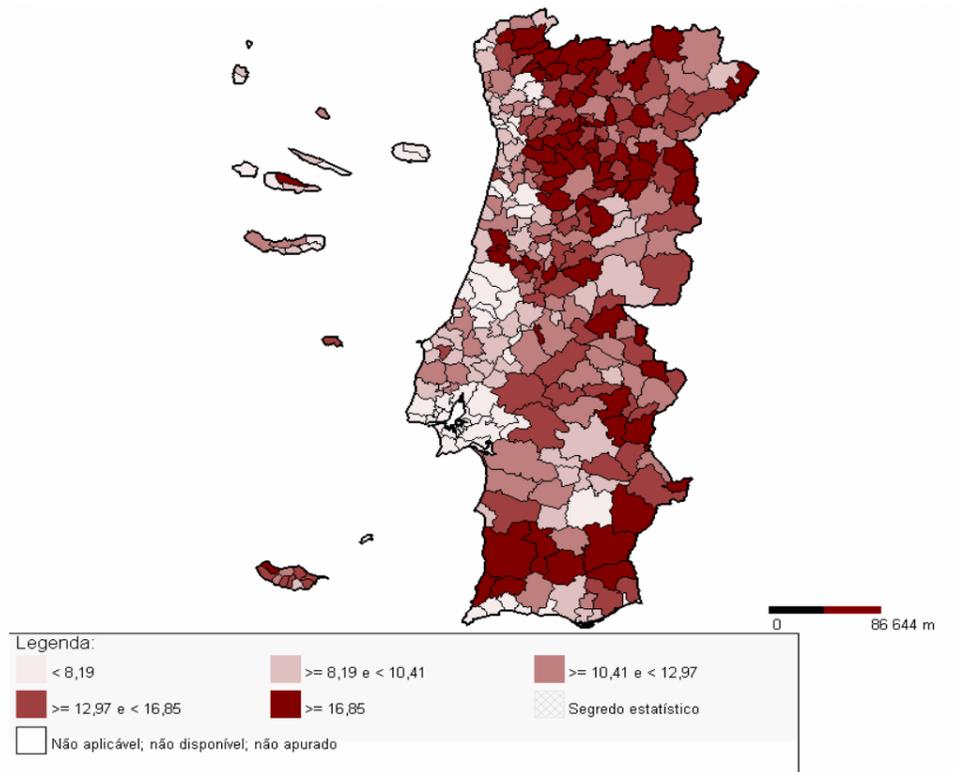
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Condições de habitabilidade dos Alojamentos

Alojamentos de residência habitual com água canalizada em Portugal, 2001

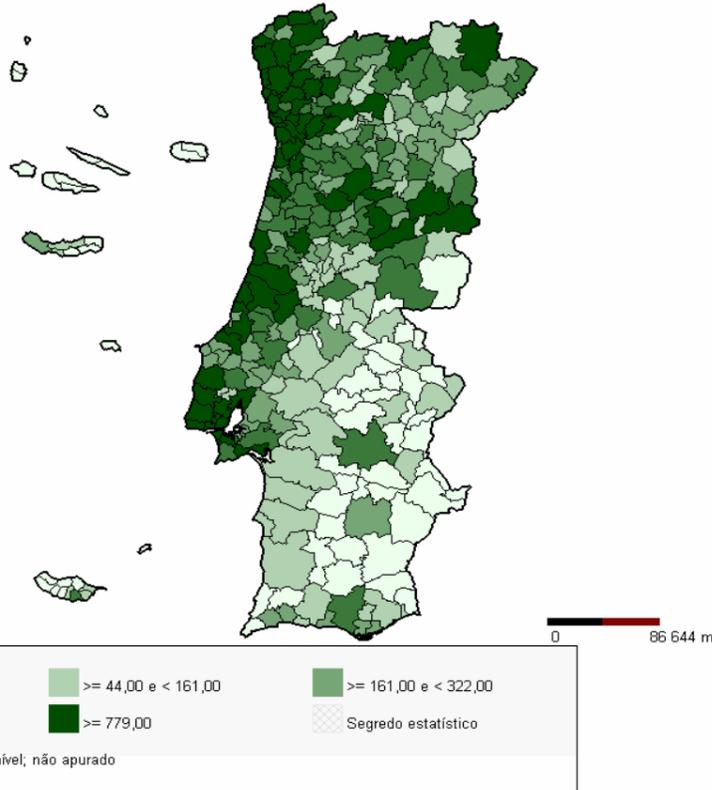


Alojamentos de residência habitual sem pelo menos uma infraestrutura básica em Portugal, 2001 (%)

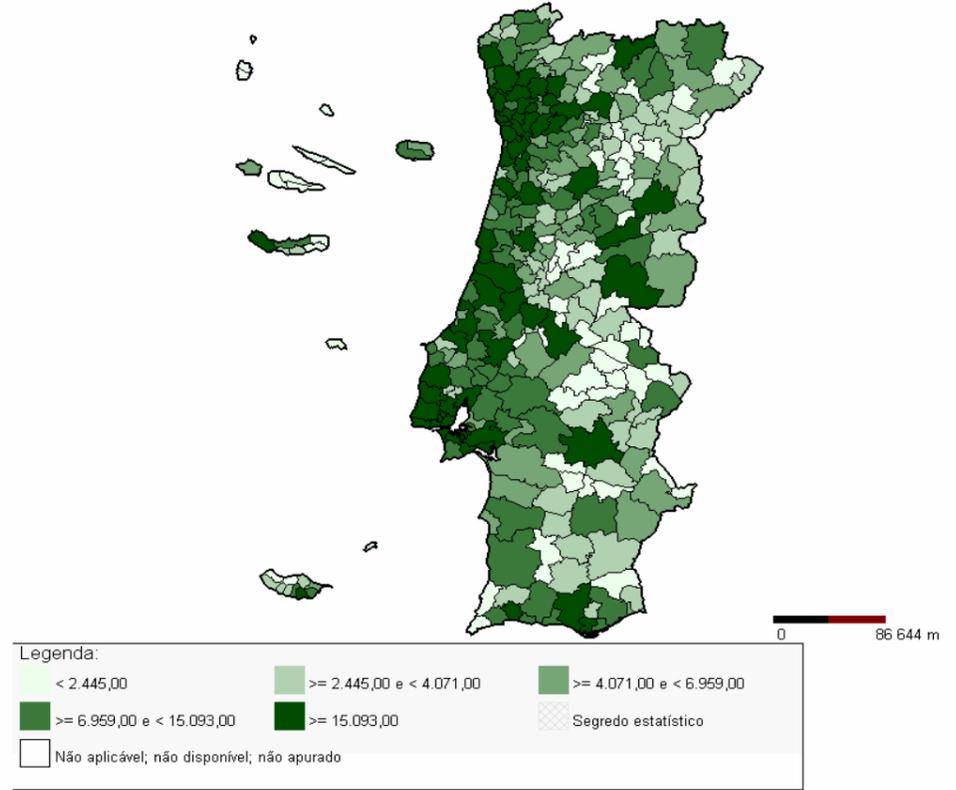


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual com aquecimento central em Portugal, 2001

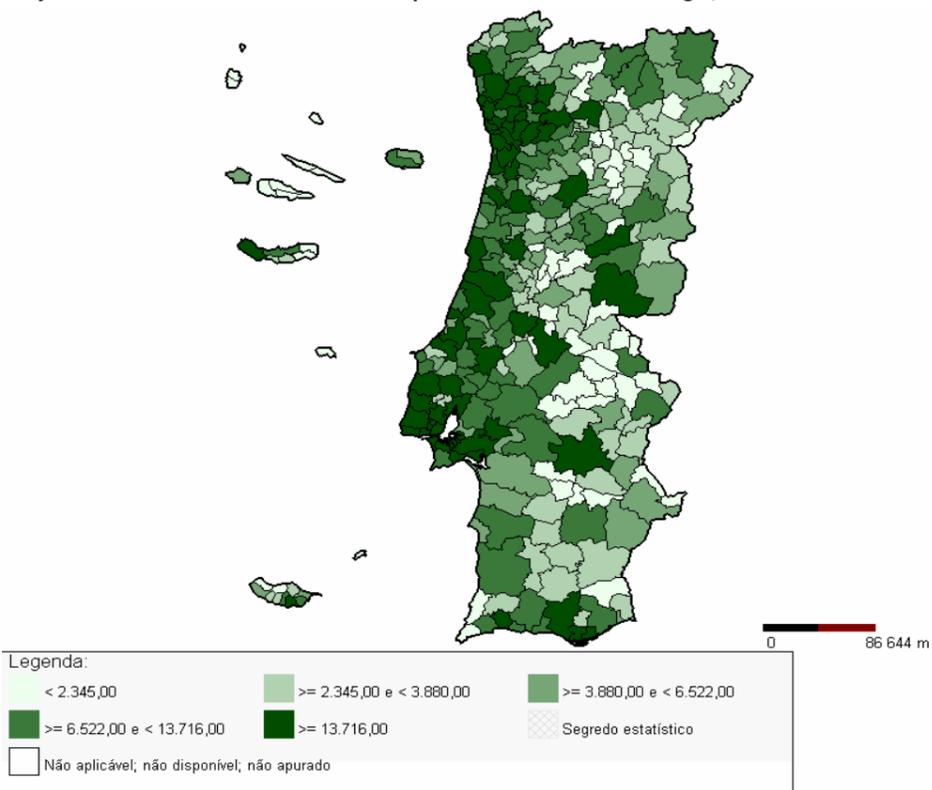


Alojamentos de residência habitual com electricidade em Portugal, 2001

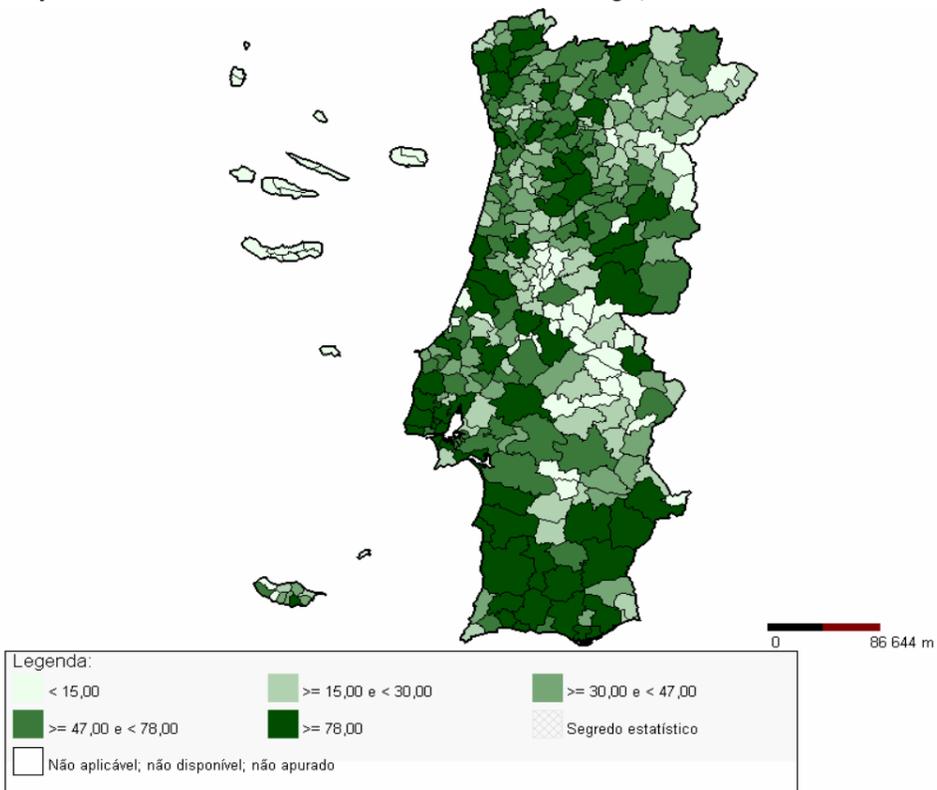


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual sem aquecimento central em Portugal, 2001

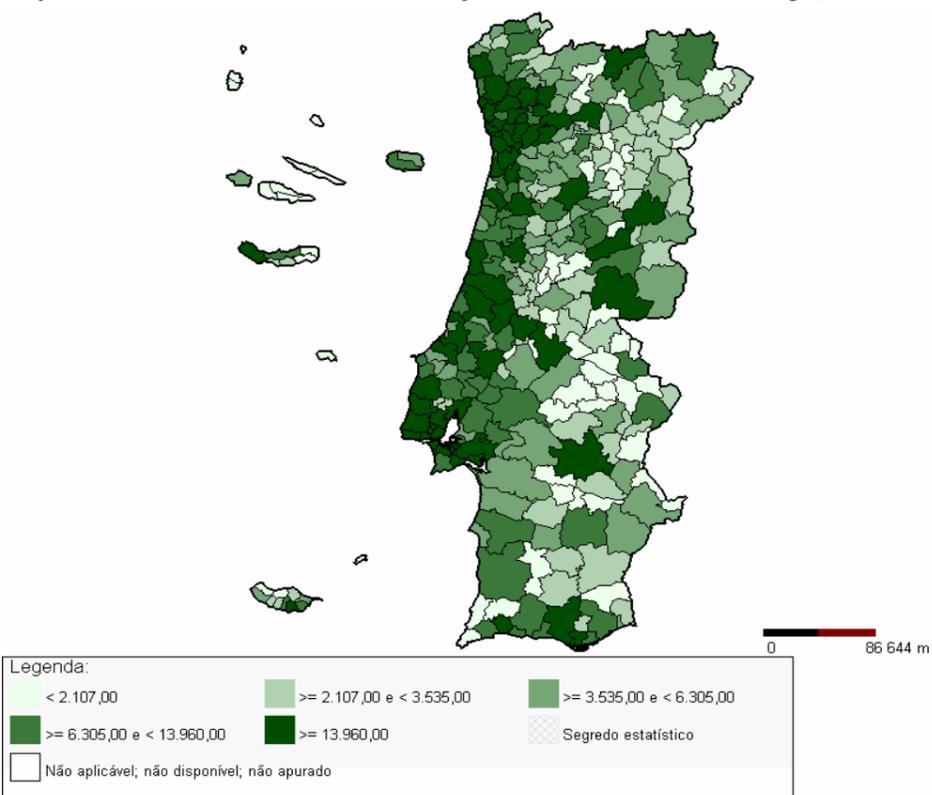


Alojamentos de residência habitual sem electricidade em Portugal, 2001

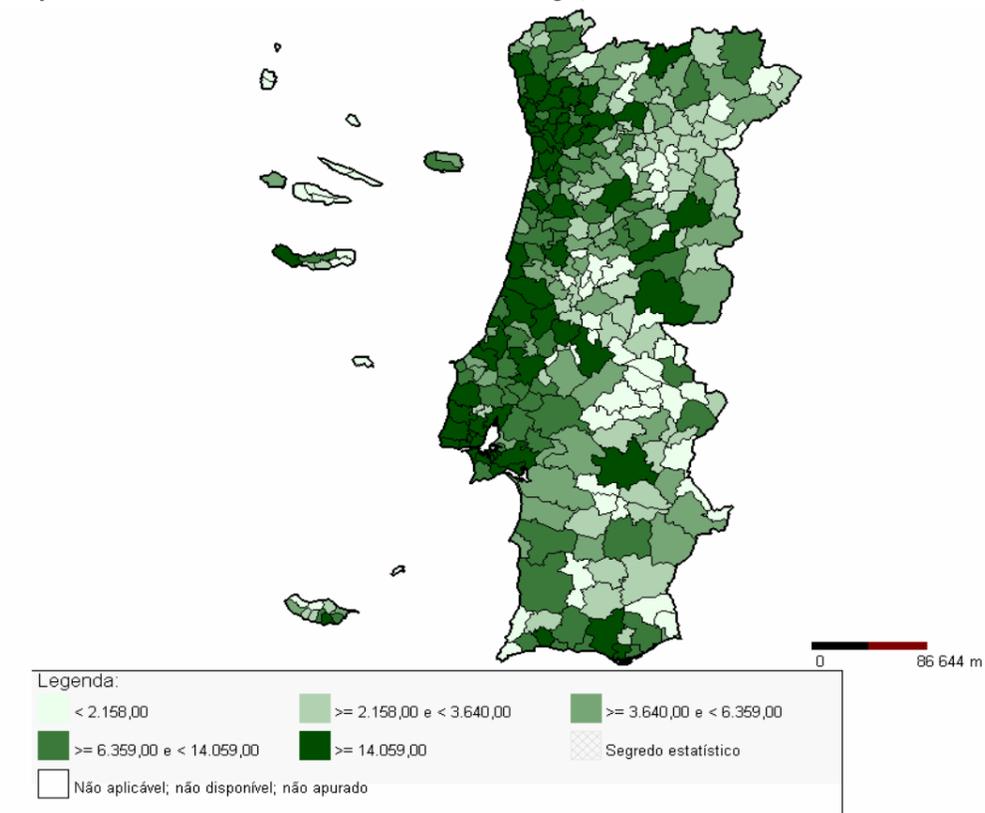


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual com instalações de banho ou duche em Portugal, 2001

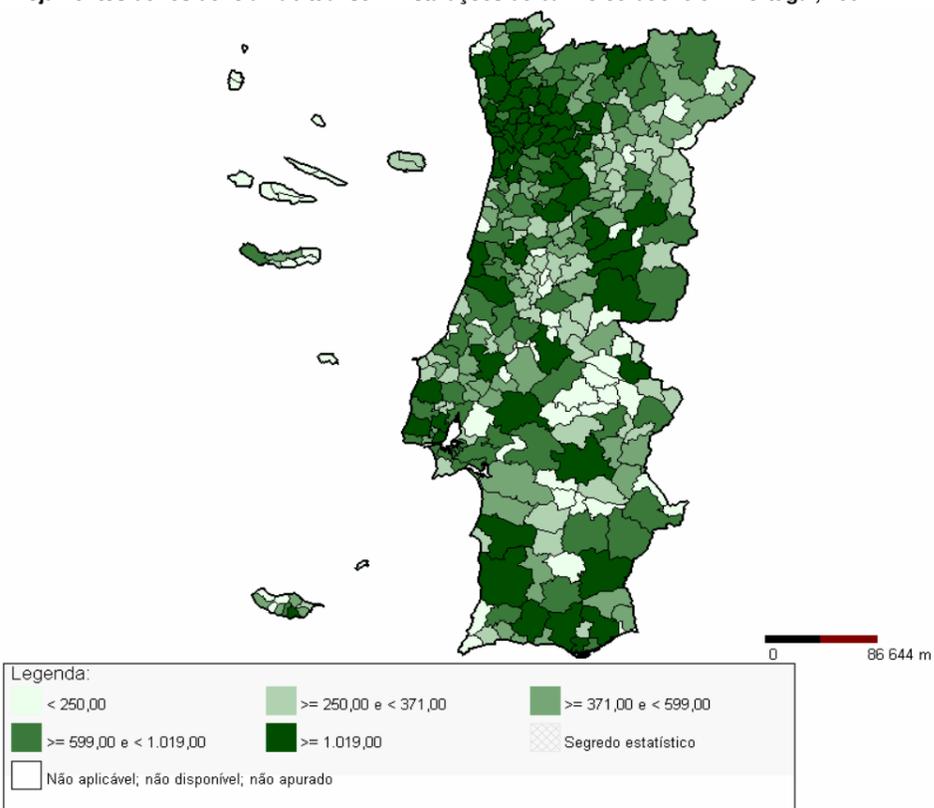


Alojamentos de residência habitual com retrete em Portugal, 2001

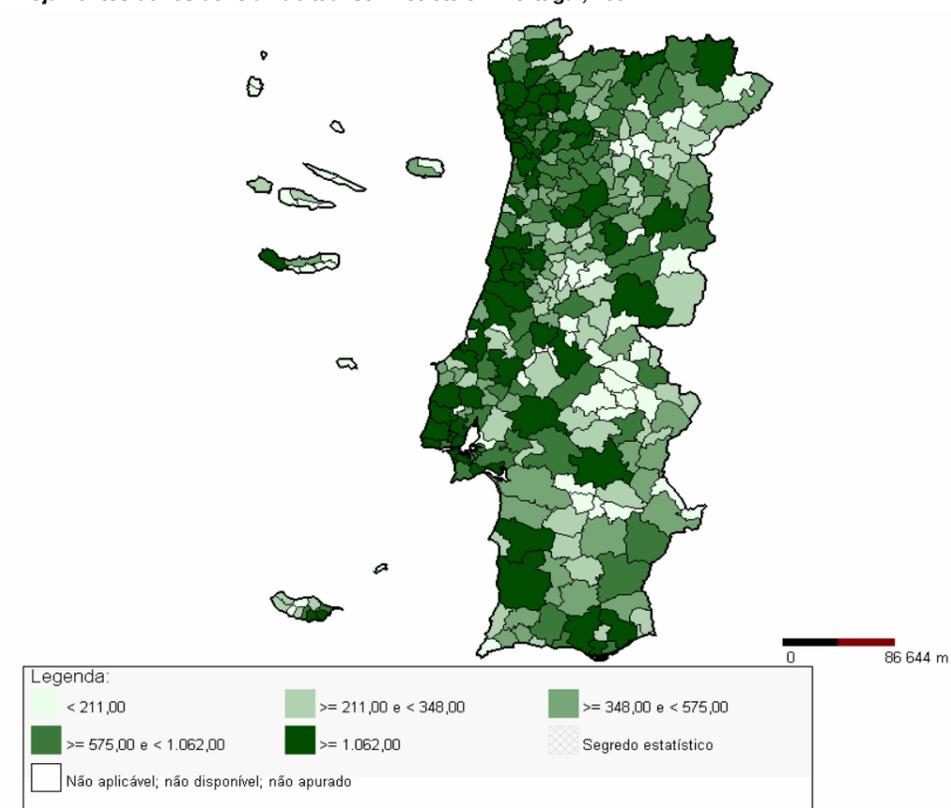


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual sem instalações de banho ou duche em Portugal, 2001

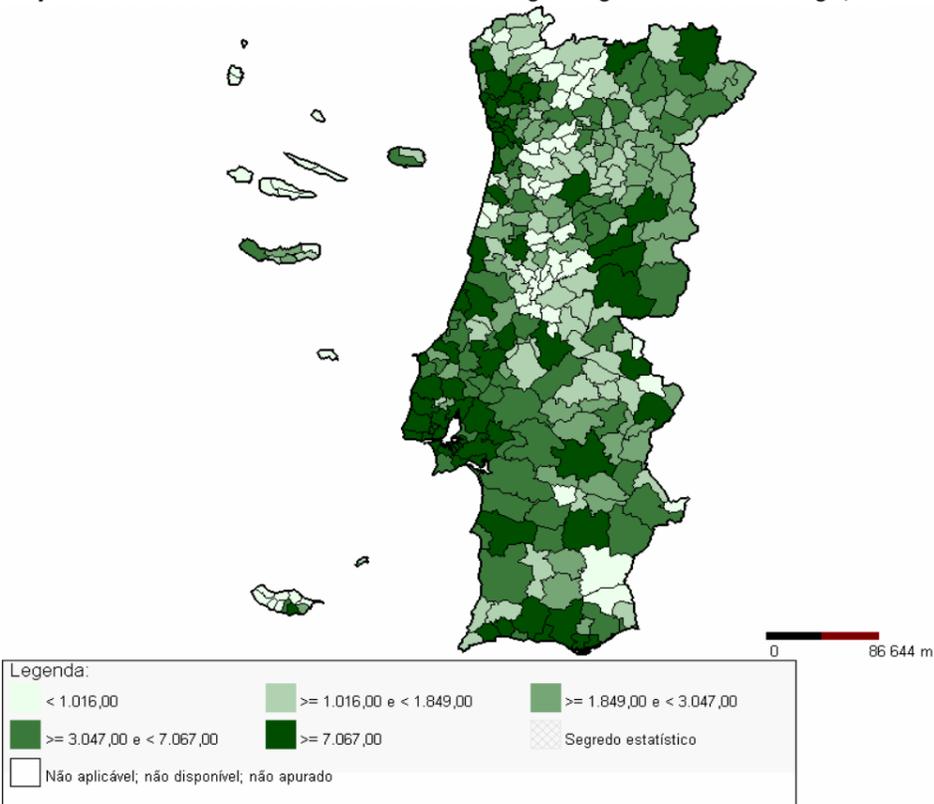


Alojamentos de residência habitual sem retrete em Portugal, 2001

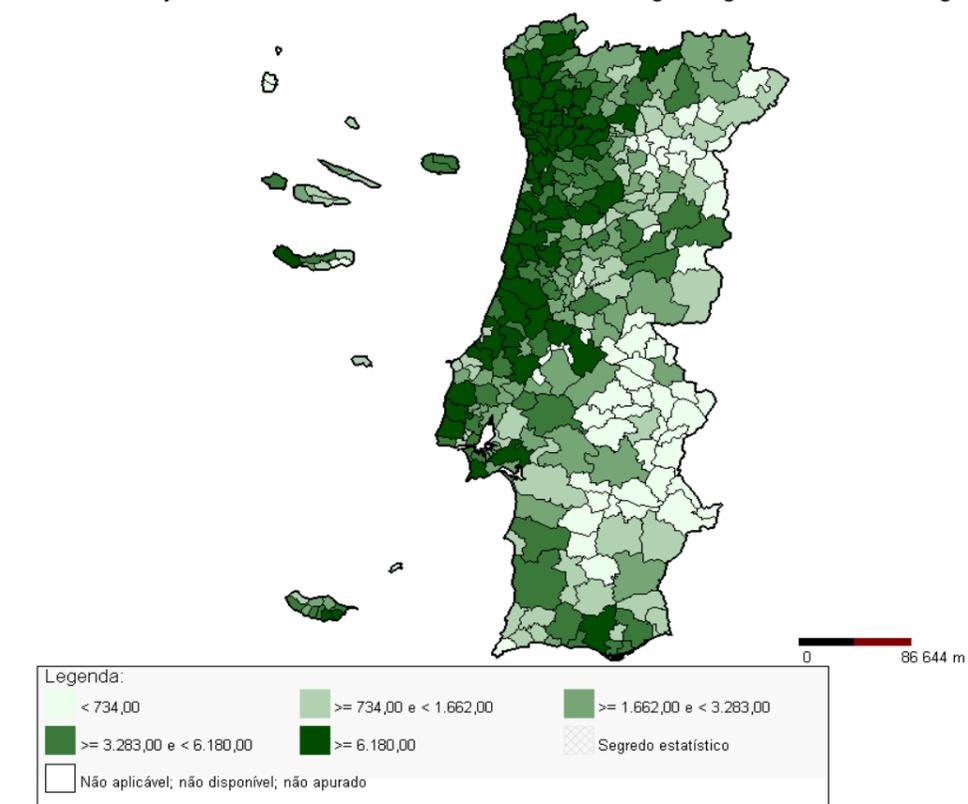


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual com sistema de esgotos ligados à rede em Portugal, 2001



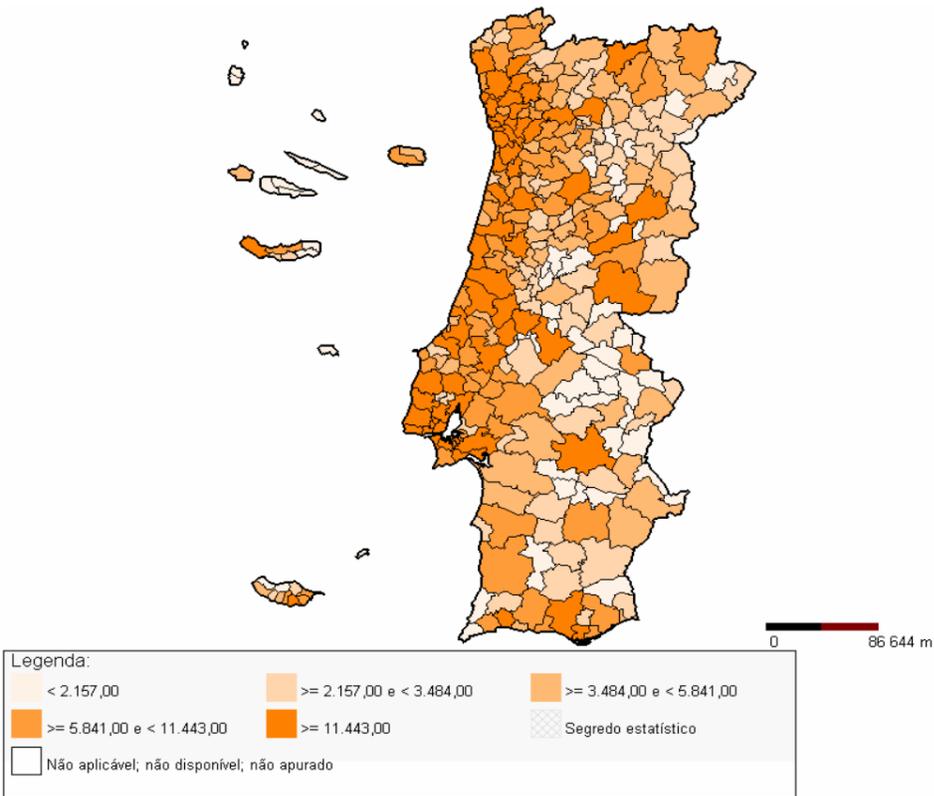
Alojamentos de residência habitual sem sistema de esgotos ligados à rede em Portugal, 2001



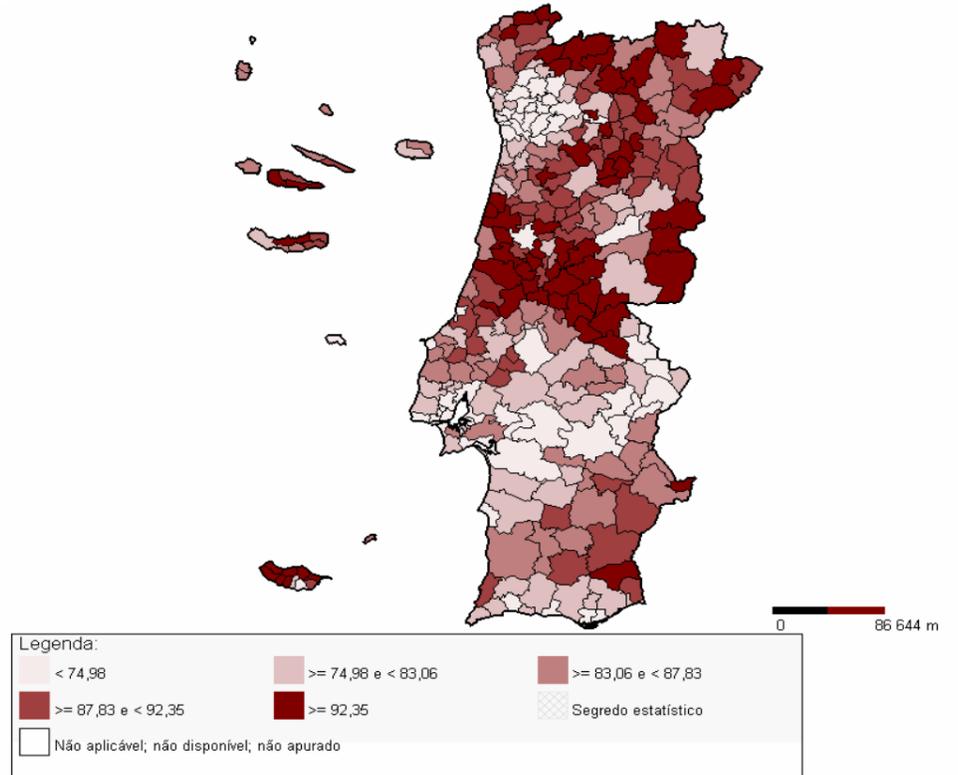
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Propriedade da habitação

Alojamentos de residência habitual ocupados pelo proprietário em Portugal, 2001

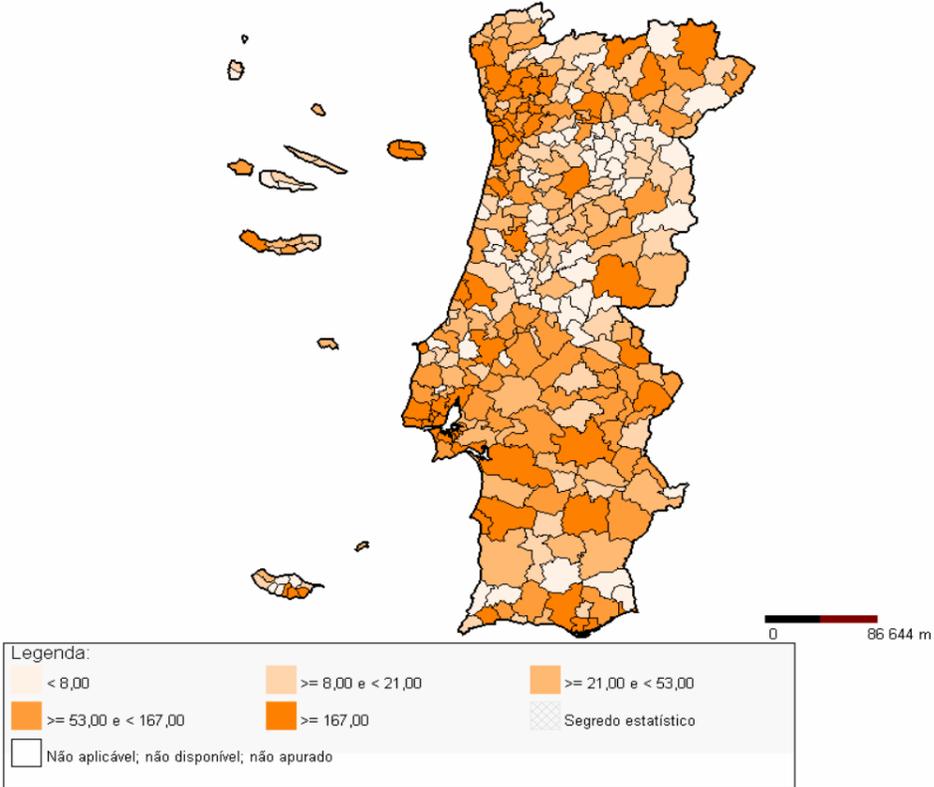


Varição dos alojamentos de residência habitual ocupados pelo proprietário em Portugal, 2001 (%)

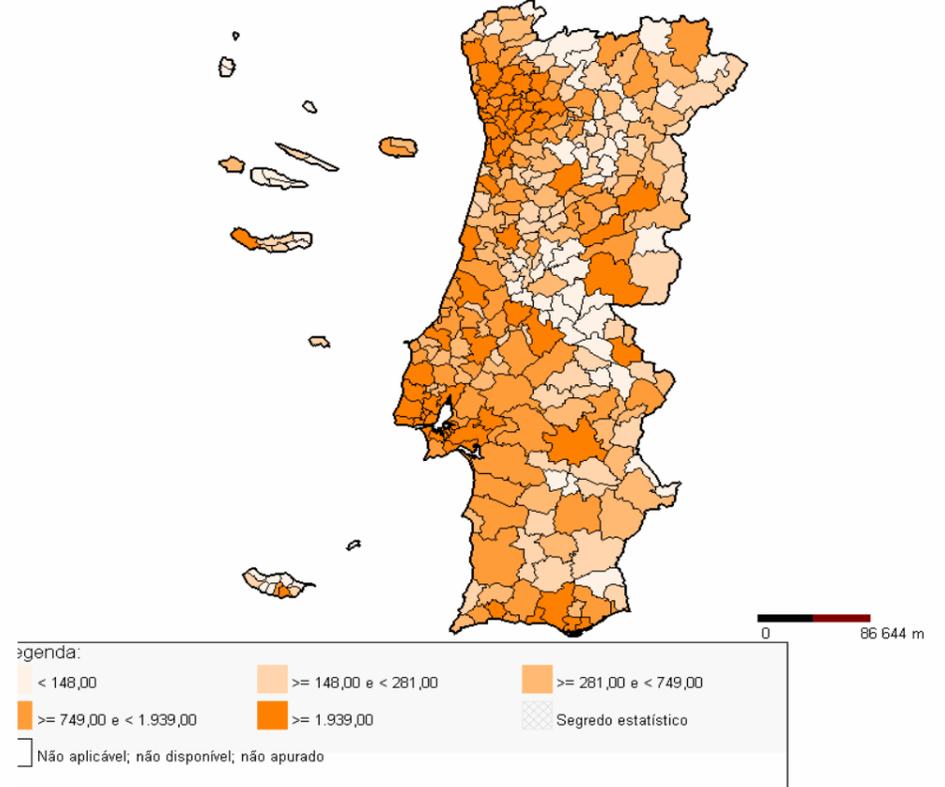


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual propriedade do Estado em Portugal, 2001

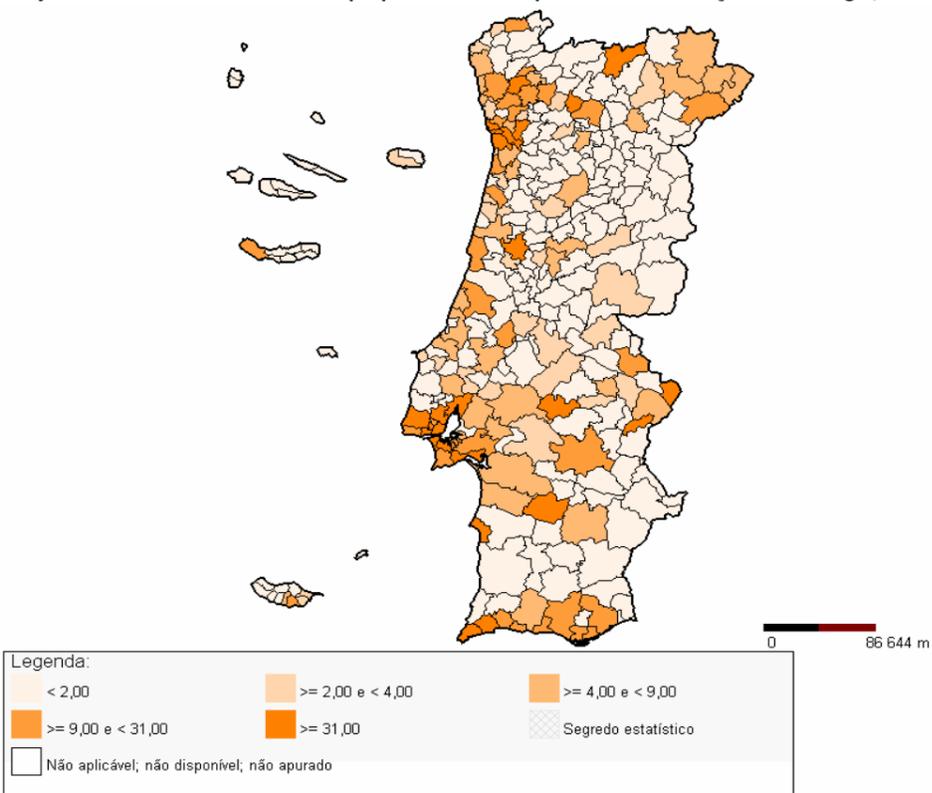


Alojamentos de residência habitual propriedade de empresas privadas em Portugal, 2001

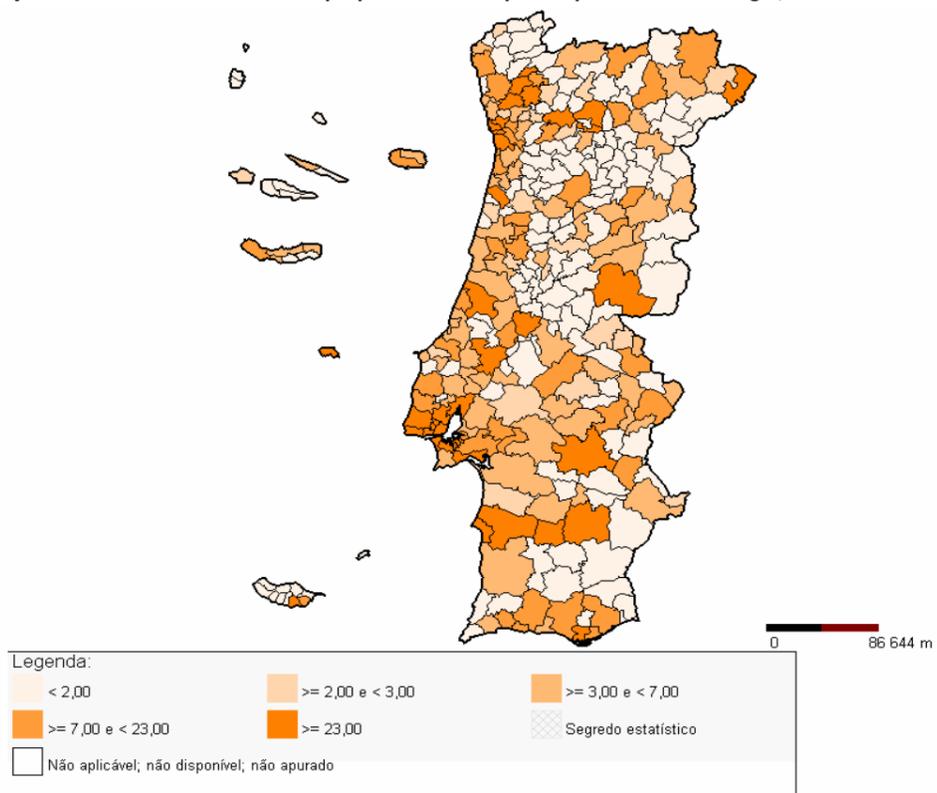


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual propriedade de cooperativas de habitação em Portugal, 2001

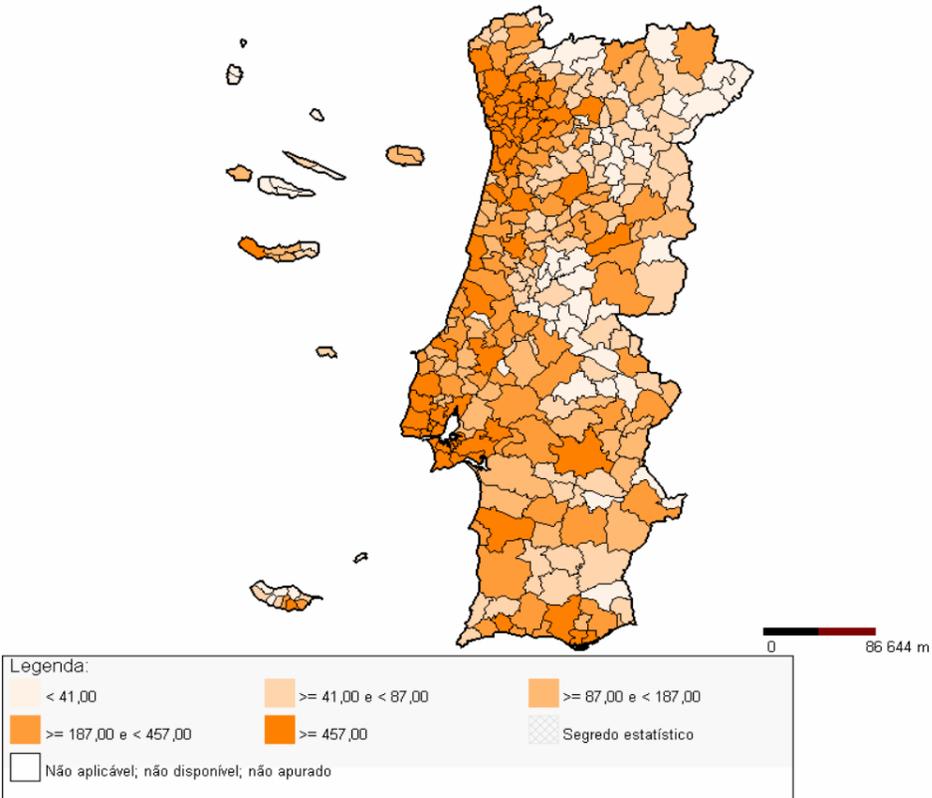


Alojamentos de residência habitual propriedade de empresas públicas em Portugal, 2001

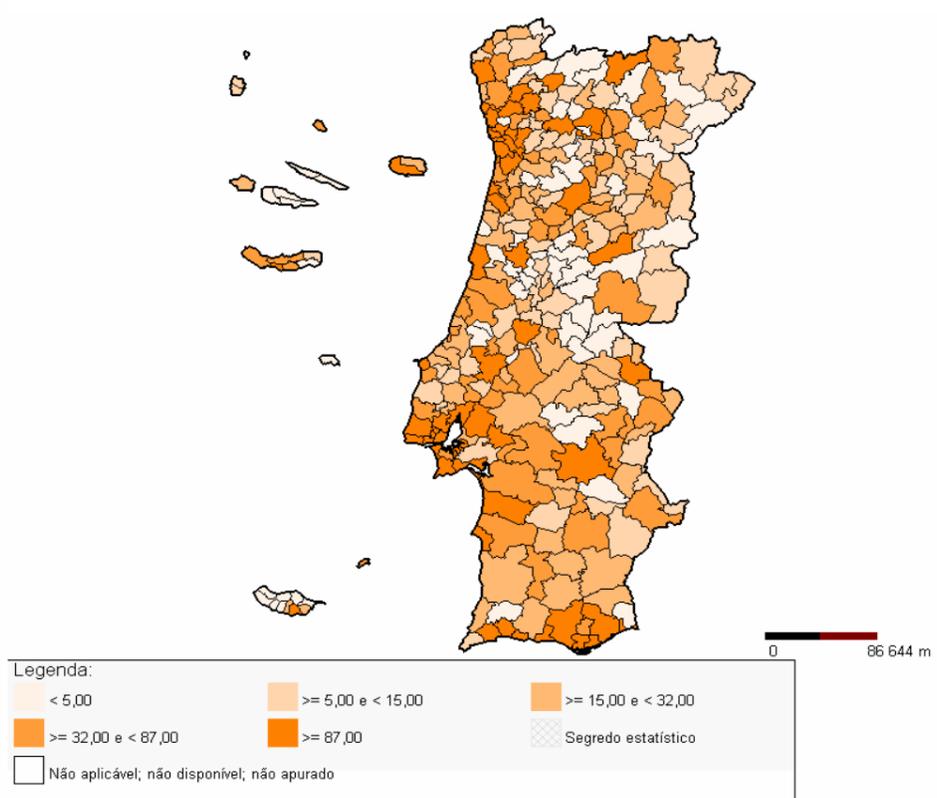


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Alojamentos de residência habitual propriedade de ascendentes ou descendentes em Portugal, 2001



Alojamentos de residência habitual propriedade de empresas públicas em Portugal, 2001

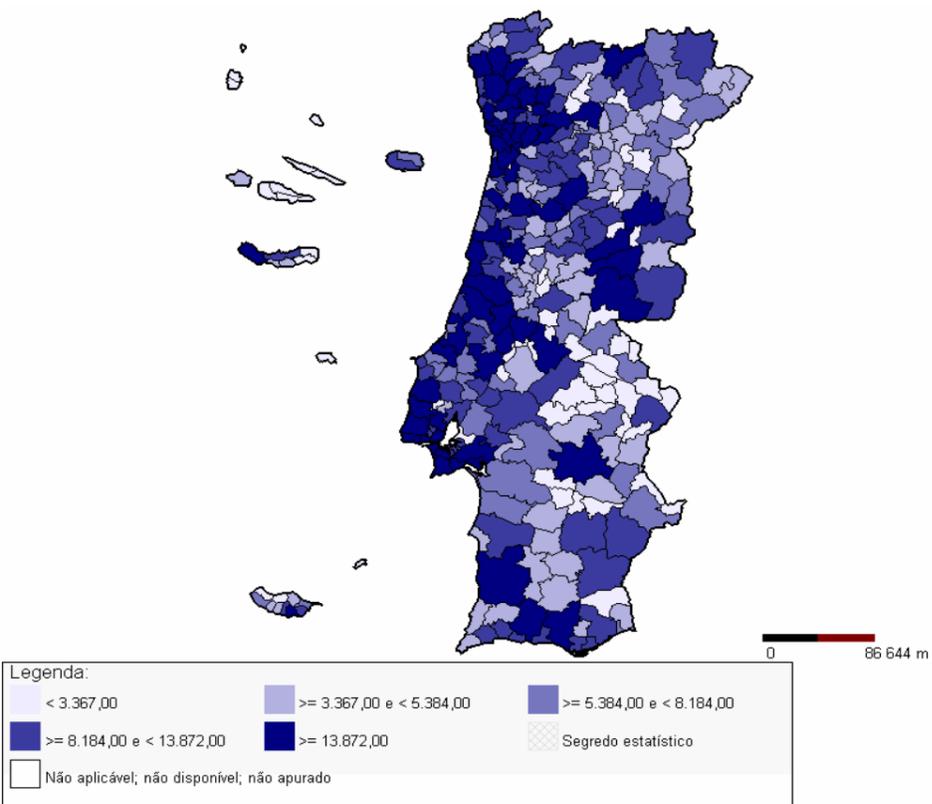


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

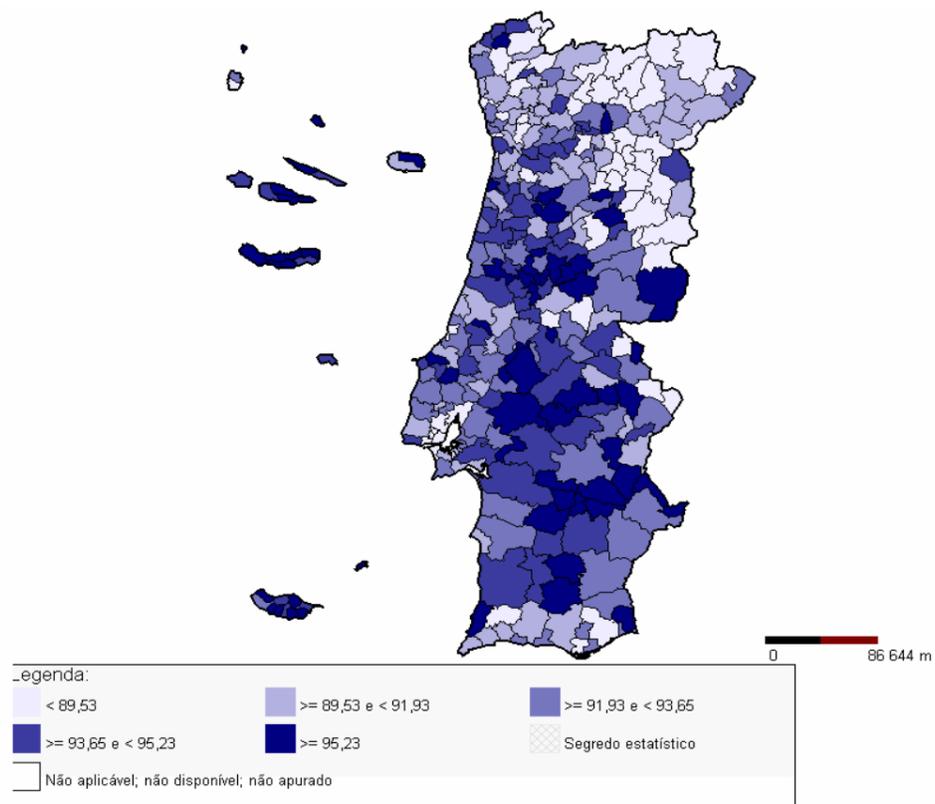
Edifícios

Tipo de Utilização dos Edifícios

Edifícios exclusivamente residenciais em Portugal, 2001

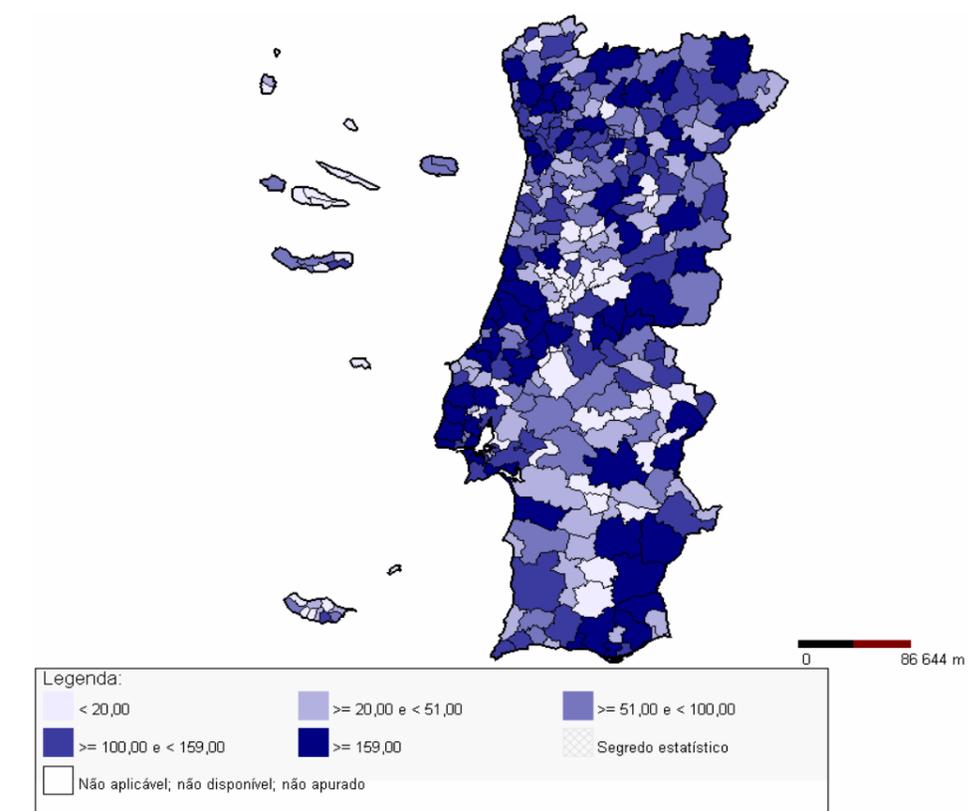


Edifícios exclusivamente residenciais em Portugal, 2001 (%)

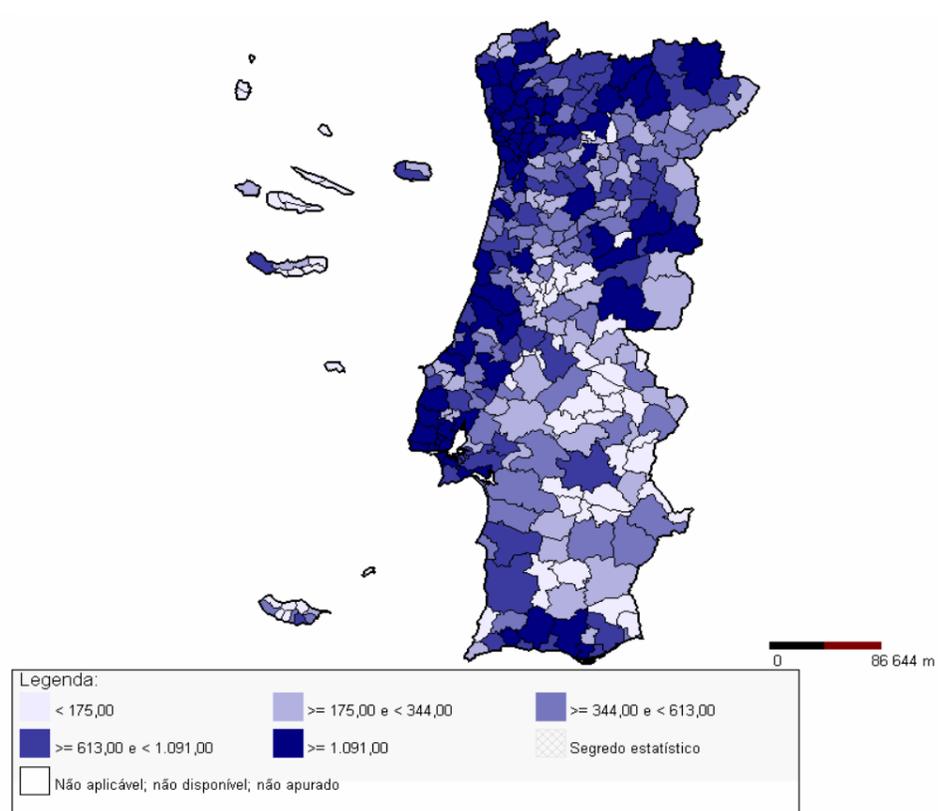


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios exclusivamente não residenciais em Portugal, 2001



Edifícios principalmente residenciais em Portugal, 2001

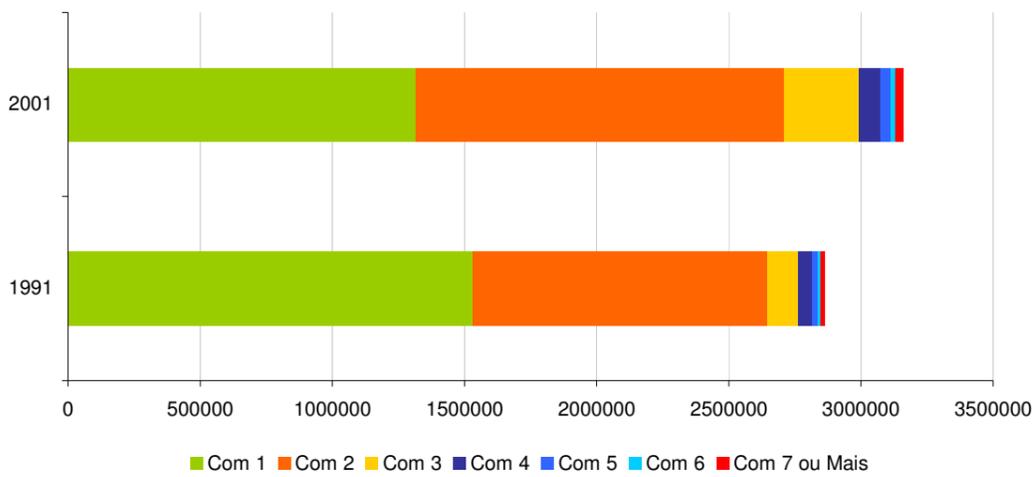


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

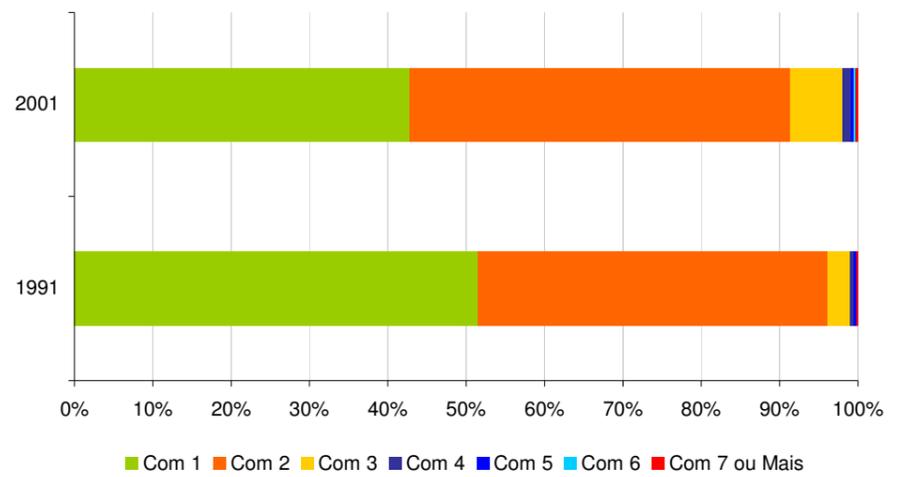
Características dos Edifícios

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 1980, 1991, 2001

Edifícios, segundo o n.º de pavimentos em Portugal, 2001



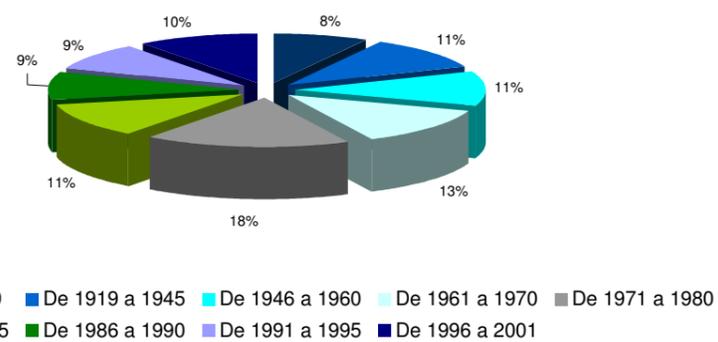
Edifícios, segundo o n.º de pavimentos na Madeira, 2001



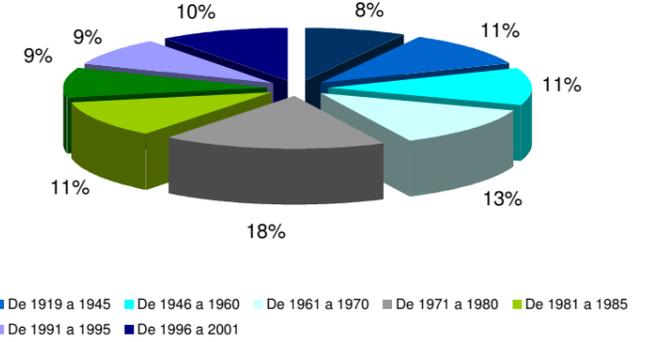
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Edifícios, segundo o número de pavimentos, por época de construção em 2001

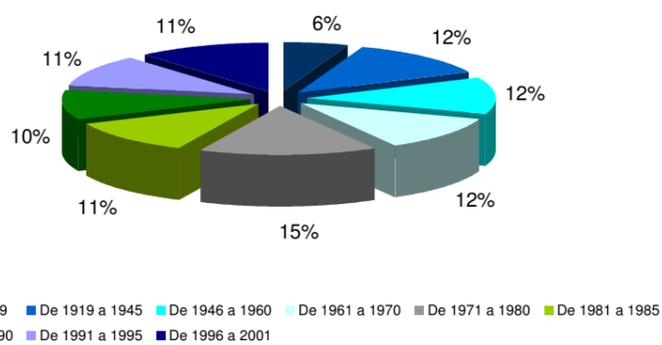
Portugal



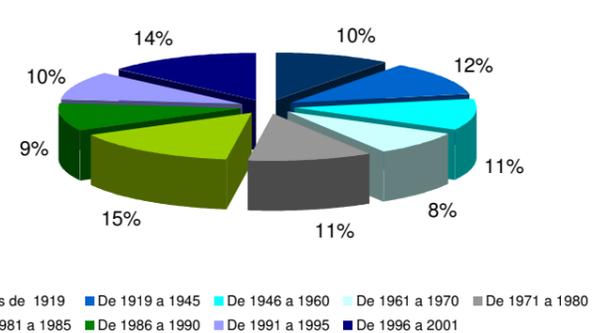
Continente



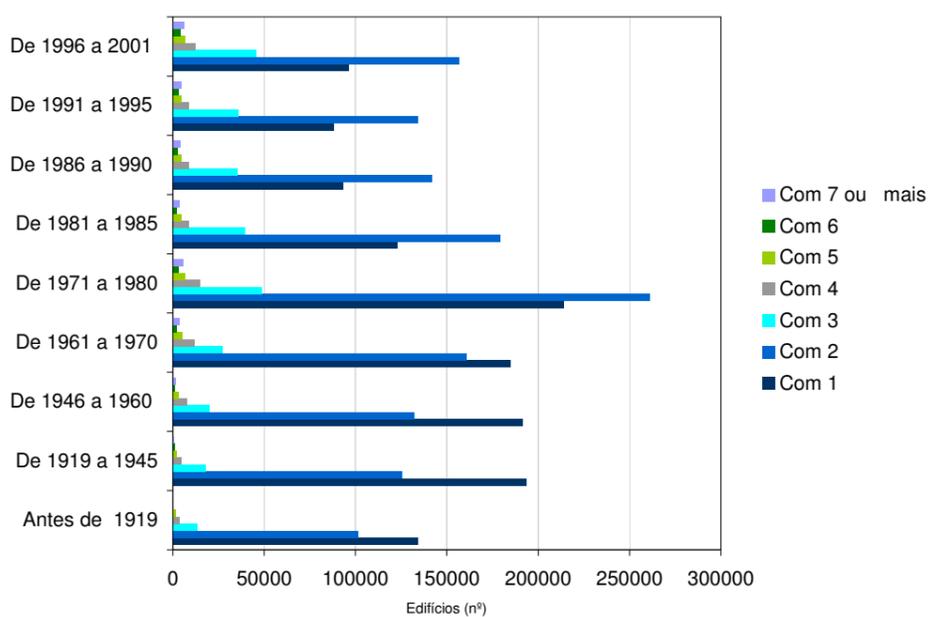
R. A. Madeira



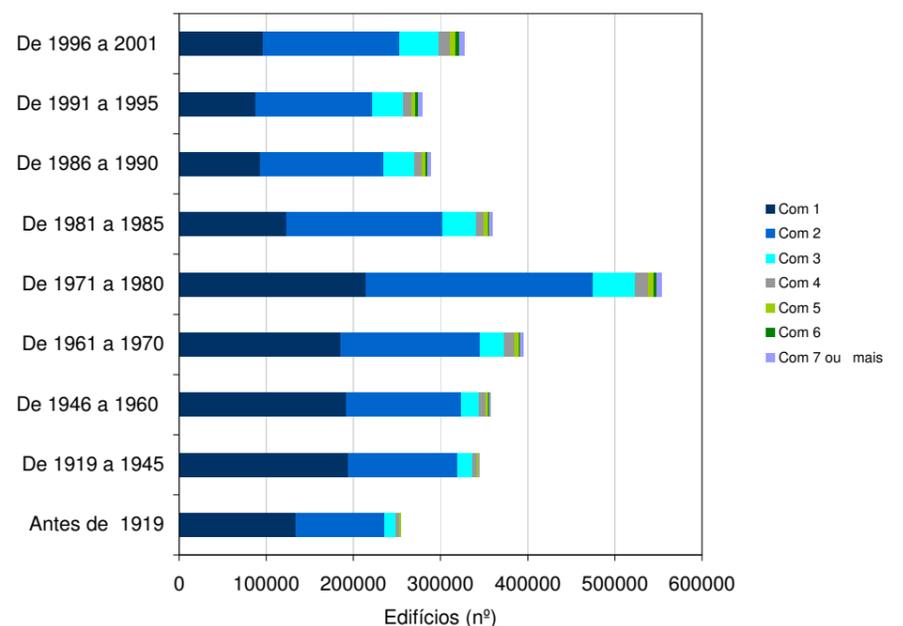
R. A. Açores



Portugal

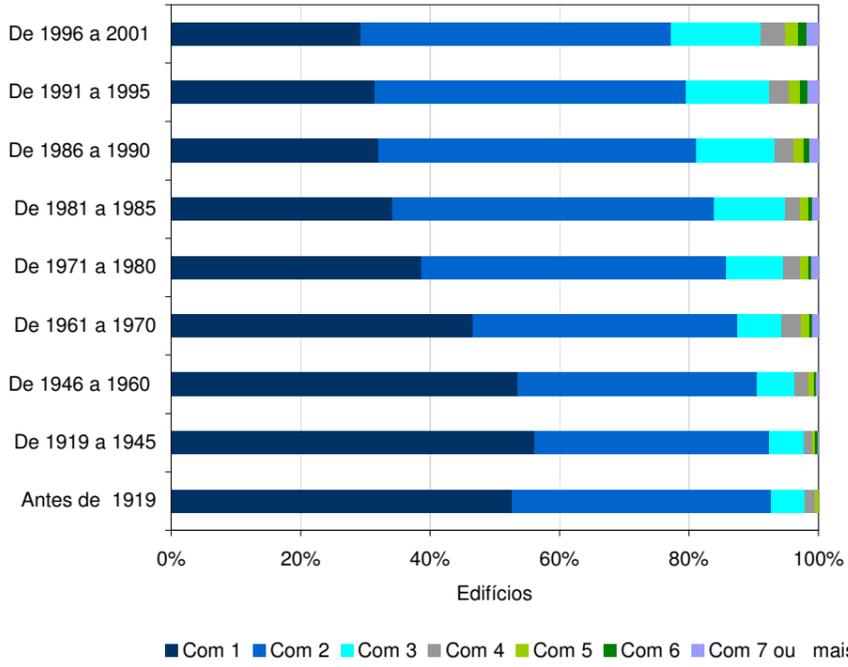


Portugal

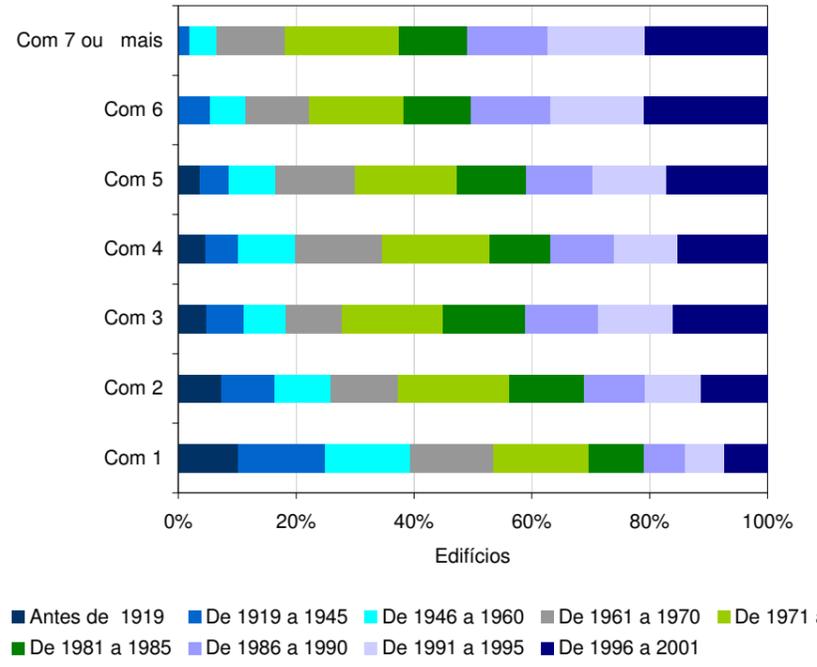


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

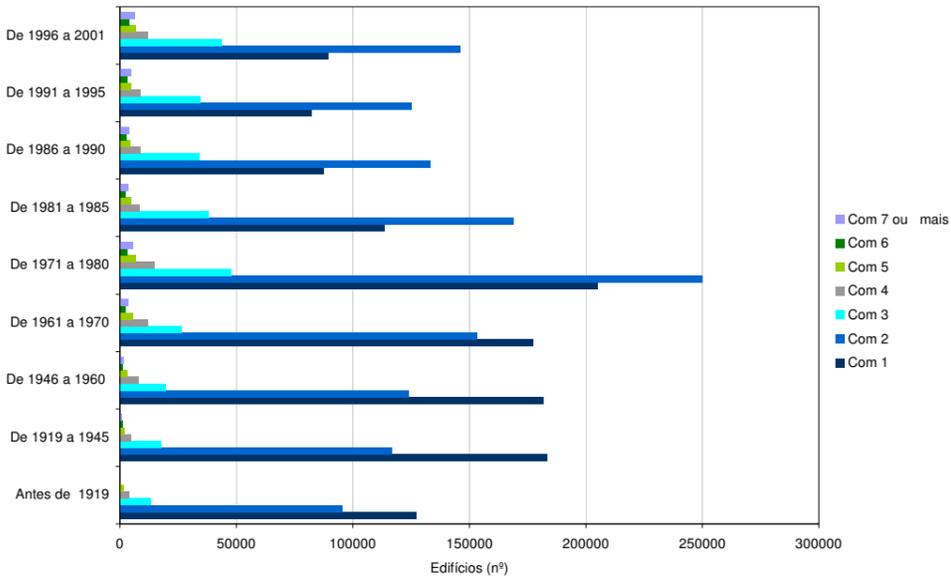
Portugal



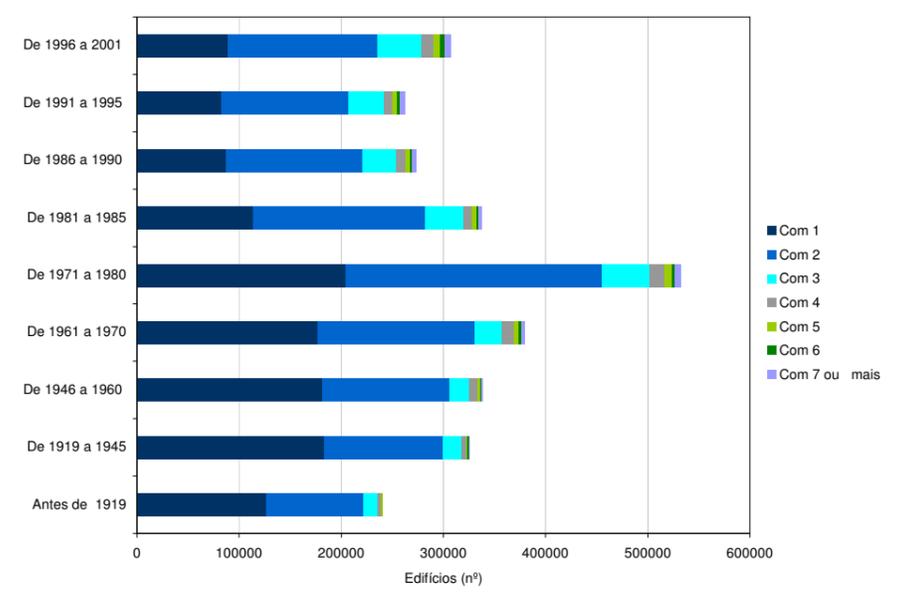
Portugal



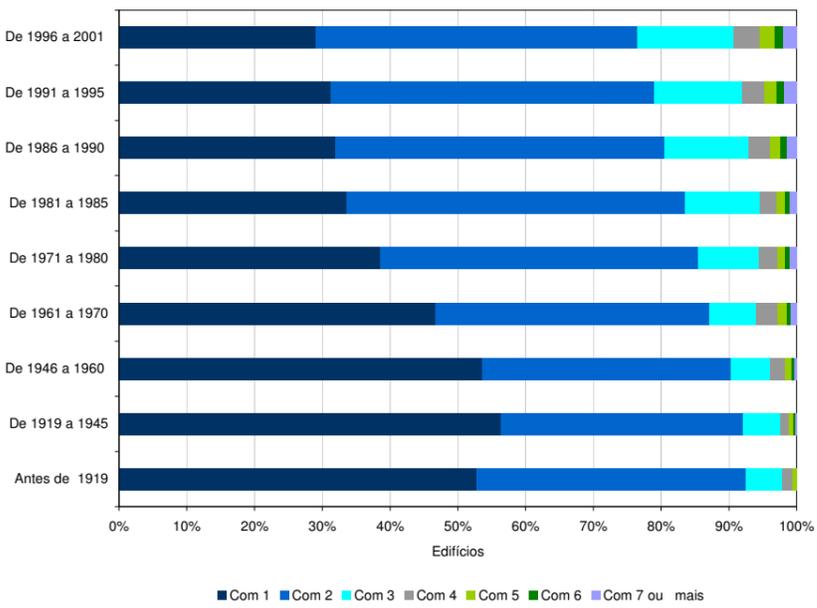
Continente



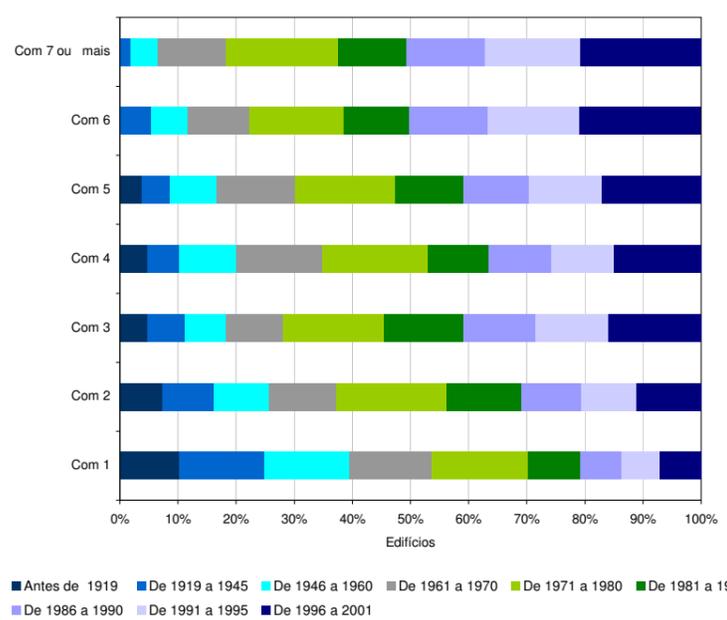
Continente



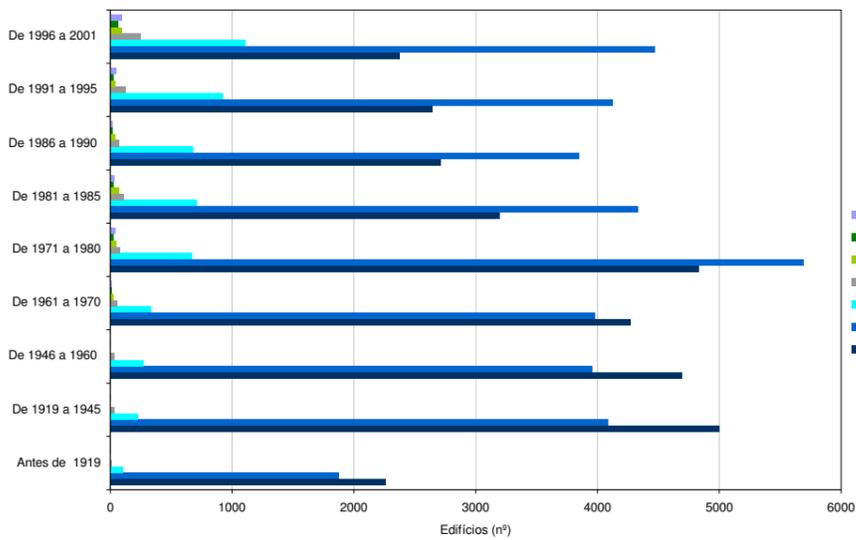
Continente



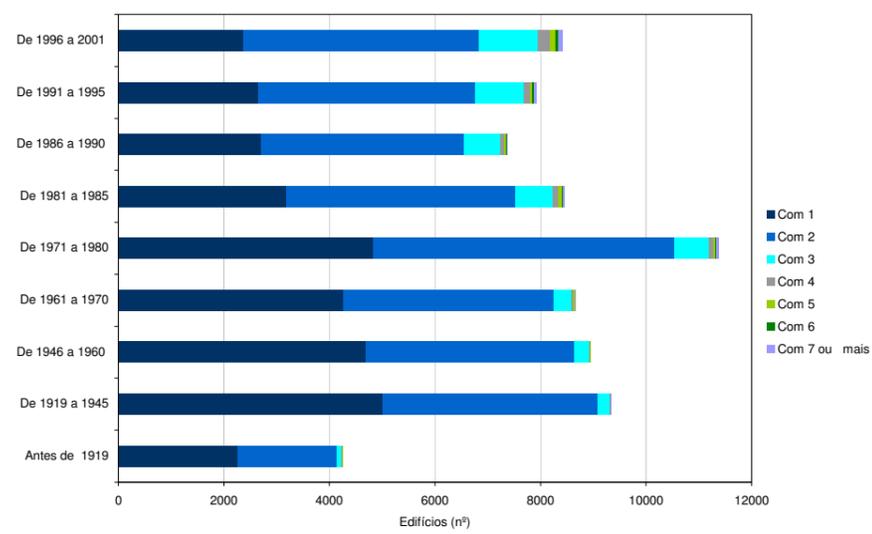
Continente



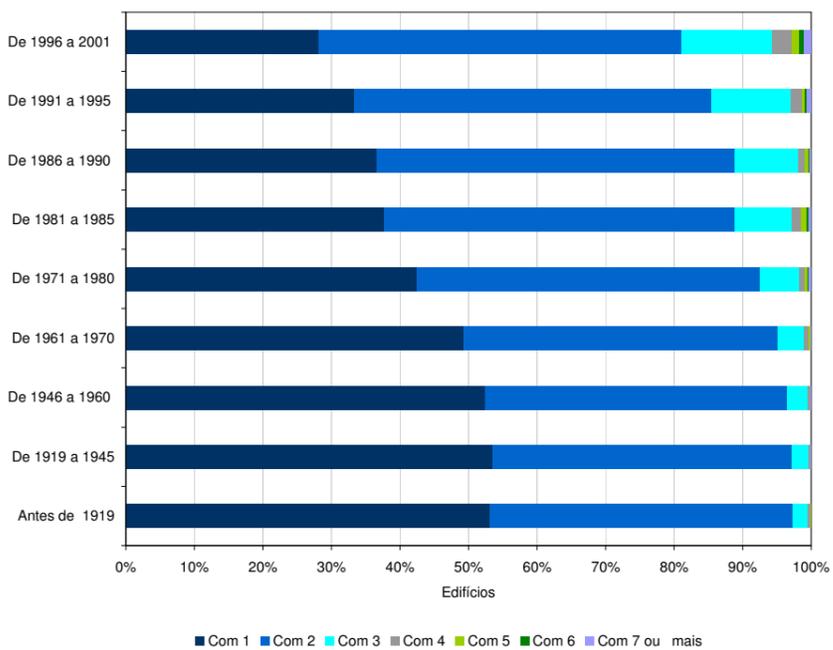
R. A. Madeira



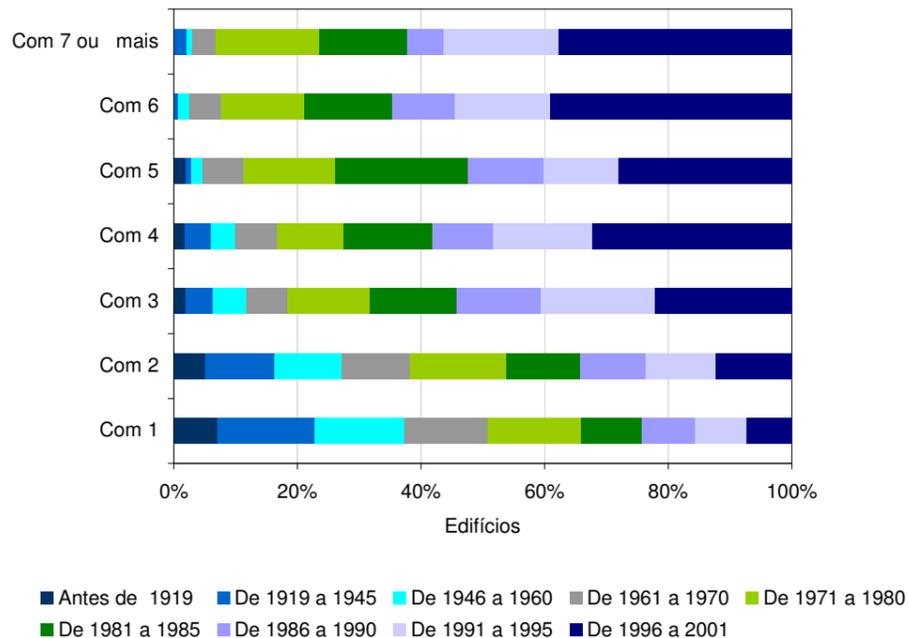
R. A. Madeira



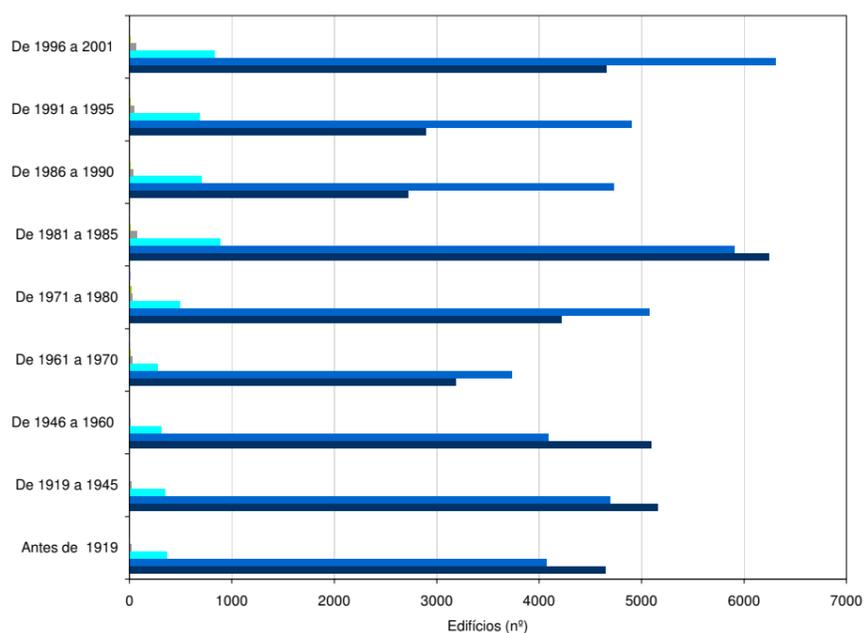
R. A. Madeira



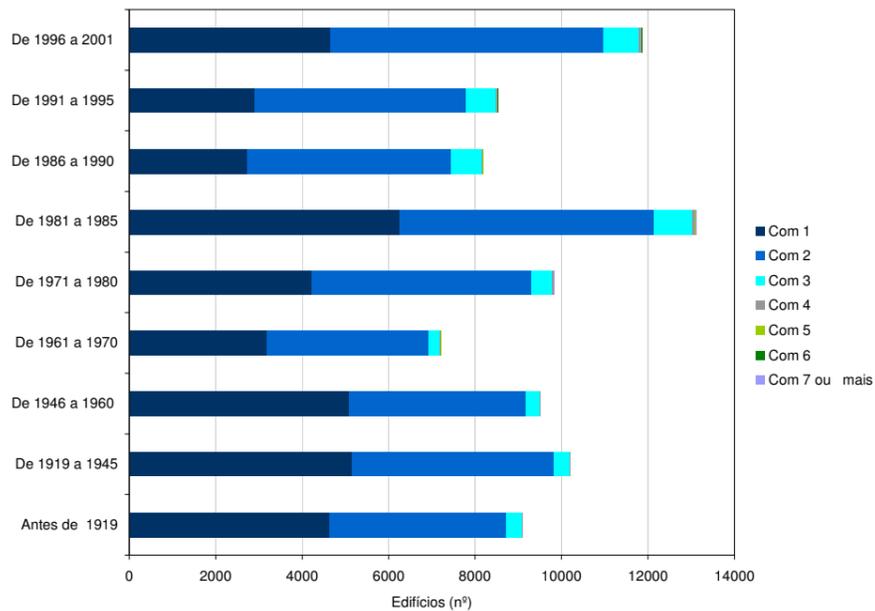
R. A. Madeira



R. A. Açores

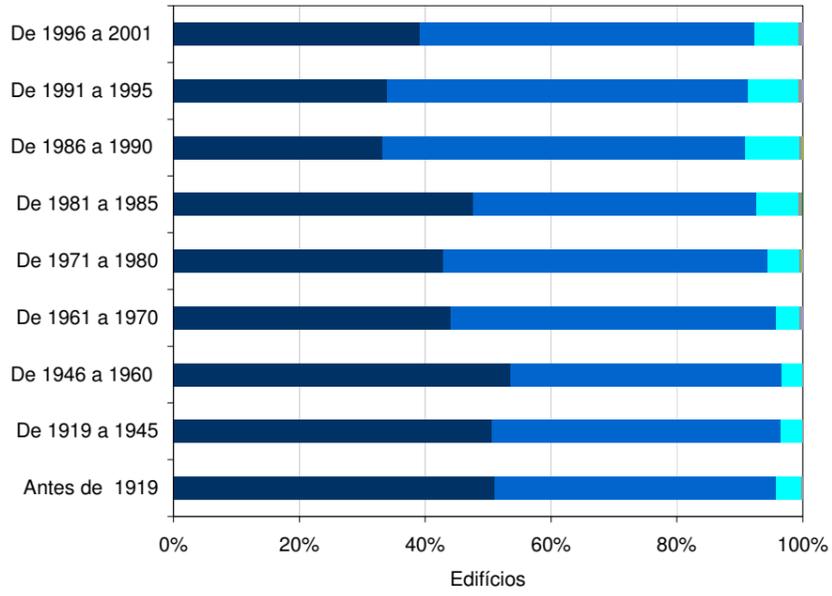


R. A. Açores

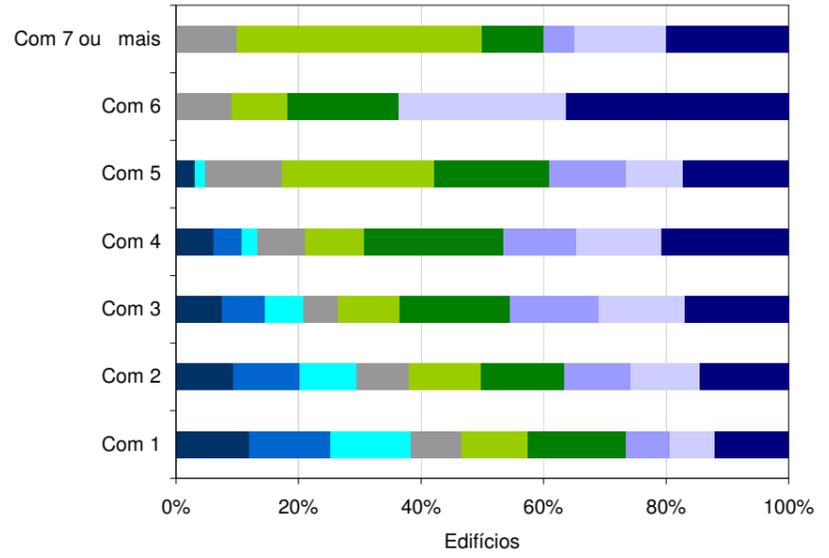


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

R. A. Açores



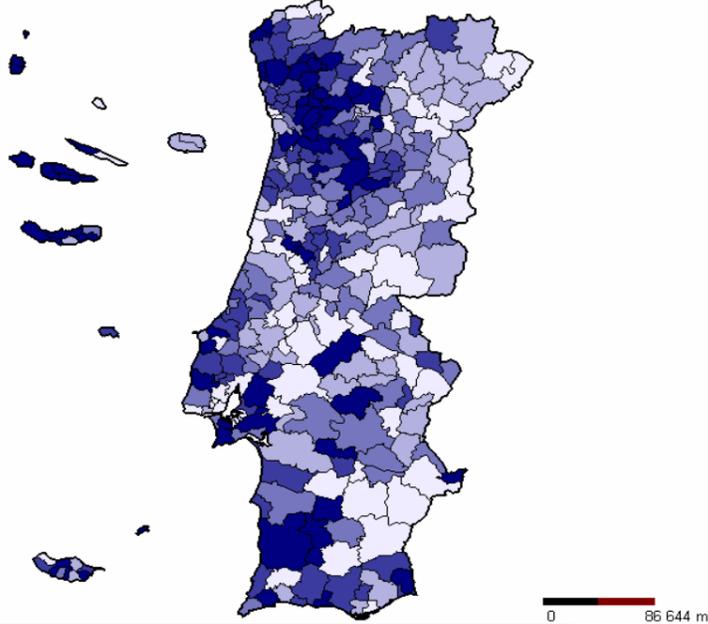
R. A. Açores



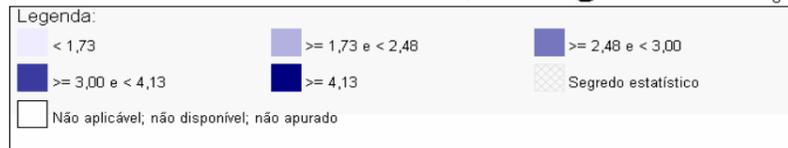
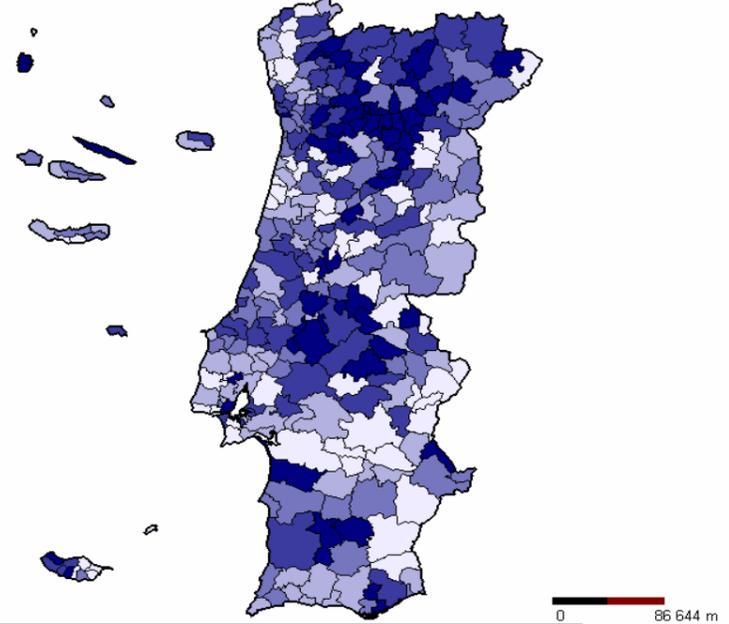
Com 1 Com 2 Com 3 Com 4 Com 5 Com 6 Com 7 ou mais

Antes de 1919 De 1919 a 1945 De 1946 a 1960 De 1961 a 1970 De 1971 a 1980 De 1981 a 1985 De 1986 a 1990 De 1991 a 1995 De 1996 a 2001

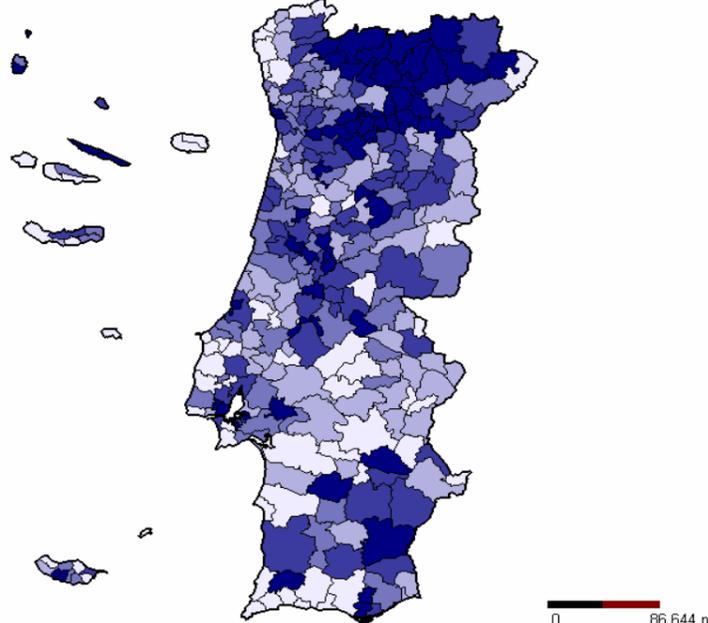
Edifícios construídos depois de 1990 em Portugal, 2001 (%)



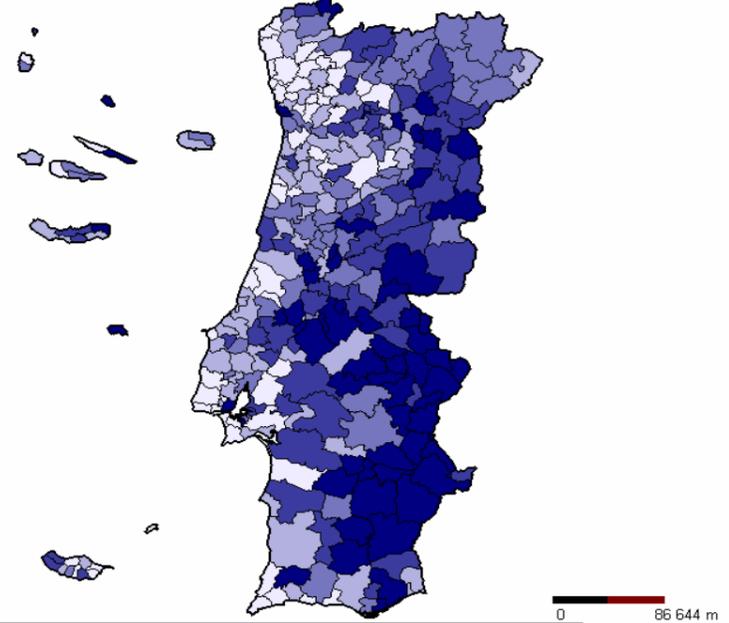
Edifícios muito degradados em Portugal, 2001 (%)



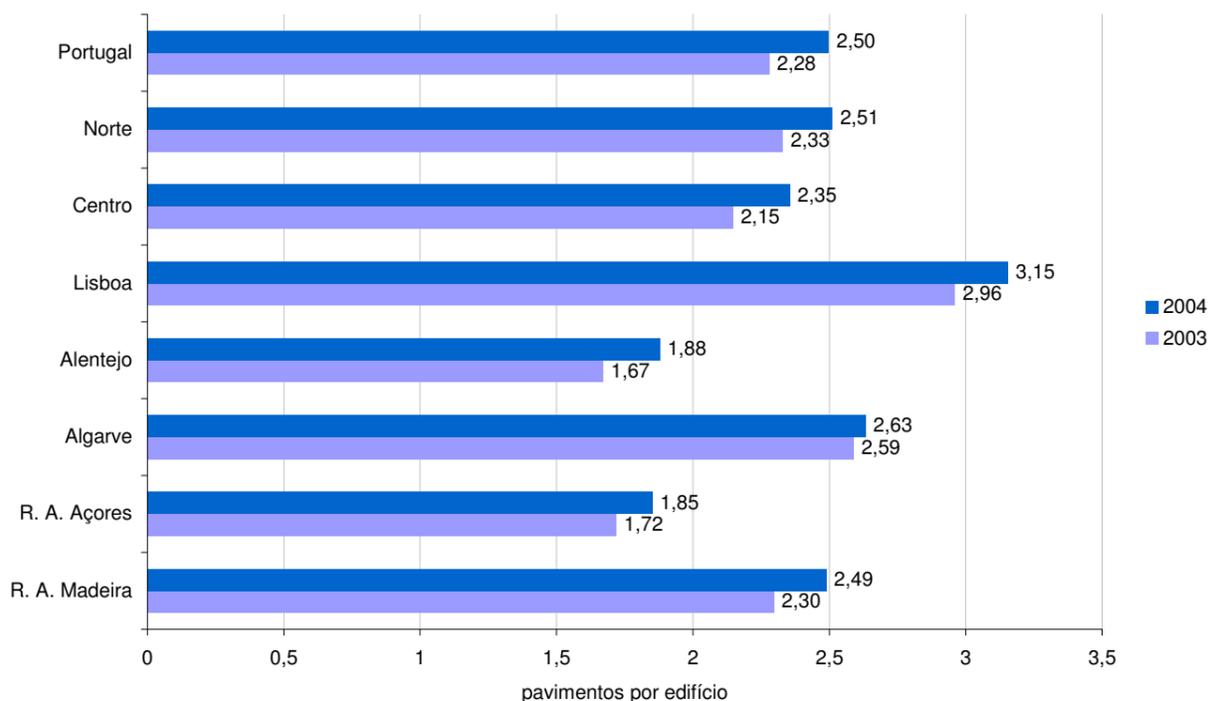
Edifícios com necessidades de reparação em Portugal, 2001 (%)



Índice de envelhecimento dos edifícios em Portugal, 2001

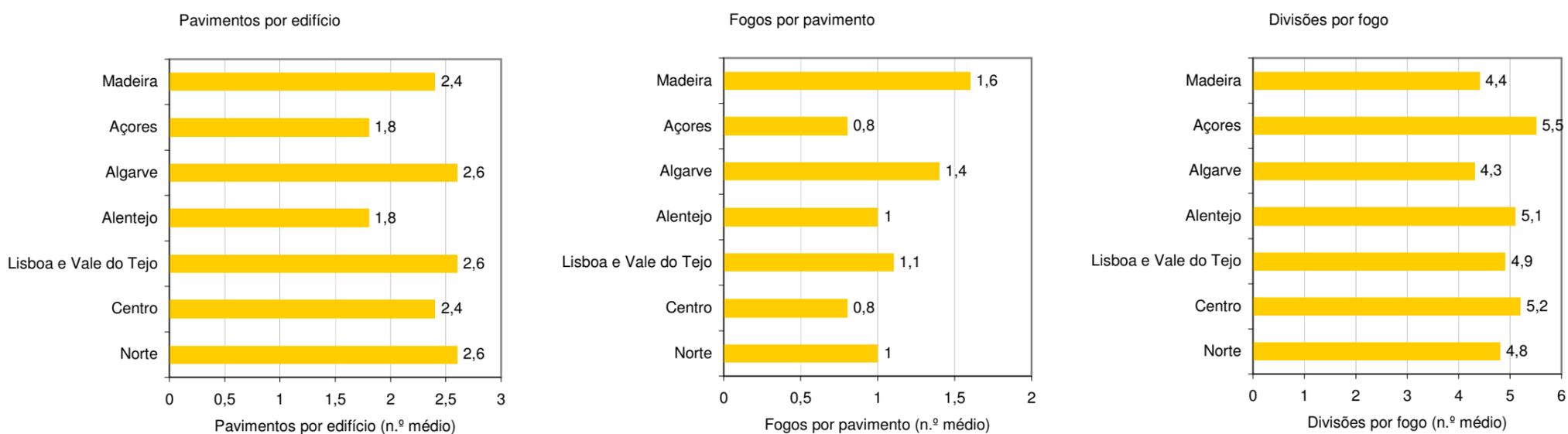


Pavimentos por edifício, em Portugal e por NUTS II, em 2003 e 2004.



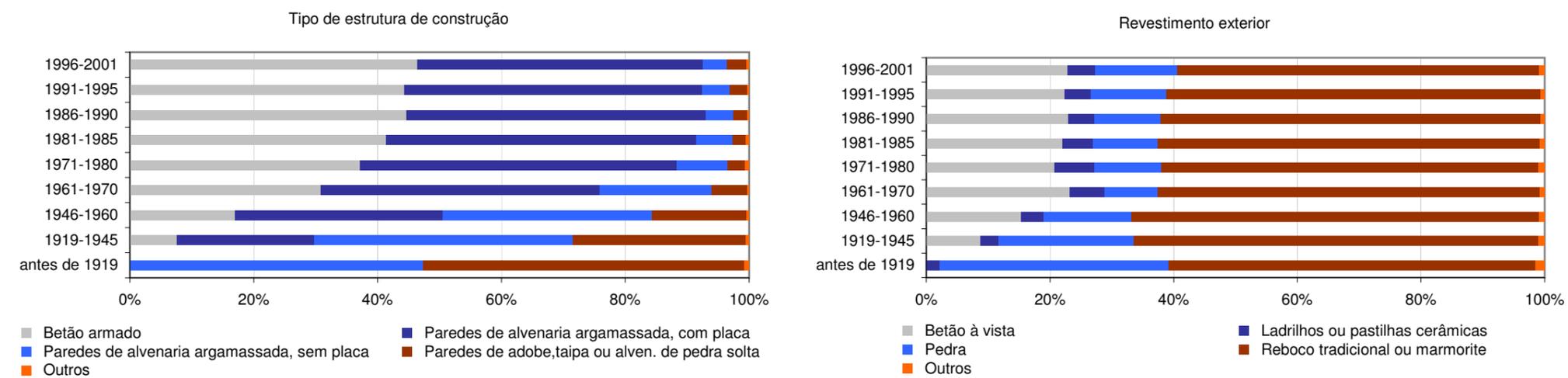
Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, capítulo "Construção e Habitação". INE. 2004.

Média de pavimentos por edifício, de fogos por pavimento e de divisões por fogo, de construção nova para habitação em 2001



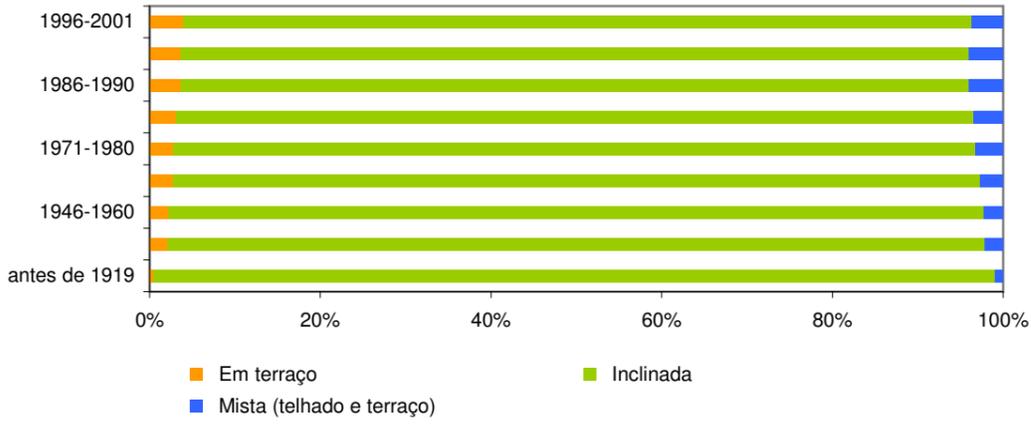
Fonte: Retrato Territorial de Portugal, capítulo "Construção e Habitação". INE, 2003

Edifícios, segundo a época de construção, por principais materiais utilizados na construção em 2001



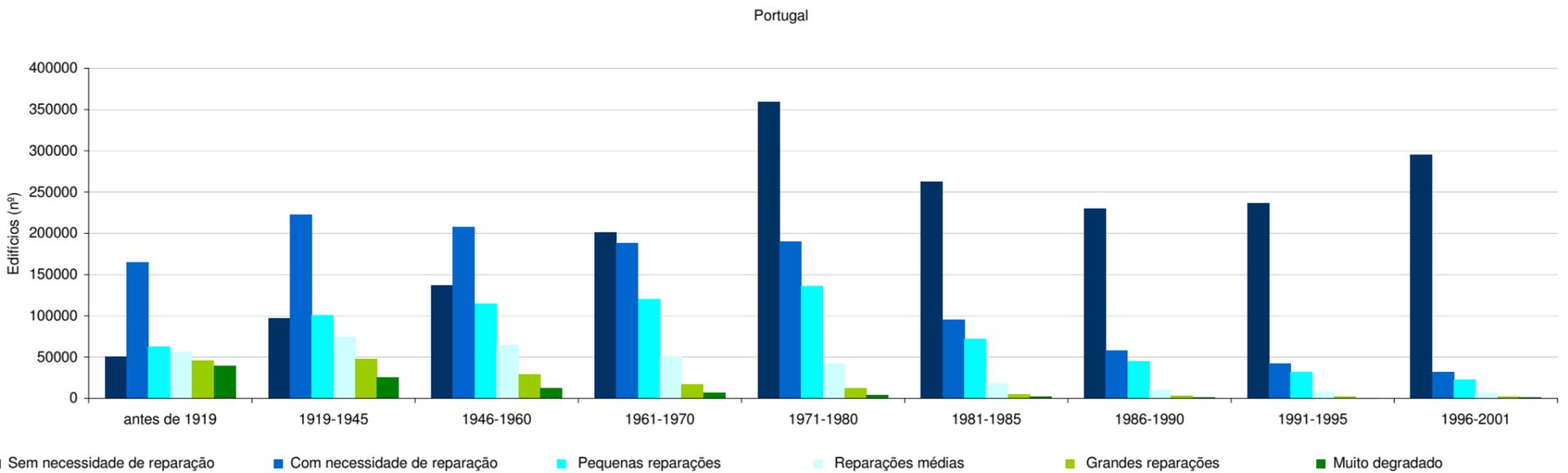
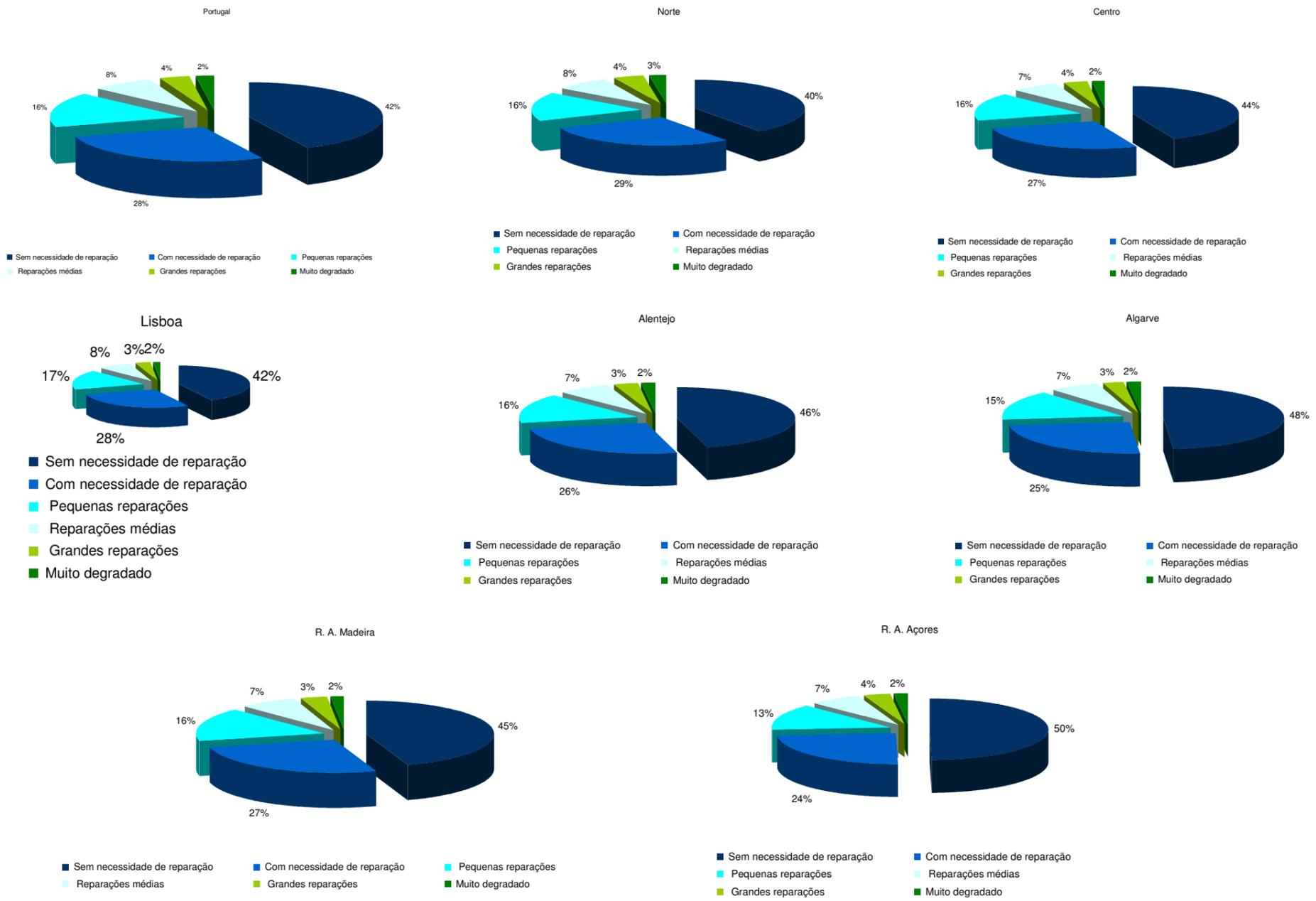
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 1980, 1991, 2001

Cobertura



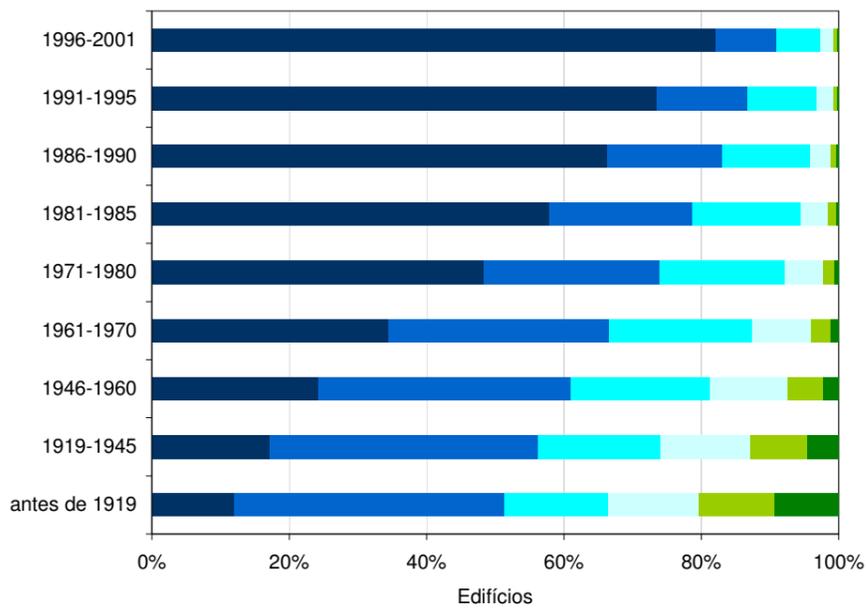
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 1980, 1991, 2001

Edifícios, segundo a época de construção por estado de conservação em 2001.



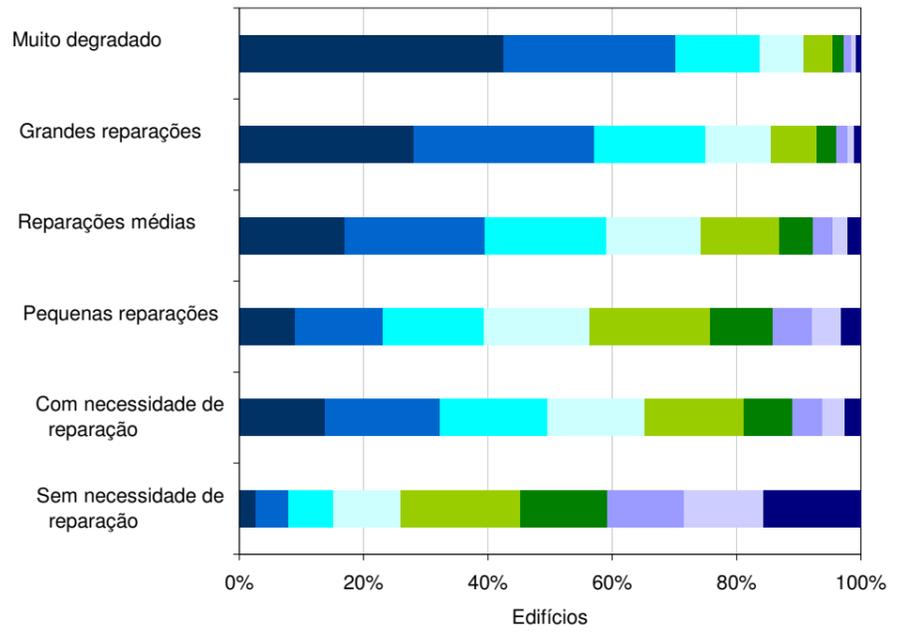
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Portugal



■ Sem necessidade de reparação ■ Com necessidade de reparação
■ Pequenas reparações ■ Reparções médias
■ Grandes reparações ■ Muito degradado

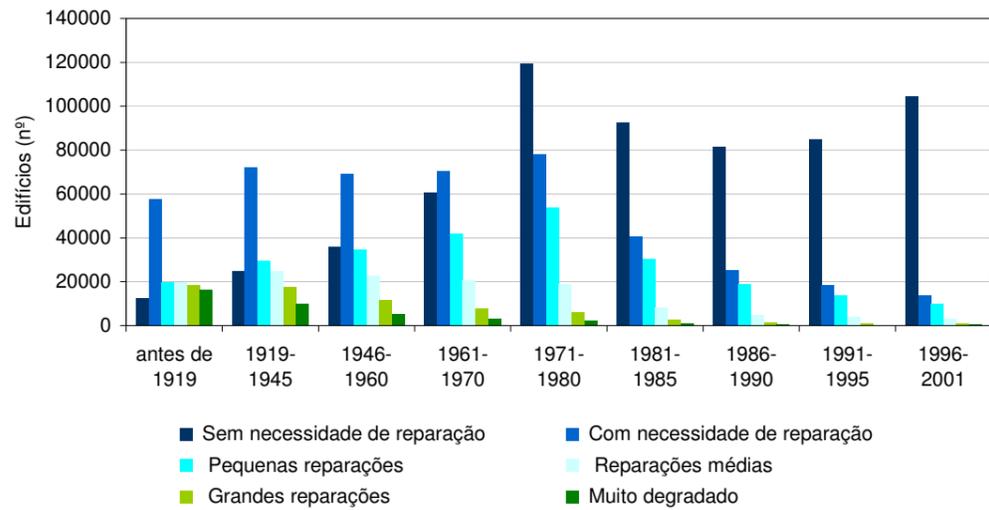
Portugal



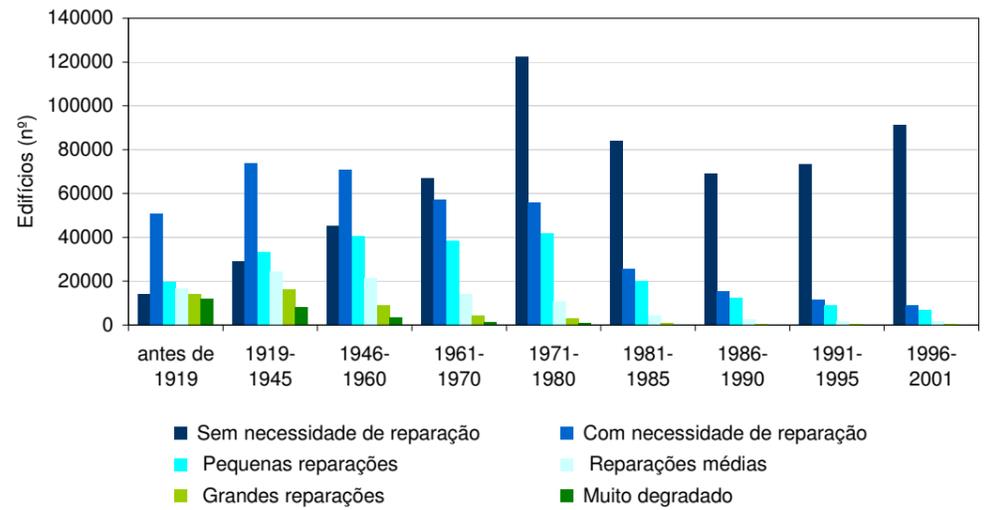
■ antes de 1919 ■ 1919-1945 ■ 1946-1960 ■ 1961-1970 ■ 1971-1980
■ 1981-1985 ■ 1986-1990 ■ 1991-1995 ■ 1996-2001

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

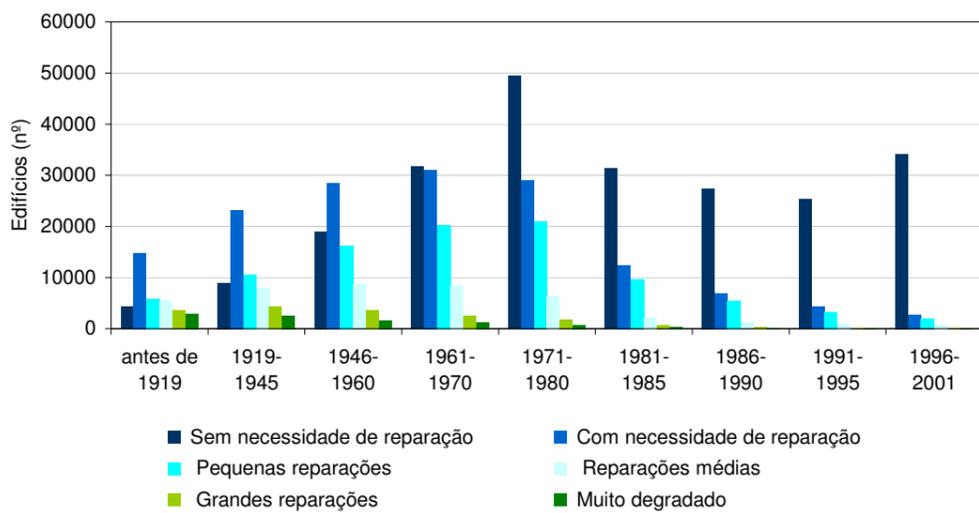
Norte



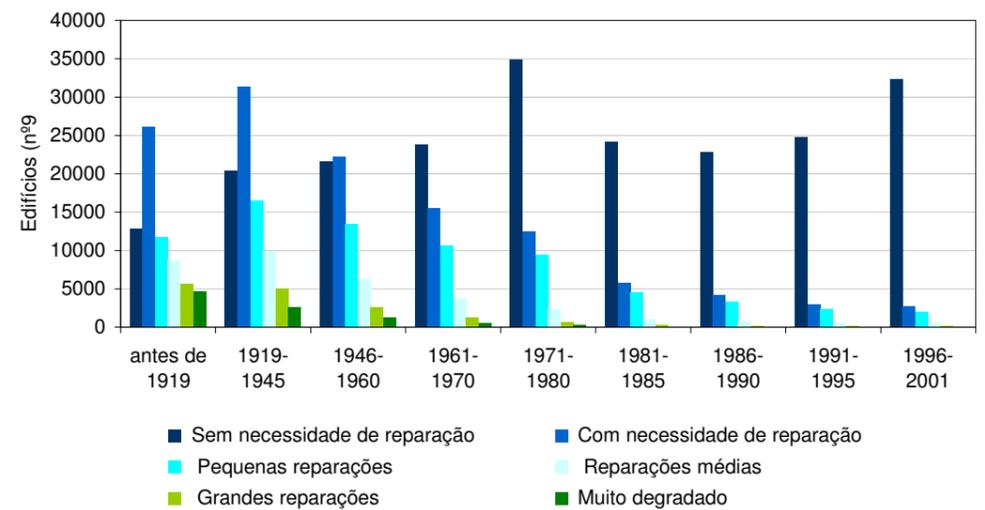
Centro



Lisboa

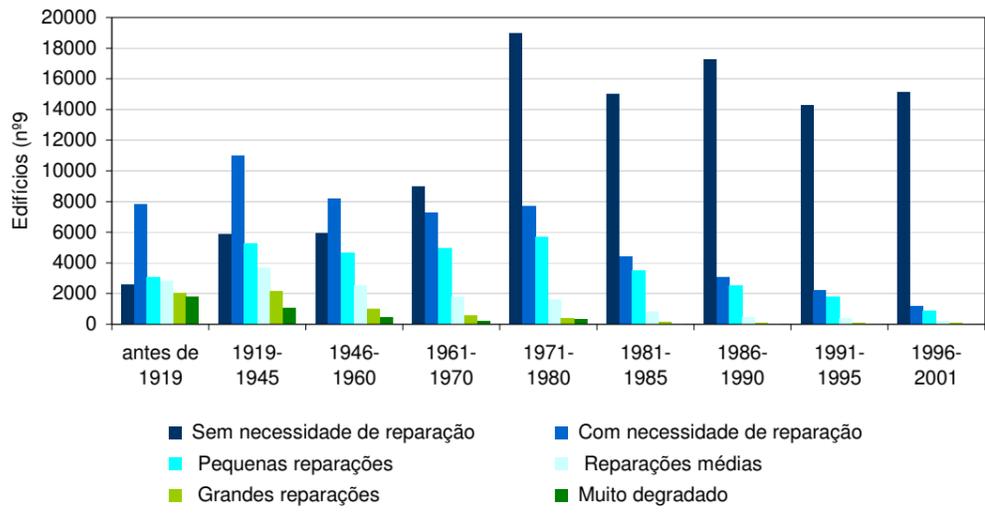


Alentejo

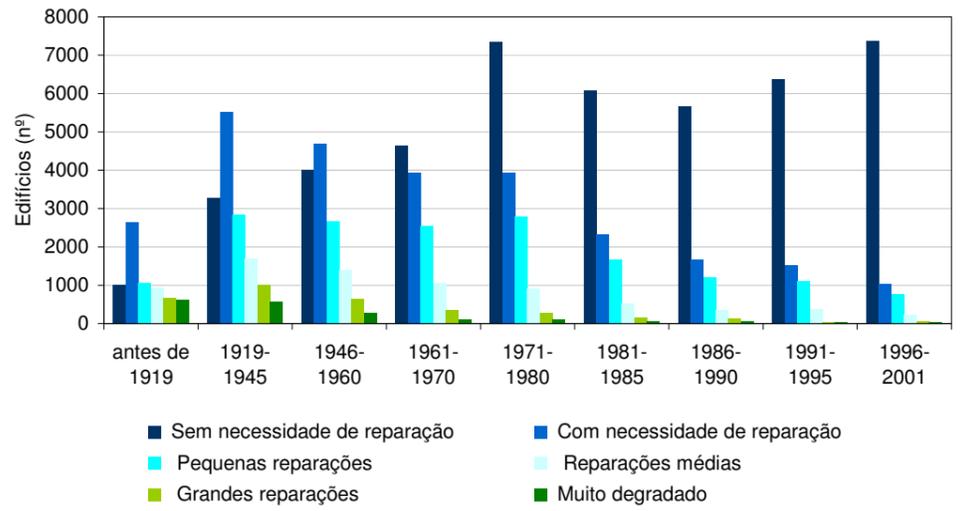


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Algarve

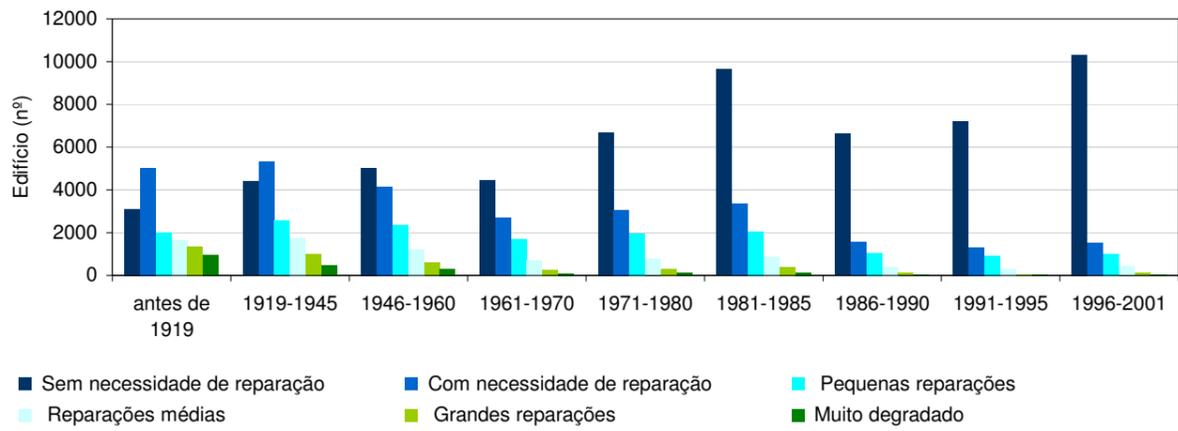


R. A. Madeira

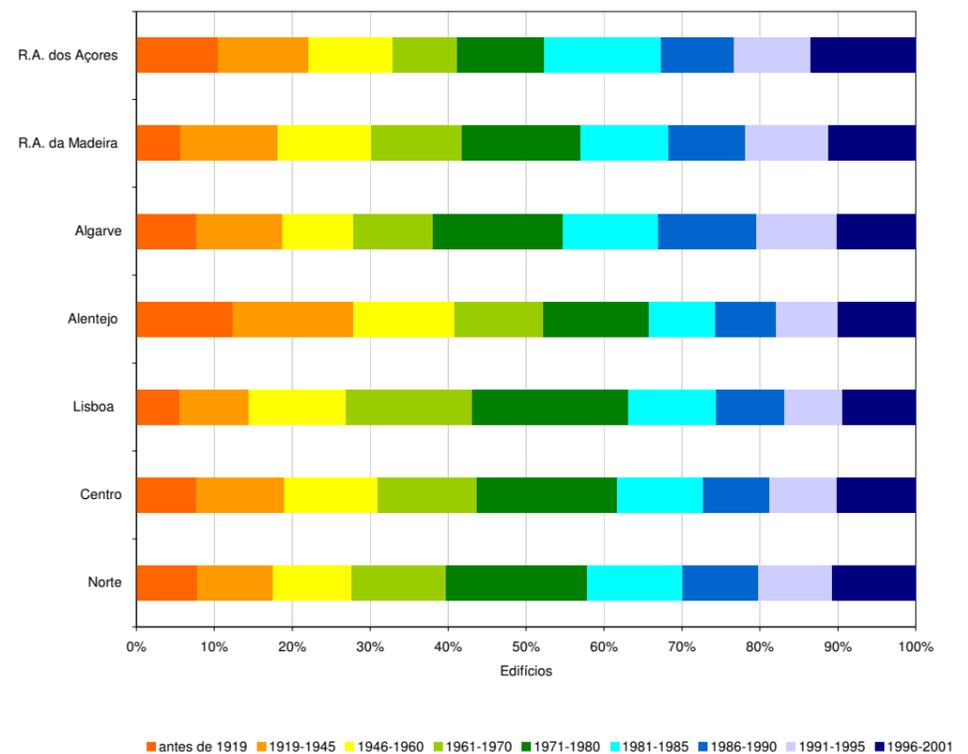
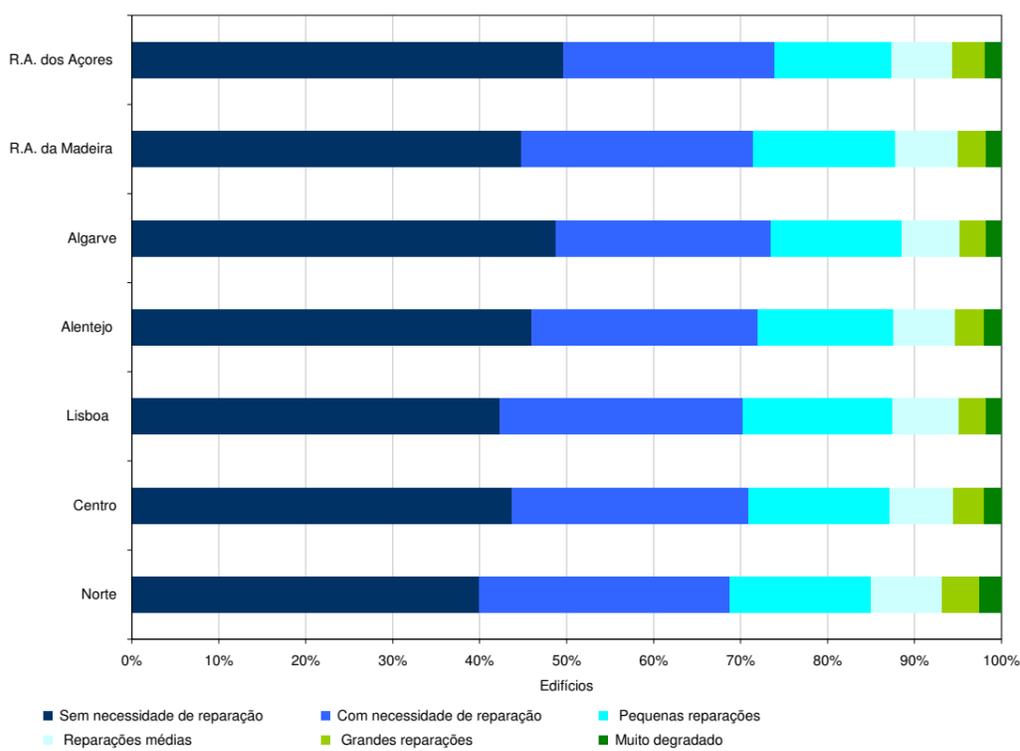


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

R. A. Açores



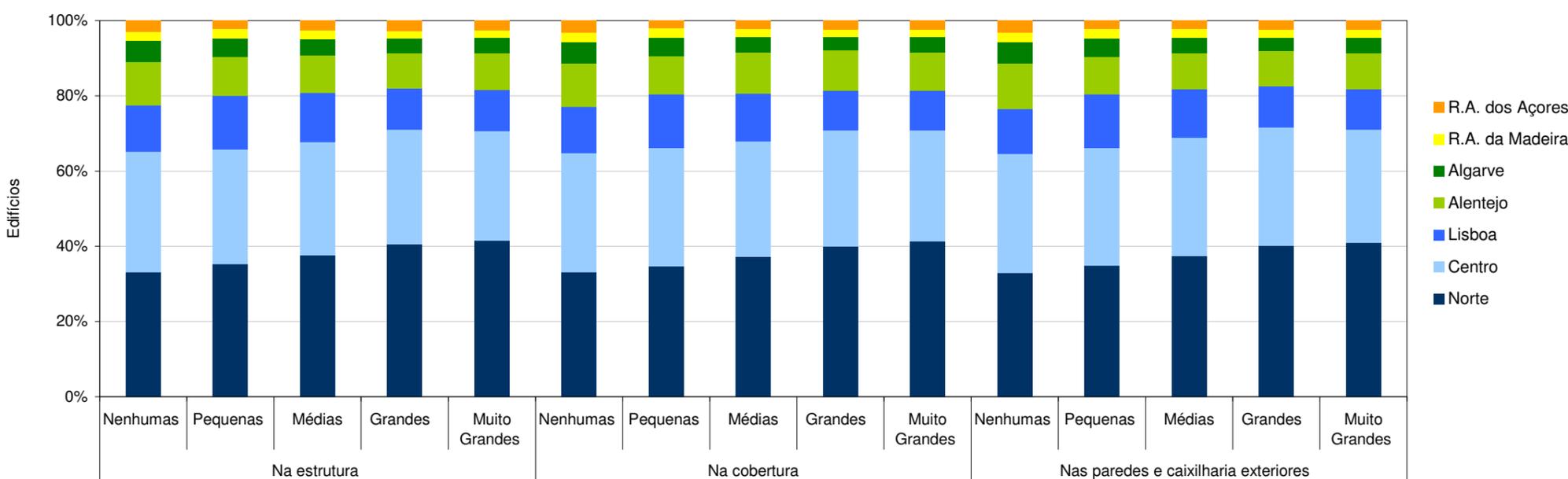
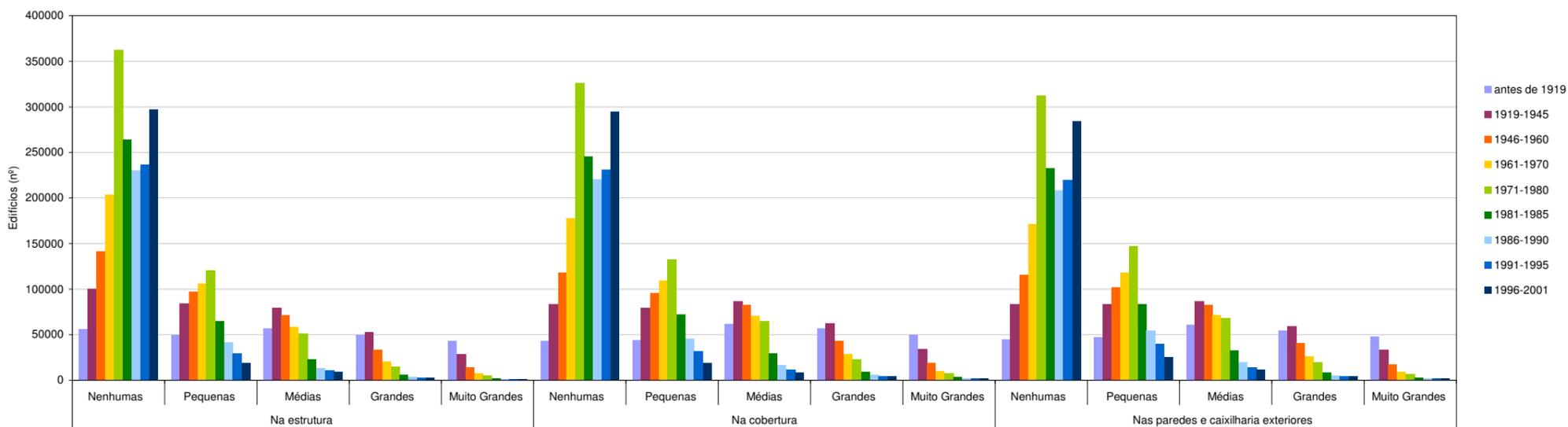
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios segundo a época de construção em 2001

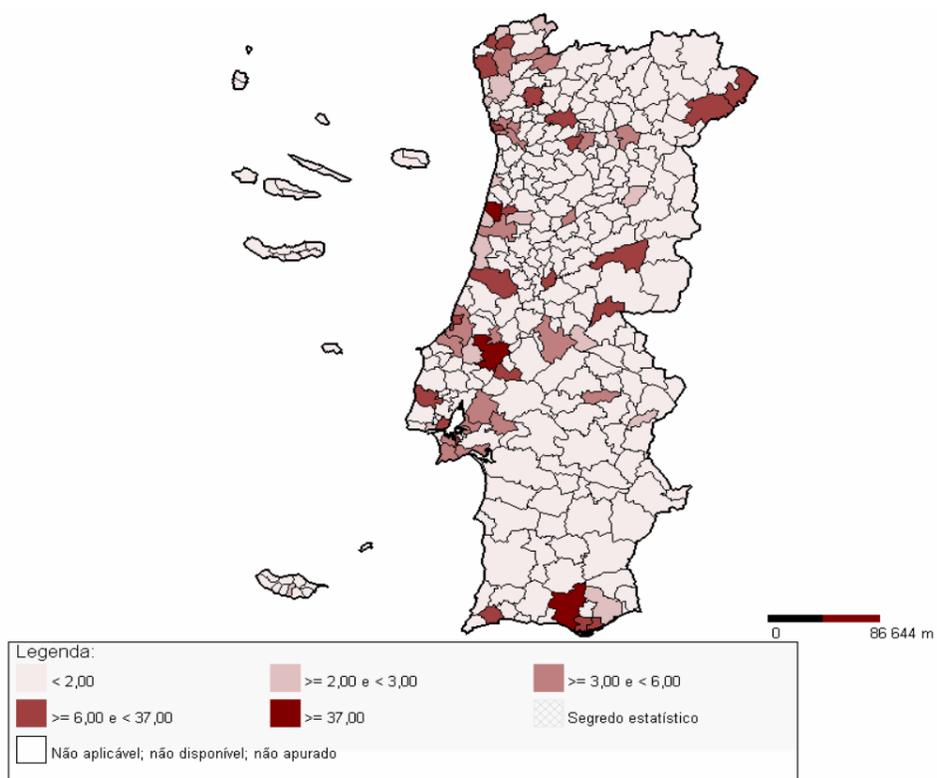
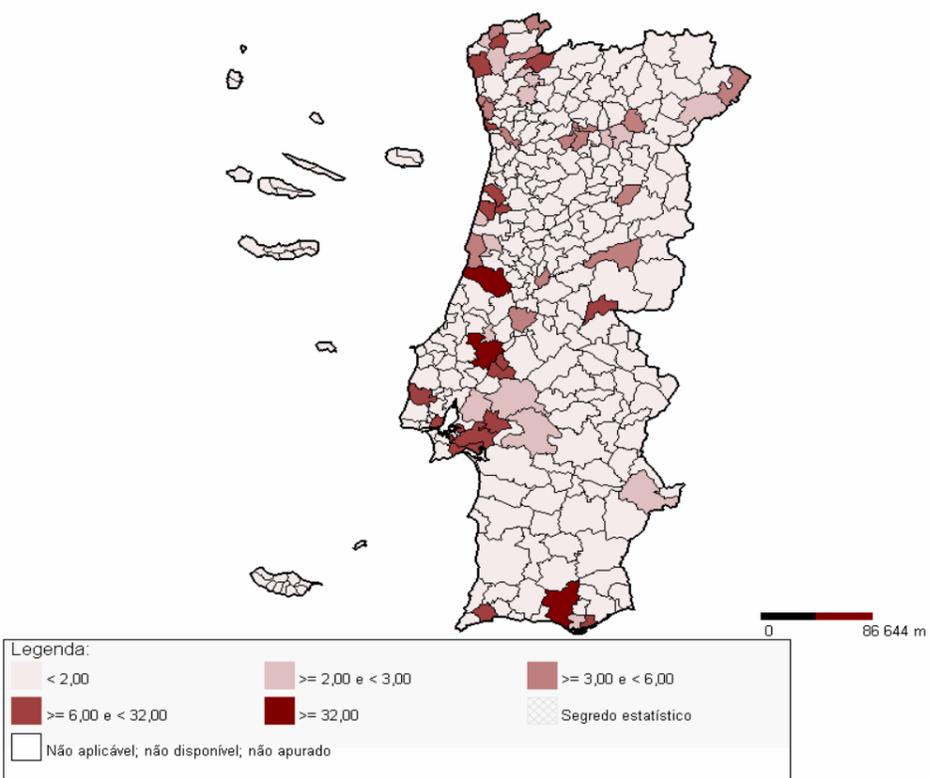
Portugal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

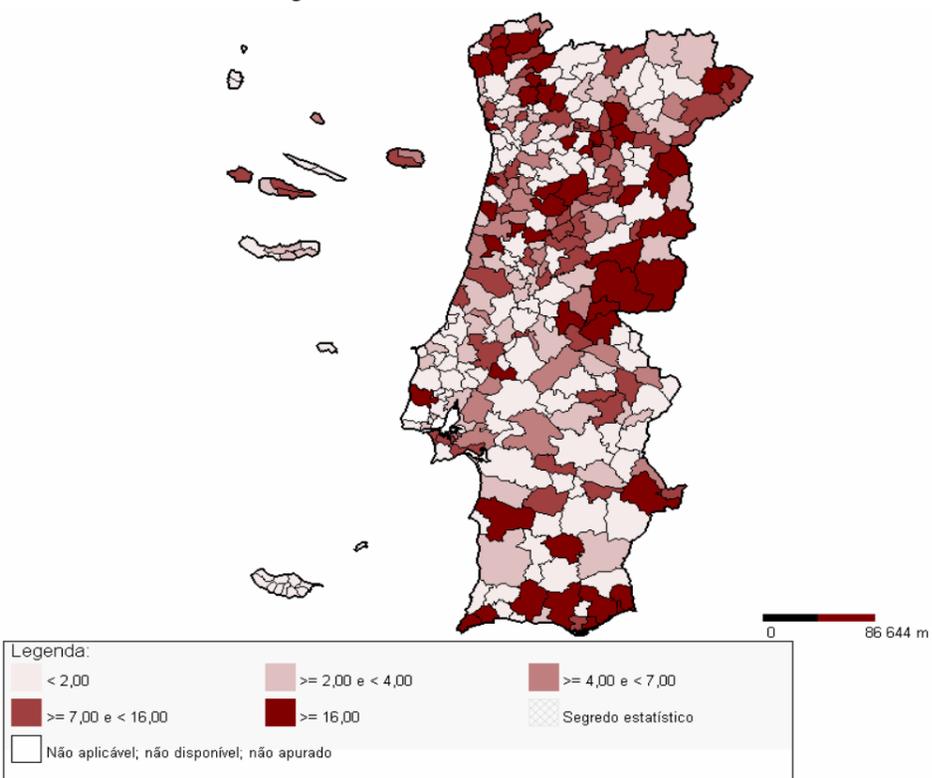
Edifícios demolidos em Portugal em 2000

Edifícios demolidos em Portugal em 2001



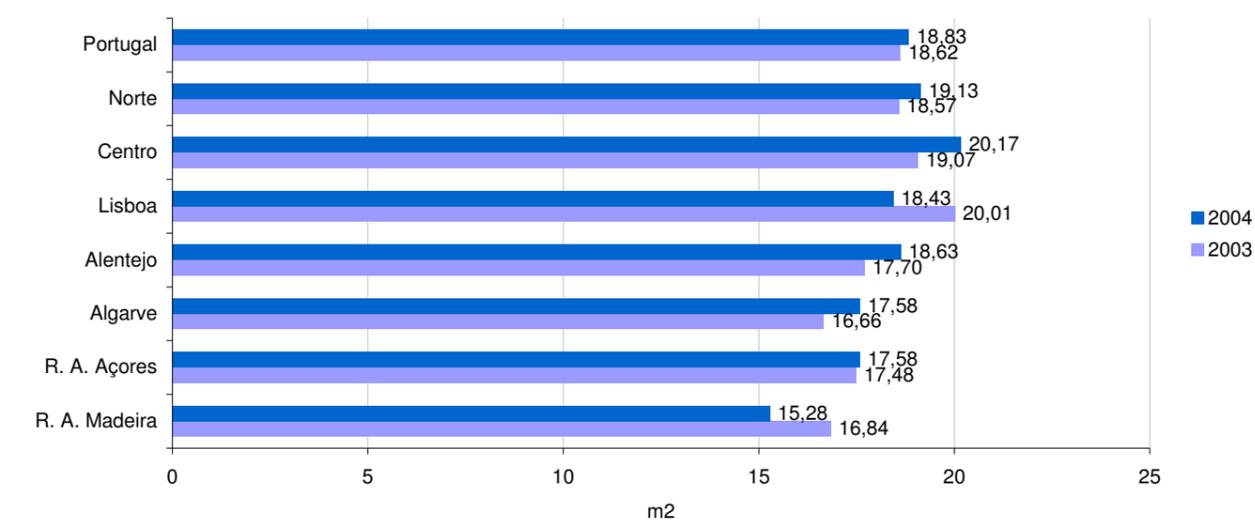
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios demolidos em Portugal em 2002



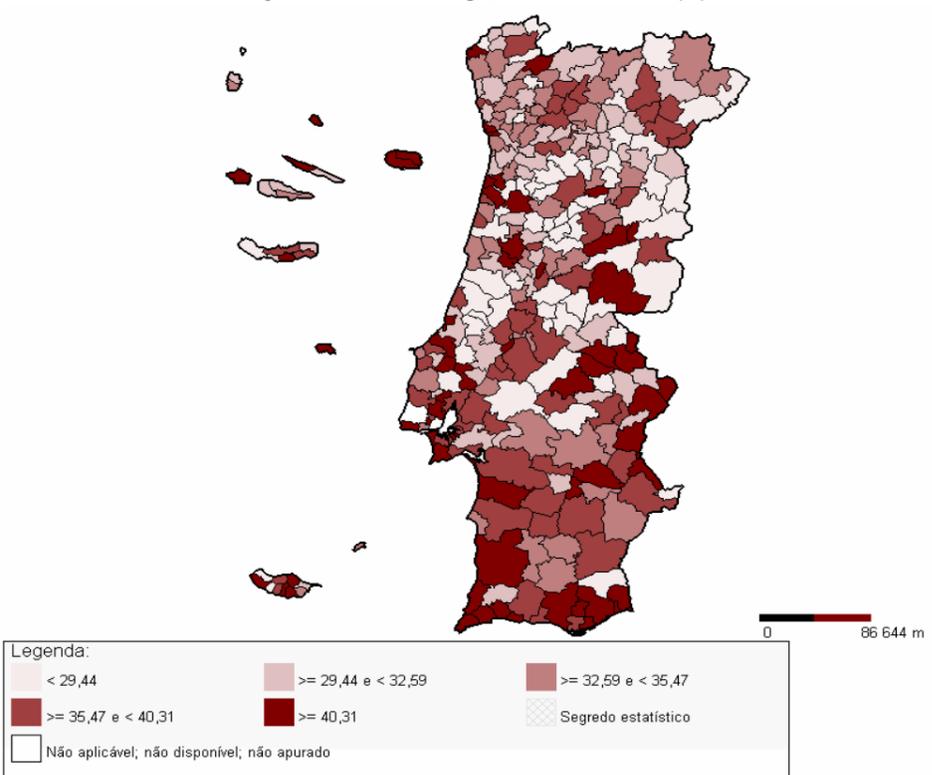
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Superfície habitável média por divisão, em Portugal e por NUTS II, em 2003 e 2004



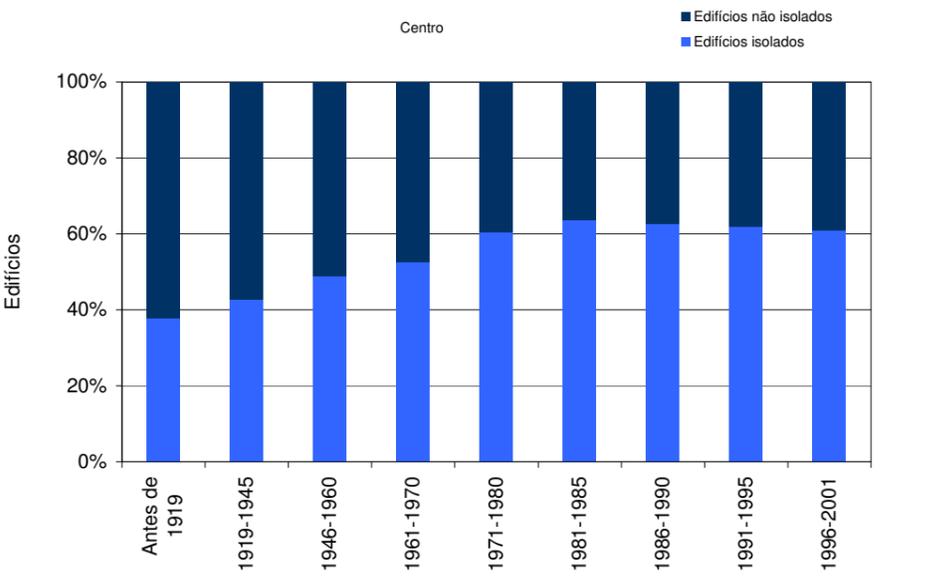
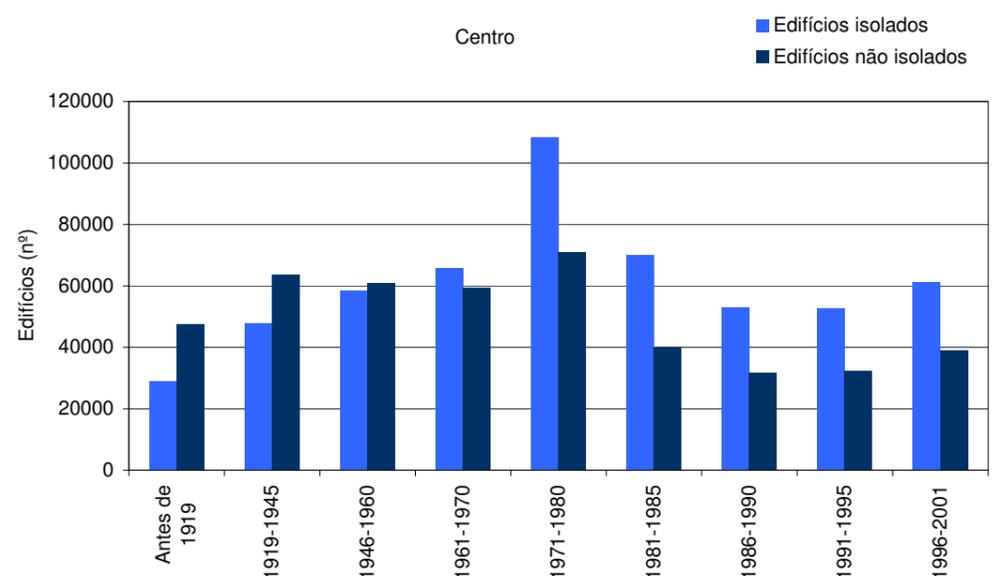
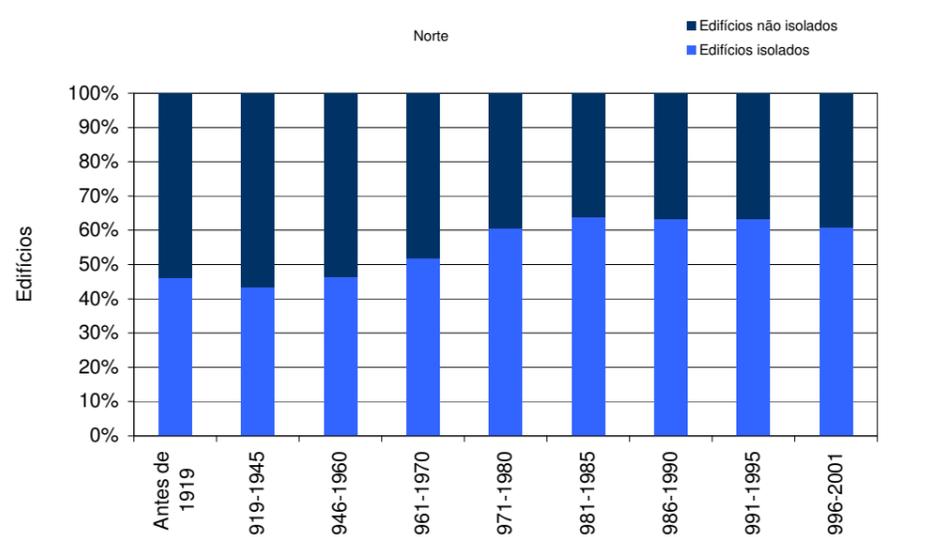
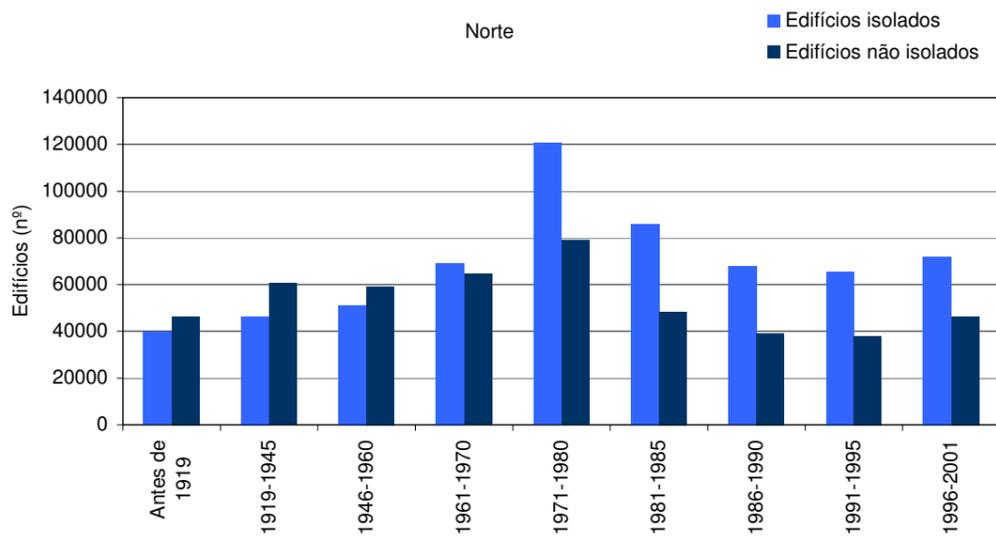
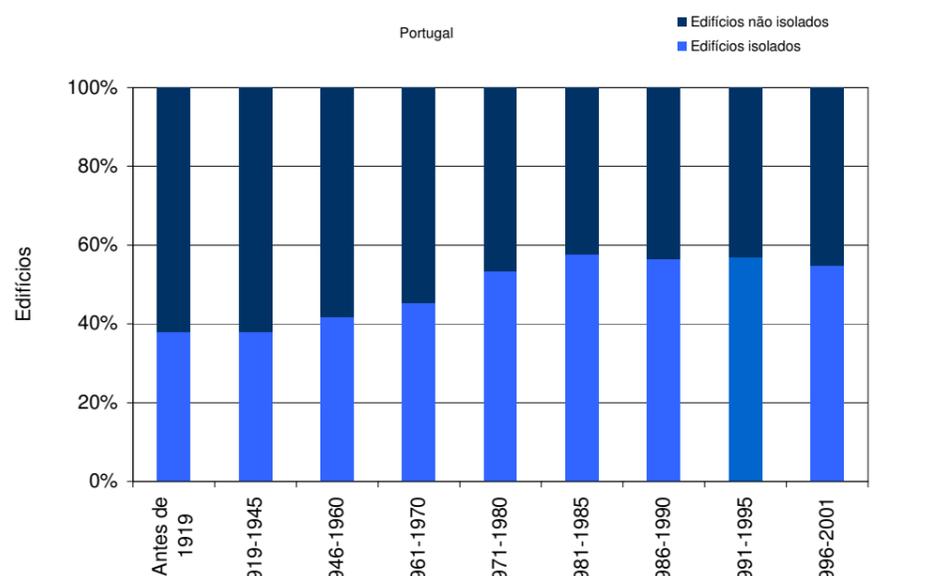
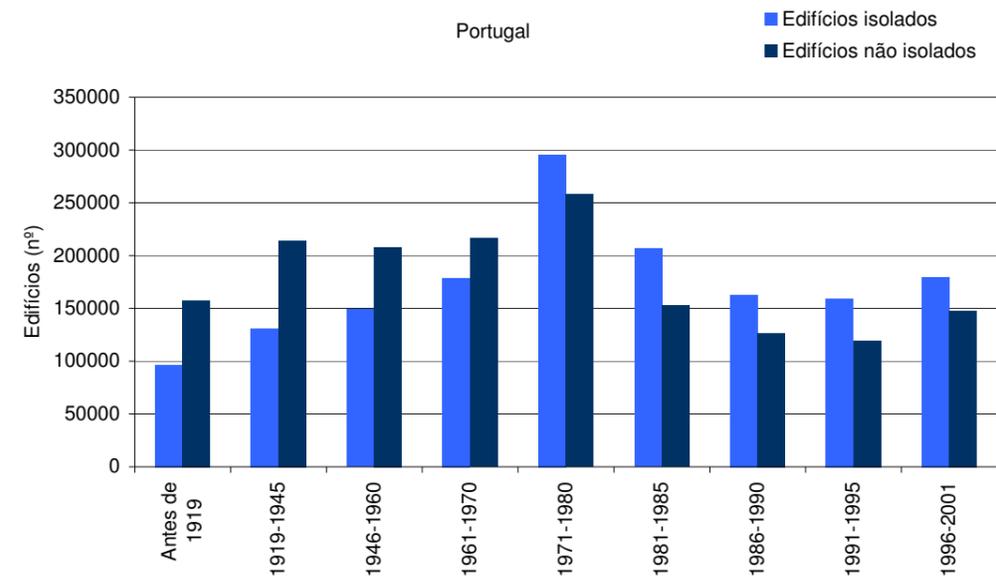
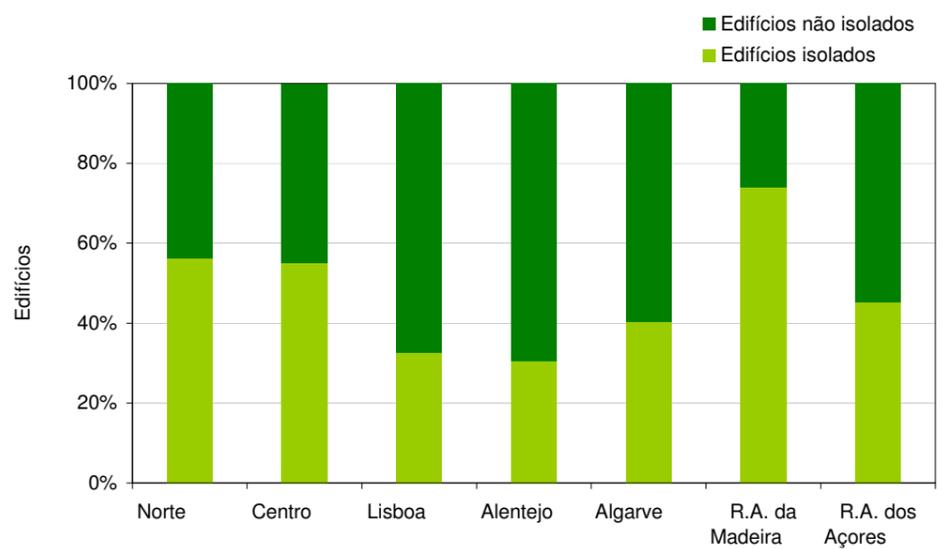
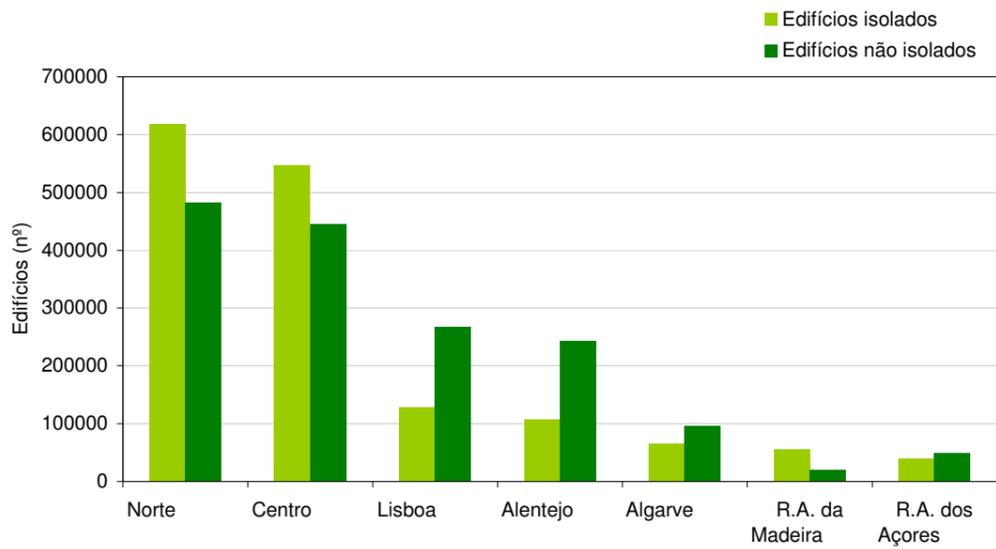
Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, capítulo "Construção e Habitação". INE. 2004.

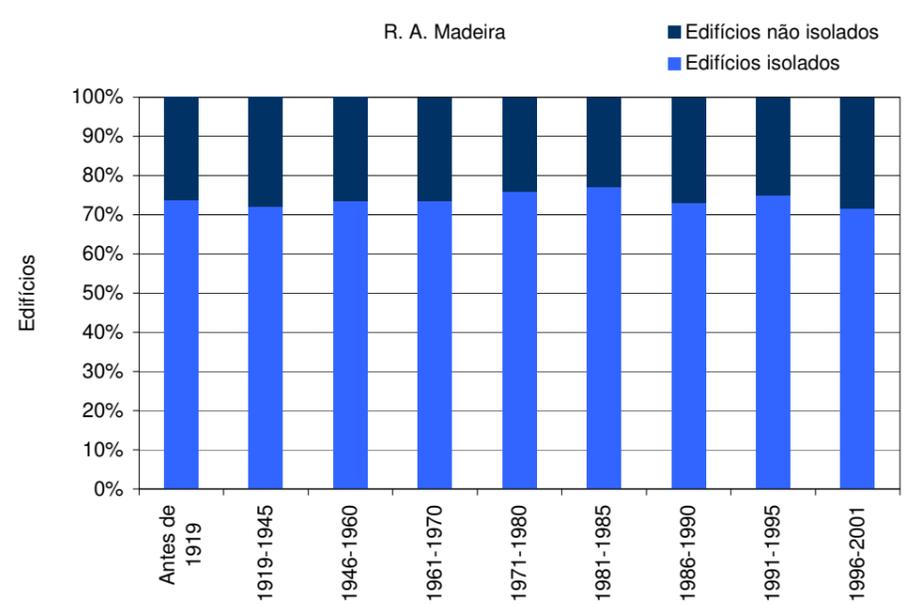
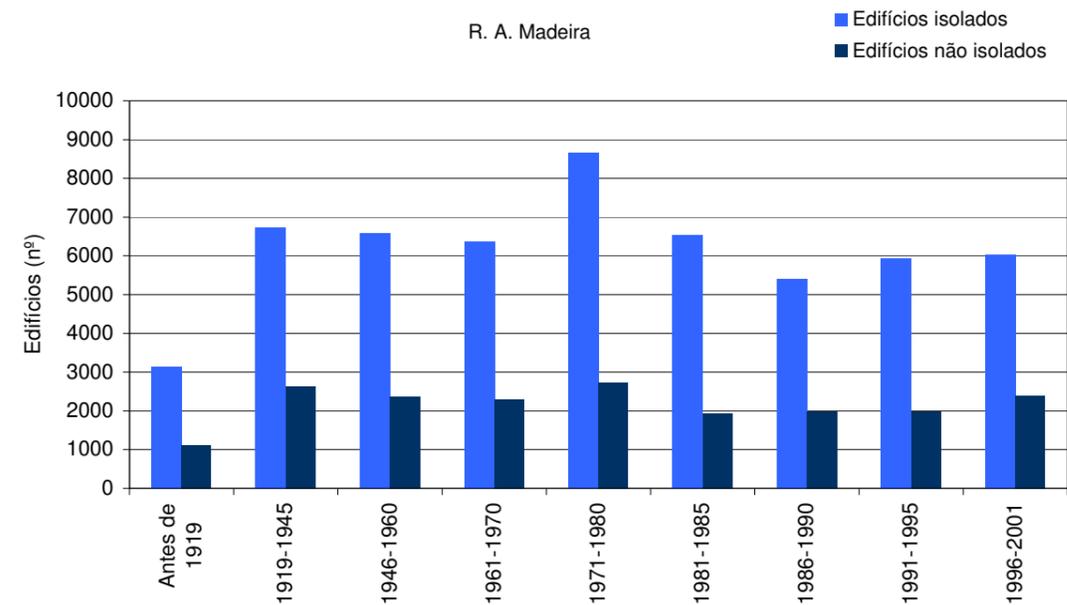
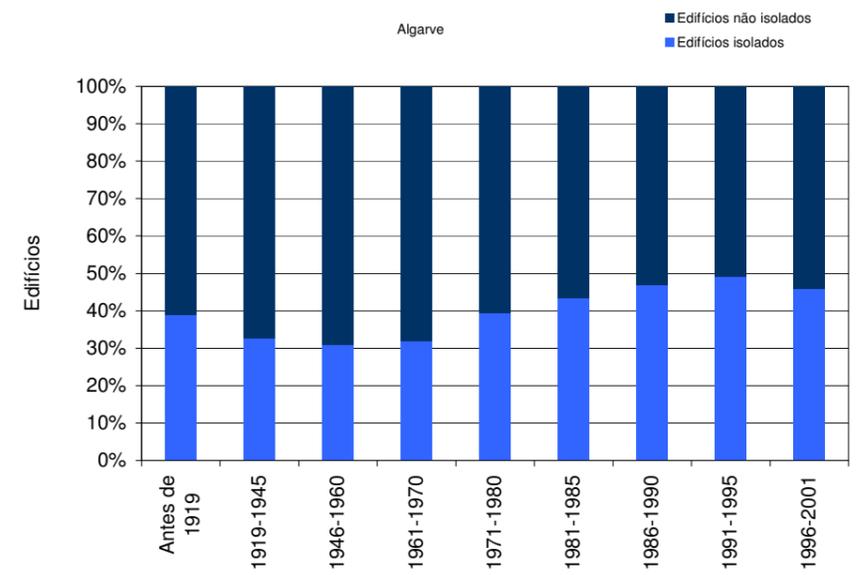
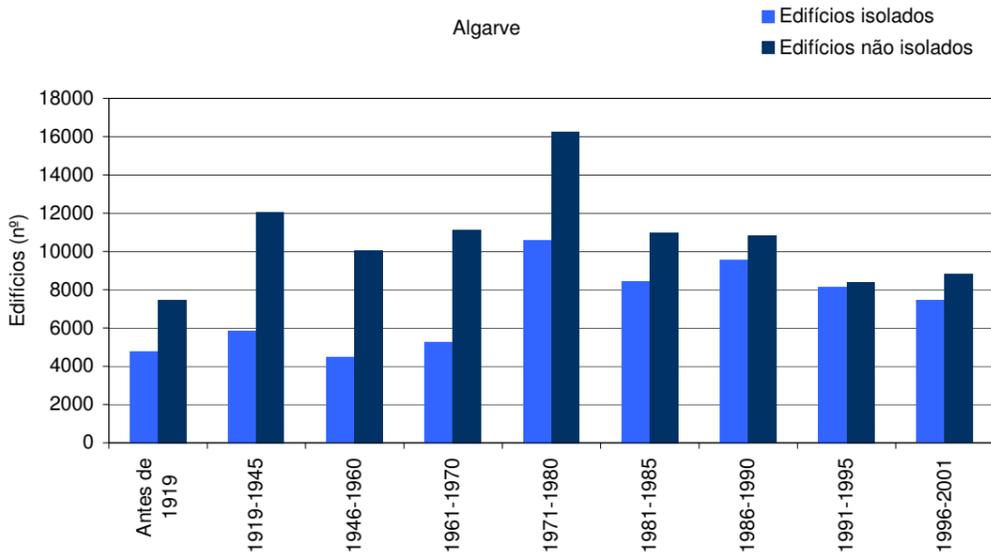
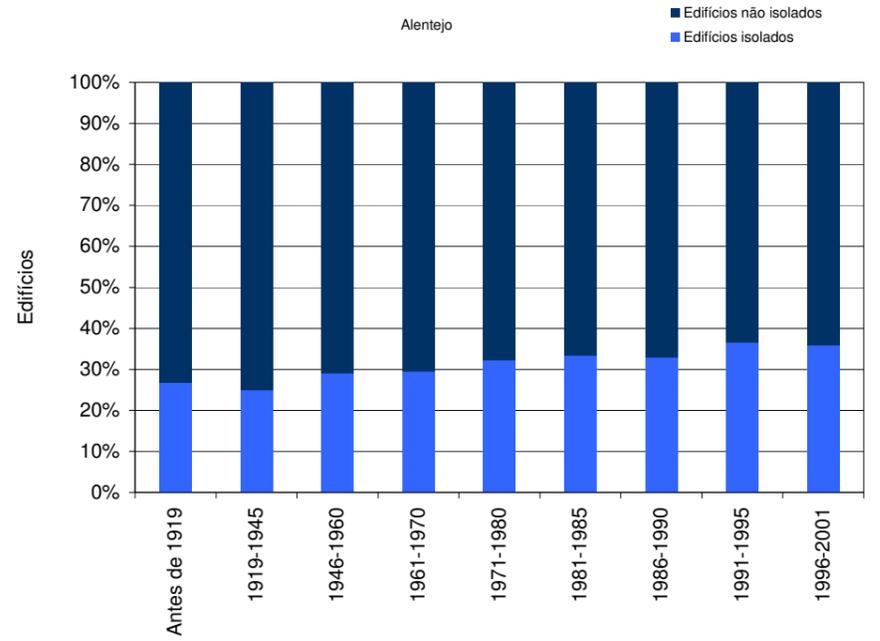
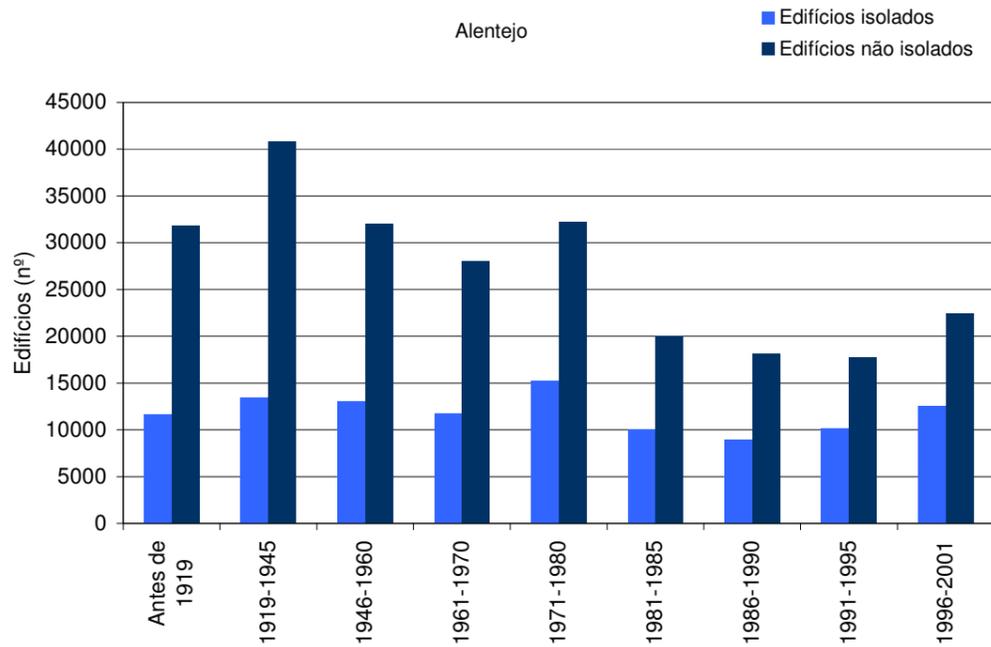
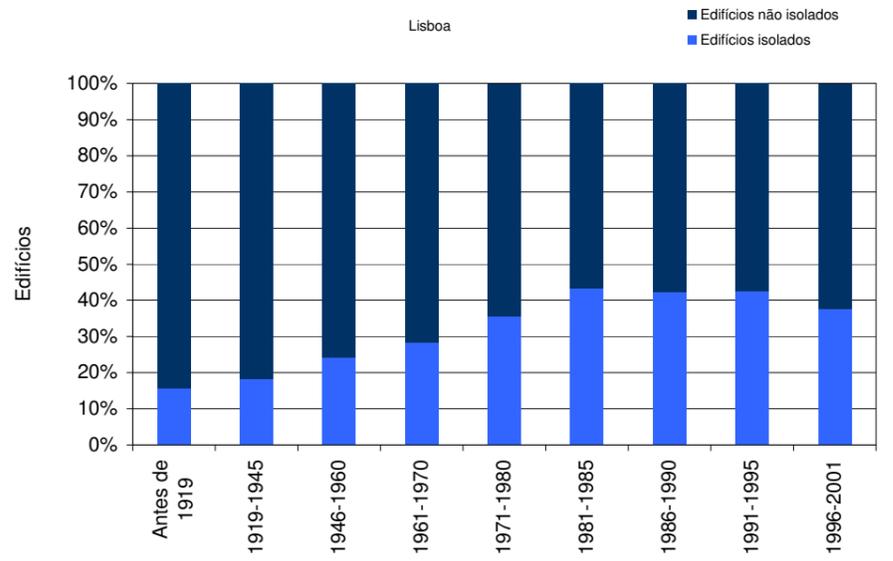
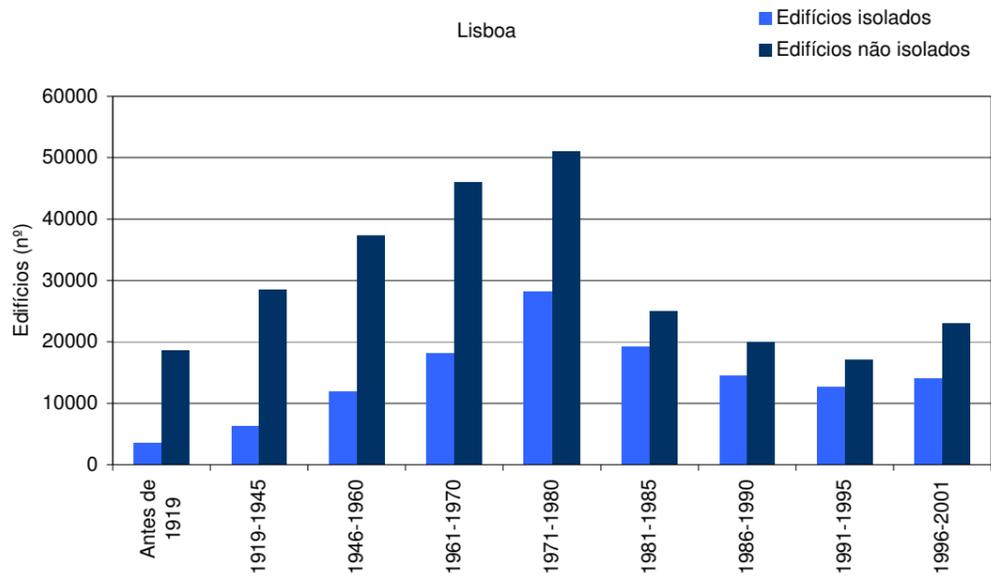
Área habitável nas construções novas em Portugal, entre 2000 e 2002 (%)

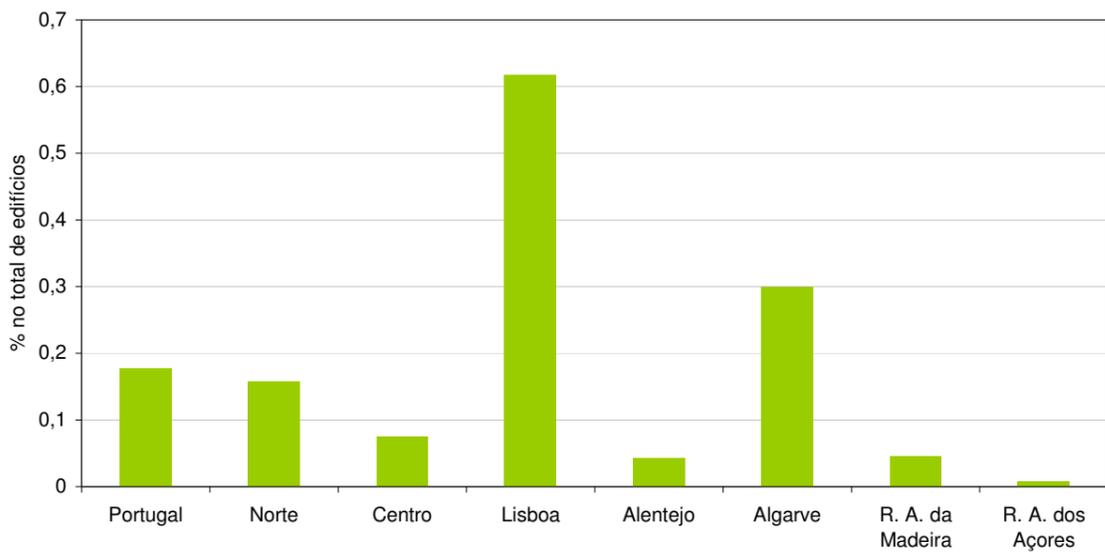
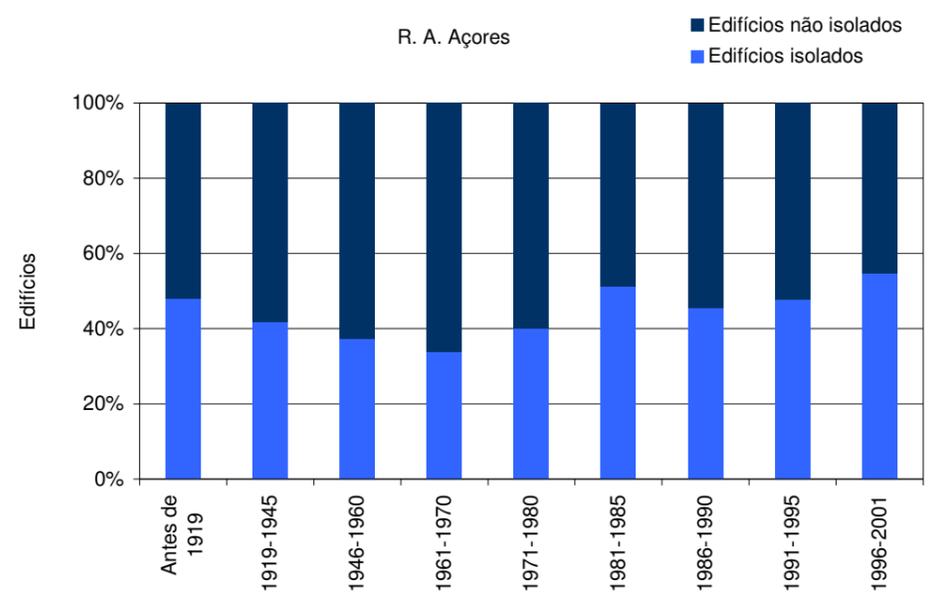
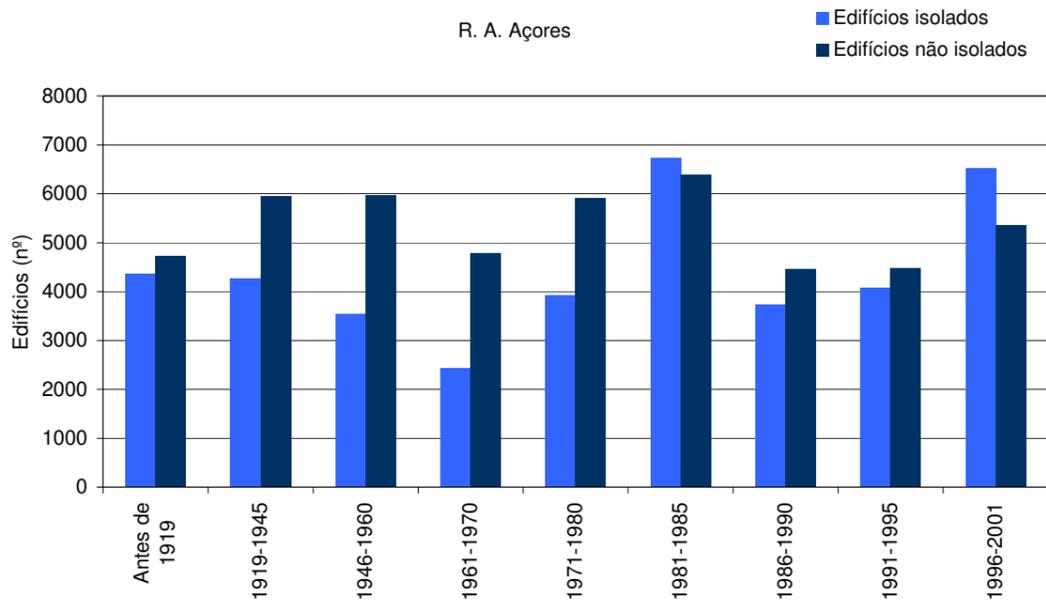


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios, segundo a época de construção, isolados e não isolados, em Portugal e por NUTS II, em 2001.

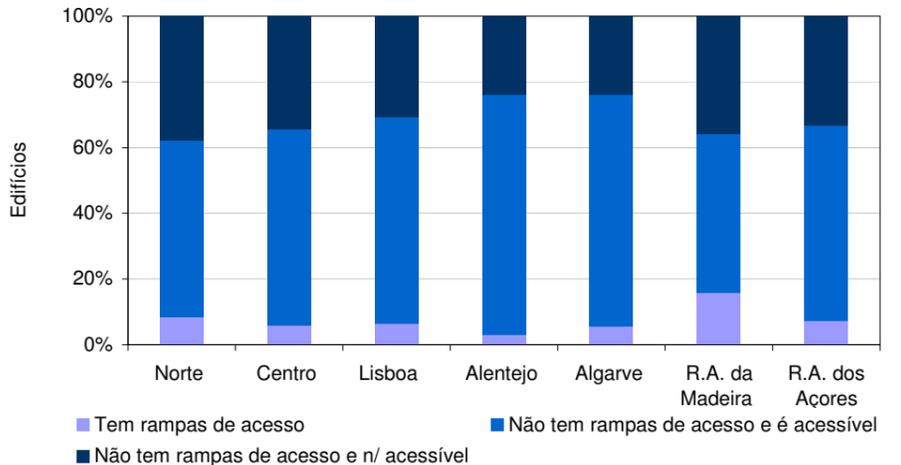
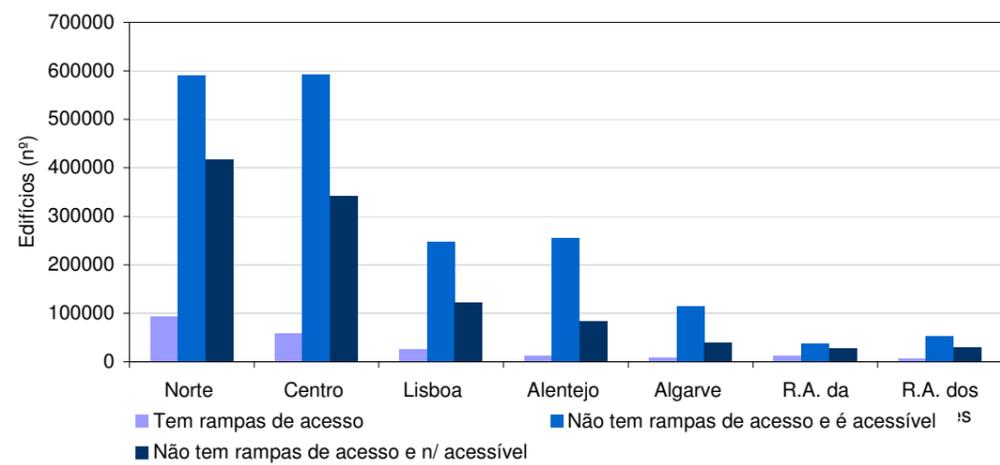




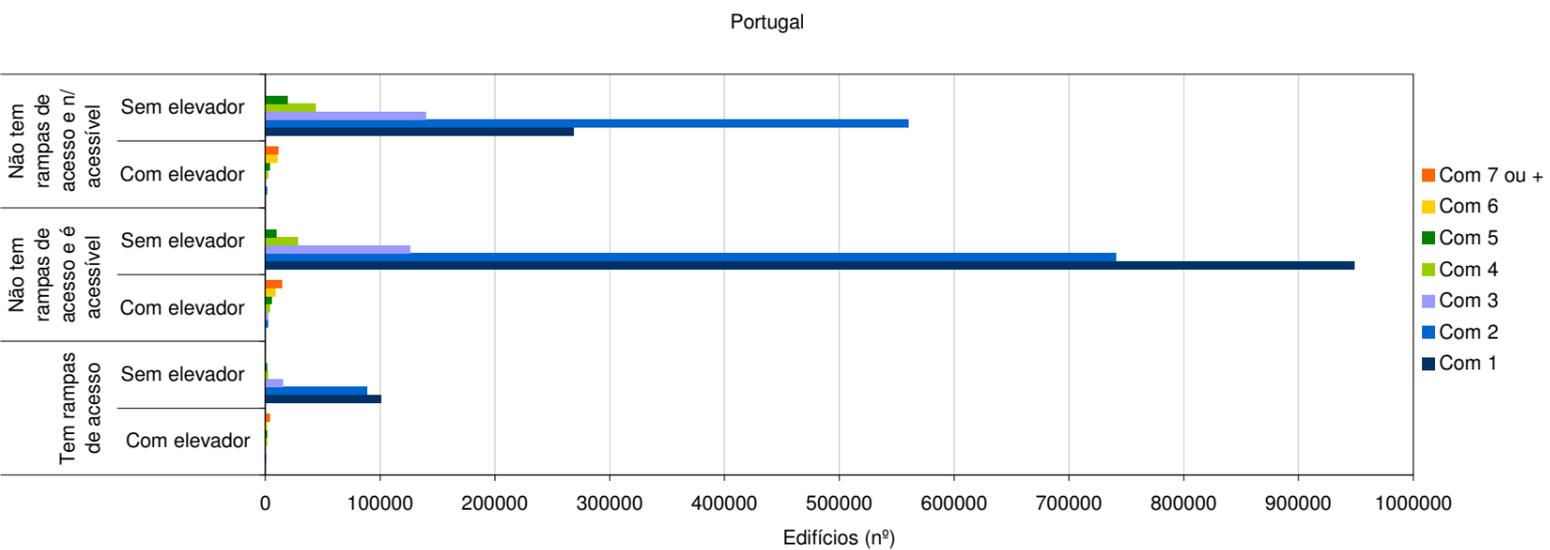


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Acessibilidade aos Edifícios

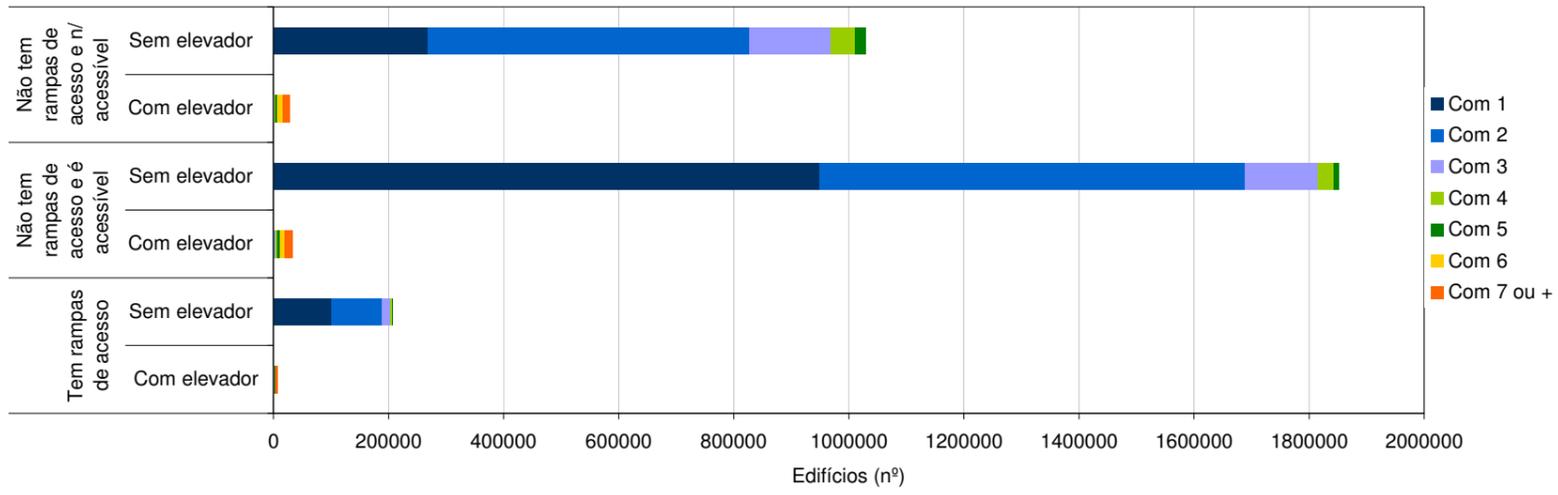


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

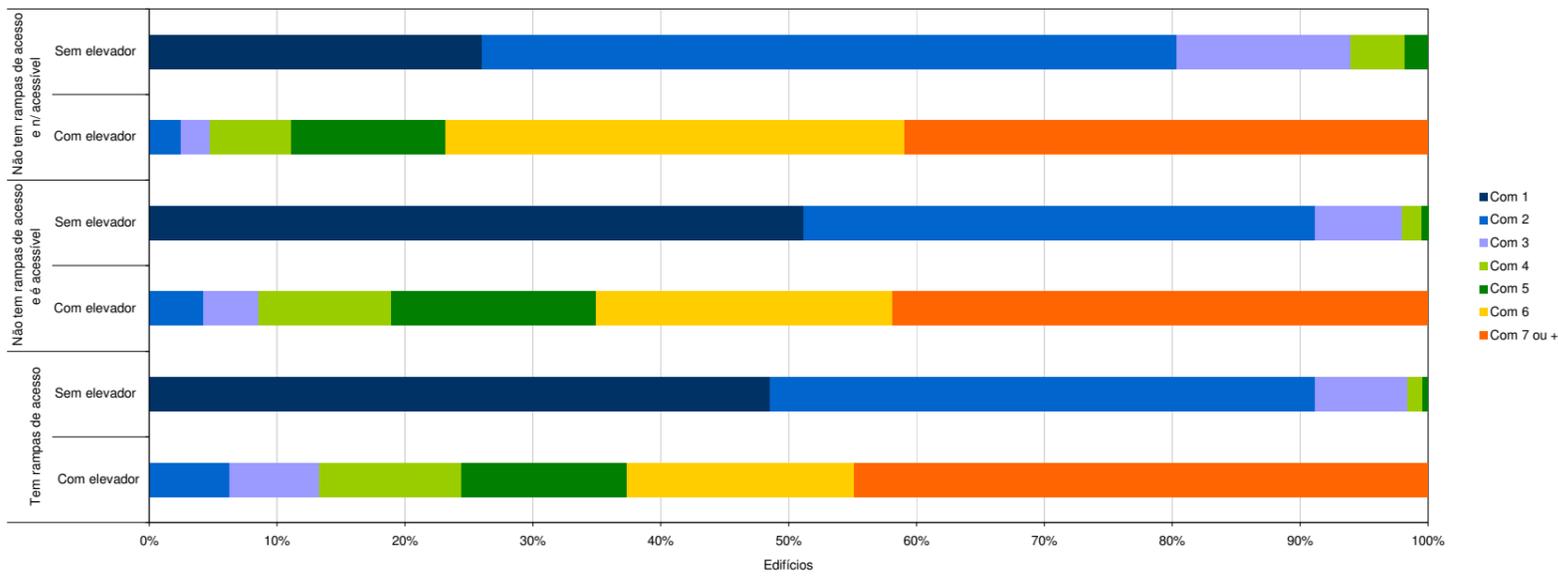


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

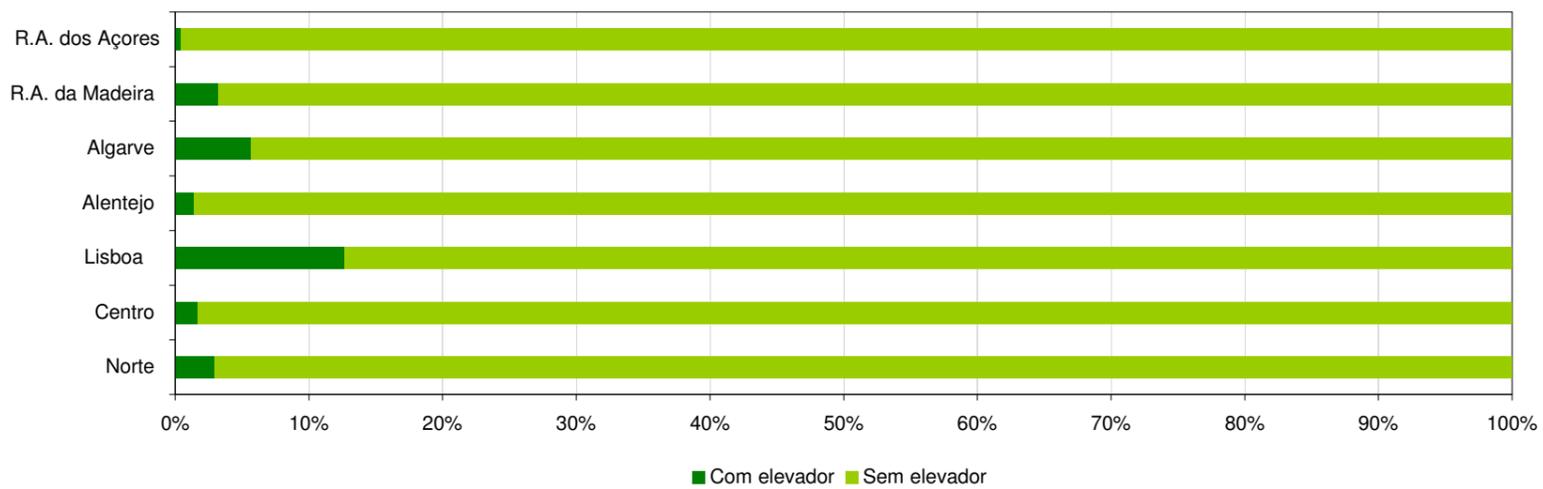
Portugal



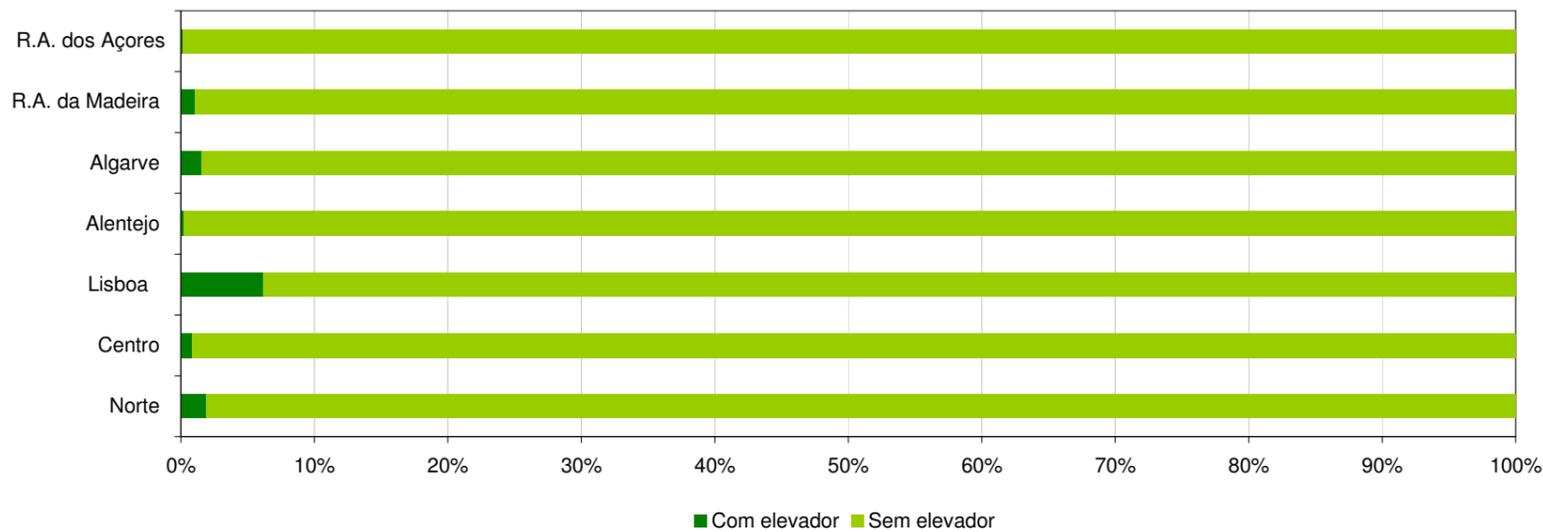
Portugal



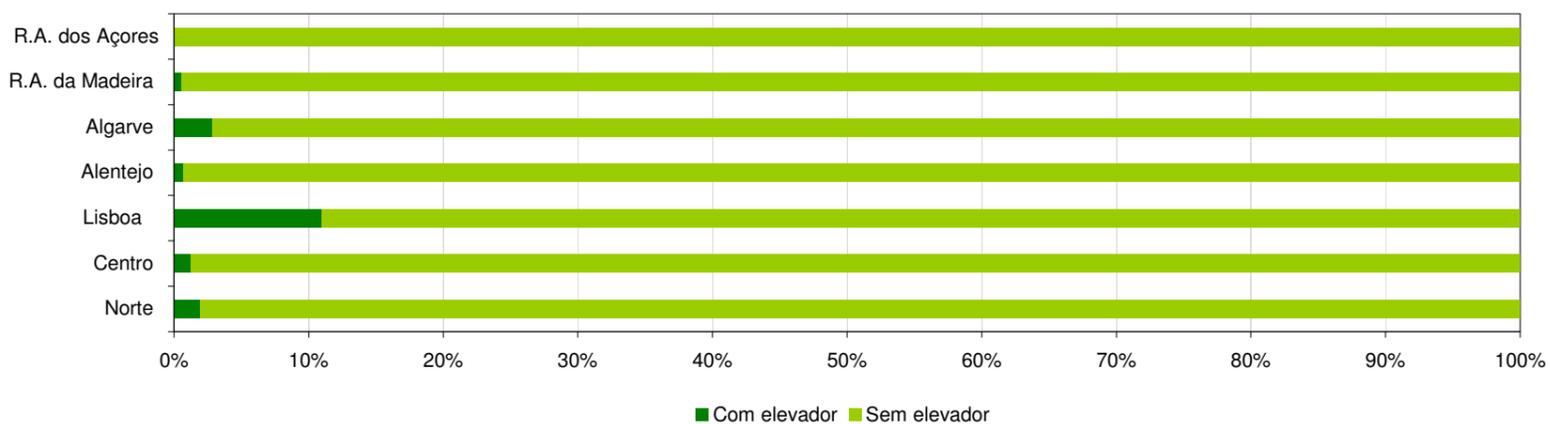
Tem rampas de acesso



Não tem rampas de acesso e é acessível

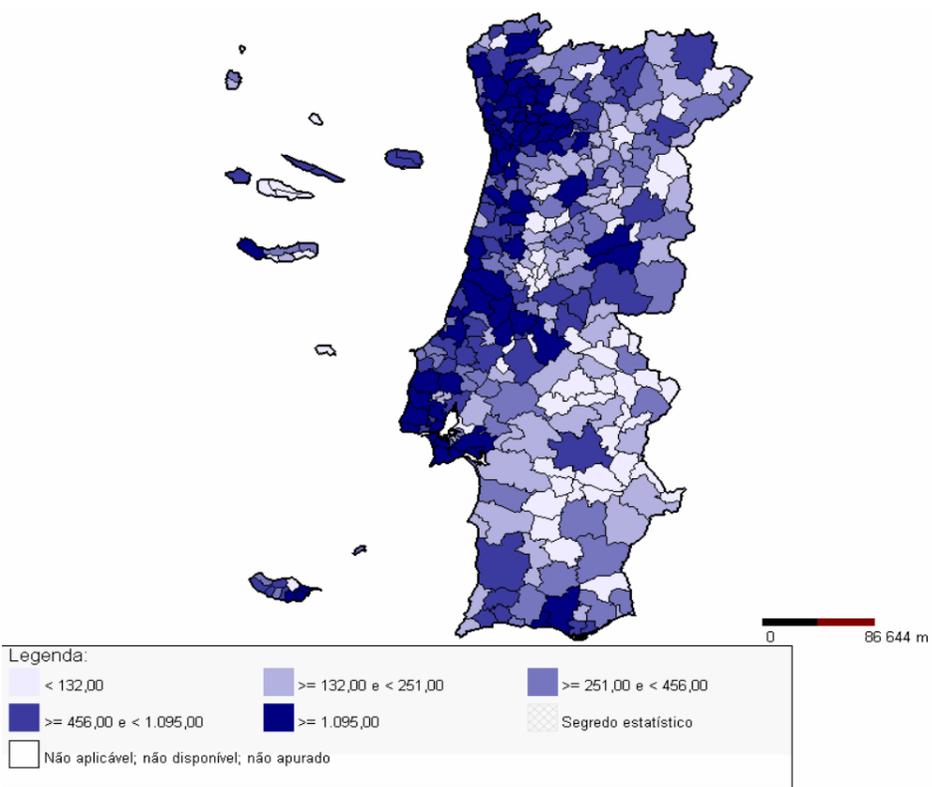


Não tem rampas de acesso e não é acessível

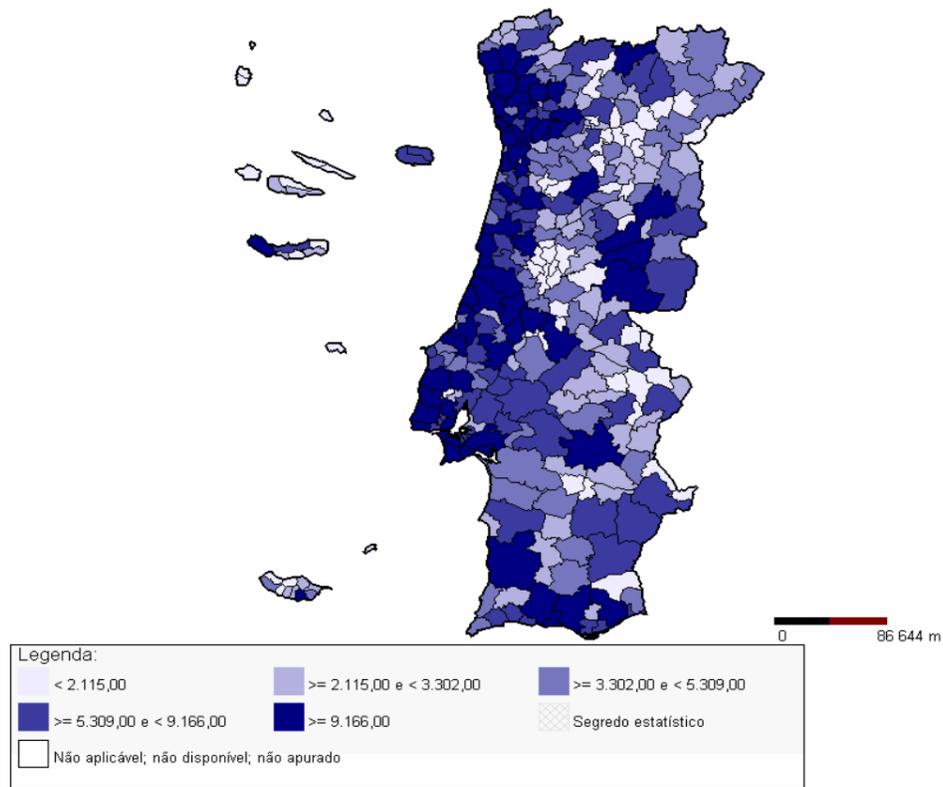


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios com rampas de acesso em Portugal, 2001

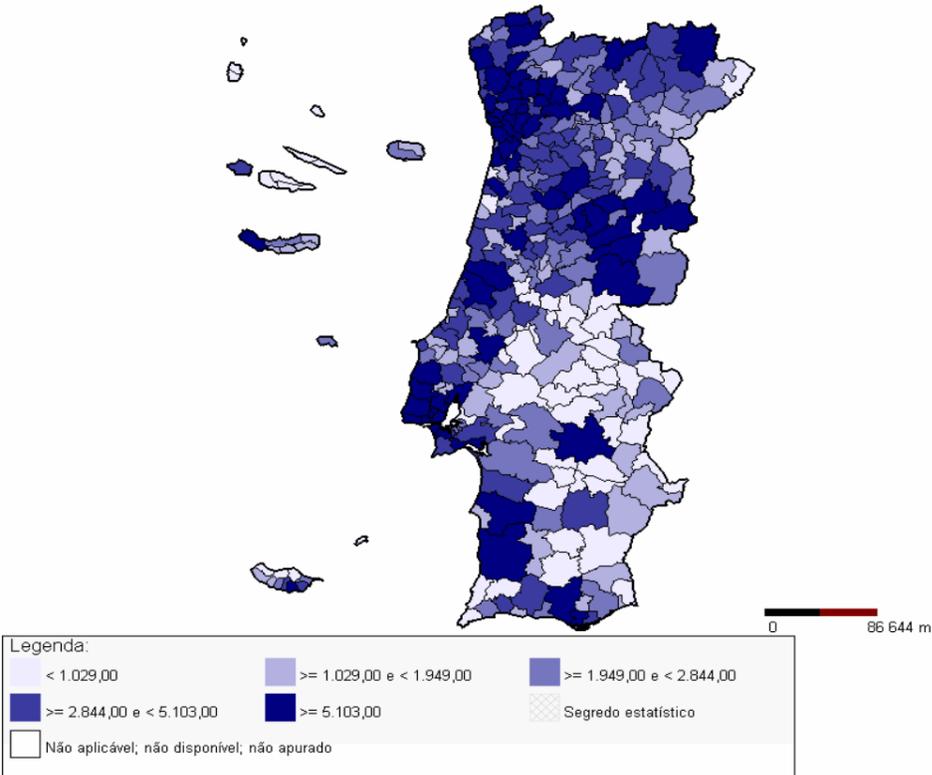


Edifícios sem rampas de acesso mas acessíveis em Portugal, 2001

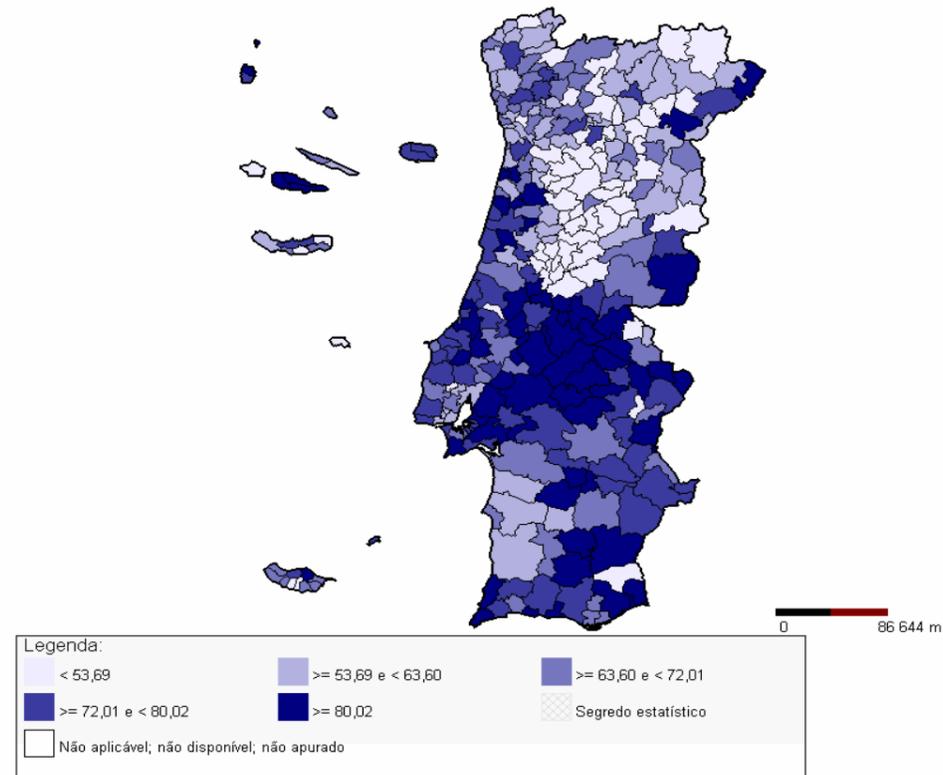


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis em Portugal, 2001

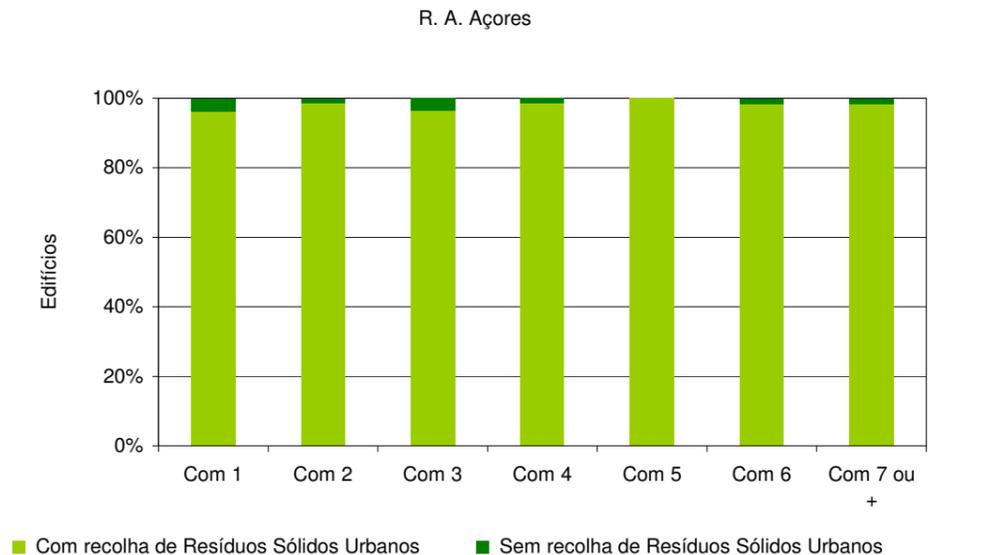
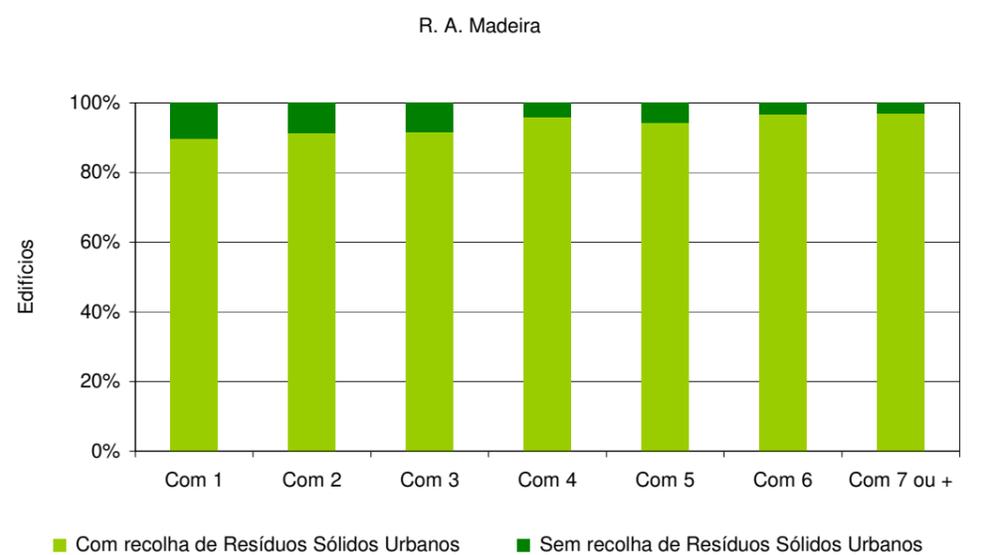
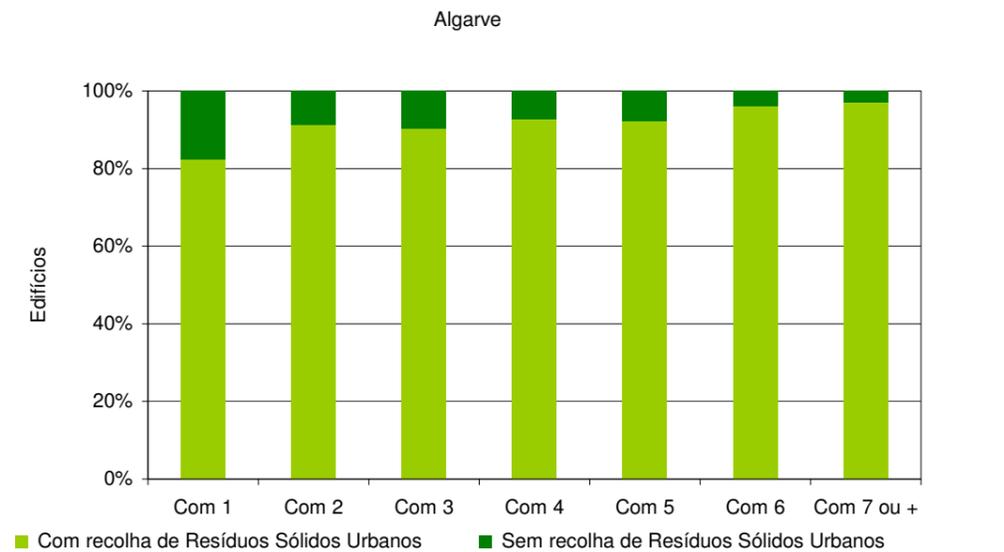
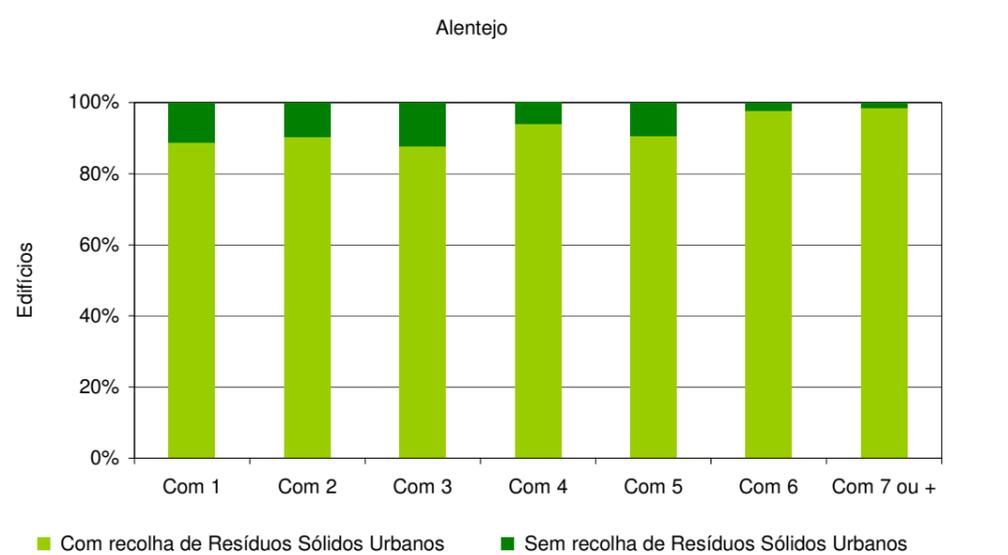
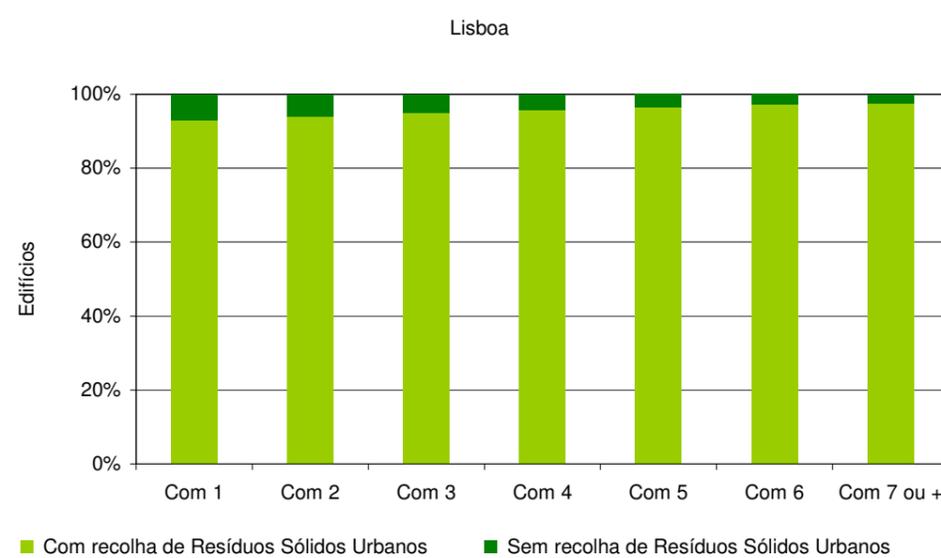
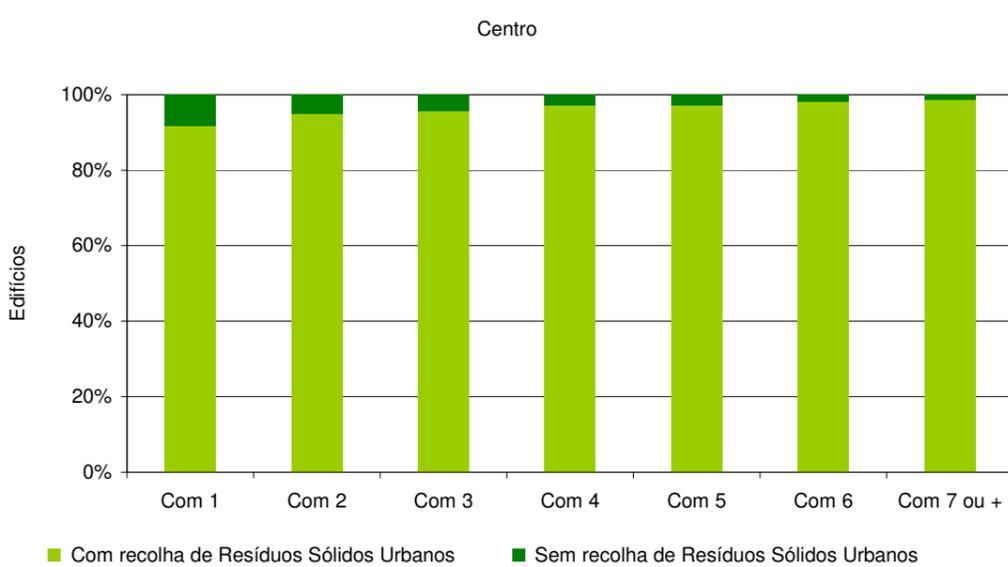
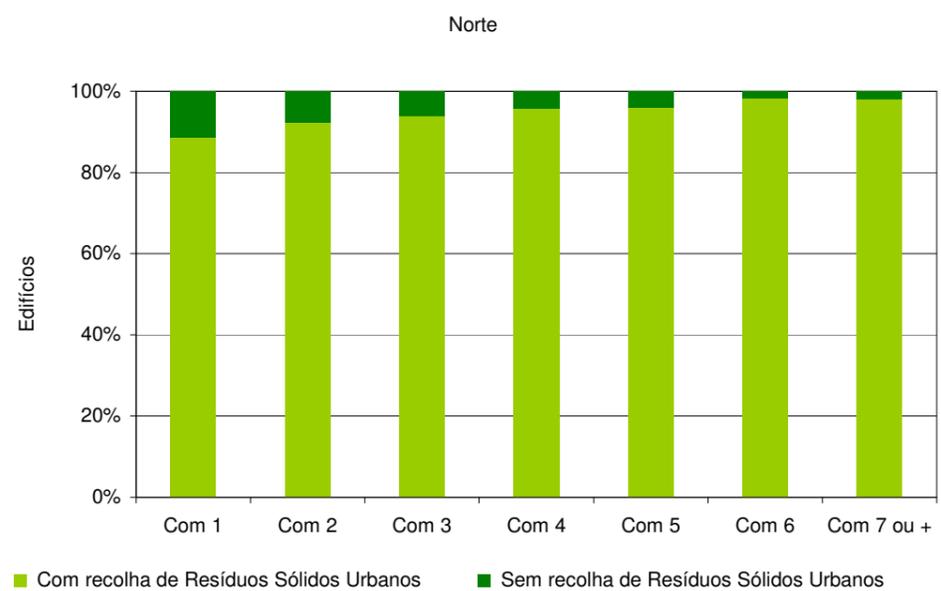
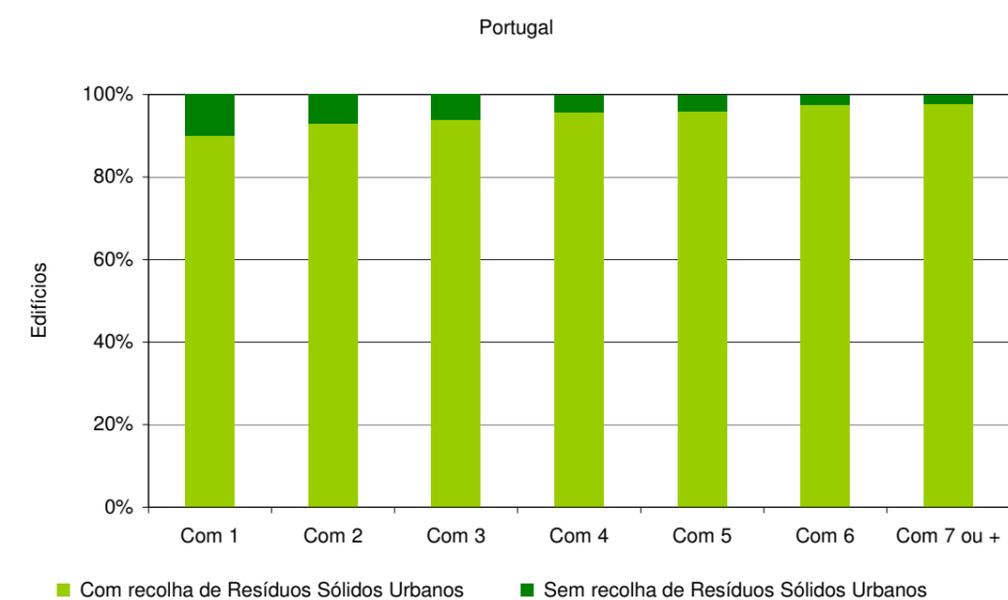


Edifícios acessíveis em Portugal, 2001 (%)

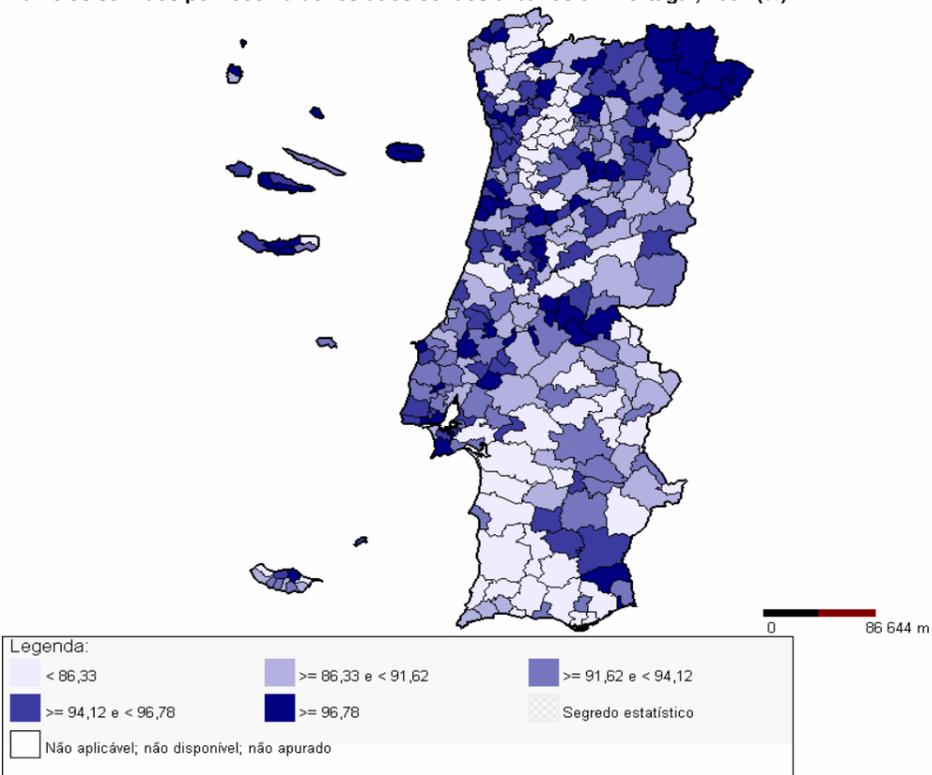


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Edifícios, segundo o número de alojamentos, por existência de de recolha de resíduos sólidos urbanos em 2001.

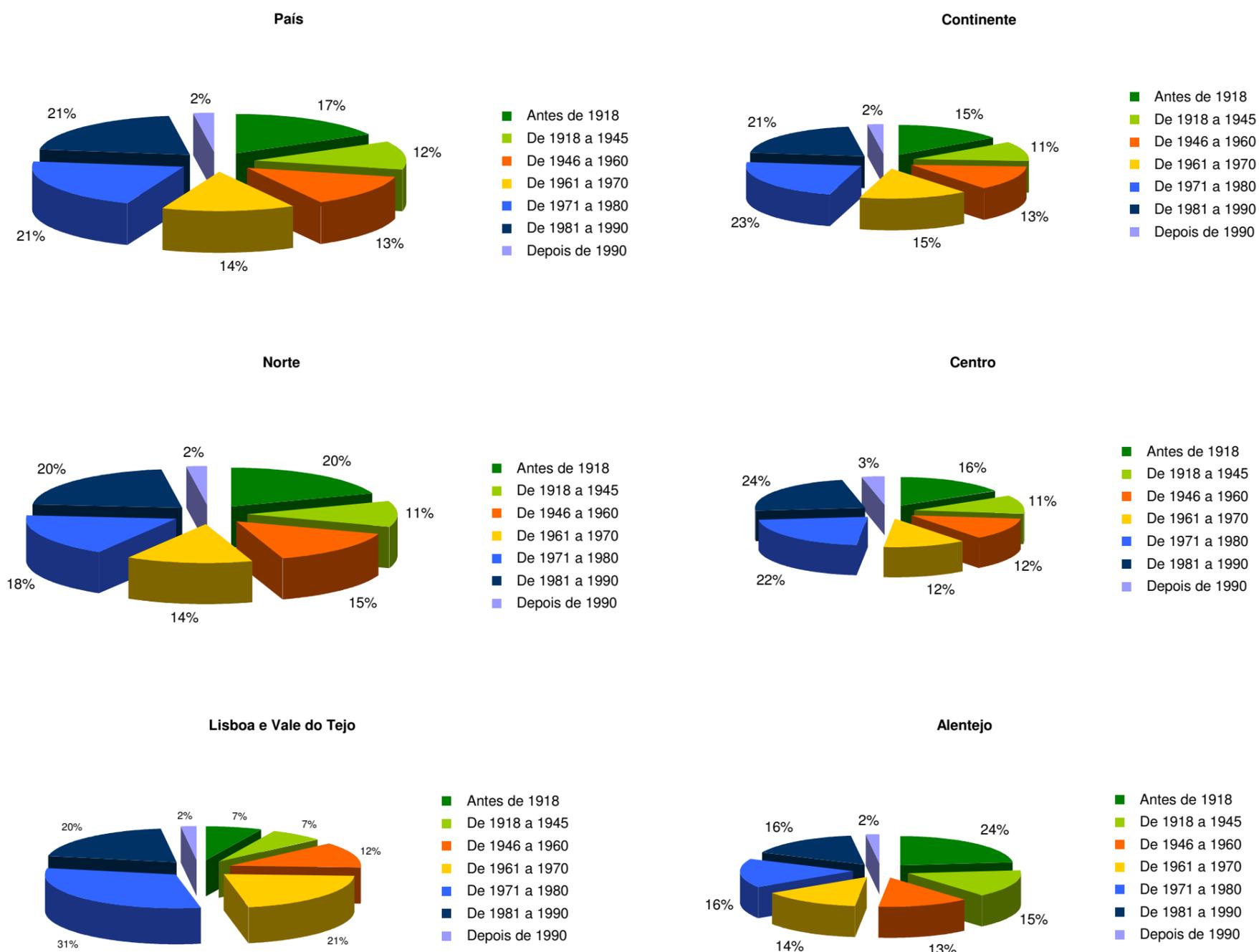


Edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos em Portugal, 2001 (%)



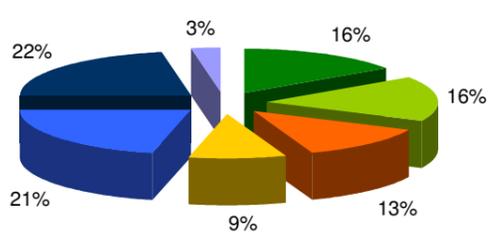
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

Ano de construção do edifício em percentagem relativamente à região em 1997

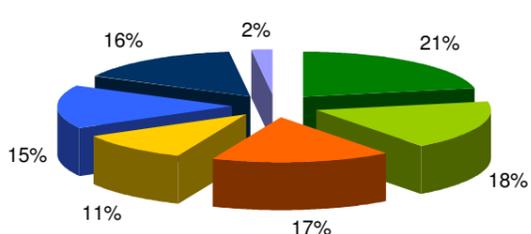


Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

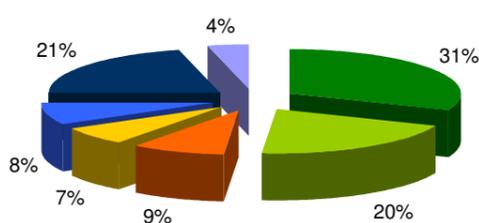
Algarve



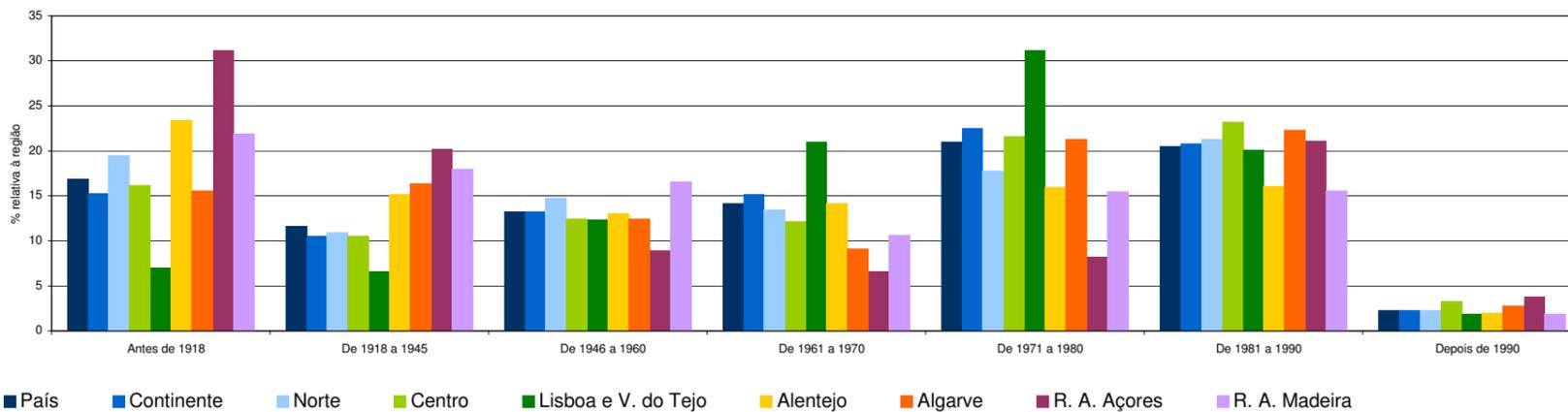
R. A. Madeira



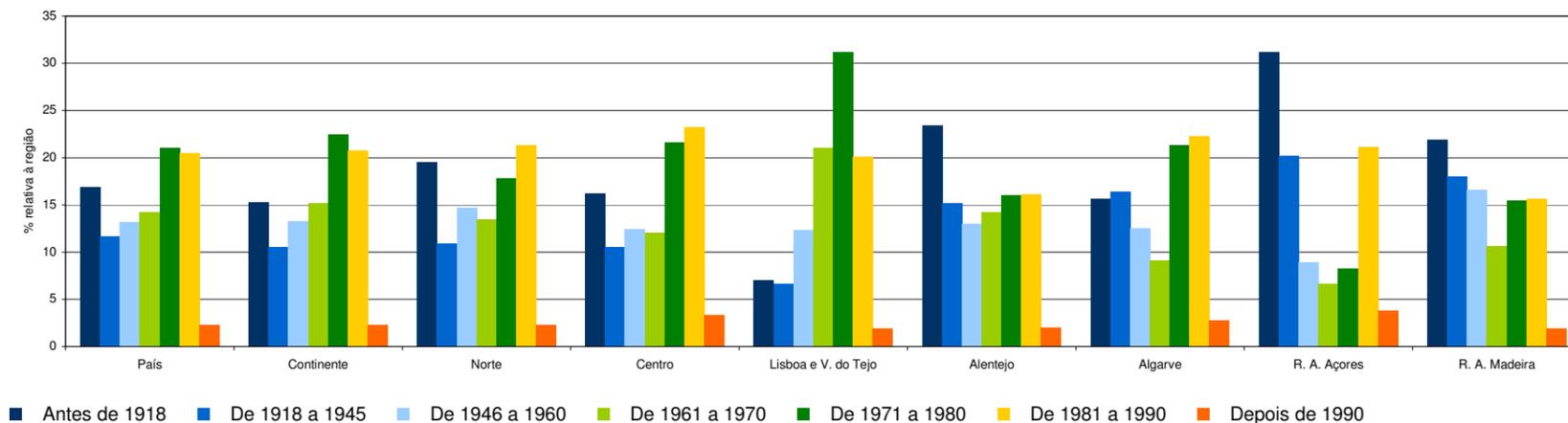
R. A. Açores



Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

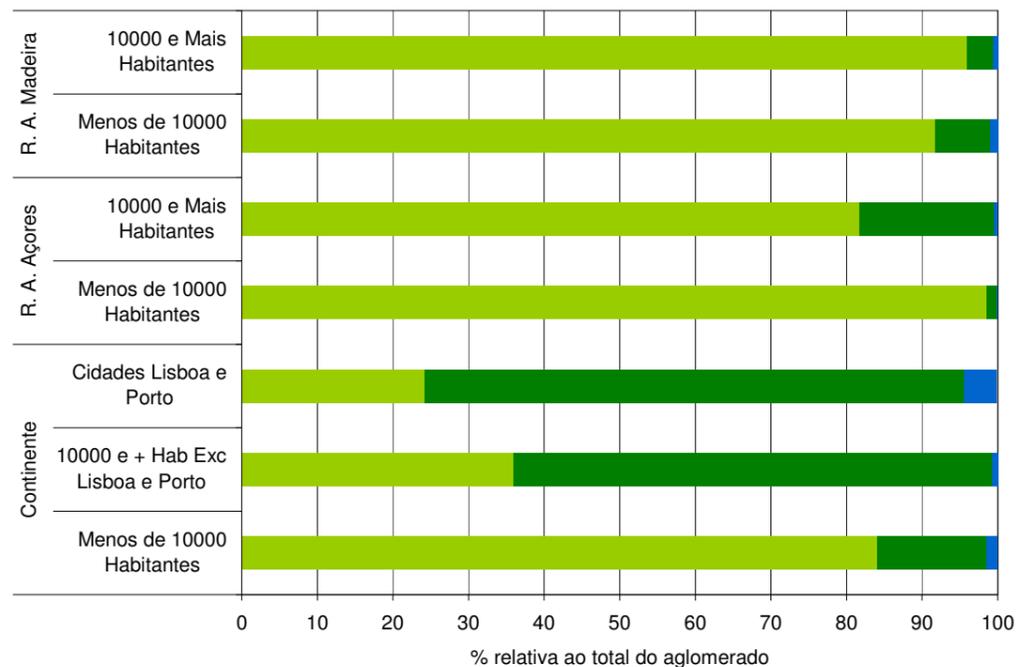
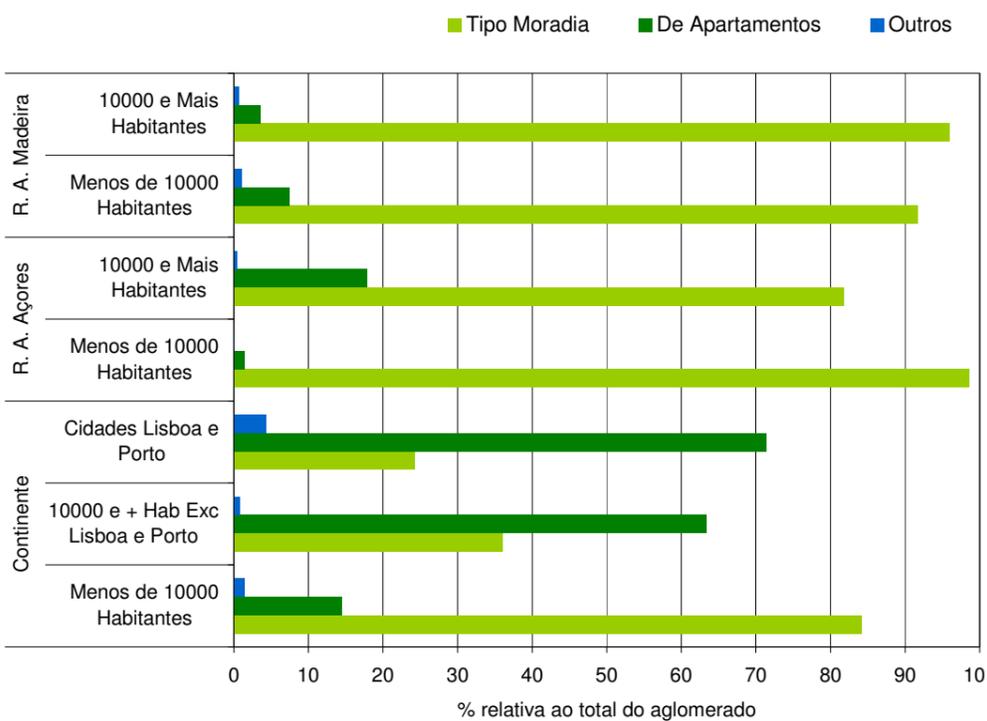
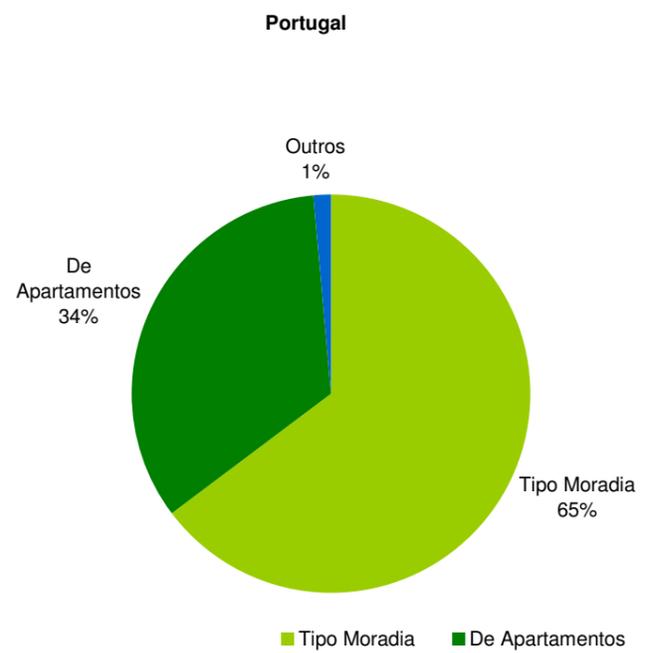
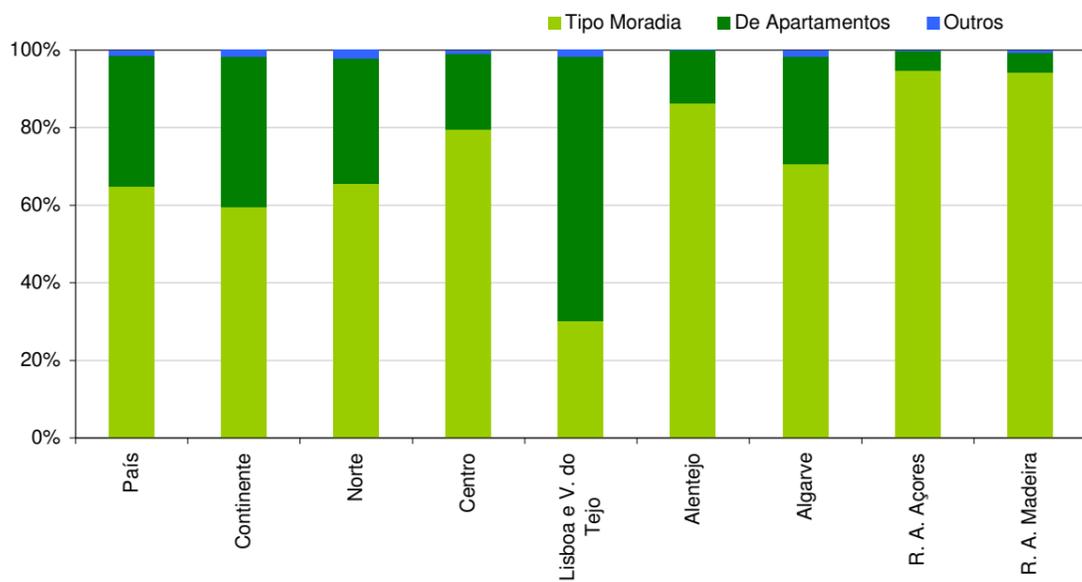


Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.



Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

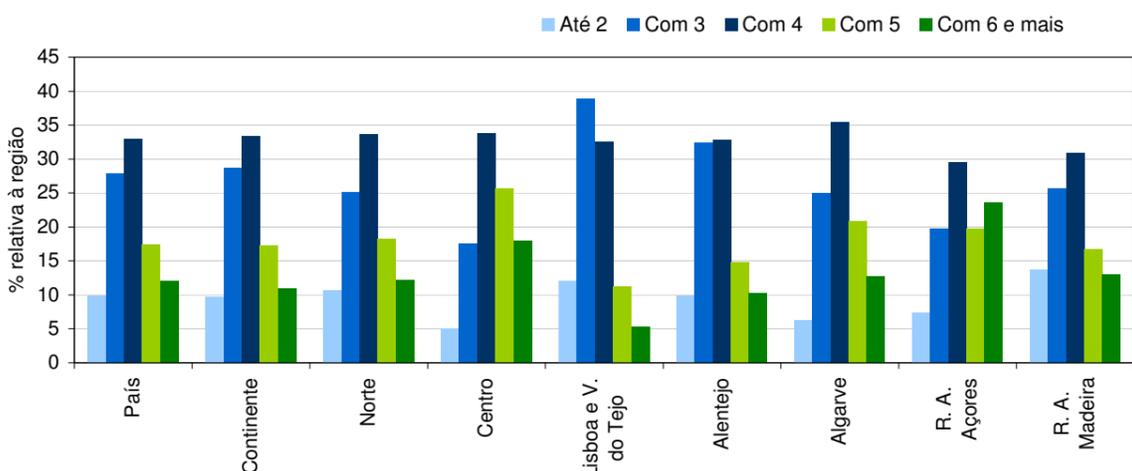
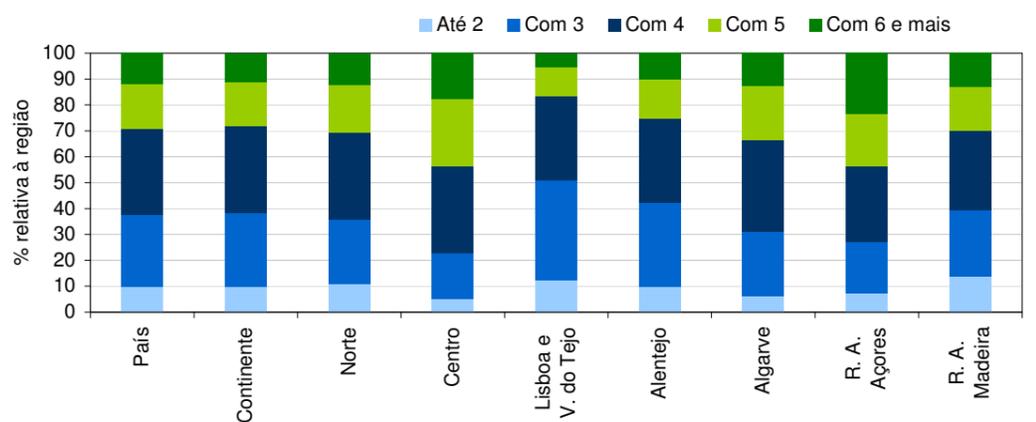
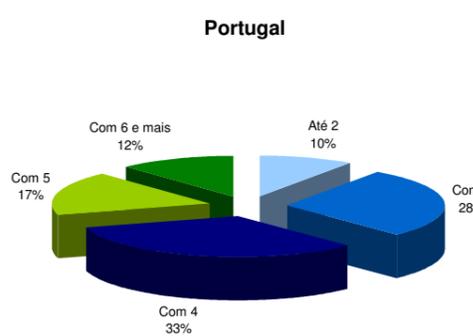
Tipo de edifício em 1997



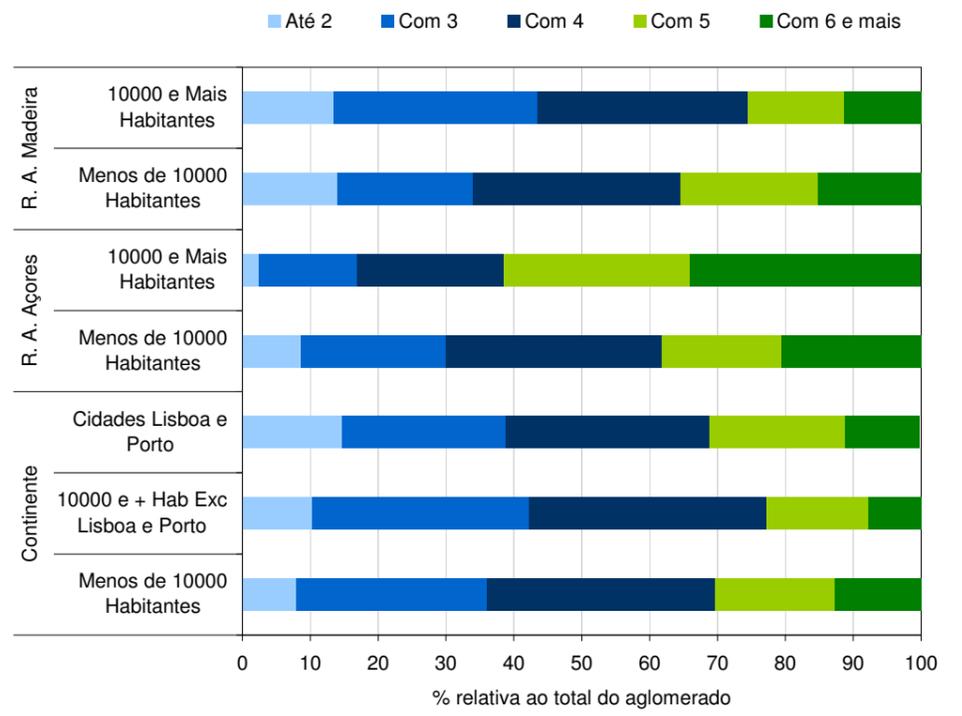
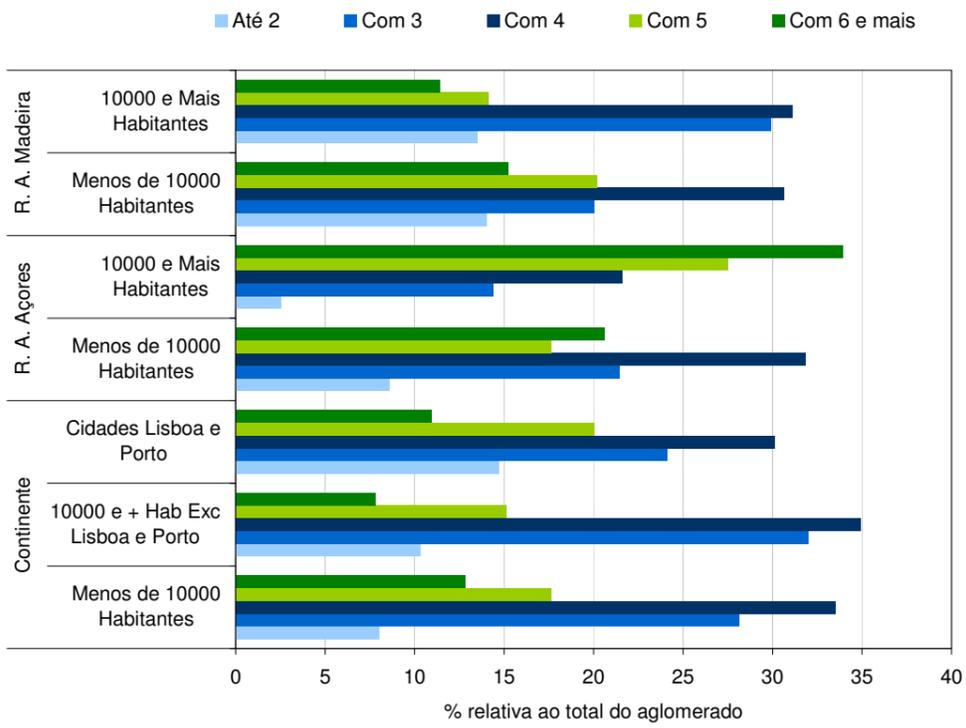
Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

Nota: percentagem relativa à região, percentagem relativa ao total do aglomerado, com menos de 10 000 habitantes, com mais de 10 000 habitantes, excluindo Lisboa e Porto, Lisboa e Porto, em 1997.

Números de divisões em 1997

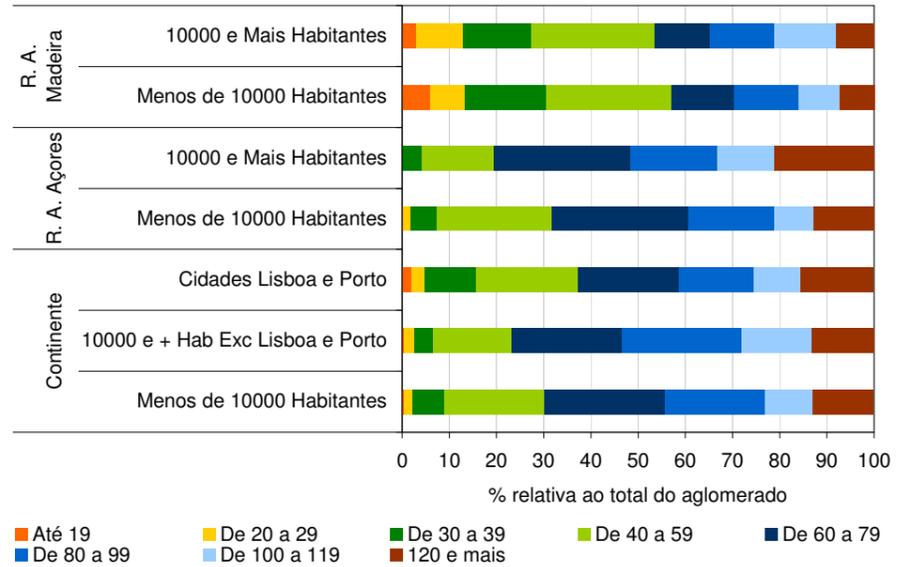
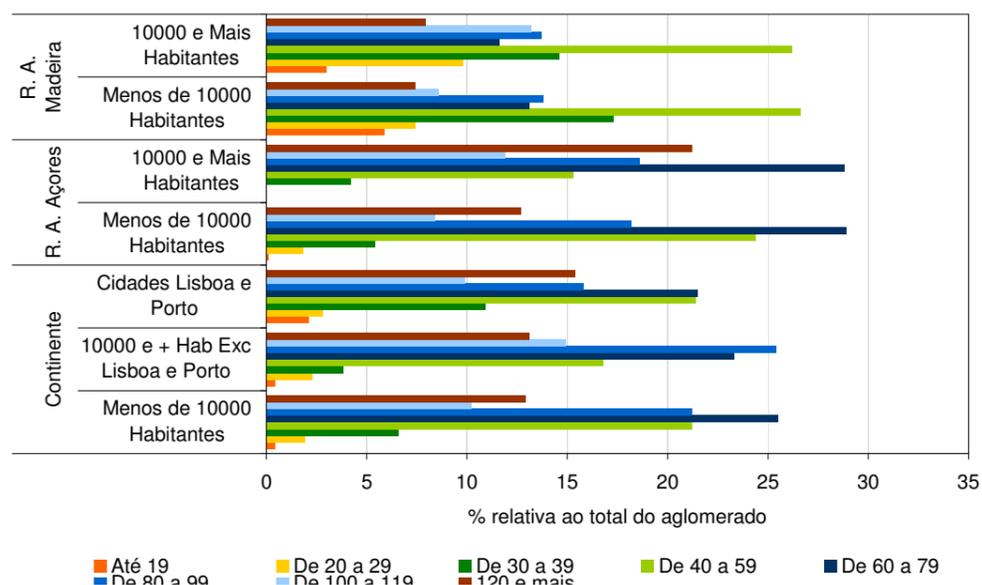
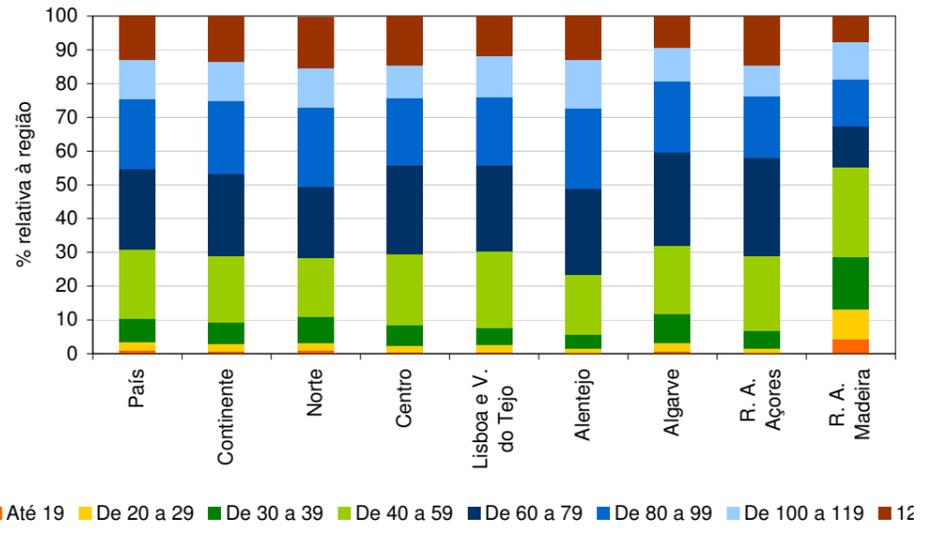
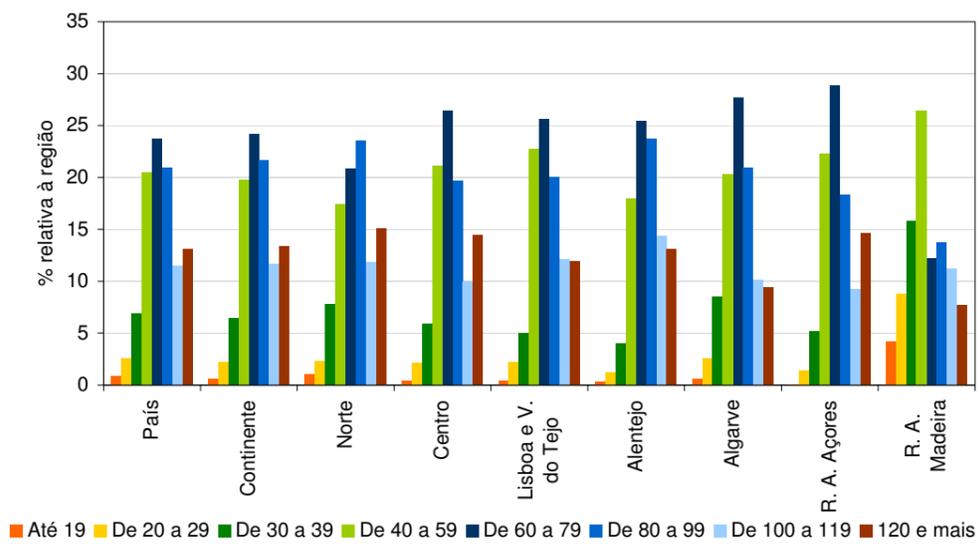
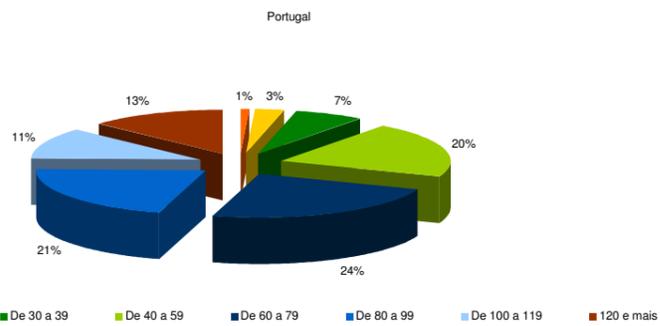


Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.



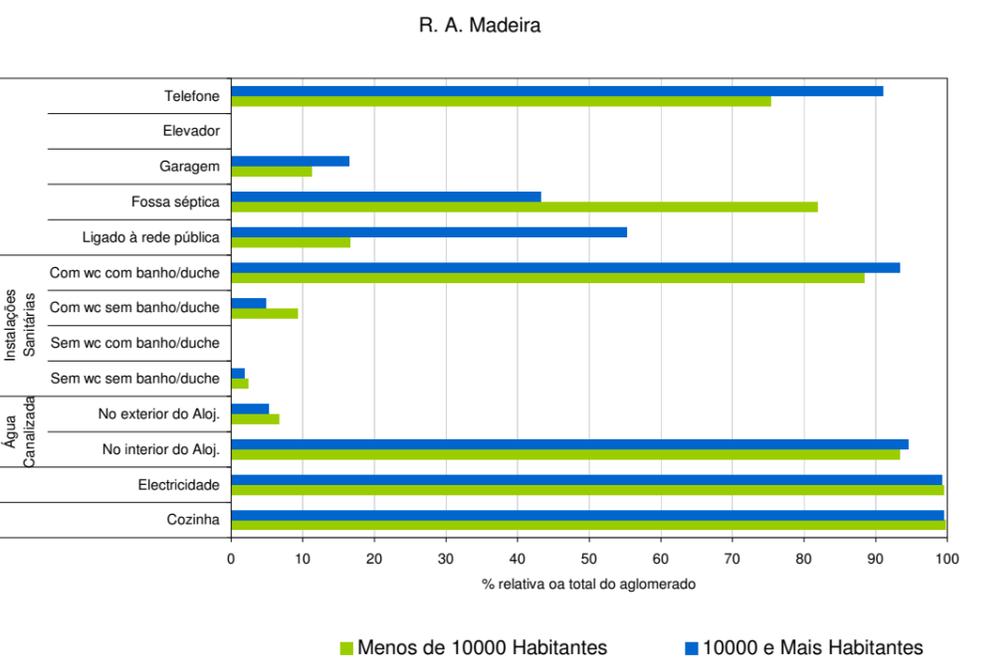
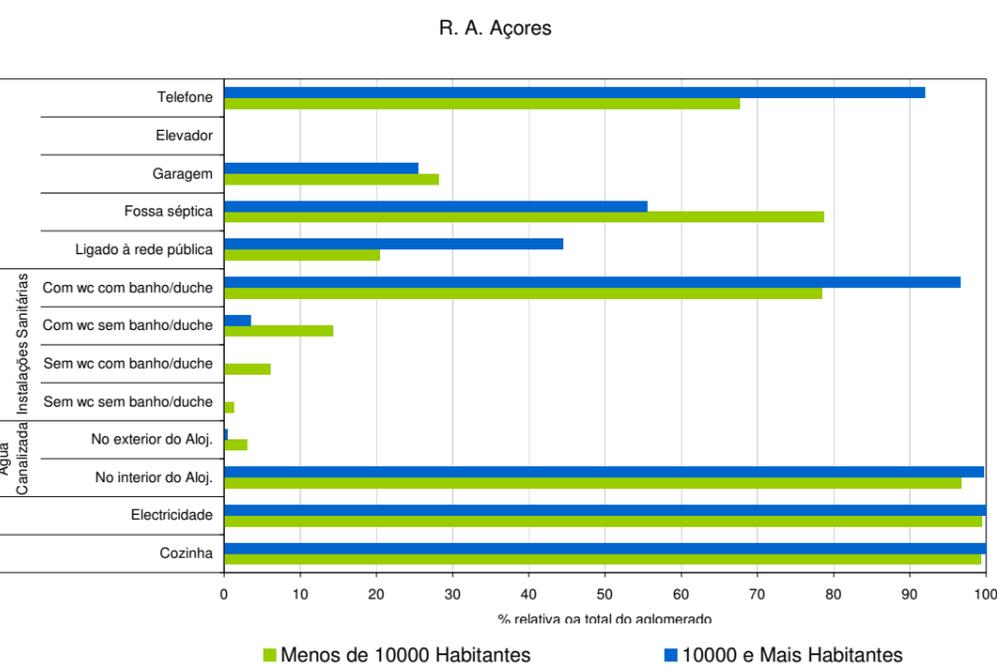
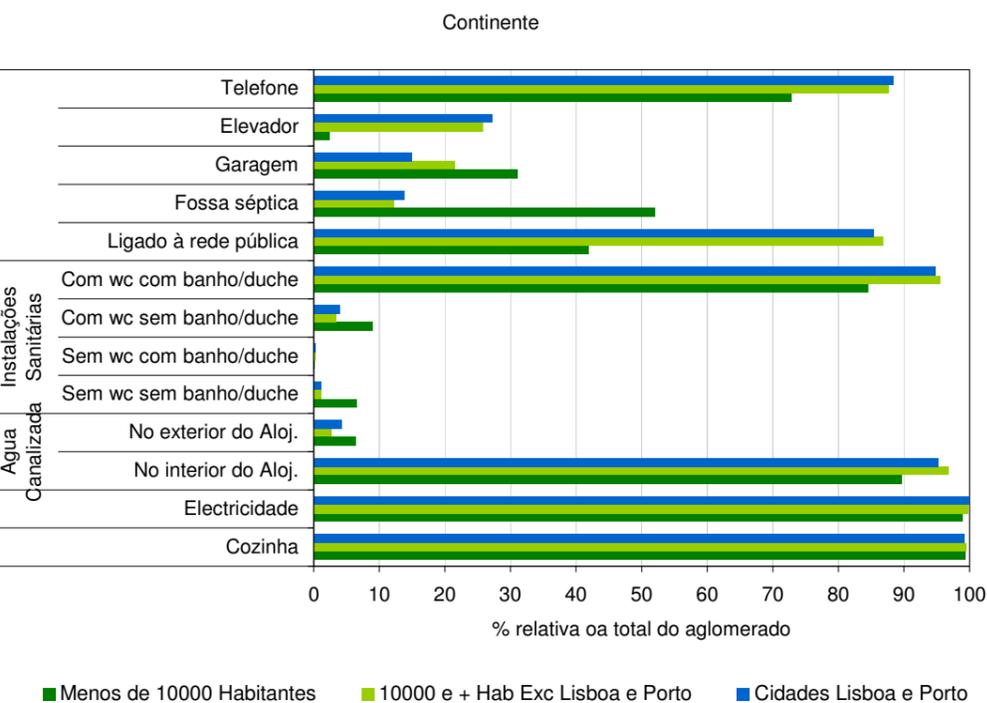
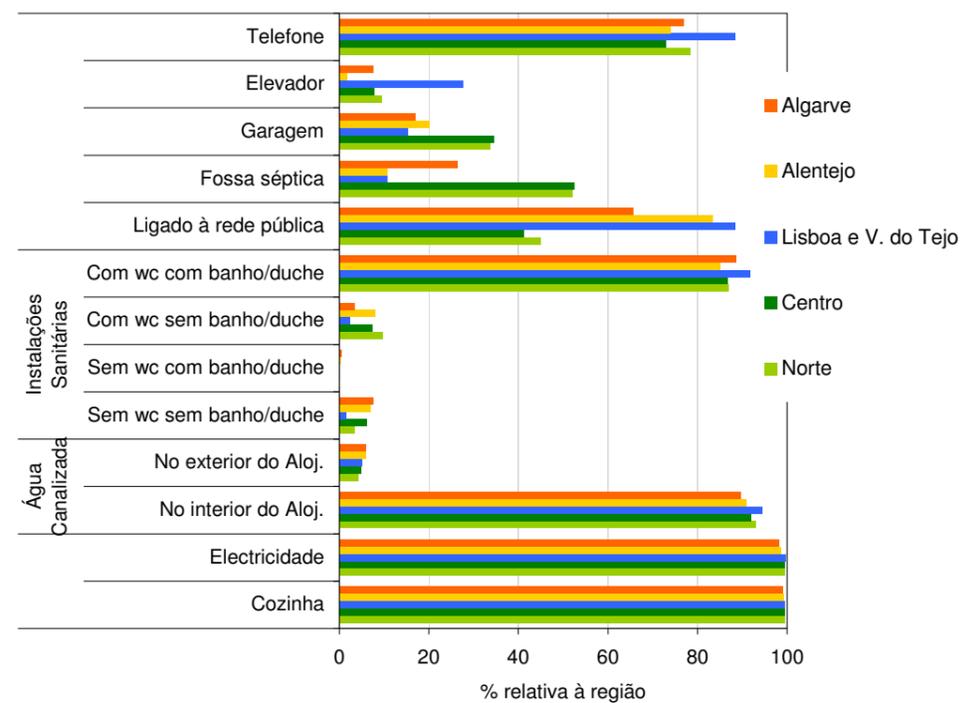
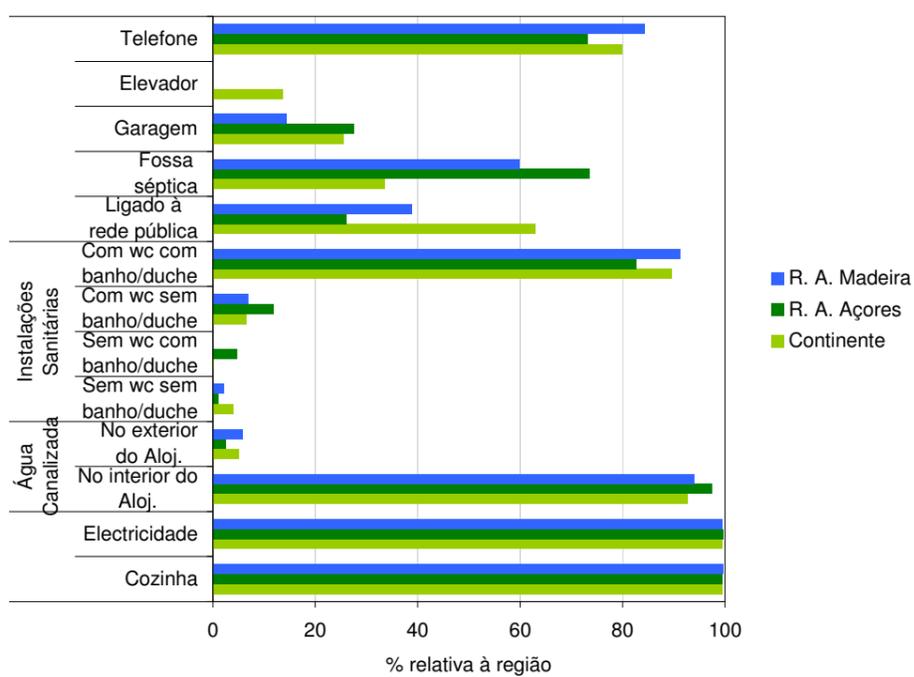
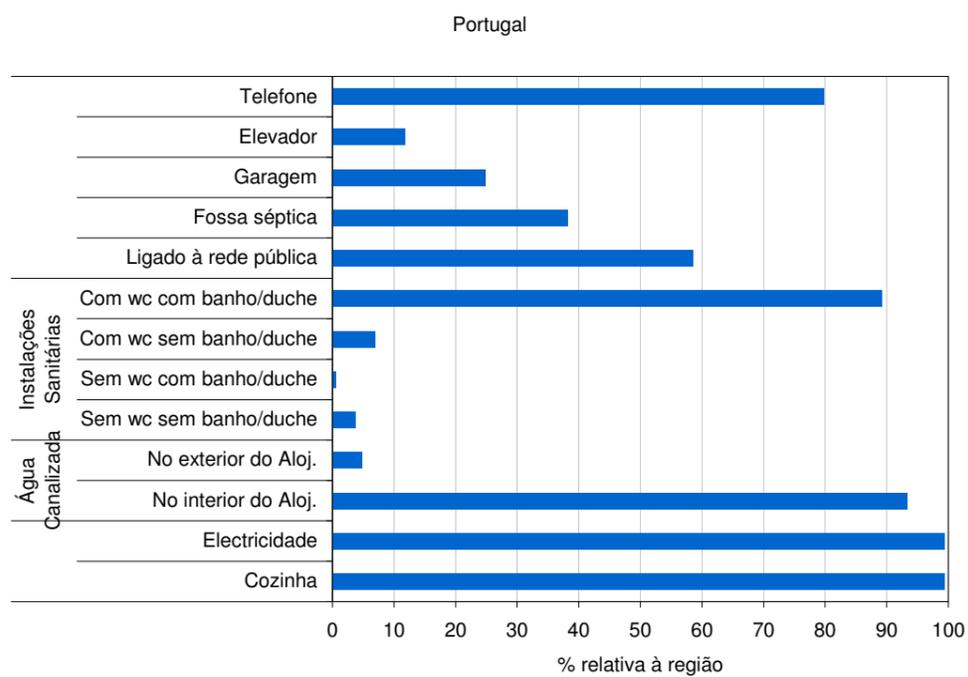
Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

Área em 1997



Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

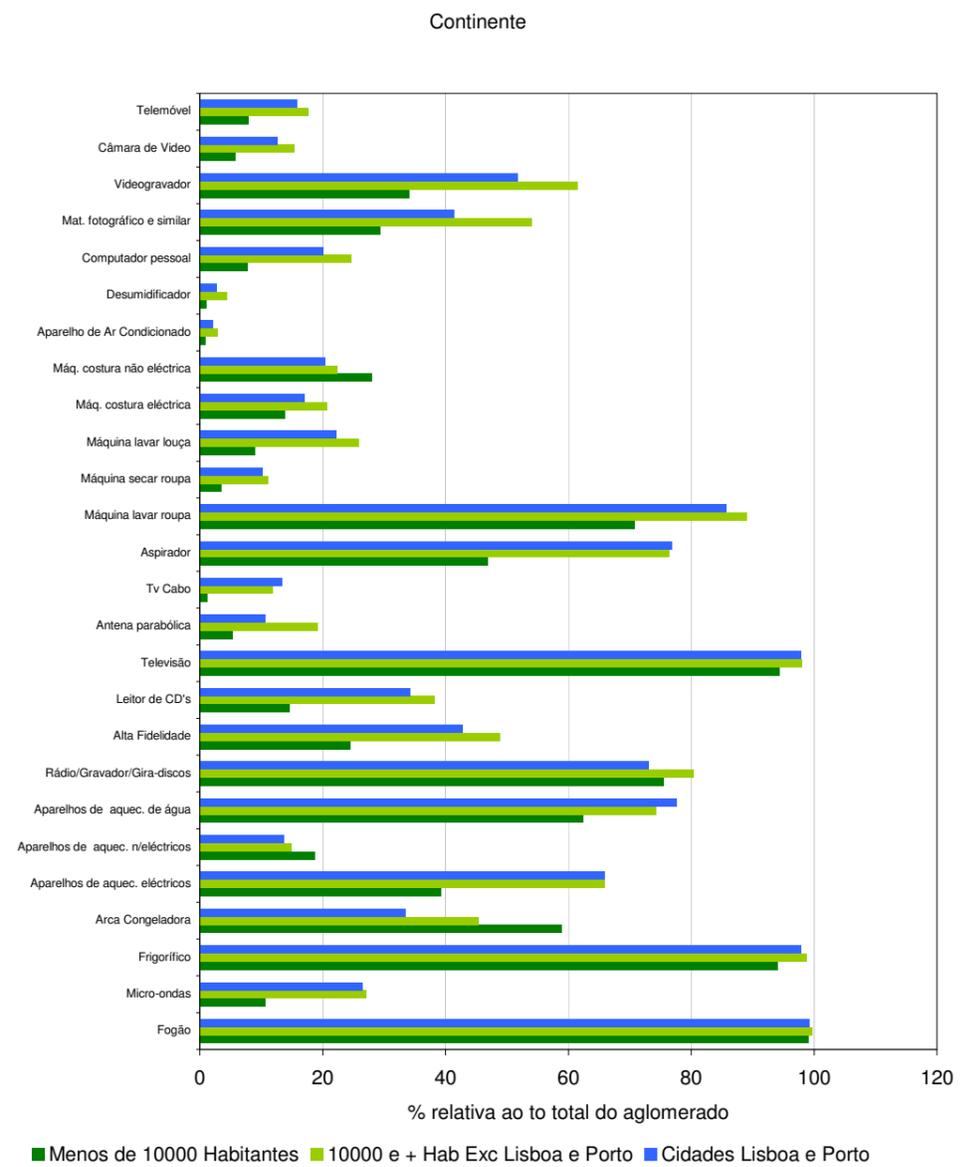
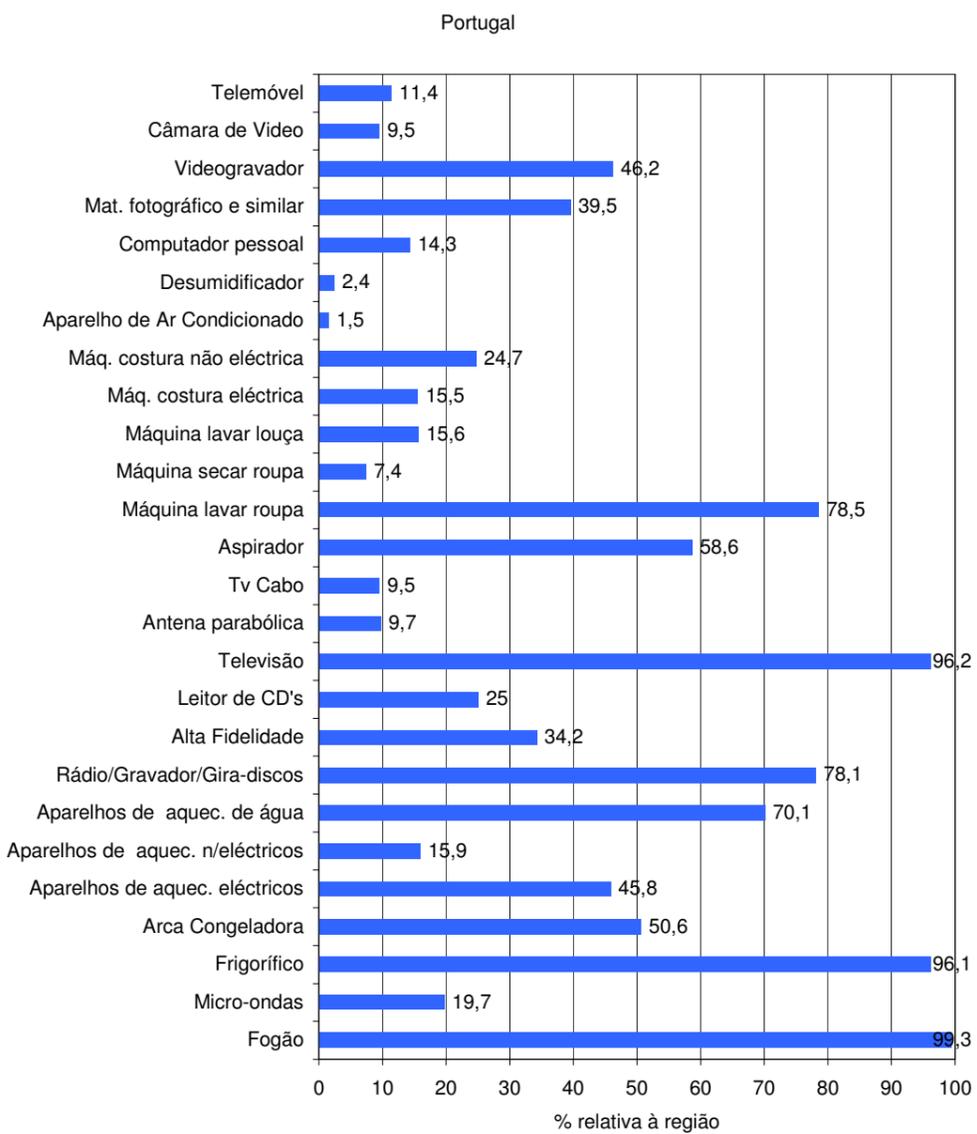
Alojamento segundo principais características em 1997



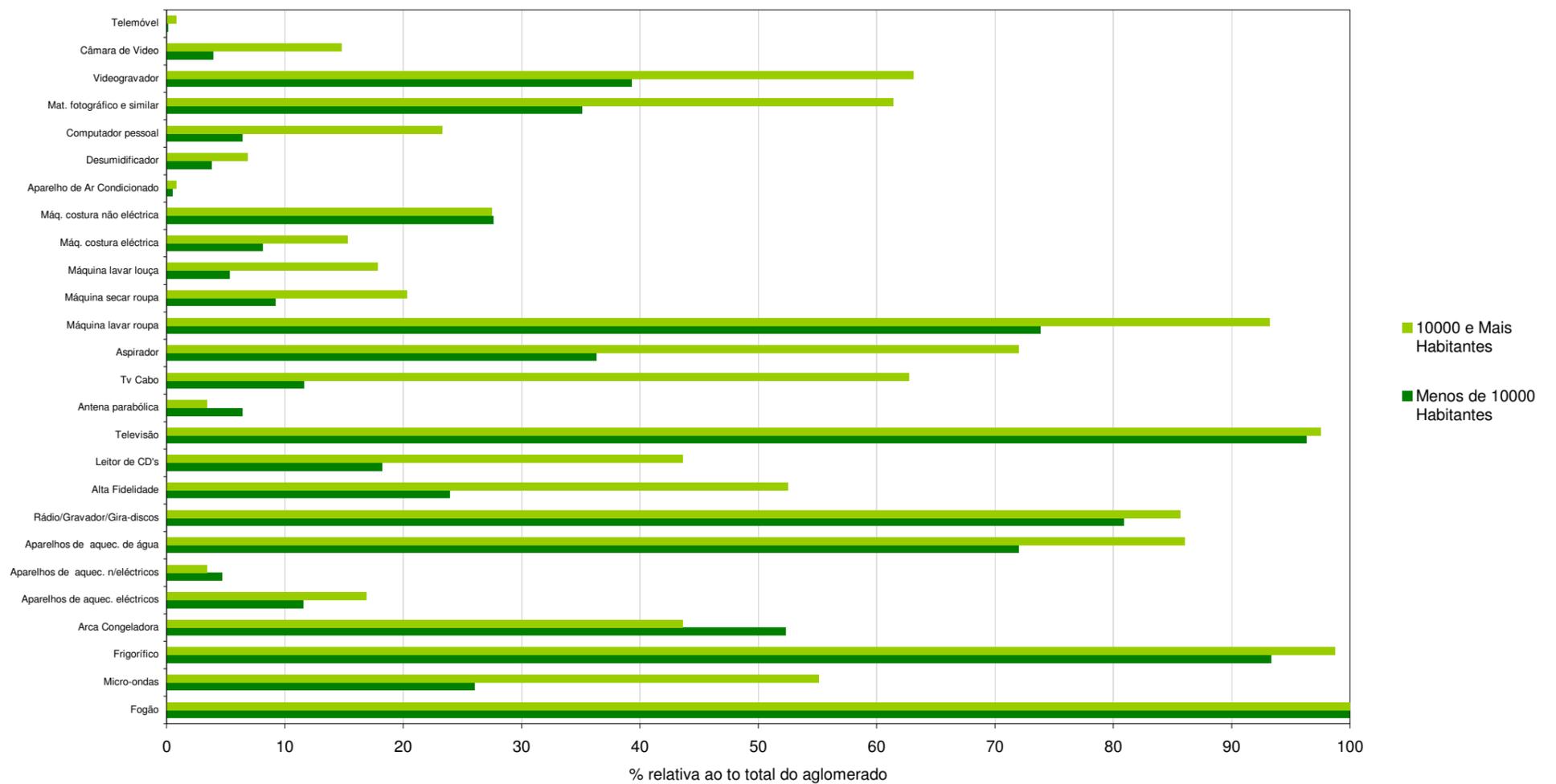
Fonte: Indicadores de Conforto das Famílias - INE - 1997.

Nota: em percentagem relativa à região, por região, percentagem relativa ao total do aglomerado, continente (com menos de 10 000 habitantes, com mais de 10 000 habitantes, excluindo Lisboa e Porto, Lisboa e Porto), Região Autónoma dos Açores e Região autónoma da Madeira, em 1997.

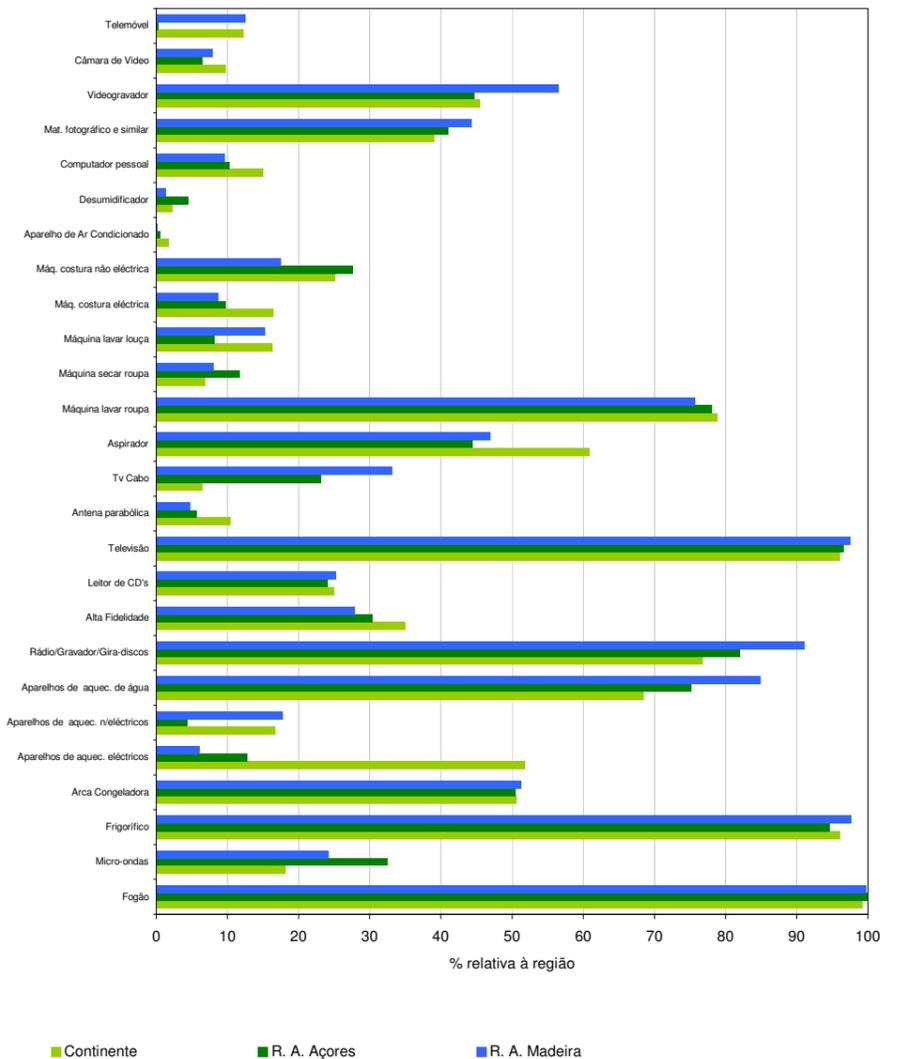
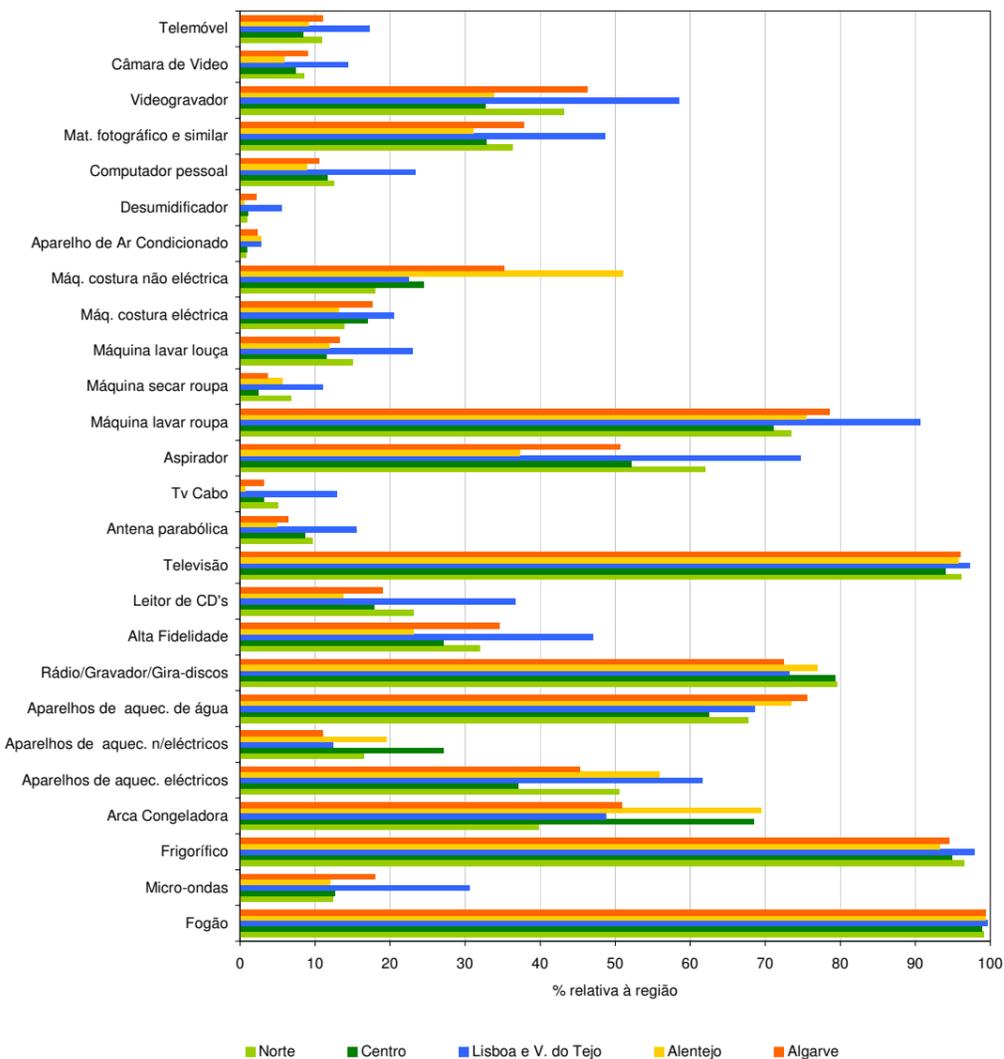
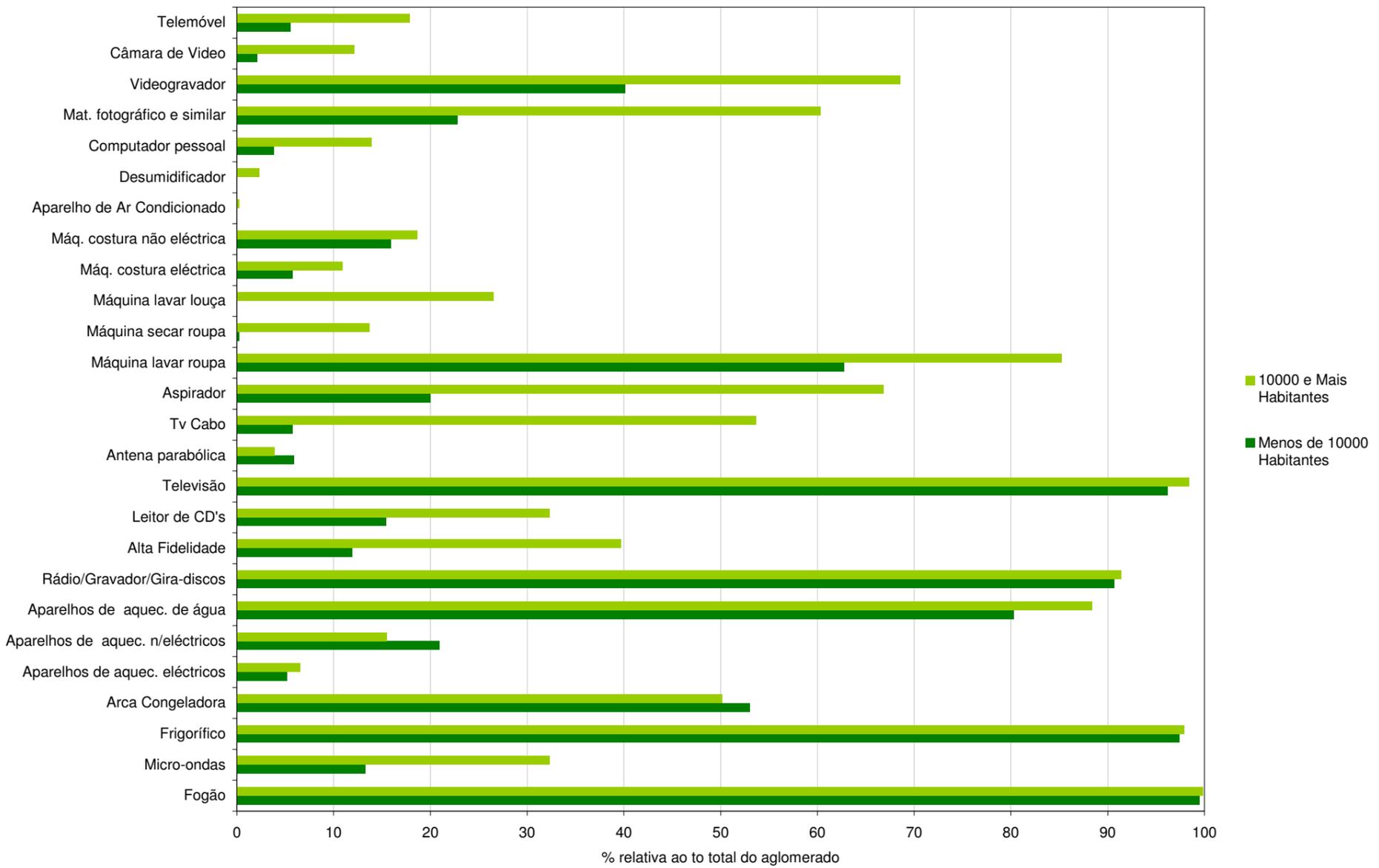
Bens de equipamento em 1997.



R. A. Açores

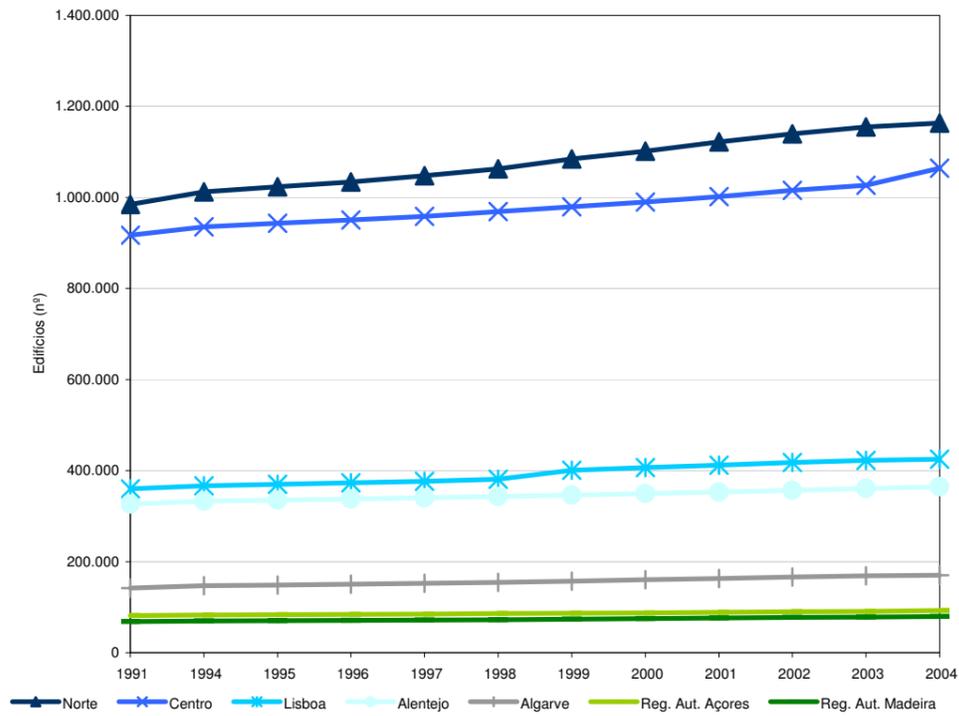
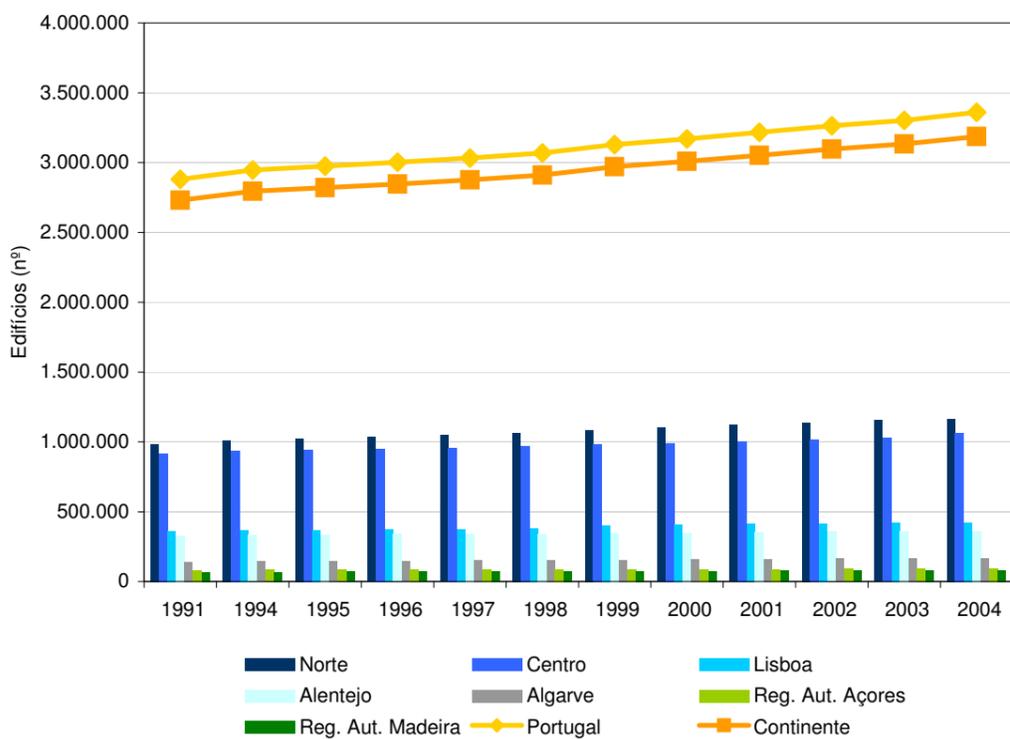


R. A. Madeira

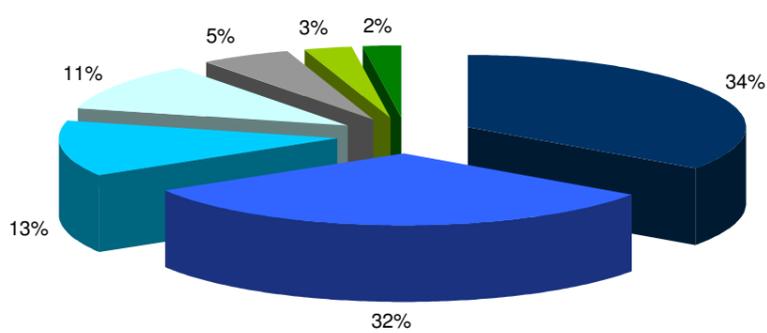


Parque Habitacional

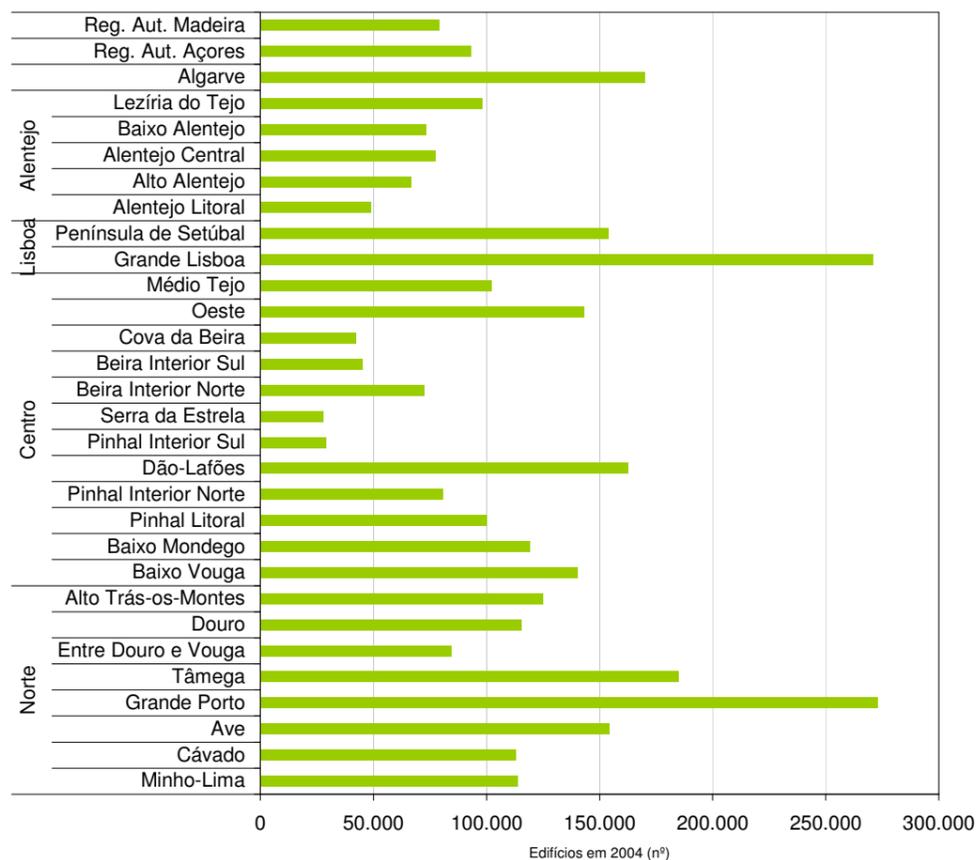
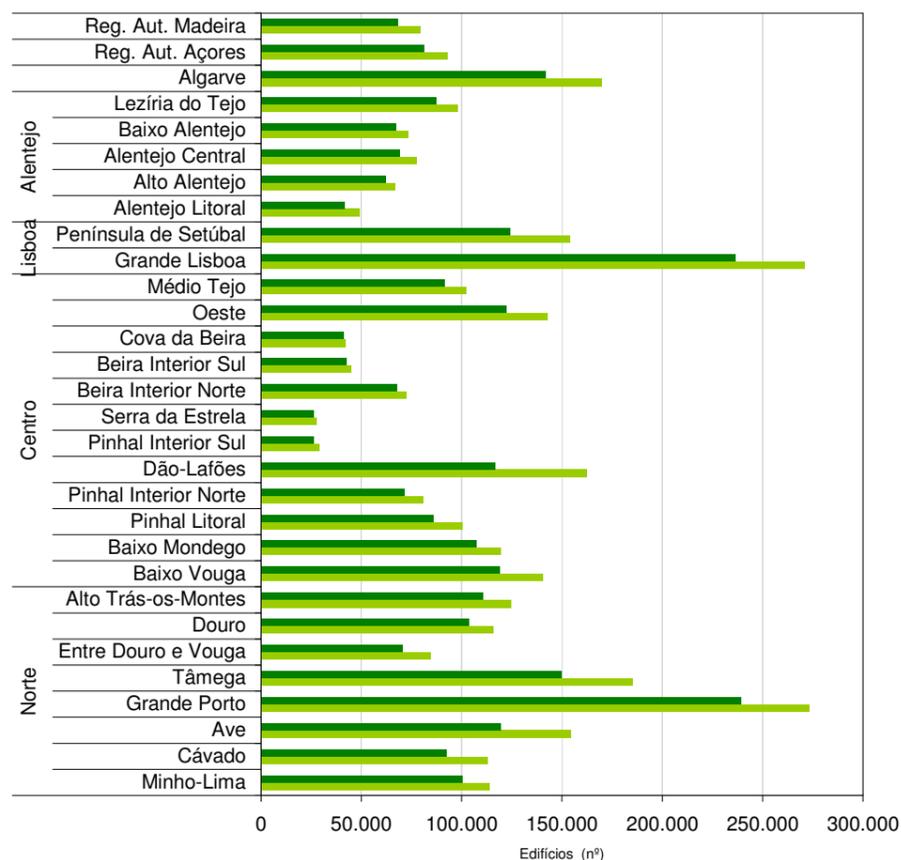
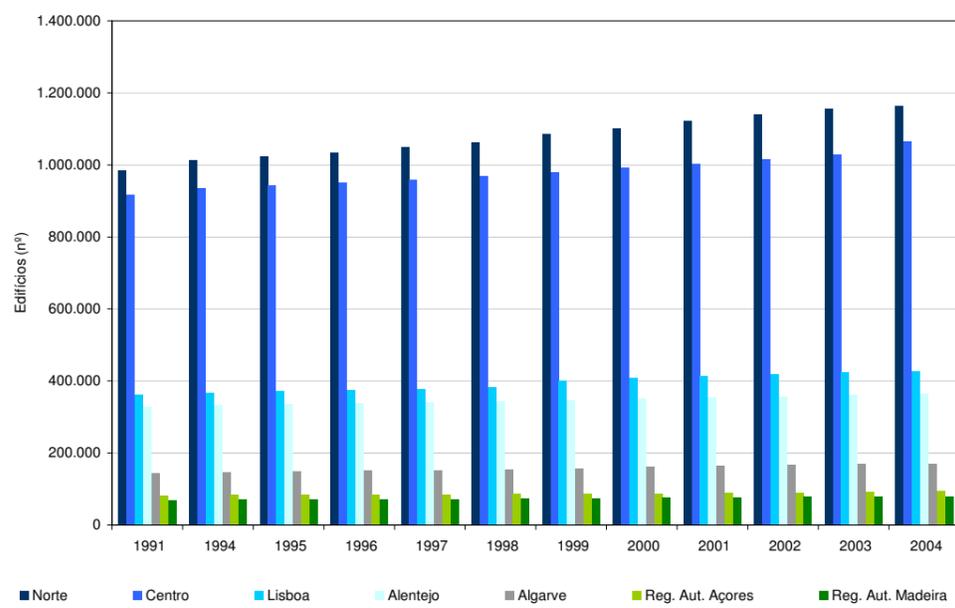
Estimativas do Parque Habitacional - Edifícios



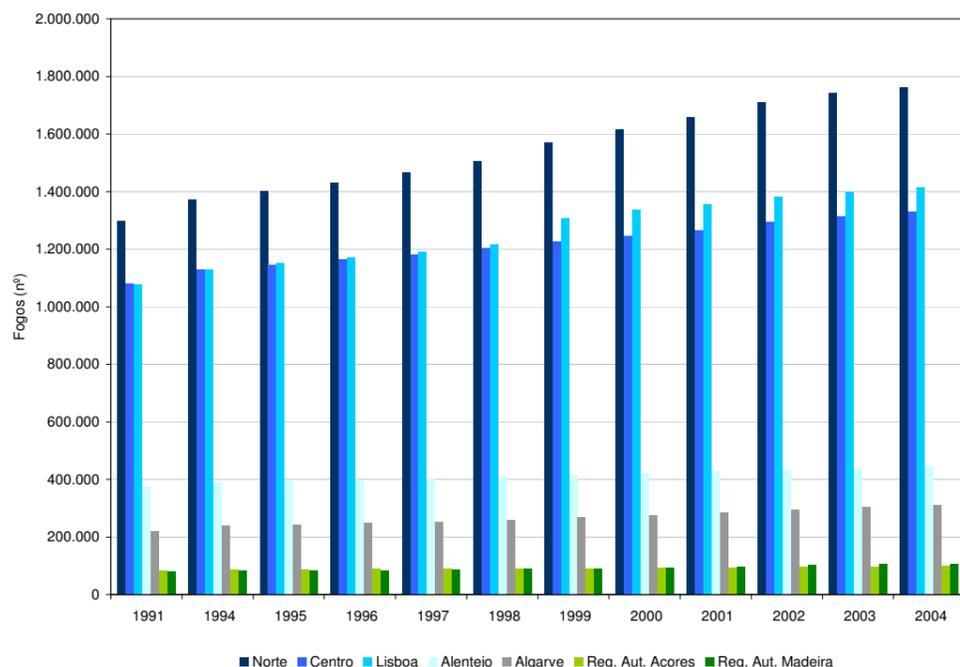
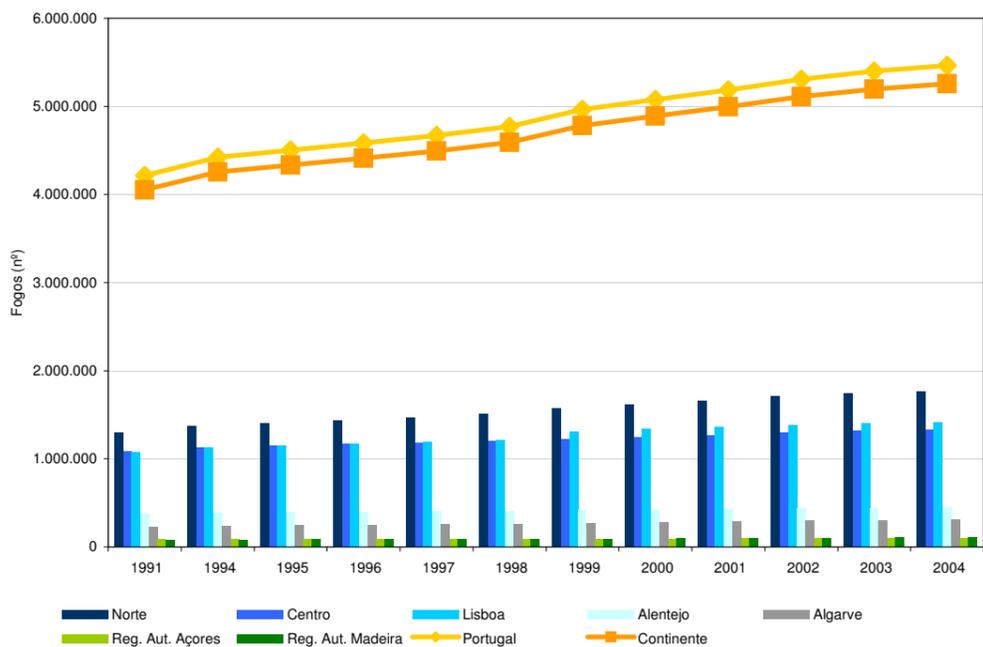
2004



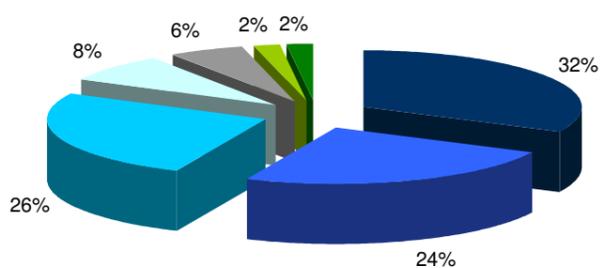
■ Norte ■ Centro ■ Lisboa ■ Alentejo ■ Algarve ■ Reg. Aut. Açores ■ Reg. Aut. Madeira



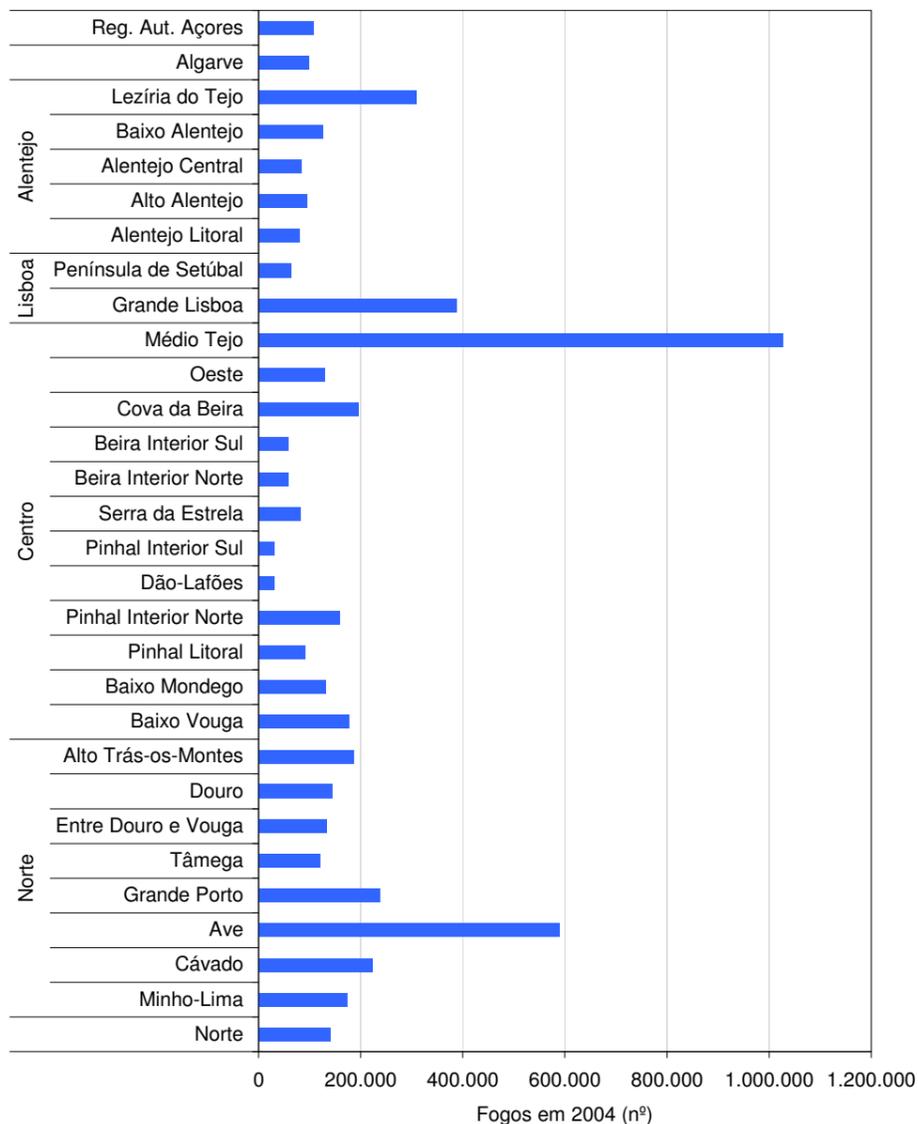
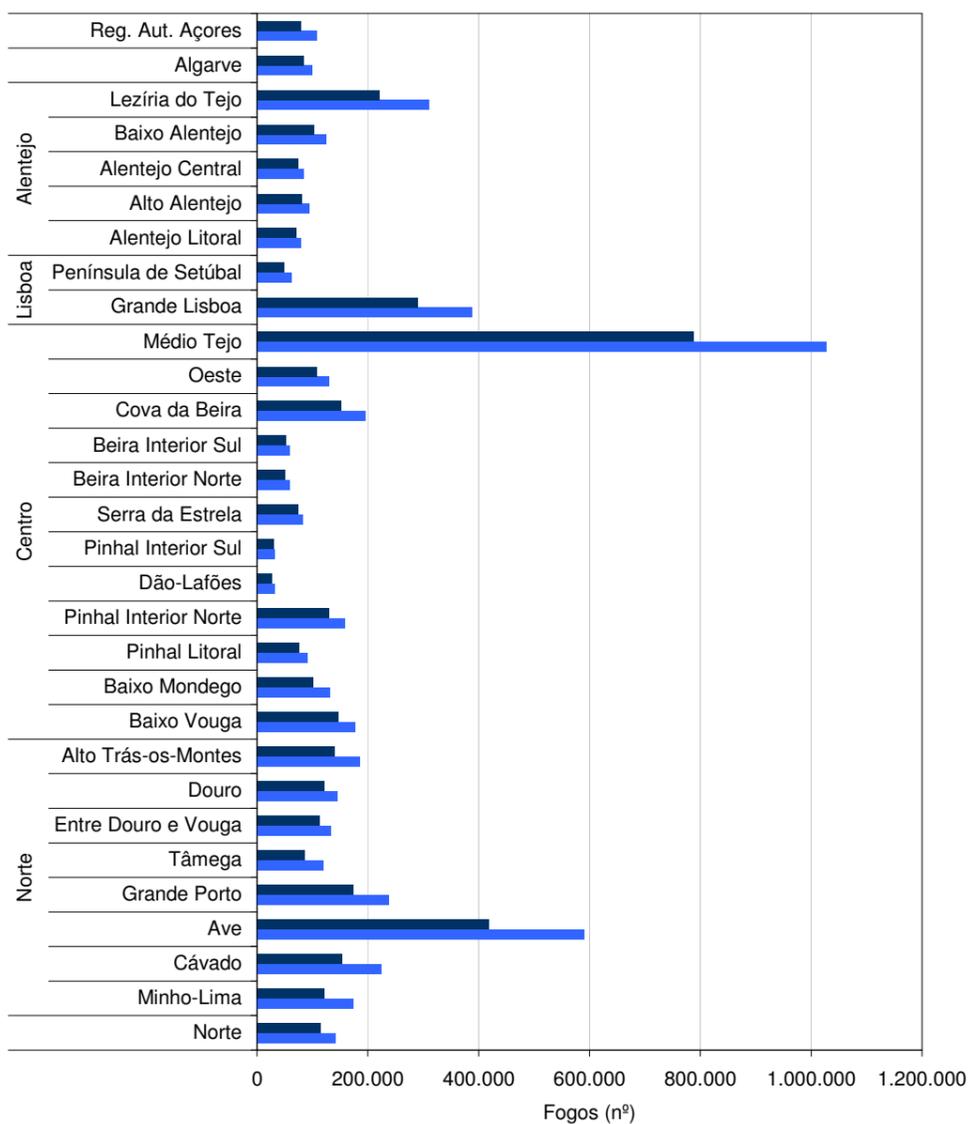
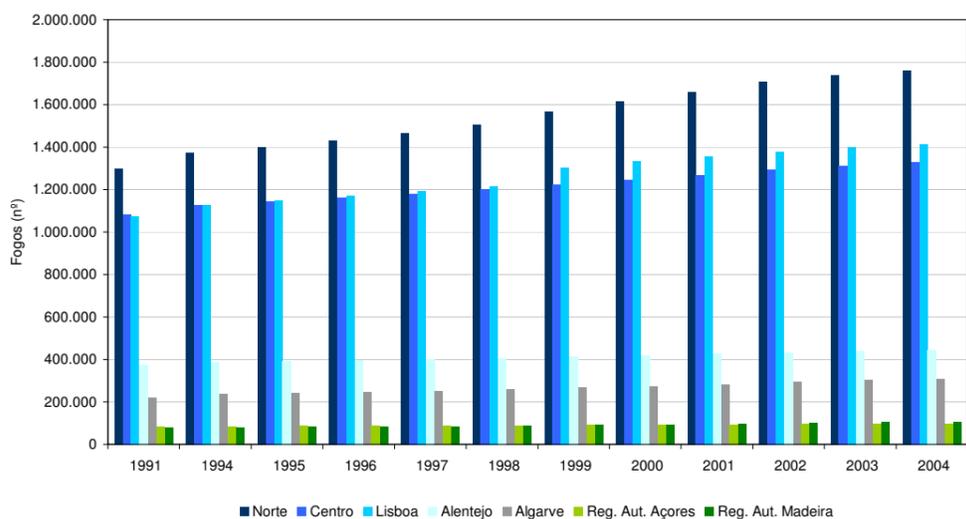
Estimativas do Parque Habitacional - Fogos



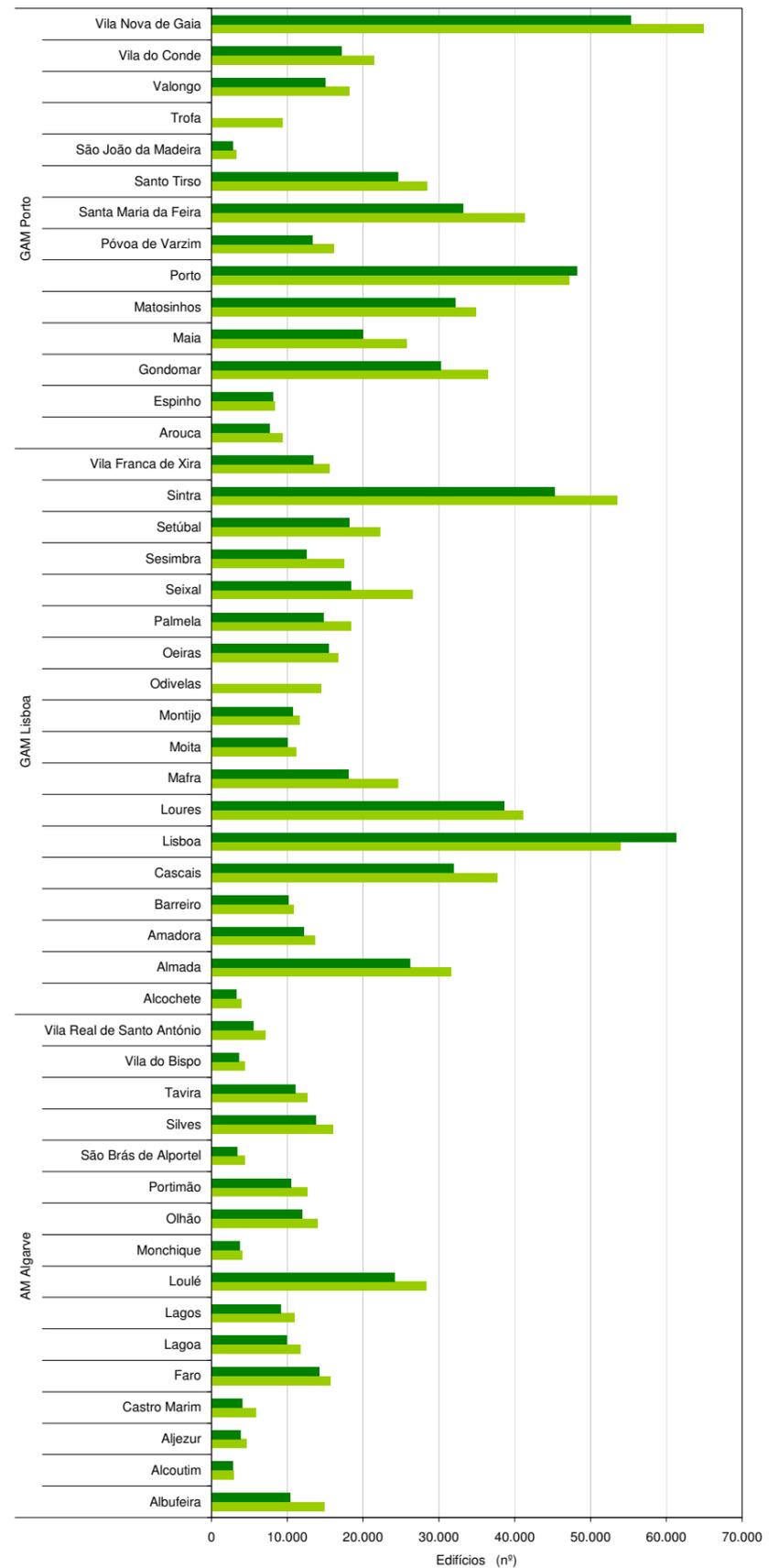
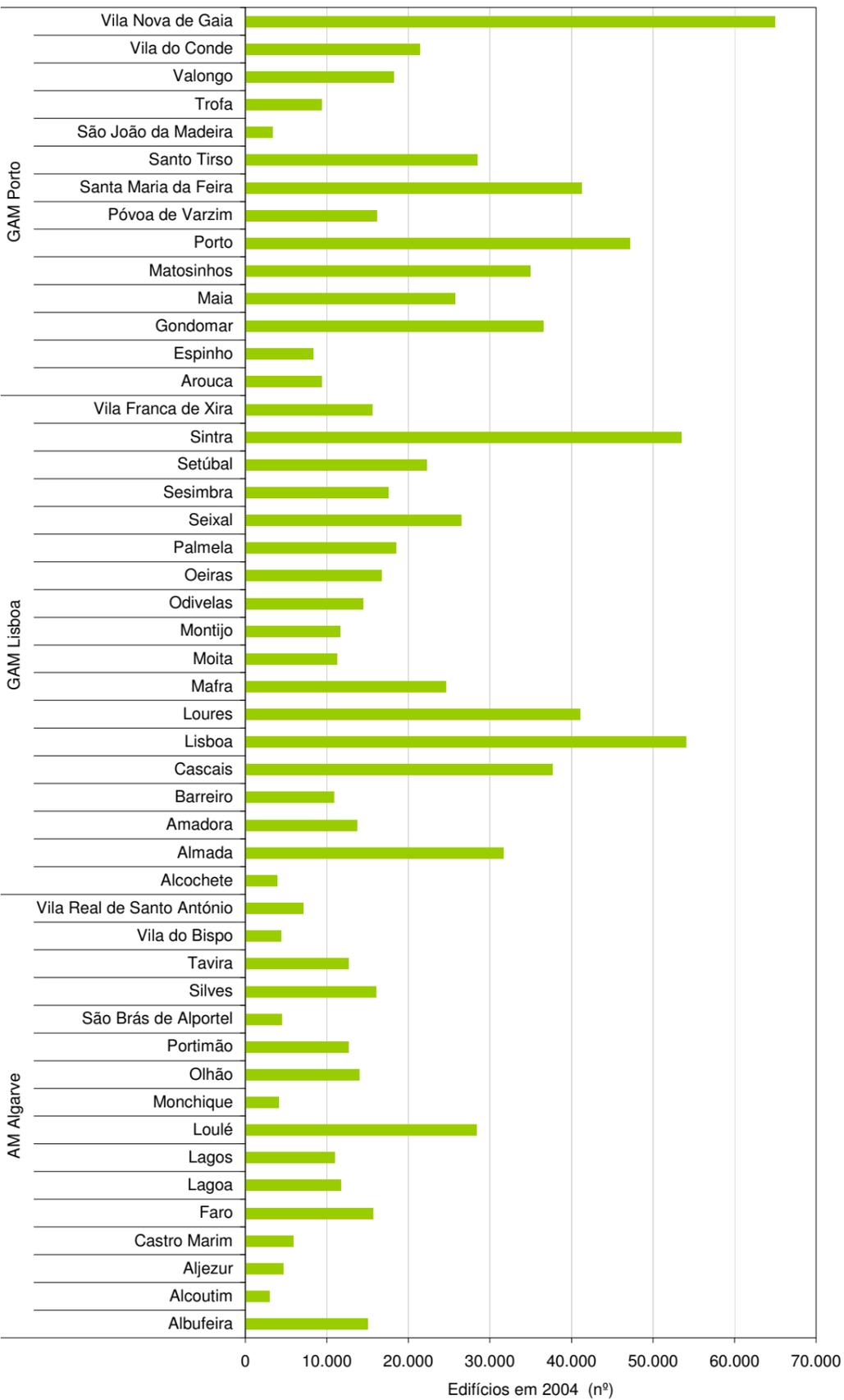
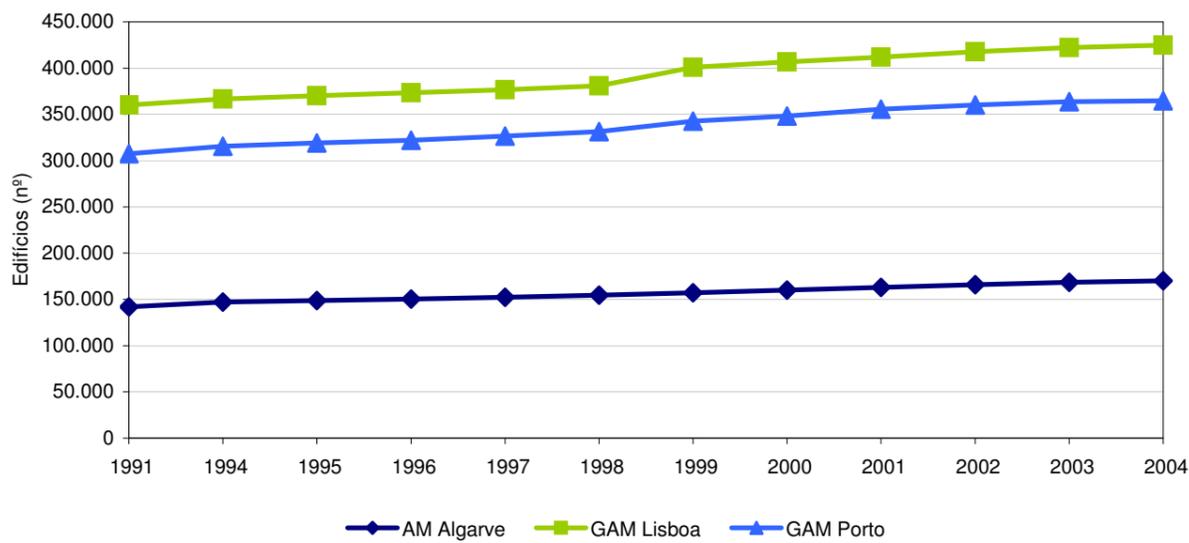
2004



■ Norte ■ Centro ■ Lisboa ■ Alentejo ■ Algarve ■ Reg. Aut. Açores ■ Reg. Aut. Madeira



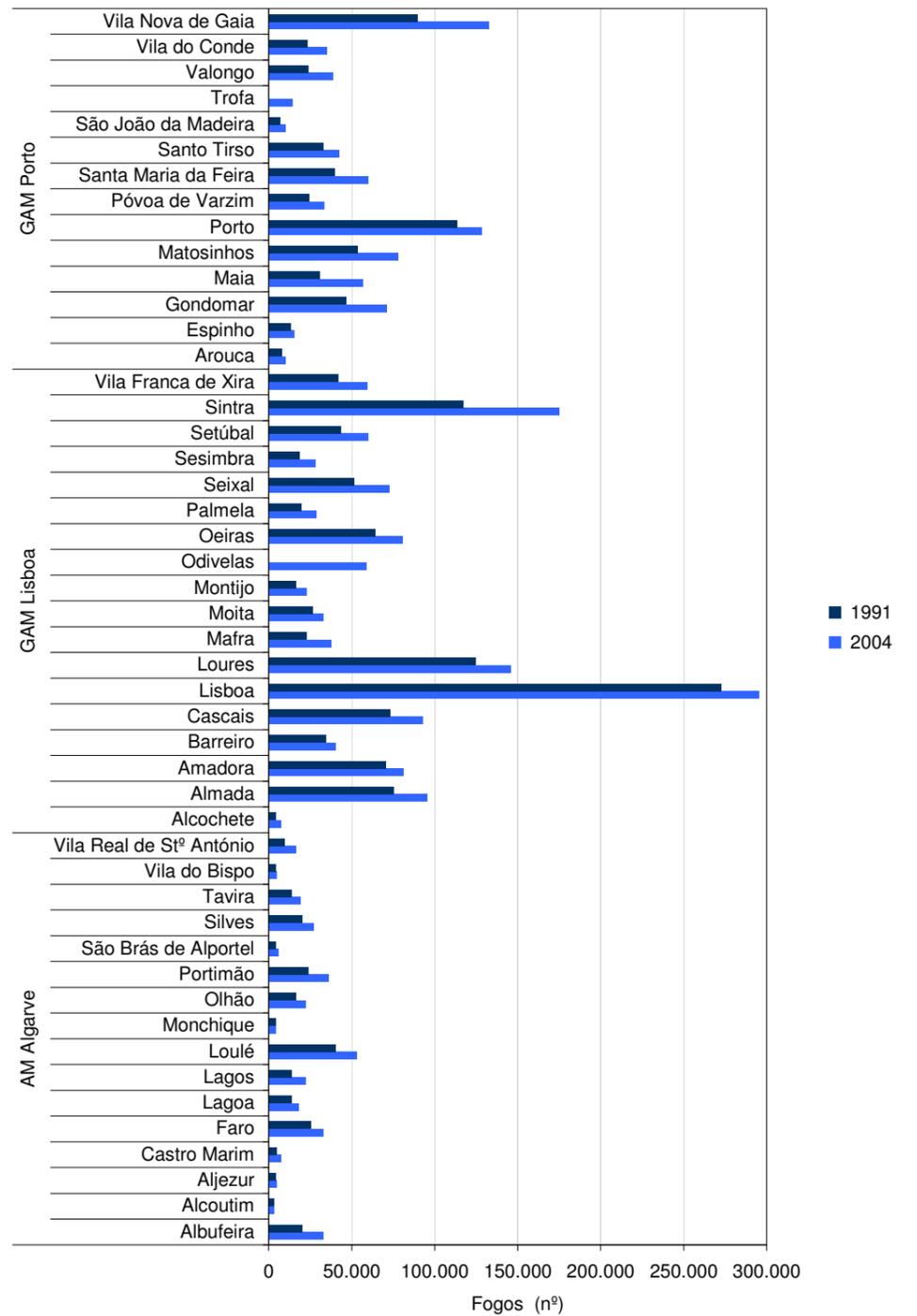
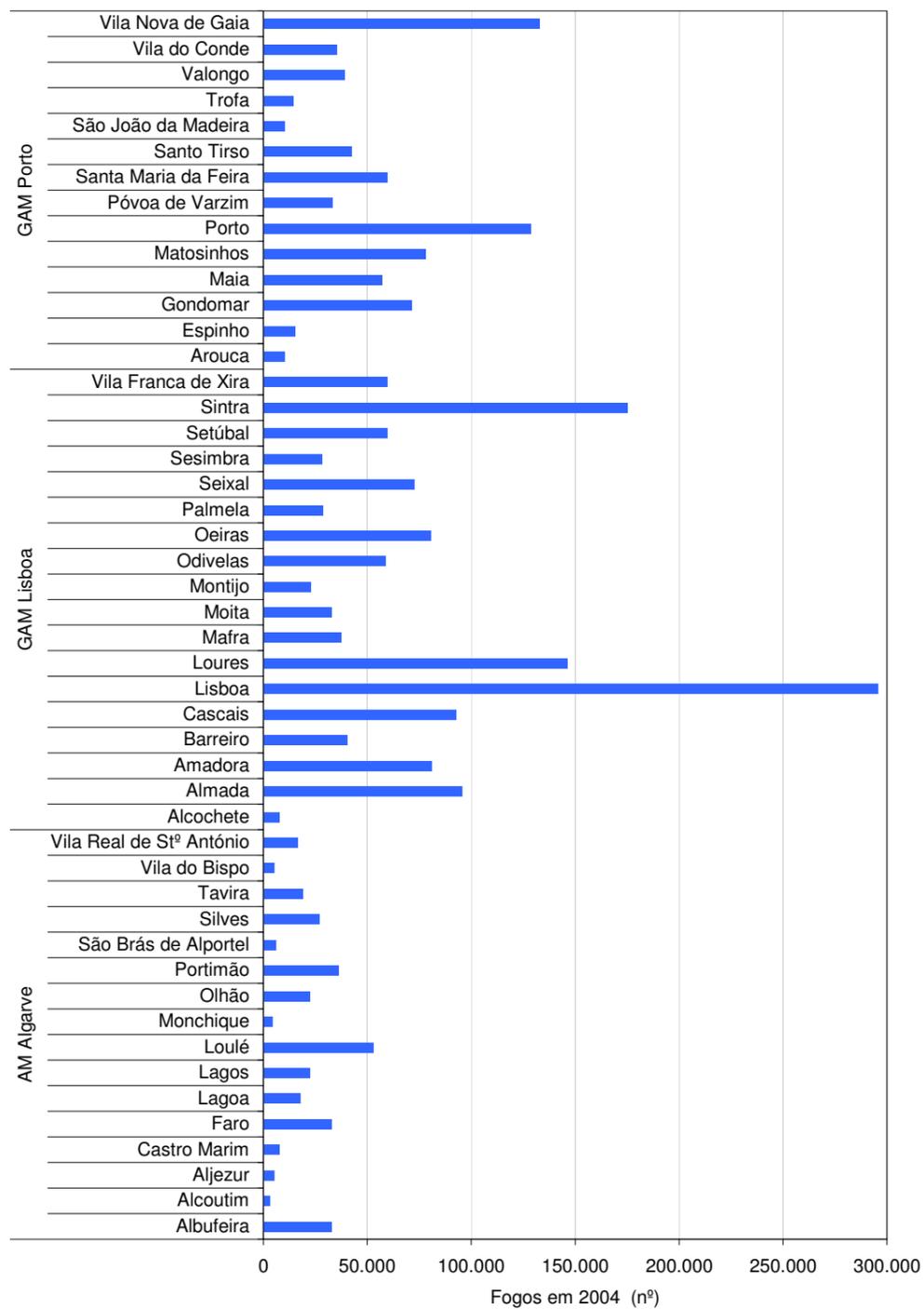
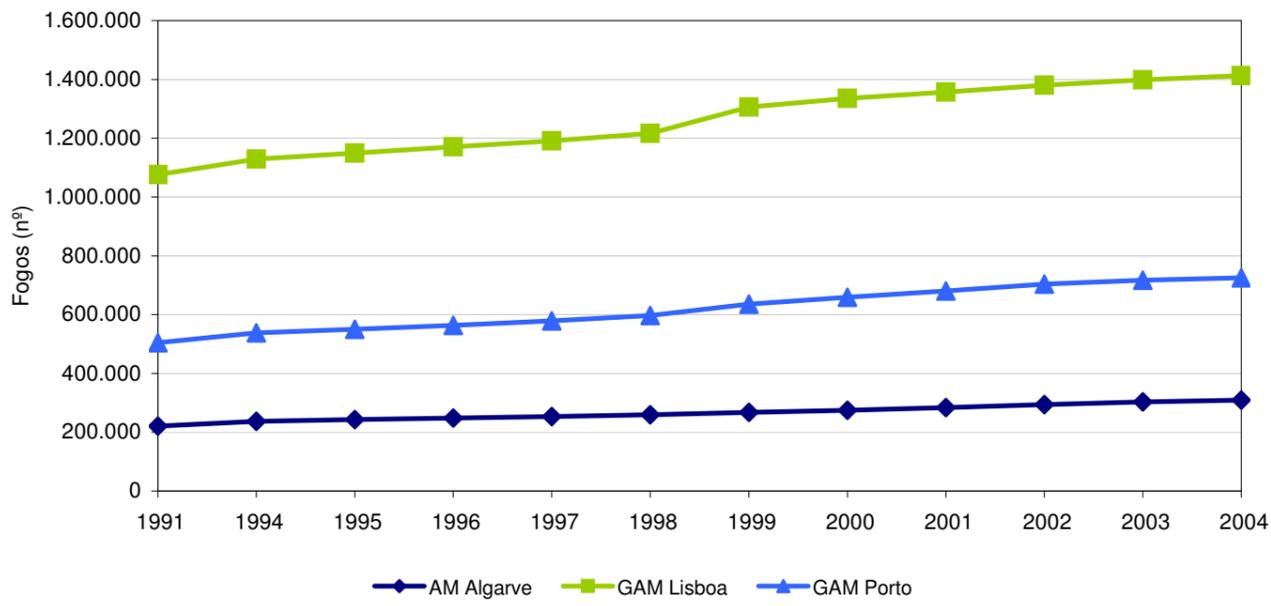
Estimativas do Parque Habitacional 1991, 1994-2004 - Edifícios - Habitação Familiar Clássica, Áreas Metropolitanas e respectivos Concelhos



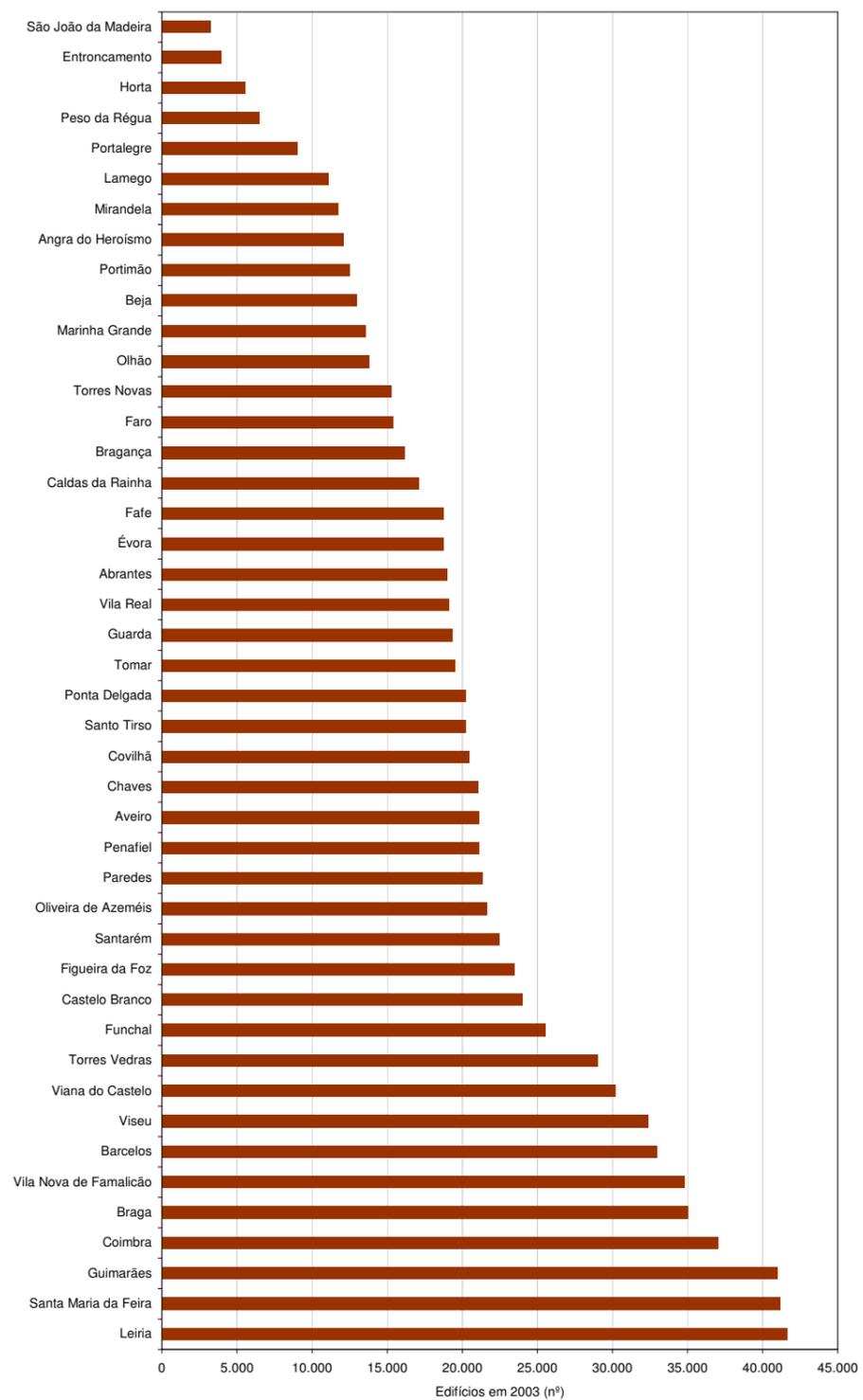
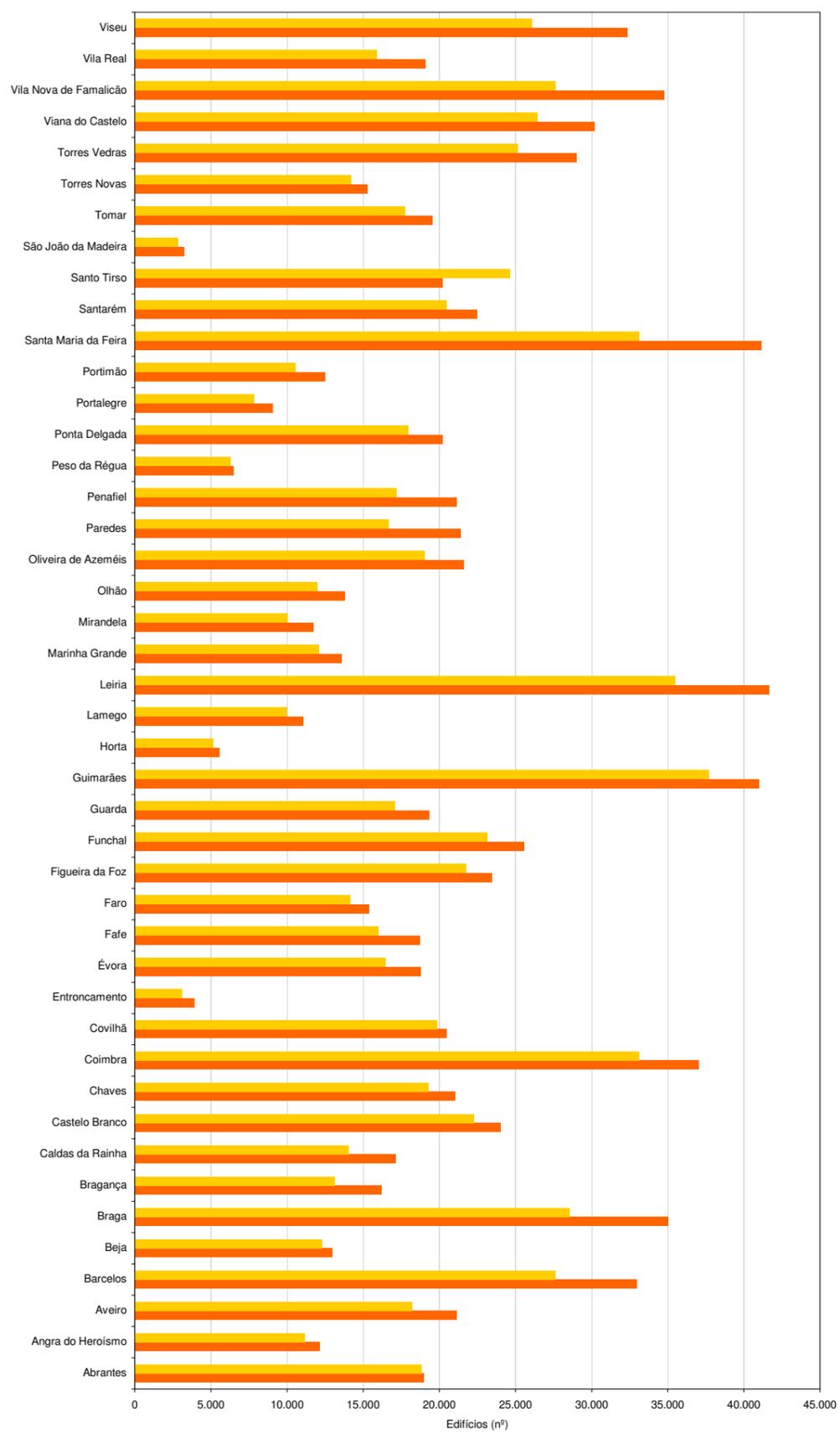
Fonte: Estatísticas da Construção e da Habitação 2004. INE

Nota: Os dados relativos aos concelhos de Lisboa e de Sintra, por consequência a GAM Lisboa, encontram-se subavaliados por apenas

Estimativas do Parque Habitacional 1991, 1994-2004 - Fogos - Áreas Metropolitanas e respectivos Concelhos

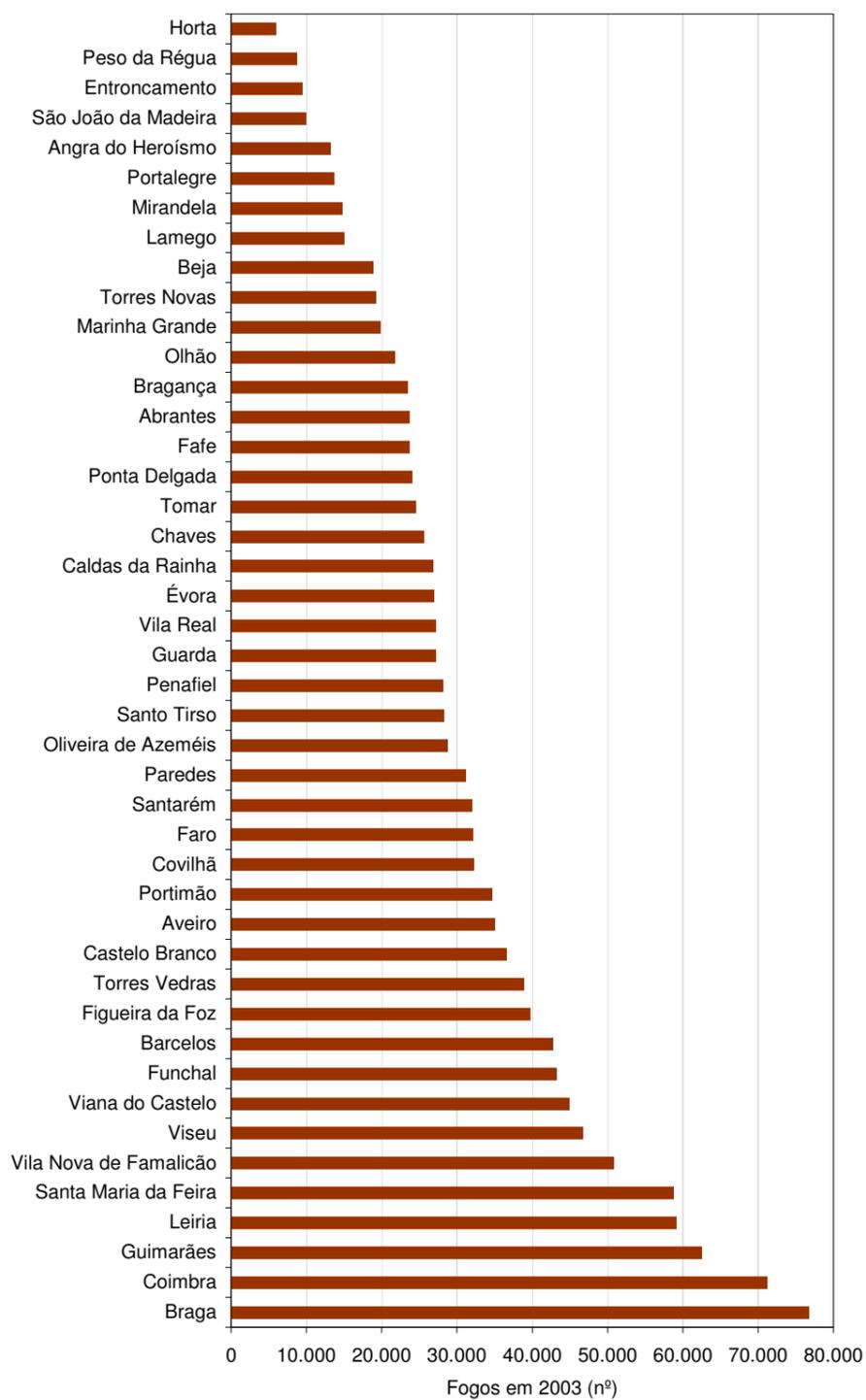
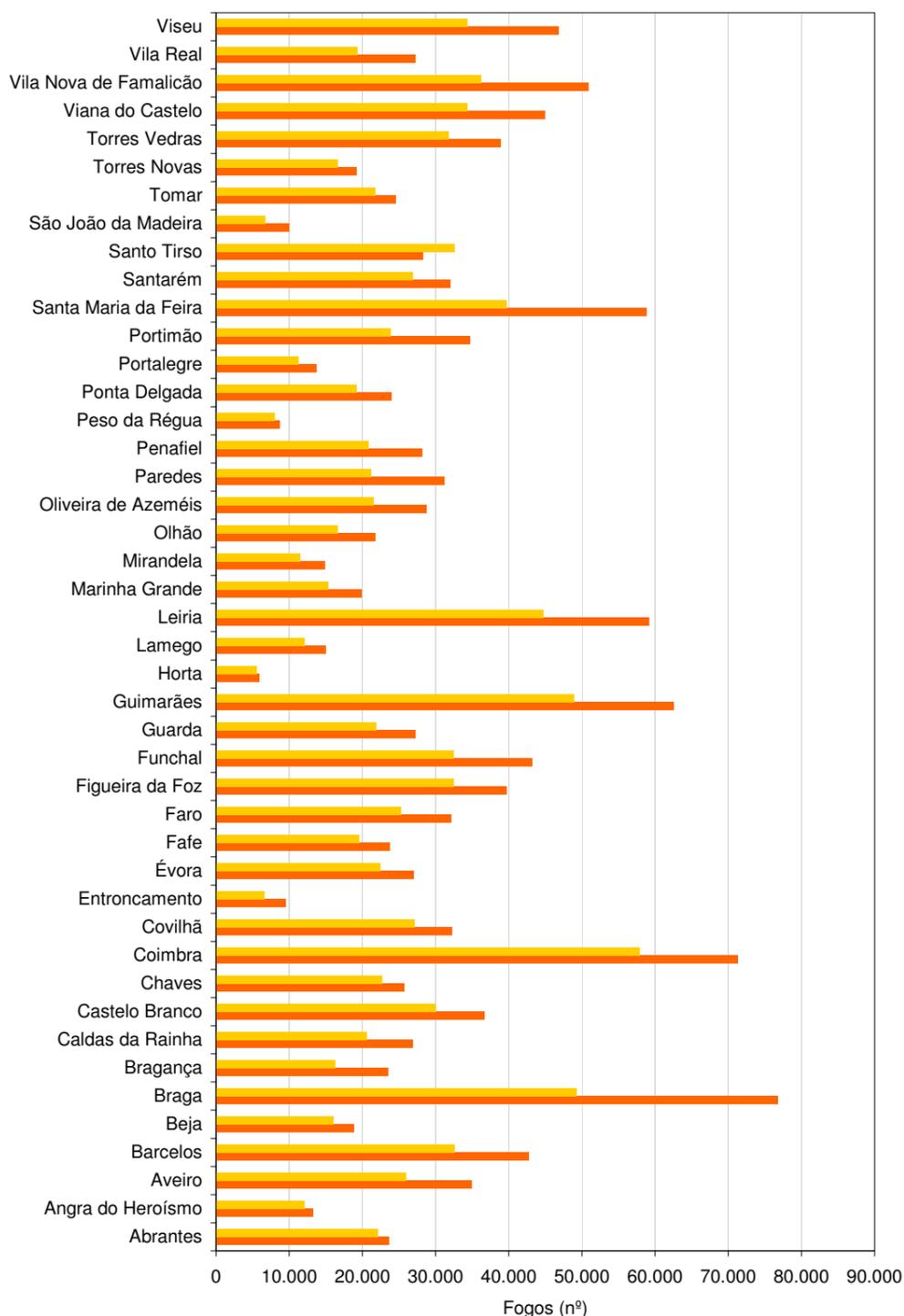


Estimativas do Parque Habitacional 1991-2003 - Edifícios para Habitação Familiar Clássica - Concelhos - Cidades Médias



Fonte: Estatísticas da Construção e da Habitação 2003. INE

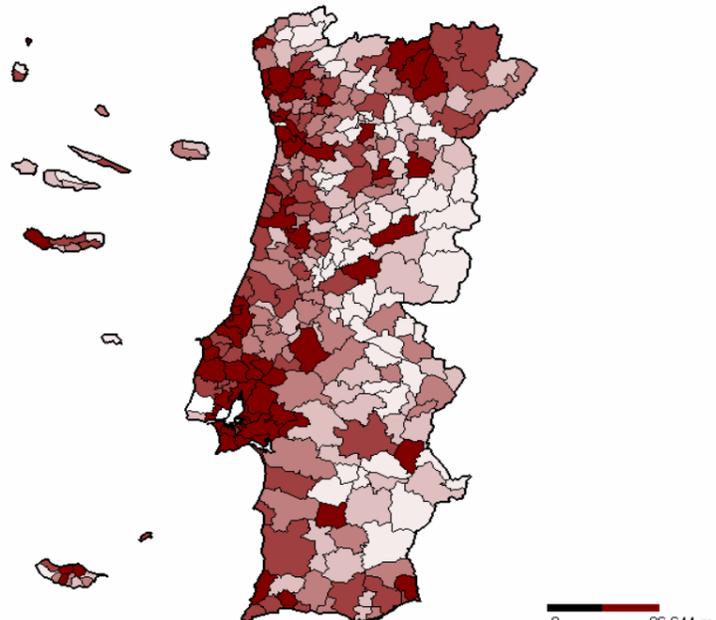
Estimativas do Parque Habitacional 1991-2003 - Fogos - Concelhos - Cidades Médias



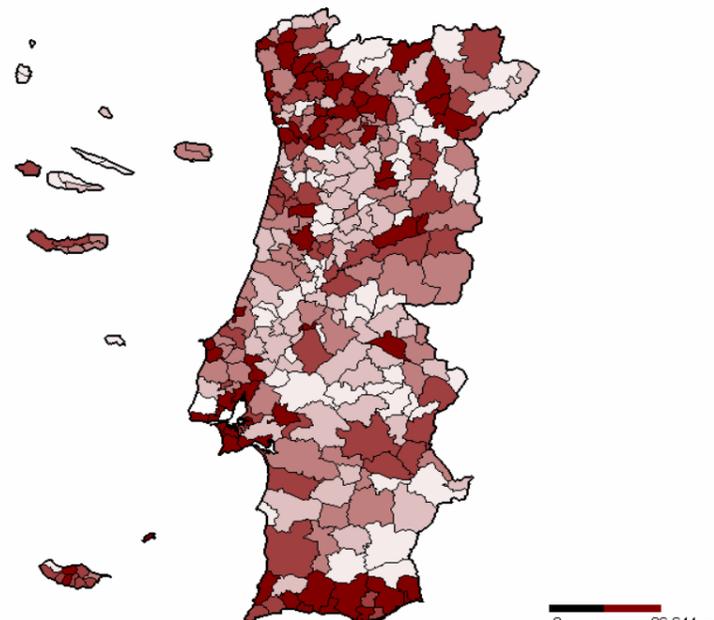
Fonte: Estatísticas da Construção e da Habitação 2003. INE

Licenciamento e Construção

Licenças de construção novas em Portugal entre 2000 e 2002 (%)

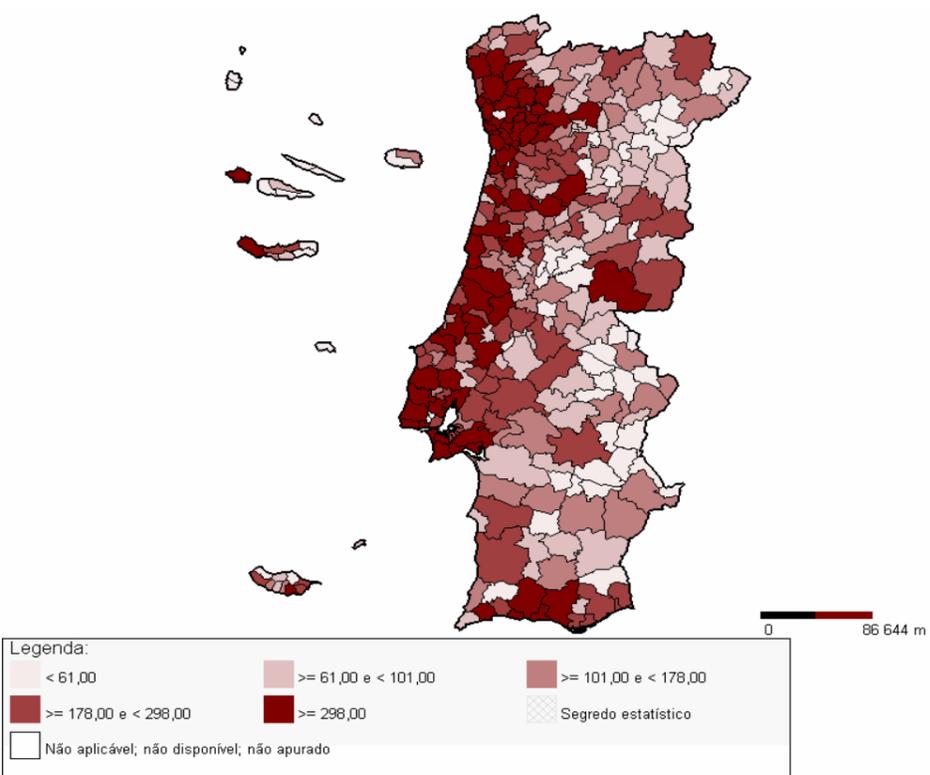


Licenças de construção emitidas para a habitação em Portugal entre 2000 e 2002 (%)

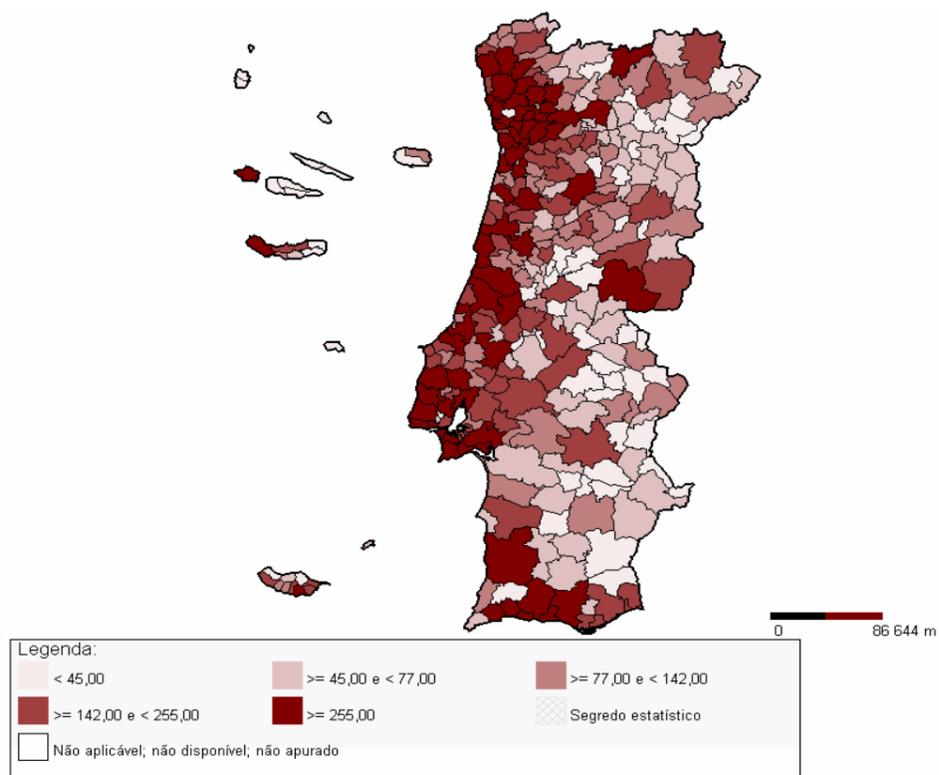


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção emitidas em Portugal em 2000

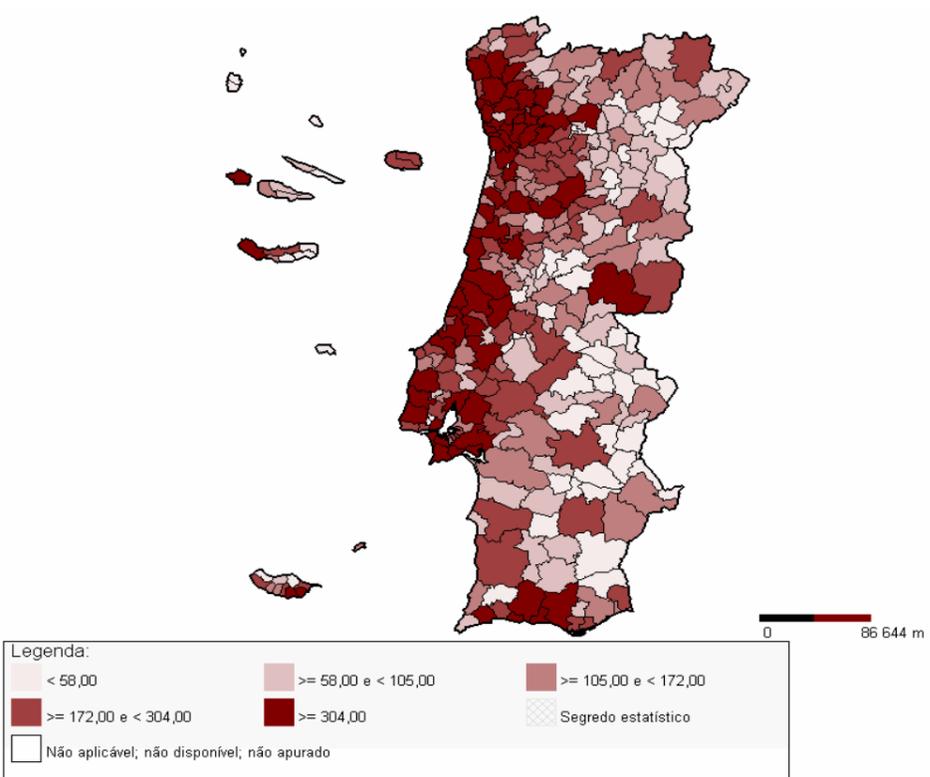


Licenças de construção emitidas para a a habitação em Portugal em 2000

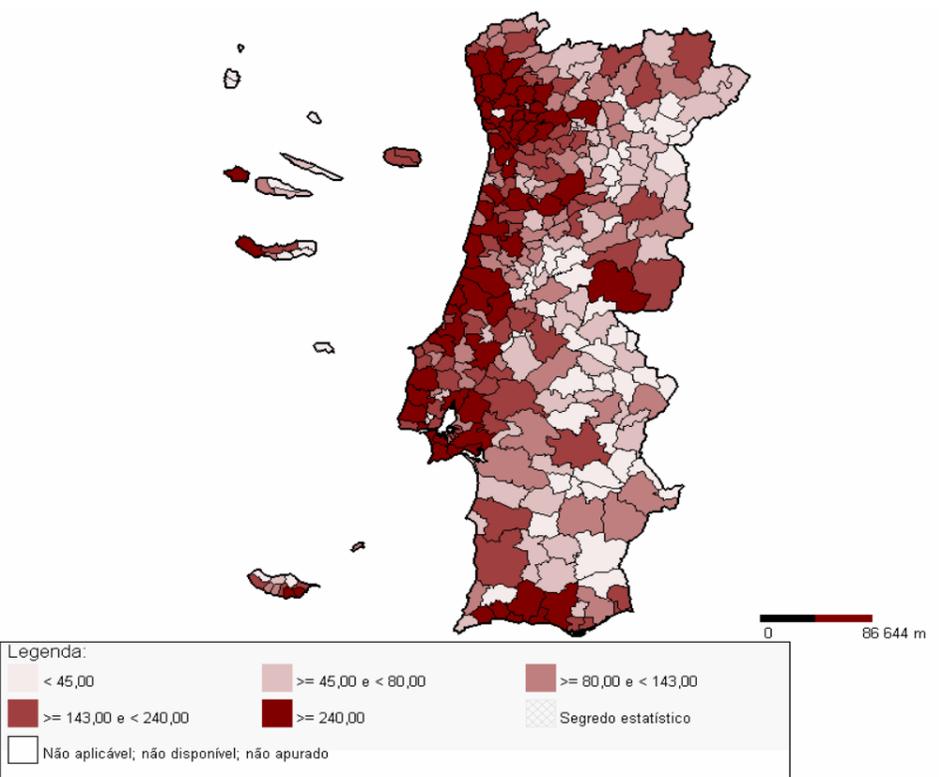


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção emitidas em Portugal em 2001

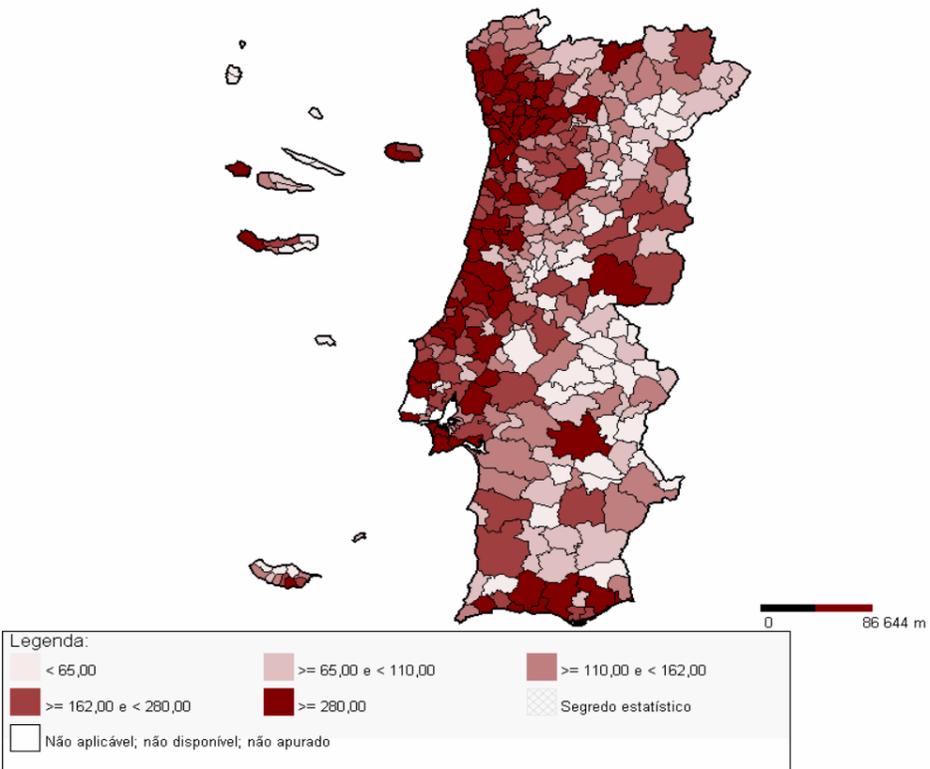


Licenças de construção emitidas para a a habitação em Portugal em 2001

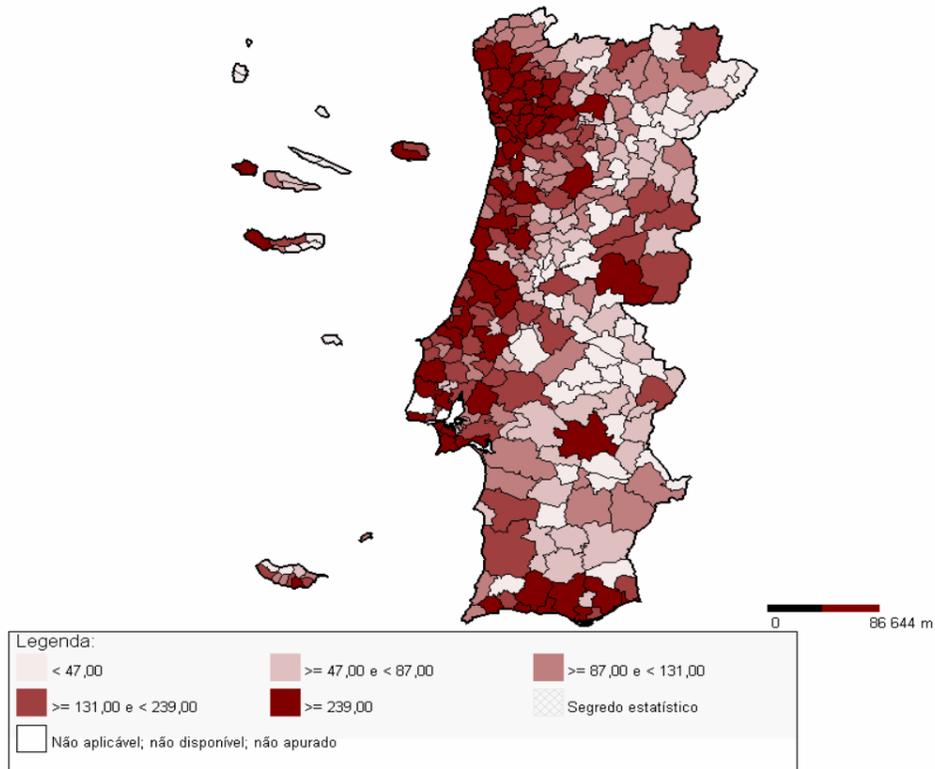


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção emitidas em Portugal em 2002



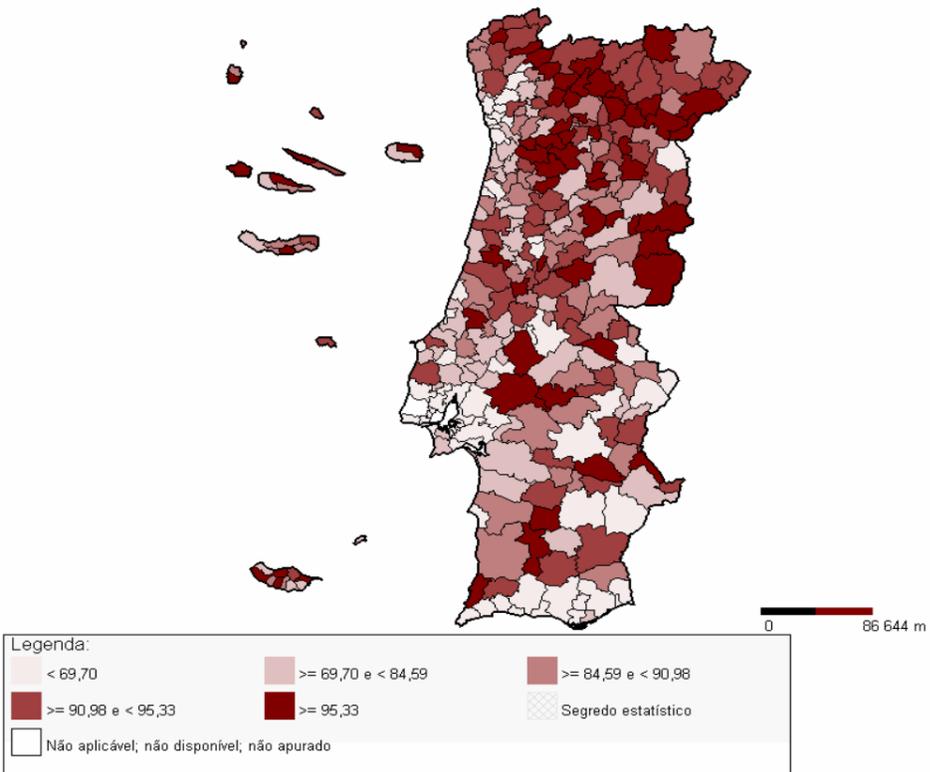
Licenças de construção emitidas para a habitação em Portugal em 2002



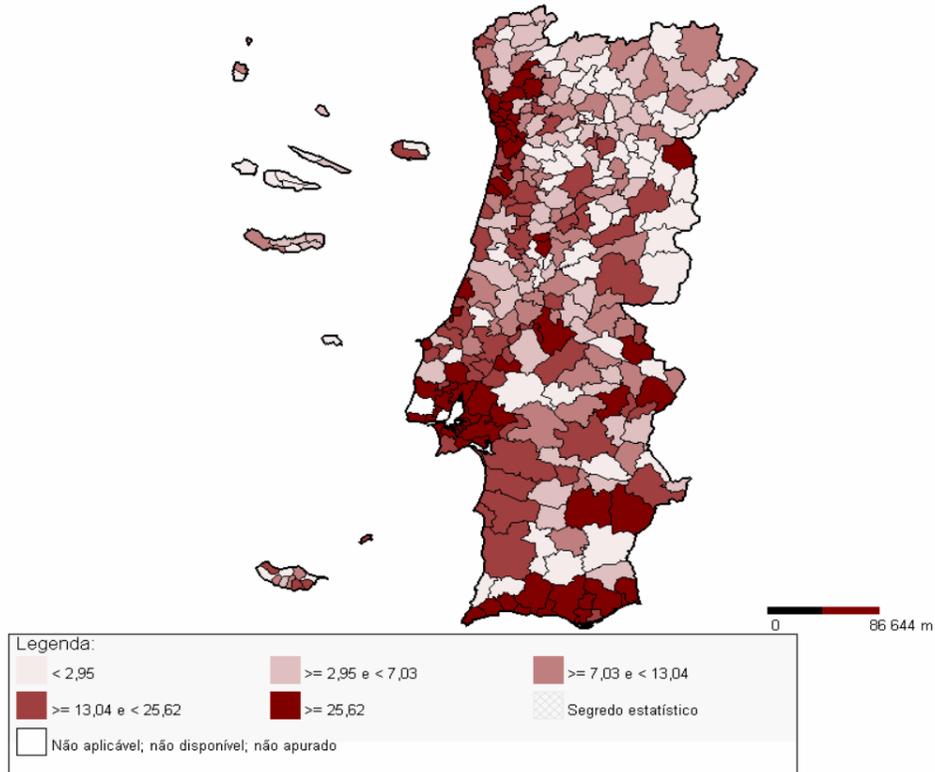
Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção por entidade investidora

Licenças de construções novas solicitadas por particulares entre 2000 e 2002 (%)

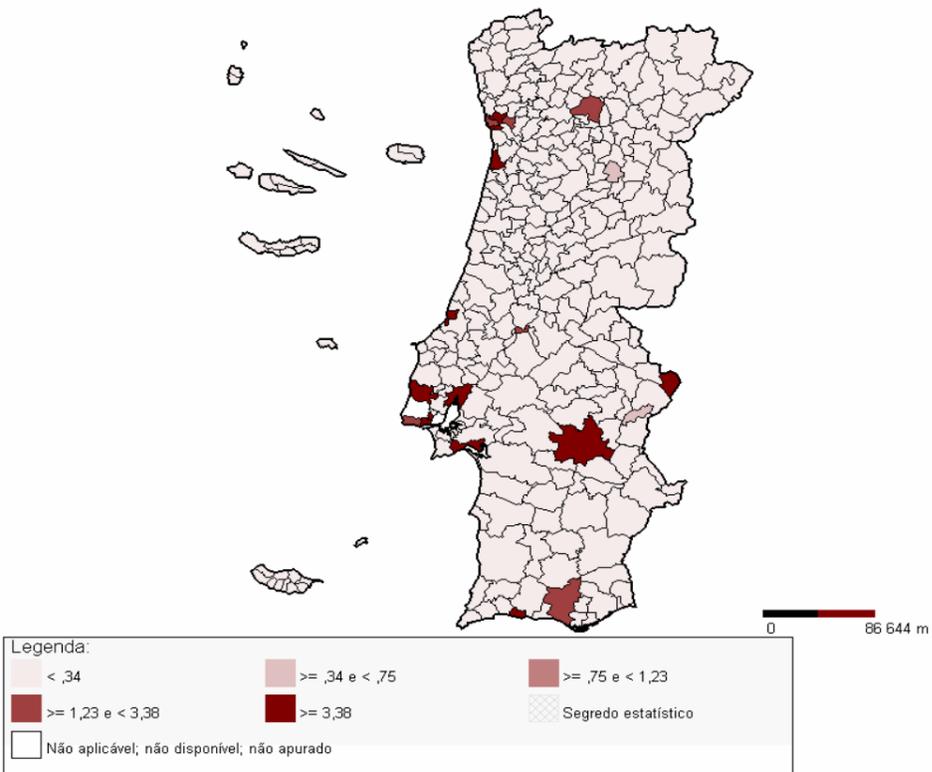


Licenças de construções novas solicitadas por empresas privadas entre 2000 e 2002 (%)

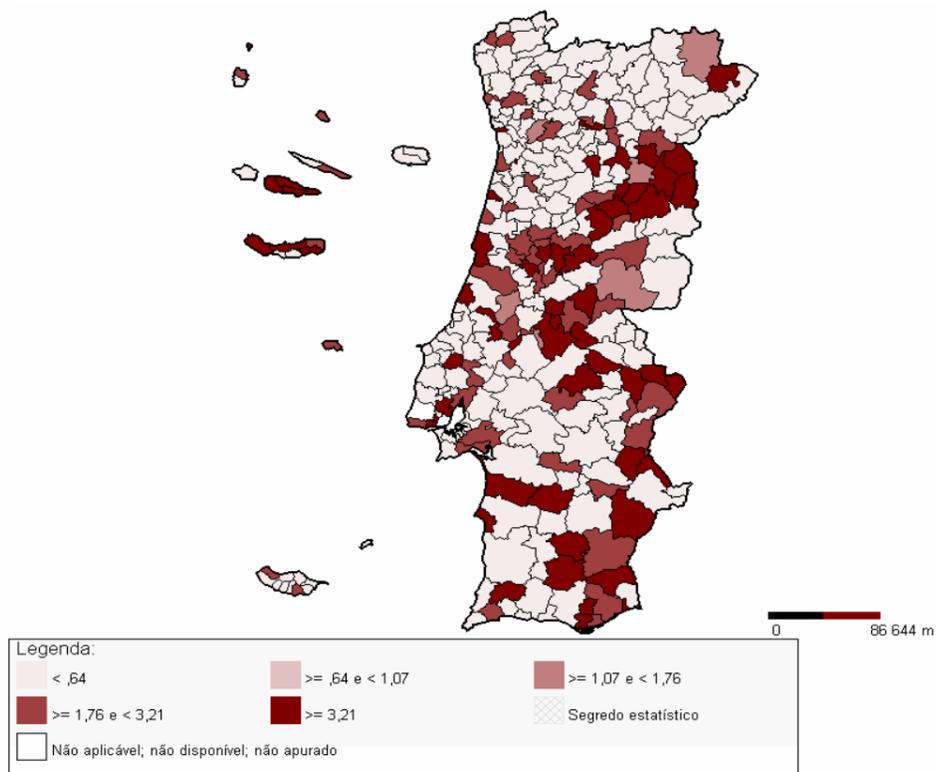


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construções novas solicitadas por cooperativas de habitação entre 2000 e 2002 (%)



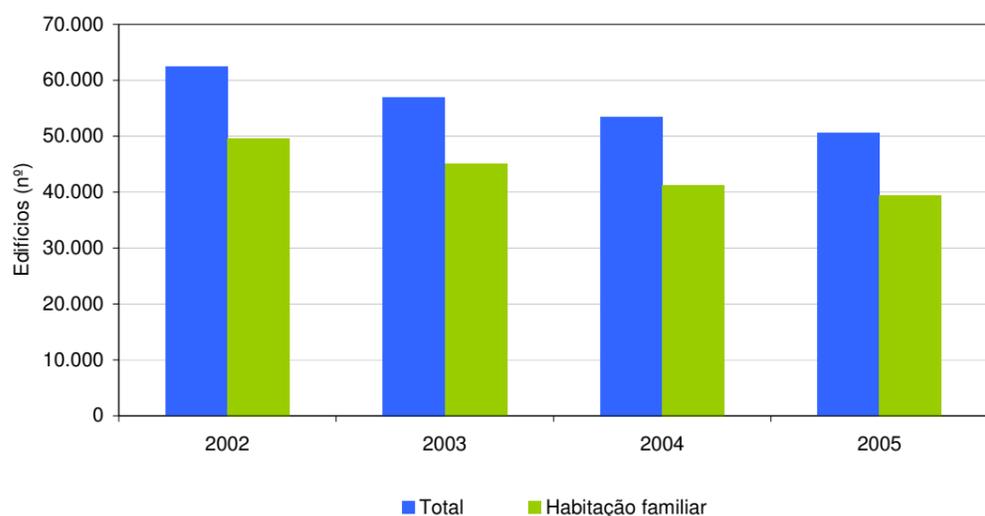
Licenças de construções novas solicitadas por outras entidades entre 2000 e 2002 (%)



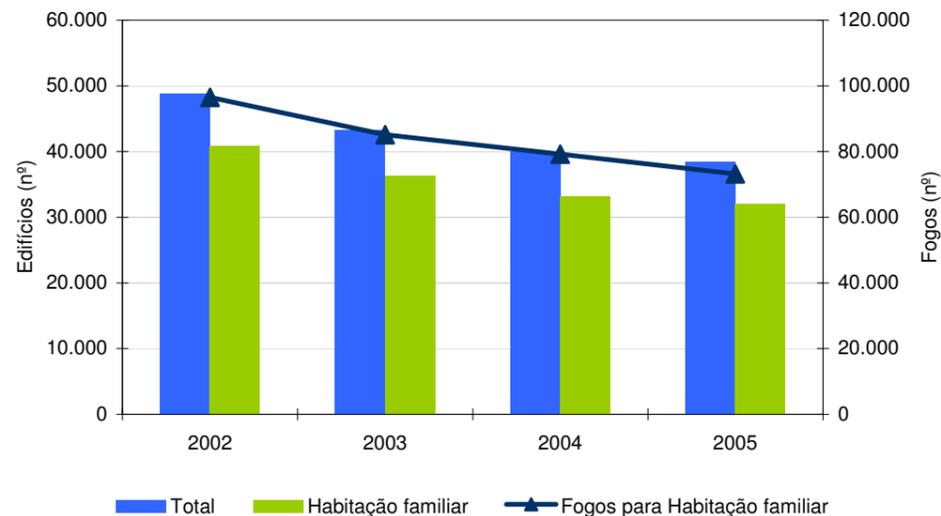
Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Construção de edifícios - Licenciamento de Obras - Portugal

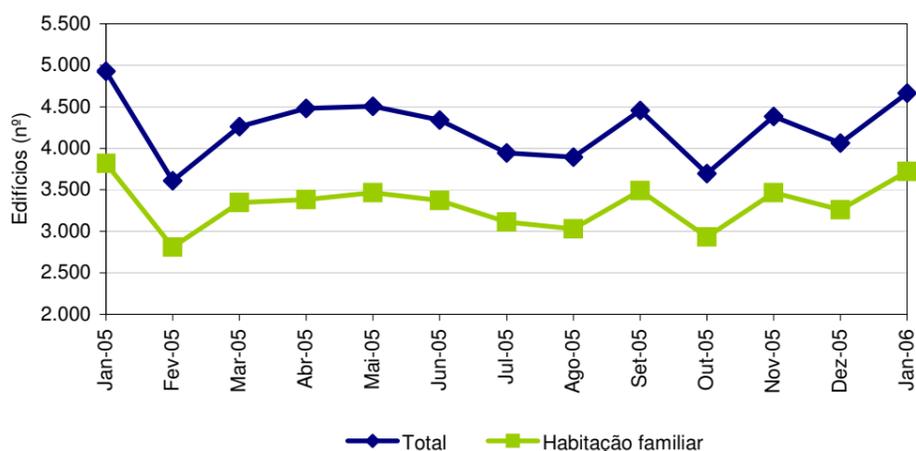
Total



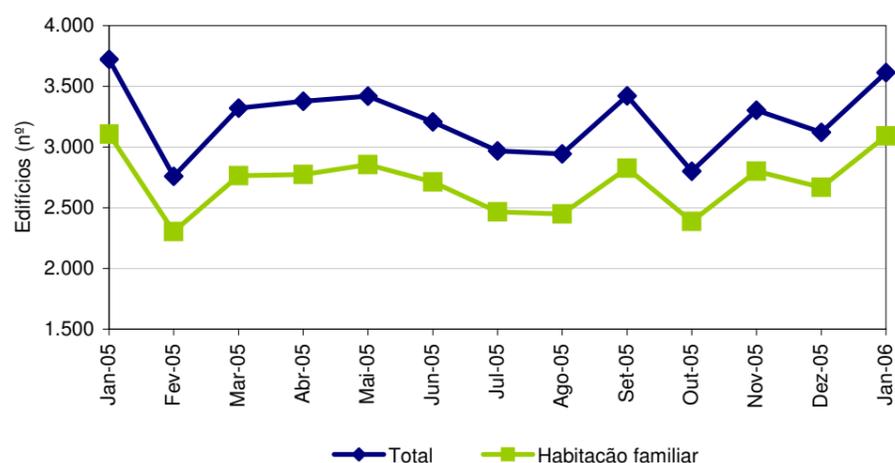
Construções novas



Total



Construções novas

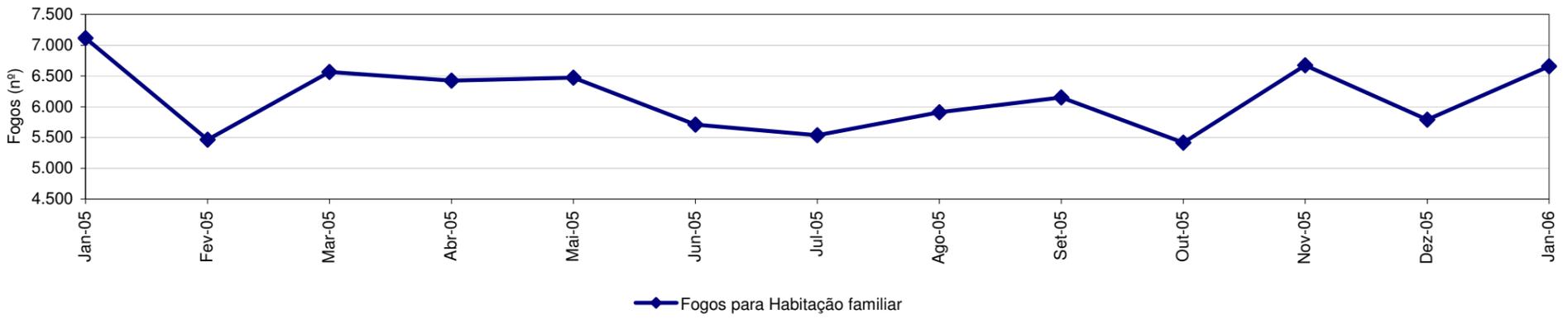


Fonte: Licenciamento de obras Janeiro 2006. INE

Notas:

(a) Inclui licenças e autorizações para construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios. As NUTS II correspondem às novas delimitações aprovadas no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

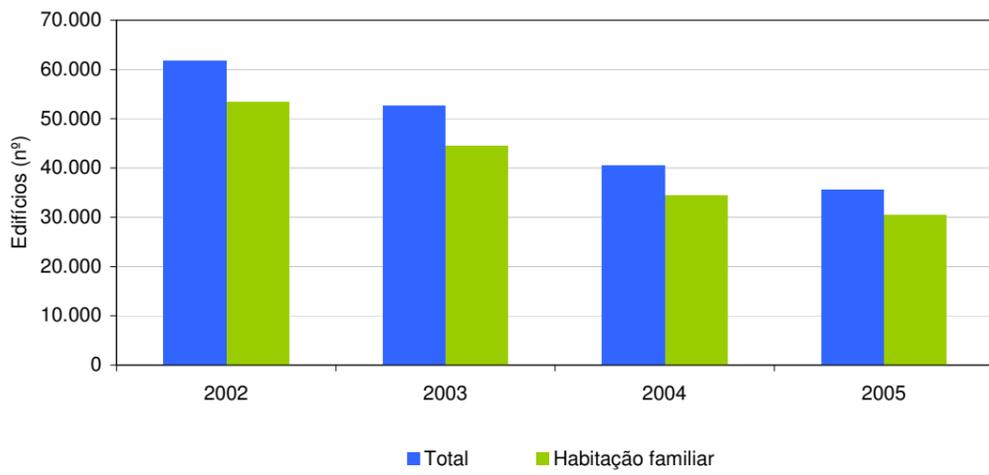
Construções novas



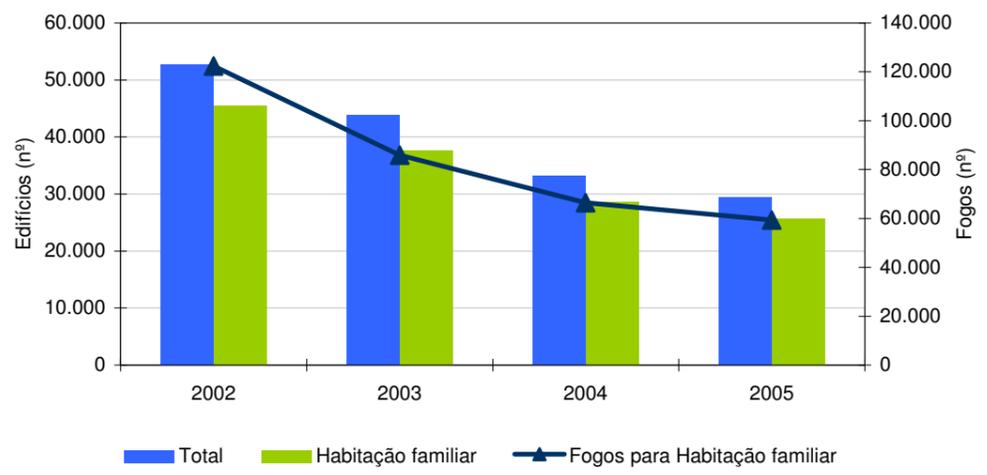
Fonte: Licenciamento de obras Janeiro 2006. INE

Edifícios concluídos - Conclusão de Obras - Portugal

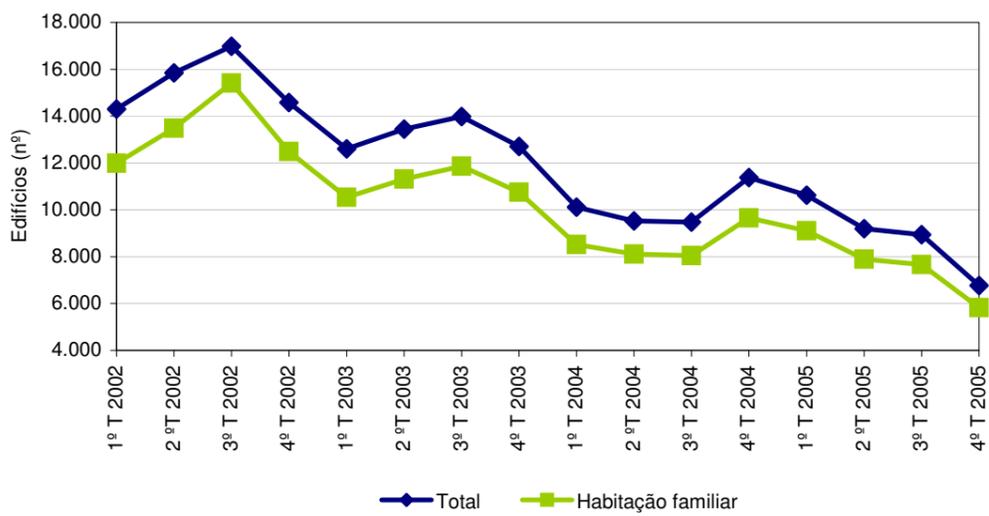
Total



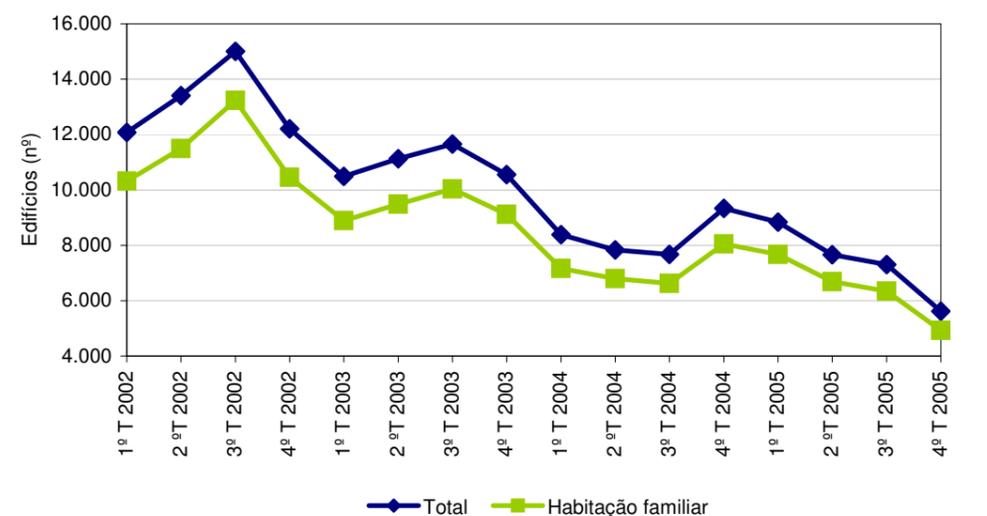
Construções novas



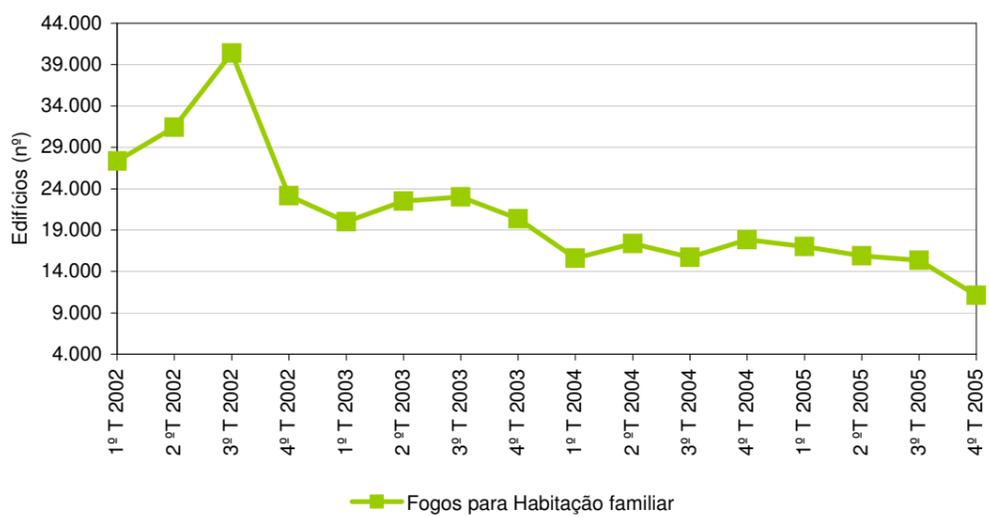
Total



Construções novas



Construções novas



Fonte: Obras concluídas 4º trimestre 2005. INE

Notas:

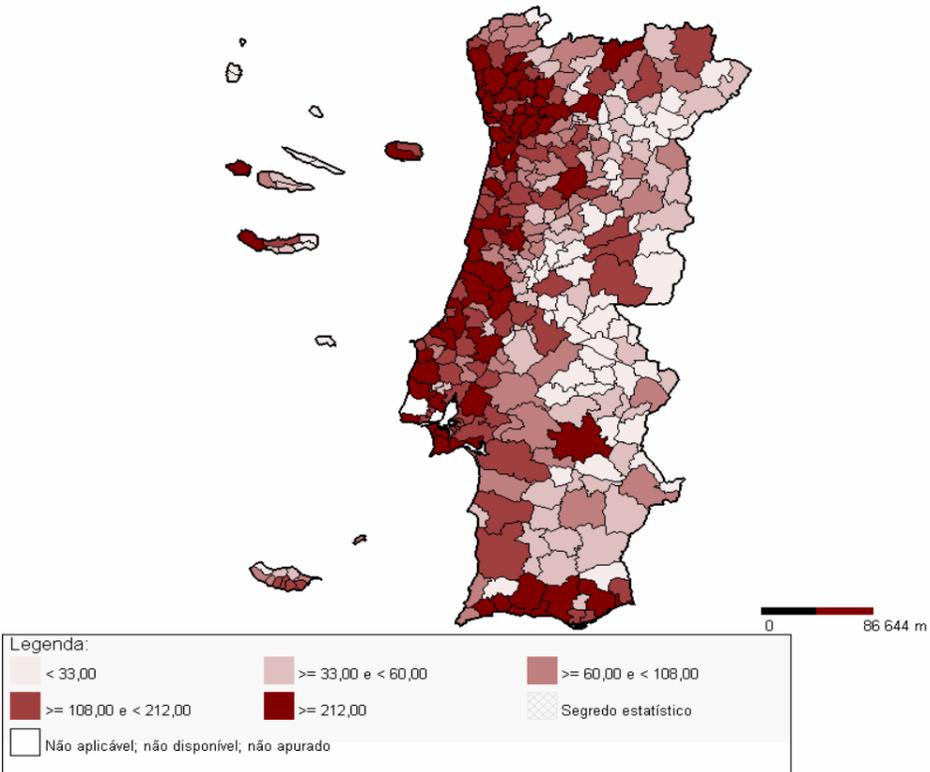
(a) O total de obras concluídas inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios.

As NUTS II correspondem às novas delimitações aprovadas no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

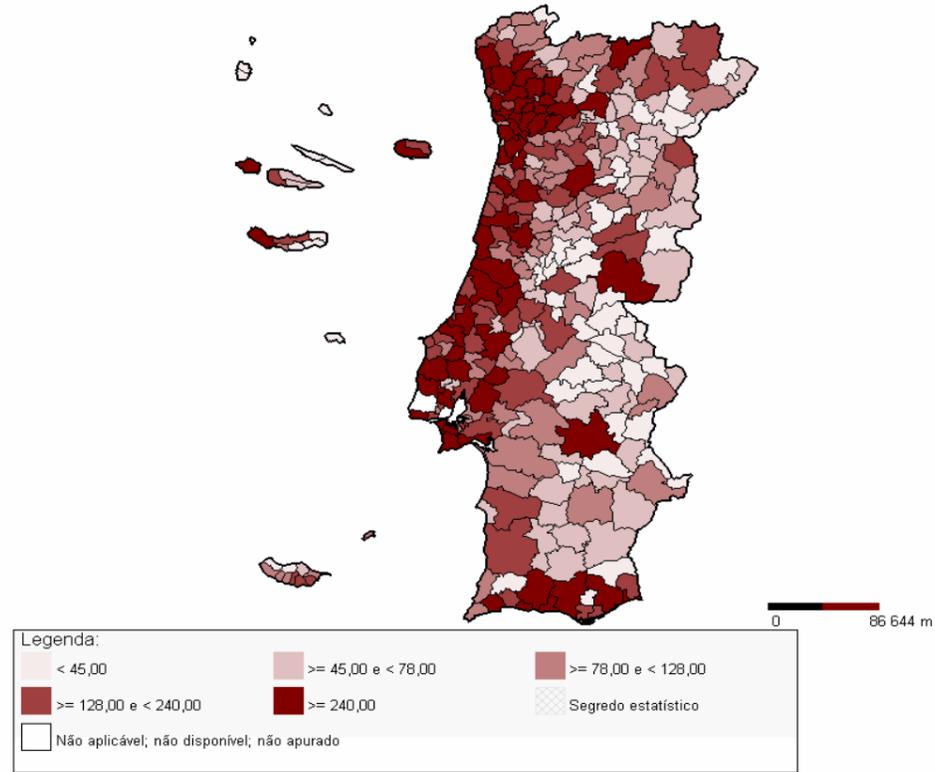
A informação de 2004 foi revista em relação à informação disponibilizada na publicação "Estatísticas da Construção e Habitação 2004".

Construção segundo o tipo de obra

Licenças de construção para construção nova destinadas à habitação, 2002

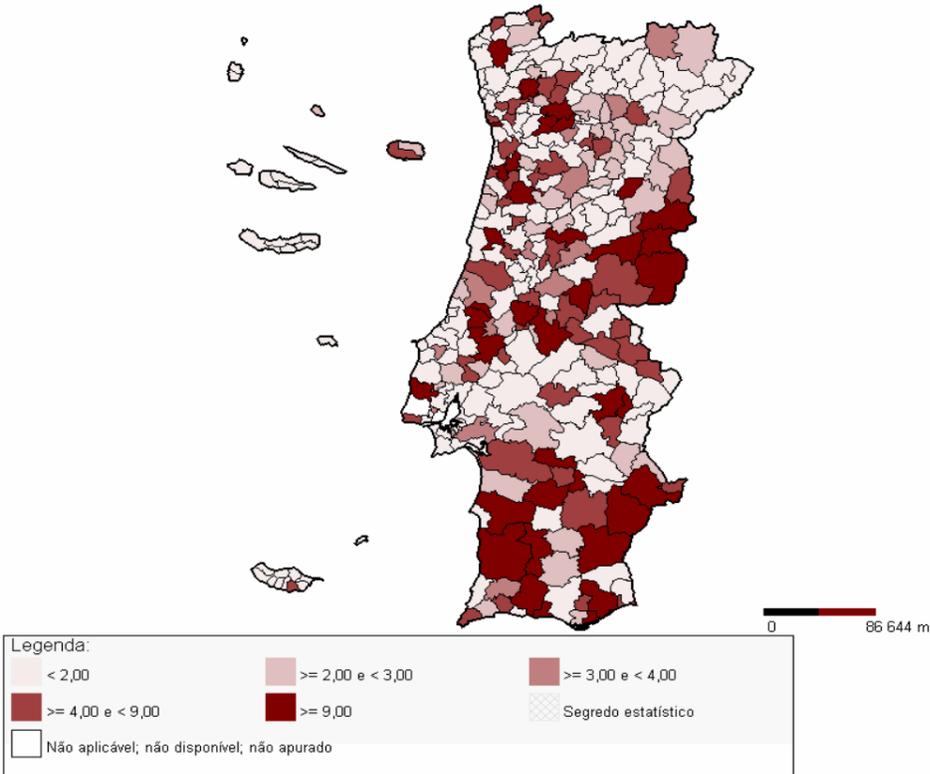


Licenças de construção para construções novas para todo o tipo de usos, 2002

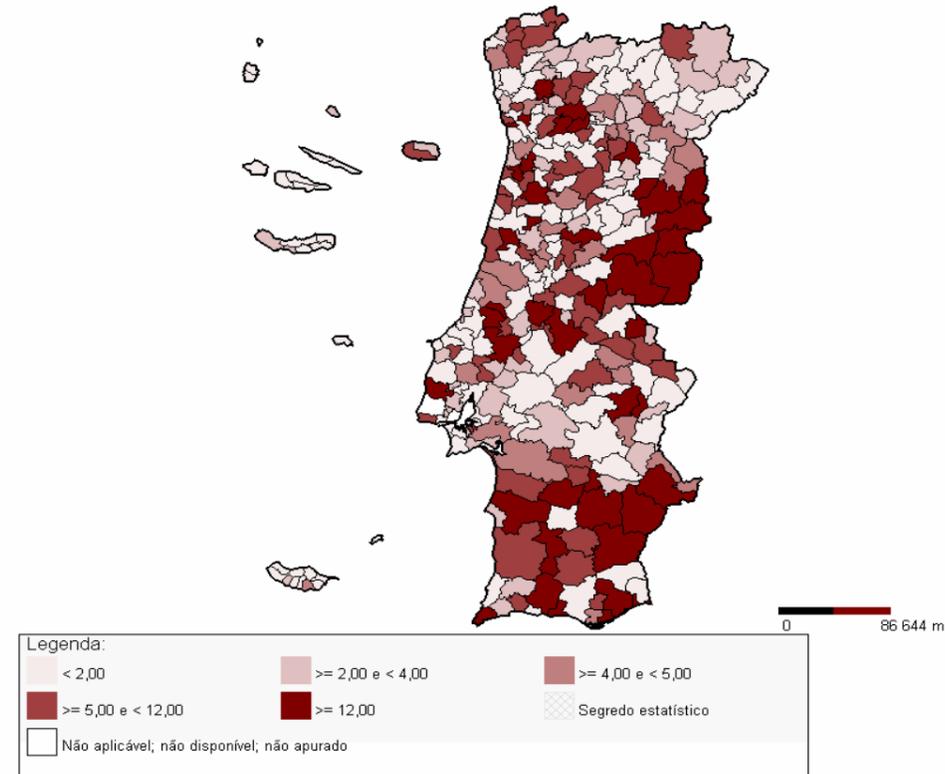


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção para obras de alterações destinadas à habitação, 2002

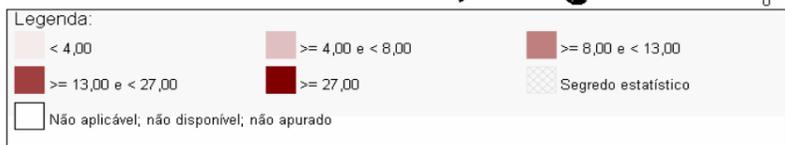
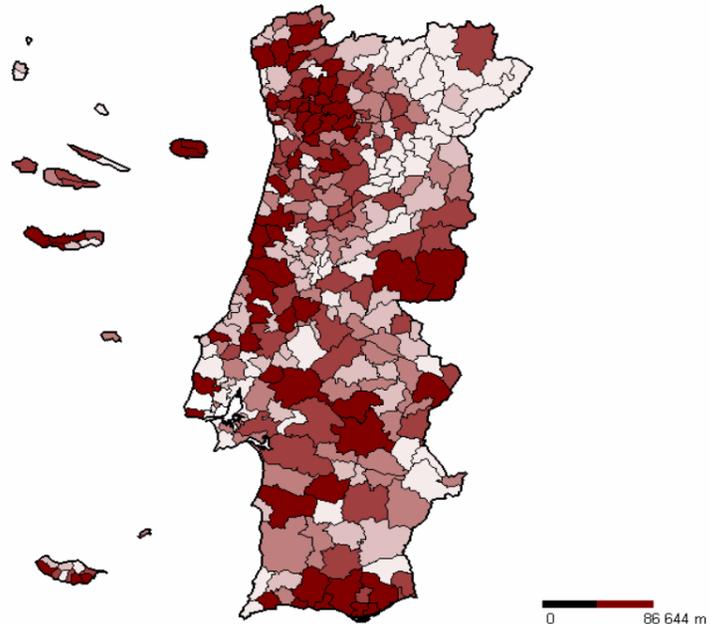


Licenças de construção para obras de alterações para todo o tipo de usos, 2002

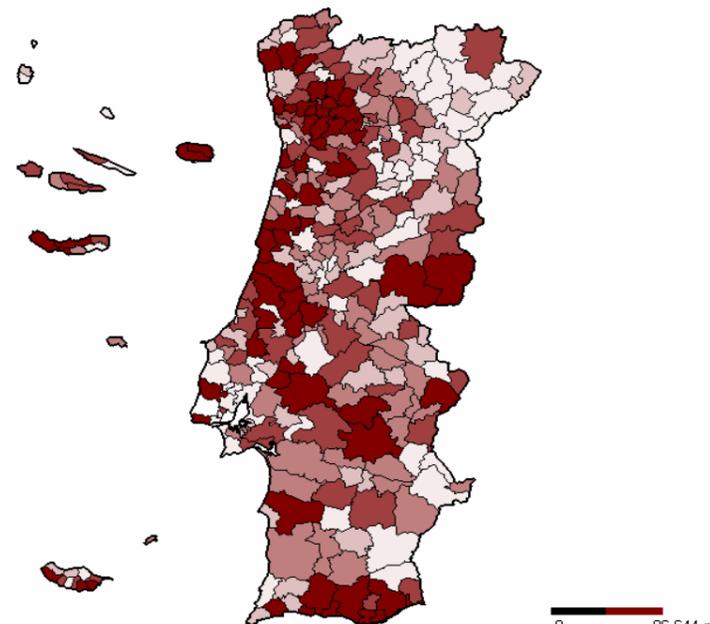


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção para obras de ampliação destinadas à habitação, 2002

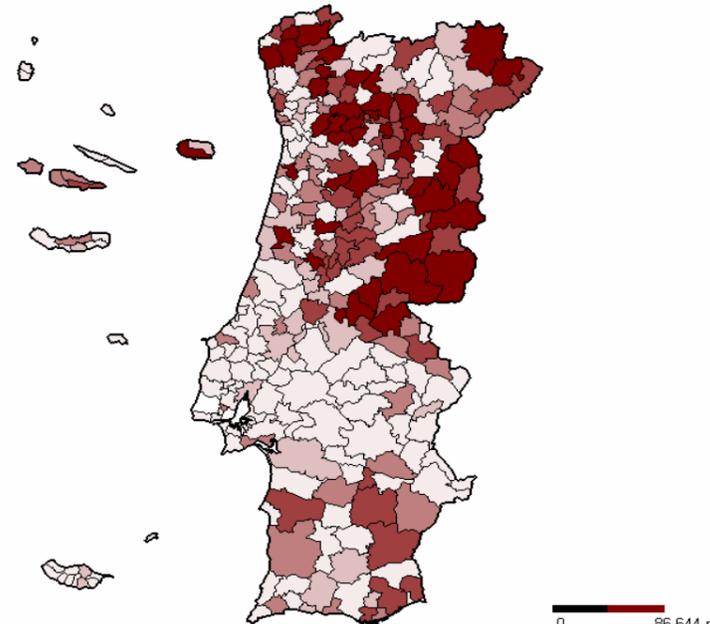


Licenças de construção para obras de ampliação para todo o tipo de usos, 2002

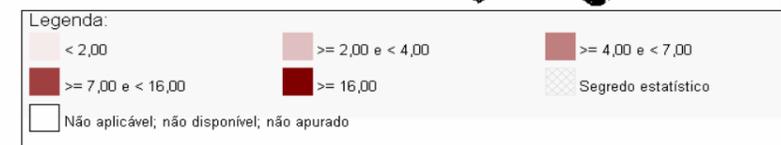
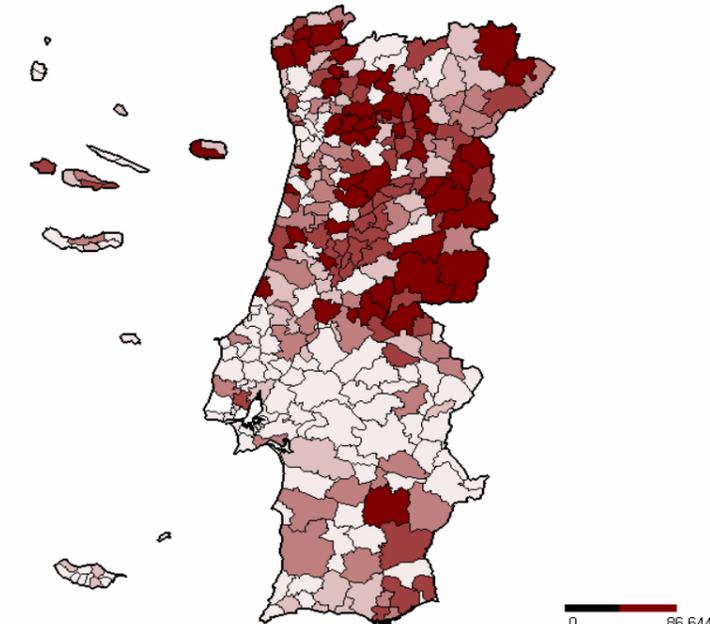


Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

Licenças de construção para obras de reconstrução destinadas à habitação, 2002



Licenças de construção para obras de reconstrução para todo o tipo de usos, 2002



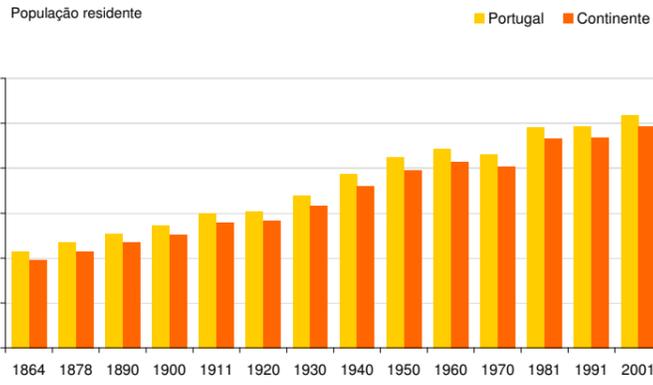
Fonte: INE, Estatísticas da Construção e da Habitação, 2000, 2001 e 2002

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

POPULAÇÃO E FAMÍLIA

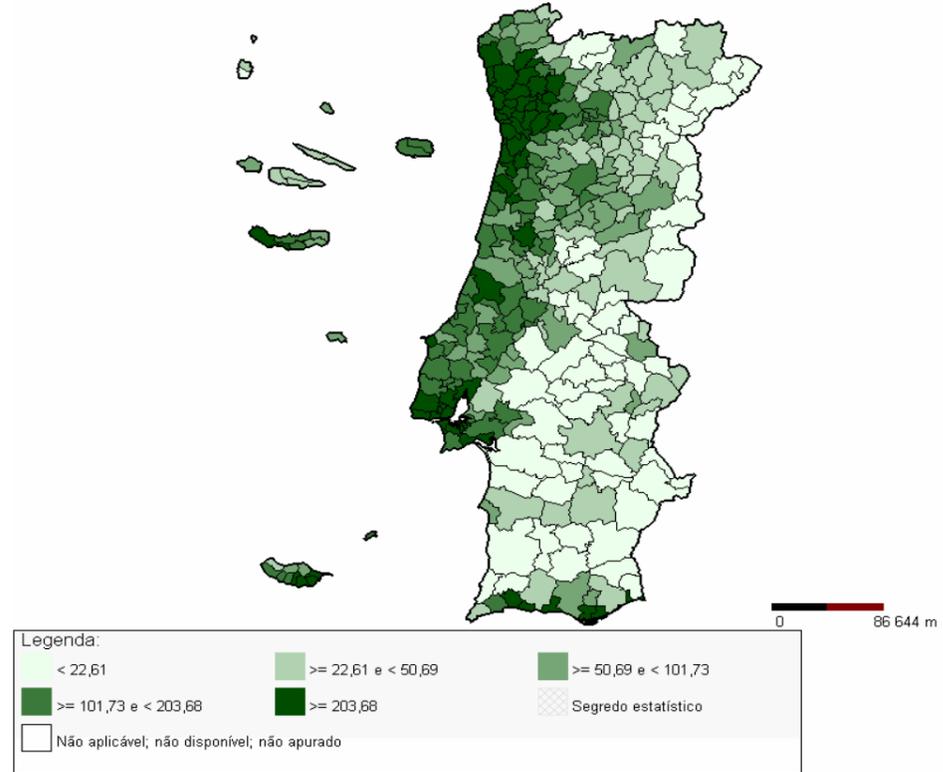
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

População e família

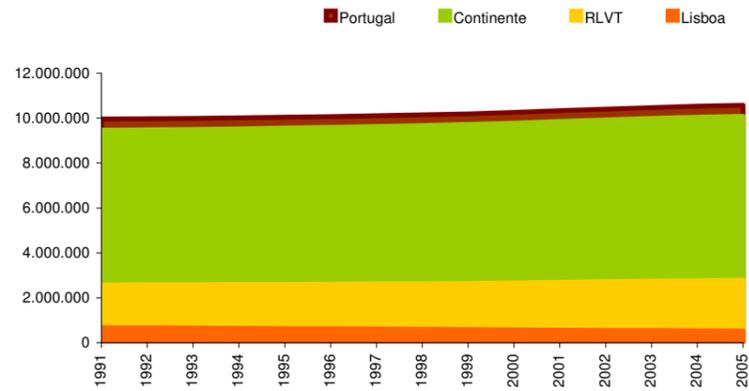


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Densidade Populacional em Portugal, 2001

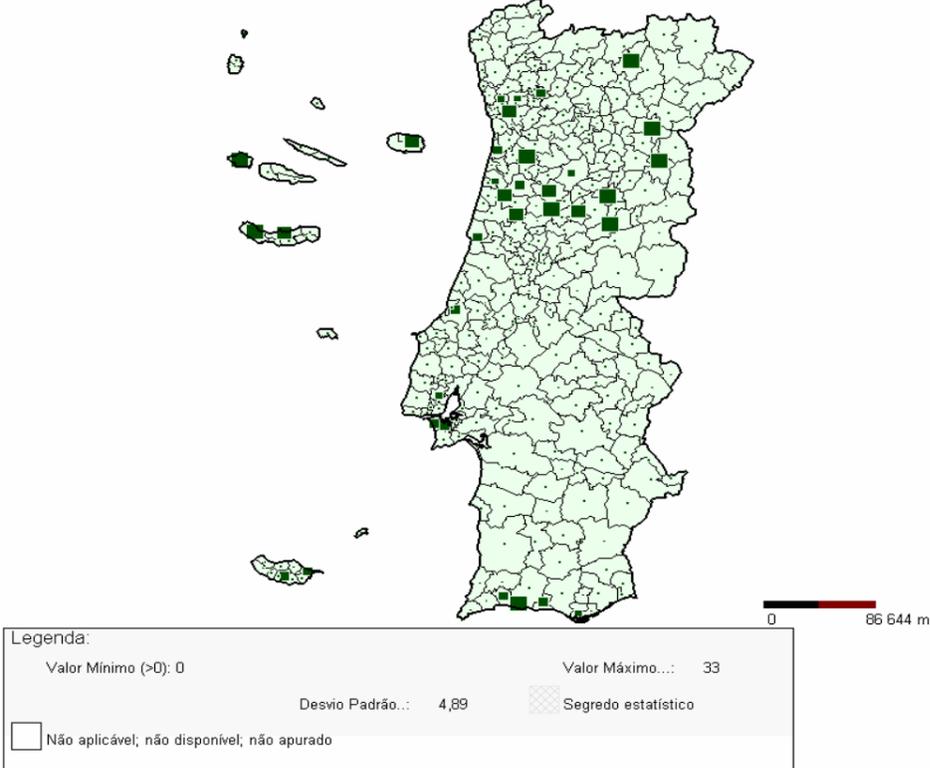


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)



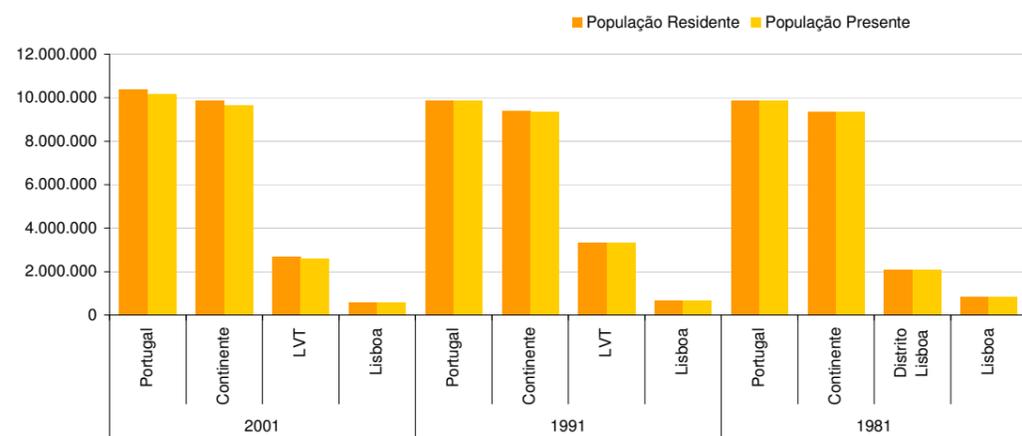
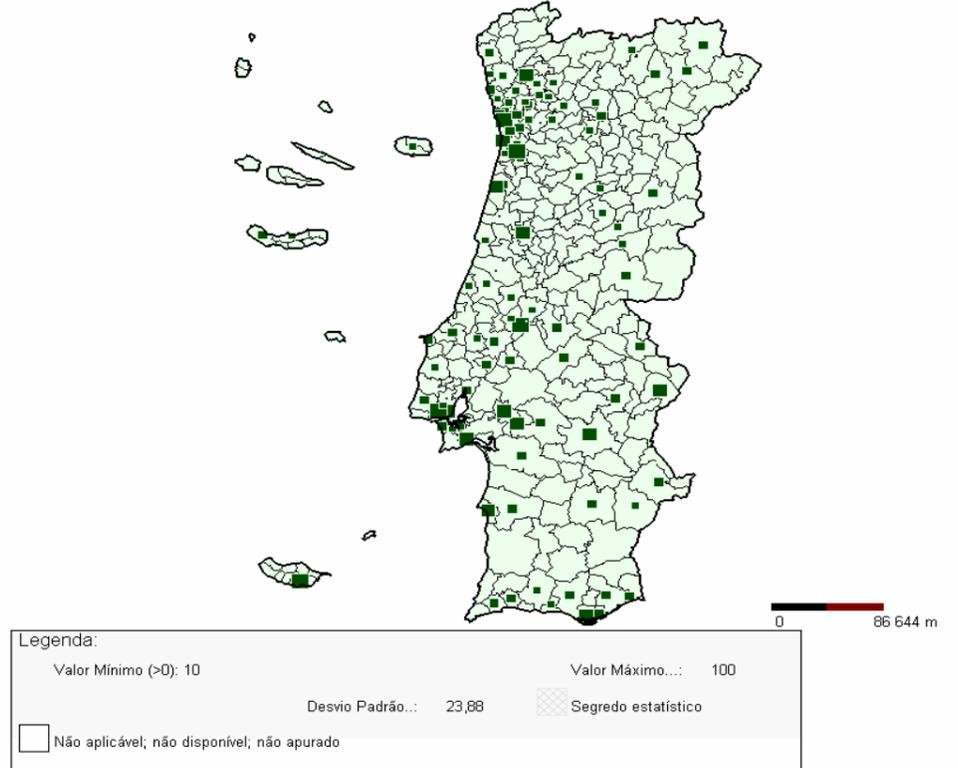
Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

População residente em cidades com lugares entre 2000 a 4999 habitantes, 2001 (%)

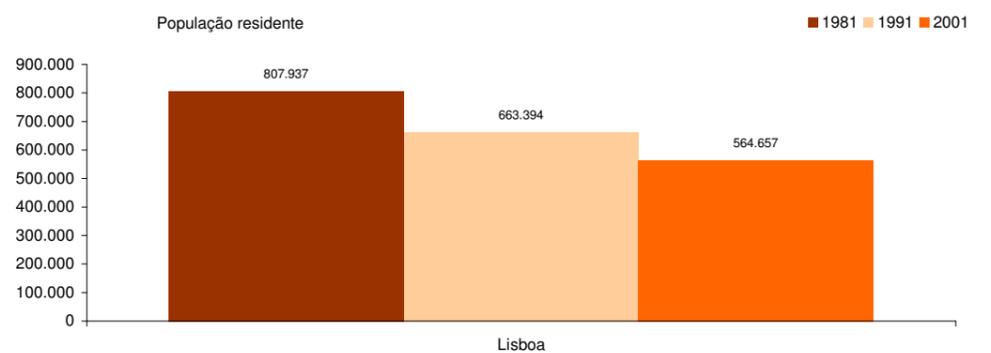


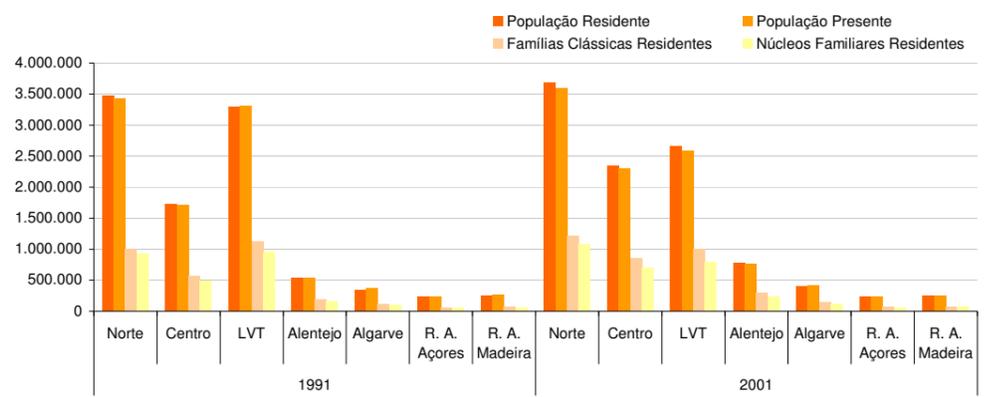
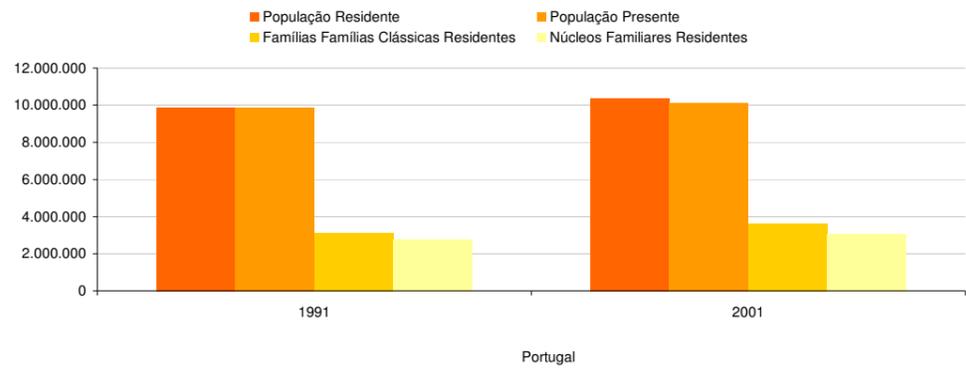
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação - 2001 (Resultados Definitivos)

População residente em cidades com lugares com 5000 ou mais habitantes, 2001 (%)

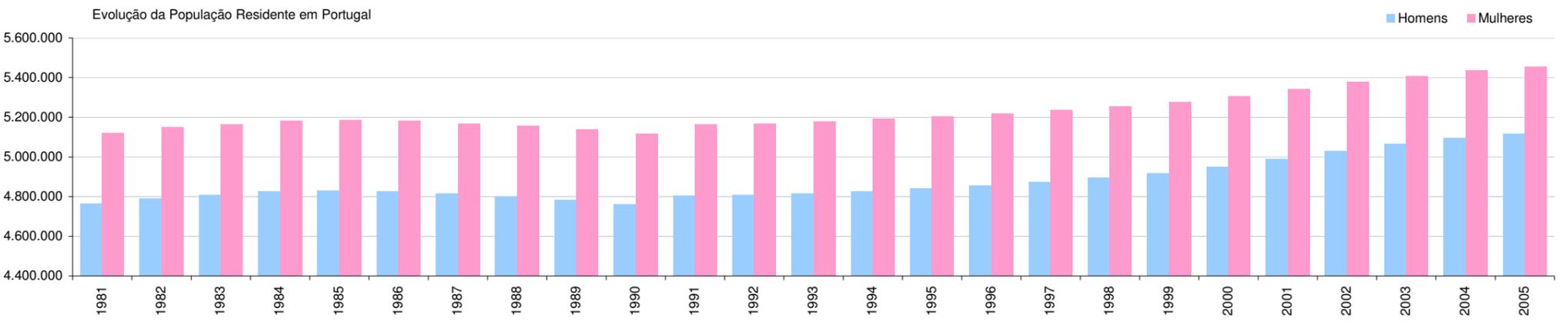


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.



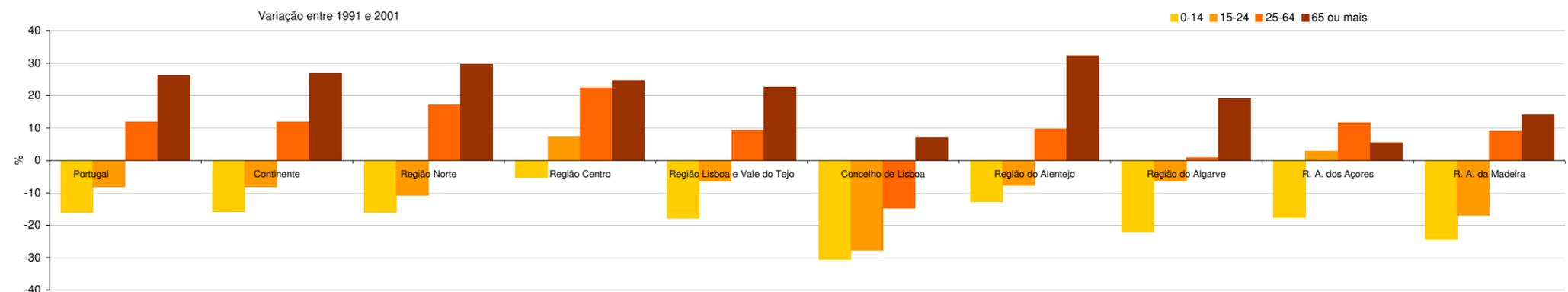
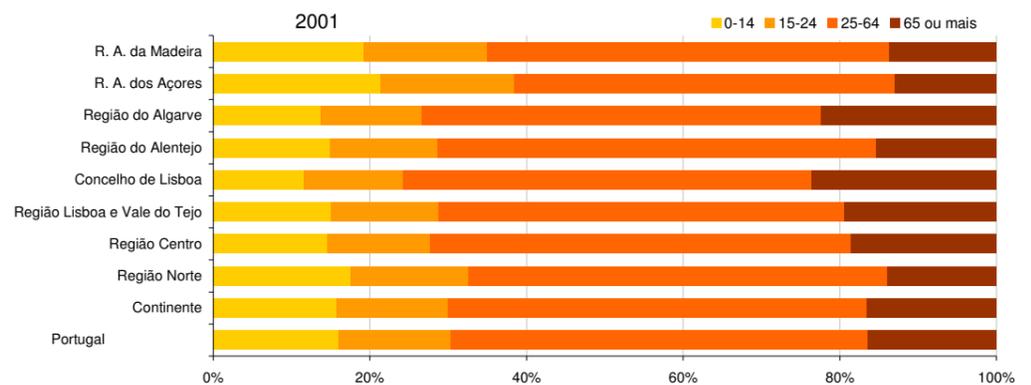
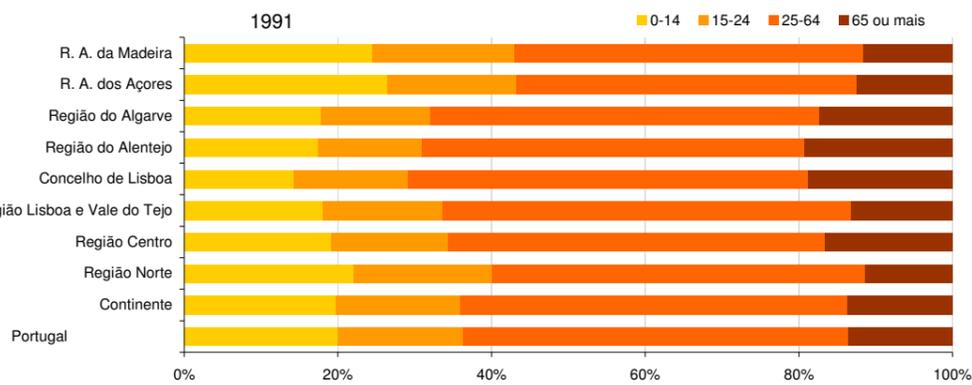


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

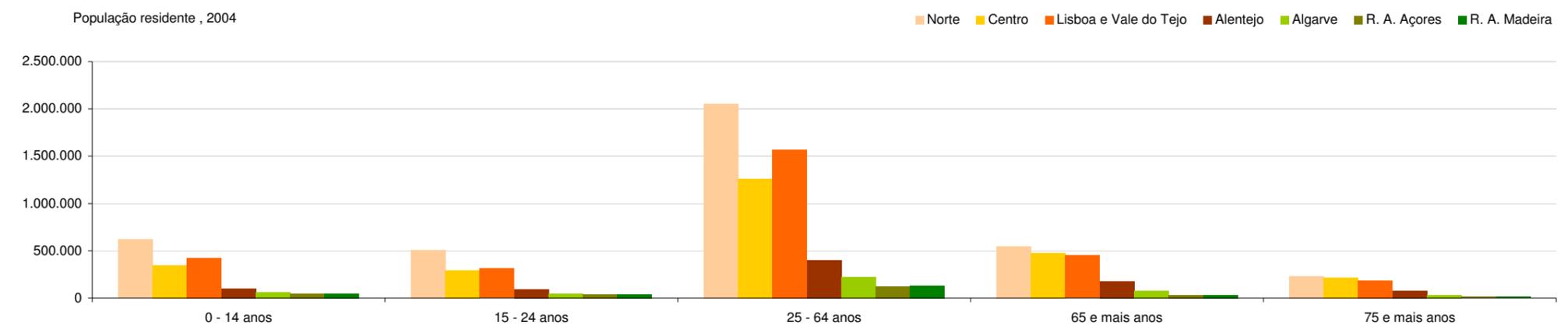


Fonte: INE, Estimativas de População Residente.

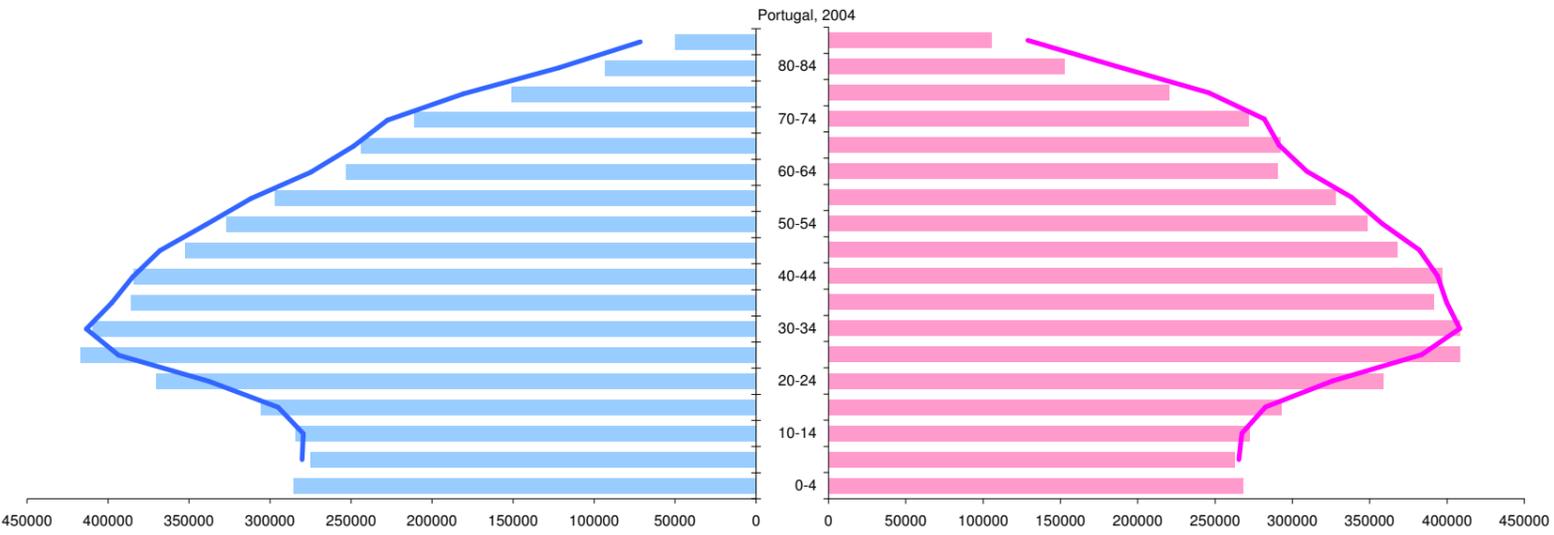
Estrutura Etária da População Residente



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1991 e 2001.

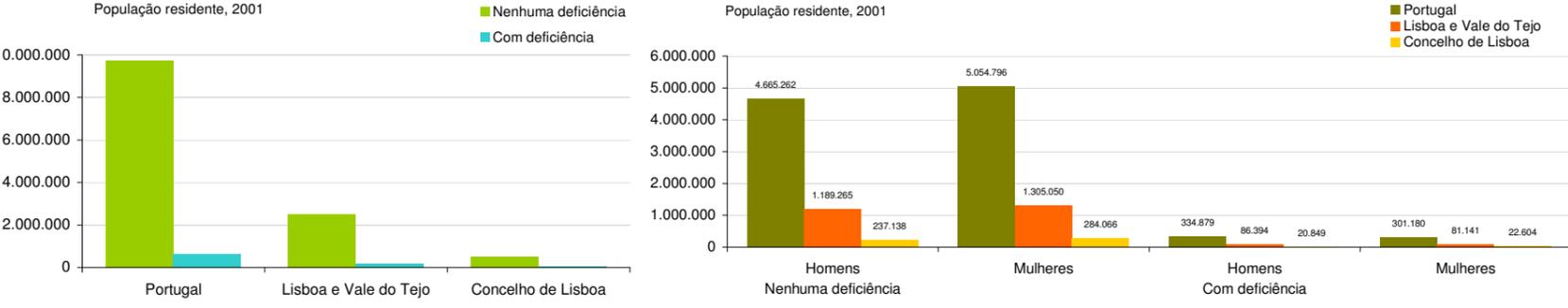


Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1991 e 2001.



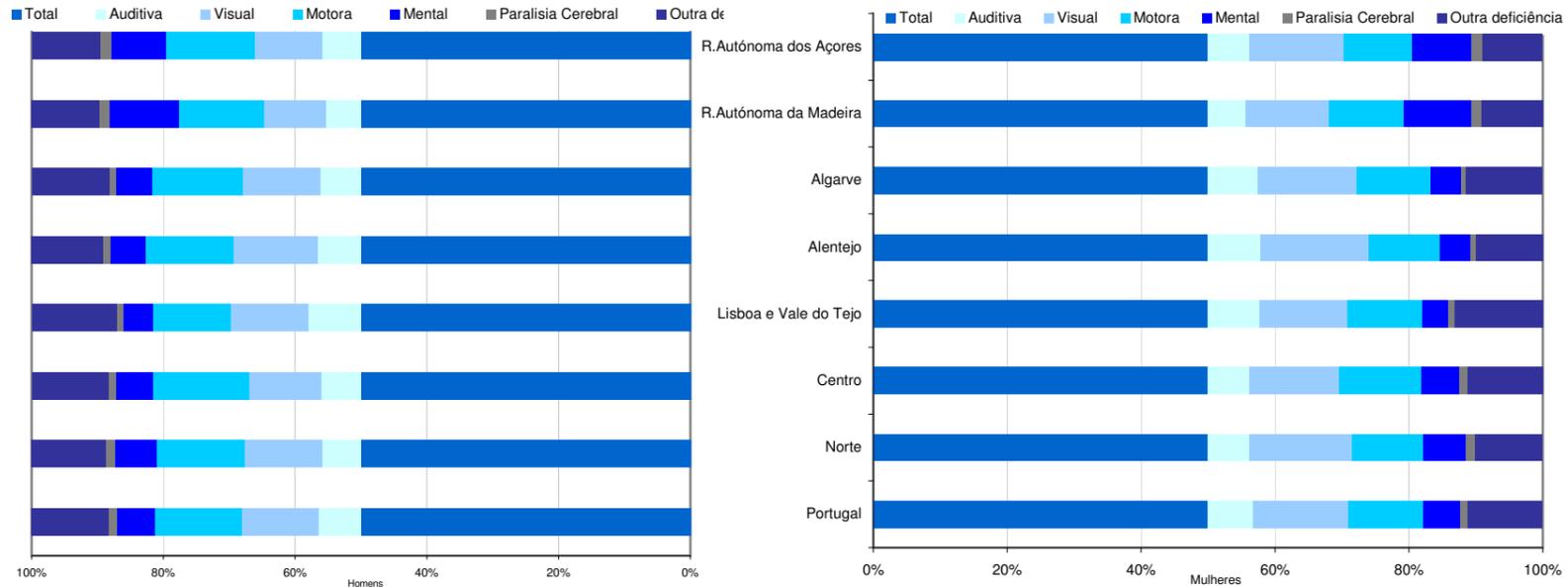
Fonte: INE, Estimativas Demográficas, 2004.

Pessoas com Deficiência

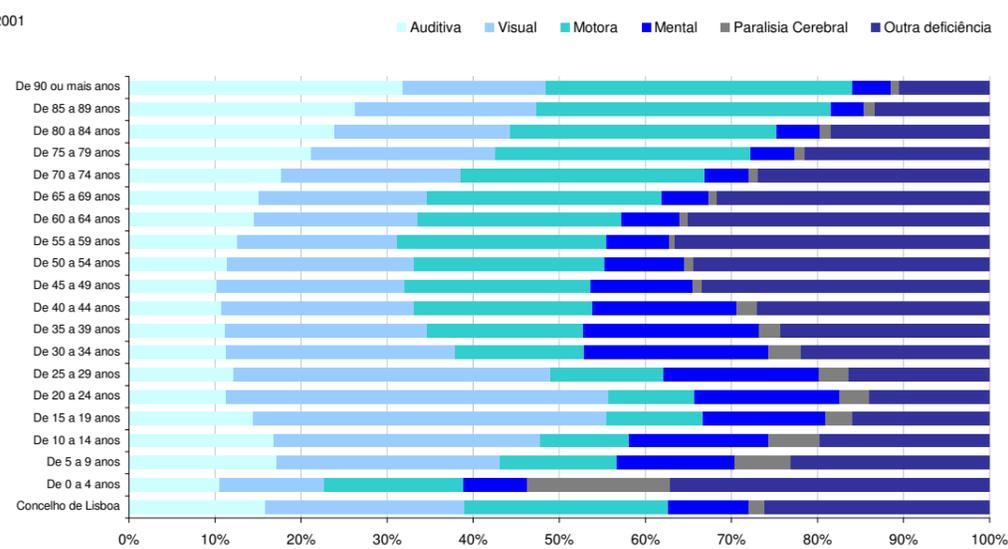


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Tipos de deficiência

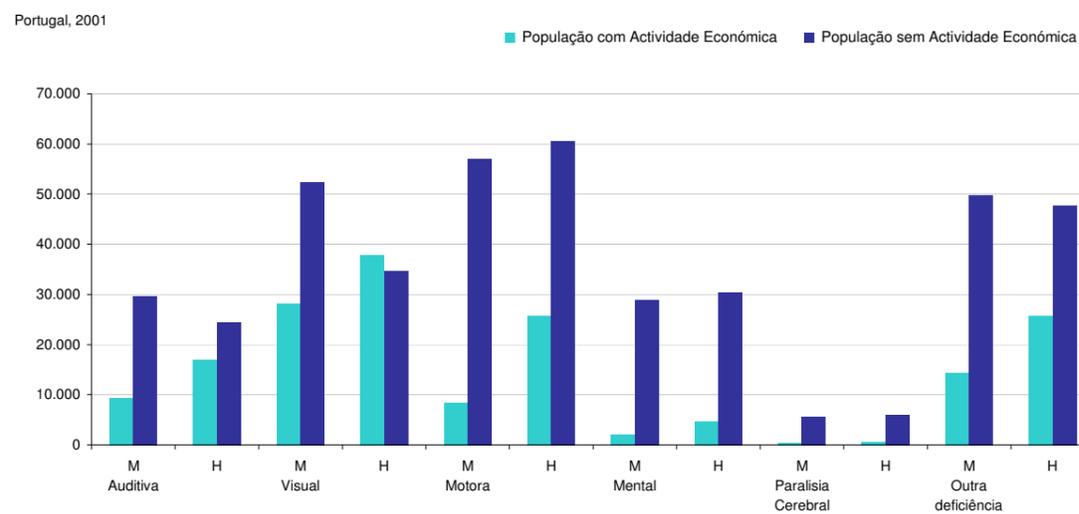


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

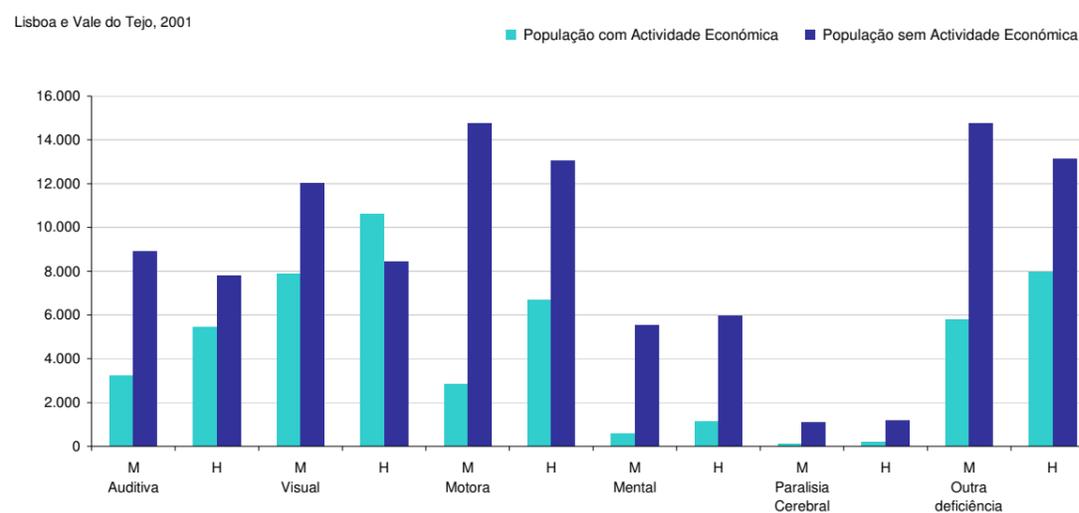


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

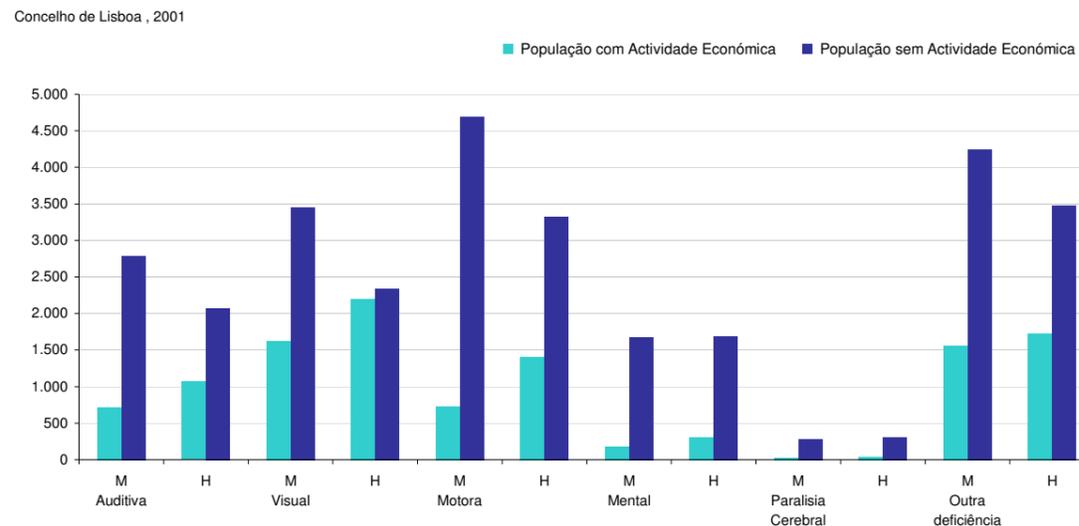
Actividade económica



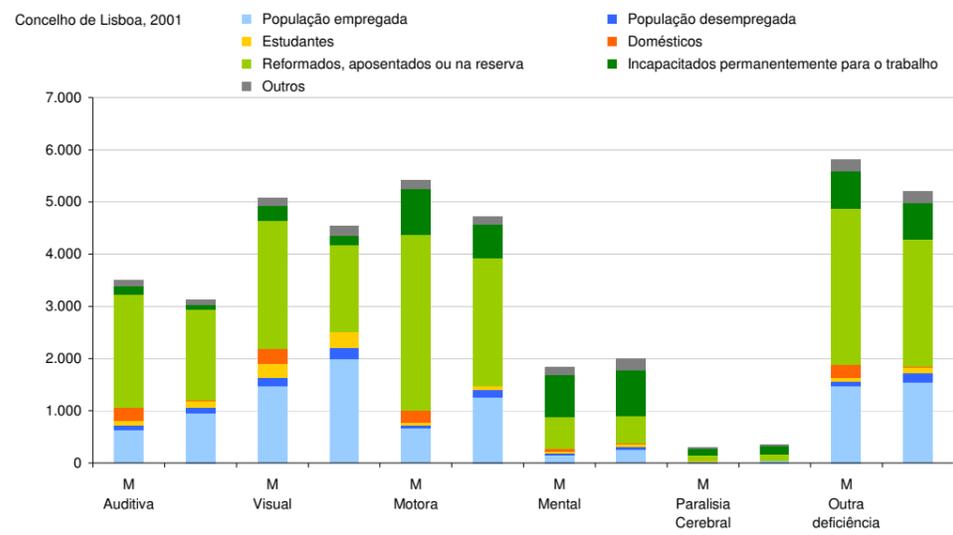
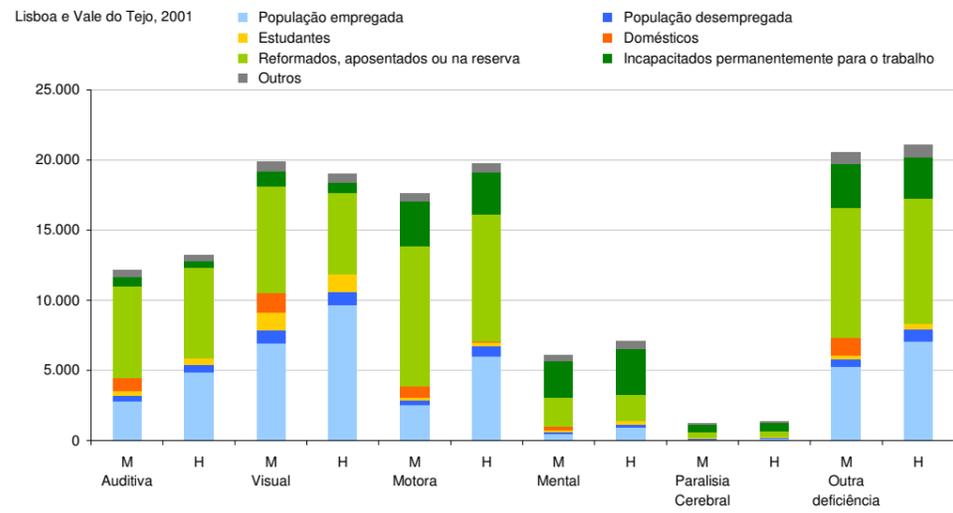
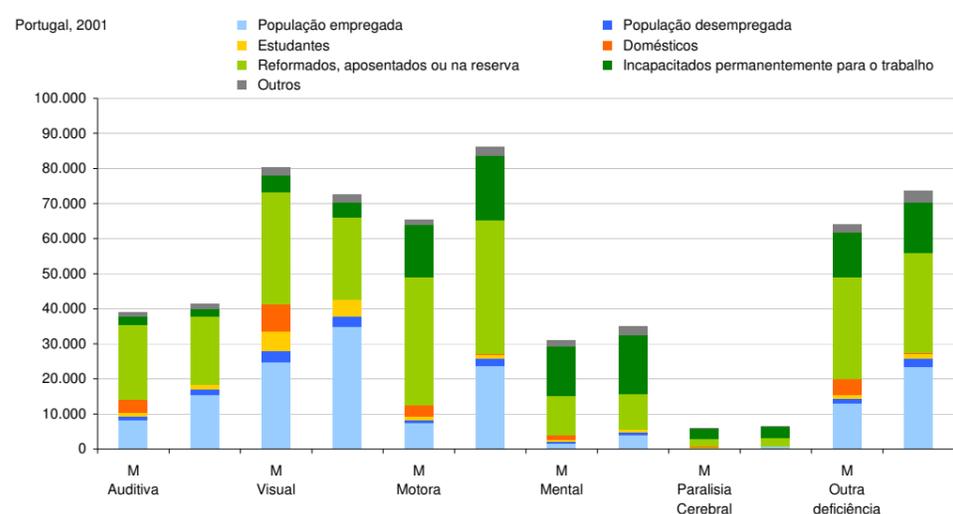
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

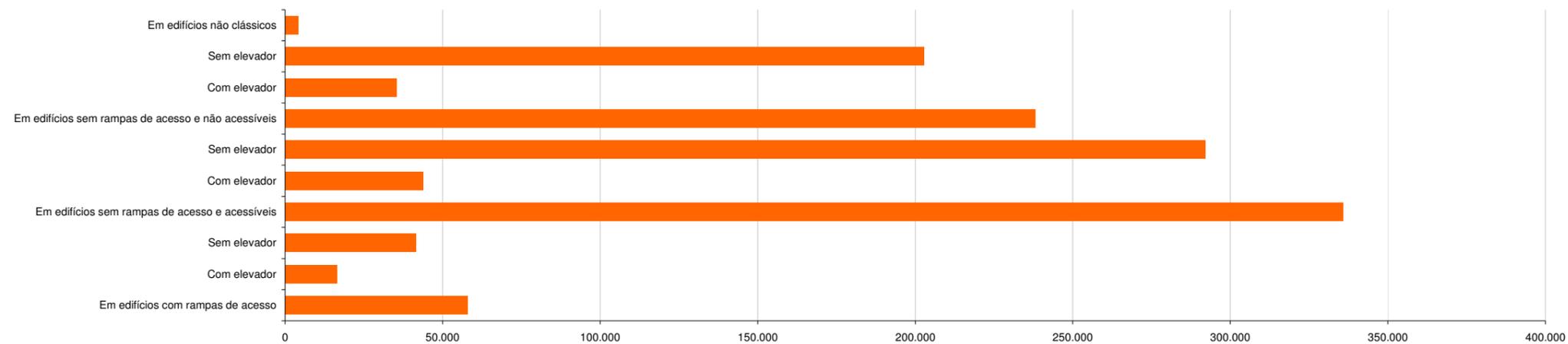


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001



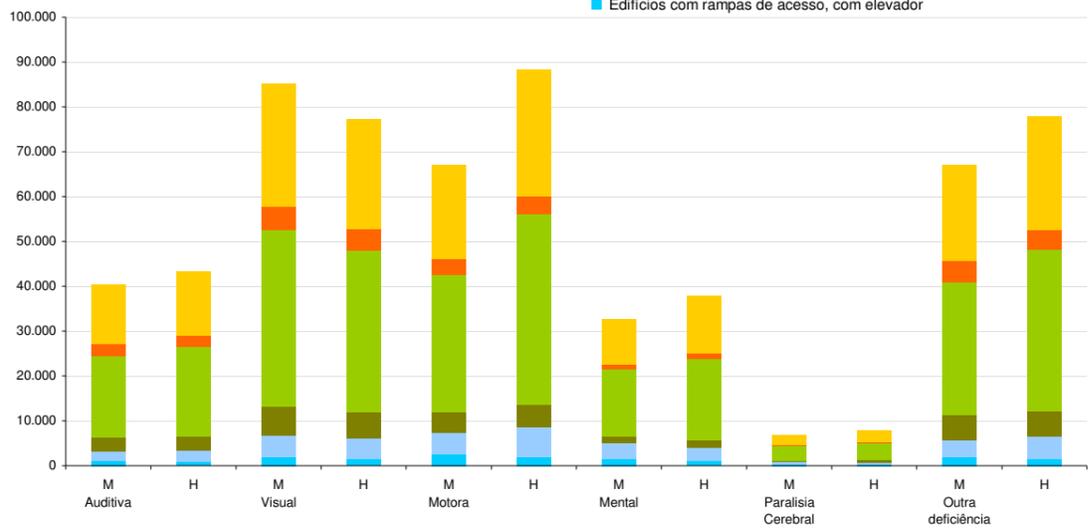
Acessibilidade aos edifícios

População residente deficiente por acessibilidade aos edifícios, em Portugal, 2001



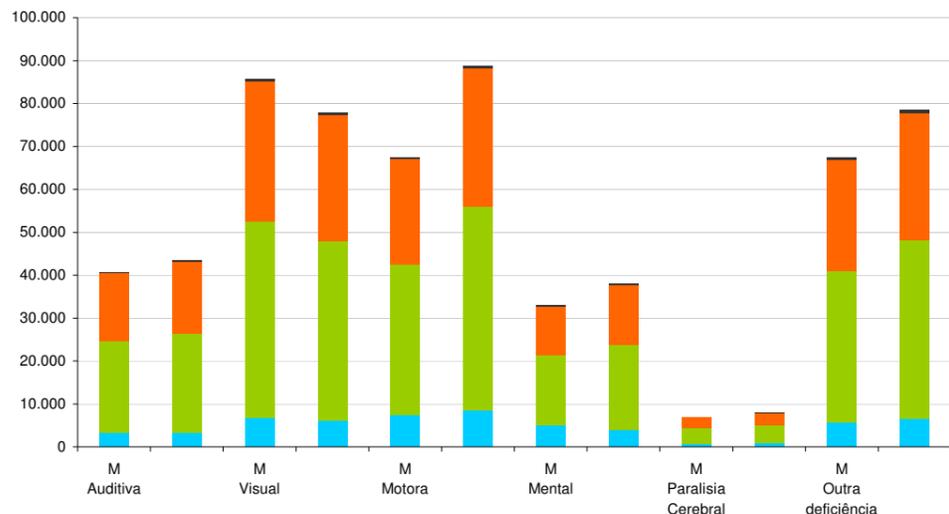
População residente deficiente por acessibilidade aos edifícios, em Portugal, 2001

- Edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis, sem elevador
- Edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis, com elevador
- Edifícios sem rampas de acesso e acessíveis, sem elevador
- Edifícios sem rampas de acesso e acessíveis, com elevador
- Edifícios com rampas de acesso, sem elevador
- Edifícios com rampas de acesso, com elevador



População residente deficiente por acessibilidade aos edifícios, em Portugal, 2001

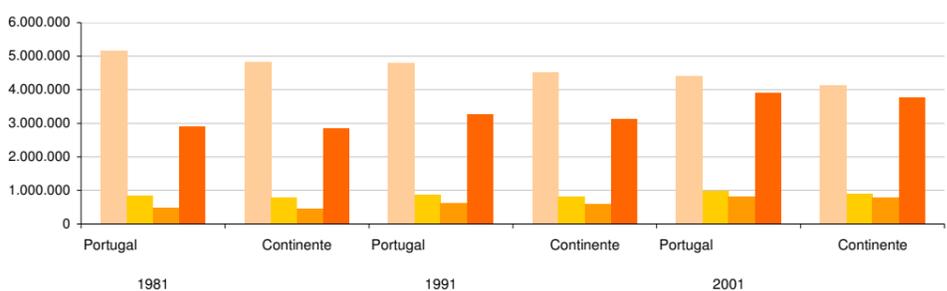
- Em edifícios não clássicos
- Em edifícios sem rampas de acesso e não acessíveis
- Em edifícios sem rampas de acesso e acessíveis
- Em edifícios com rampas de acesso



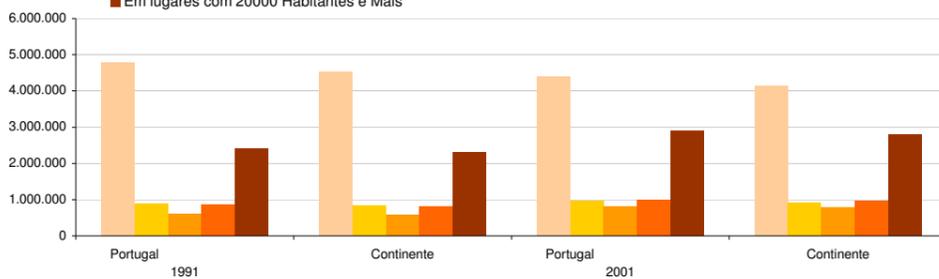
Aglomerados Populacionais

População residente por dimensão dos lugares

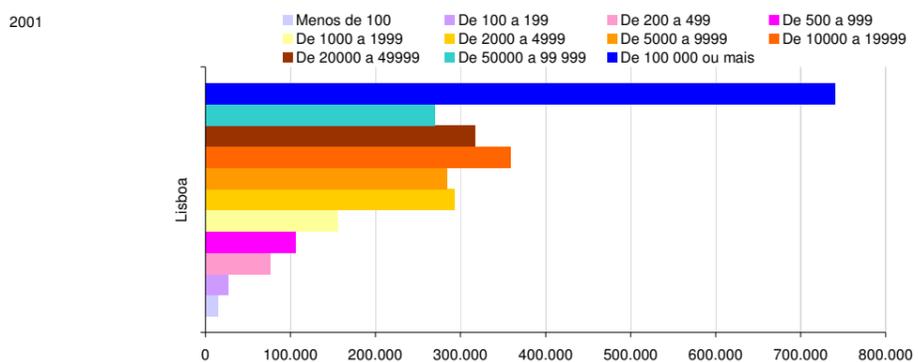
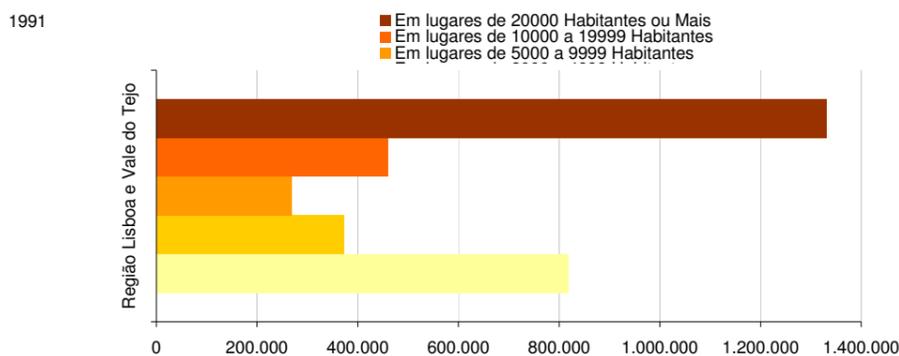
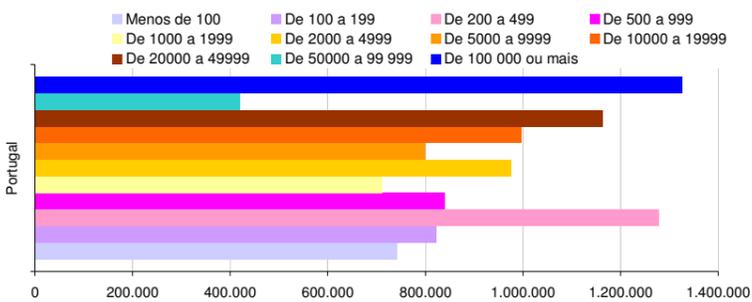
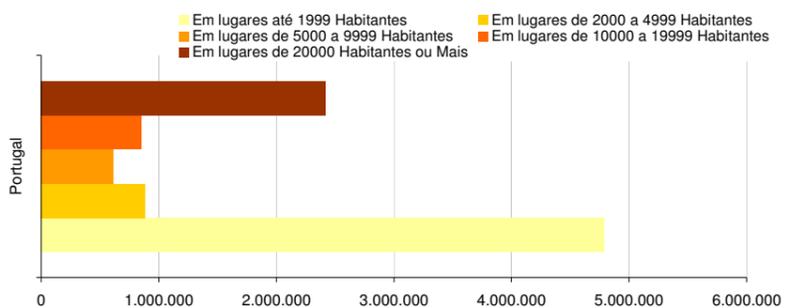
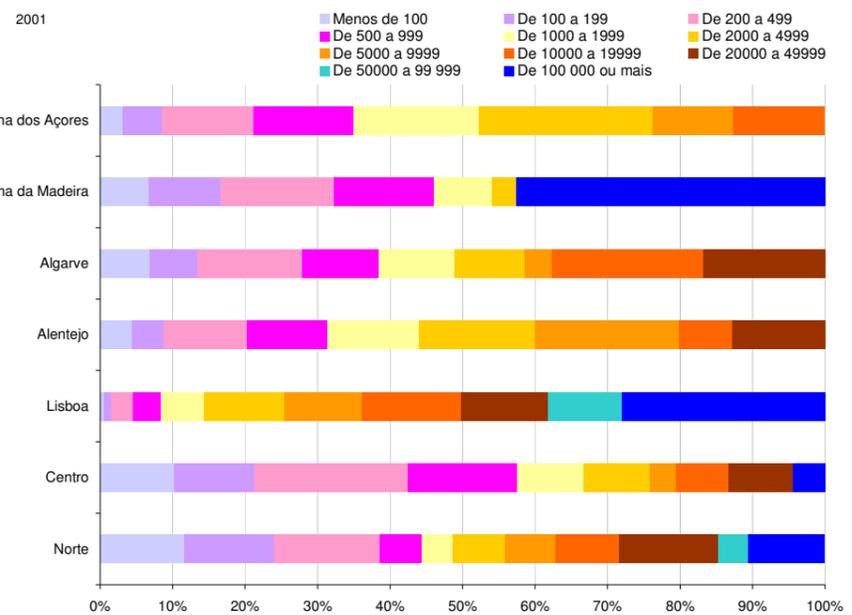
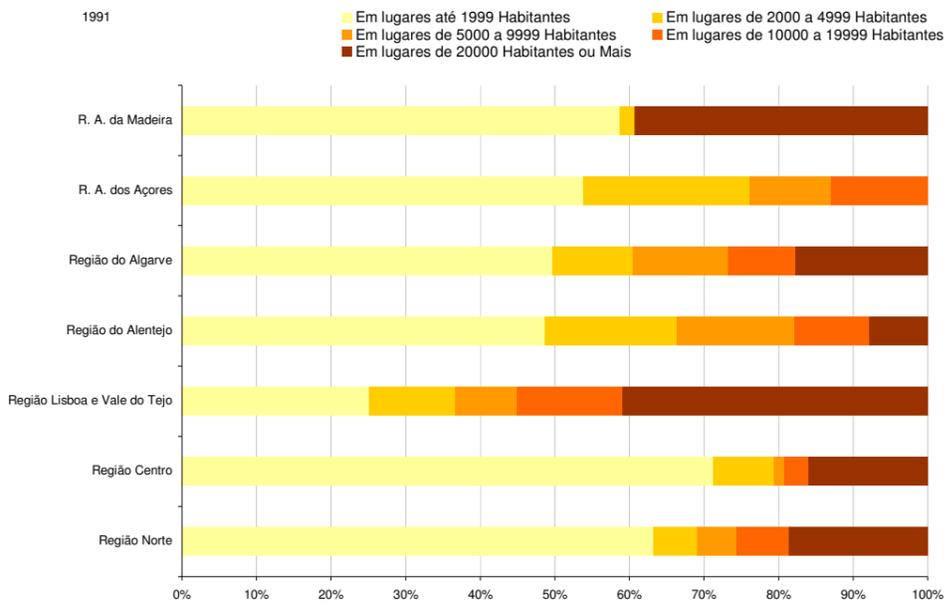
- Em lugares até 1999 Habitantes
- Em lugares de 2000 a 4999 Habitantes
- Em lugares de 5000 a 9999 Habitantes
- Em lugares com 10000 Habitantes ou Mais



- Em lugares até 1999 Habitantes
- Em lugares de 2000 a 4999 Habitantes
- Em lugares de 5000 a 9999 Habitantes
- Em lugares de 10000 a 19999 Habitantes
- Em lugares com 20000 Habitantes e Mais

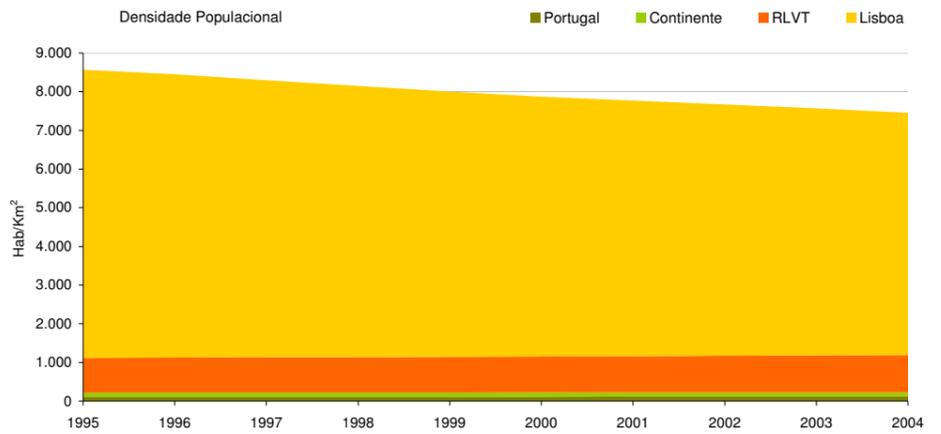
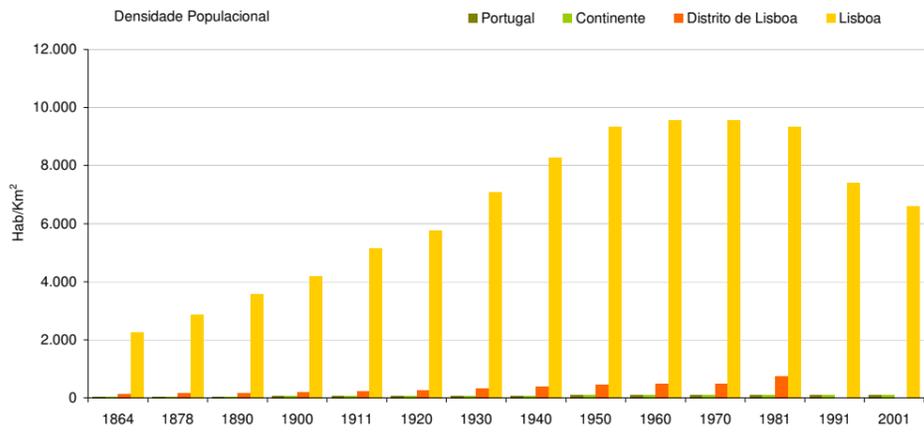


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1981, 1991 e 2001

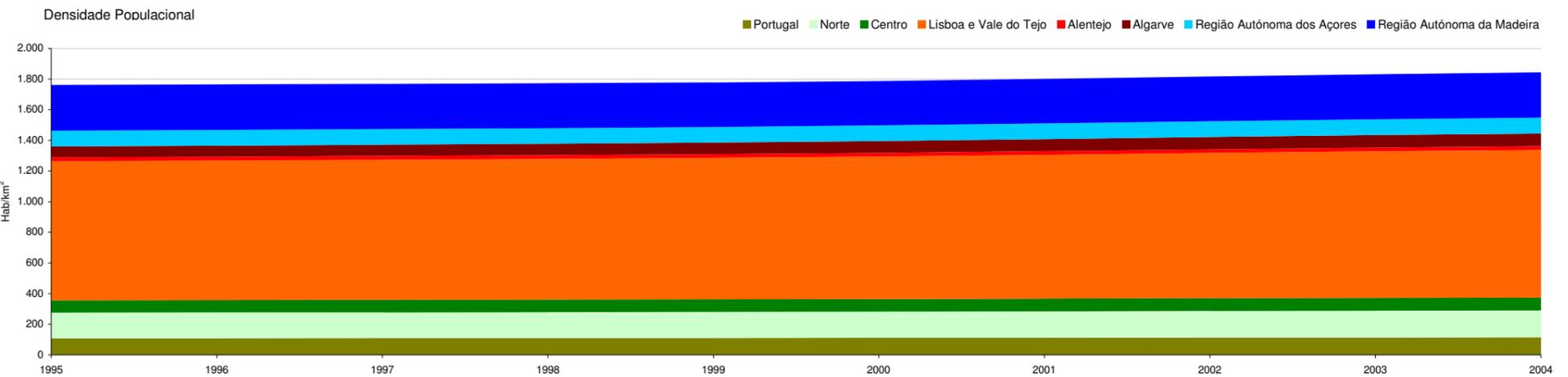


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001

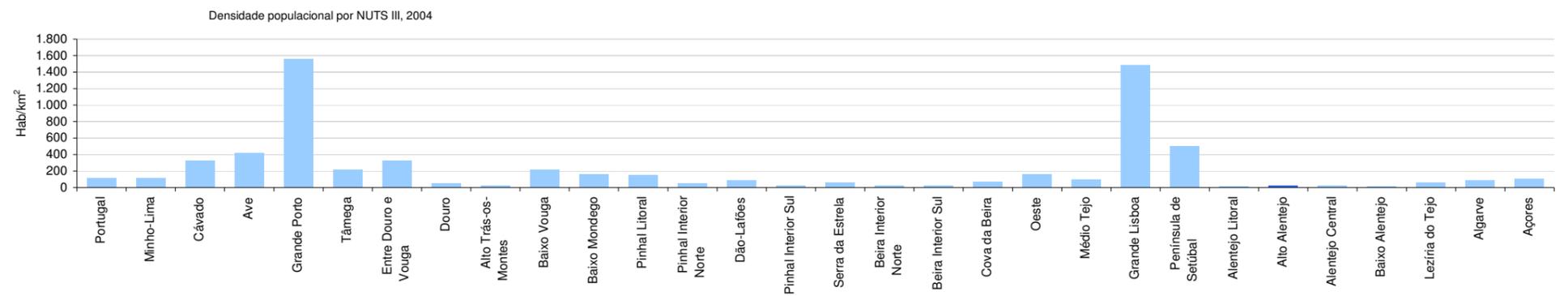
Densidade Populacional



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

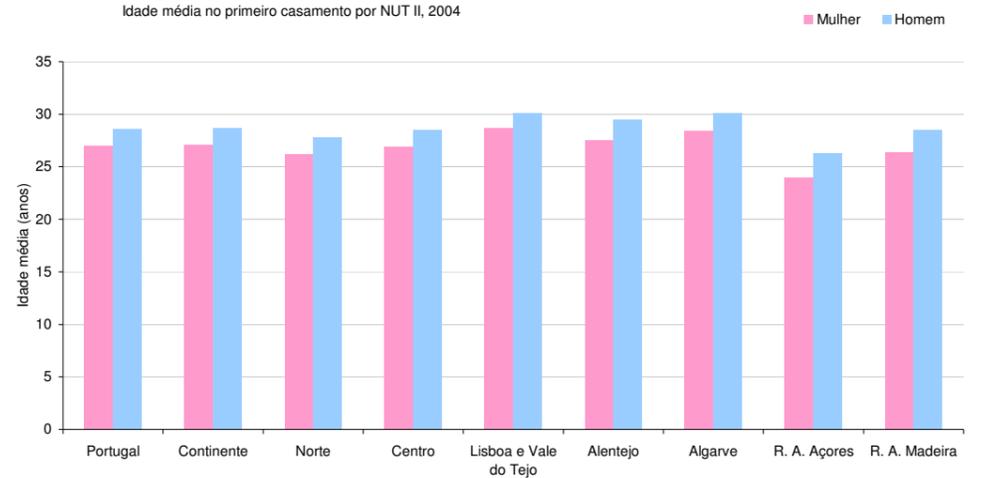
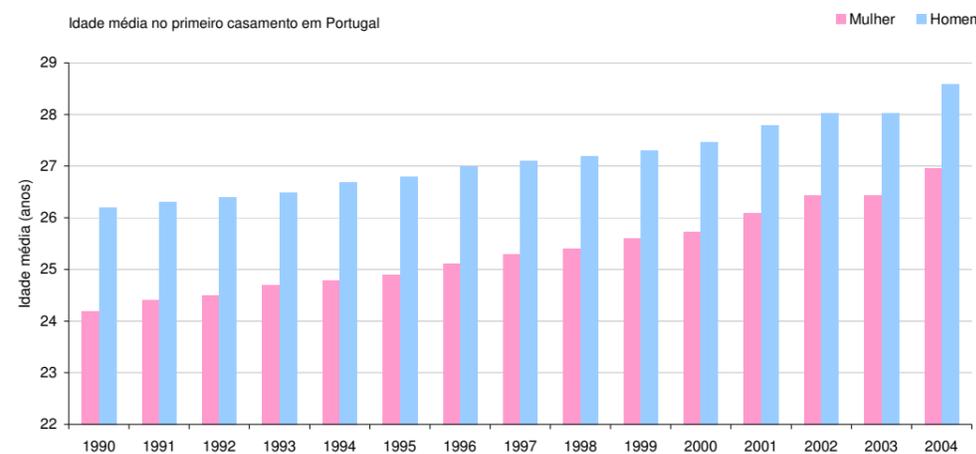


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas da População Residente



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2004

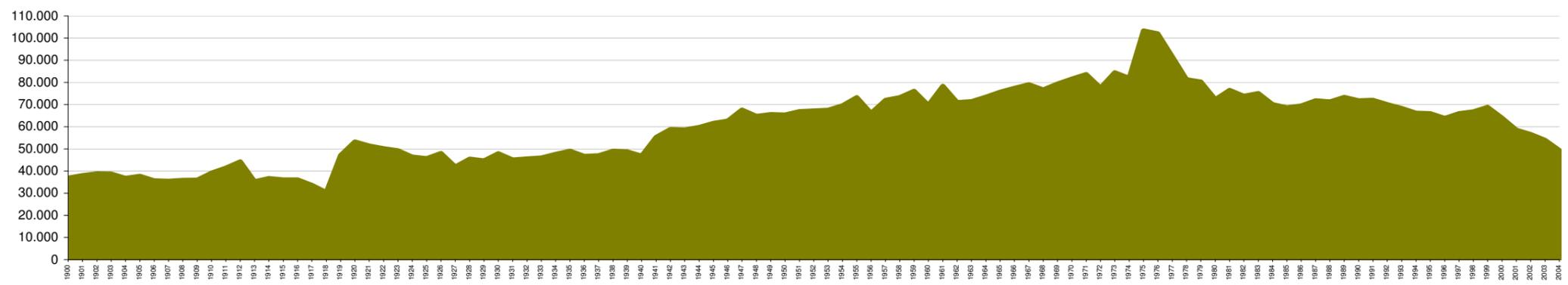
Estado Civil



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas da População Residente

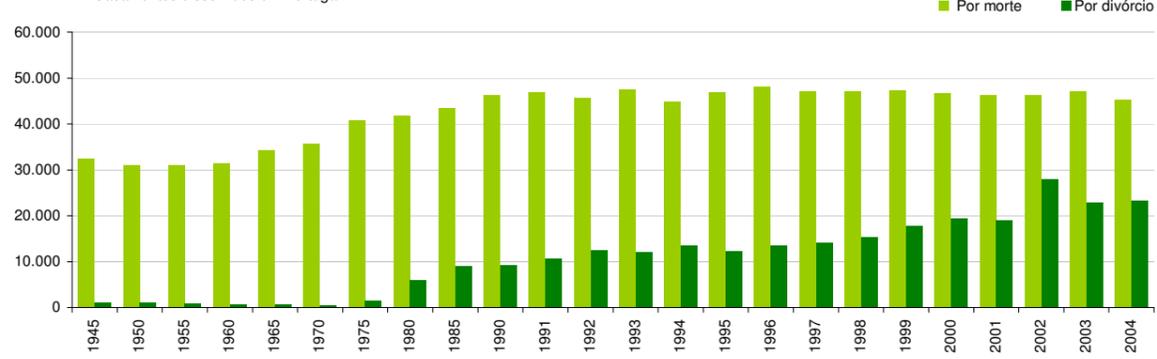
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas da População Residente

Casamentos celebrados em Portugal



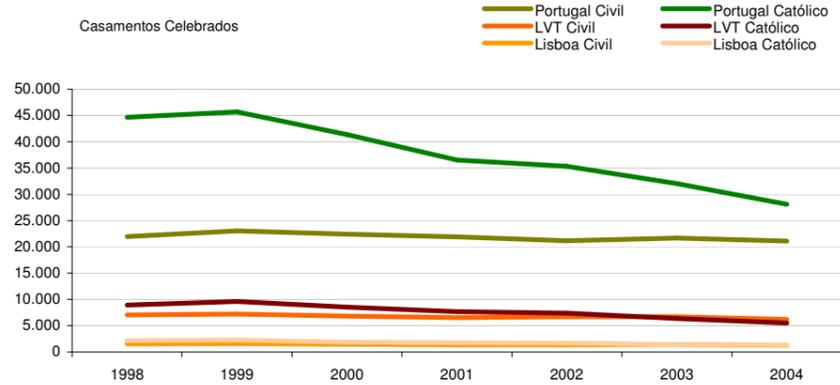
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Casamentos dissolvidos em Portugal



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

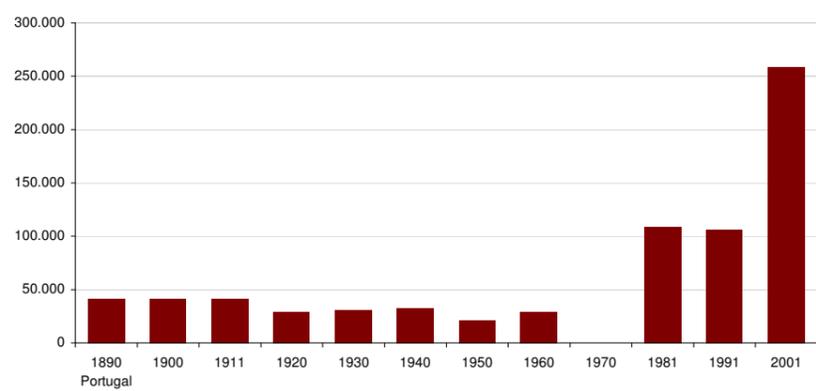
Casamentos Celebrados



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

População Estrangeira

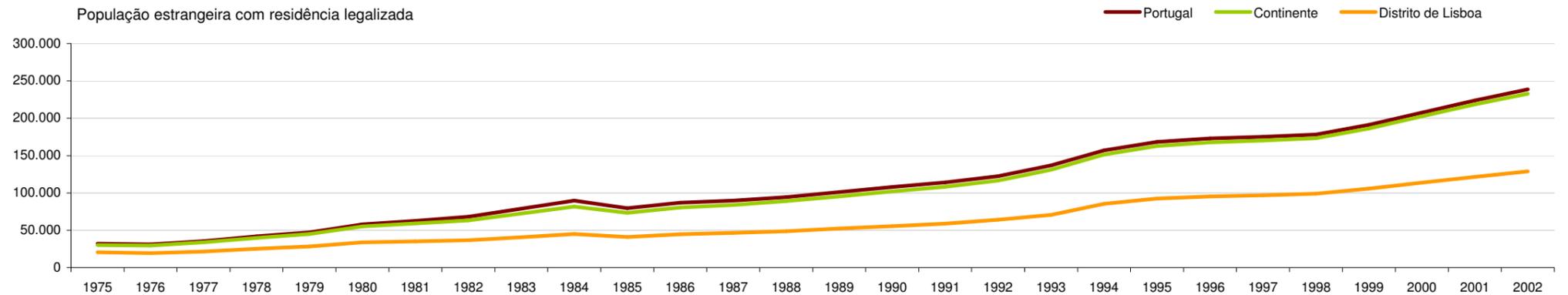
Evolução da população estrangeira



Nota: Informação não disponível no Recenseamento de 1970.

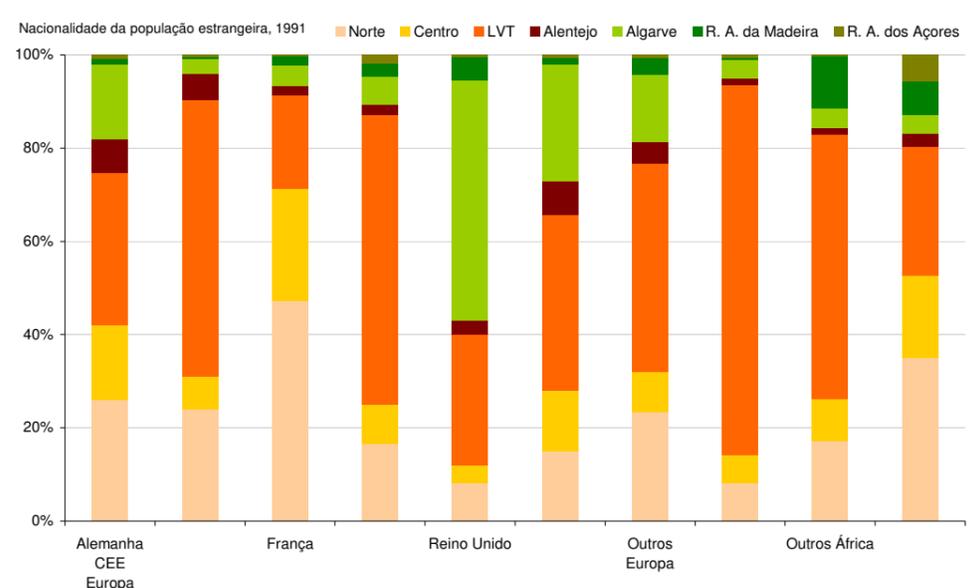
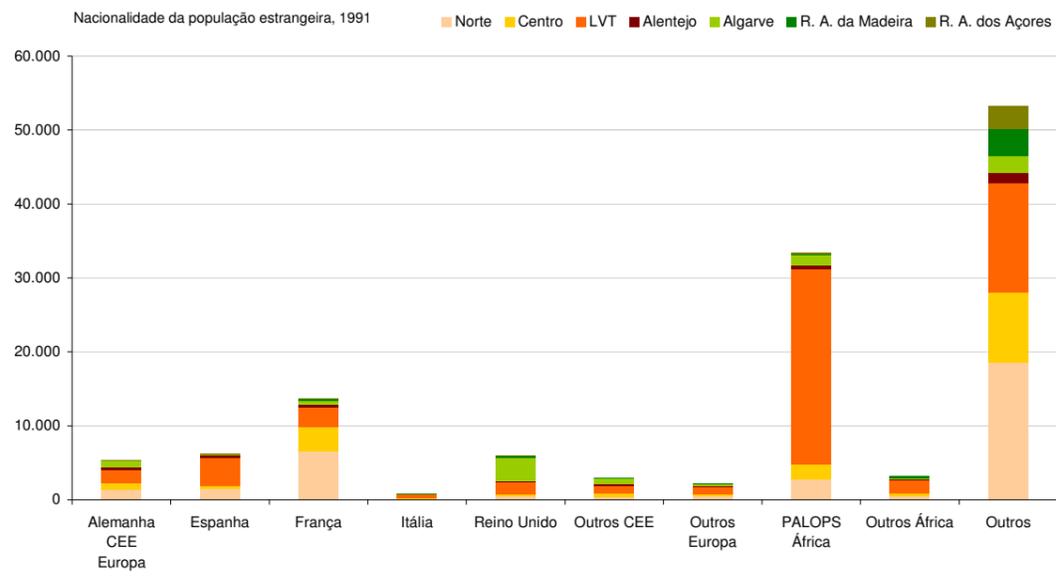
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação.

População estrangeira com residência legalizada

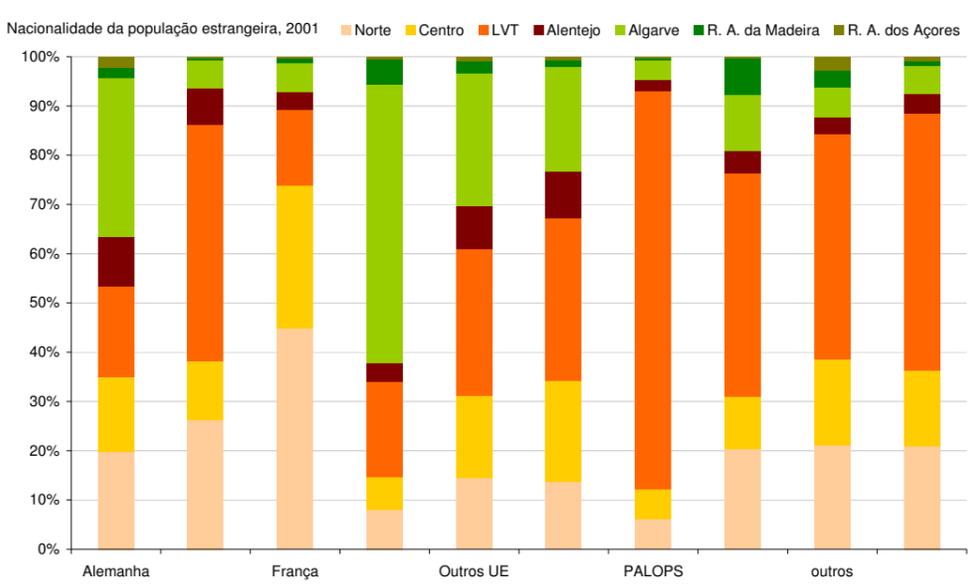
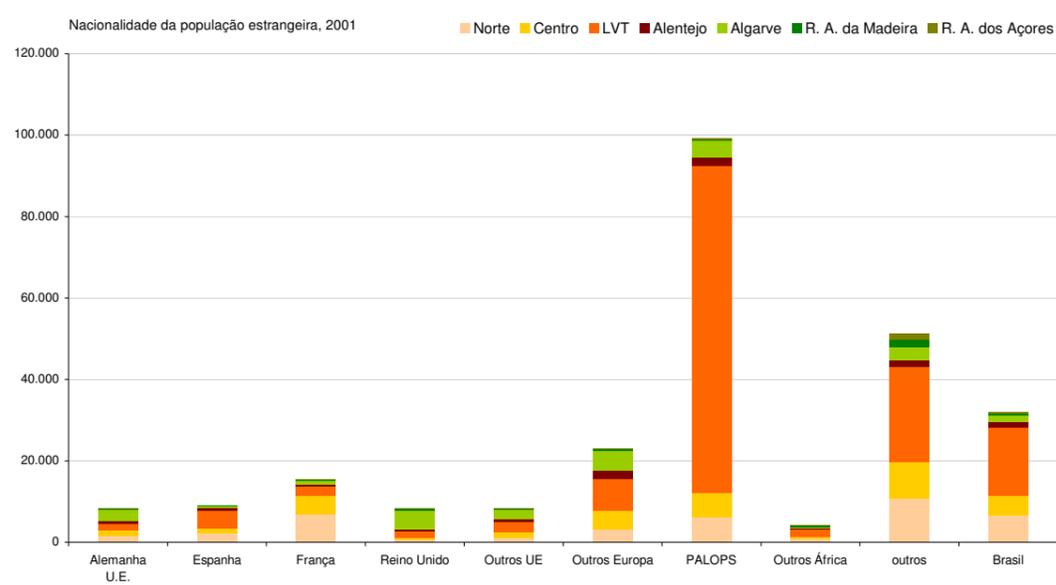


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas da População Residente

Nacionalidade da população estrangeira

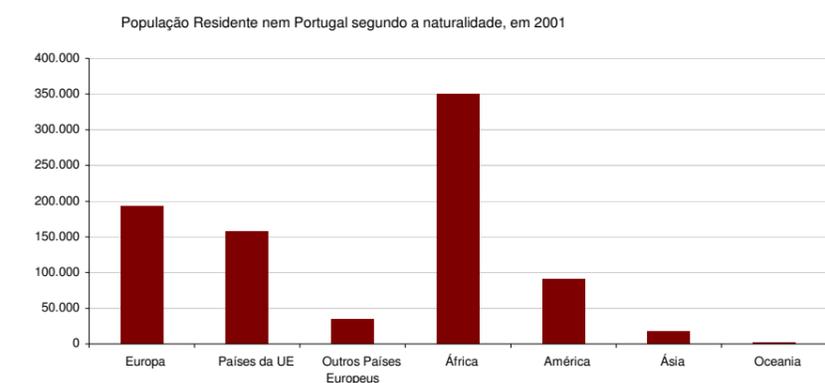


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991.



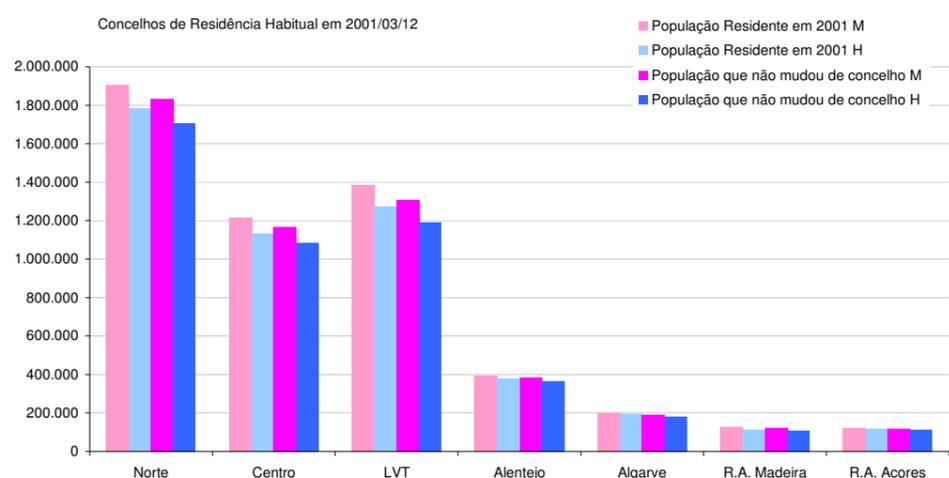
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

Naturalidade

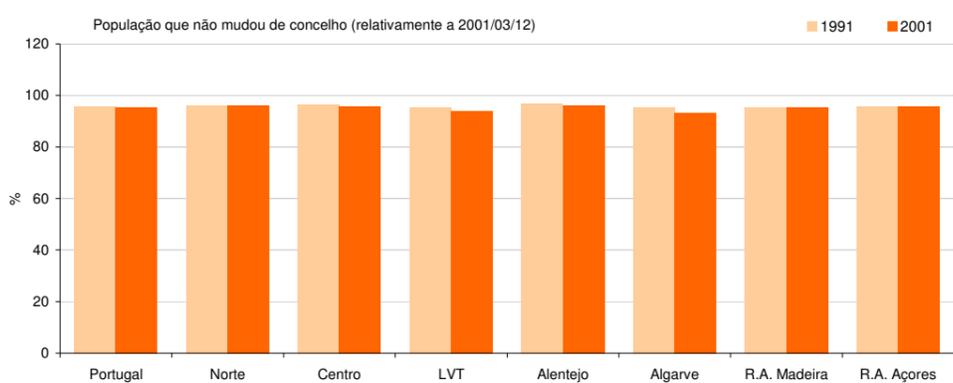
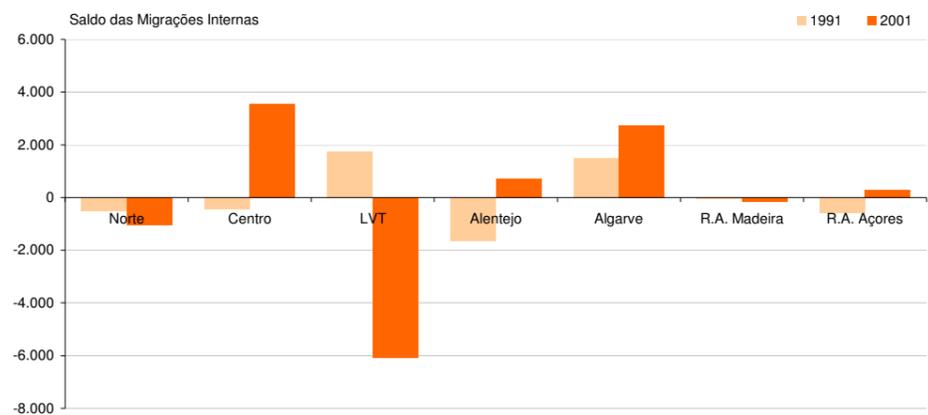


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

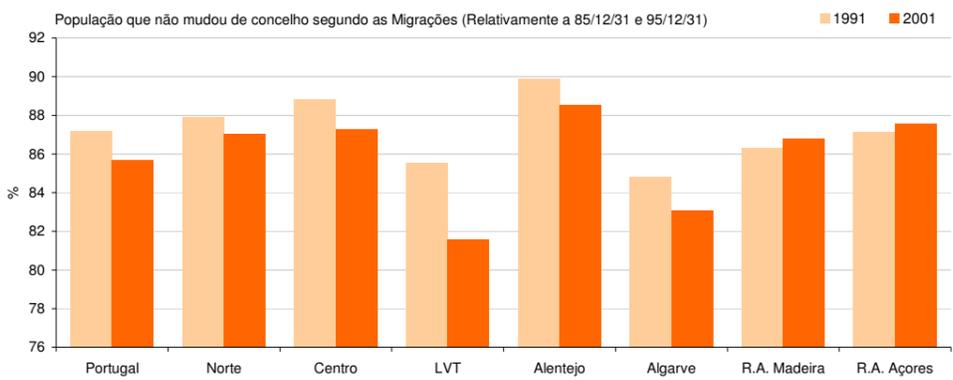
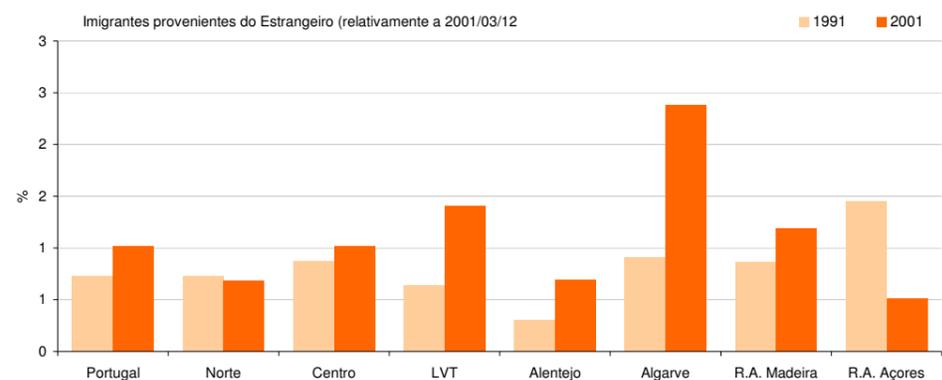
Migrações



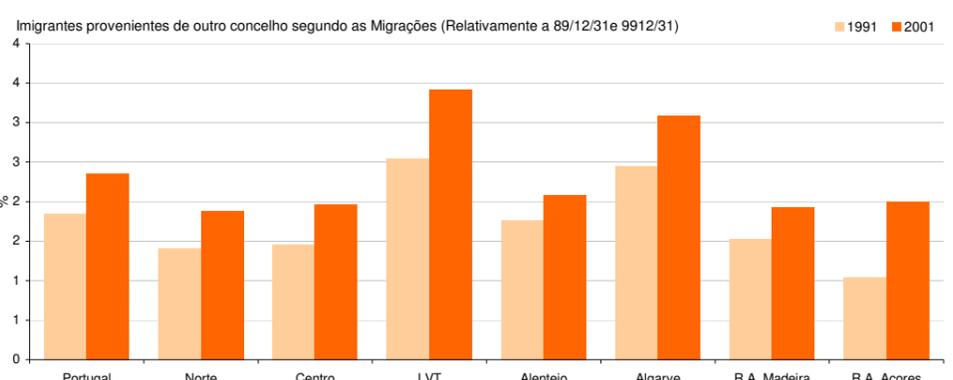
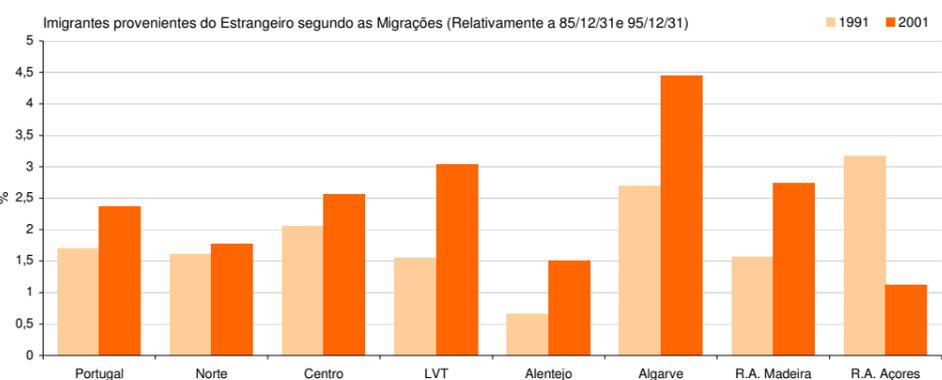
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

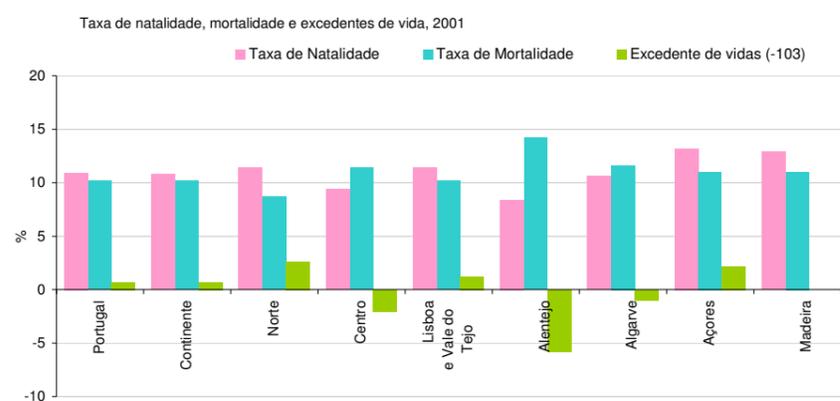


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

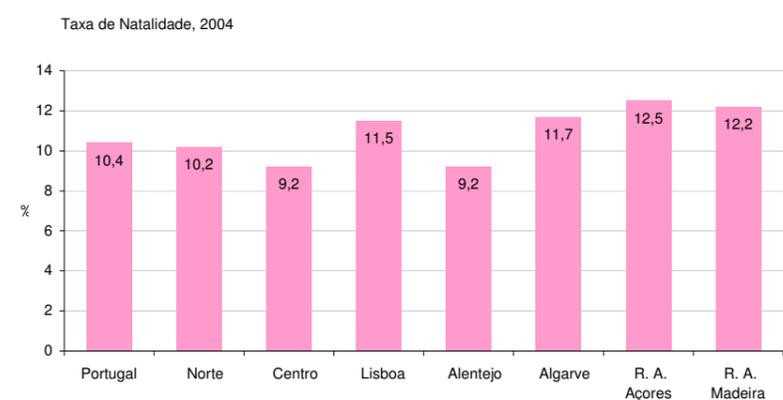


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001.

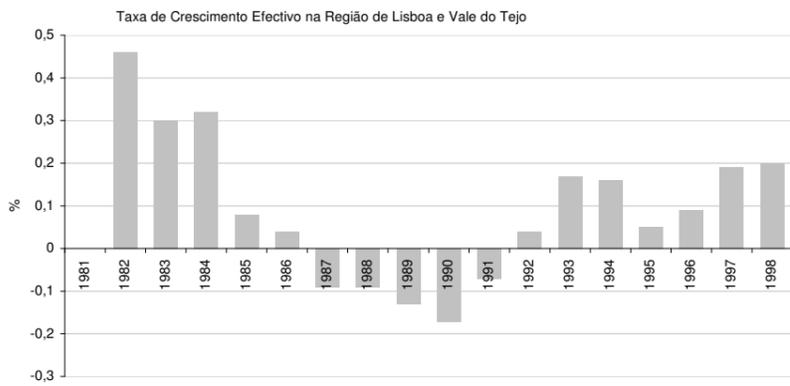
Indicadores Sociais



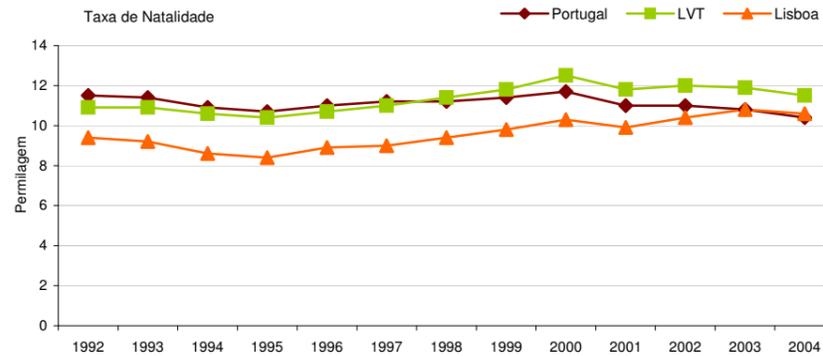
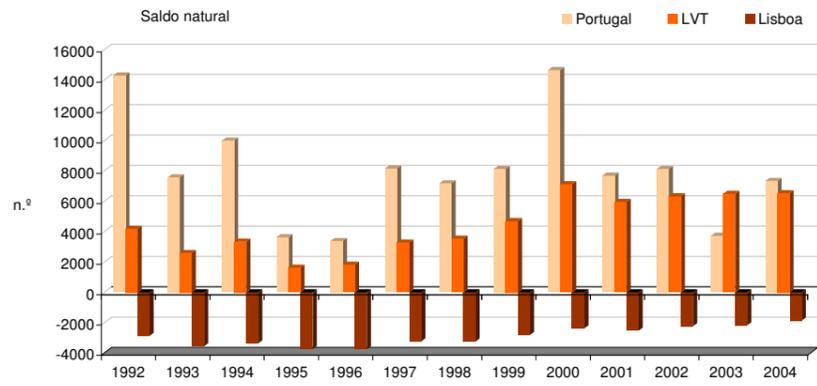
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2001.



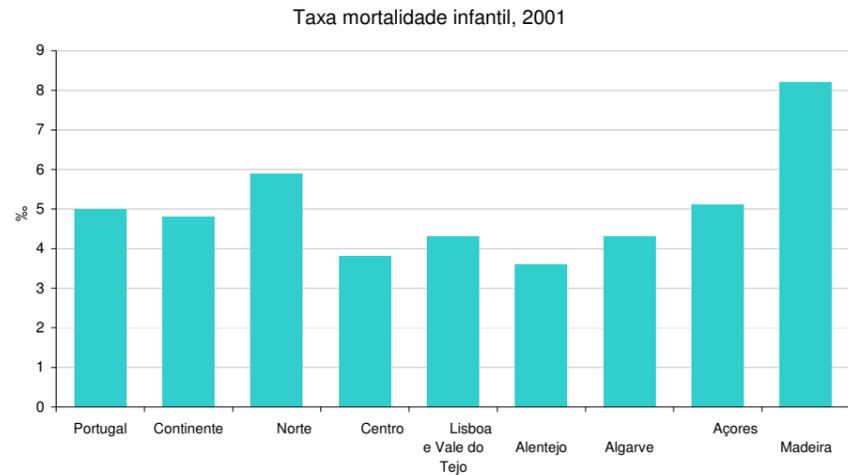
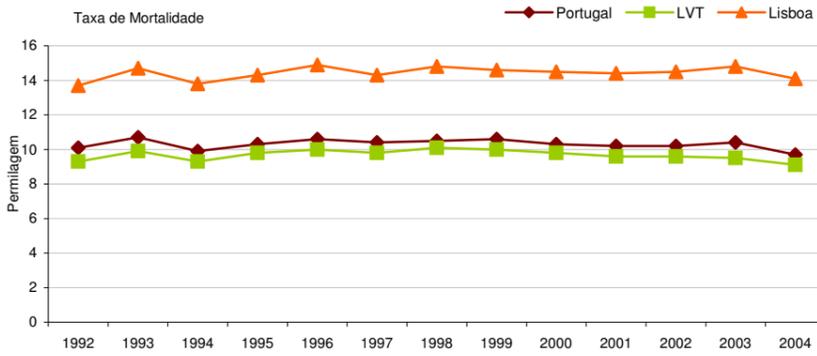
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2004.



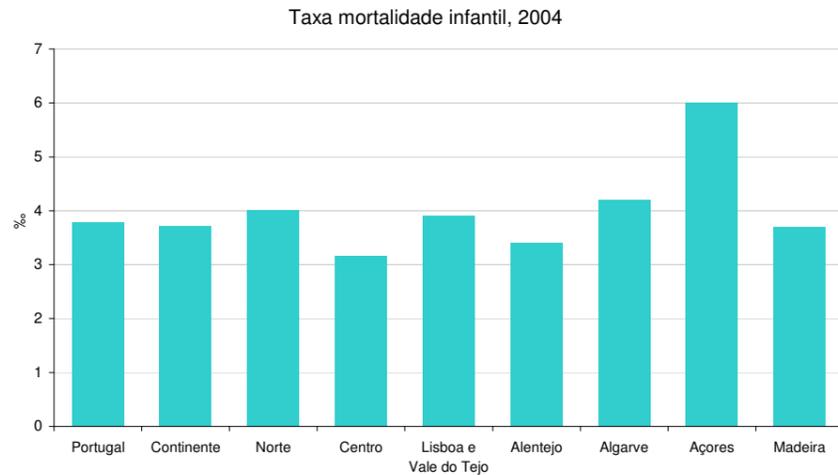
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

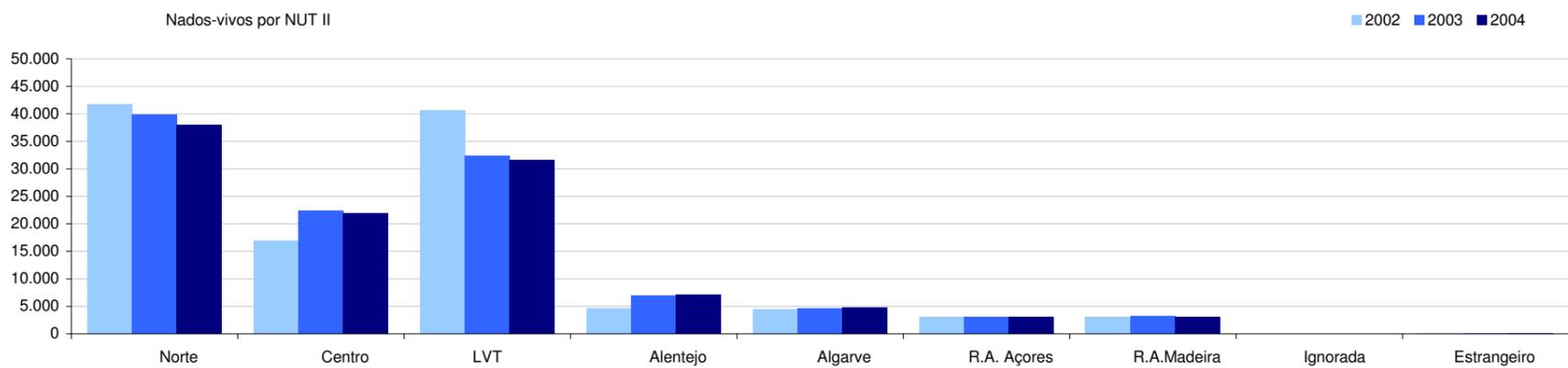


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2001.

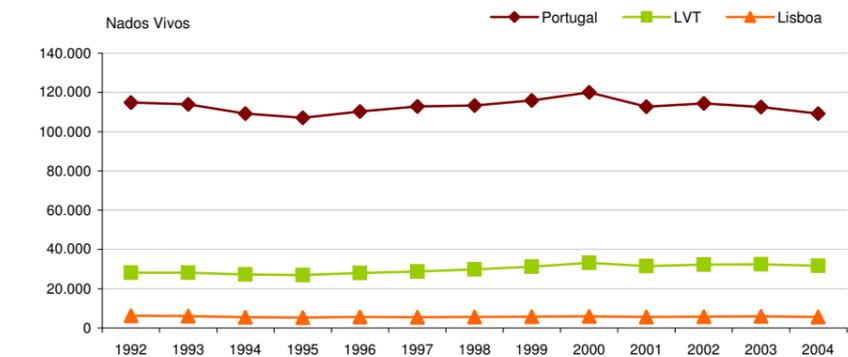


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2004.

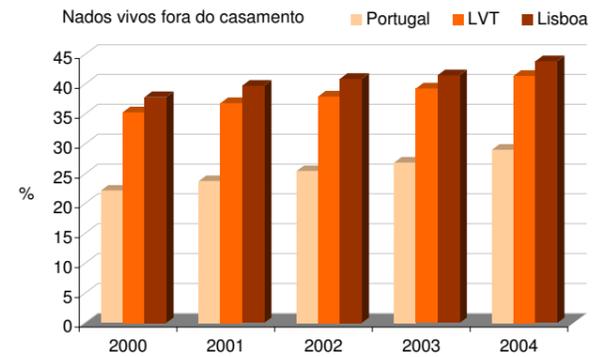
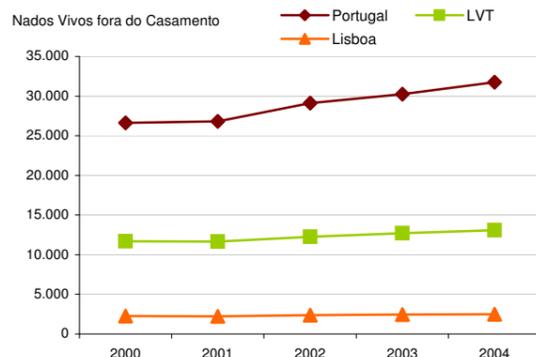
Nados-Vivos



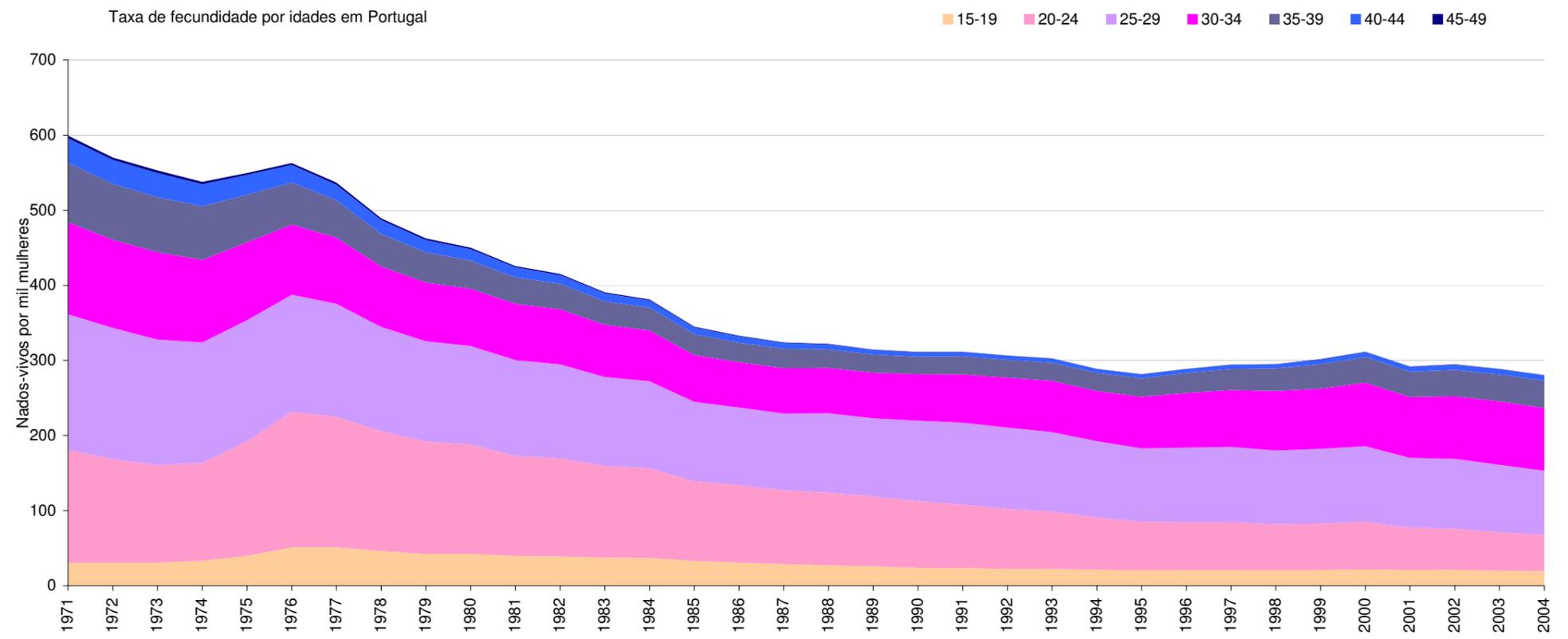
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.



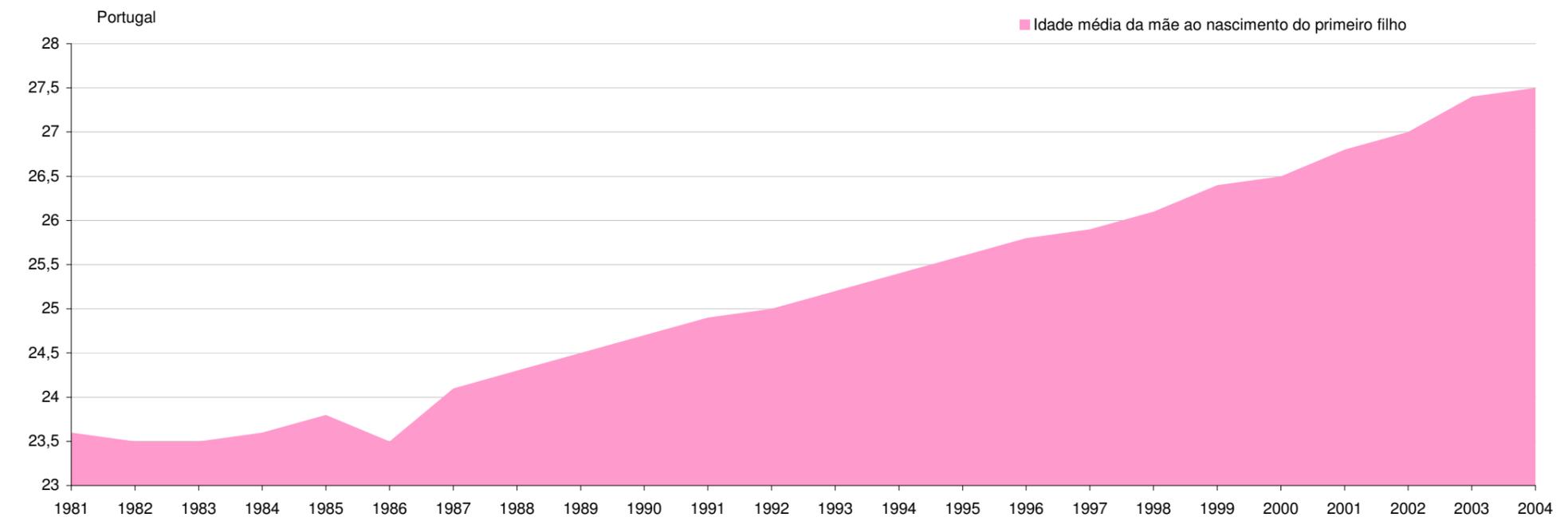
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.



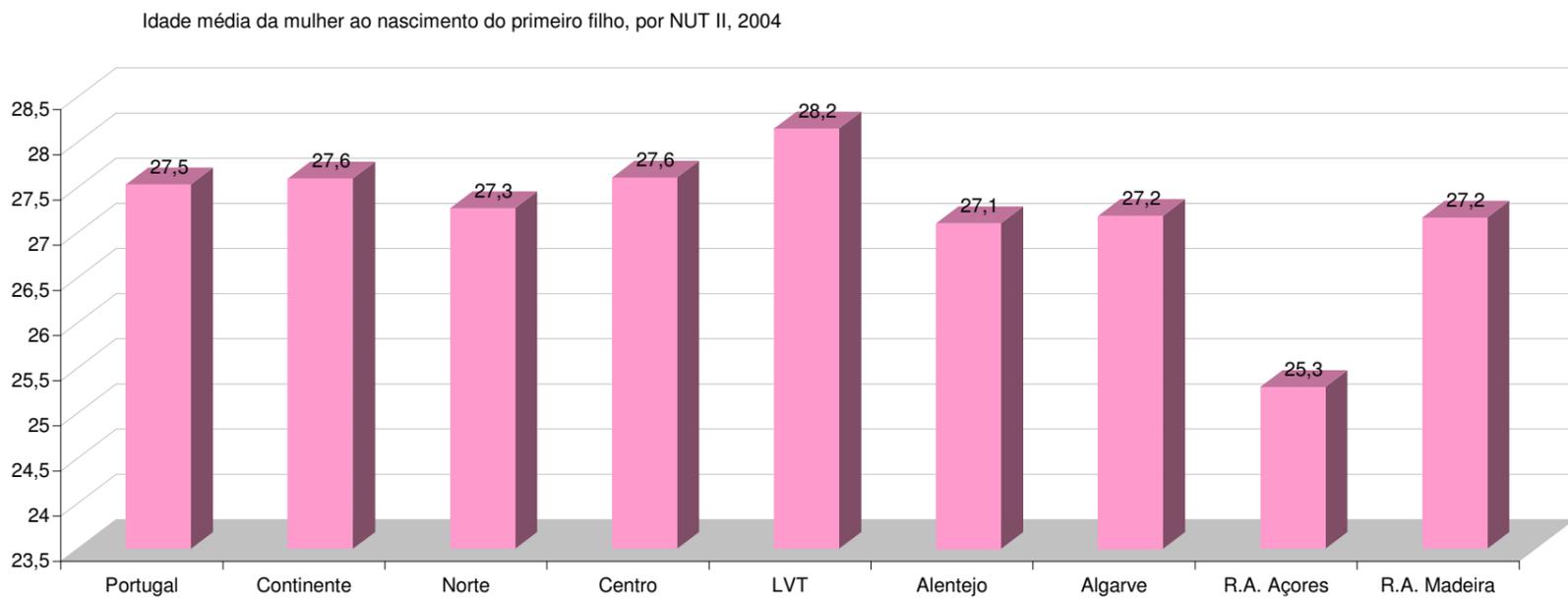
Fecundidade



Fonte: INE, Estimativas da População Residente.

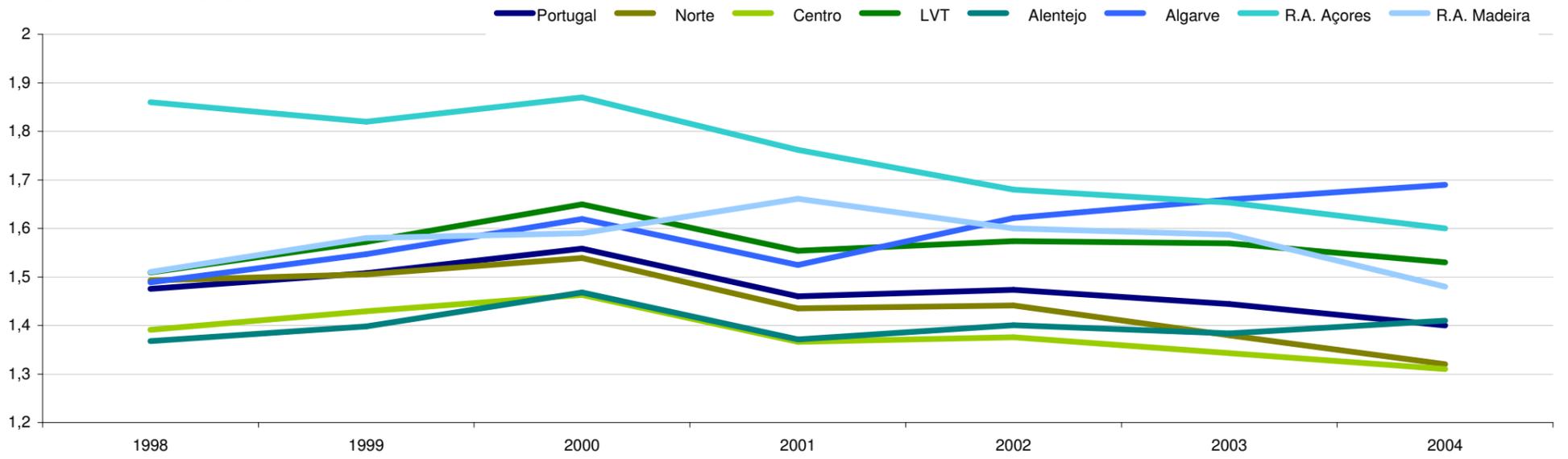


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.



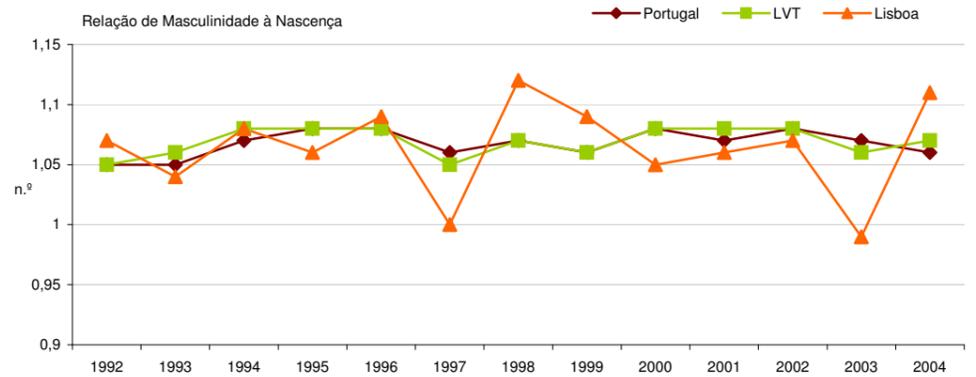
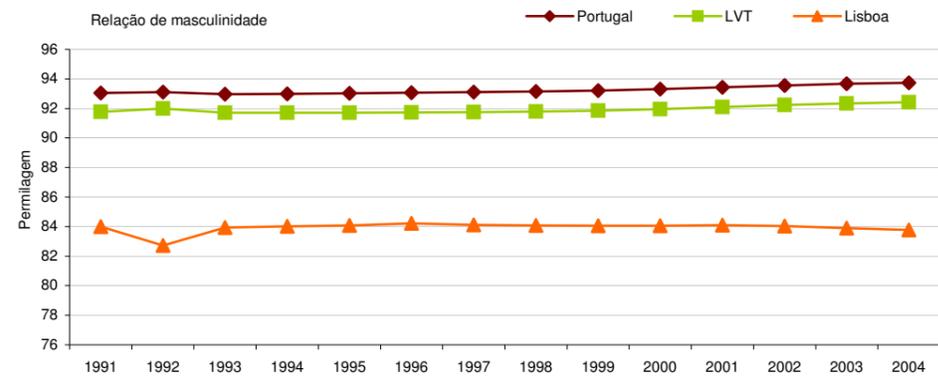
Fonte: INE, Estimativas da População Residente e Estatísticas Demográficas

Índice Sintético de Fecundidade



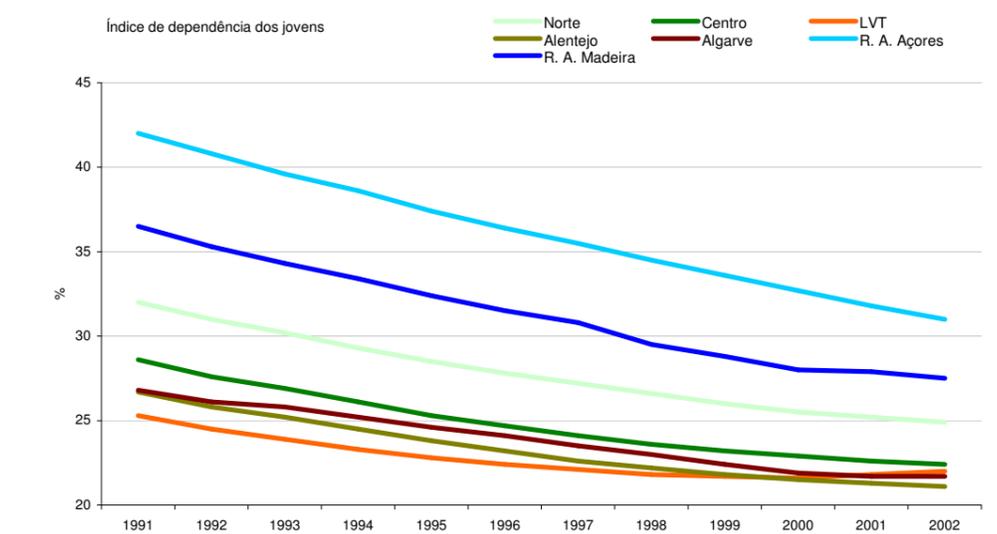
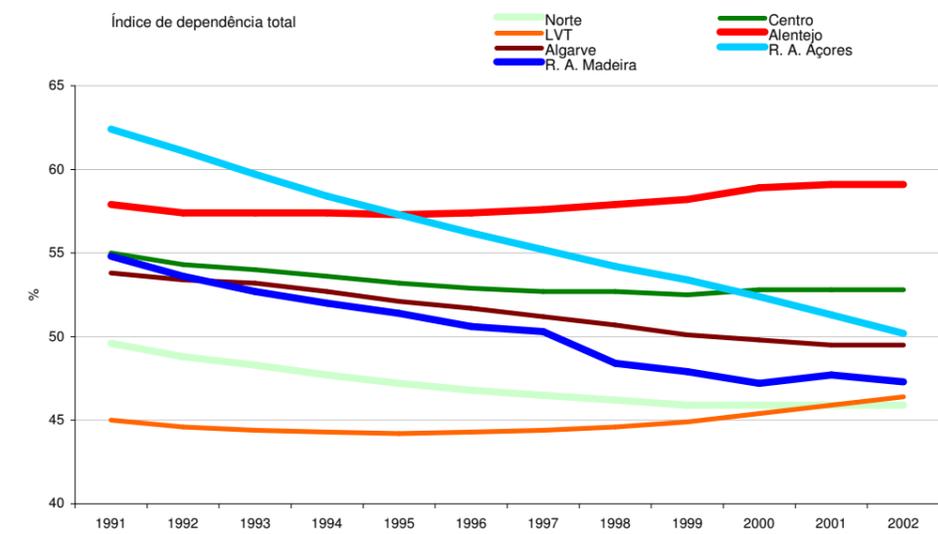
Fonte: INE, Estimativas da População Residente e Estatísticas Demográficas

Relação de Masculinidade

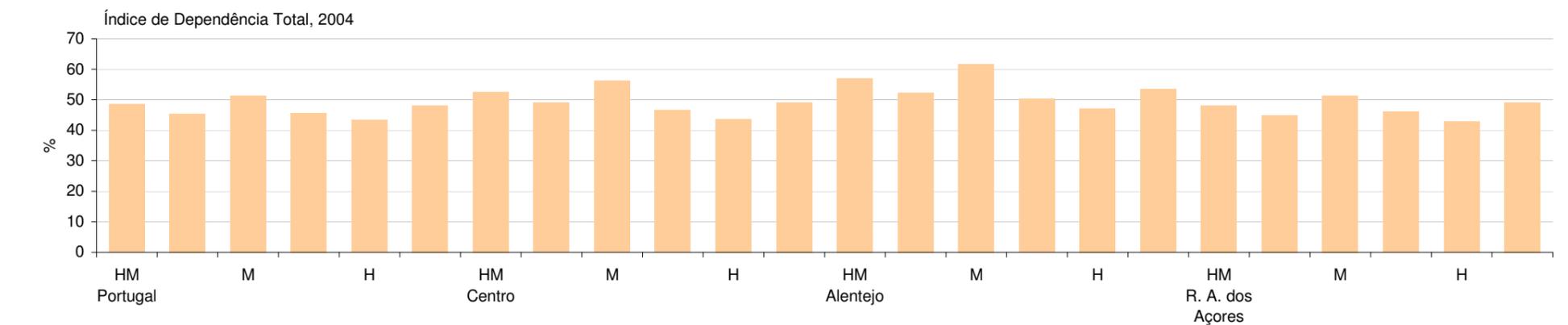


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

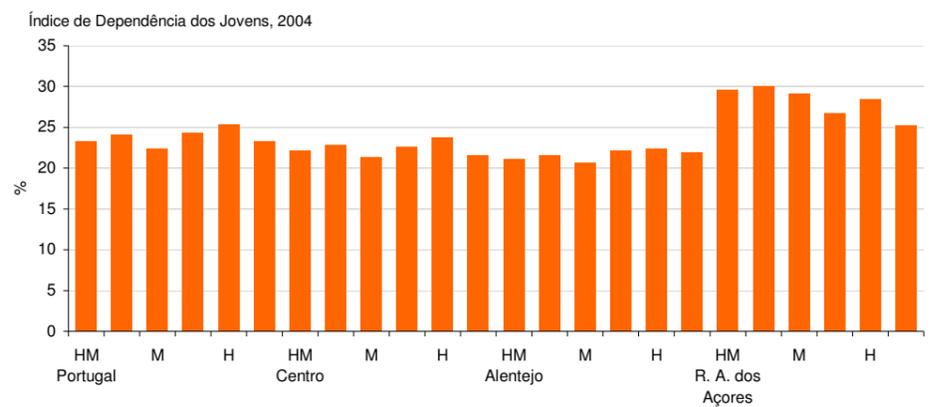
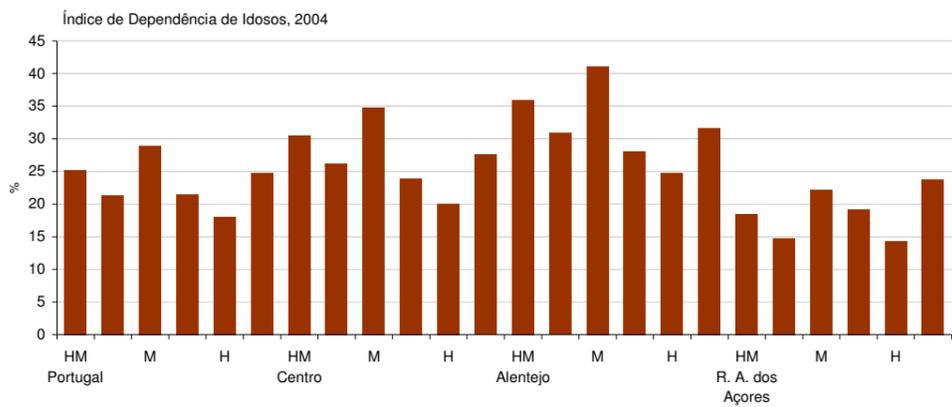
Índices de Dependência



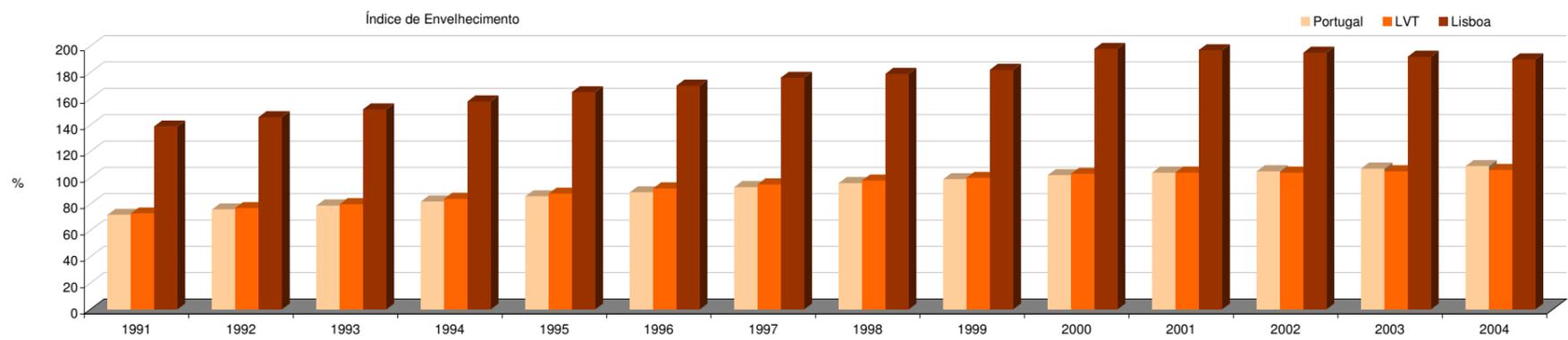
Fonte: INE, Estimativas da População Residente



Fonte: INE, Estimativas da População Residente

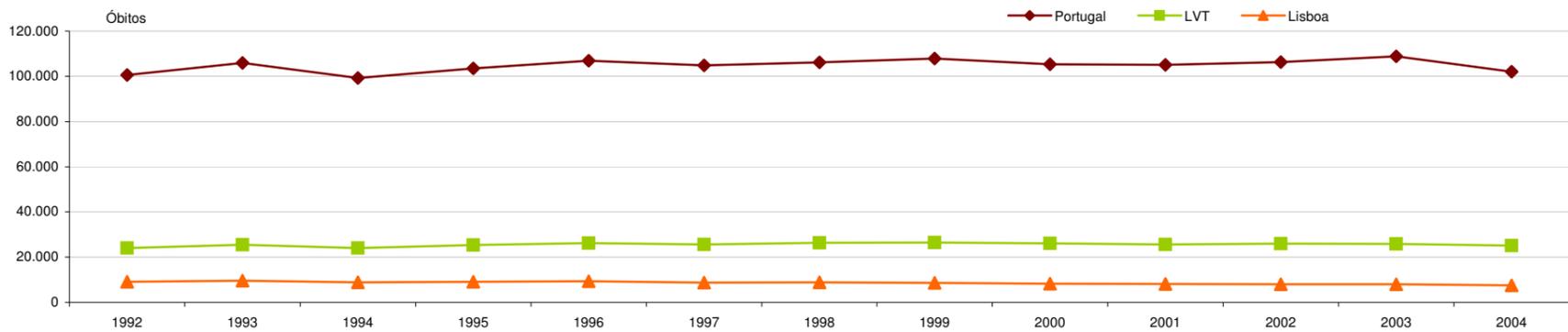


Fonte: INE, Estimativas da População Residente



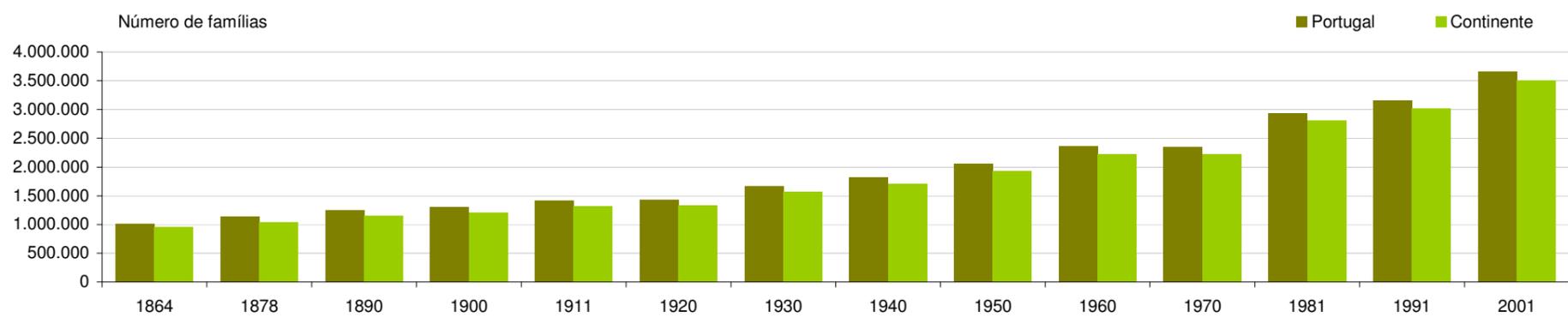
Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal 2004

Óbitos

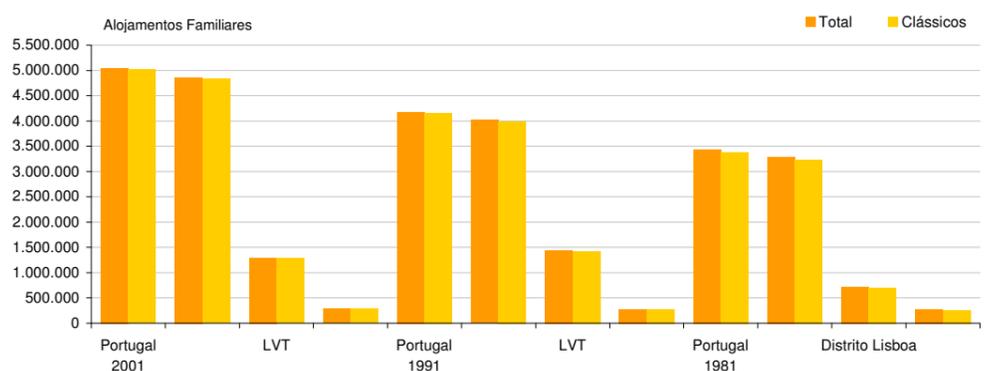
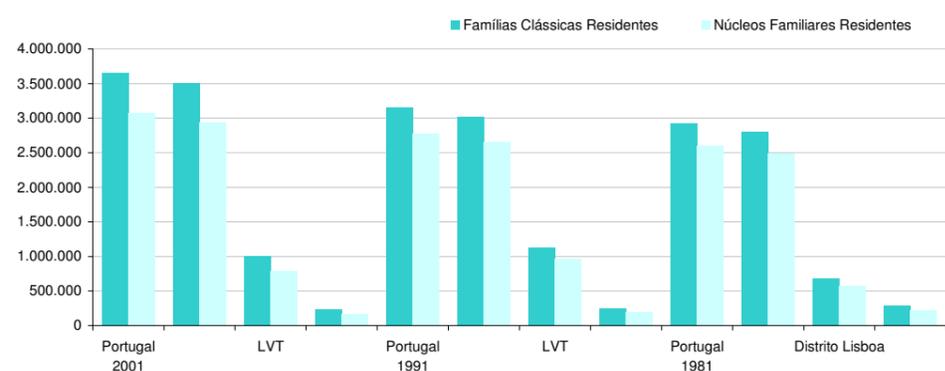


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

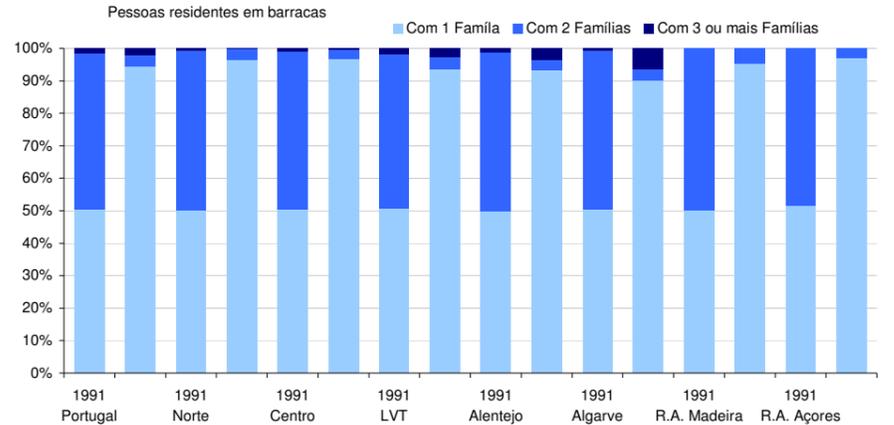
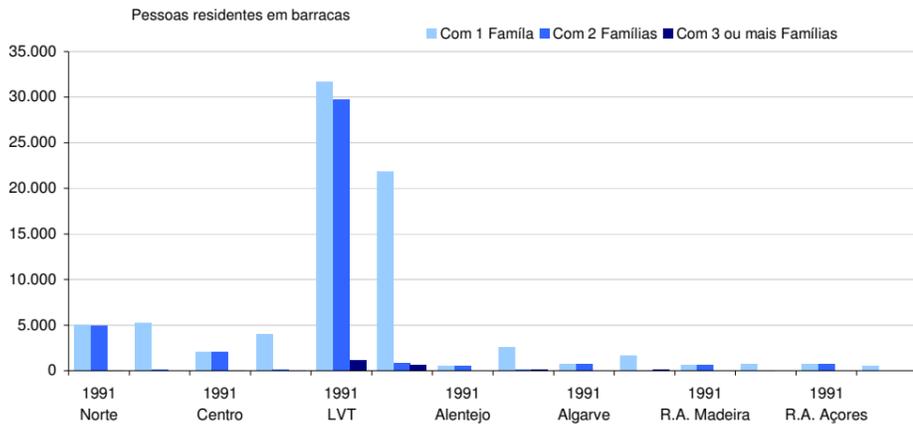
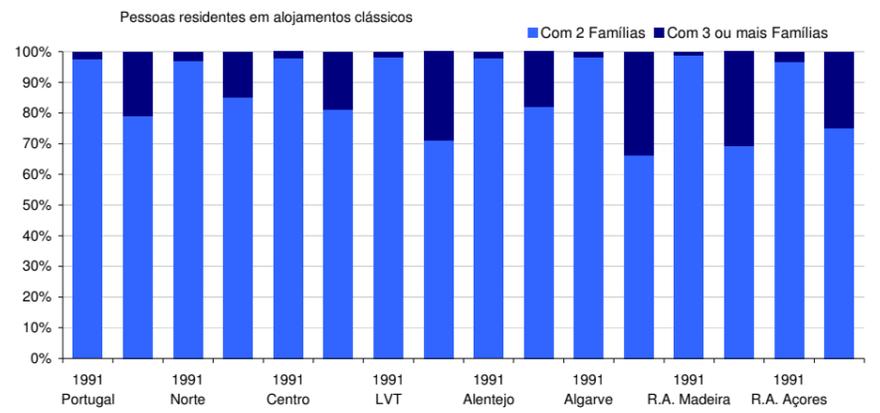
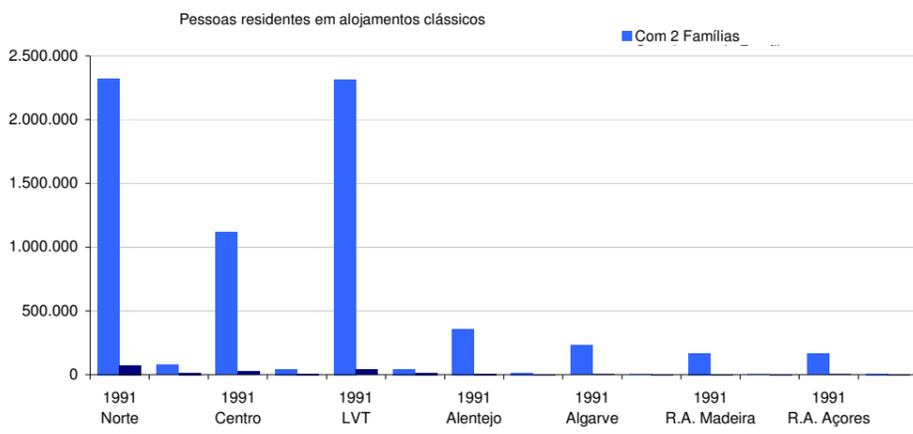
Família



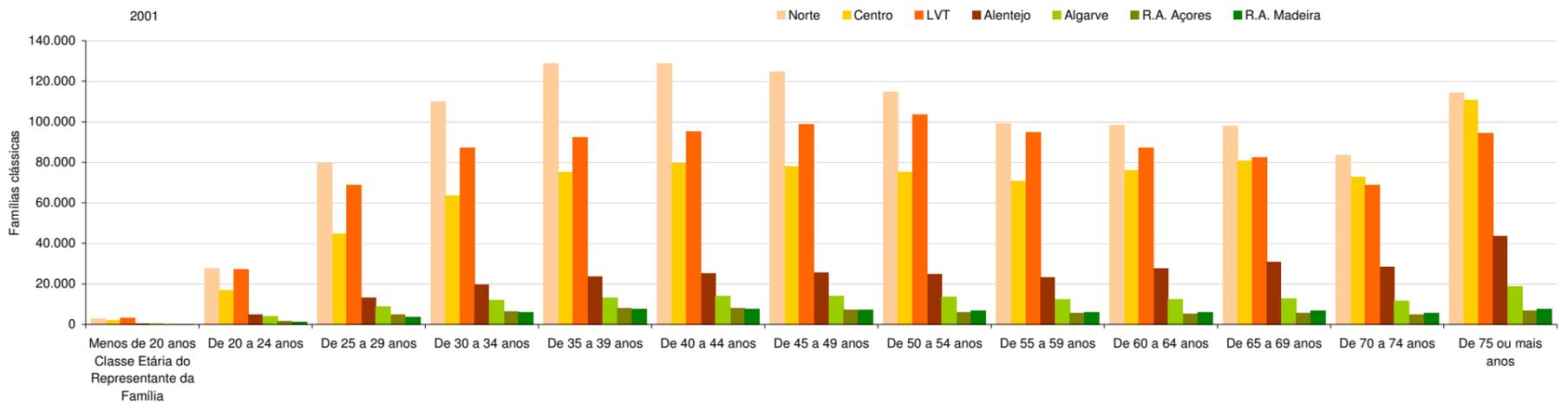
Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1981, 1991 e 2001



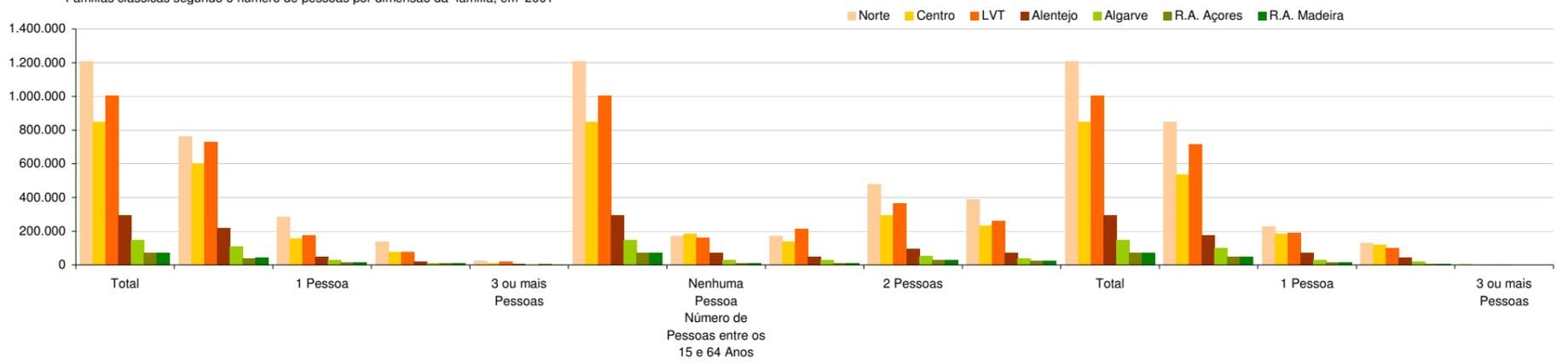
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001



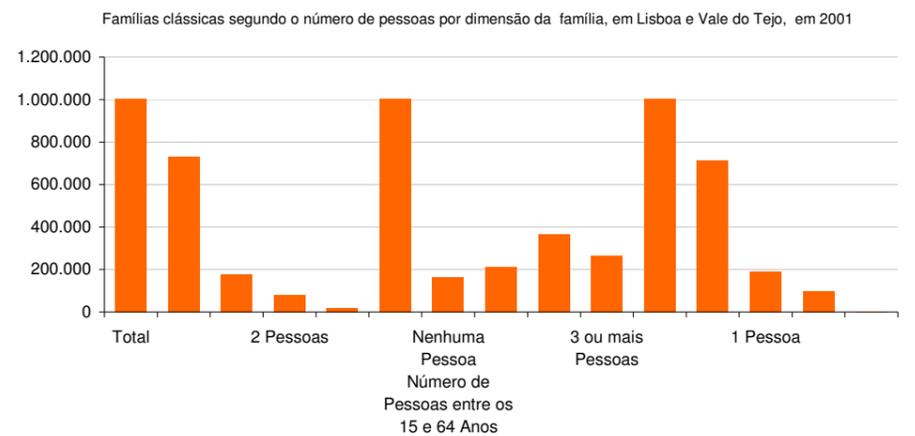
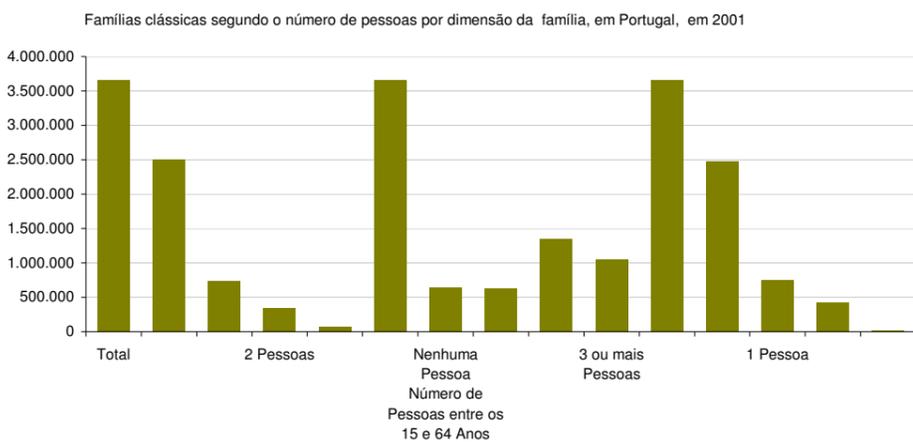
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Dimensão da Família

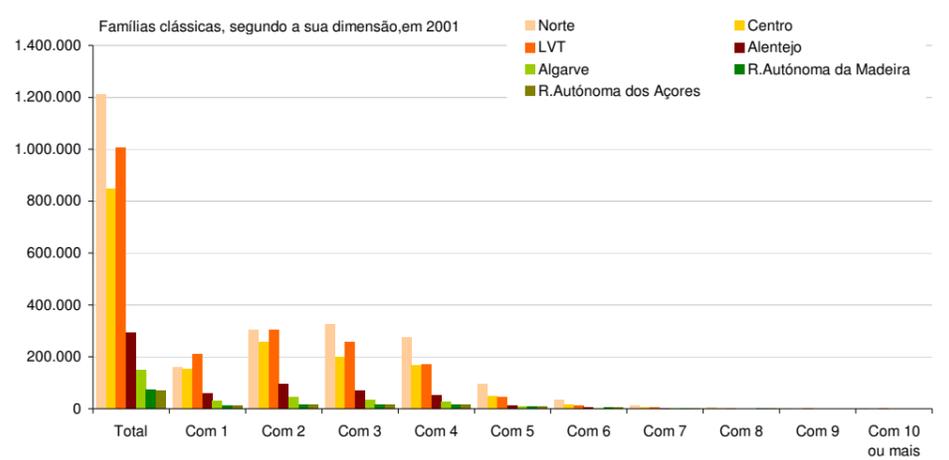
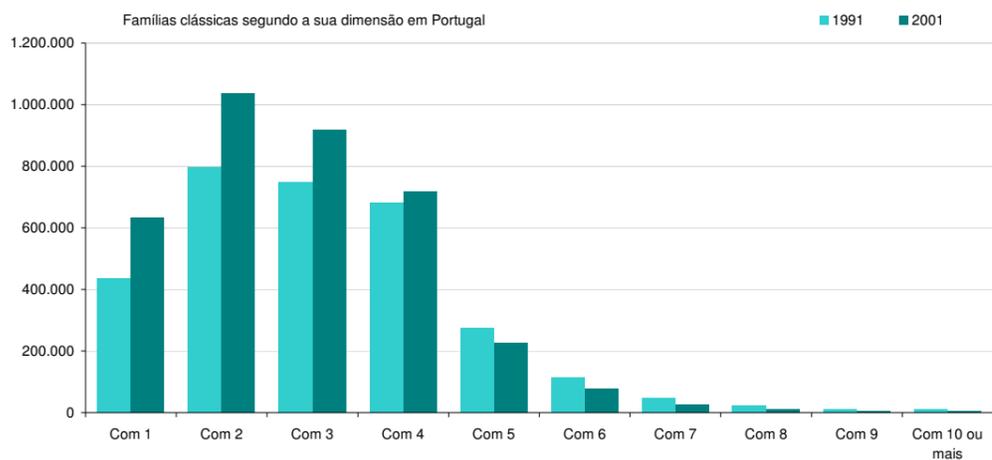
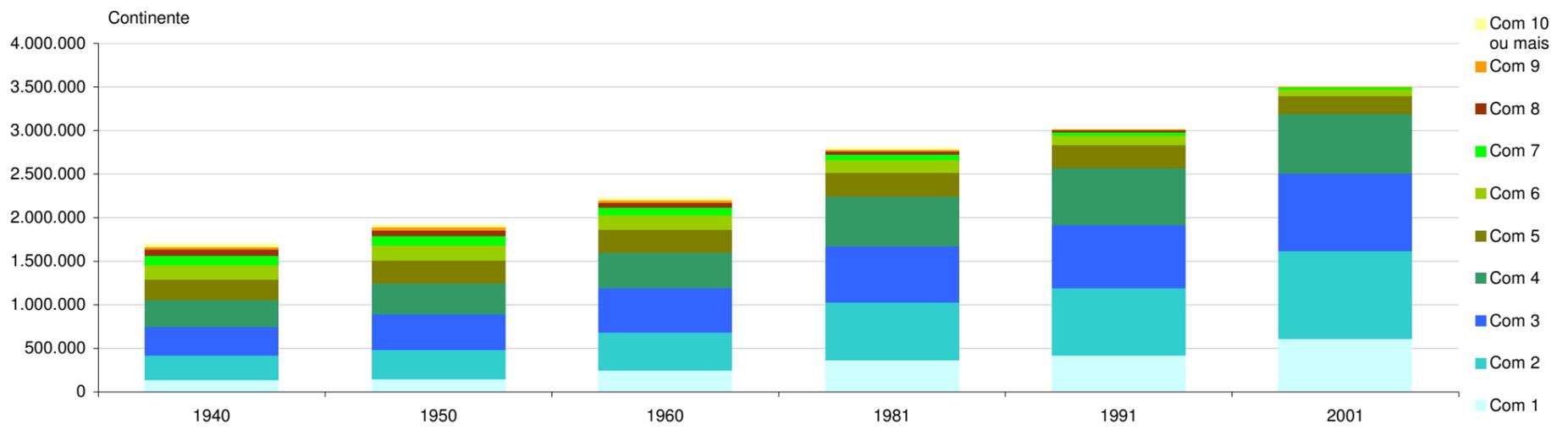
Famílias clássicas segundo o número de pessoas por dimensão da família, em 2001



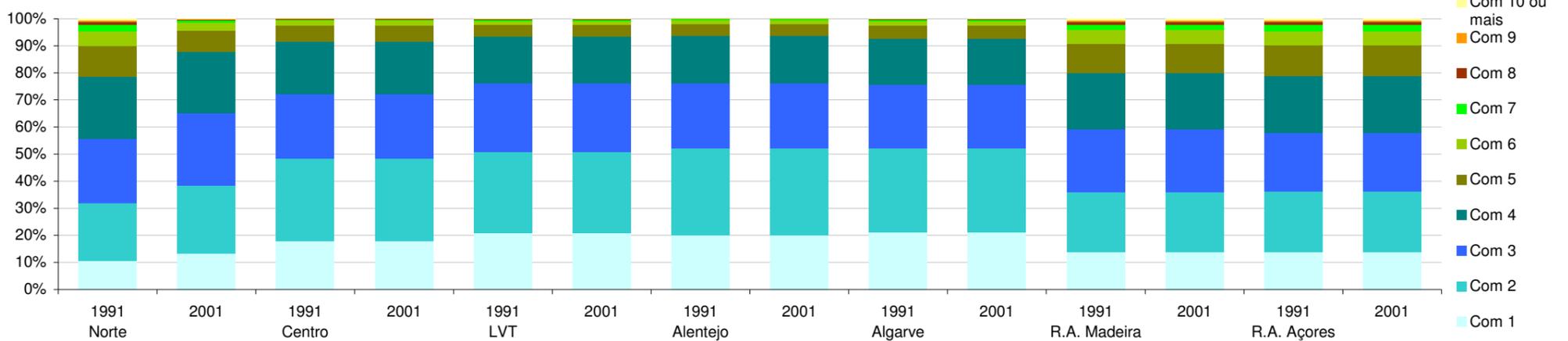
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001



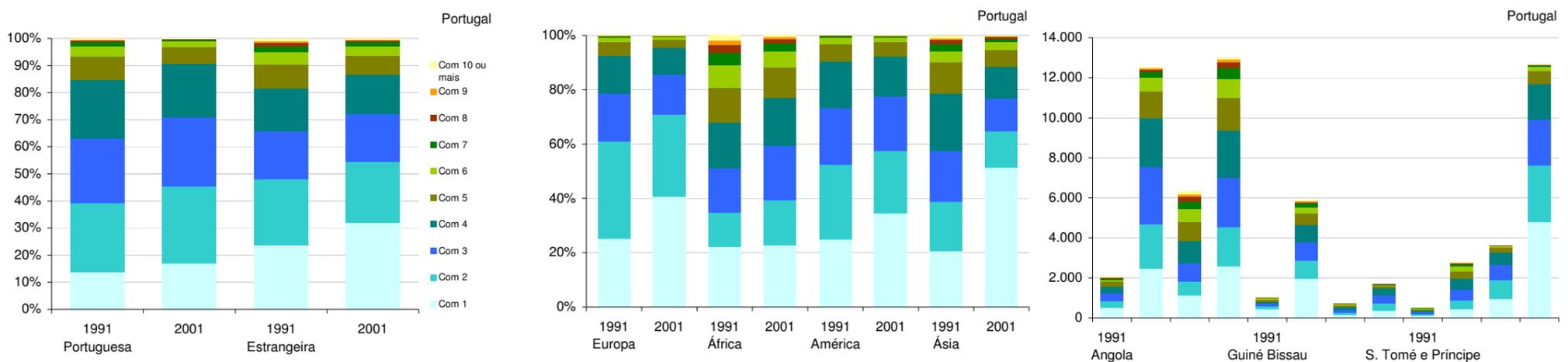
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001



Famílias clássicas, segundo a sua dimensão, por NUT II

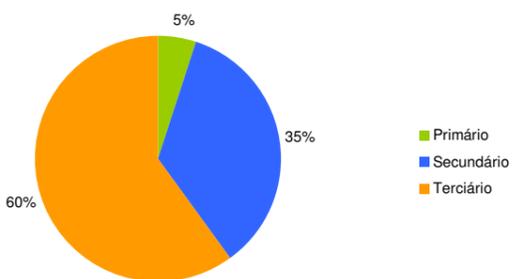


Nacionalidade e Dimensão da Família

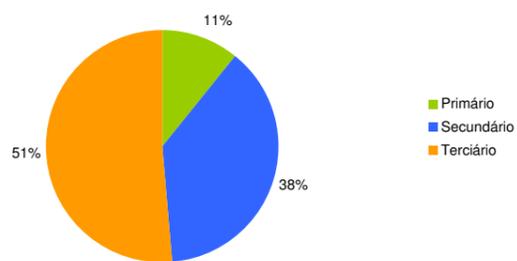


Emprego e Condições de Trabalho

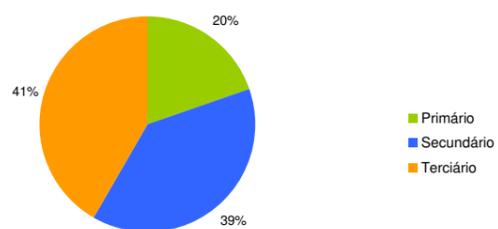
População residente empregada segundo sector de actividade em Portugal, 2001



População residente empregada segundo sector de actividade em Portugal, 1991

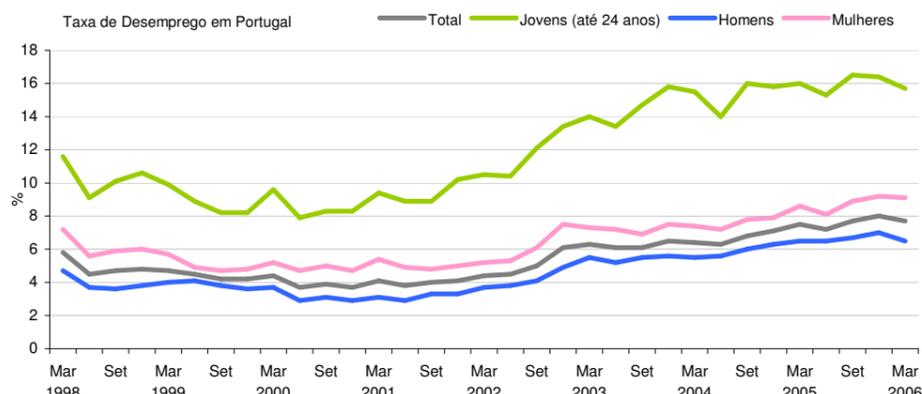
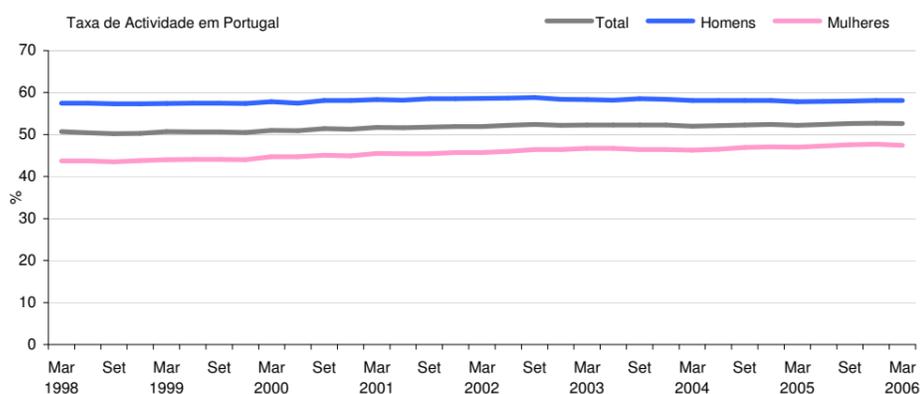


População residente empregada segundo sector de actividade em Portugal, 1981

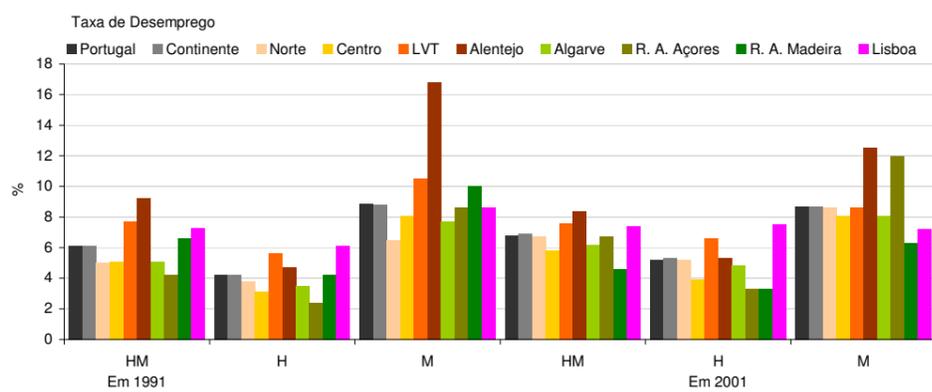
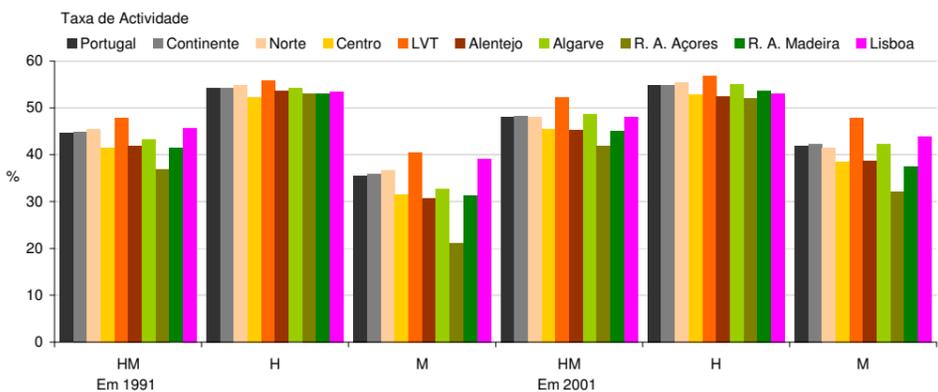


Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 1981, 1991 e 2001

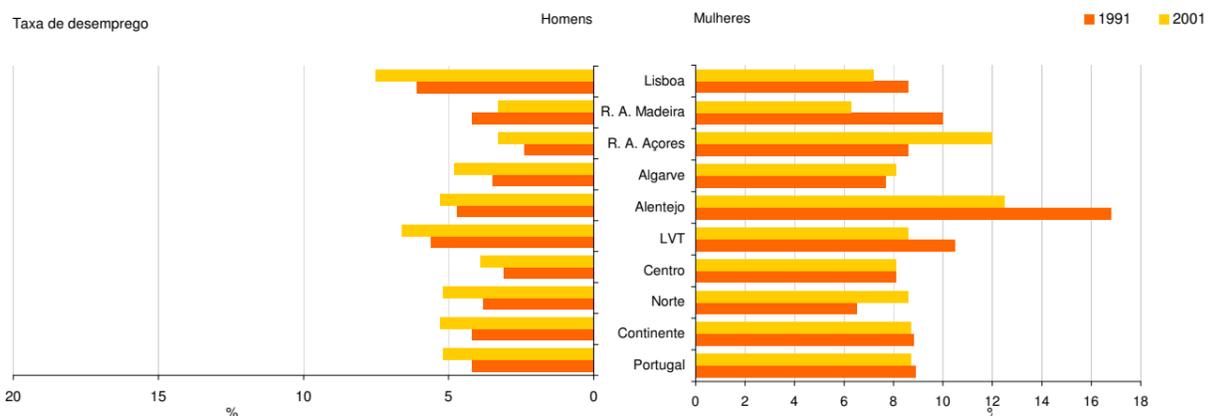
Emprego e Desemprego



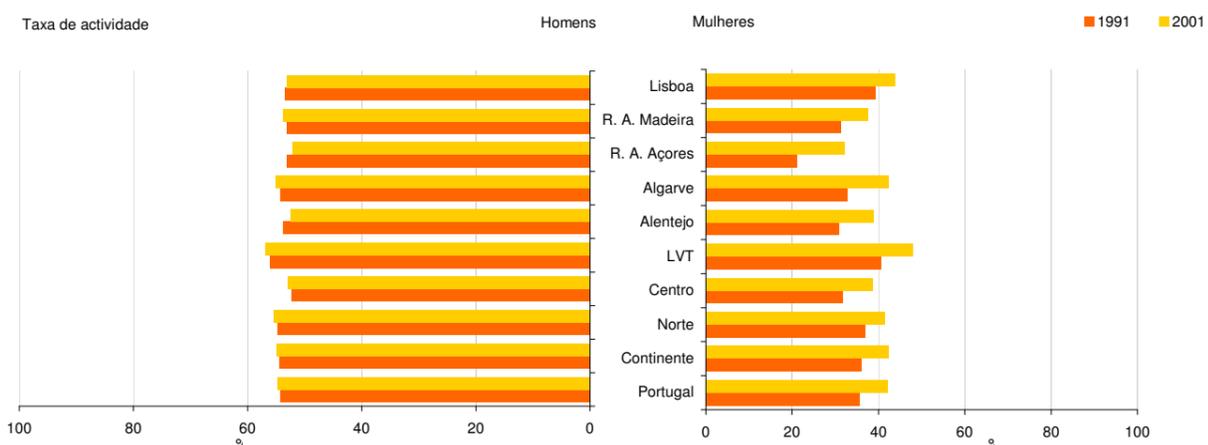
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Portugal, 2006



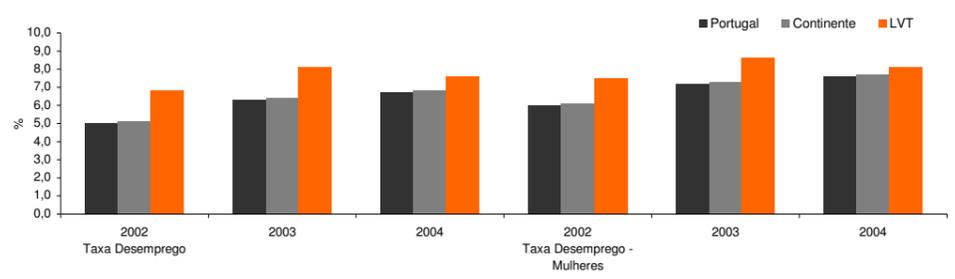
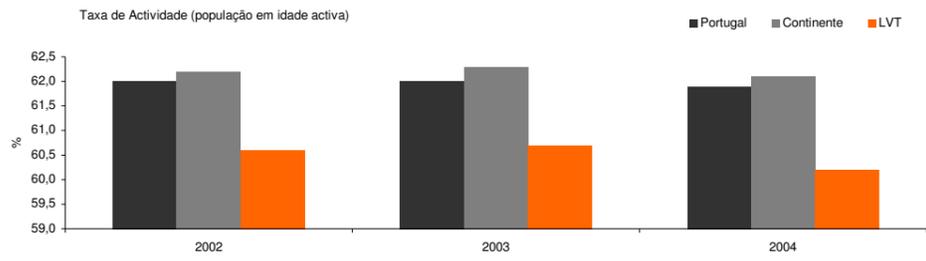
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, 2006.

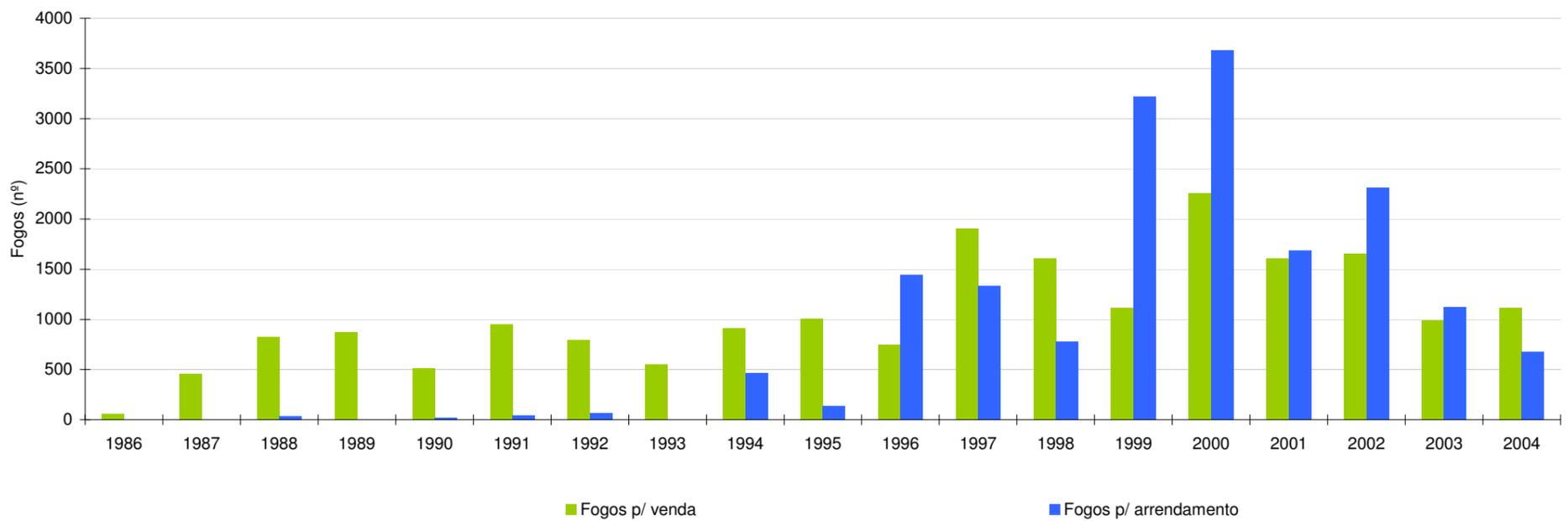
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

ACTIVIDADE DO INSTITUTO

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

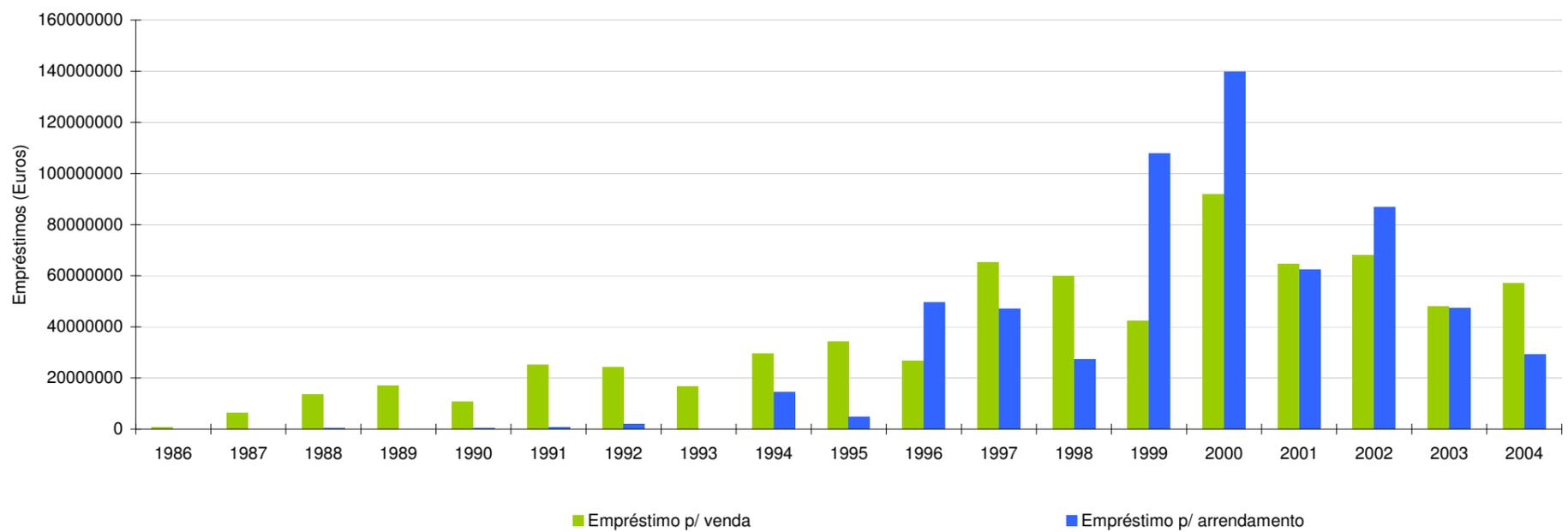
Actividade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

HCC CDH's



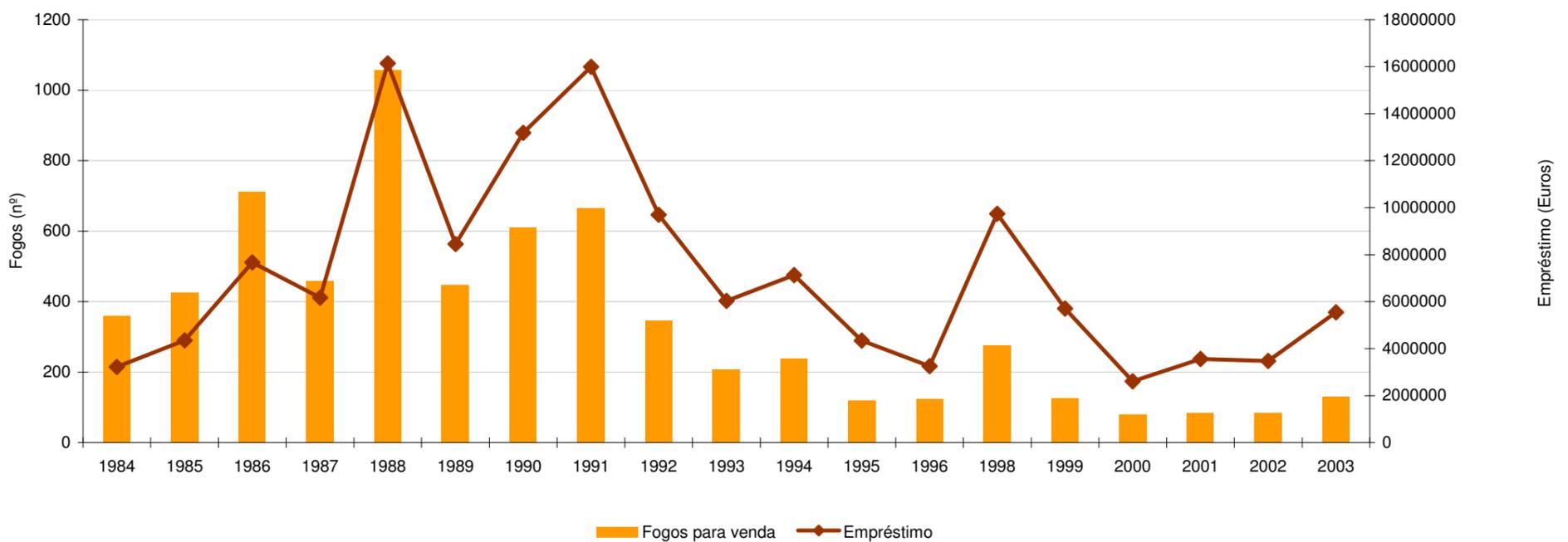
Fonte: IHRU, 2006.

HCC CDH's



Fonte: IHRU, 2006.

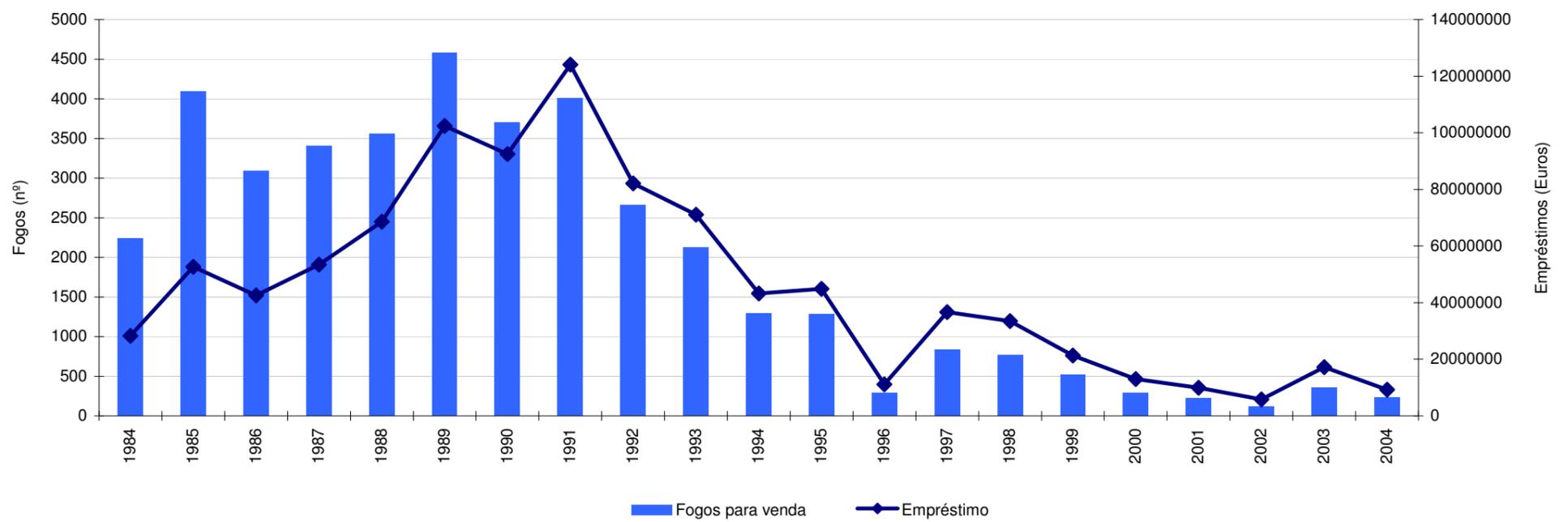
HCC Municípios



Fonte: IHRU, 2006.

Apoios a Cooperativas

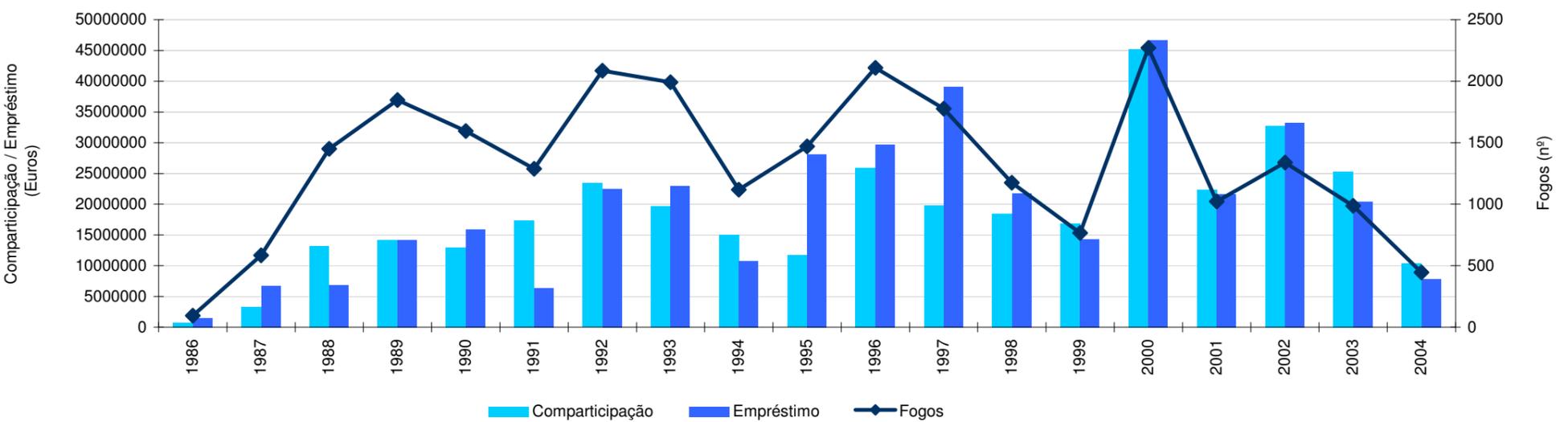
HCC Cooperativas



Fonte: IHRU, 2006.

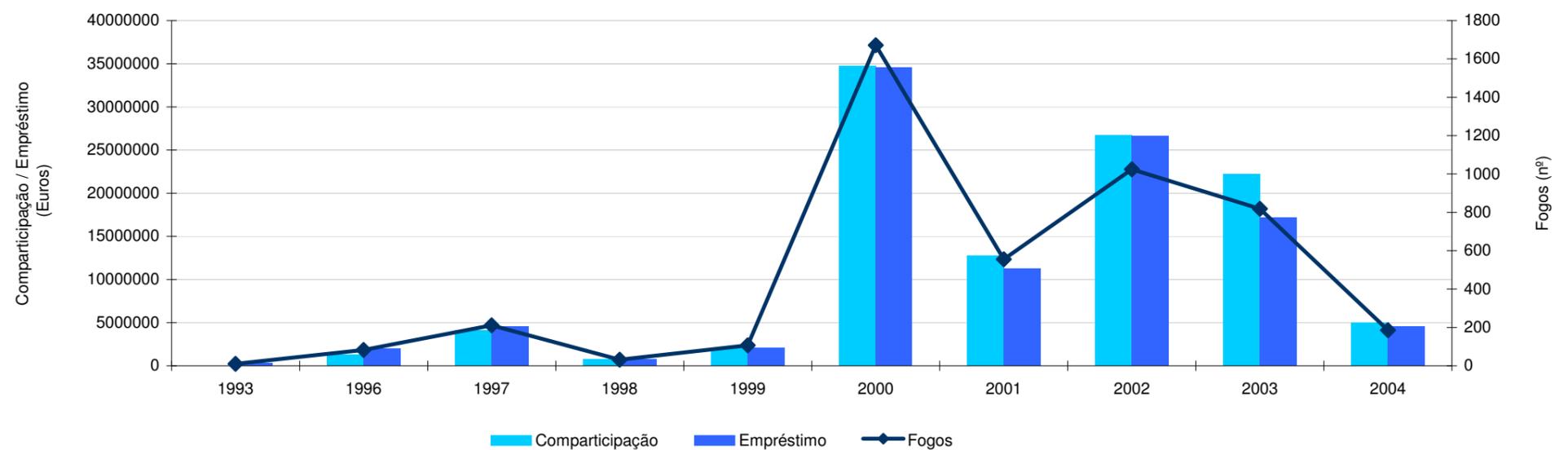
Realojamentos - Acordos de Colaboração

Total



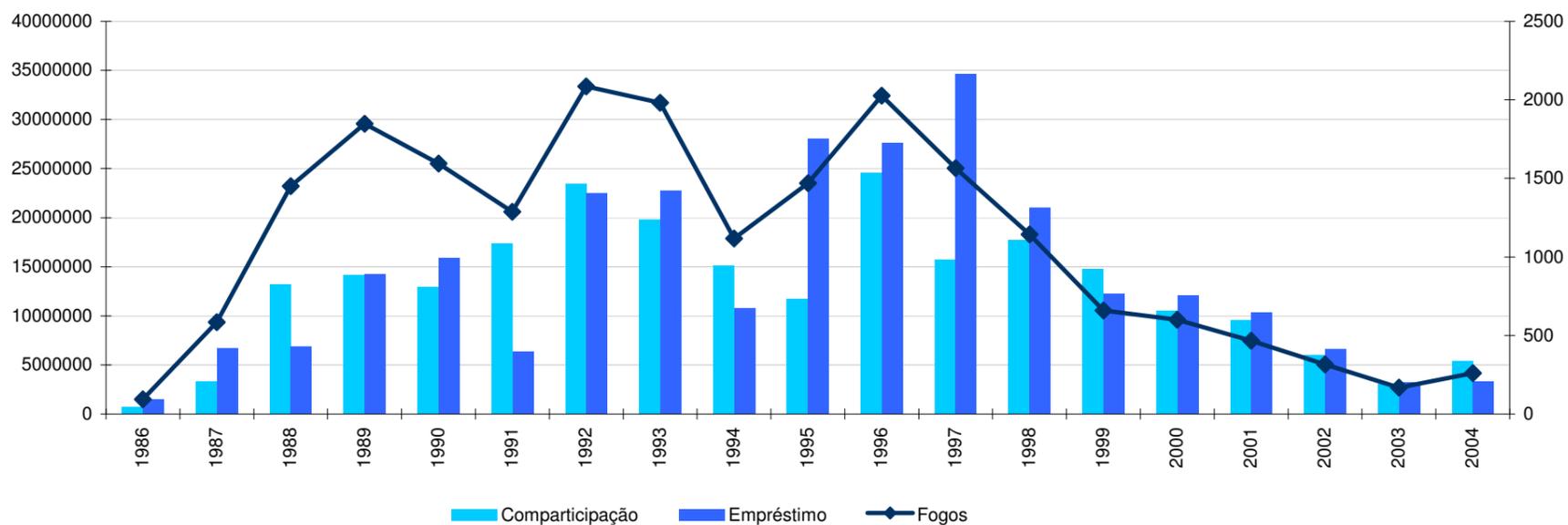
Fonte: IHRU, 2006.

Aquisição



Fonte: IHRU, 2006.

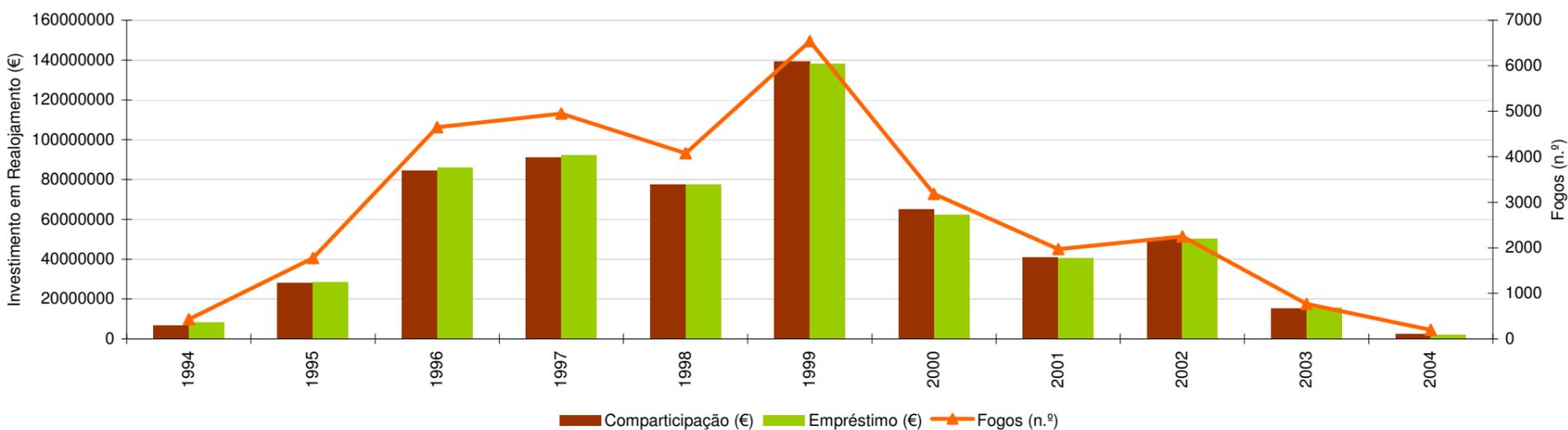
Construção



Fonte: IHRU, 2006.

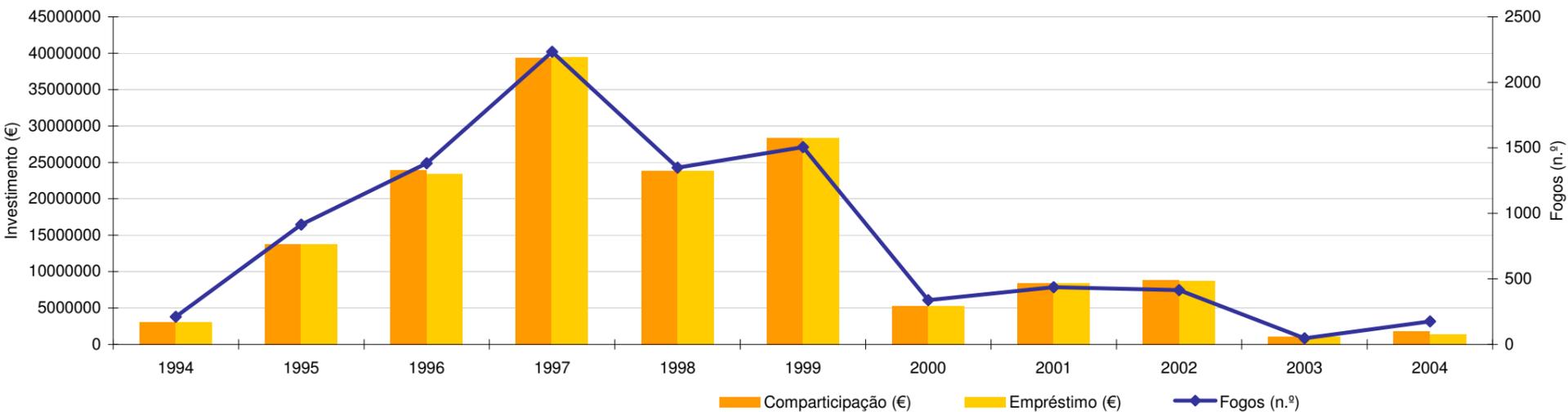
Realojamento - Acordos de Adesão PER

Acordos Adesão PER



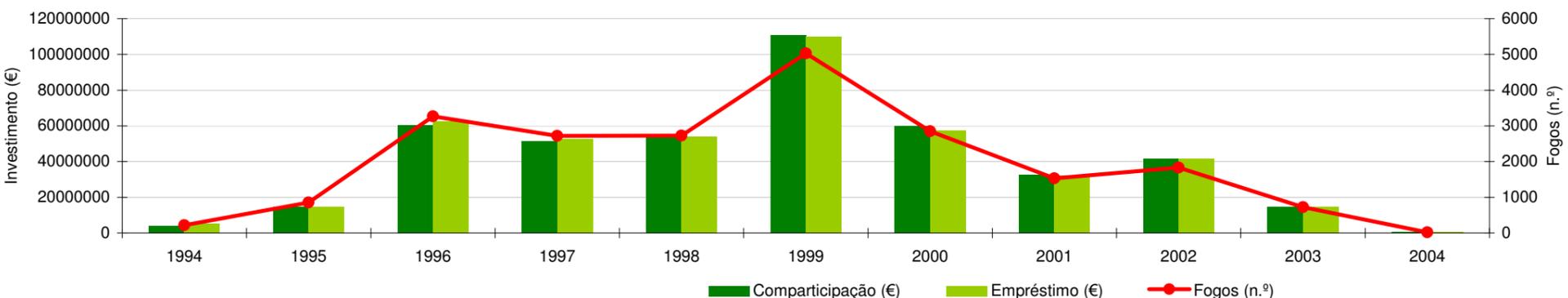
Fonte: IHRU, 2006.

Acordos Adesão PER - Construção



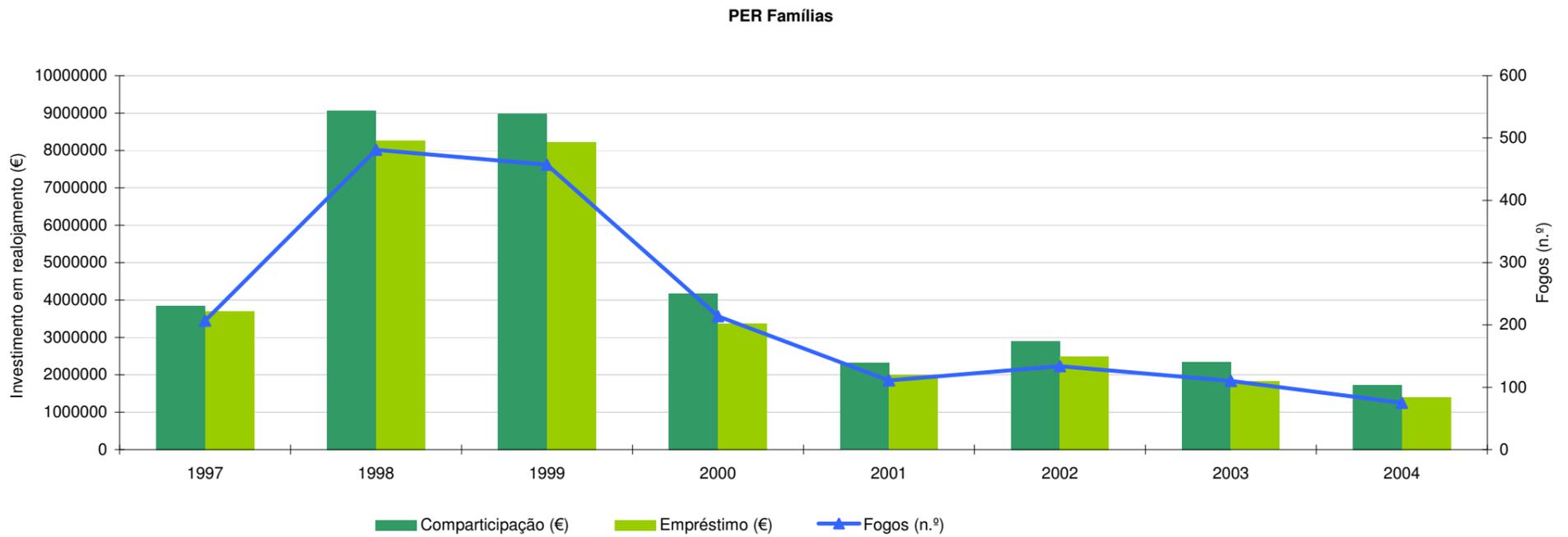
Fonte: IHRU, 2006.

Acordos Adesão PER - Aquisição



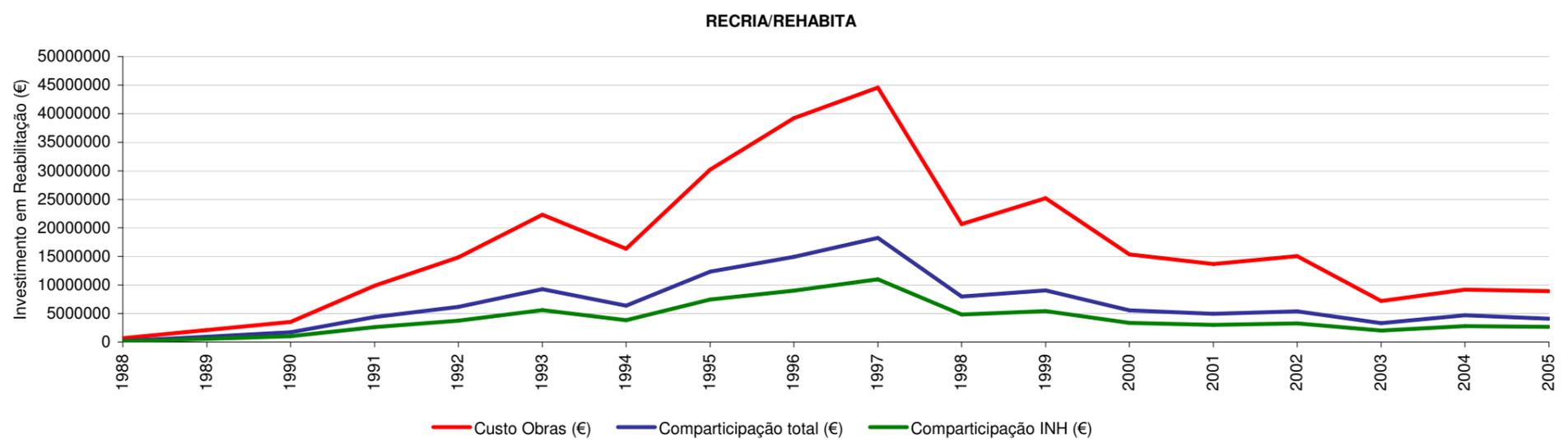
Fonte: IHRU, 2006.

Realojamento - PER Famílias

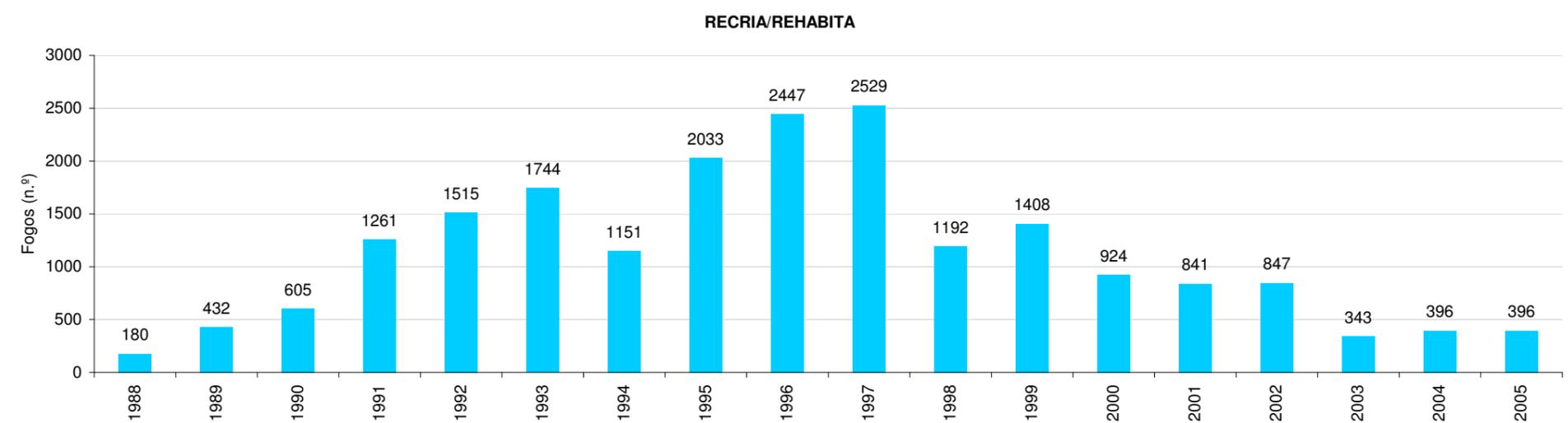


Fonte: IHRU, 2006.

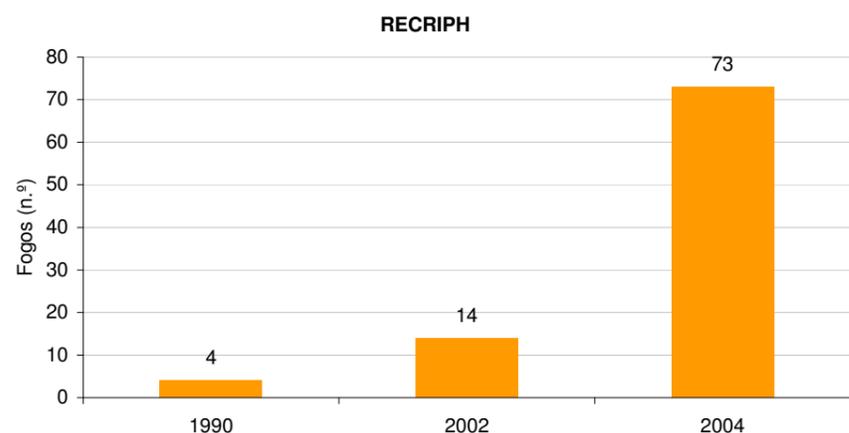
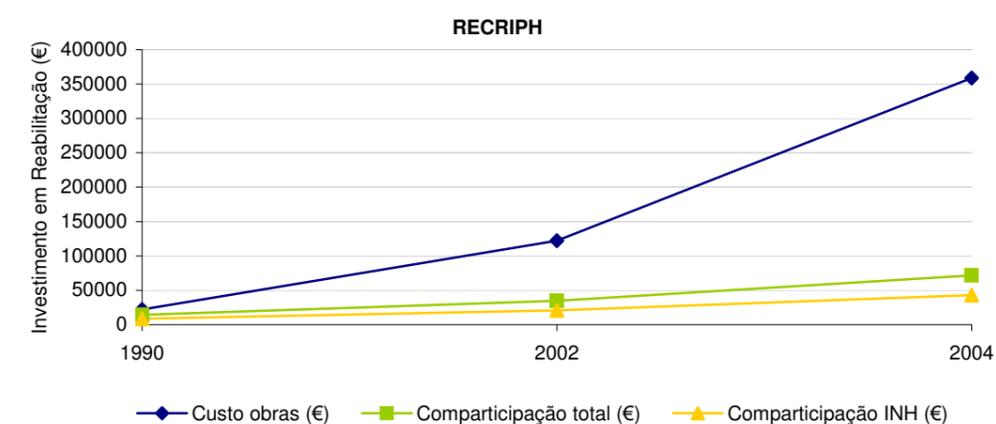
Programas de Reabilitação Urbana



Fonte: IHRU, 2006.

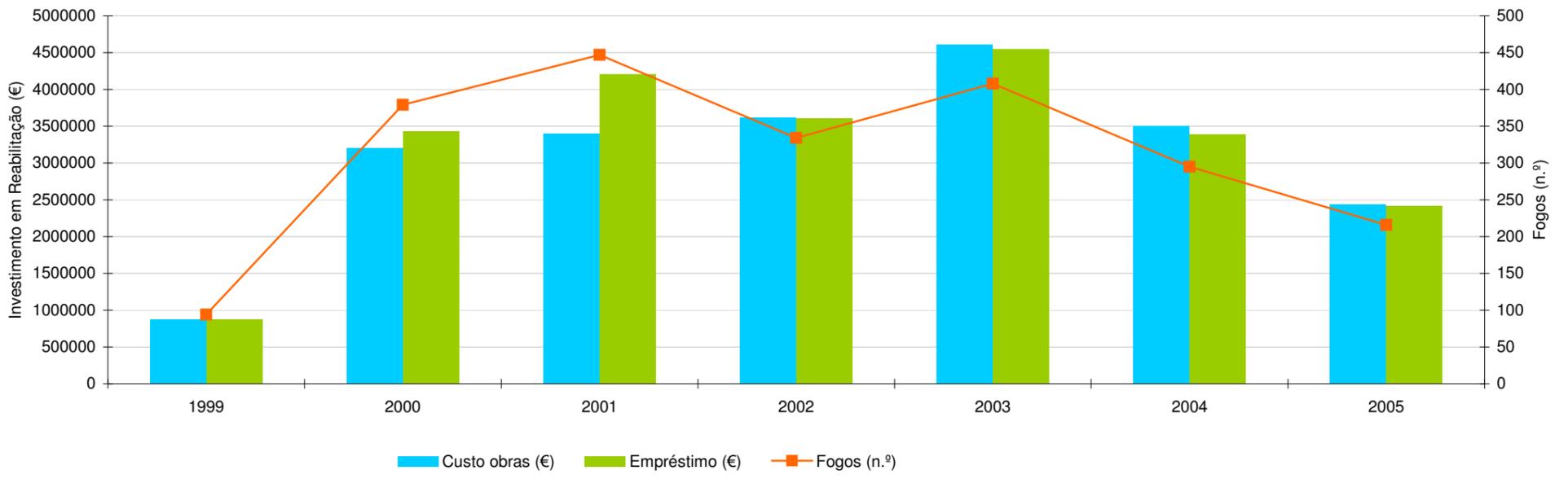


Fonte: IHRU, 2006.



Fonte: IHRU, 2006.

SOLARH



Fonte: IHRU, 2006.

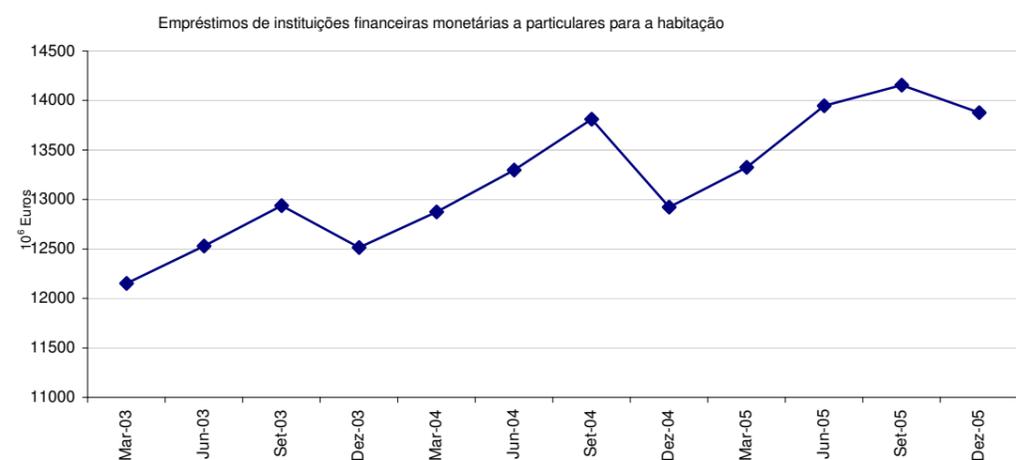
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA HABITAÇÃO

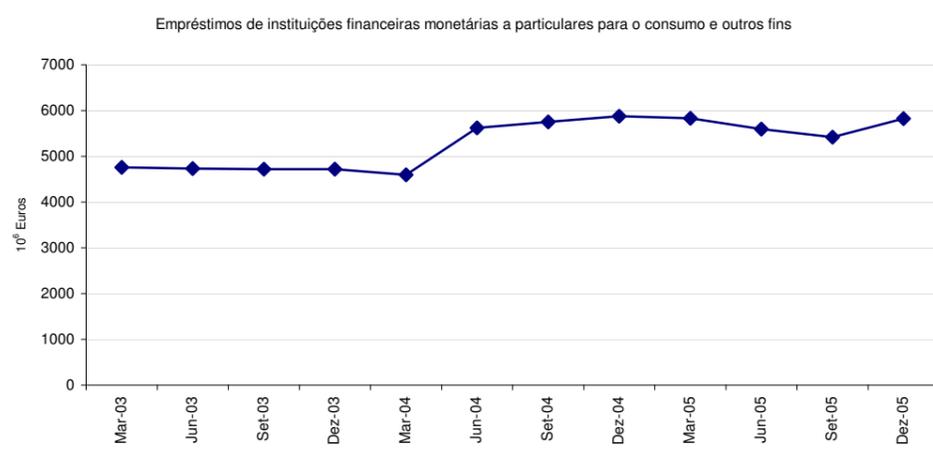
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Crédito à Habitação e à Construção

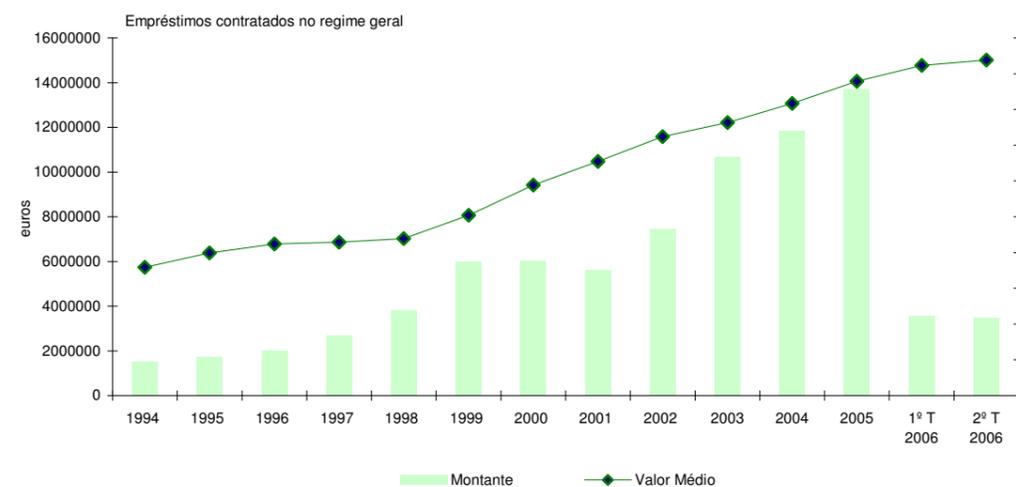
Empréstimos



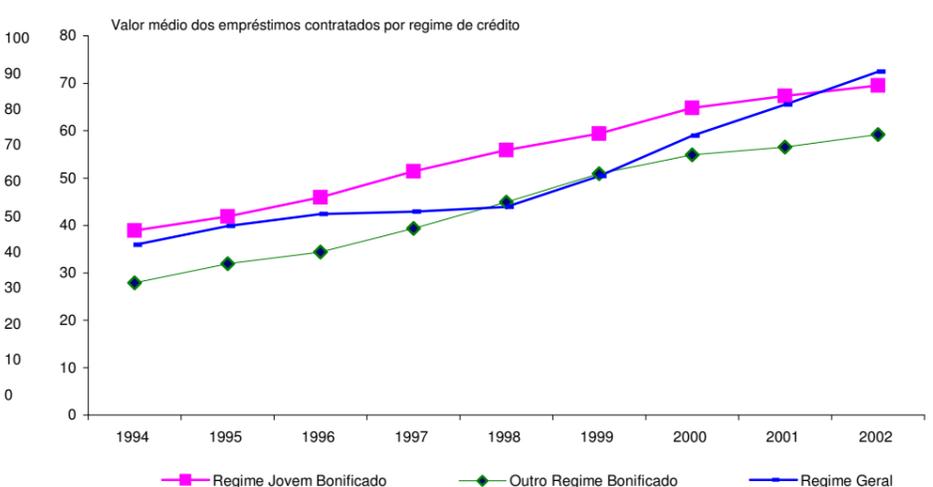
Fonte: Banco de Portugal, Eurosistema, Departamento de Estatística, 2006.



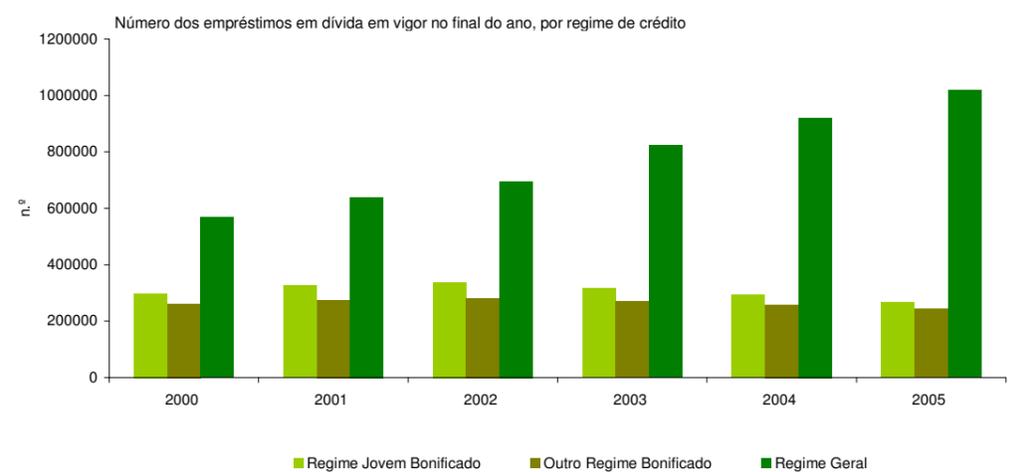
Fonte: Banco de Portugal, Eurosistema, Departamento de Estatística, 2006.



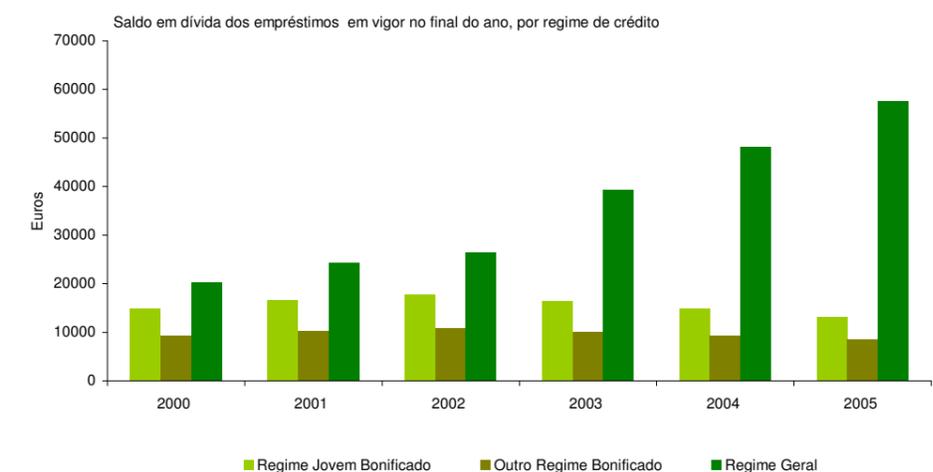
Fonte: Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças e Administração Pública, 2006



Fonte: Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças e Administração Pública, 2006

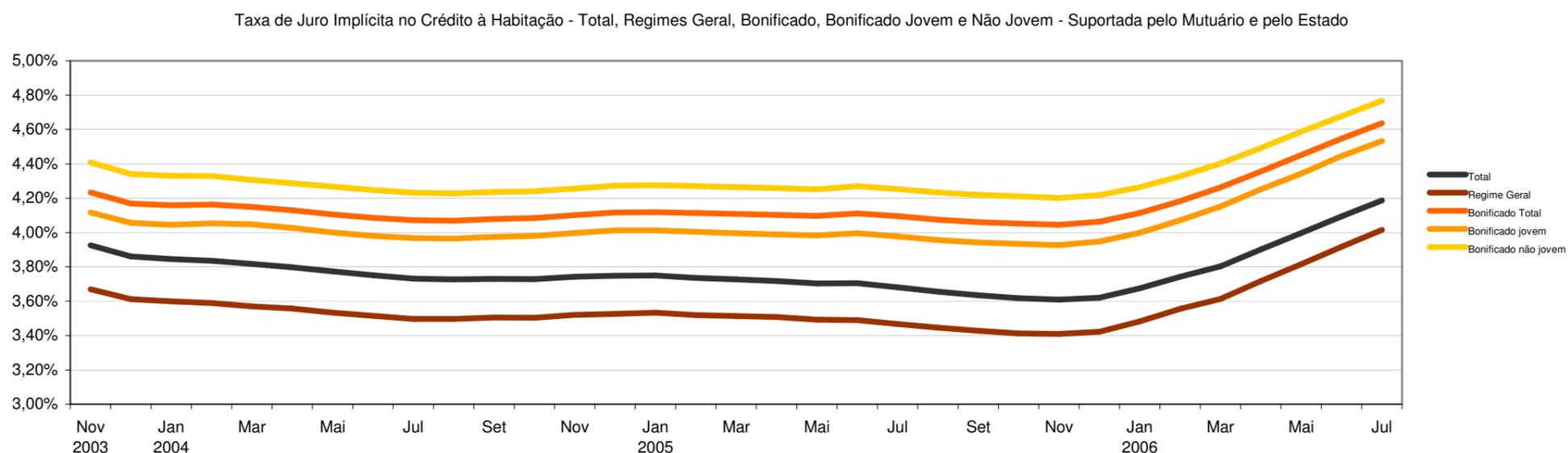


Fonte: Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças e Administração Pública, 2006



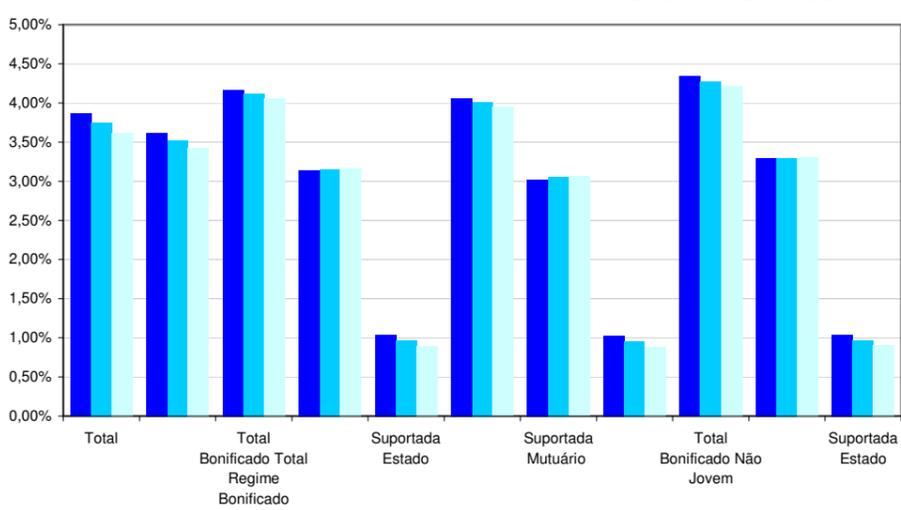
Fonte: Direcção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças e Administração Pública, 2006

Taxas de Juro

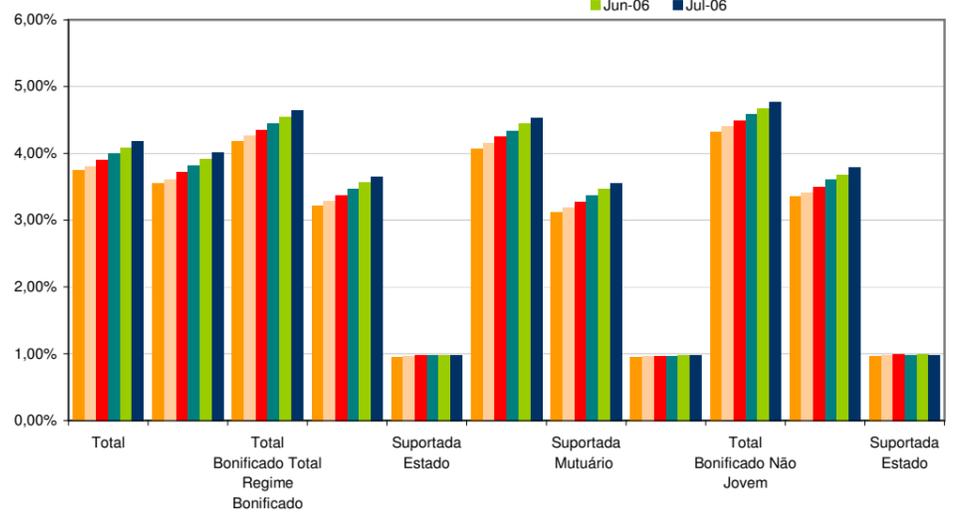


Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no crédito à habitação

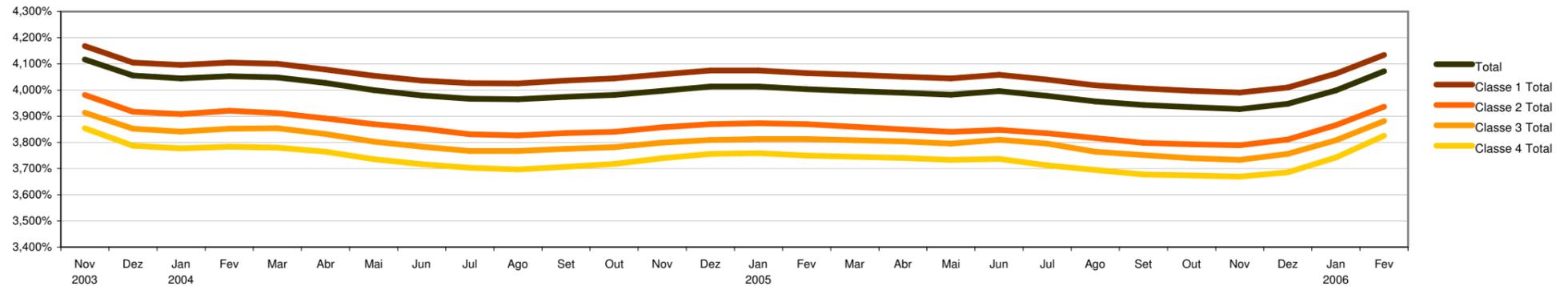


Taxa de juro implícita no crédito à habitação em 2006



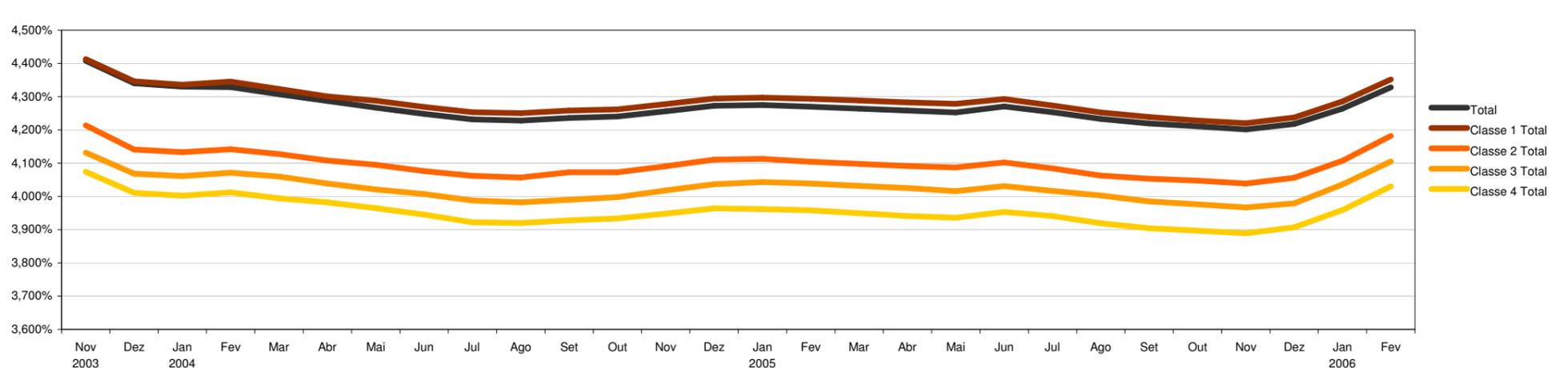
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no Regime Bonificado Jovem por classes de bonificação



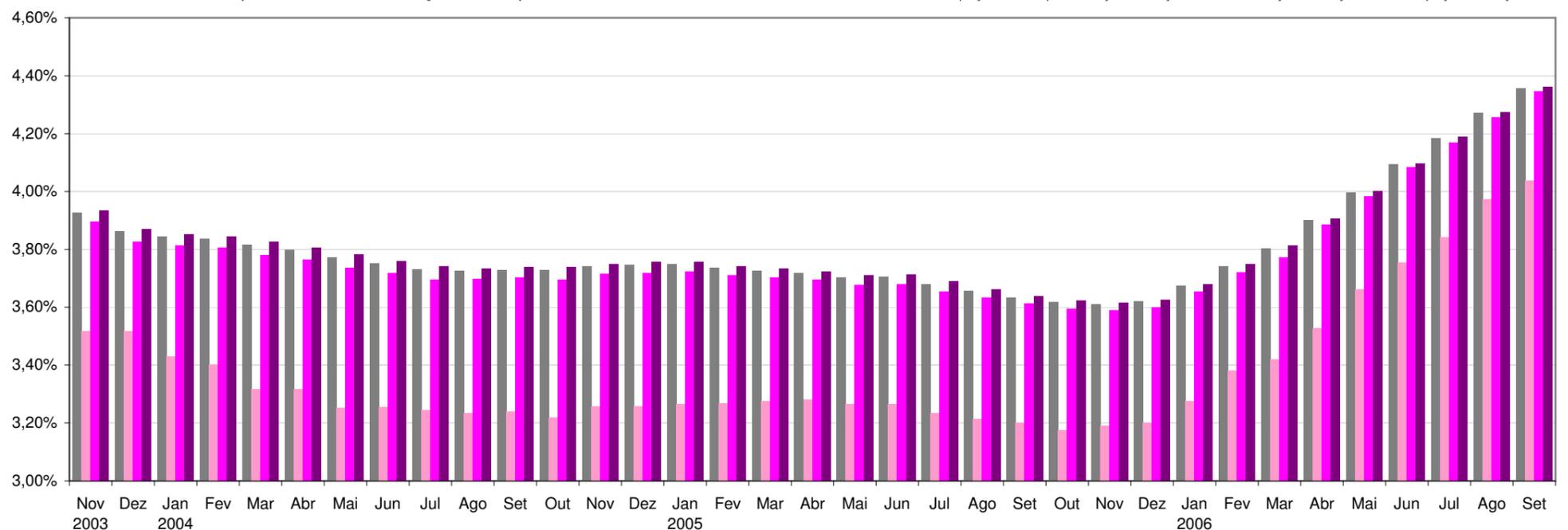
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Regime Bonificado Não Jovem por Classes de Bonificação

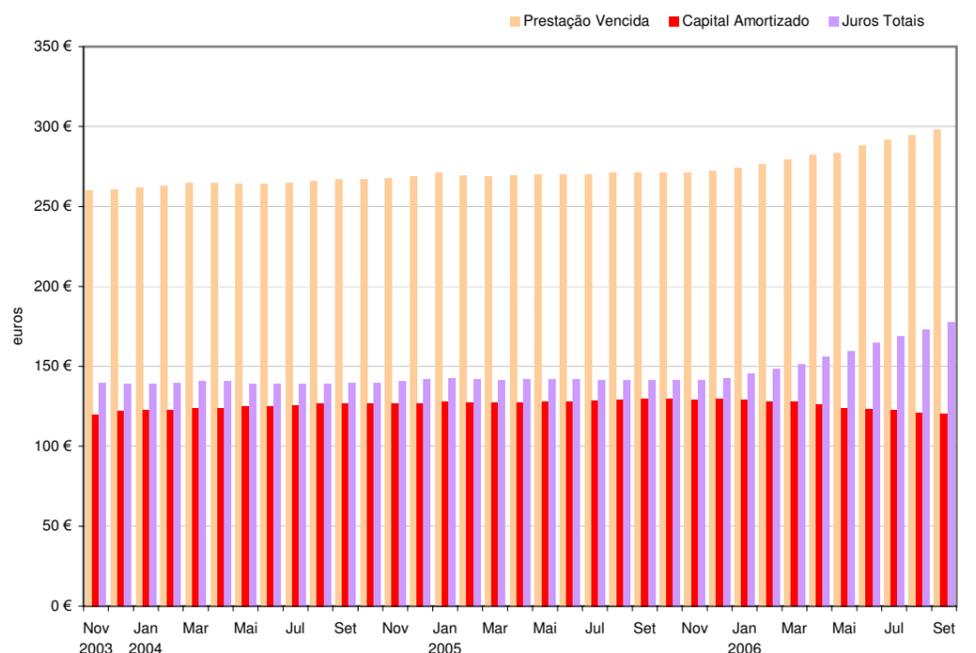
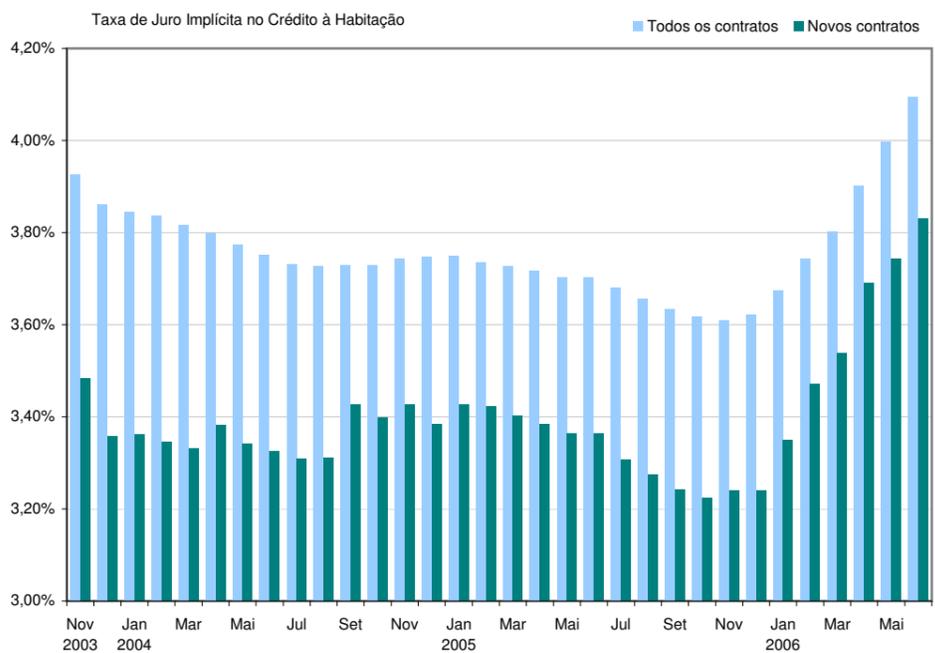


Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação - Total e por Destino de Financiamento

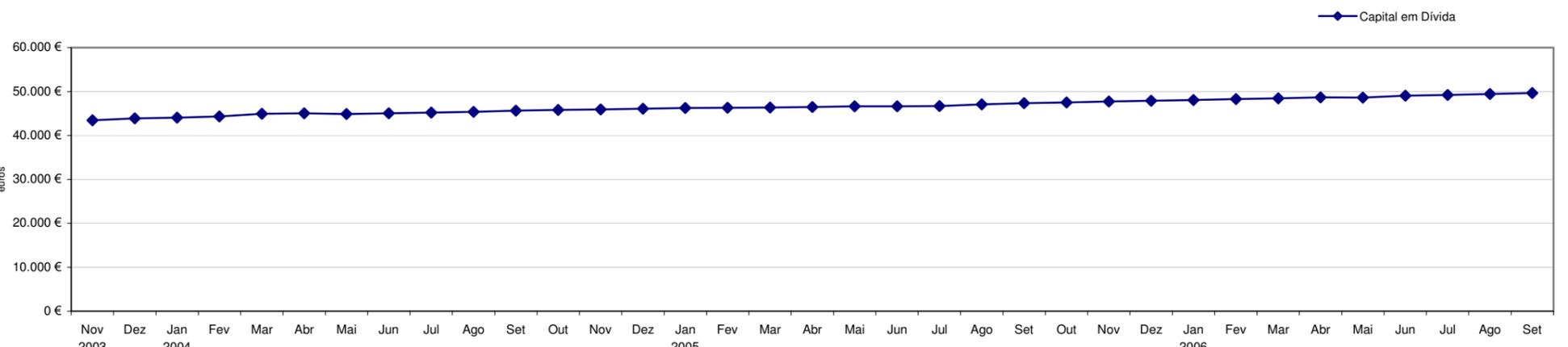


Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.



Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

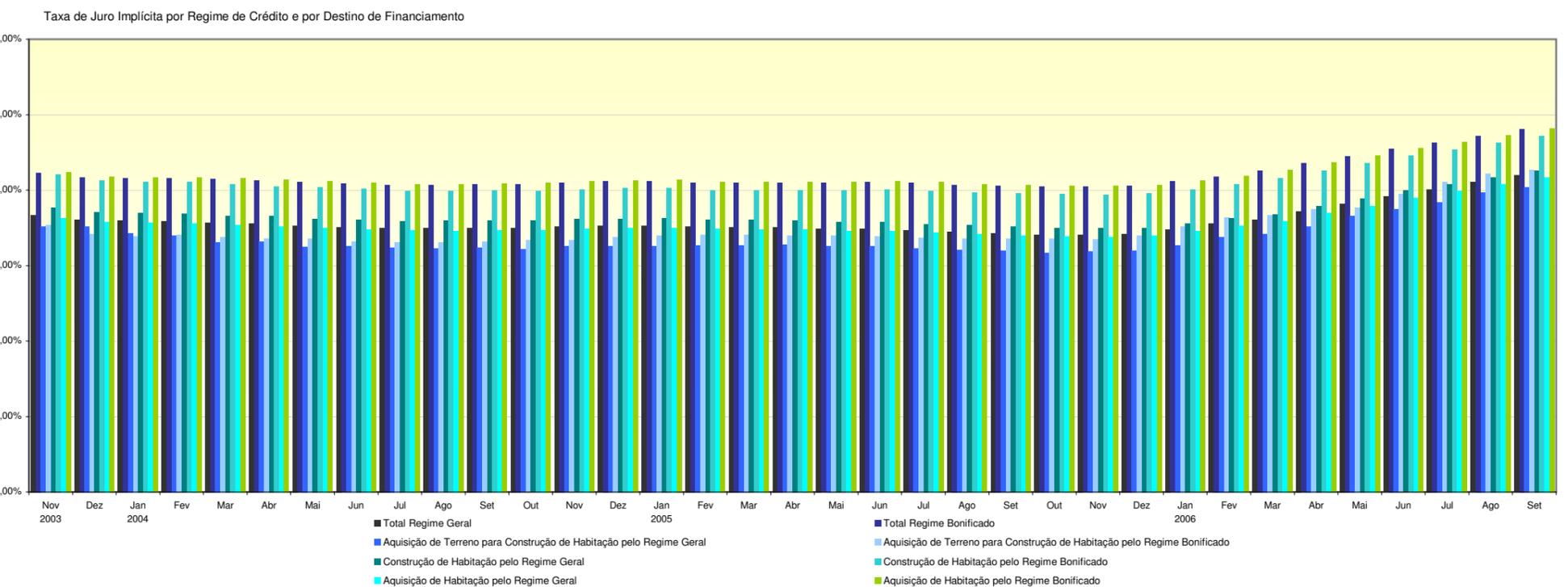
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.



Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

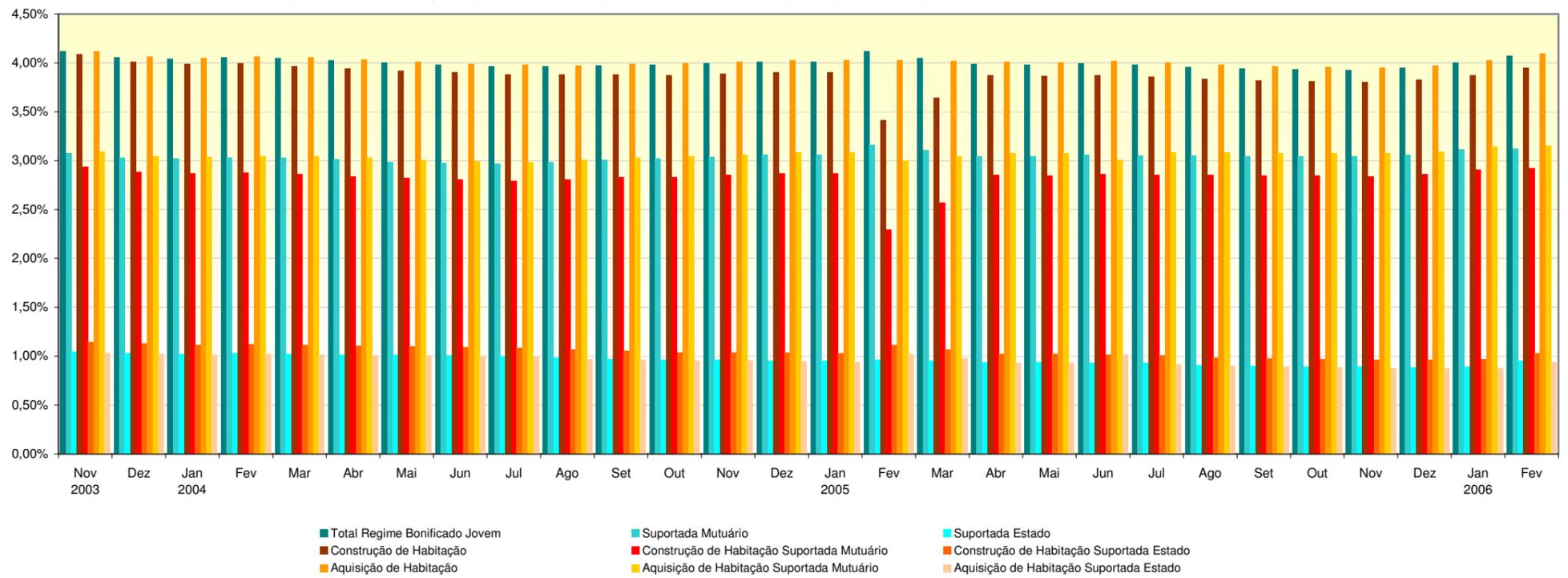
Notas:

1. Exceptuando o valor relativo à taxa de juro para os novos contratos (celebrados nos últimos 3 meses), todos os outros valores referem-se à totalidade dos contratos em vigor no período de referência.



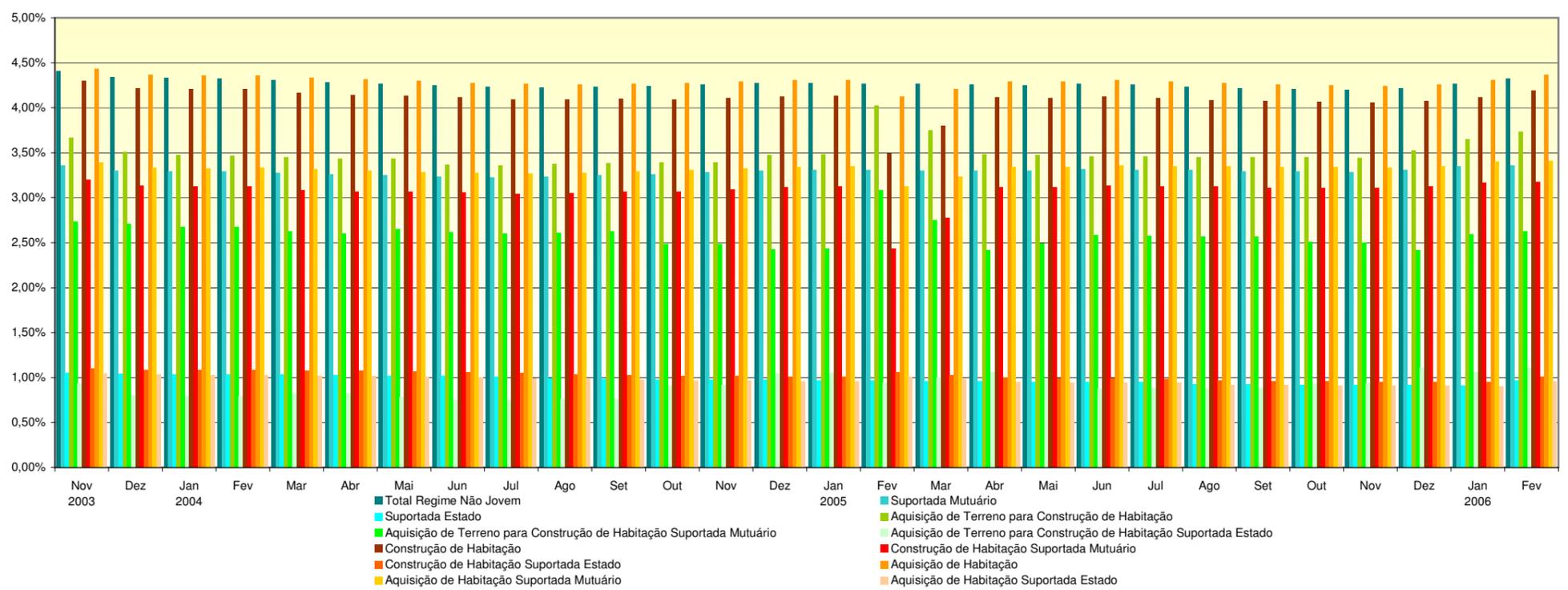
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento - Suportada pelo Mutuário e pelo Estado



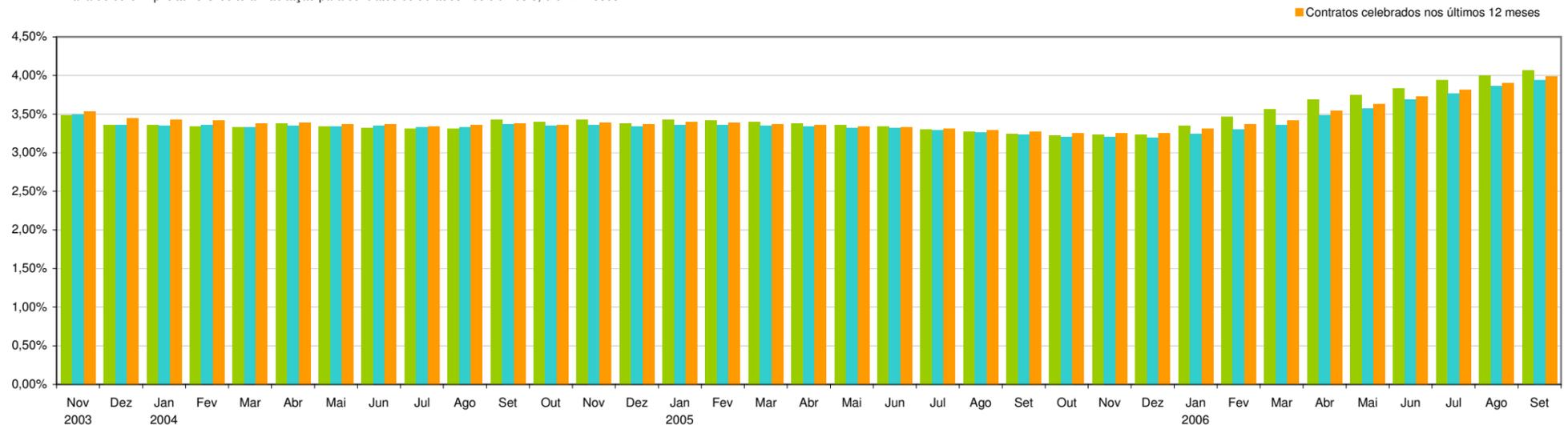
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento - Suportada pelo Mutuário e pelo Estado



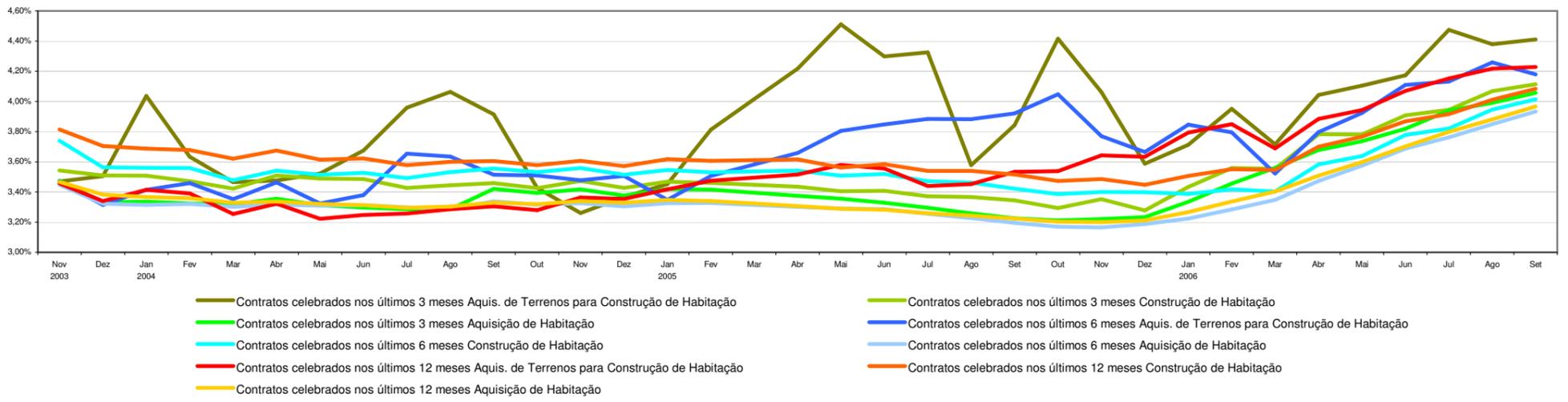
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação para contratos celebrados nos últimos 3, 6 e 12 meses



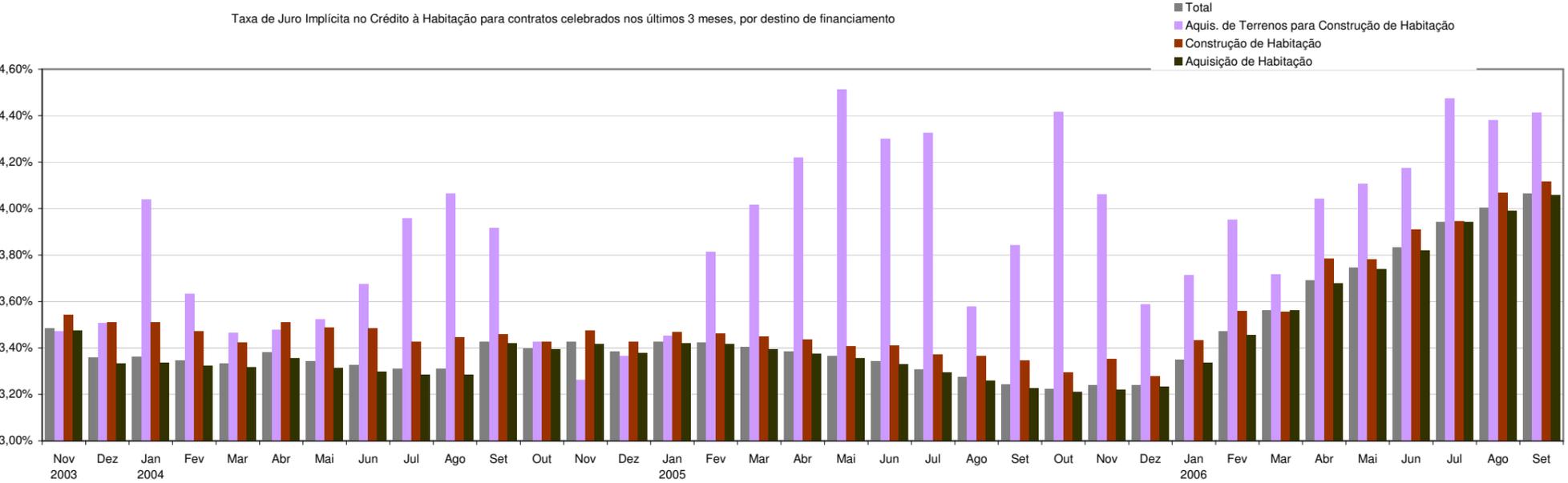
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação por contratos e finalidade



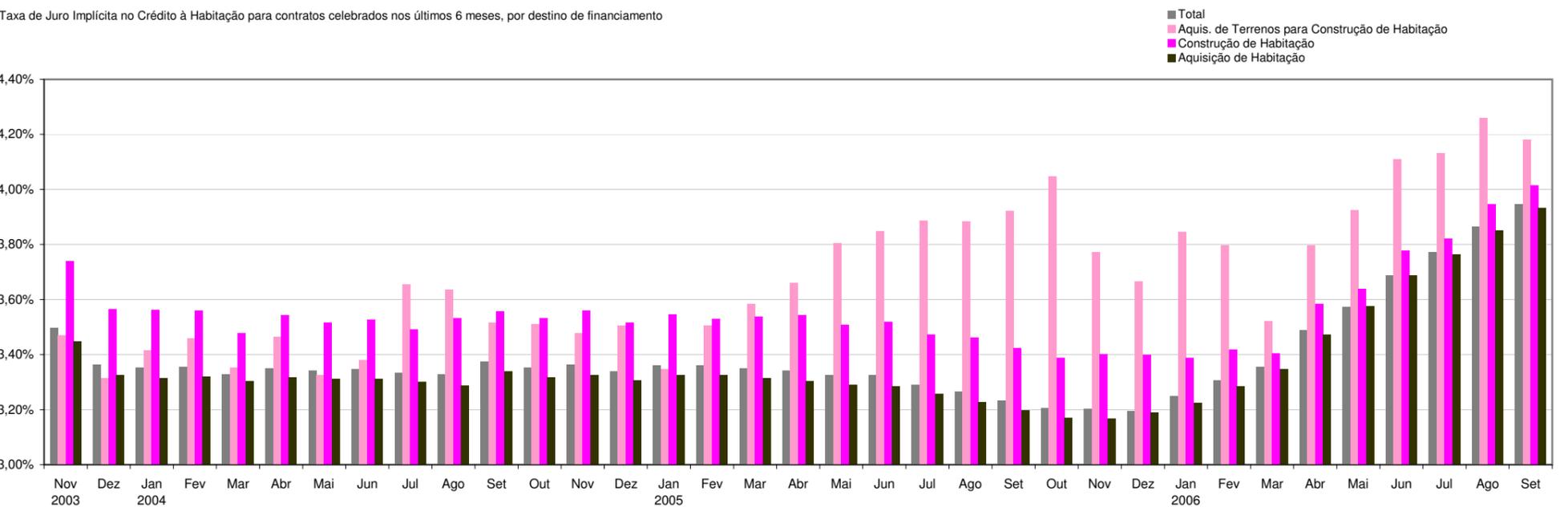
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação para contratos celebrados nos últimos 3 meses, por destino de financiamento



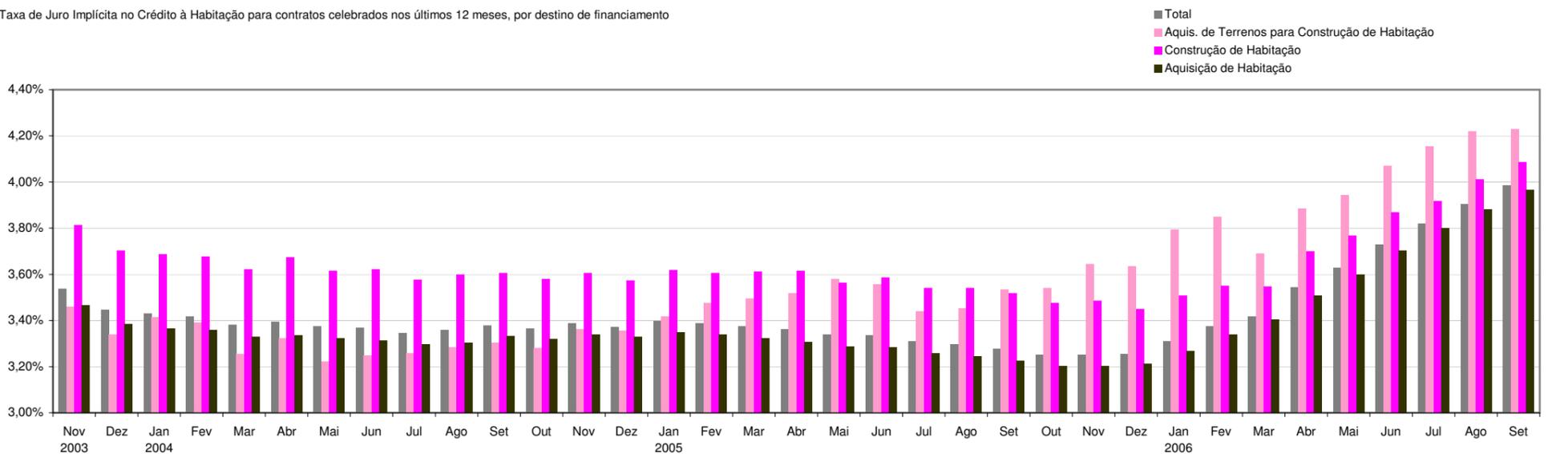
Fonte: INE. Estatísticas Monetárias e Financeiras. 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação para contratos celebrados nos últimos 6 meses, por destino de financiamento



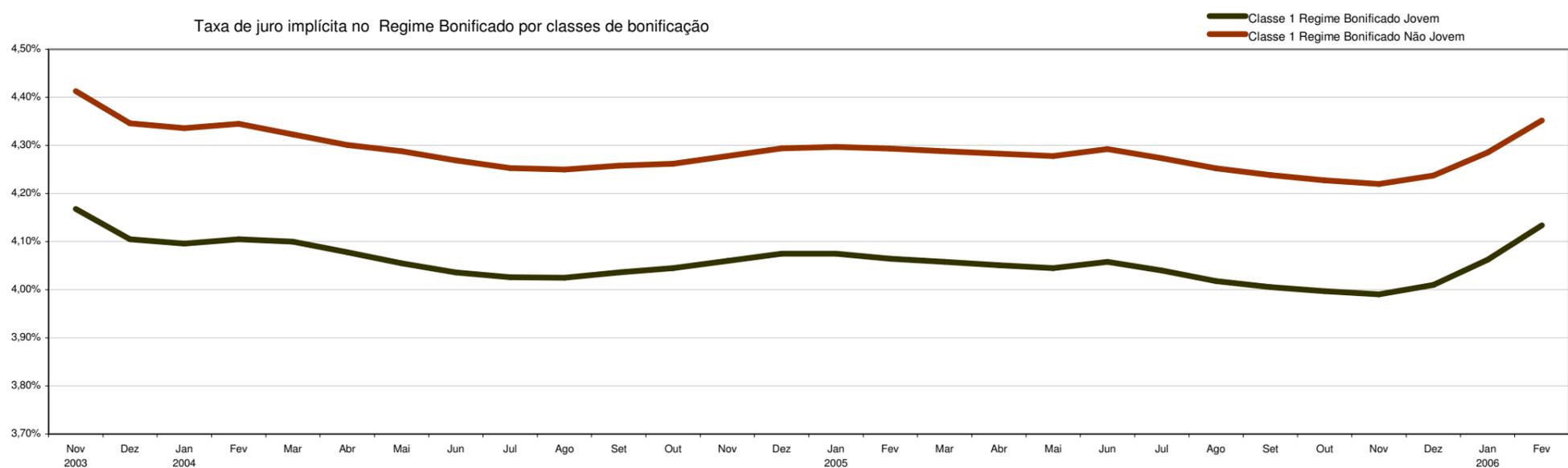
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação para contratos celebrados nos últimos 12 meses, por destino de financiamento



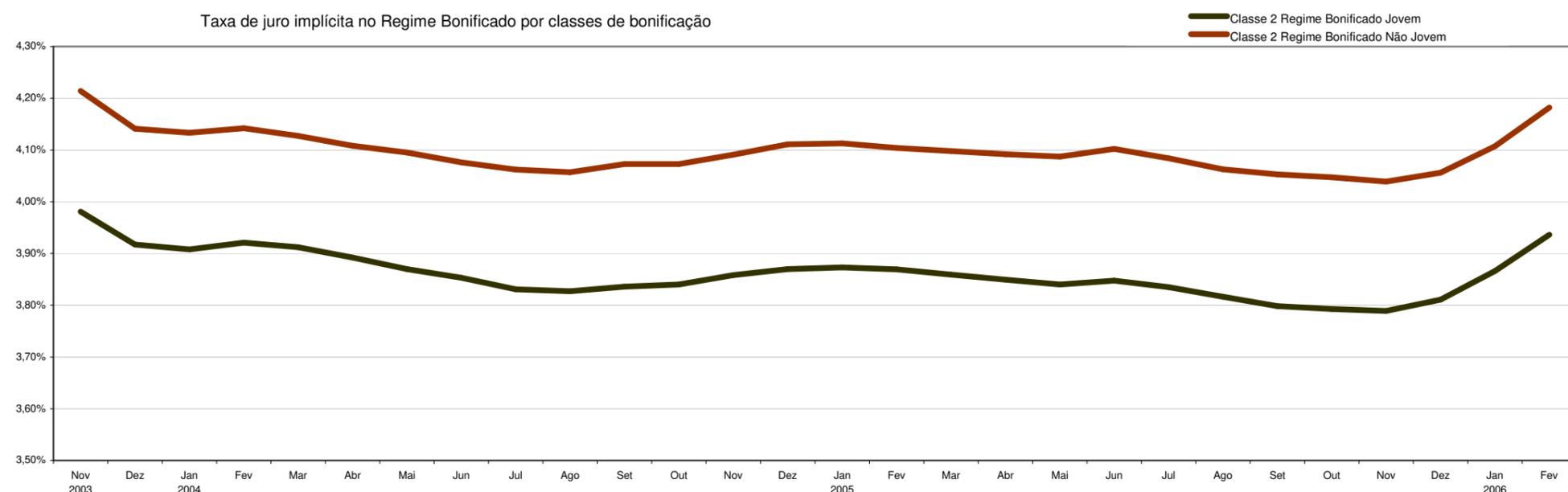
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no Regime Bonificado por classes de bonificação



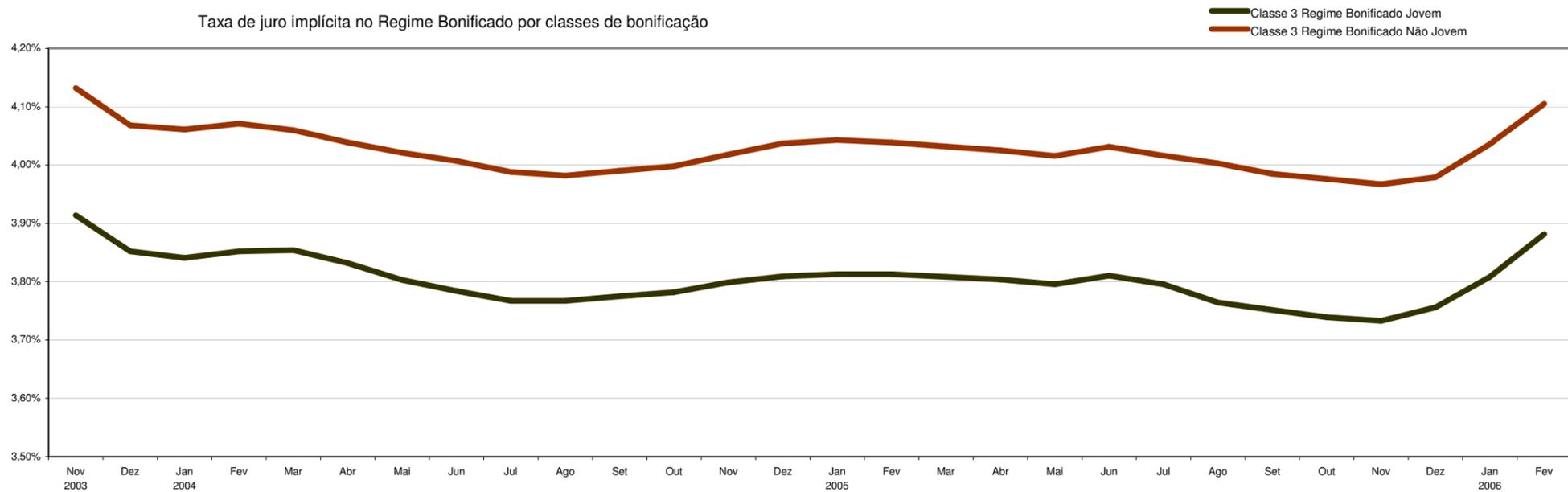
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no Regime Bonificado por classes de bonificação



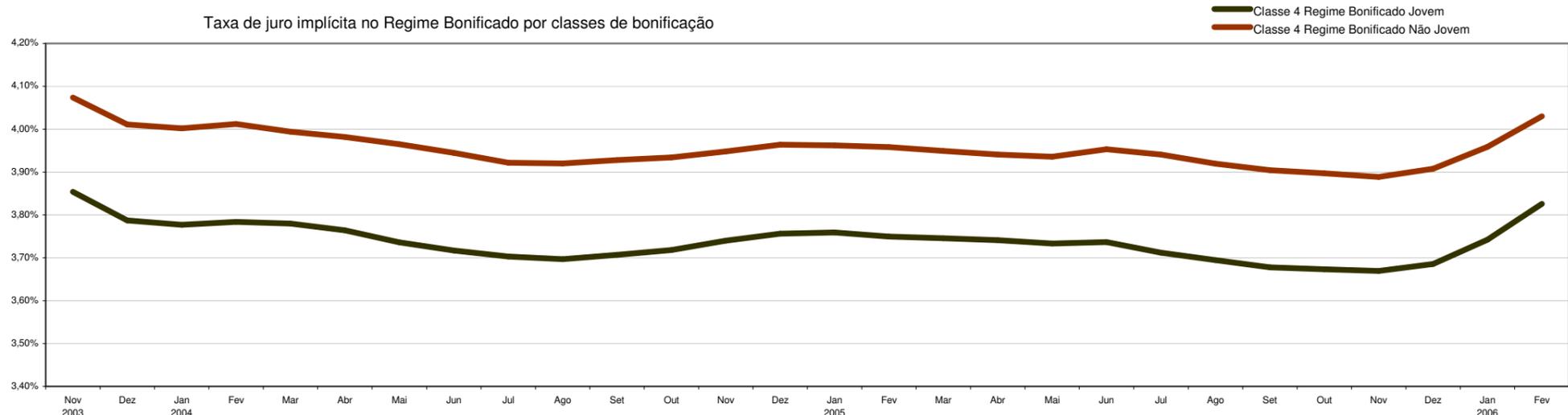
Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no Regime Bonificado por classes de bonificação

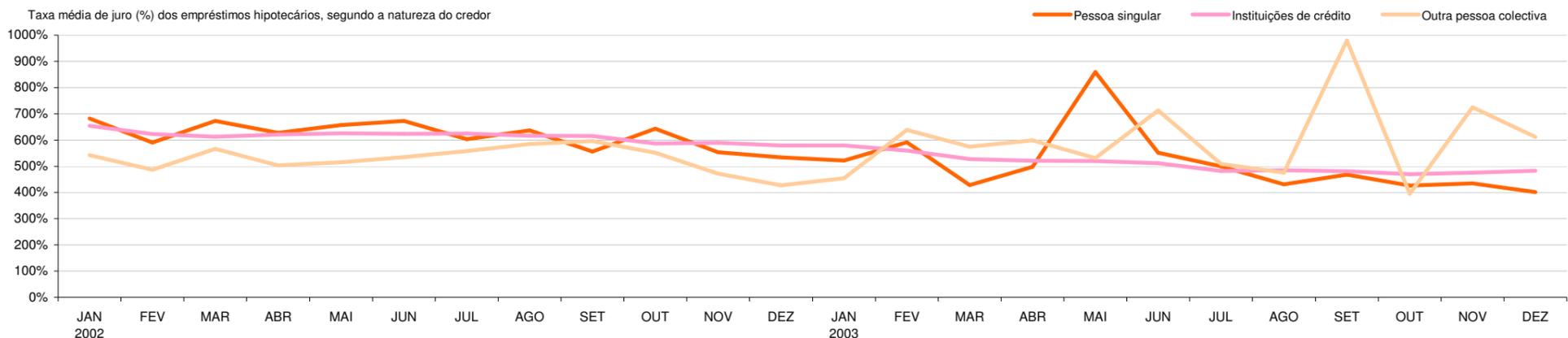


Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.

Taxa de juro implícita no Regime Bonificado por classes de bonificação

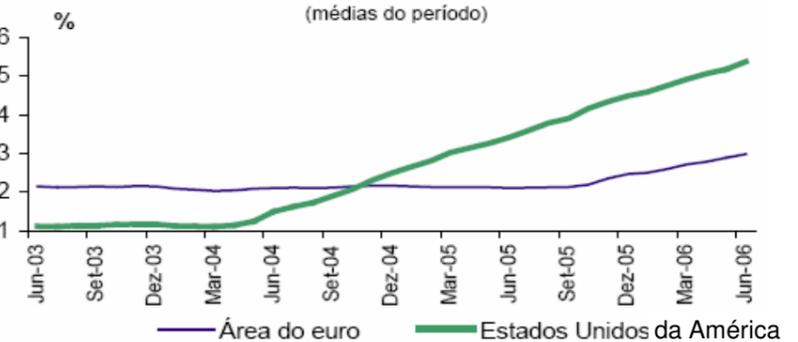


Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras, 2006.



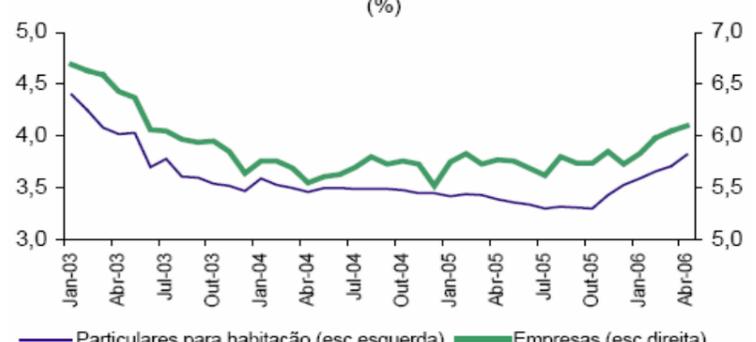
Fonte: Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça.

Taxas de juro a 3 meses do mercado monetário (médias do período)



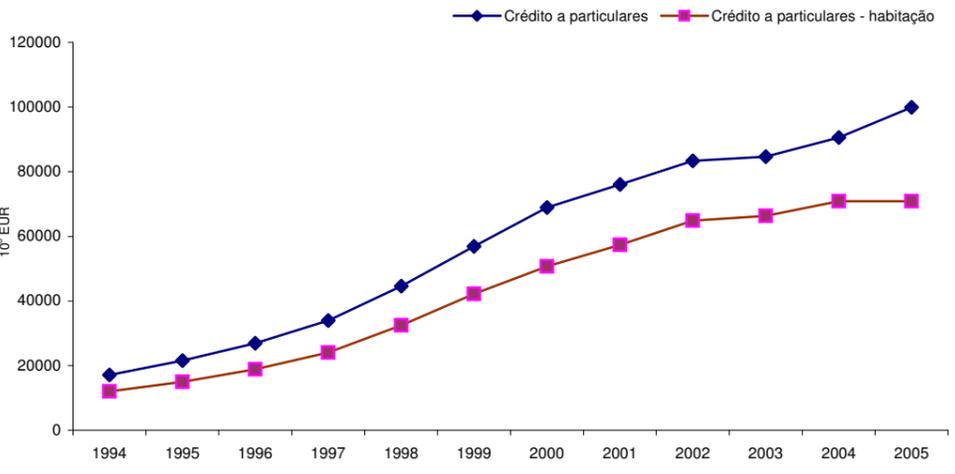
Fonte: IGCP, Banco de Portugal, CMVM

Taxa de juro do crédito (%)

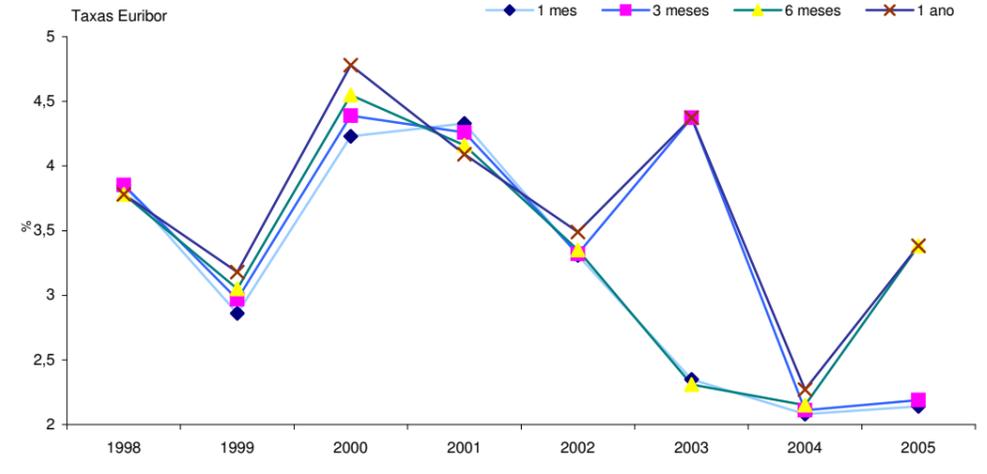


Fonte: IGCP, Banco de Portugal, CMVM

Agregados de Crédito



Fonte: Banco de Portugal, Contas Nacionais Financeiras e Relatório de Estabilidade Financeira, 2005.



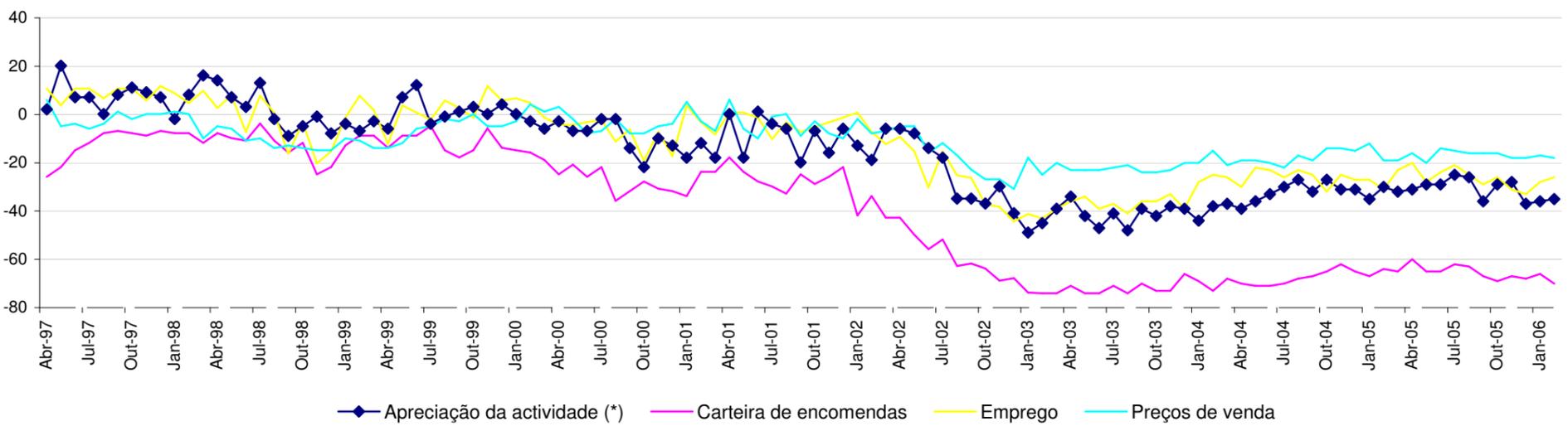
Fontes: ECB, Reuters, IGCP, 2005.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

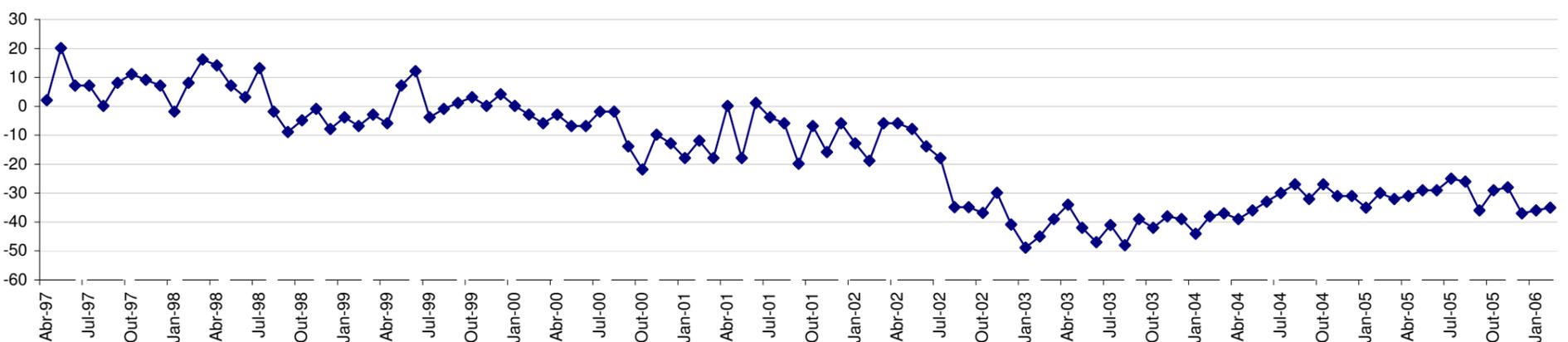
CRÉDITO À HABITAÇÃO E À CONSTRUÇÃO

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

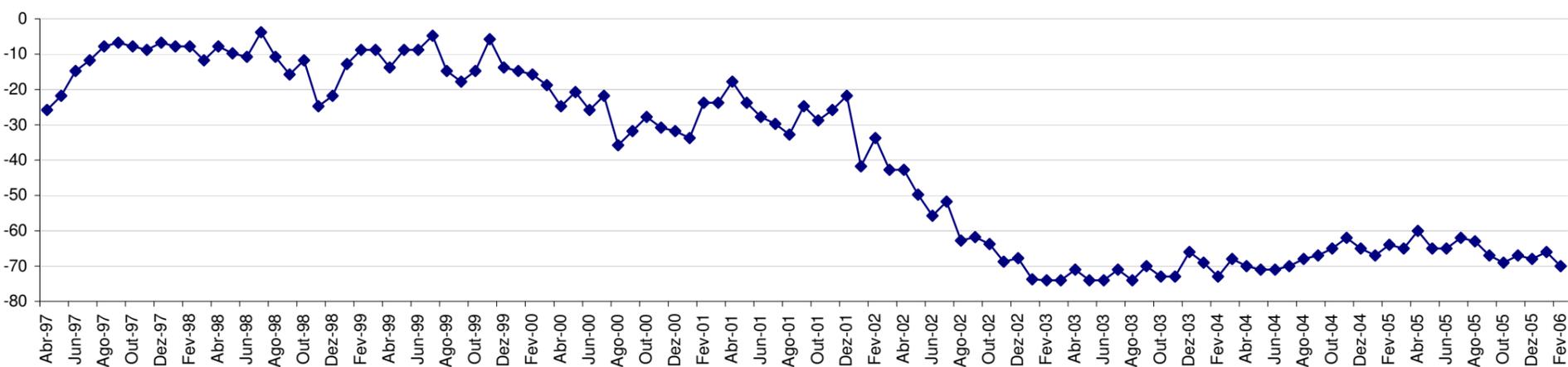
Indústria da Construção e da Habitação



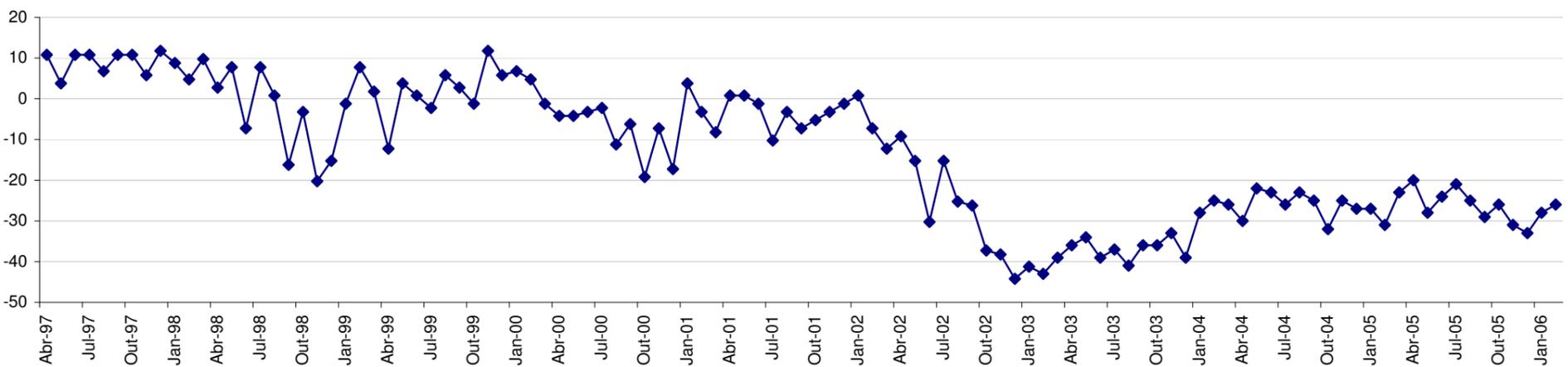
Apreciação da Actividade



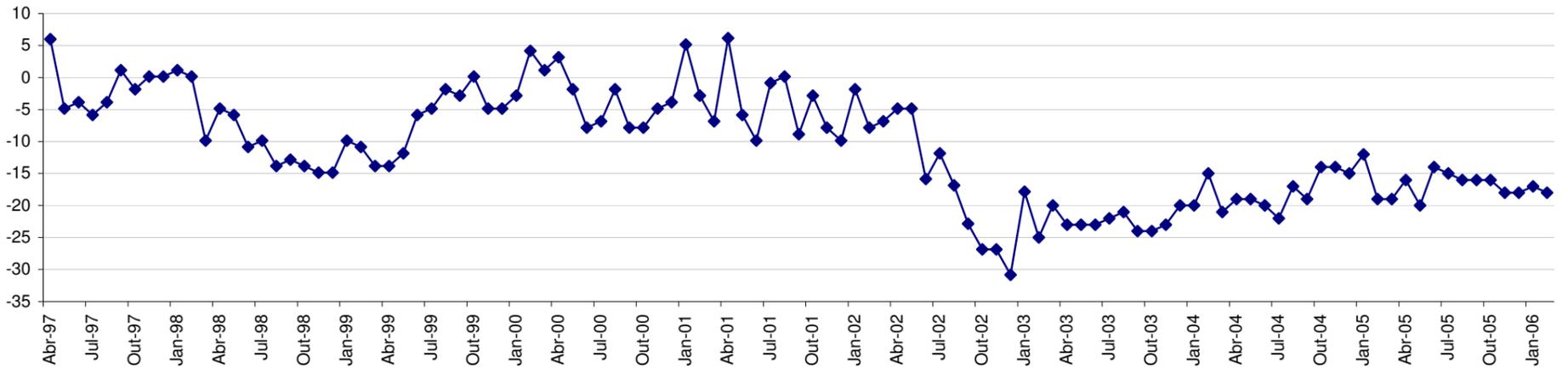
Carteira de Encomendas



Emprego

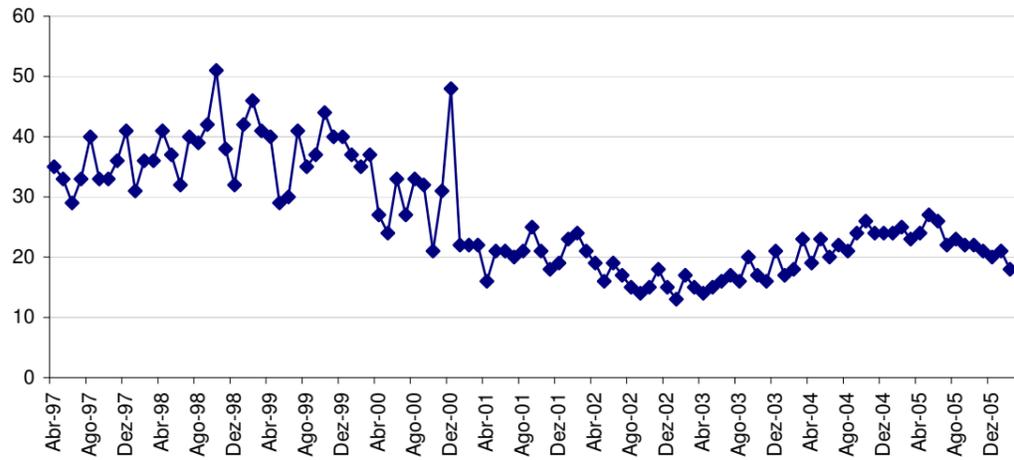


Preços de Venda

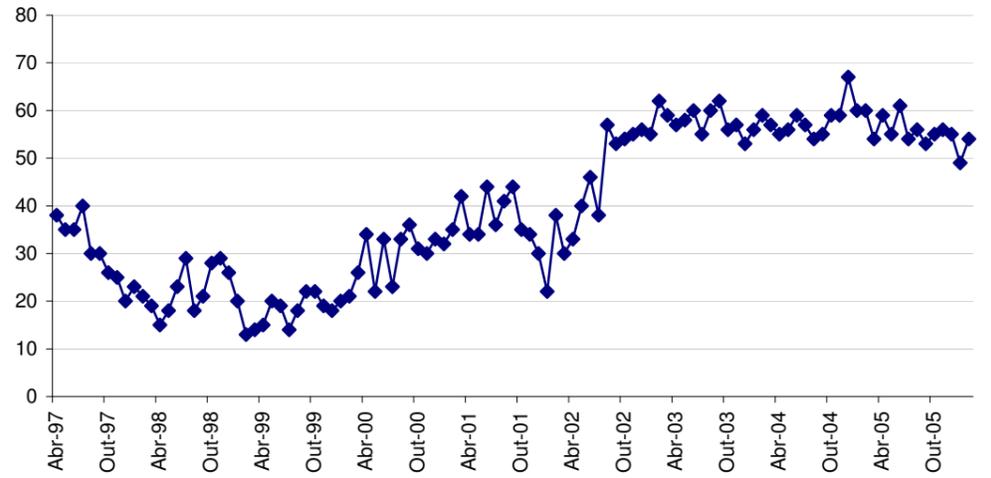


Obstáculos à Construção de Edifícios Habitacionais

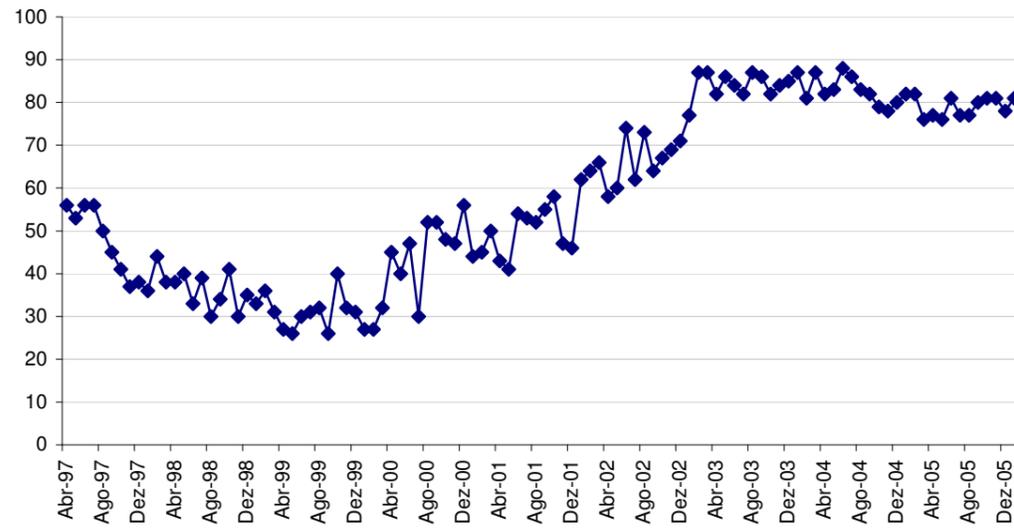
Nenhum obstáculo



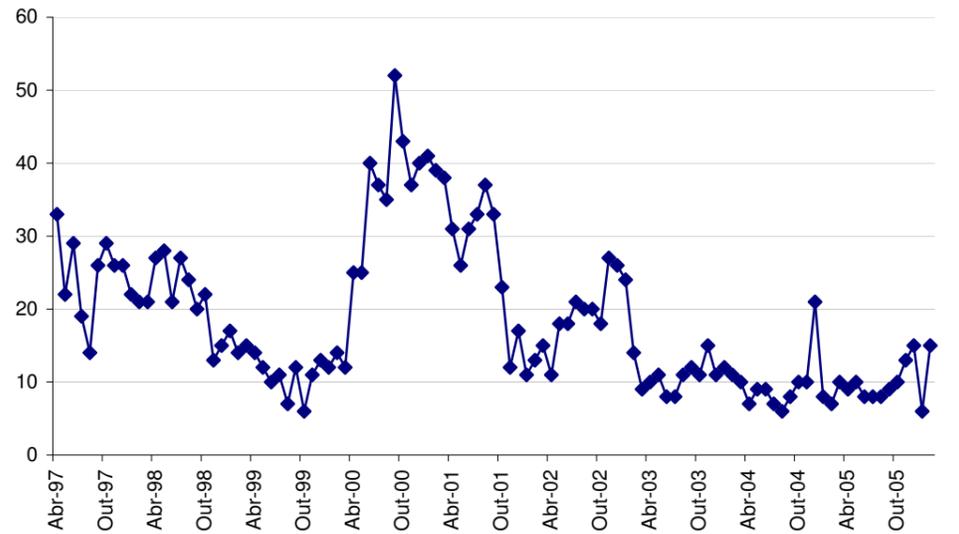
Perspectivas vendas



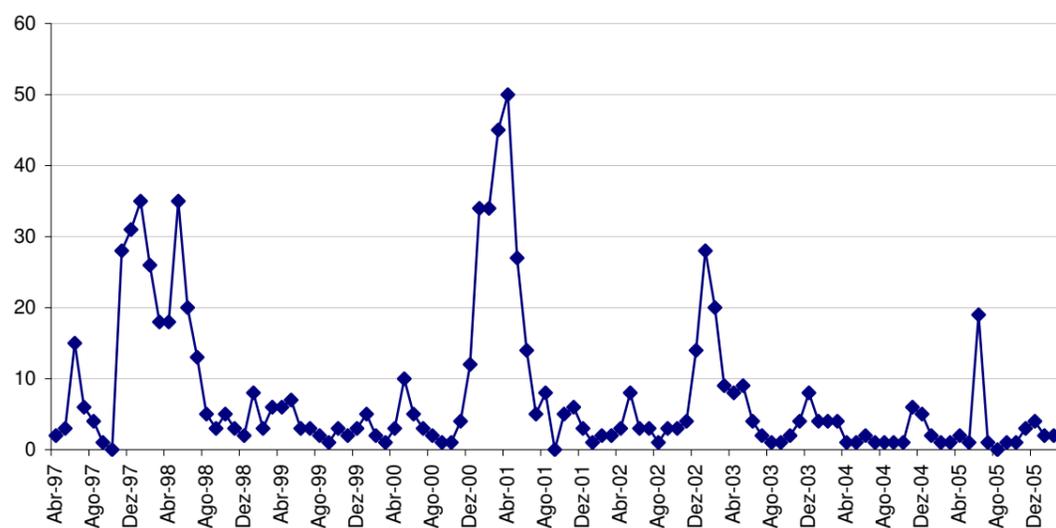
Procura



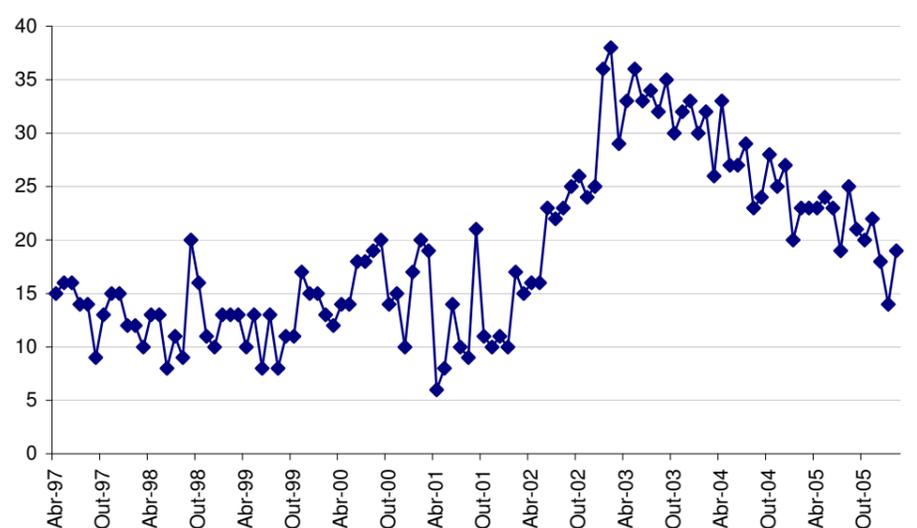
Taxa de juro



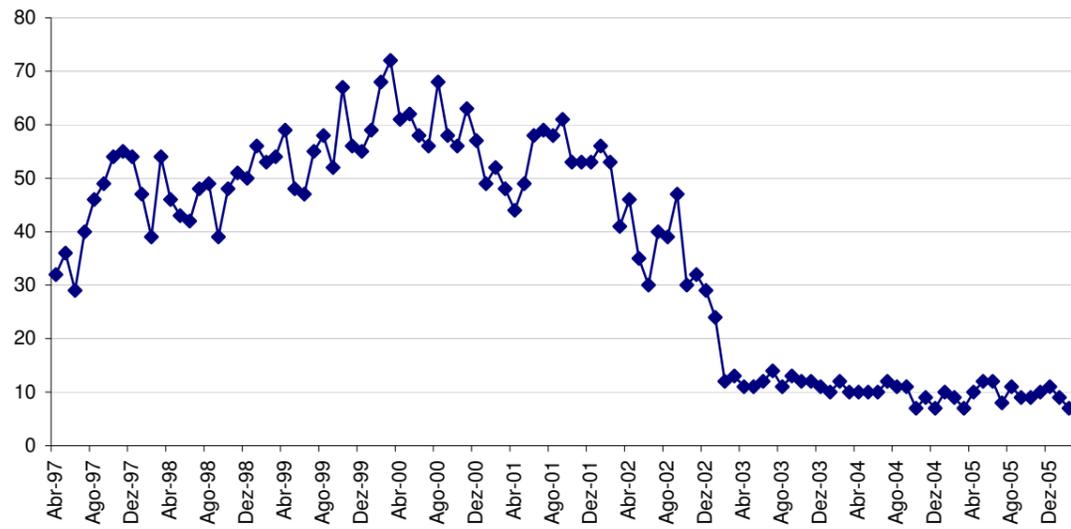
Condições climáticas



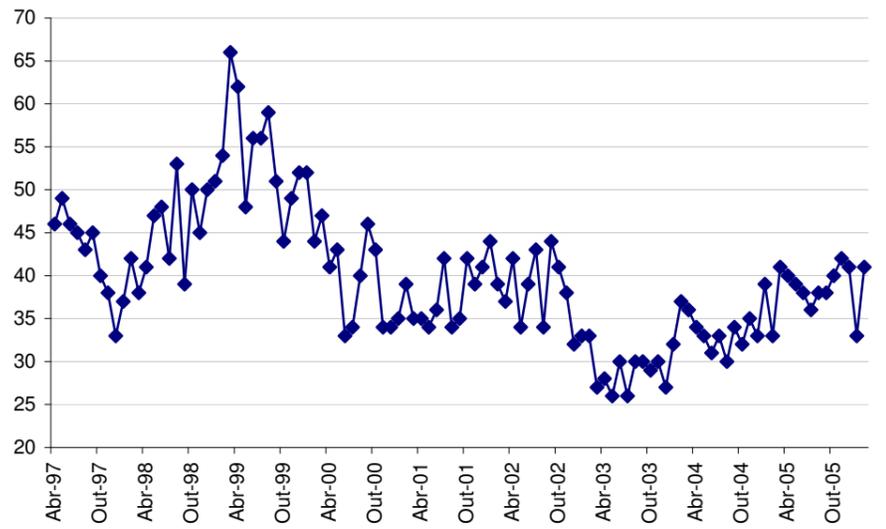
Crédito bancário



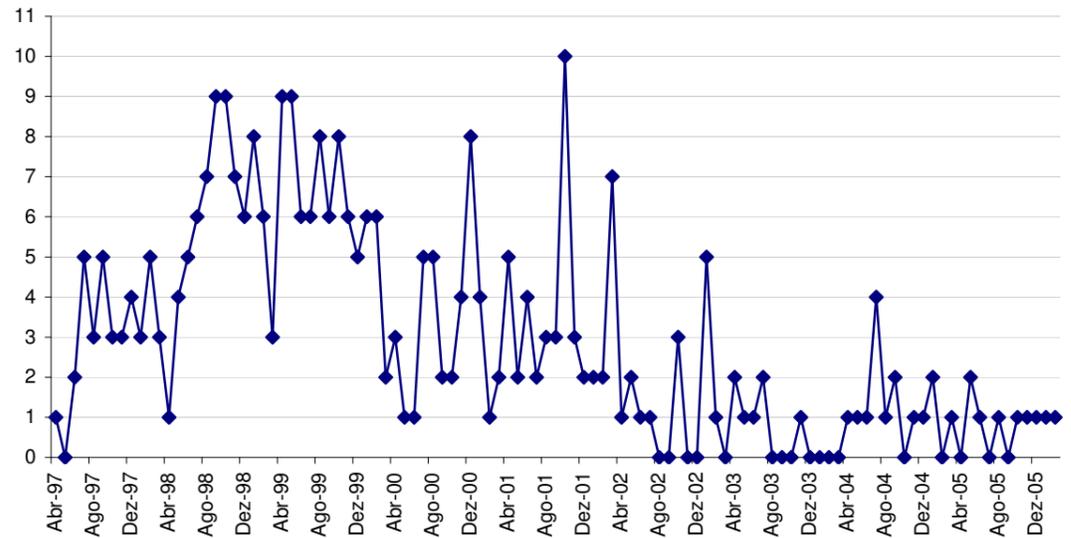
Pessoal qualificado



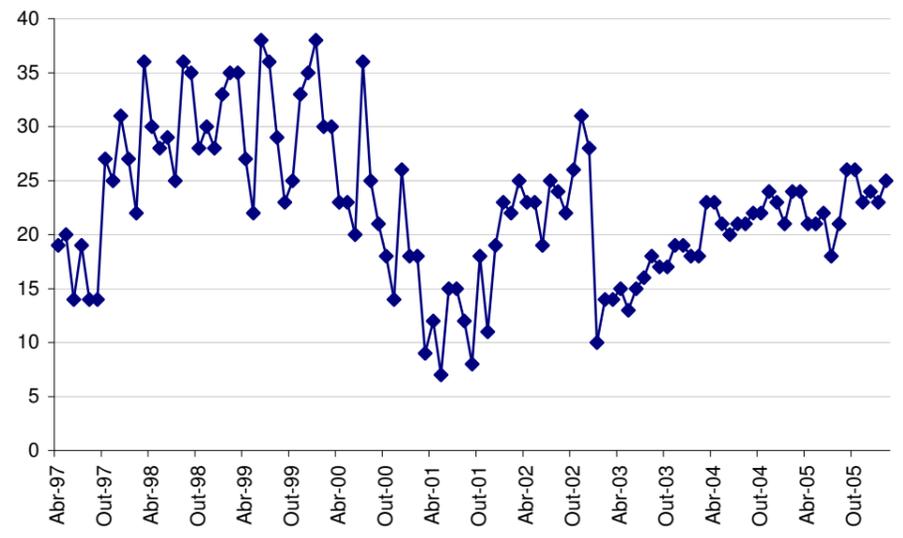
Obtenção de licenças



Falta de materiais

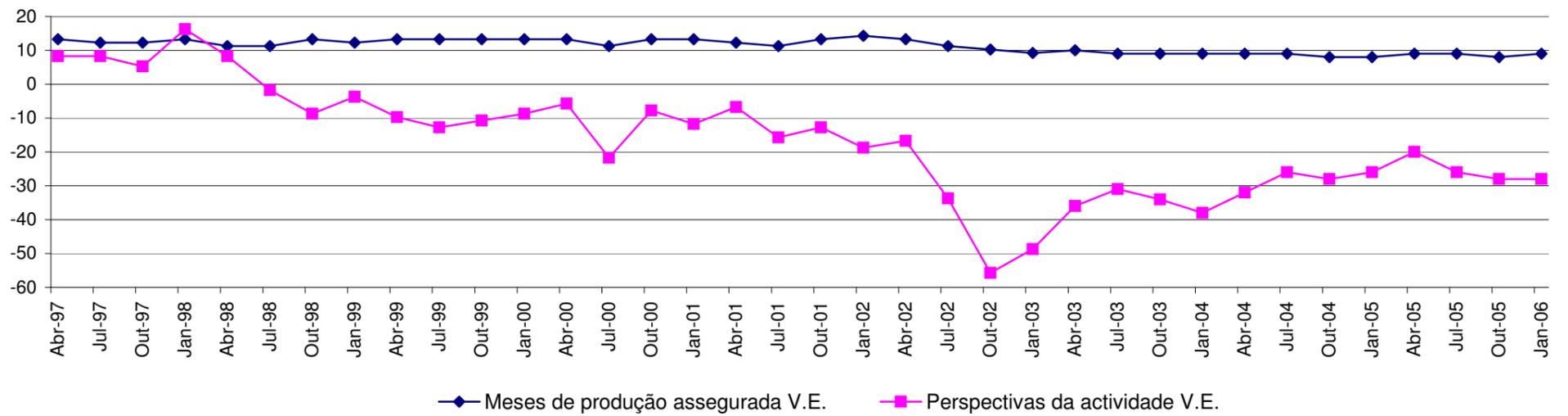


Outras



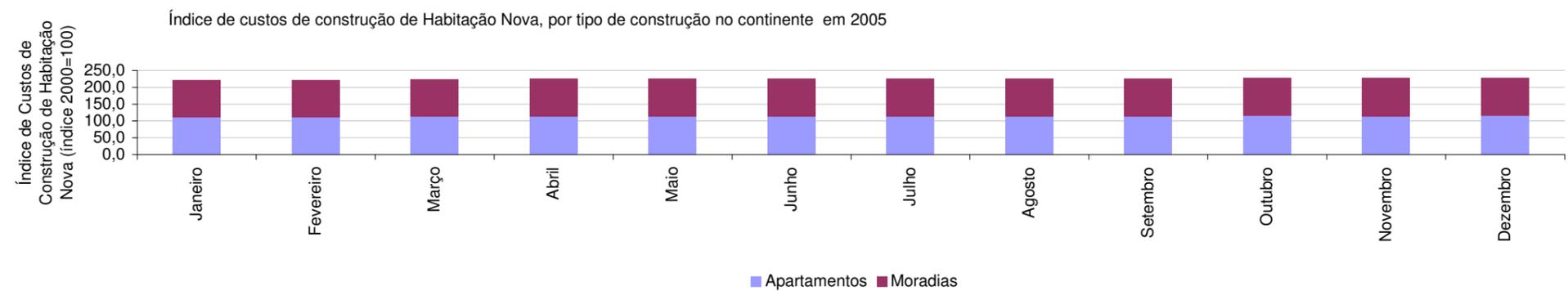
Fonte: INE, Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, Fevereiro 2006

Construção de Edifícios Habitacionais

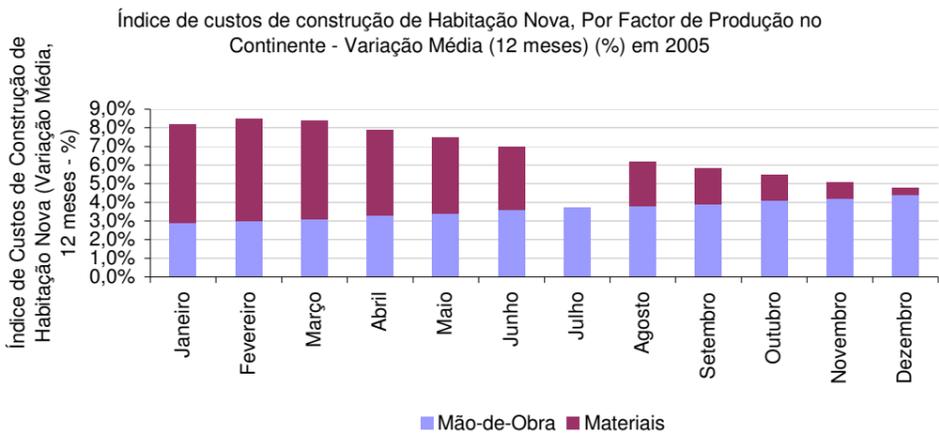
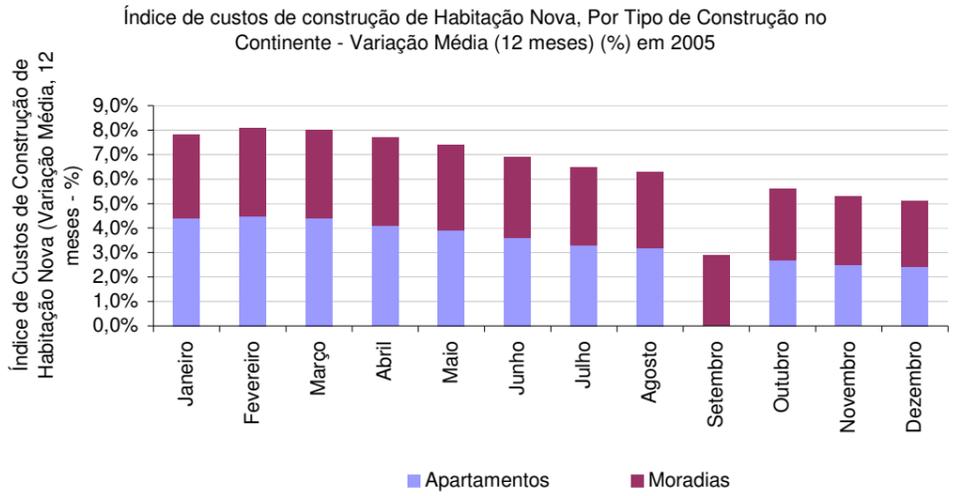
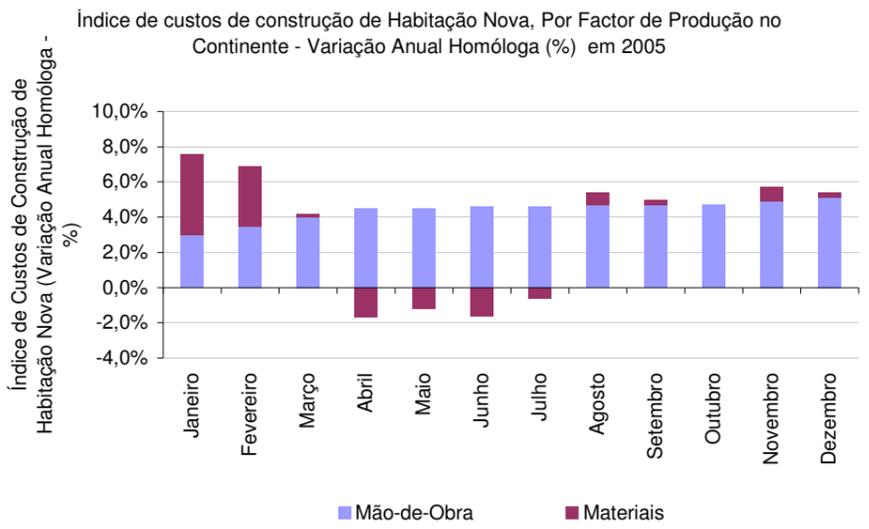
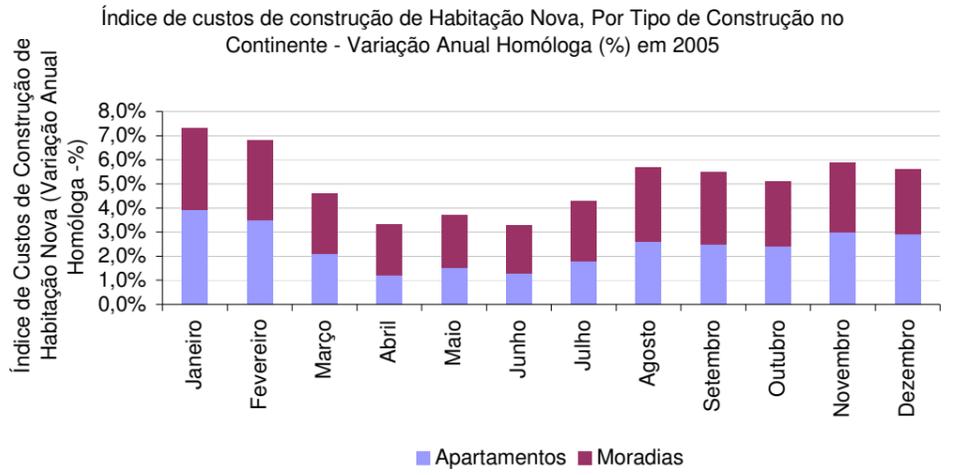
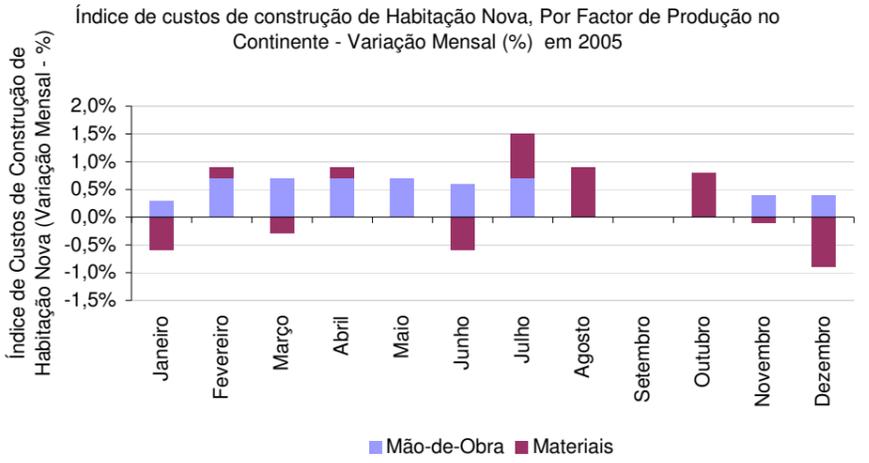
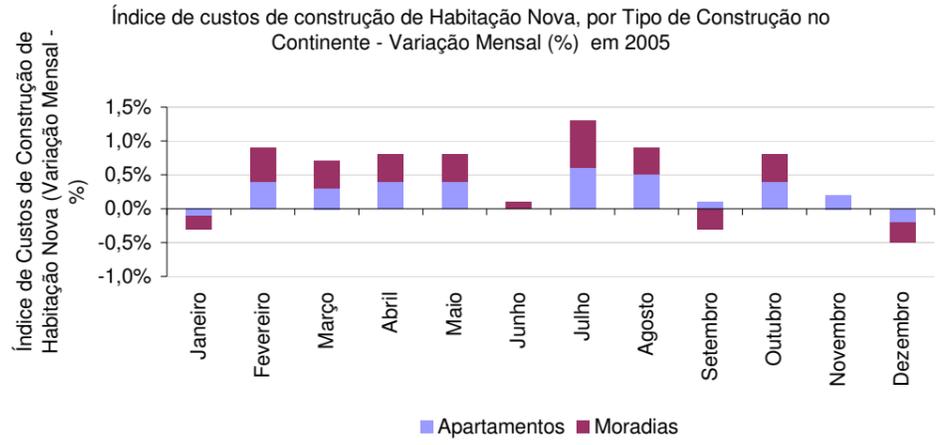
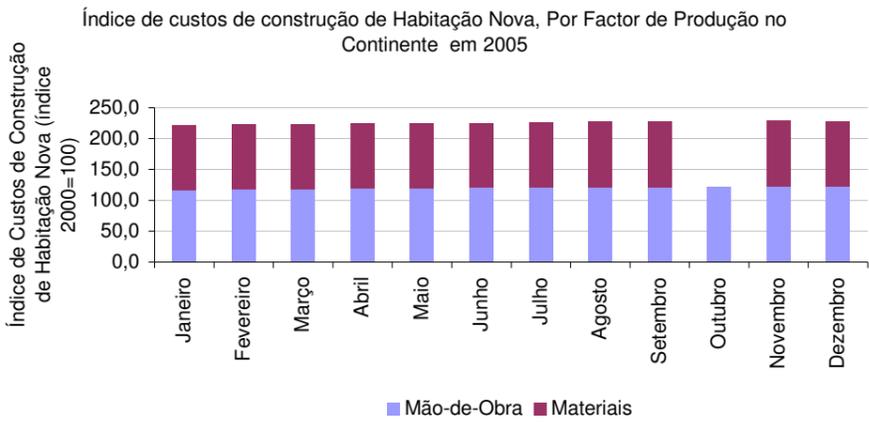


Fonte: INE, Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, Fevereiro 2006

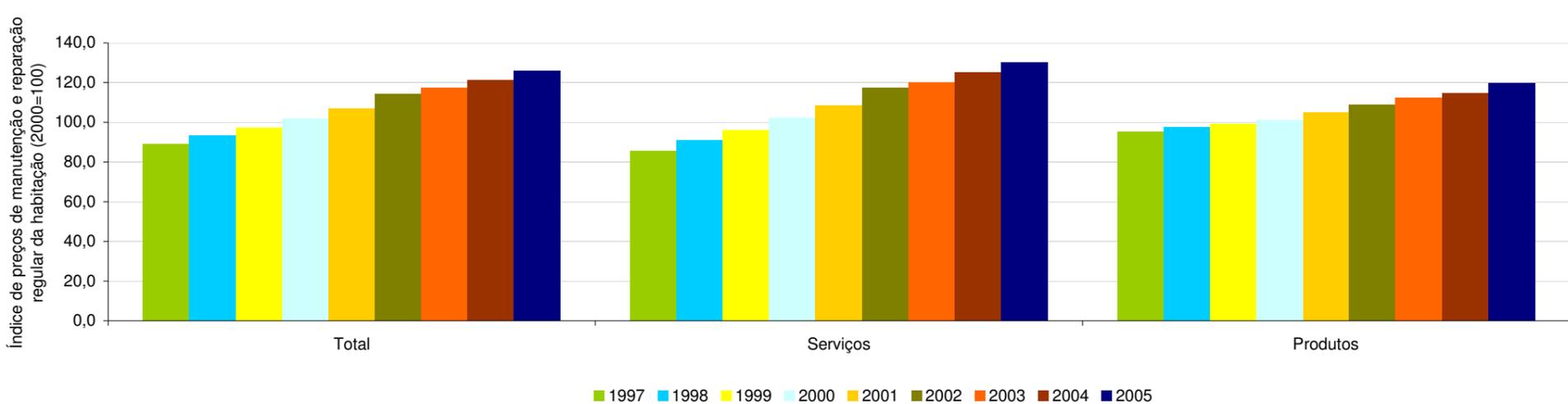
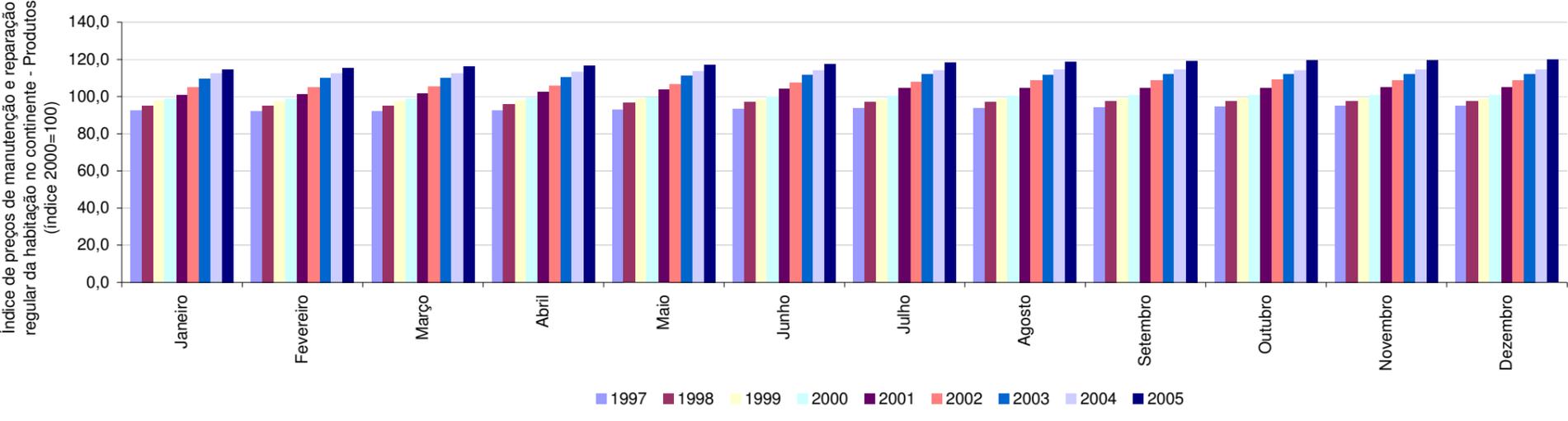
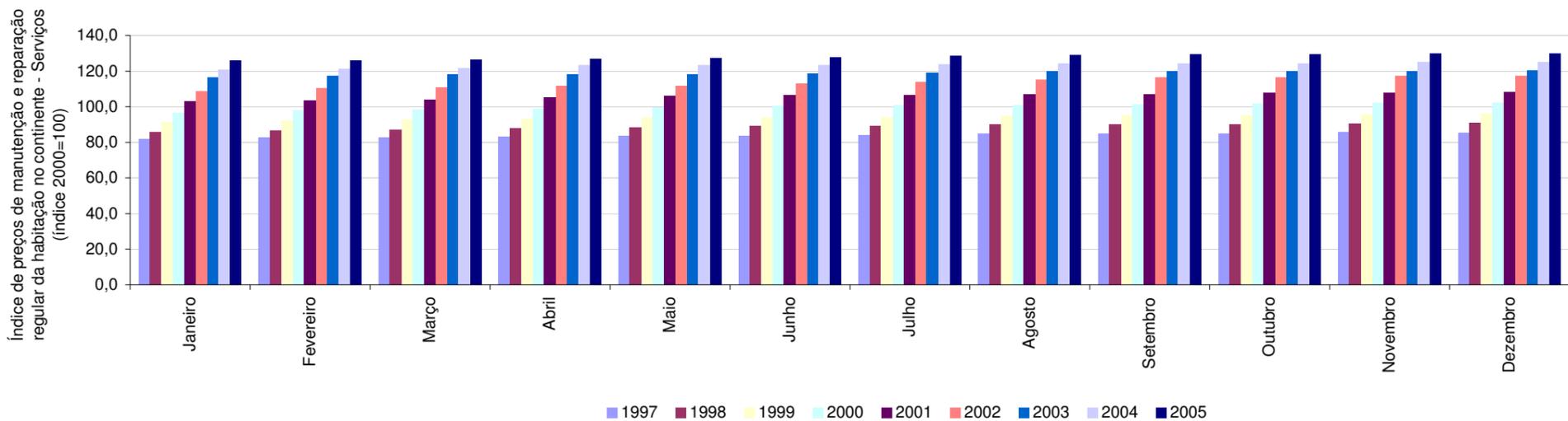
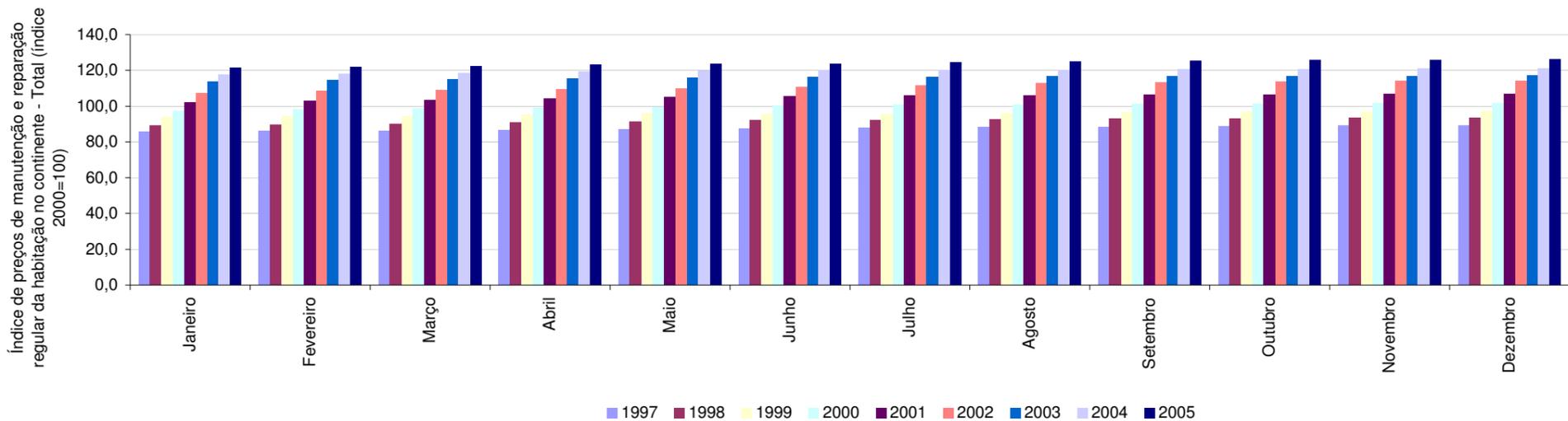
Índice de Custos de Construção de Habitação Nova



Fonte: INE, 2006
Unidade: índice (2000=100)

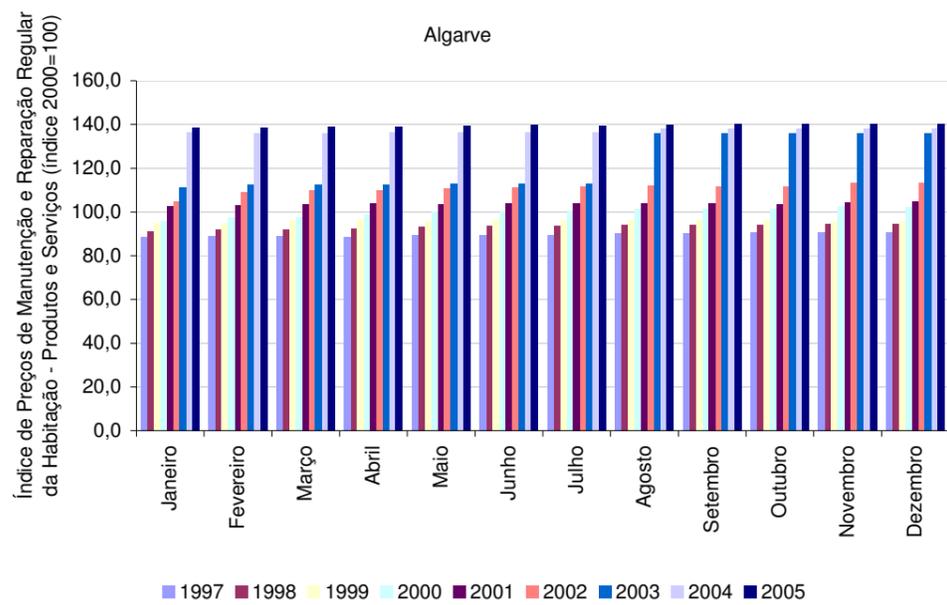
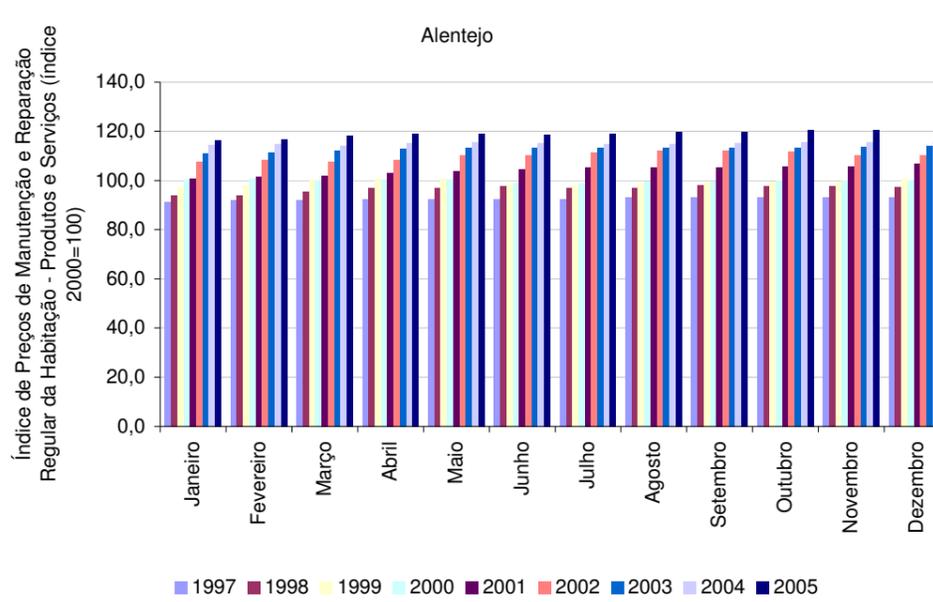
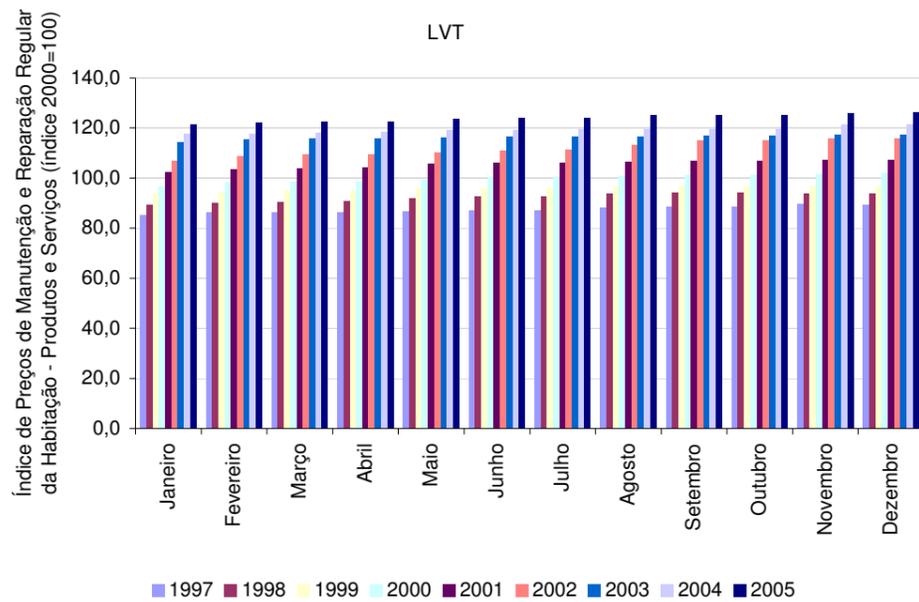
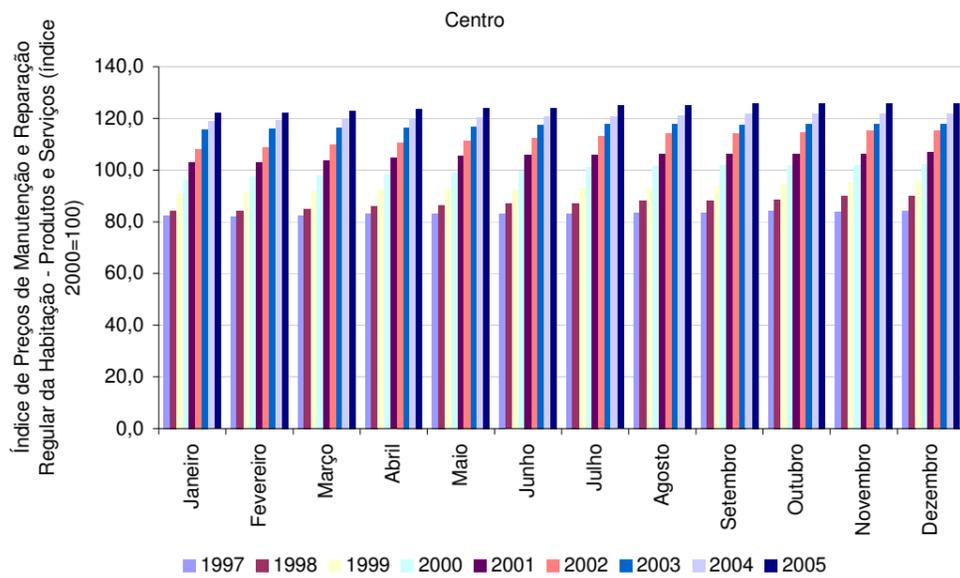
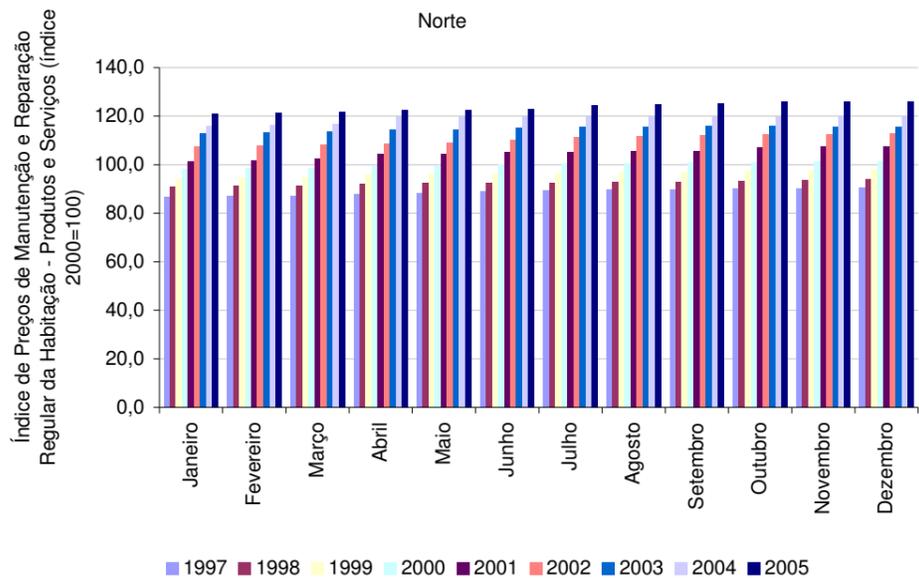


Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação no Continente

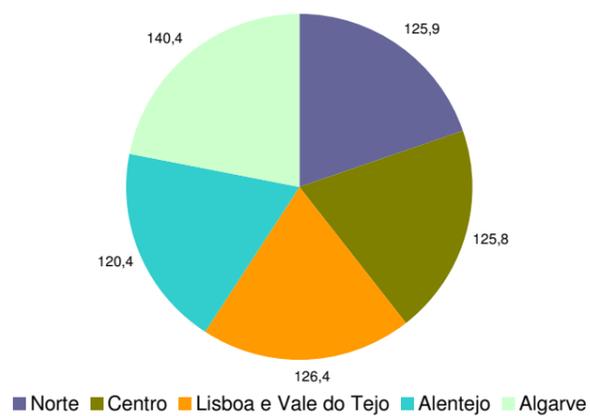


Fonte: INE, 2006
 Unidade: índice (2000=100)

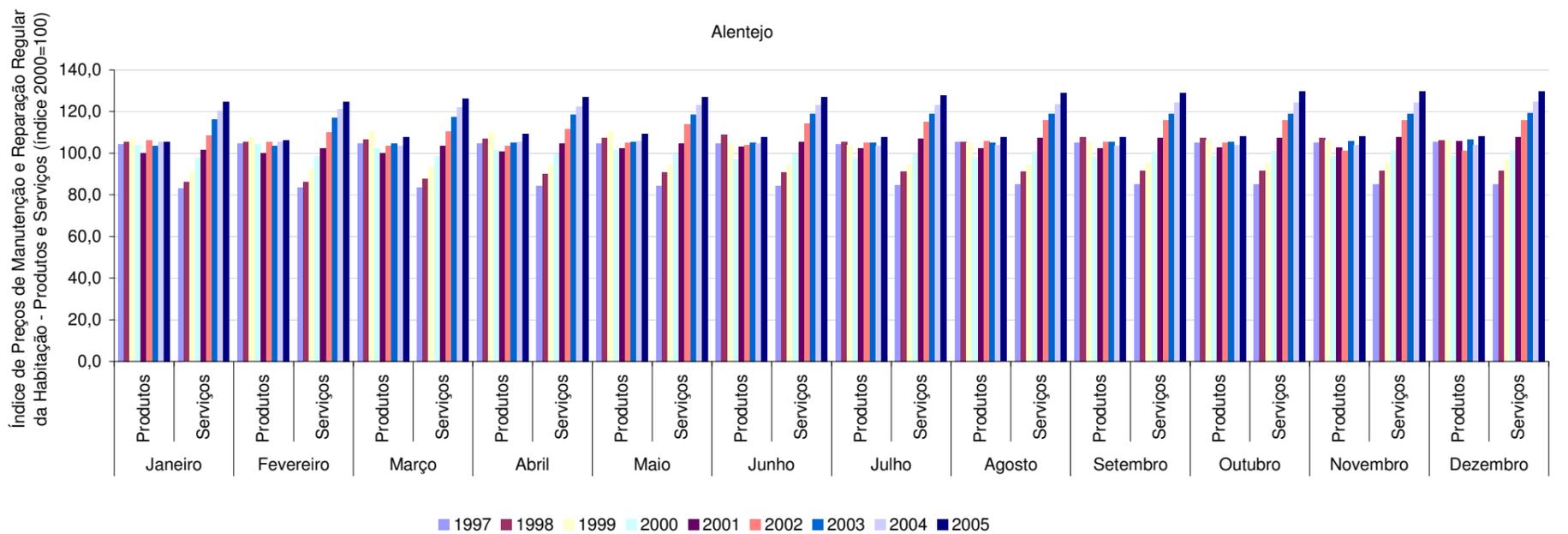
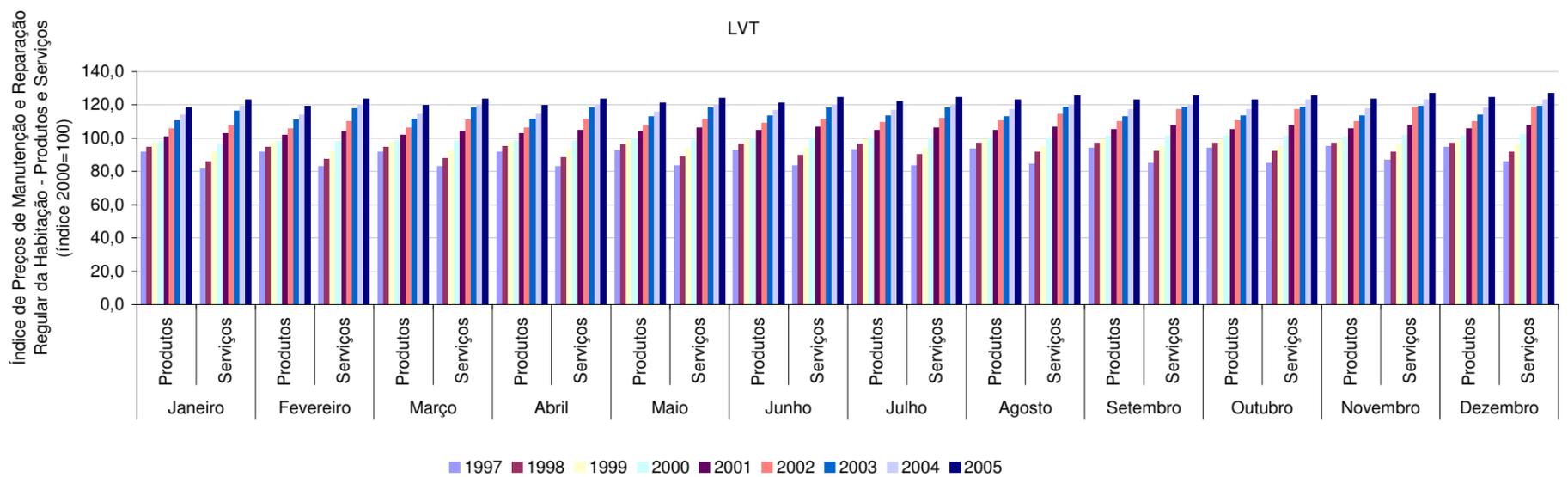
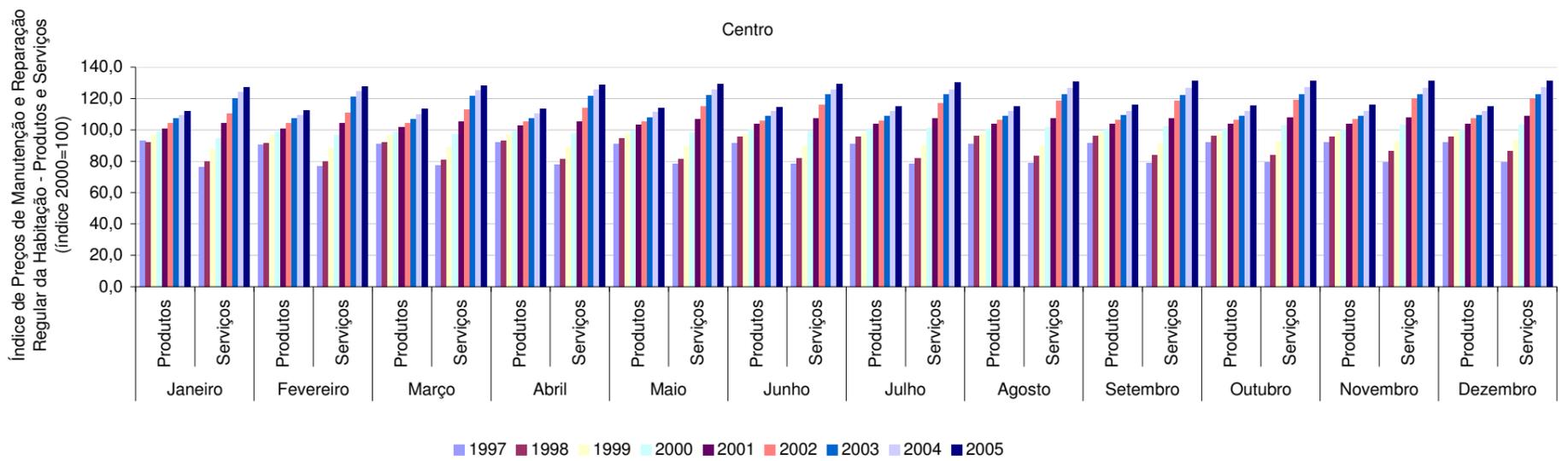
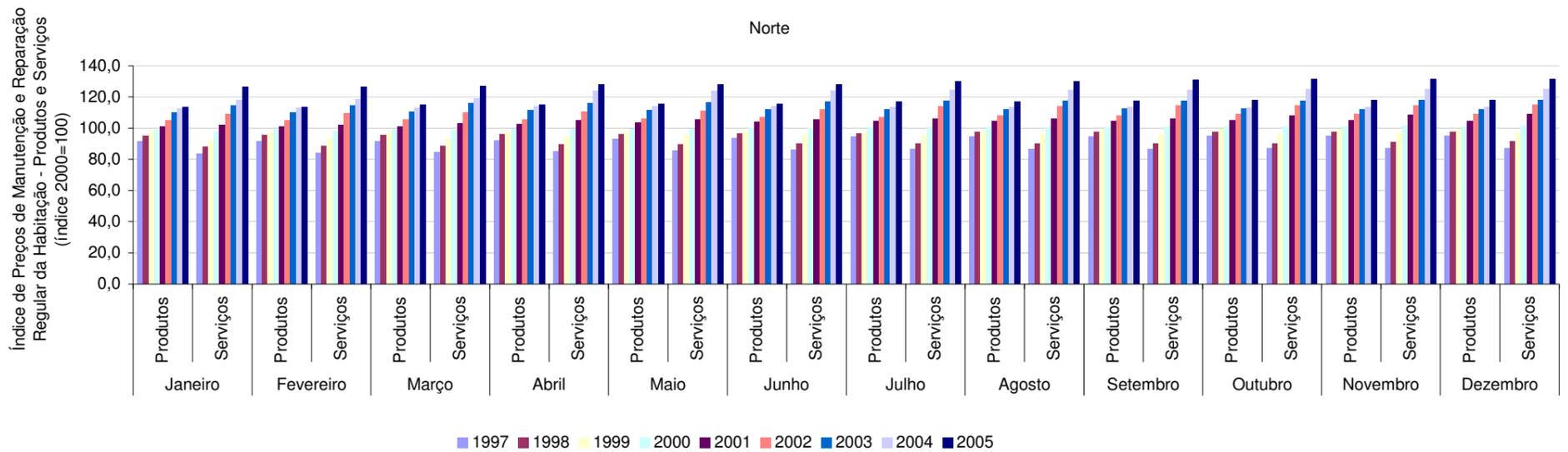
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação por NUTS II



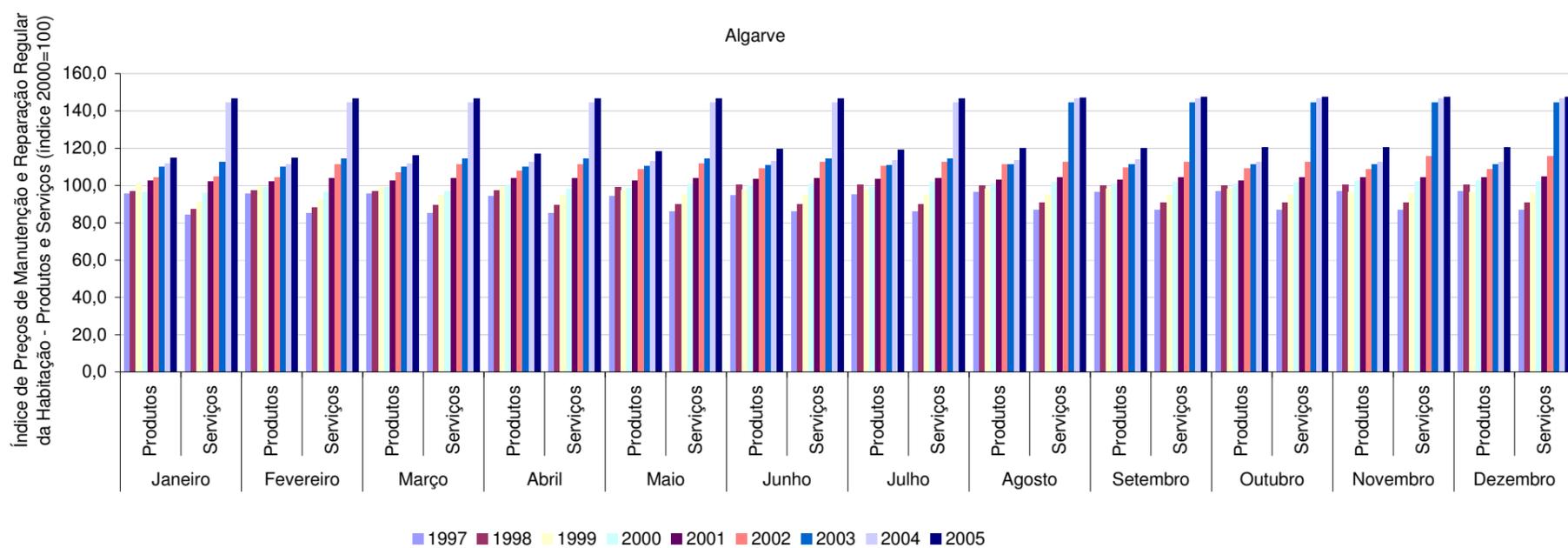
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação por NUTS II em Dezembro de 2005



Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação - Produtos e Serviços - por NUTS II



Algarve



■ 1997 ■ 1998 ■ 1999 ■ 2000 ■ 2001 ■ 2002 ■ 2003 ■ 2004 ■ 2005

Fonte: INE, 2006
 Unidade: índice (2000=100)

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

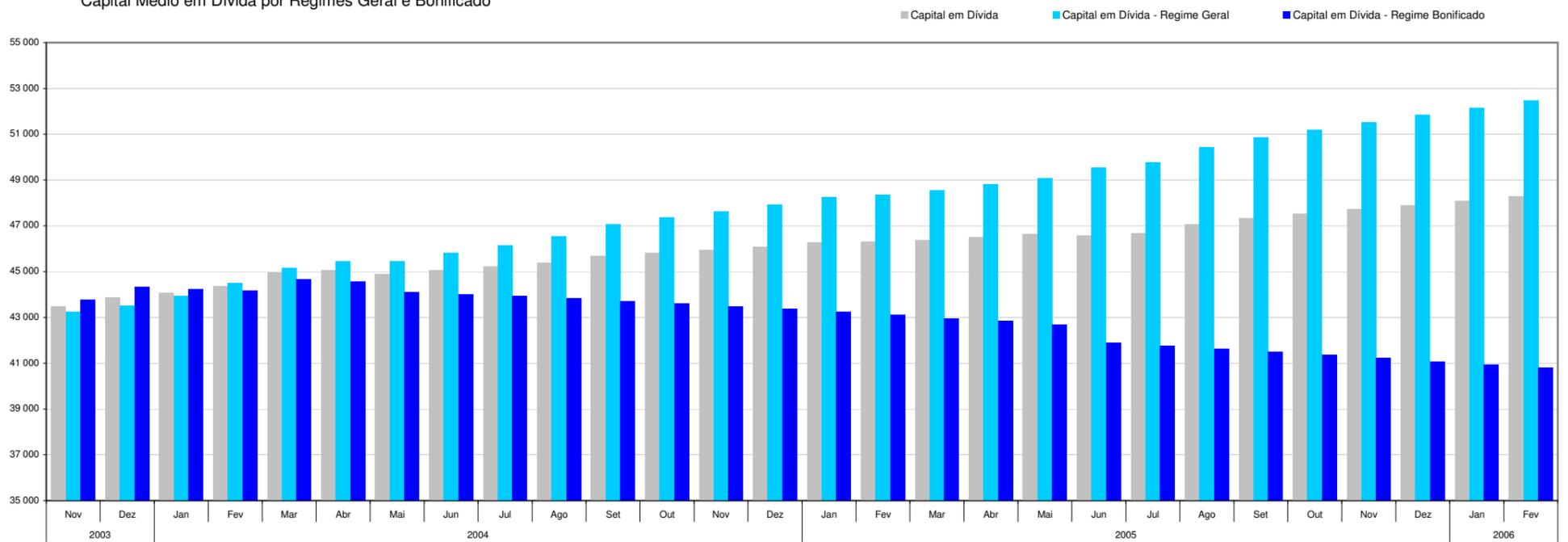
CUSTOS DA HABITAÇÃO

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Custos da Habitação em Portugal

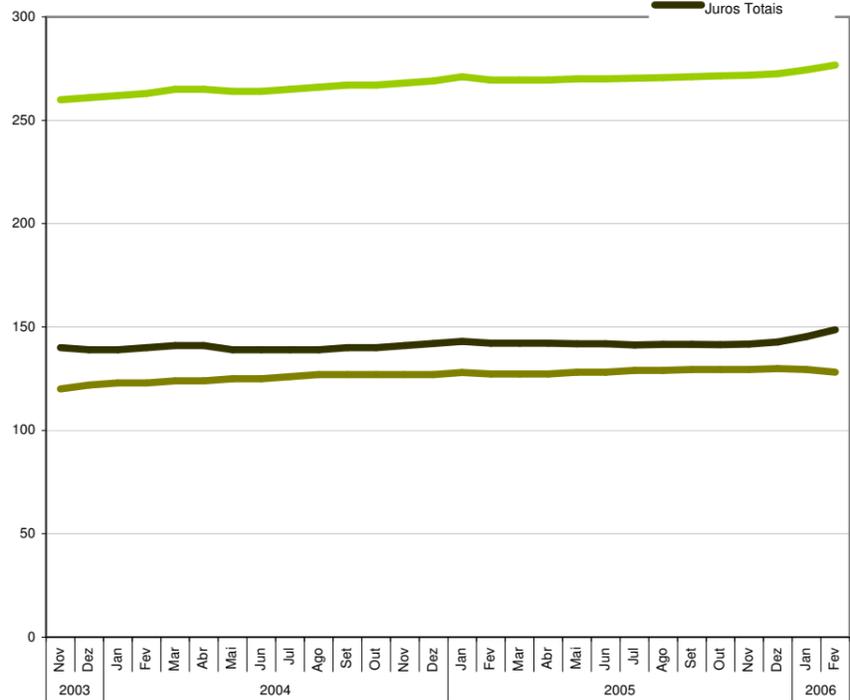
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação

Capital Médio em Dívida por Regimes Geral e Bonificado



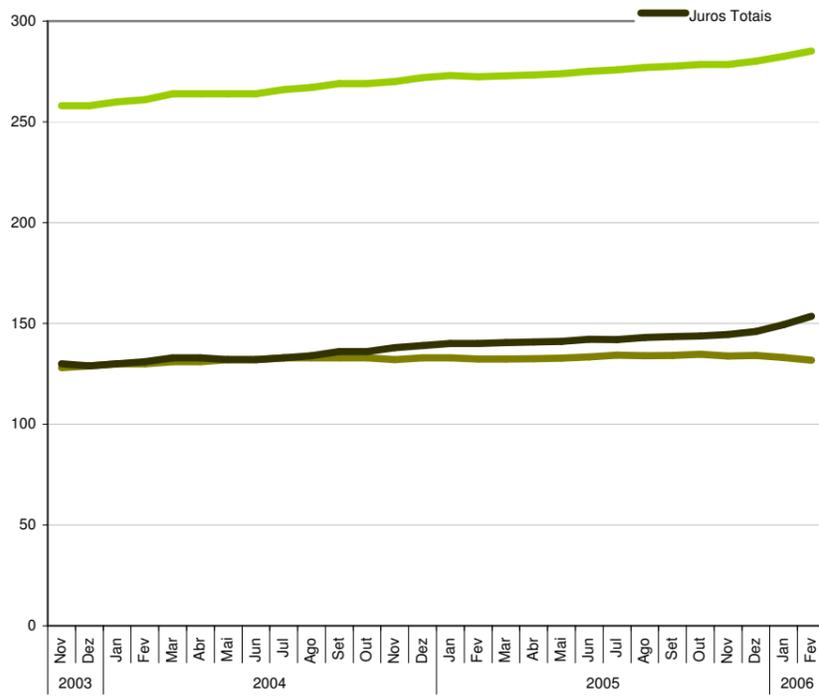
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação

- Prestação Total
- Capital Amortizado
- Juros Totais



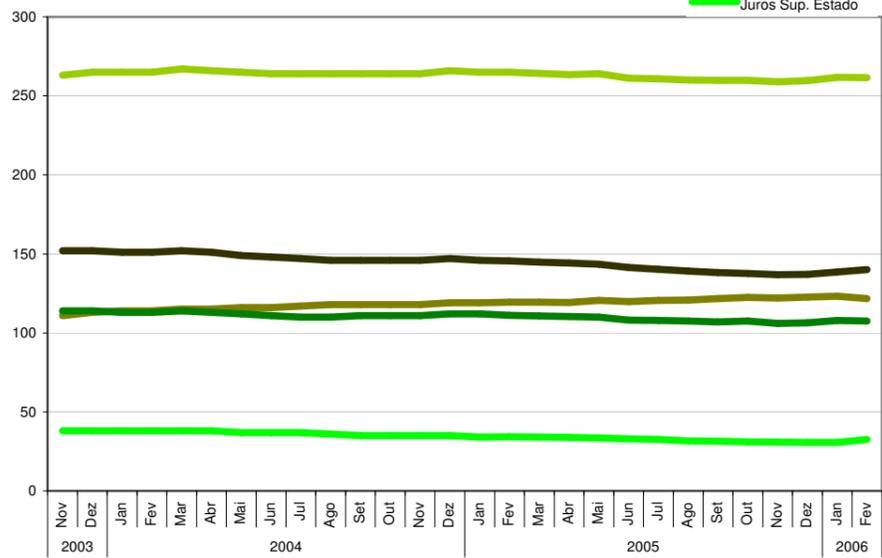
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação - Regime Geral

- Prestação Total
- Capital Amortizado
- Juros Totais



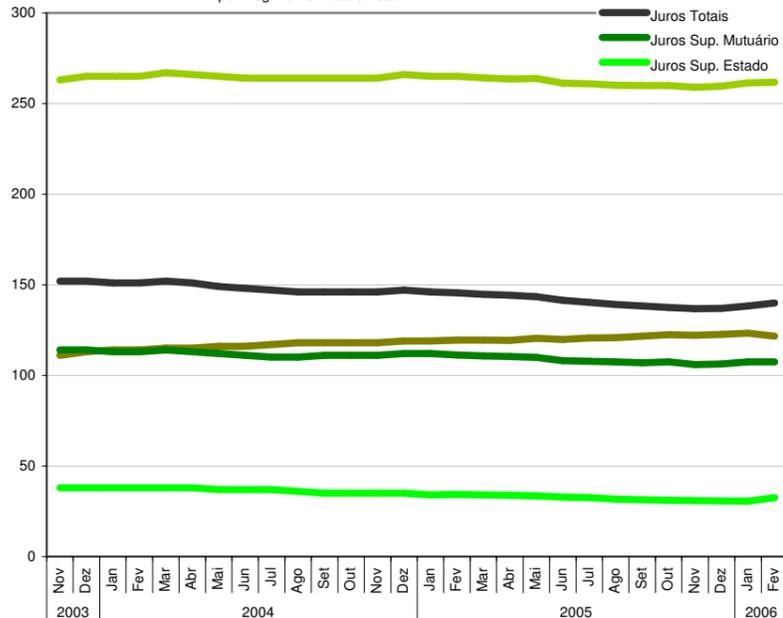
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação - Regime Bonificado

- Prestação Total
- Capital Amortizado
- Juros Totais
- Juros Sup. Mutuário
- Juros Sup. Estado



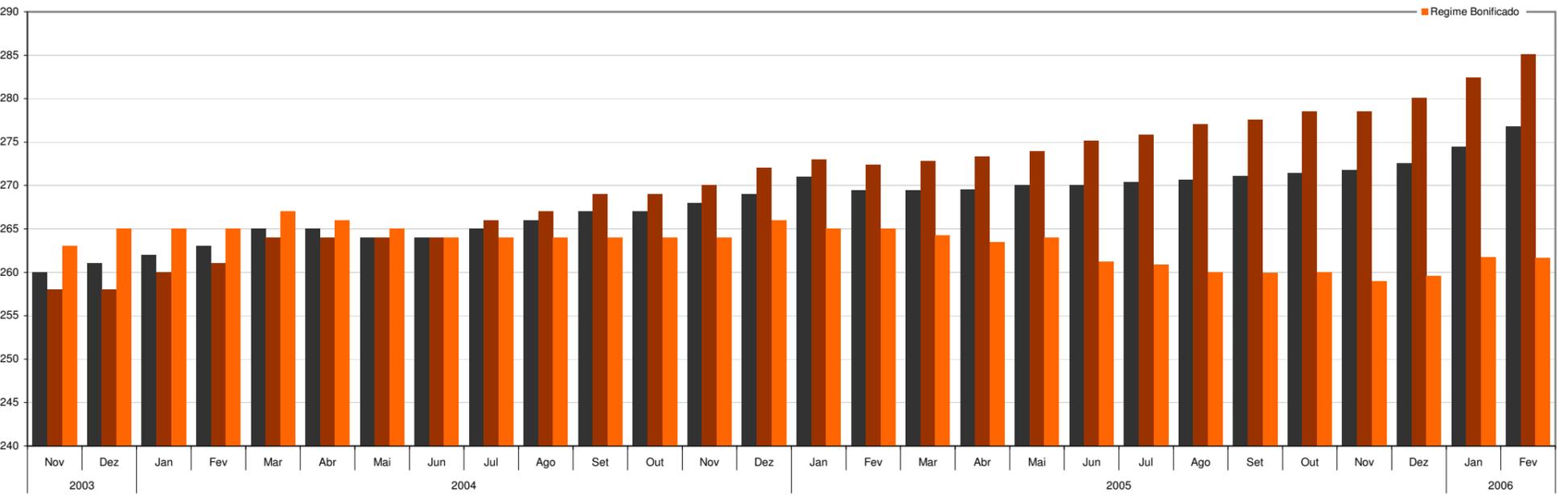
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Total

- Prestação Total
- Capital Amortizado
- Juros Totais
- Juros Sup. Mutuário
- Juros Sup. Estado



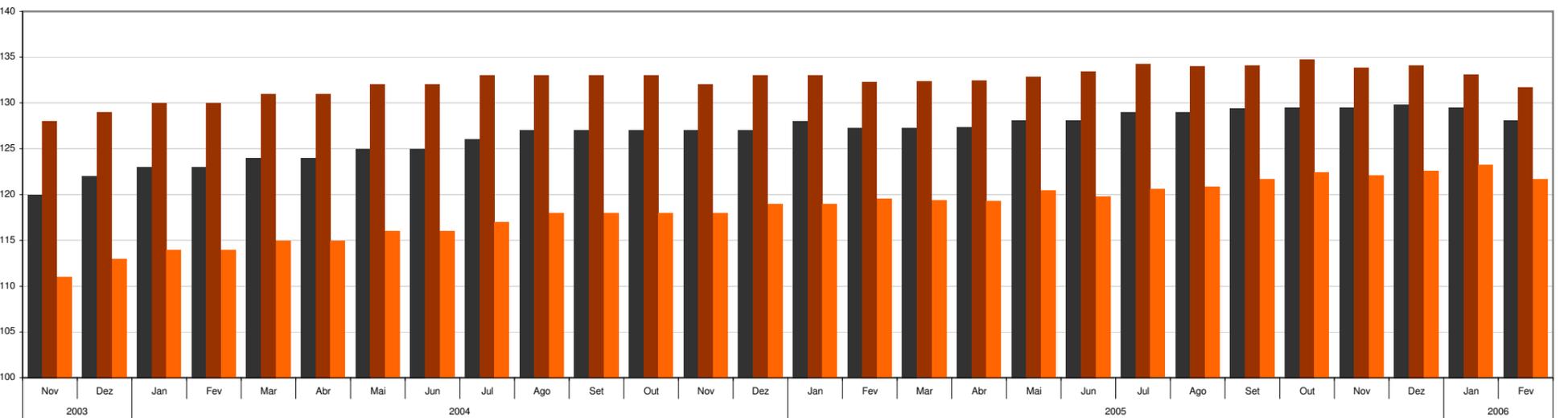
Prestação Média por Regime de Crédito à Habitação

■ Total
■ Regime Geral
■ Regime Bonificado



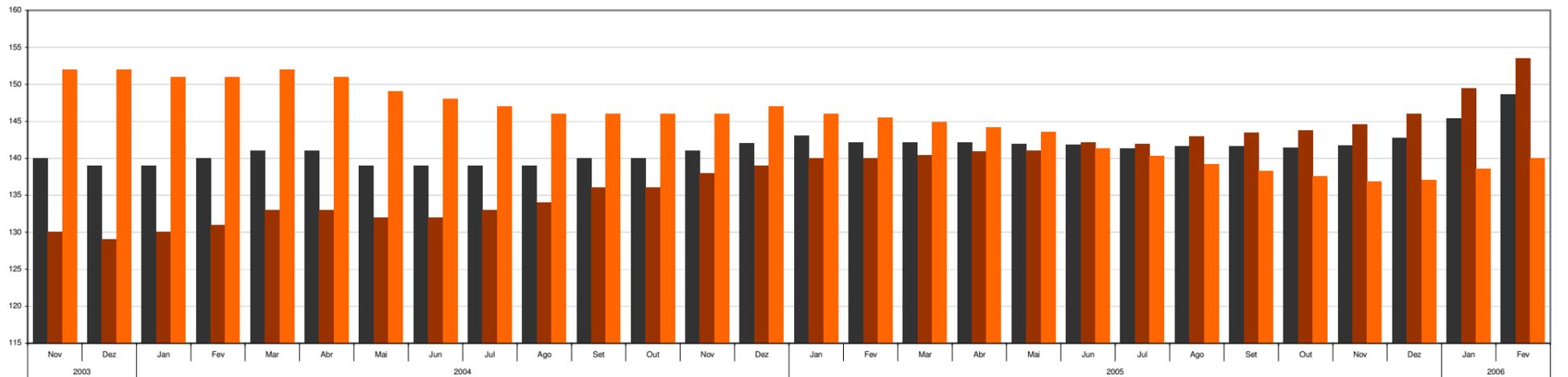
Capital Amortizado por Regime de Crédito à Habitação

■ Total
■ Regime Geral
■ Regime Bonificado



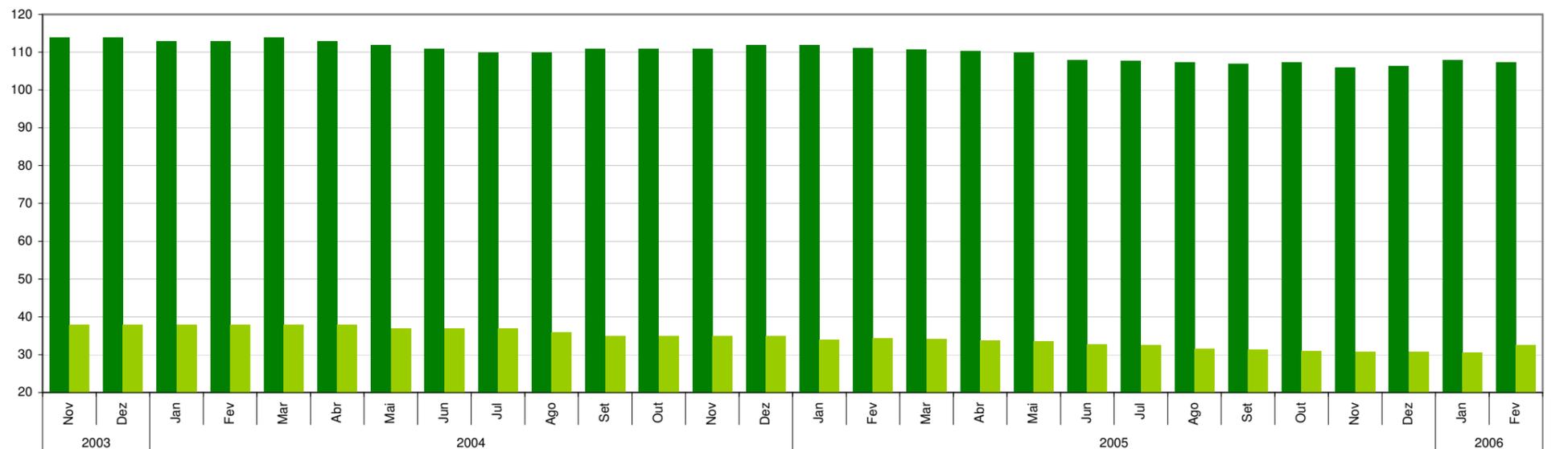
Juros Totais em Dívida por Regime de Crédito à Habitação

■ Total
■ Regime Geral
■ Regime Bonificado

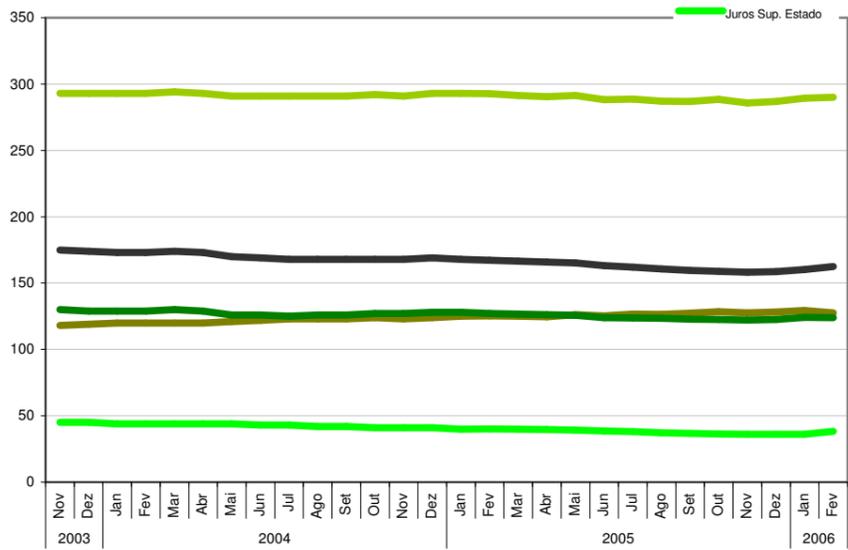


Juros em Dívida por Regime Bonificado de Crédito à Habitação

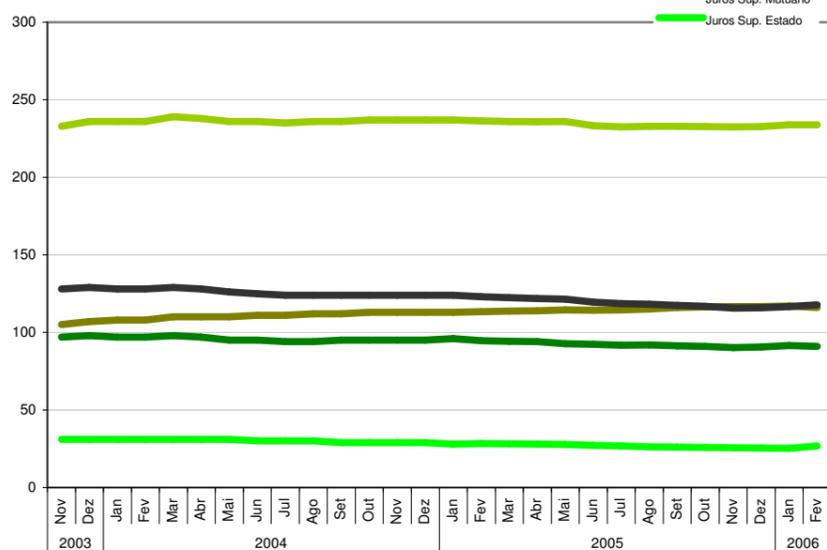
■ Juros Suportados pelo Mutuário
■ Juros Suportados pelo Estado



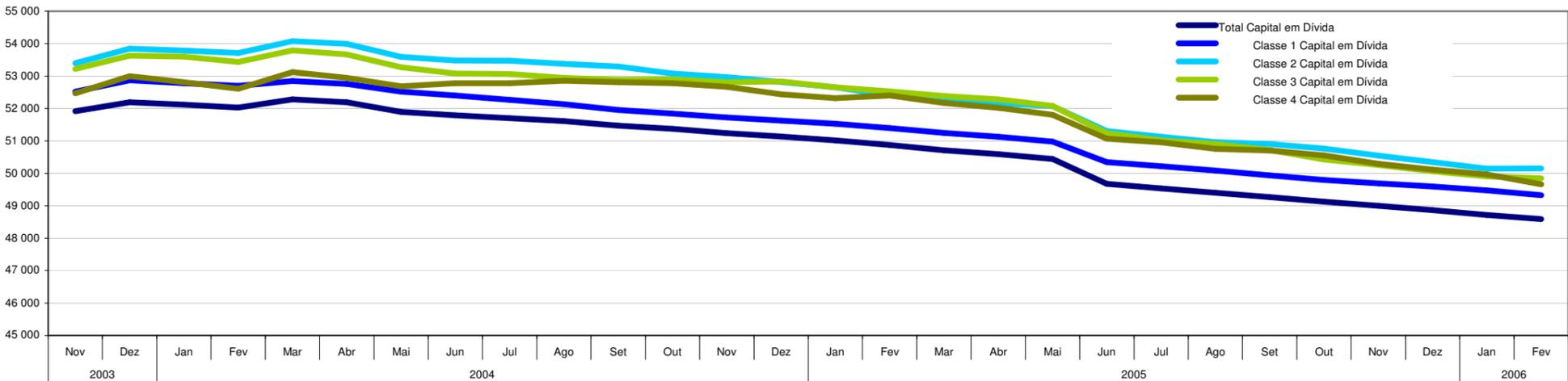
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



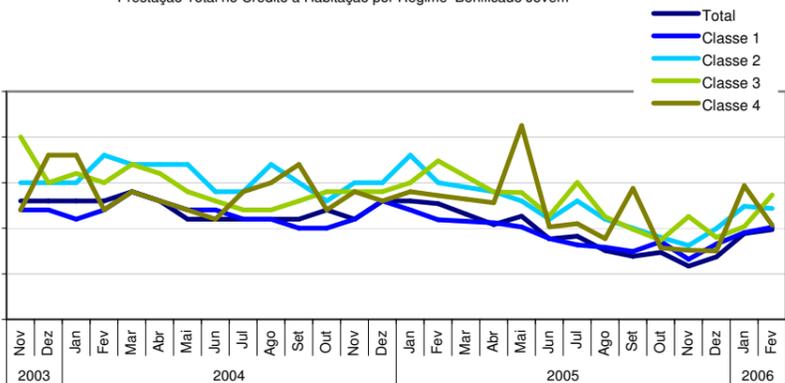
Capital Médio em Dívida, Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação por Regime Bonificado não Jovem



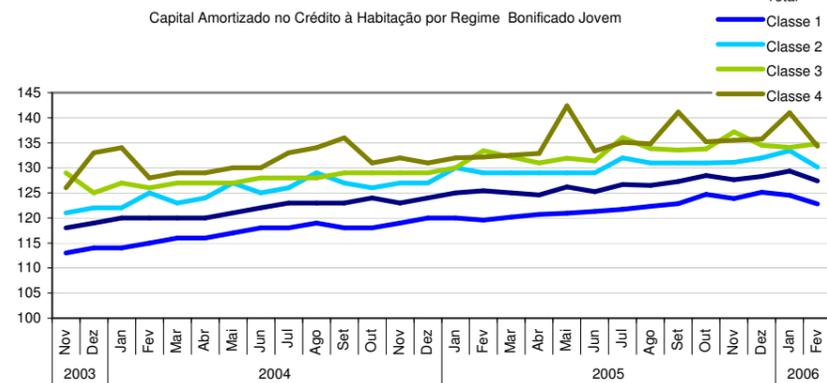
Capital Médio em Dívida no Crédito à Habitação no Regime Bonificado Jovem por Classes de Bonificação



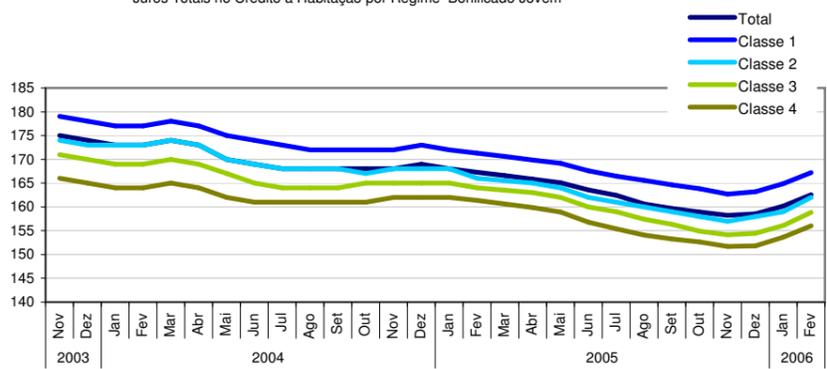
Prestação Total no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



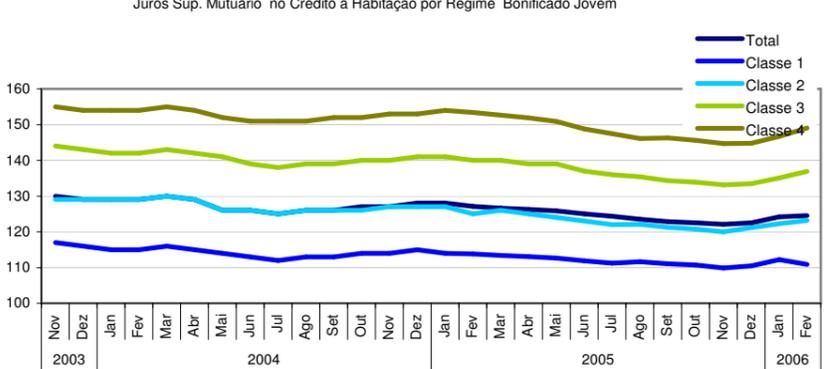
Capital Amortizado no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



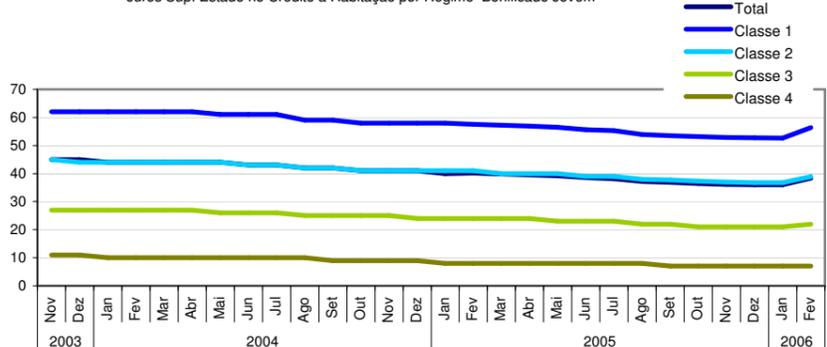
Juros Totais no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



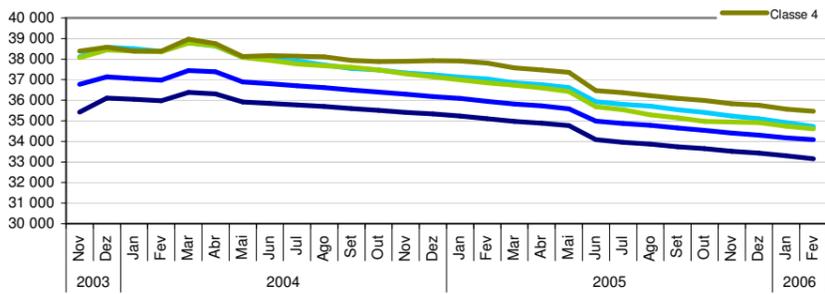
Juros Sup. Mutuário no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



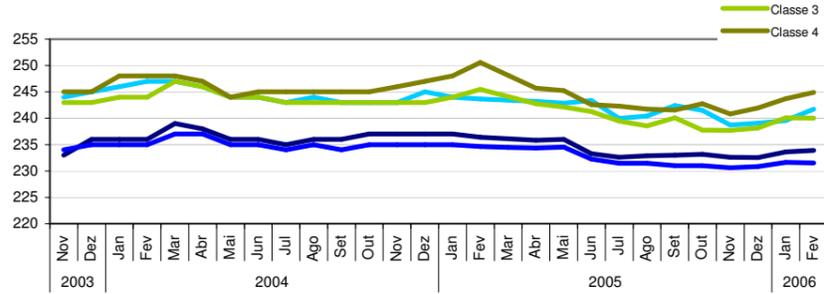
Juros Sup. Estado no Crédito à Habitação por Regime Bonificado Jovem



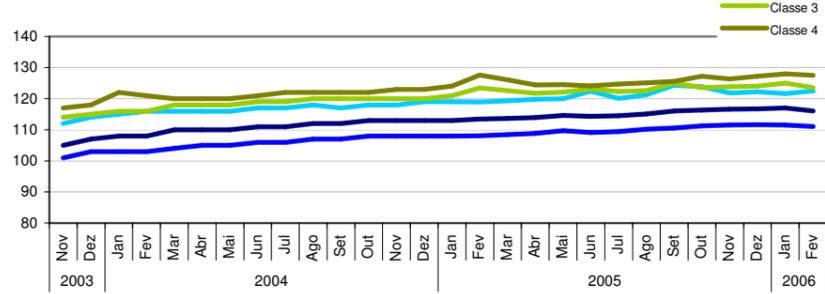
Capital médio em dívida no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



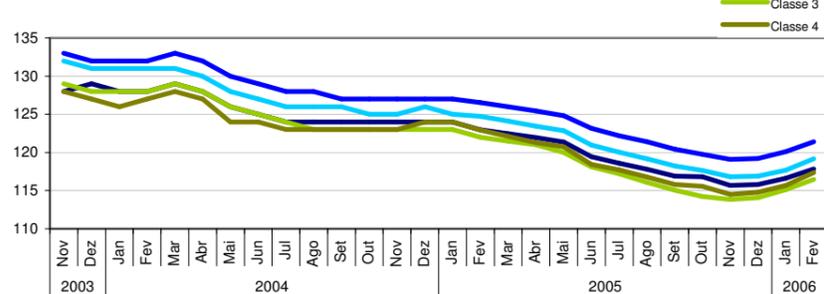
Prestação total no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



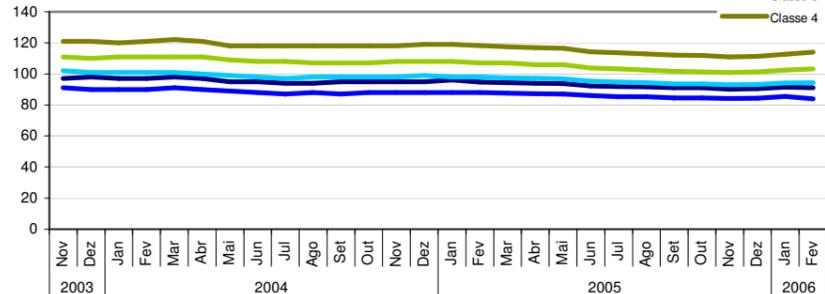
Capital amortizado no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



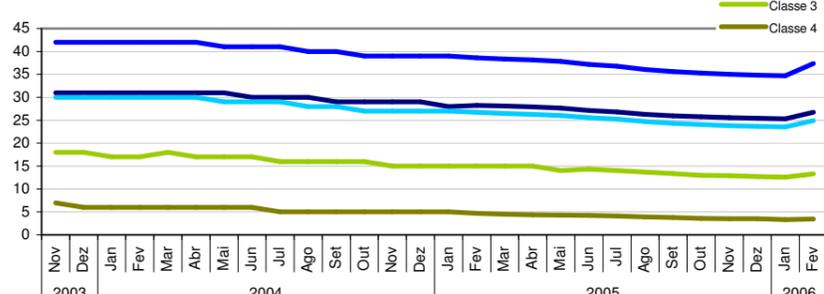
Juros totais no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



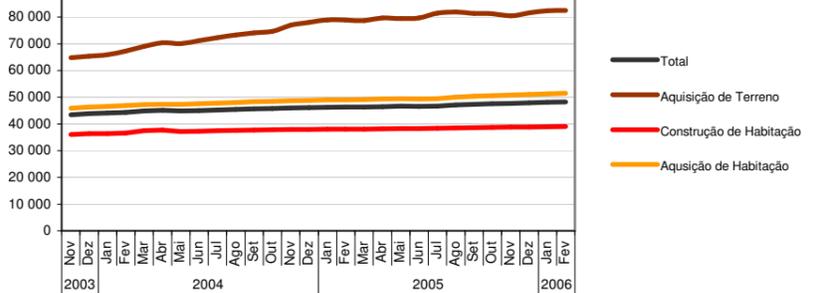
Juros Sup. Mutuário no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



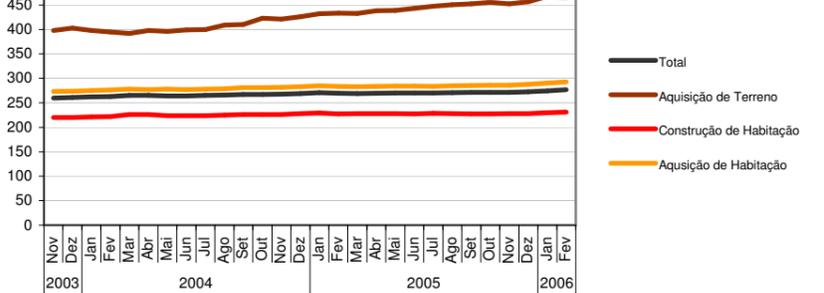
Juros Sup. Estado no Regime Bonificado não Jovem por classes de bonificação



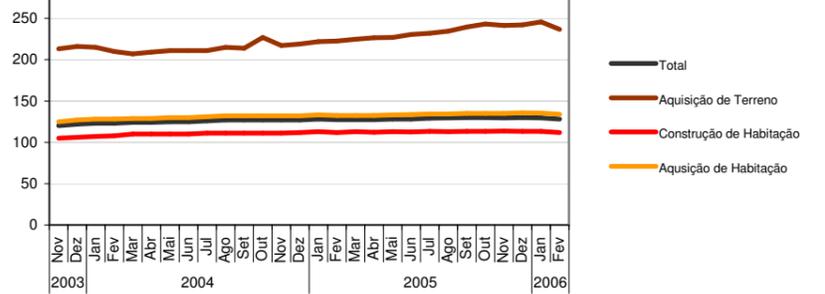
Capital em dívida no Crédito à Habitação - Total e por Destino de Financiamento



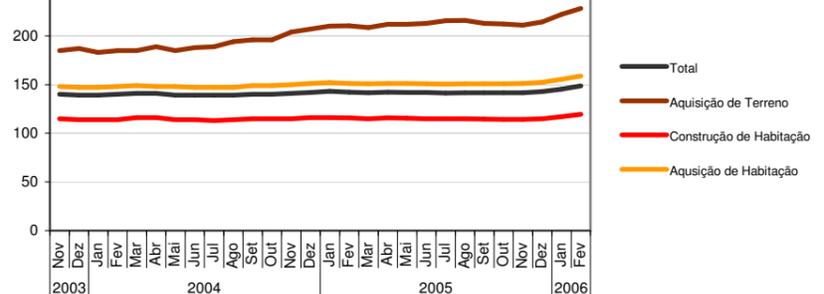
Prestação total no Crédito à Habitação - Total e por Destino de Financiamento



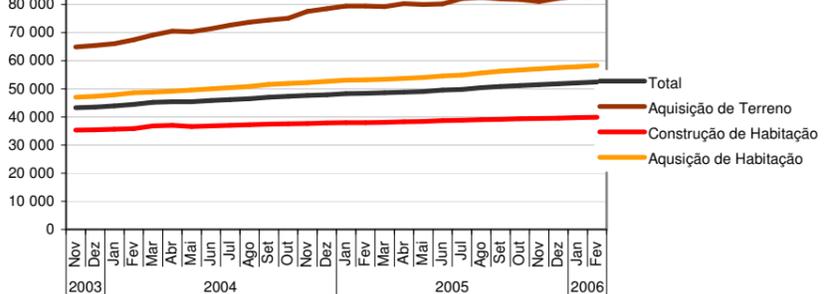
Capital amortizado no Crédito à Habitação - Total e por Destino de Financiamento



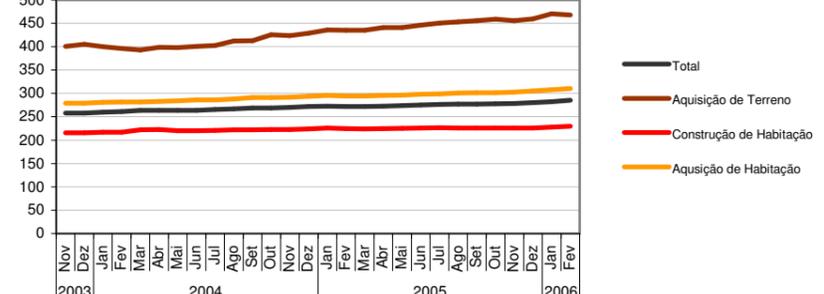
Juros totais no Crédito à Habitação - Total e por Destino de Financiamento



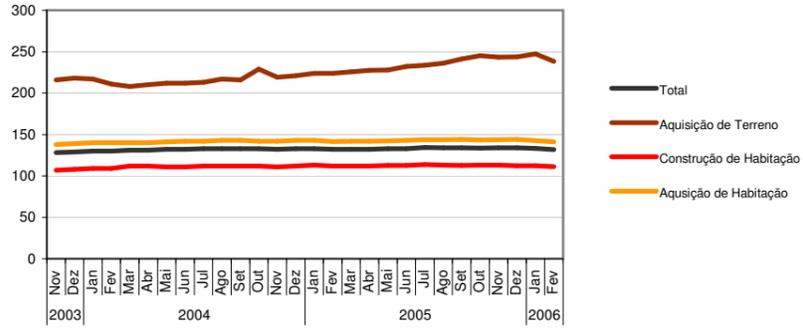
Capital em dívida no Crédito à Habitação - Regime Geral por Destino de Financiamento



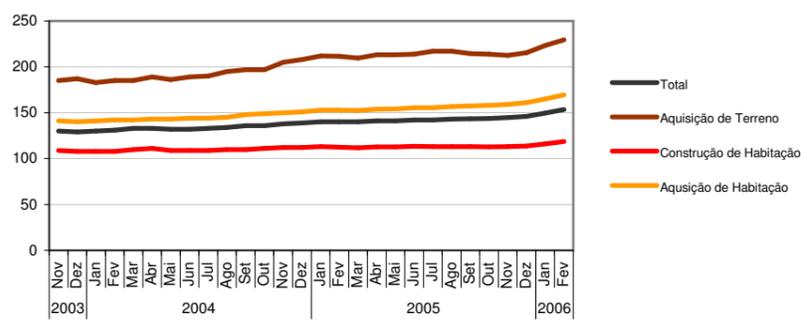
Prestação total no Crédito à Habitação - Regime Geral por Destino de Financiamento



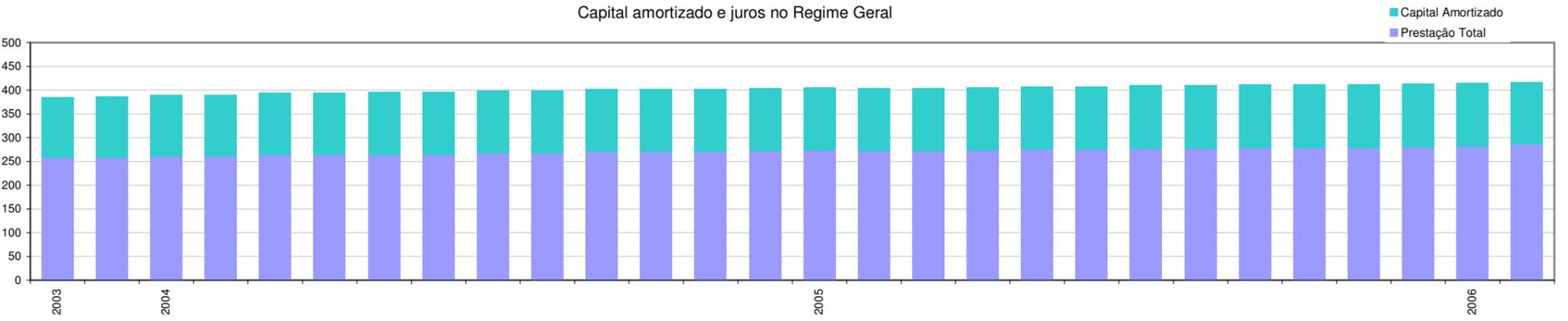
Capital amortizado no Crédito à Habitação - Regime Geral por Destino de Financiamento



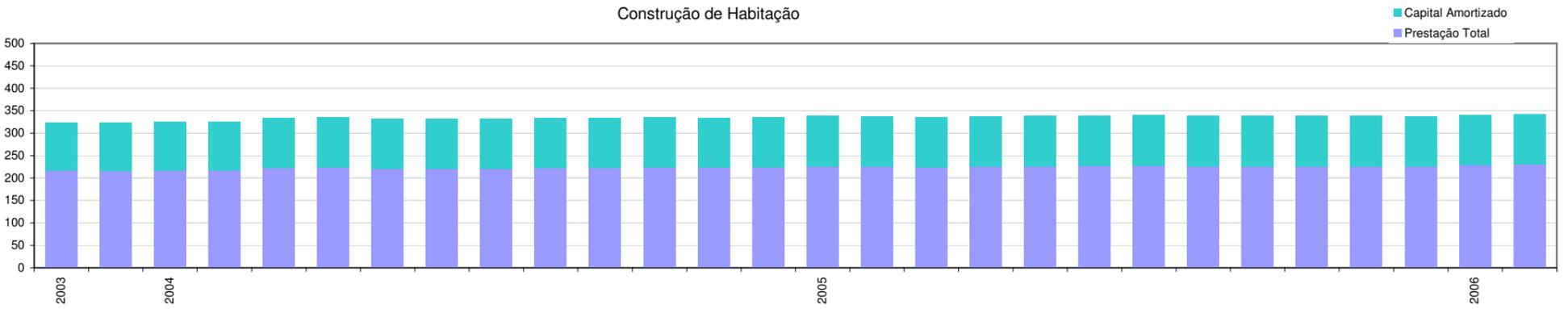
Juros totais no Crédito à Habitação - Regime Geral por Destino de Financiamento



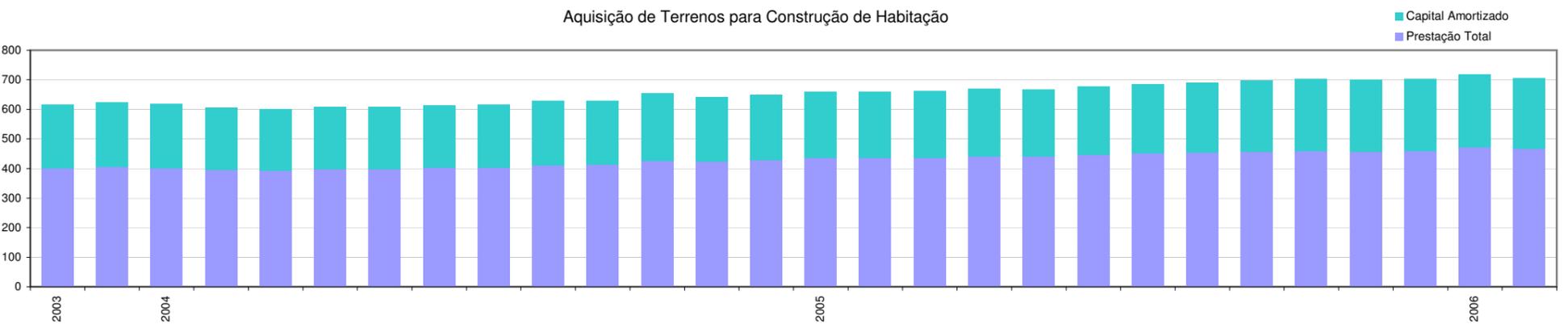
Capital amortizado e juros no Regime Geral



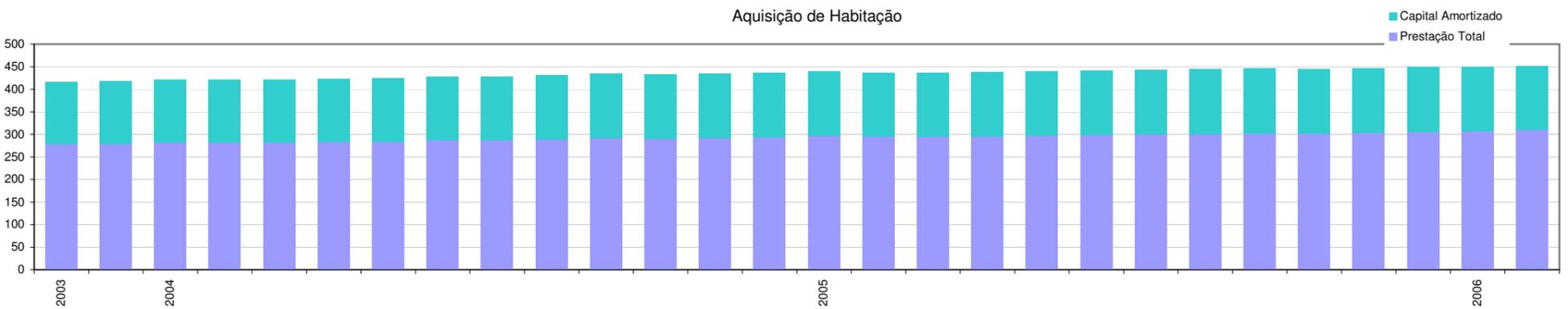
Construção de Habitação



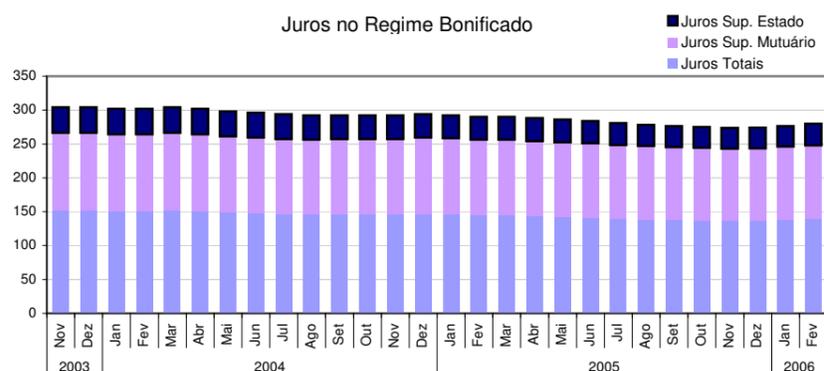
Aquisição de Terrenos para Construção de Habitação



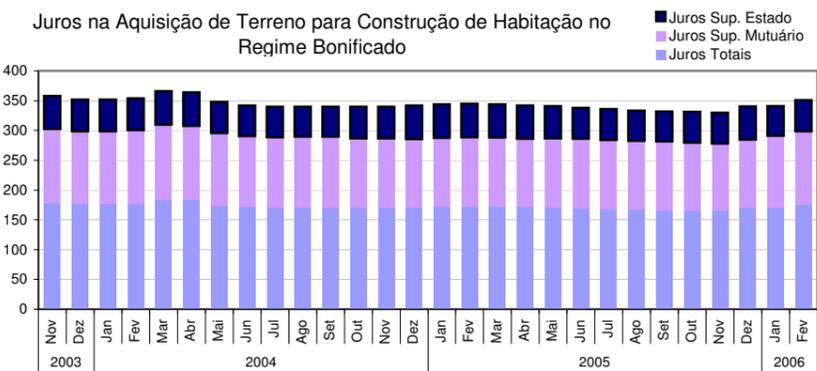
Aquisição de Habitação



Juros no Regime Bonificado

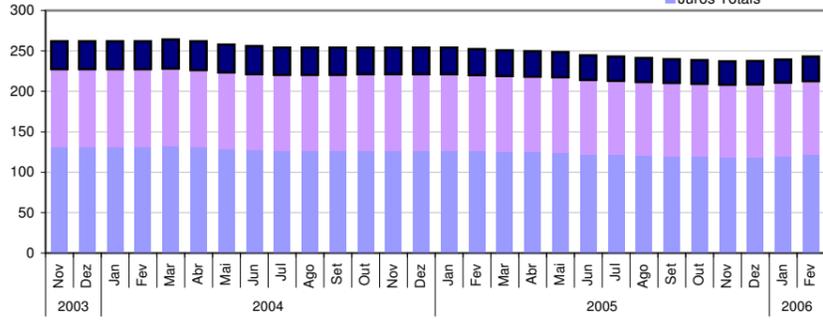


Juros na Aquisição de Terreno para Construção de Habitação no Regime Bonificado



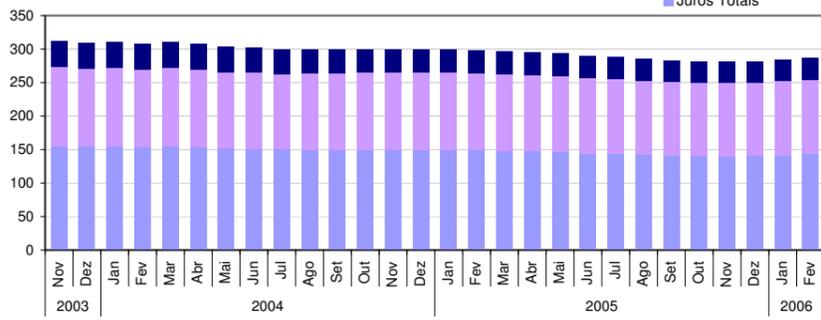
Juros na Construção de Habitação no Regime Bonificado

■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais

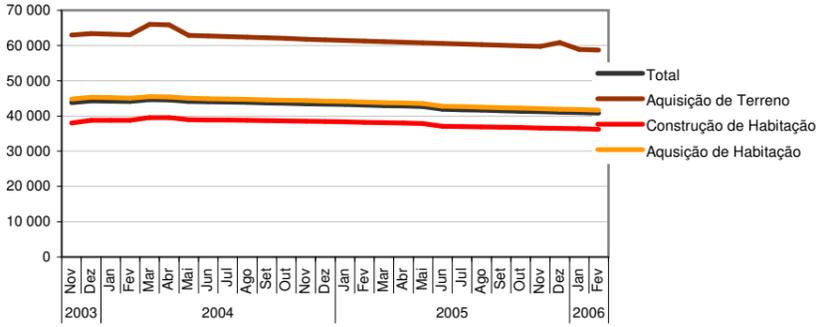


Juros na Aquisição de Habitação no Regime Bonificado

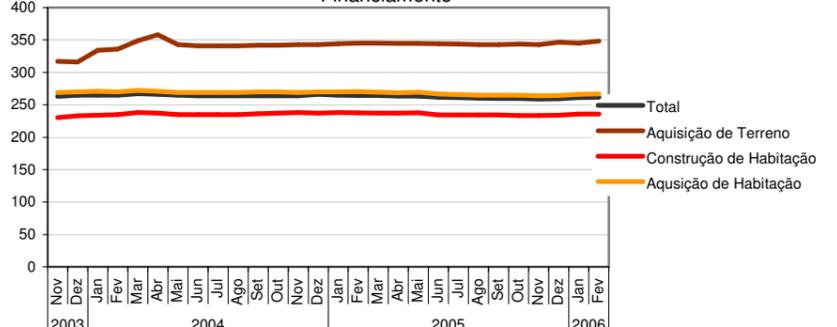
■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais



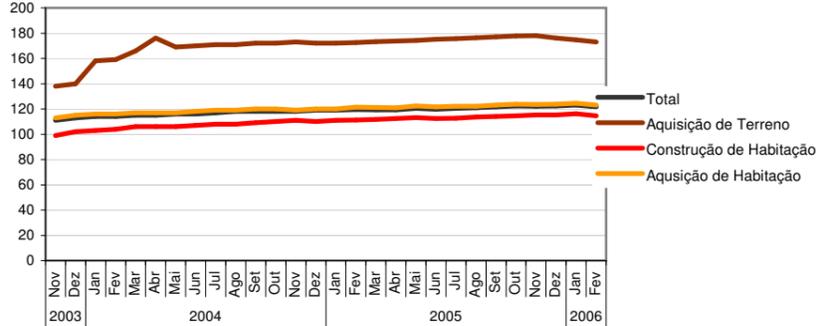
Capital em dívida no Crédito à Habitação - Regime Bonificado por Destino de Financiamento



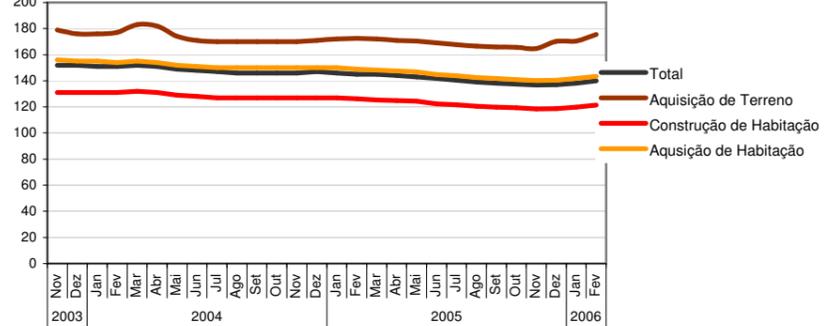
Prestação total no Crédito à Habitação - Regime Bonificado por Destino de Financiamento



Capital amortizado no Crédito à Habitação - Regime Bonificado por Destino de Financiamento

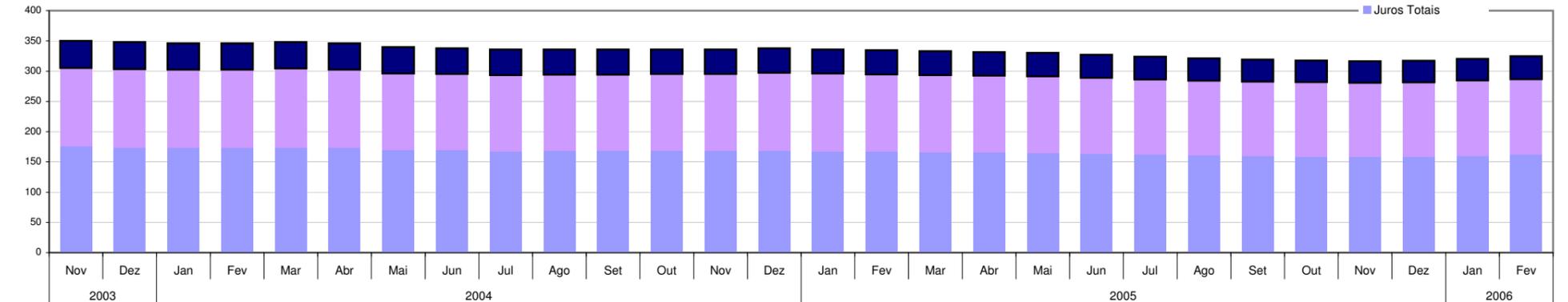


Juros totais no Crédito à Habitação - Regime Bonificado por Destino de Financiamento



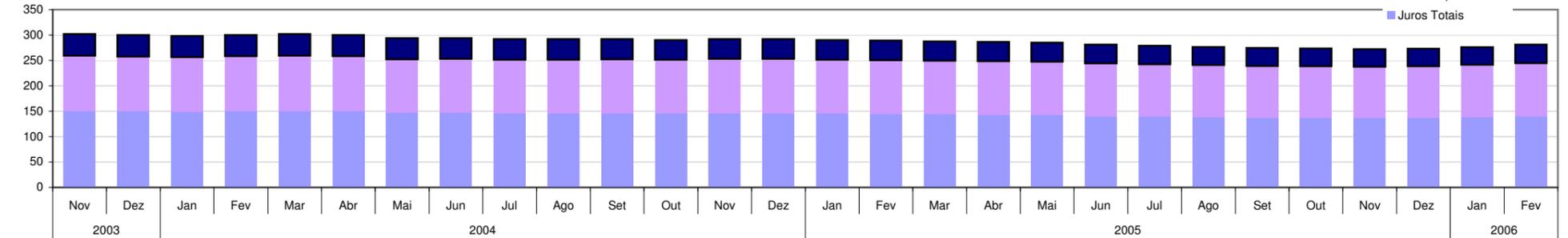
Juros no Regime Bonificado Jovem

■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais



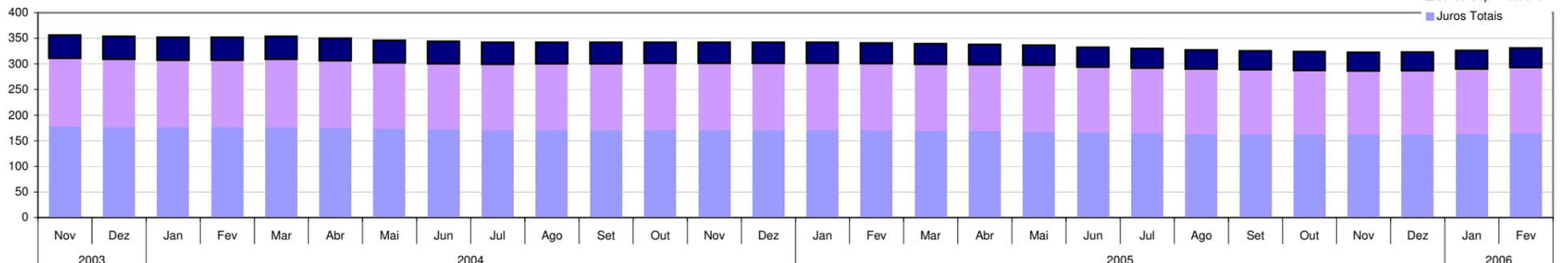
Juros para a Construção de Habitação no Regime Bonificado Jovem

■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais

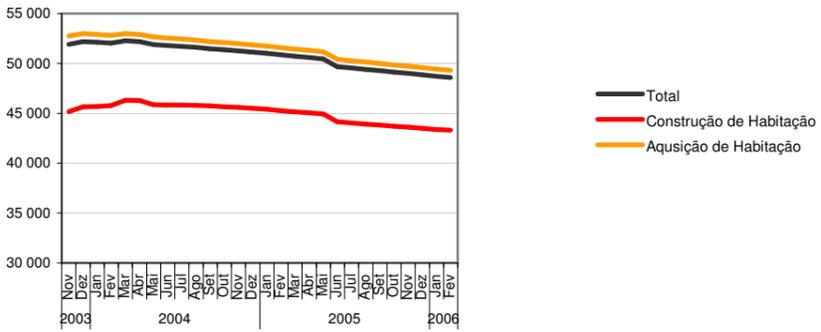


Juros para a Aquisição de Habitação no Regime Bonificado Jovem

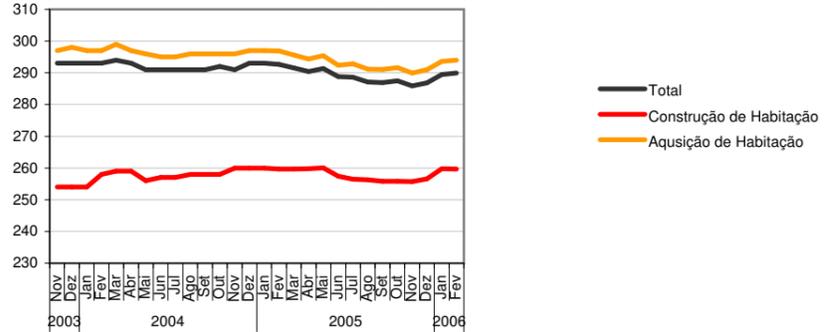
■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais



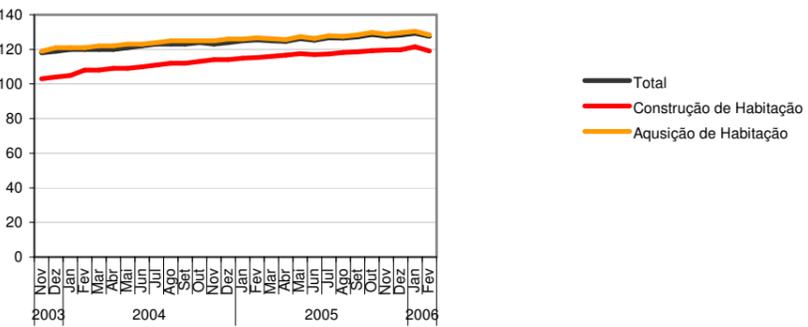
Capital em dívida no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



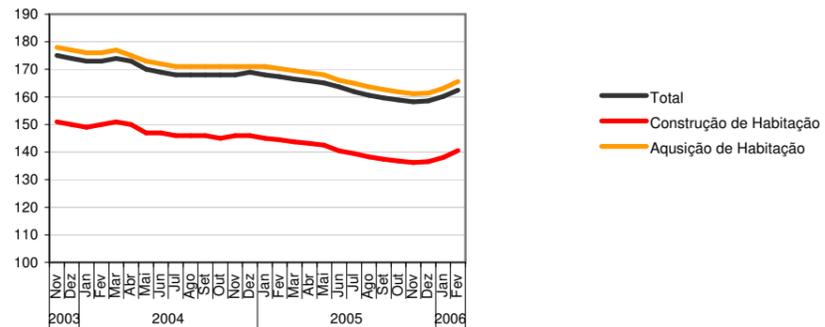
Prestação total no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



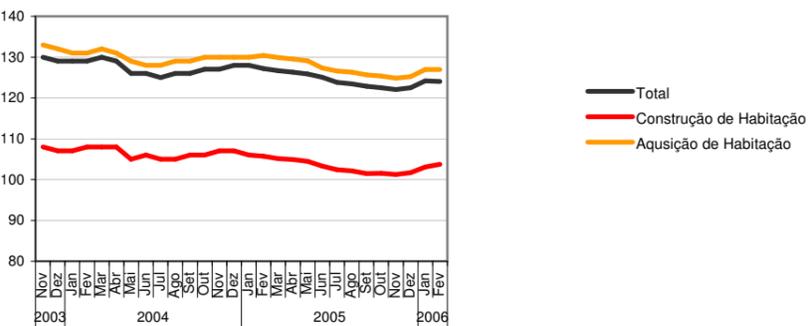
Capital amortizado no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



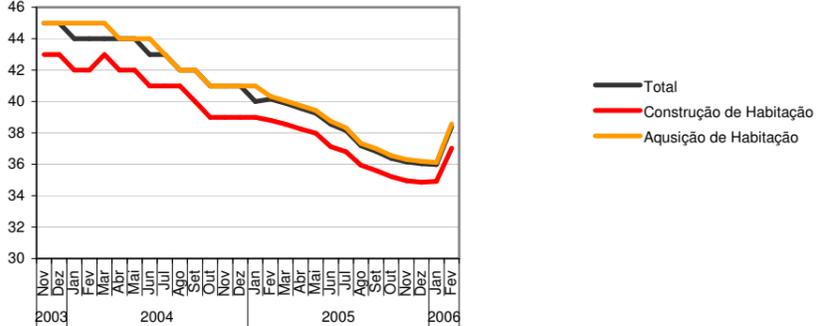
Juros totais no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



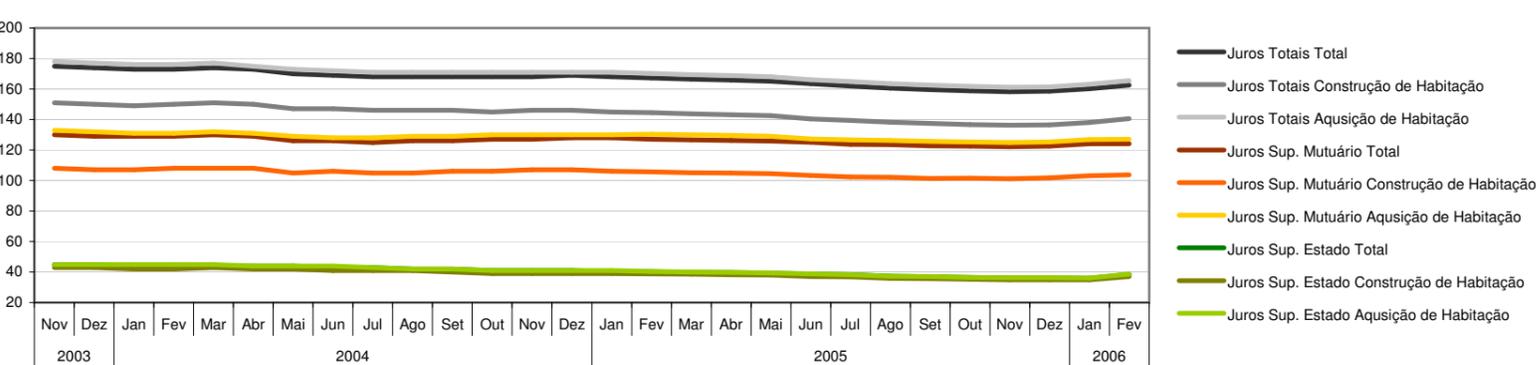
Juros Sup. Mutuário no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



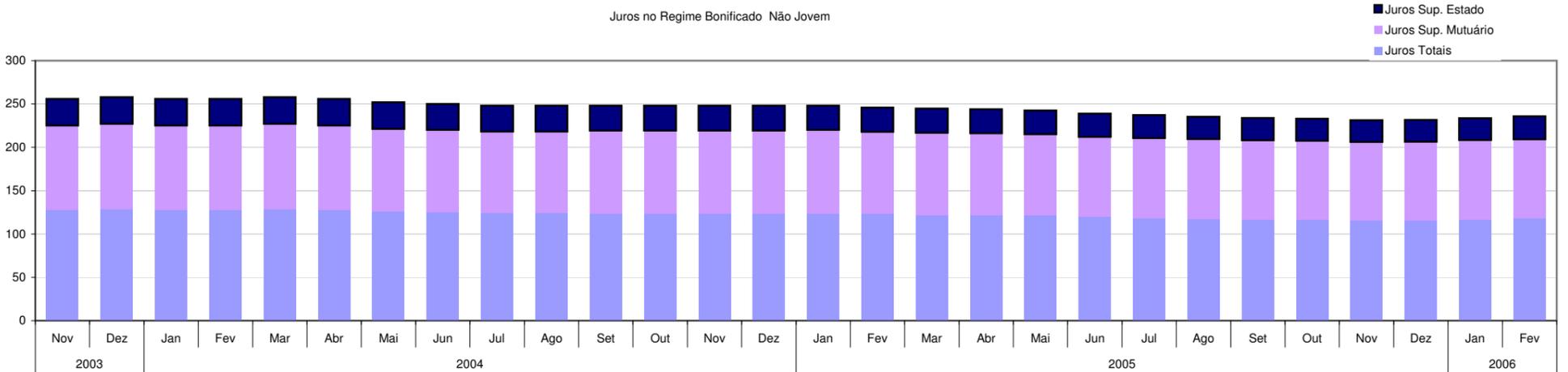
Juros Sup. Estado no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



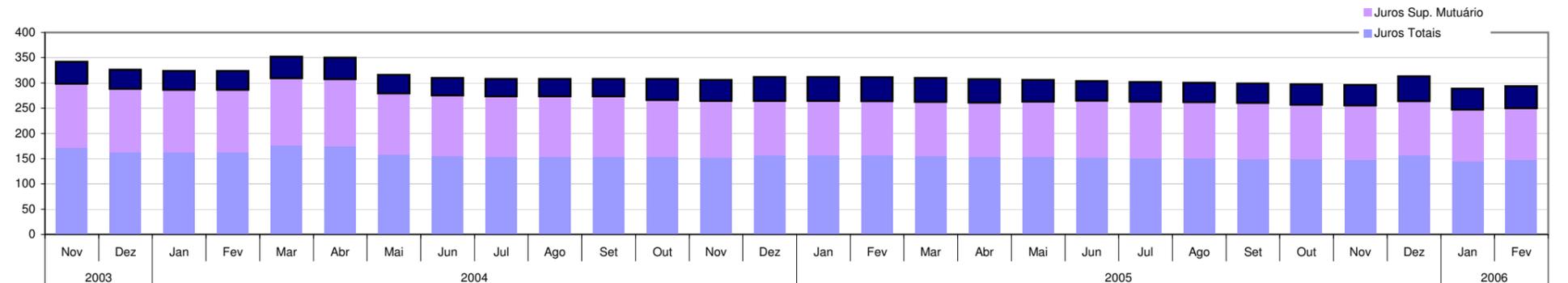
Juros no Crédito à Habitação - Regime Bonificado Jovem por Destino de Financiamento



Juros no Regime Bonificado Não Jovem

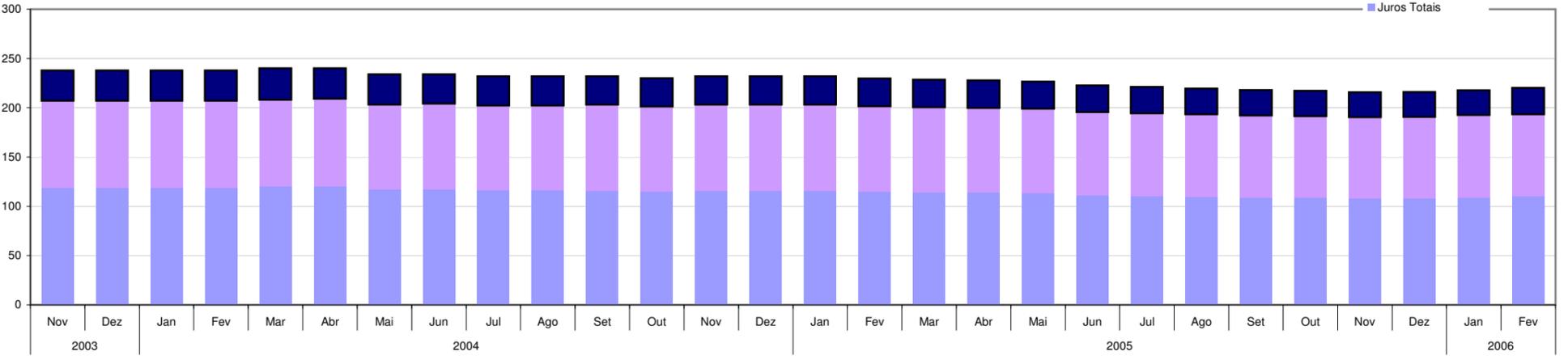


Juros para a Aquisição de terreno para a Construção de Habitação no Regime Bonificado Não Jovem



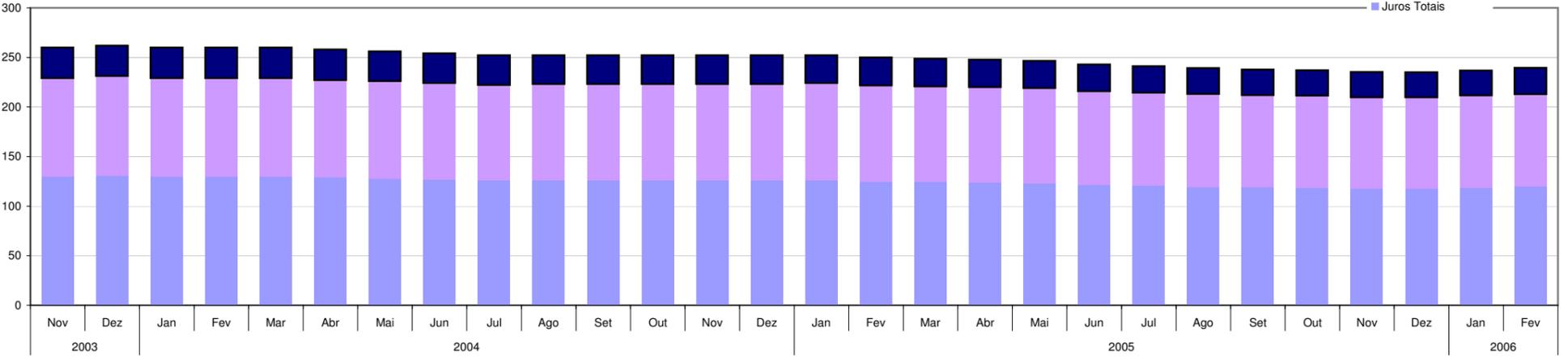
Juros para a Construção de Habitação no Regime Bonificado Não Jovem

■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais

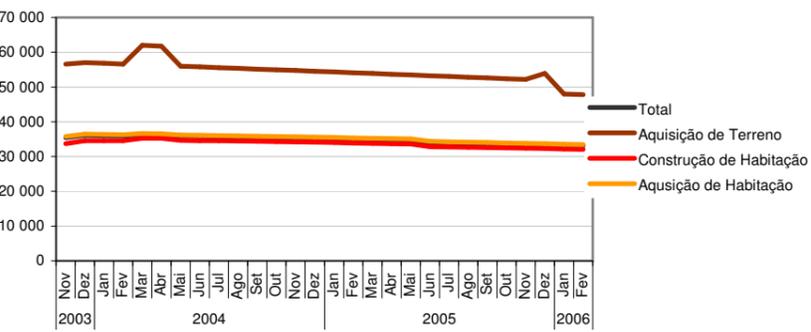


Juros para a Aquisição de Habitação no Regime Bonificado Não Jovem

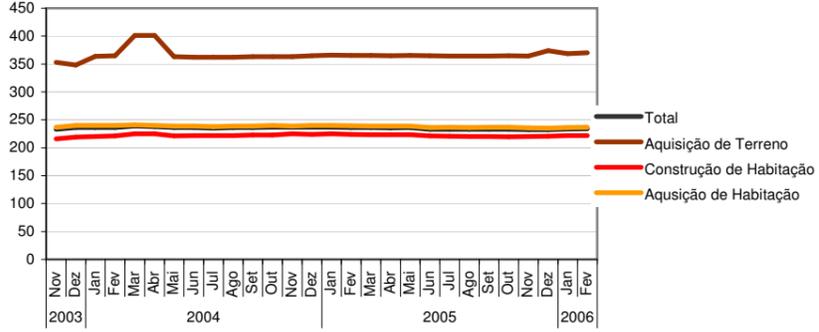
■ Juros Sup. Estado
■ Juros Sup. Mutuário
■ Juros Totais



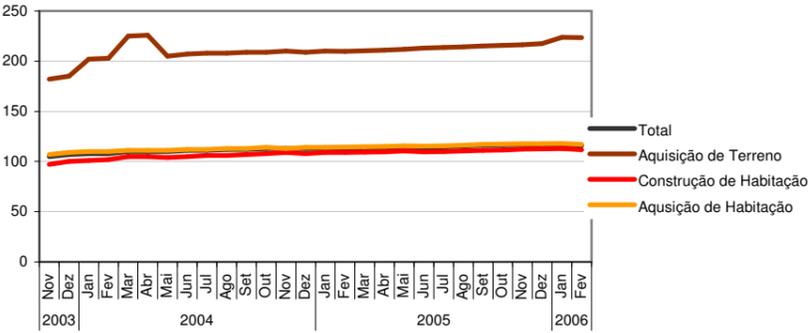
Capital em dívida no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



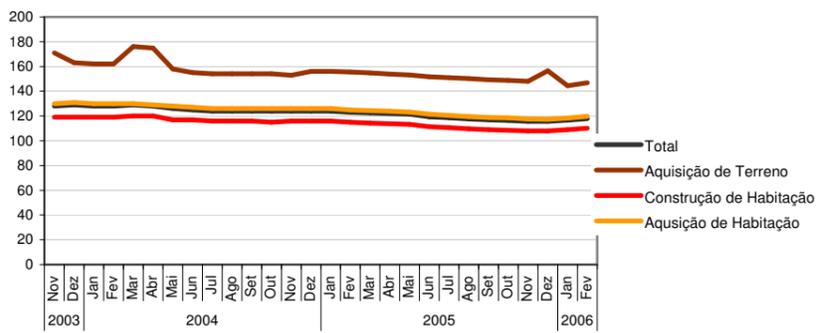
Prestação total no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



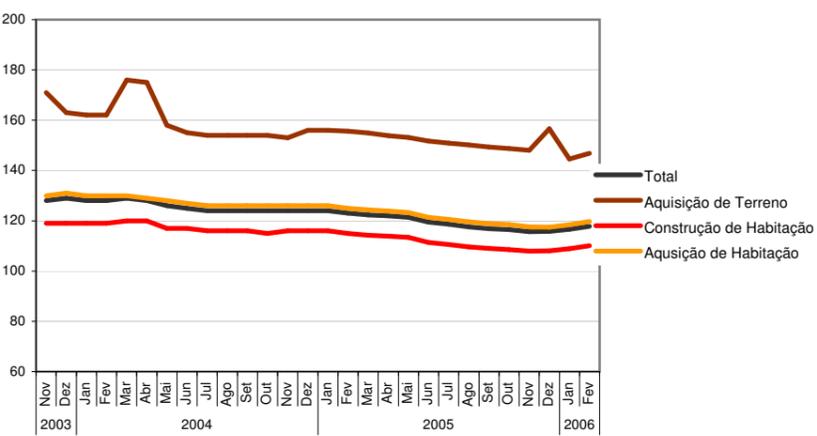
Capital amortizado no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



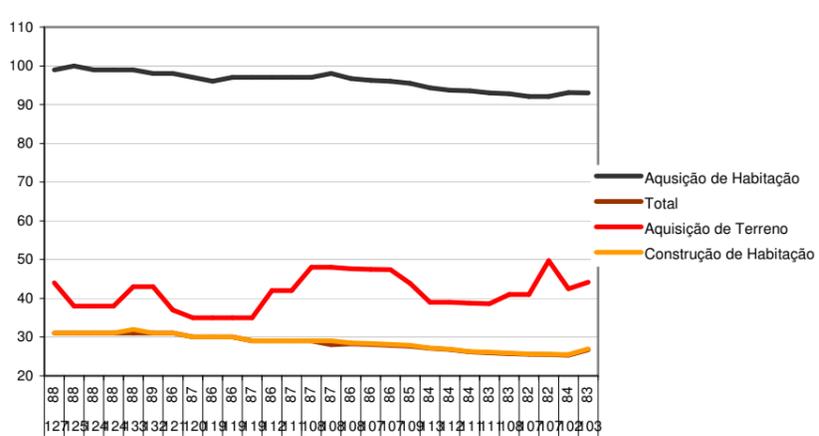
Juros totais no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



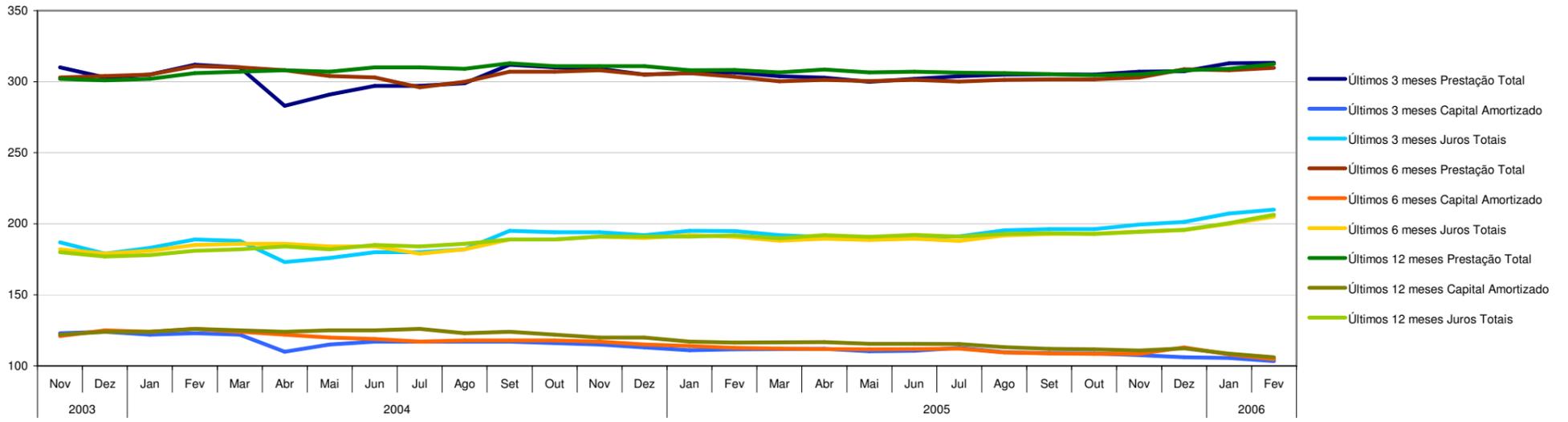
Juros Sup. Mutuário no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



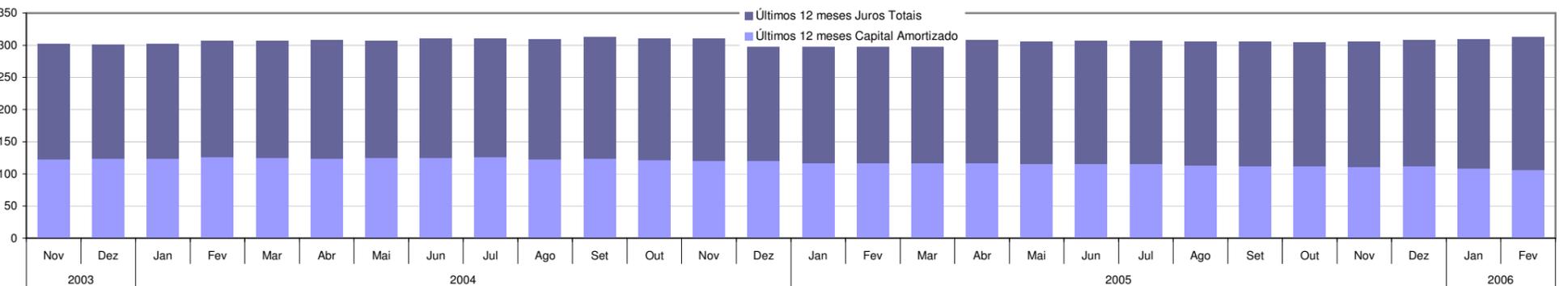
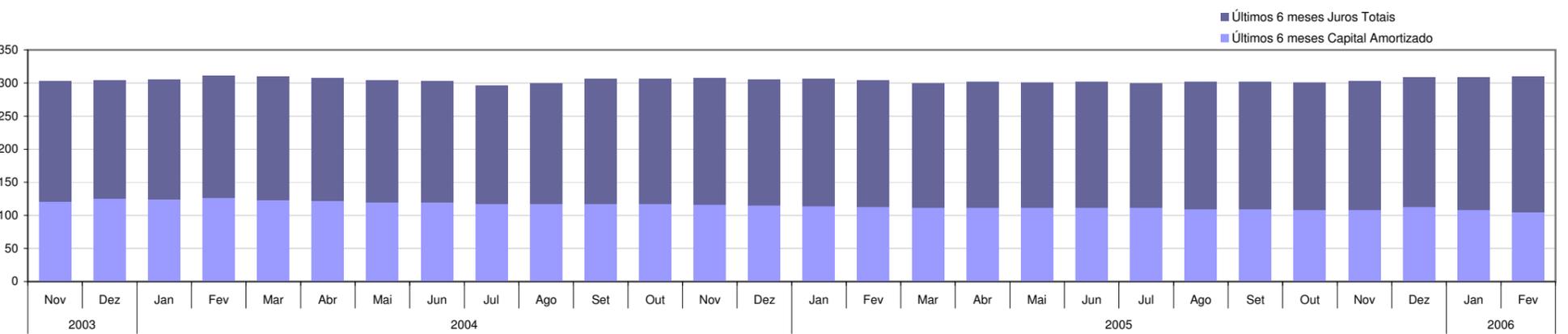
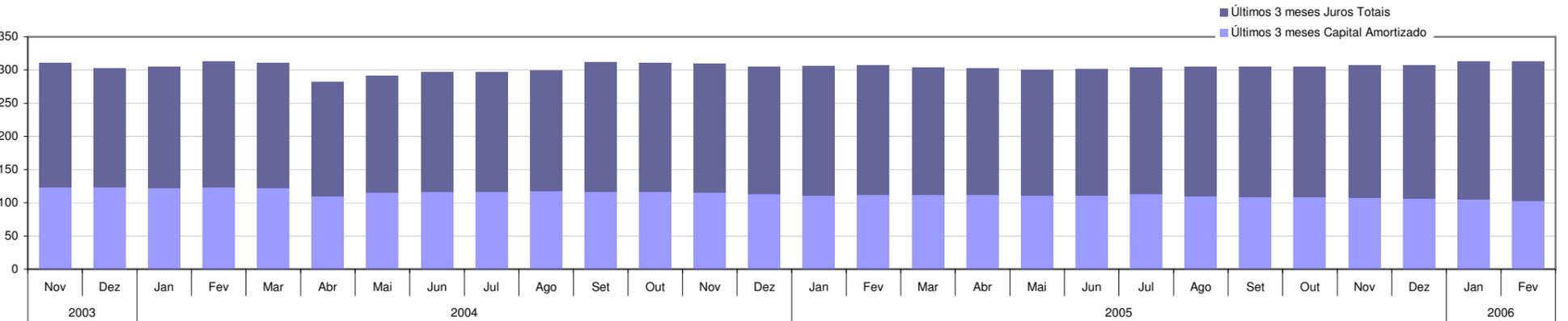
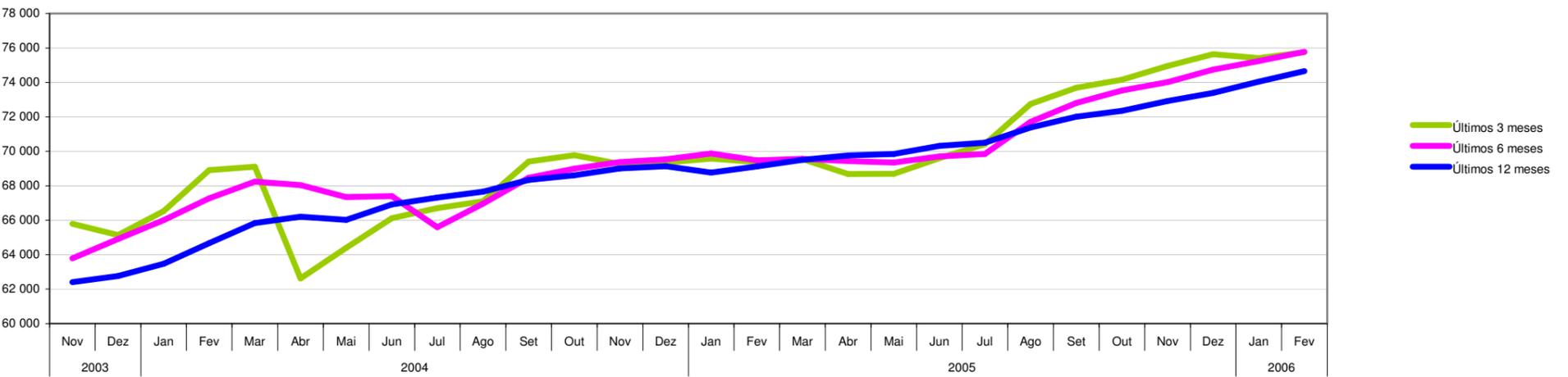
Juros Sup. Estado no Crédito à Habitação - Regime Bonificado não Jovem por Destino de Financiamento



Prestação Média e respectivas componentes no Crédito à Habitação, por período de celebração dos contratos

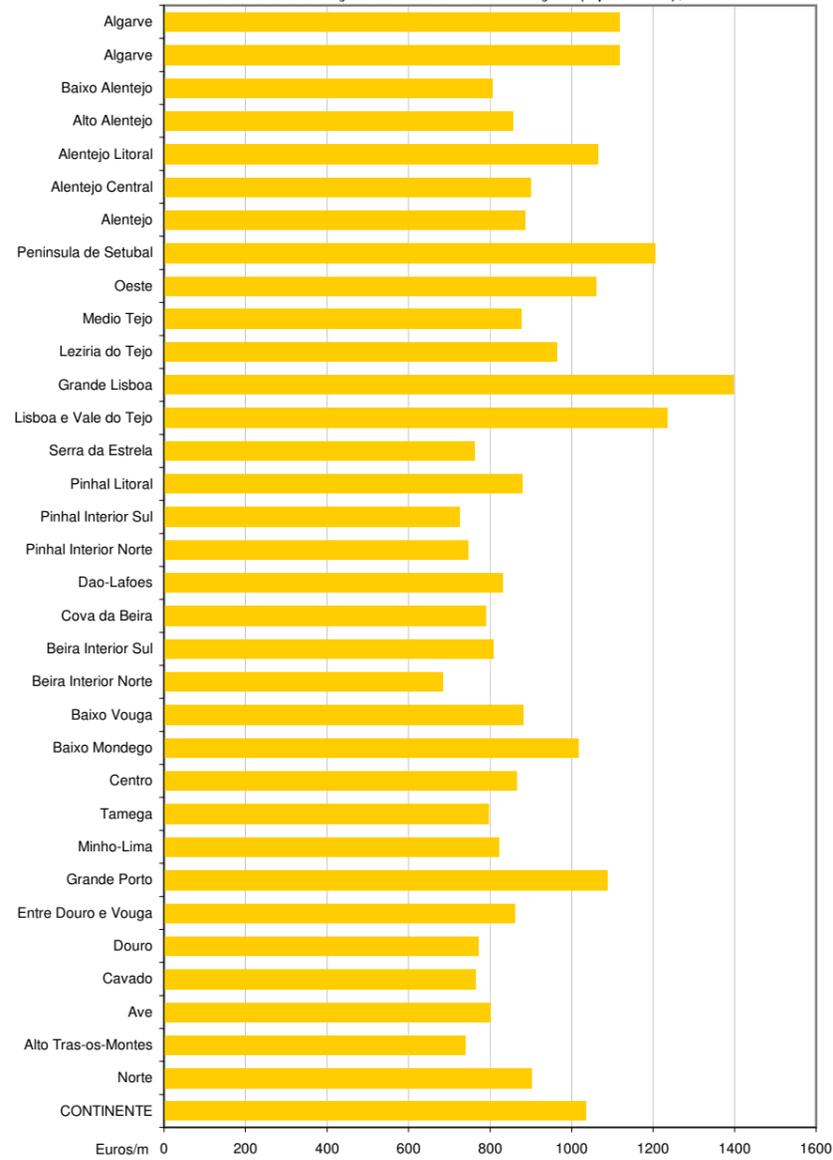


Capital Médio em Dívida no Crédito à Habitação, por período de celebração dos contratos

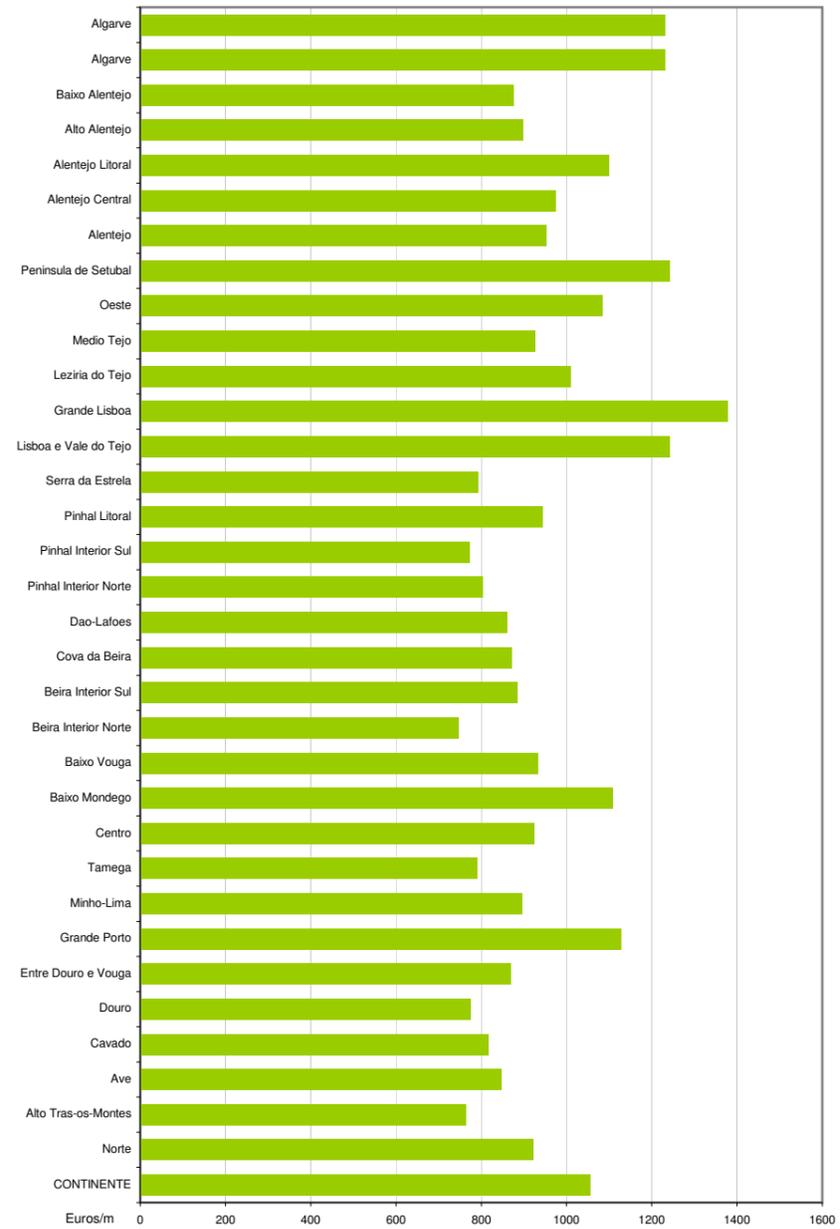


Avaliação Bancária

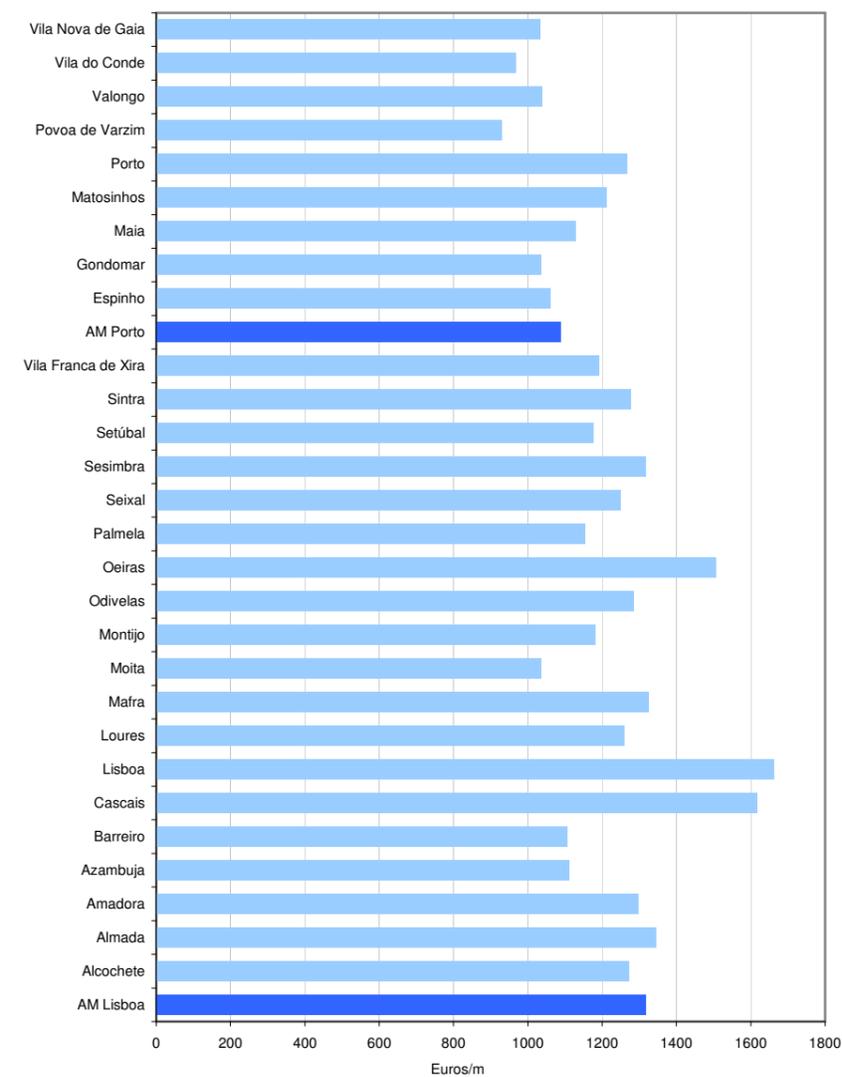
Valores médios de avaliação bancária na habitação (Apt e Mor), 2001



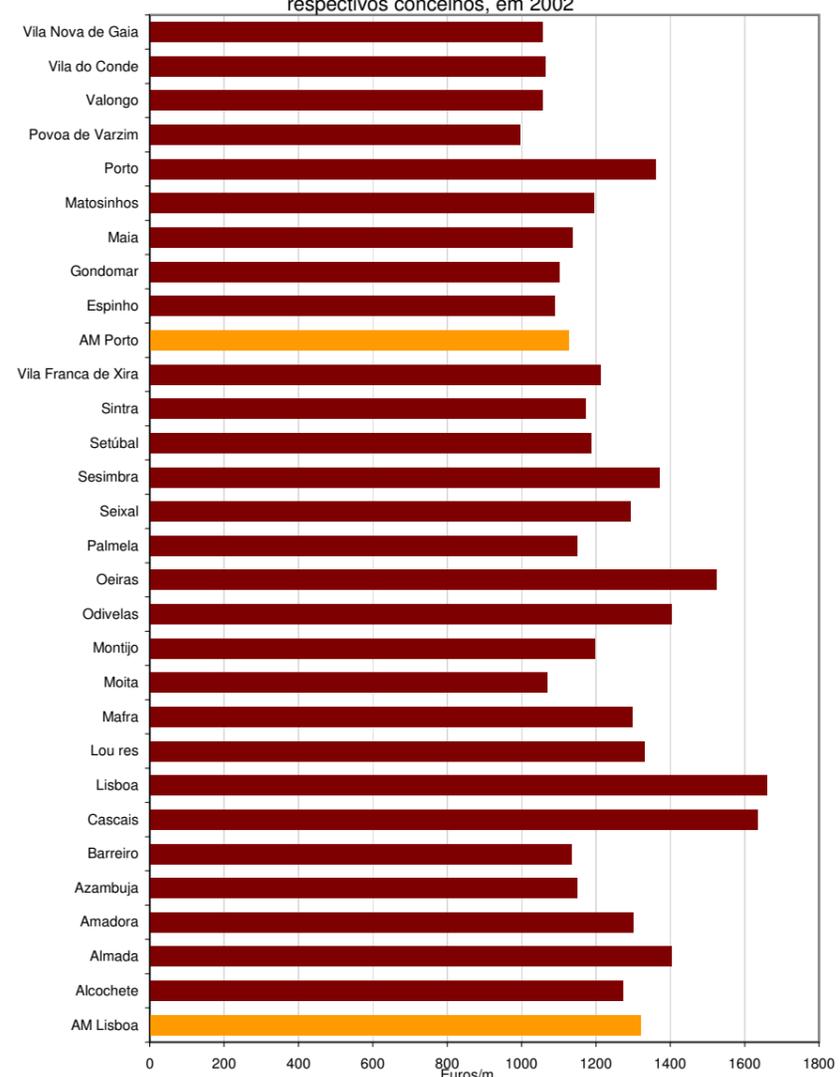
Valores médios de avaliação bancária na habitação (Apt e Mor), 2002



Valores médios de avaliação bancária, nas Áreas metropolitanas e respectivos concelhos, em 2001

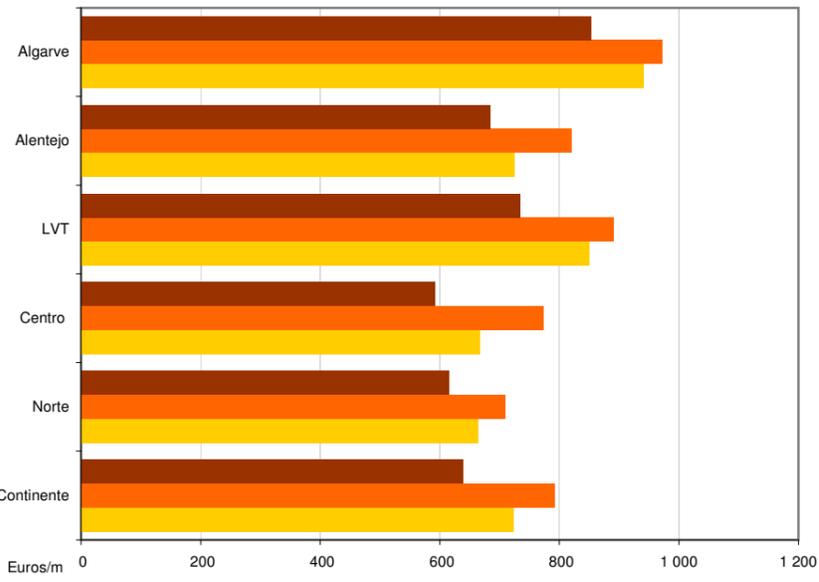


Valores médios de avaliação bancária, nas Áreas metropolitanas e respectivos concelhos, em 2002



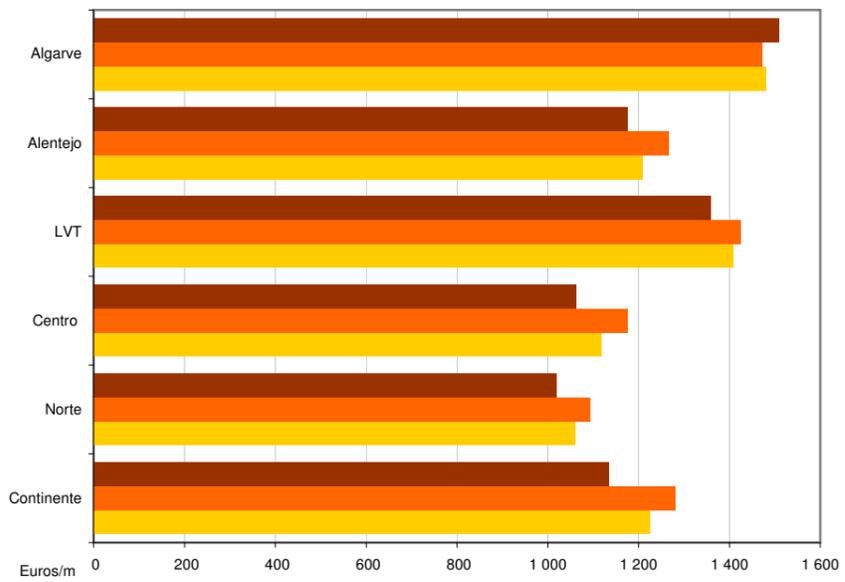
Média dos 25% Menores - 1º Trimestre de 2006

Habitação Apartamentos Moradias



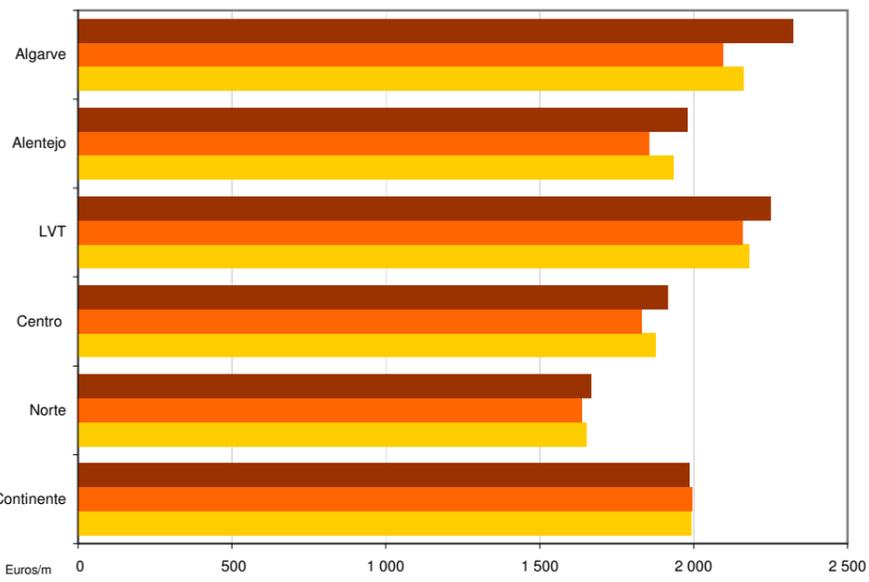
Média Global - 1º Trimestre de 2006

Habitação Apartamentos Moradias



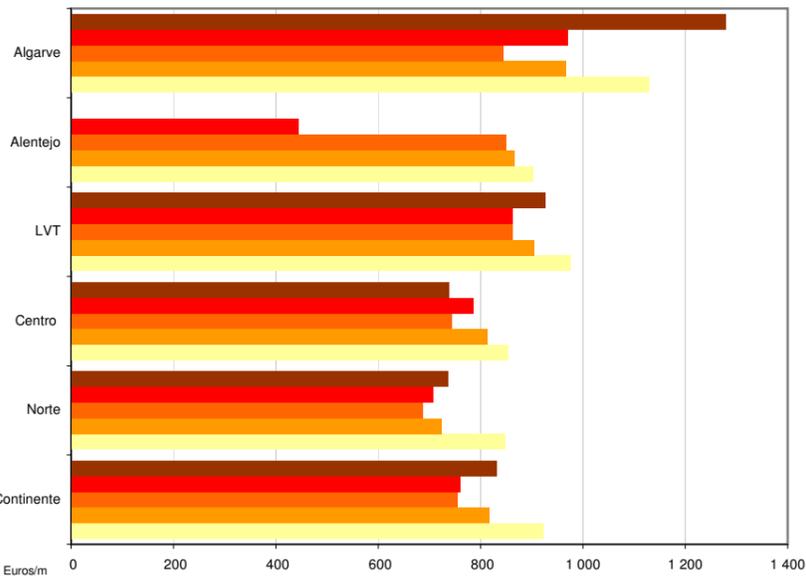
Média dos 25% Maiores - 1º Trimestre de 2006

Habitação Apartamentos Moradias



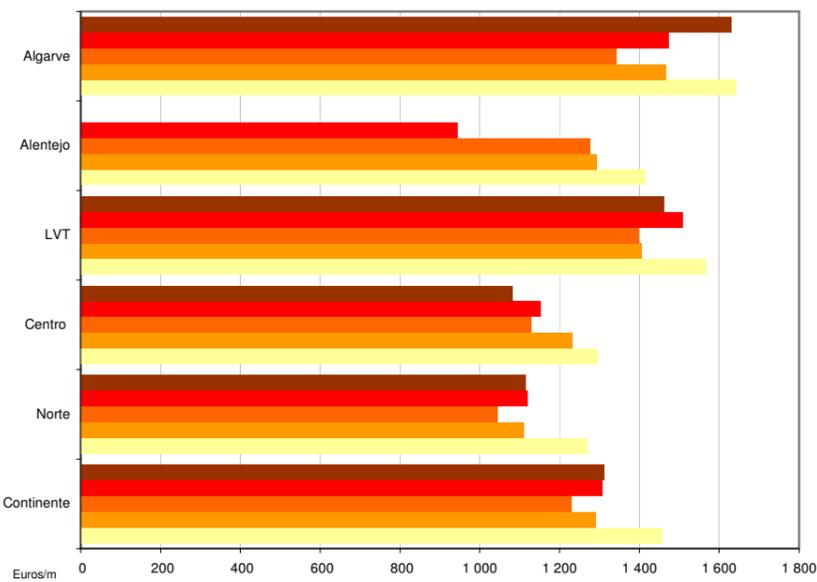
Apartamentos - Média dos 25% Menores

T1 ou inferior T2 T3 T4 T5 ou superior



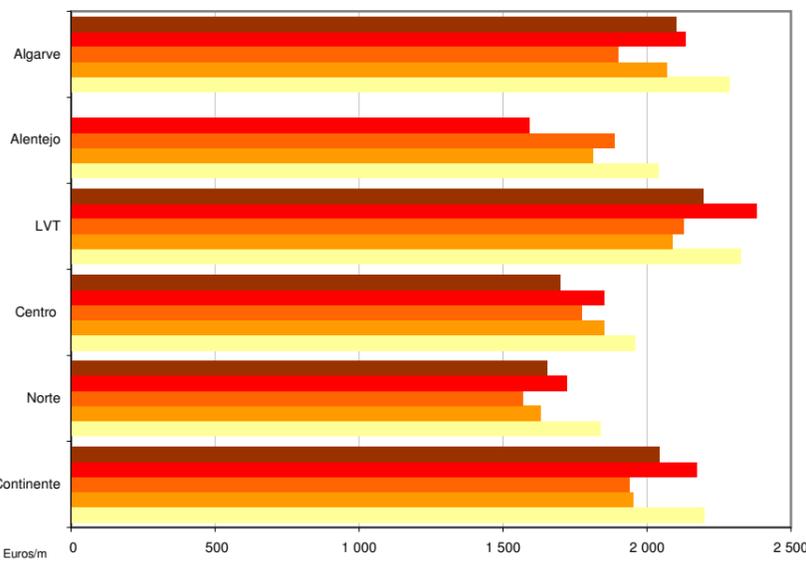
Apartamentos - Média Global

T1 ou inferior T2 T3 T4 T5 ou superior



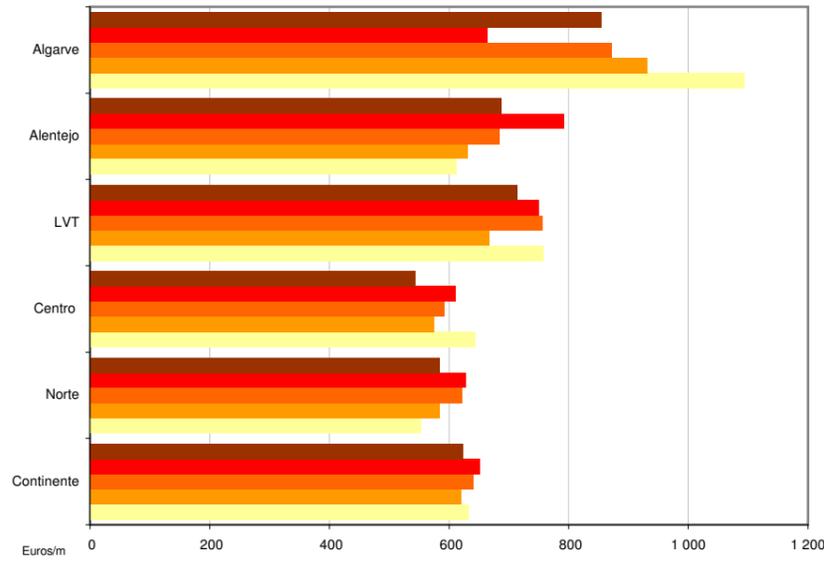
Apartamentos - Média dos 25% Maiores

T1 ou inferior T2 T3 T4 T5 ou superior

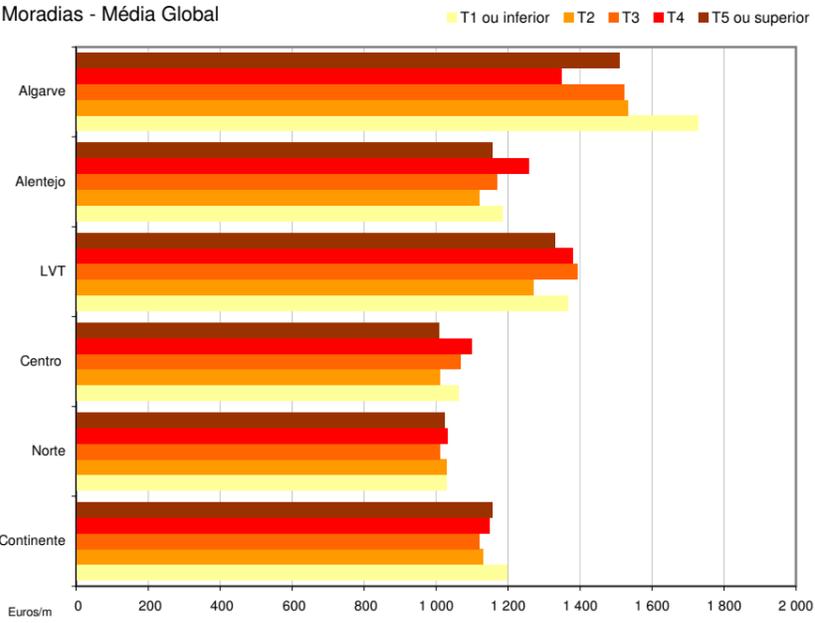


Moradias - Média dos 25% Menores

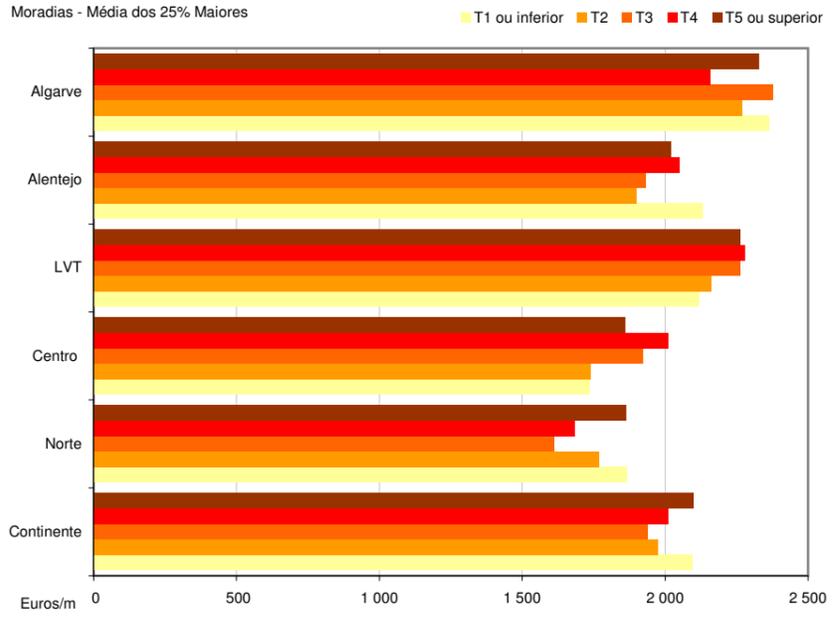
T1 ou inferior T2 T3 T4 T5 ou superior



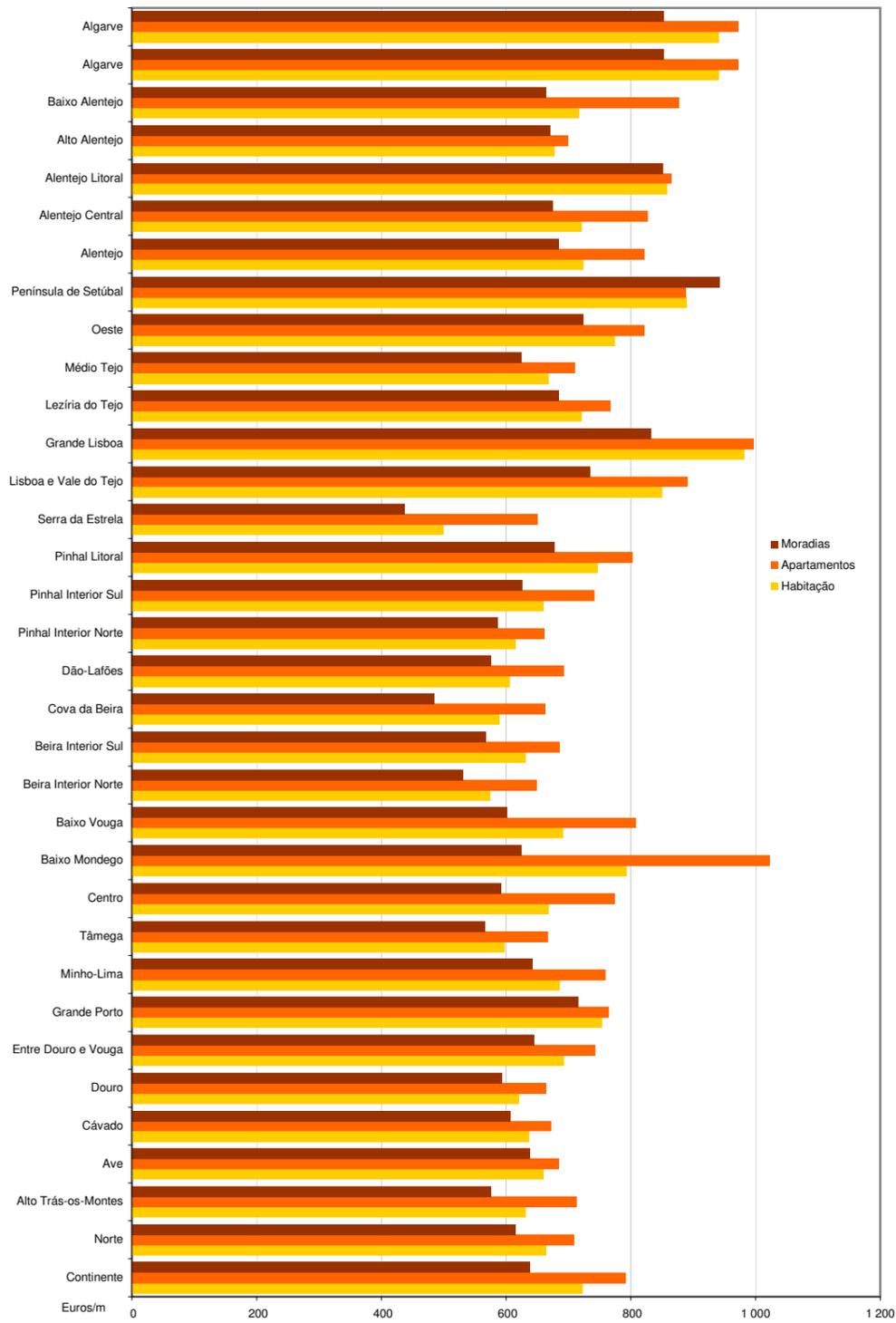
Moradias - Média Global



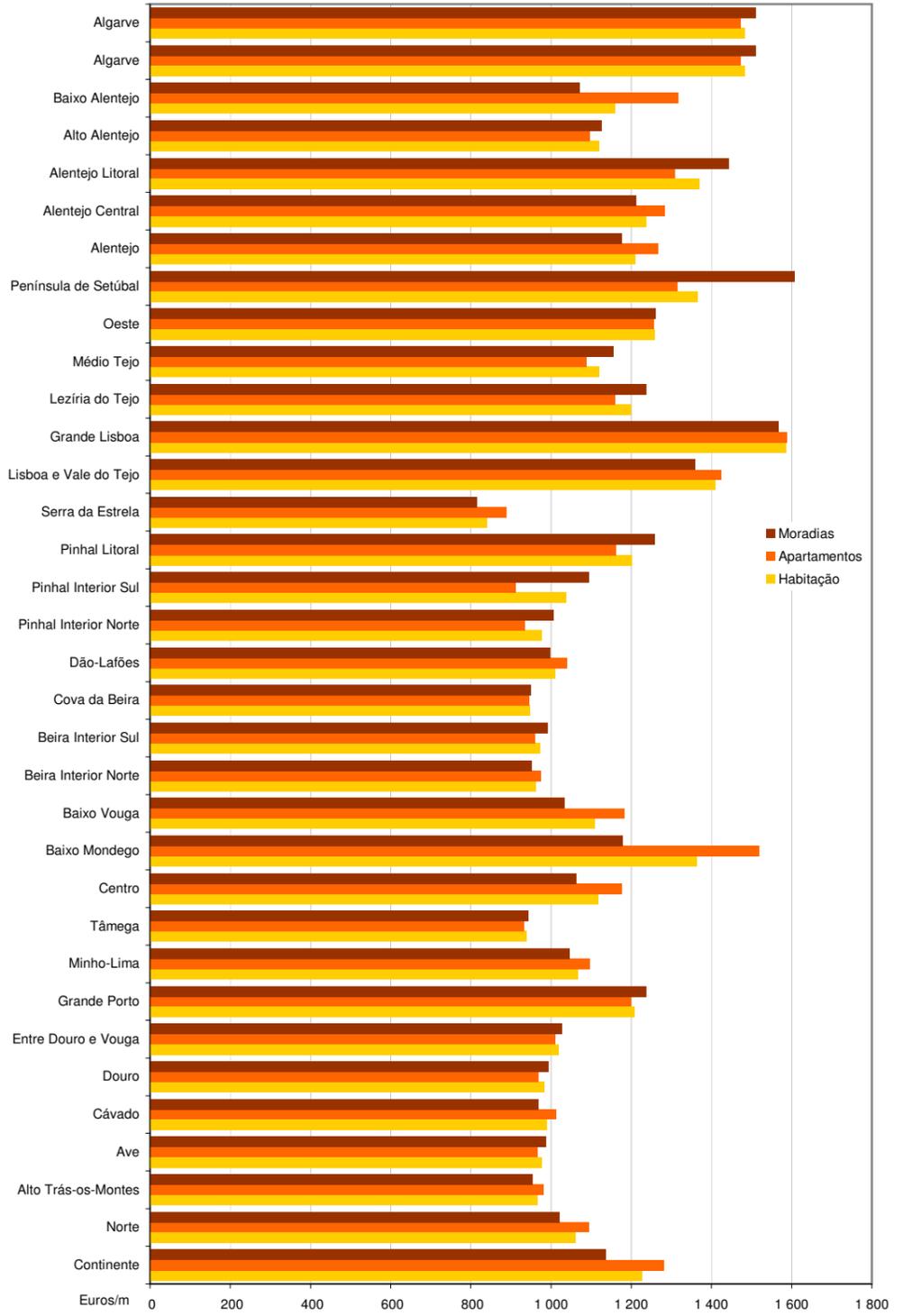
Moradias - Média dos 25% Maiores



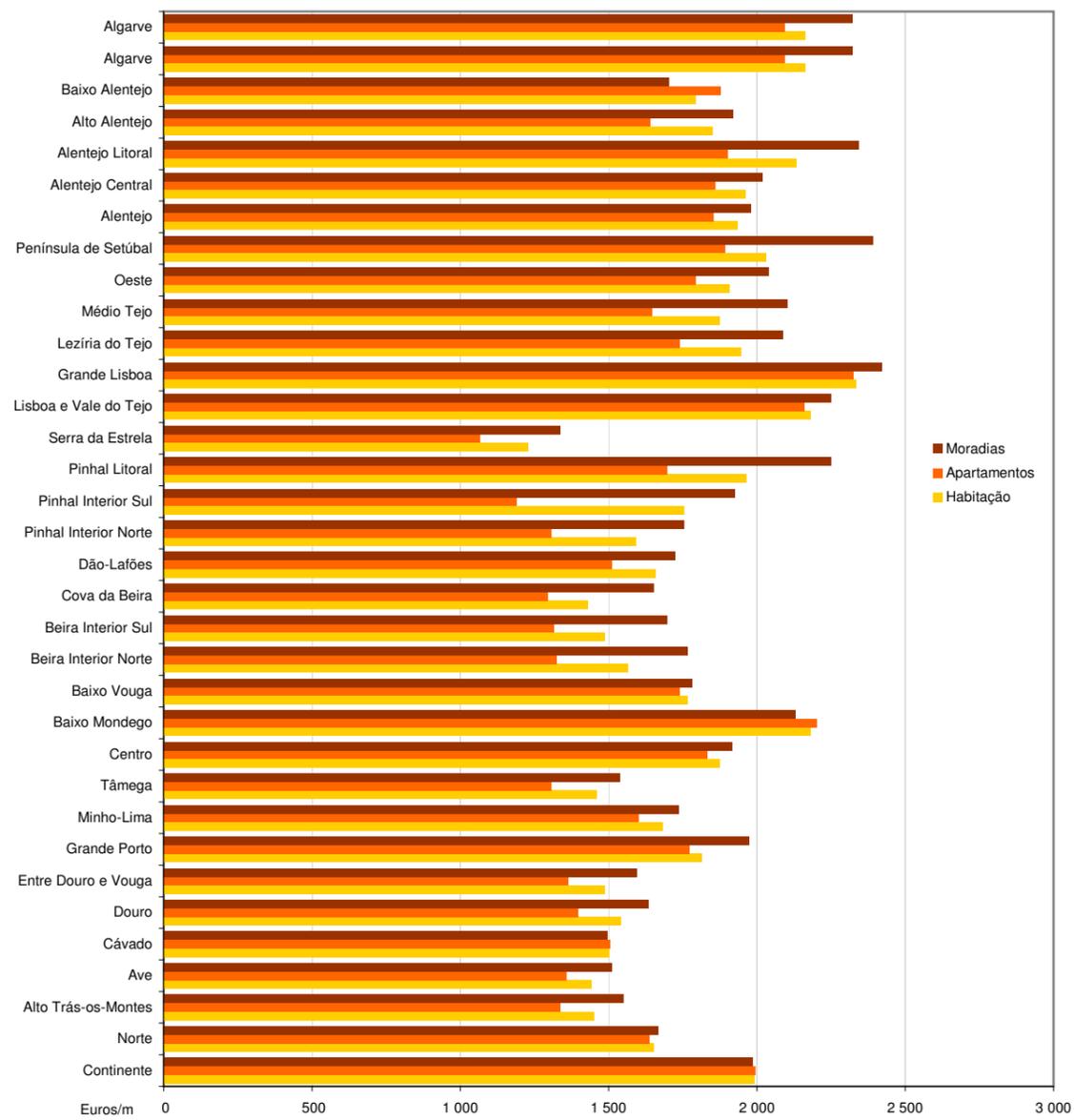
Média dos 25% Menores - 1º Trimestre de 2006



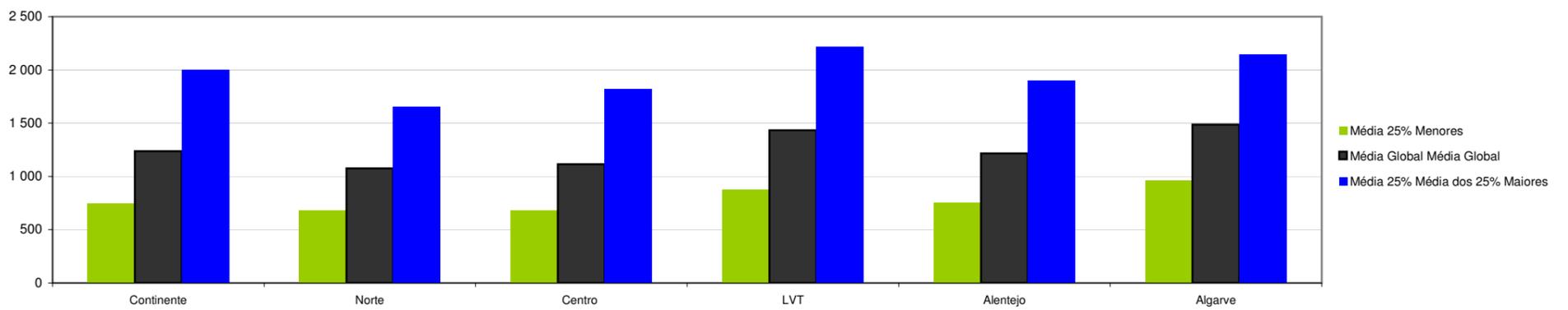
Média Global - 1º Trimestre de 2006



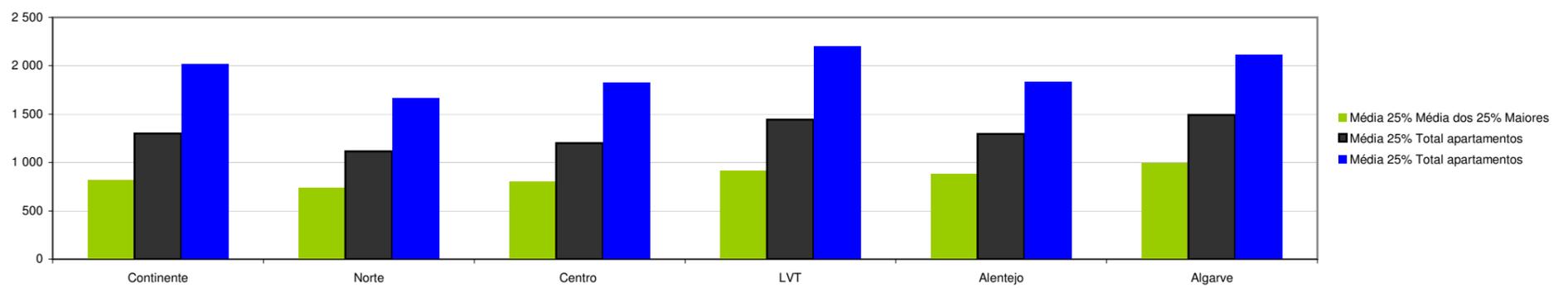
Média 25% Maiores - 1º Trimestre de 2006



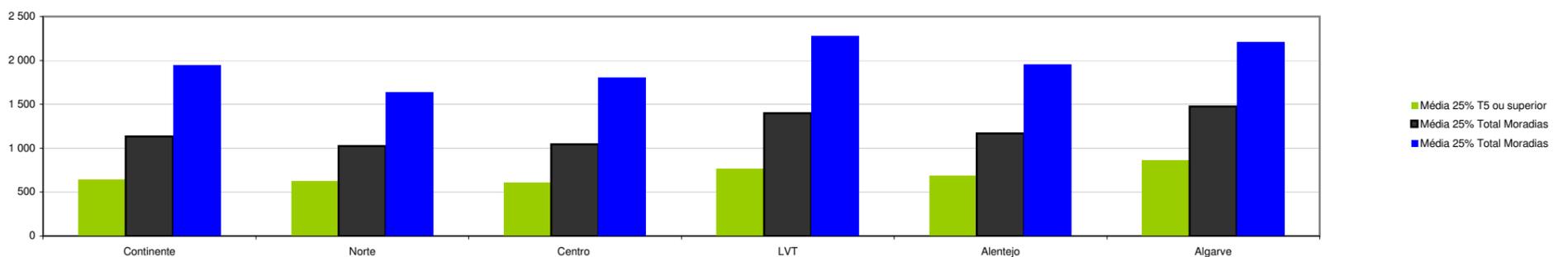
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação para a Habitação - 4º Trimestre de 2005



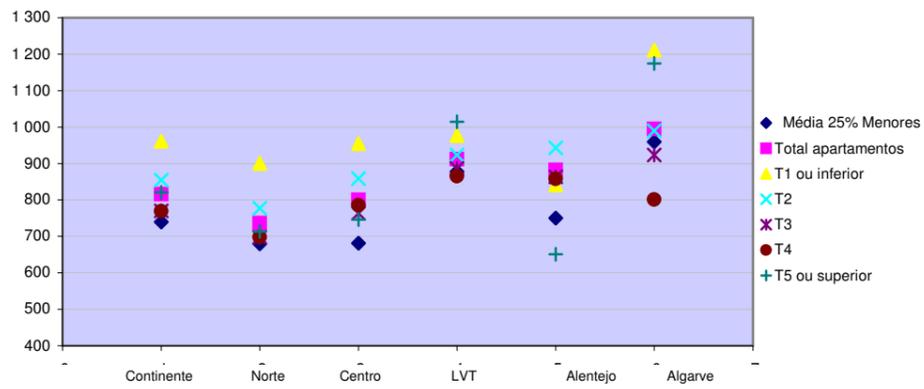
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação para os Apartamentos - 4º Trimestre de 2005



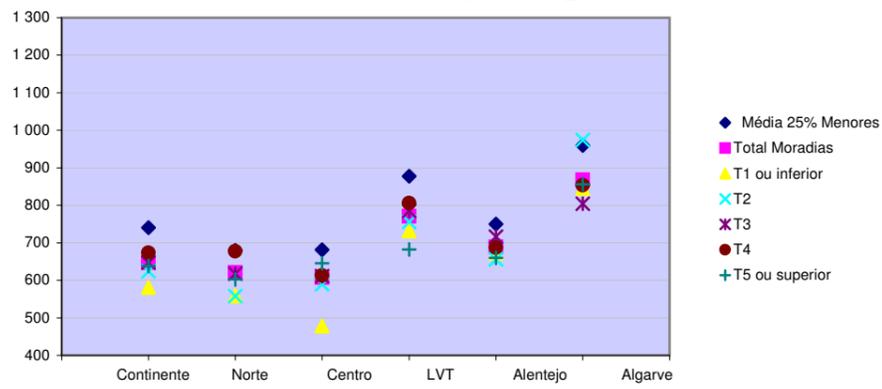
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação para as Moradias - 4º Trimestre de 2005



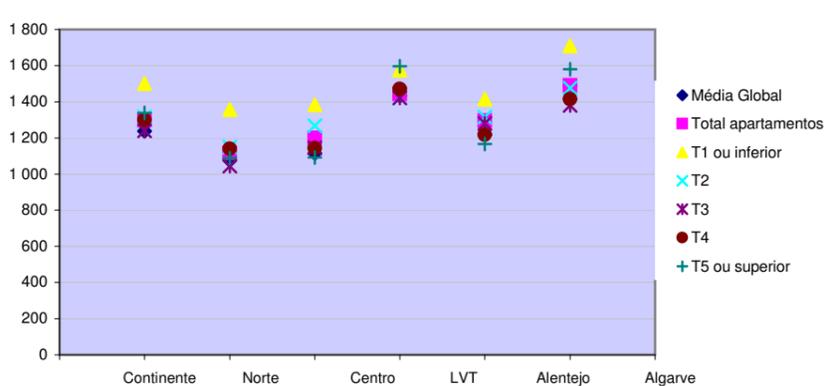
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Apartamentos, média dos 25% menores- 4º Trimestre de 2005



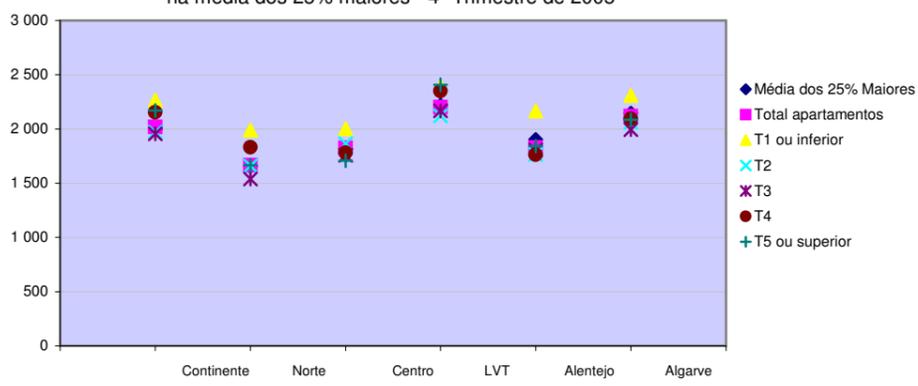
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Moradias, na média dos 25% menores- 4º Trimestre de 2005



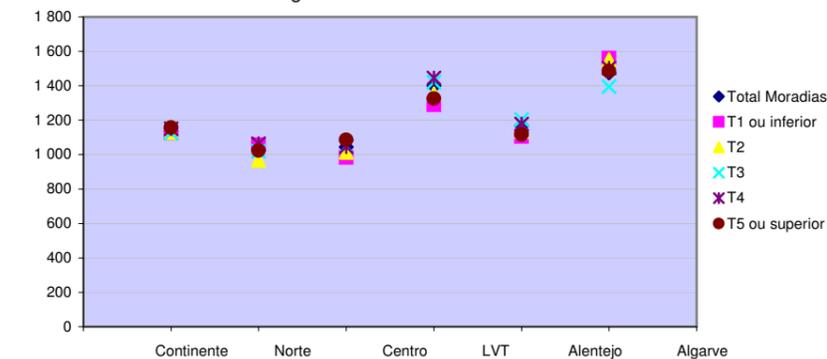
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Apartamentos, na média global - 4º Trimestre de 2005



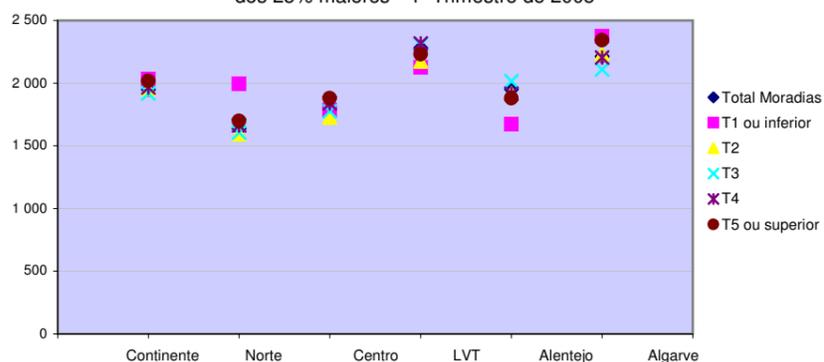
Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Apartamentos, na média dos 25% maiores - 4º Trimestre de 2005



Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Moradias, na média global - 4º Trimestre de 2005

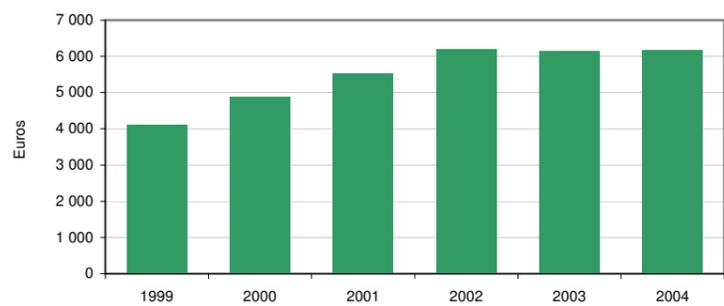


Valores Unitários de Avaliação Bancária de Habitação no total e para Moradias, na média dos 25% maiores - 4º Trimestre de 2005

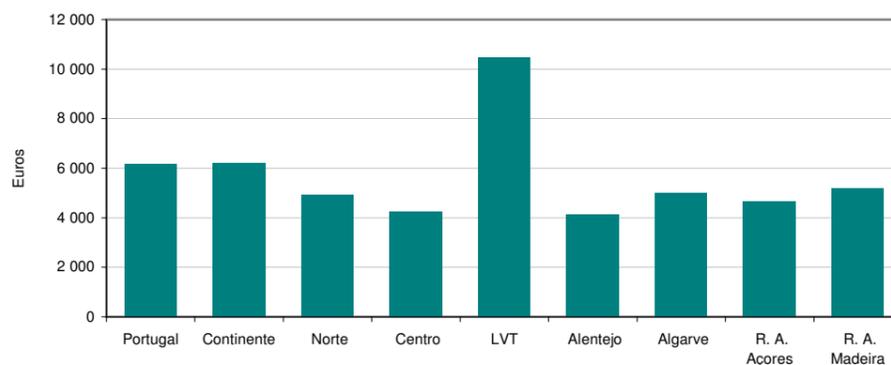


Fonte: INE, Valores de Avaliação Bancária na Habitação, 2006

Evolução do crédito à habitação por habitante em Portugal



Crédito à habitação por habitante, 2004



Fonte: INE, Valores de Avaliação Bancária na Habitação, 2006

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE ENGENHARIA

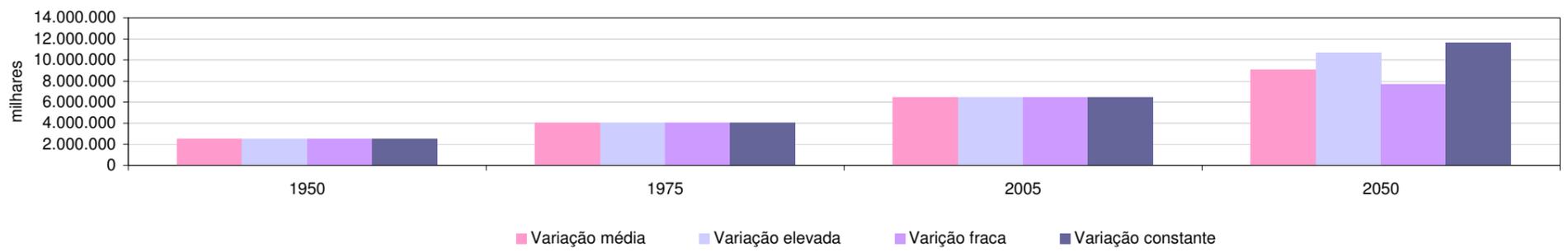
PERSPECTIVAS

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA

Perspectivas Futuras

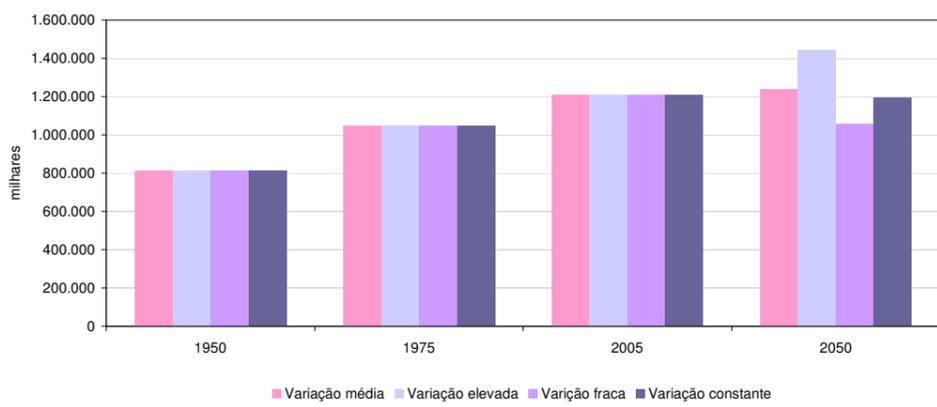
População e Indicadores Demográficos

População mundial

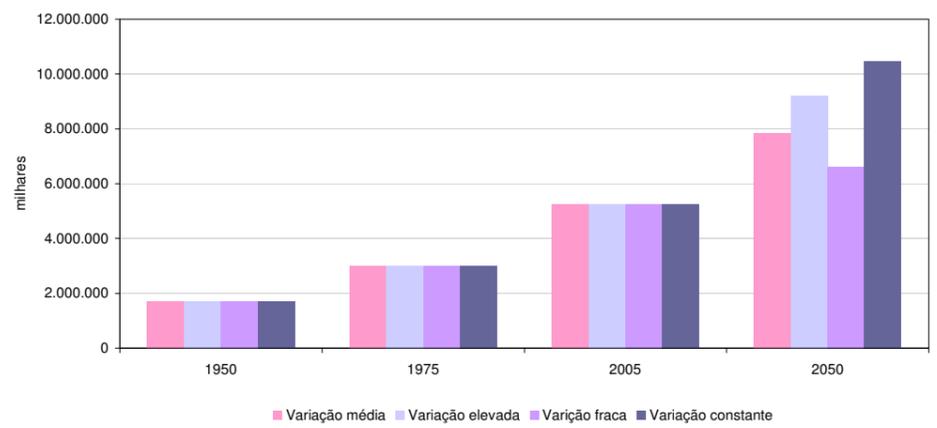


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Regiões desenvolvidas

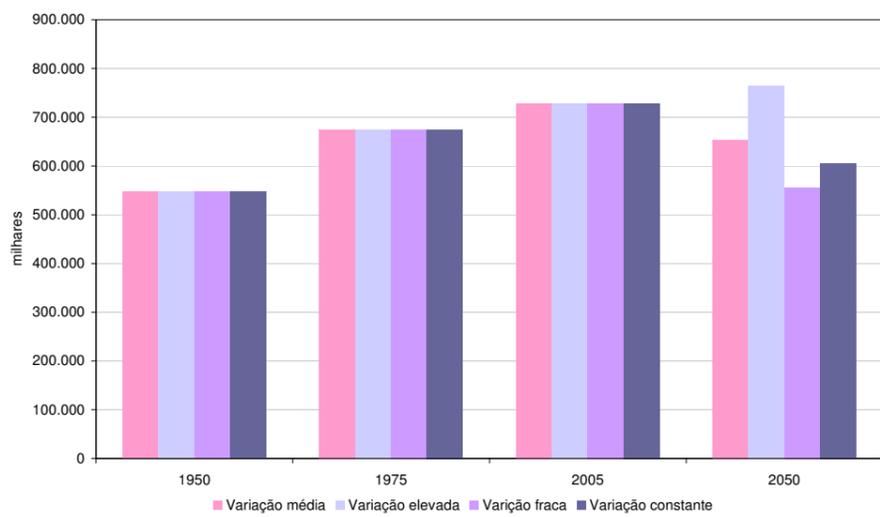


Regiões menos desenvolvidas

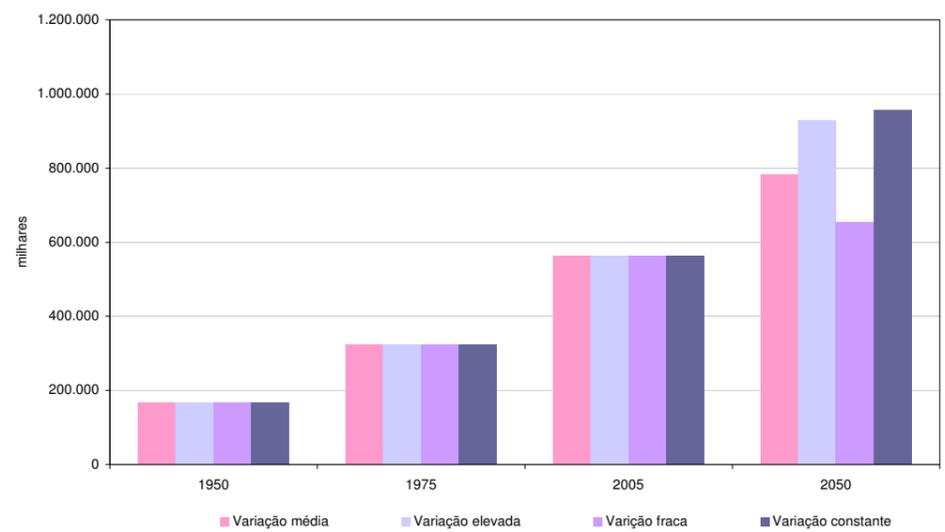


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Europa

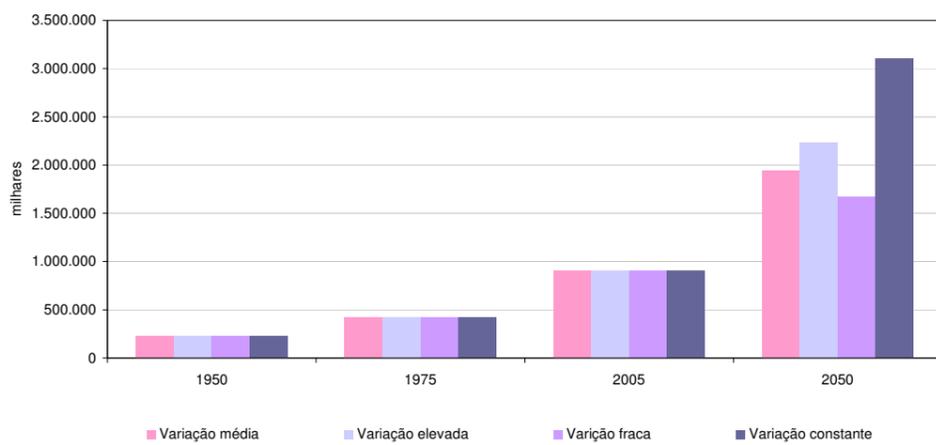


América Latina e Caraíbas

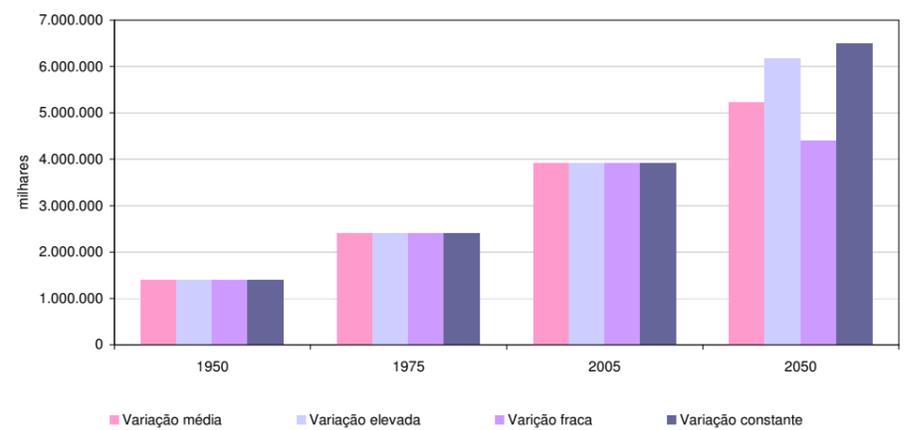


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

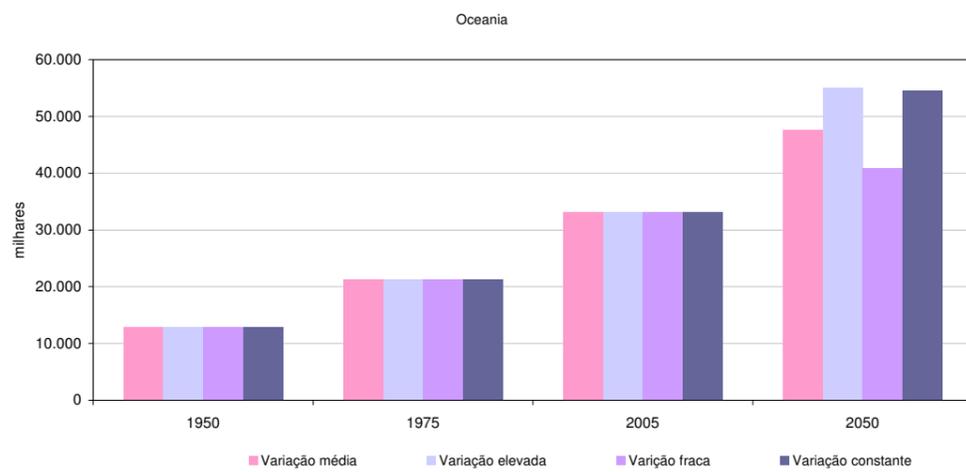
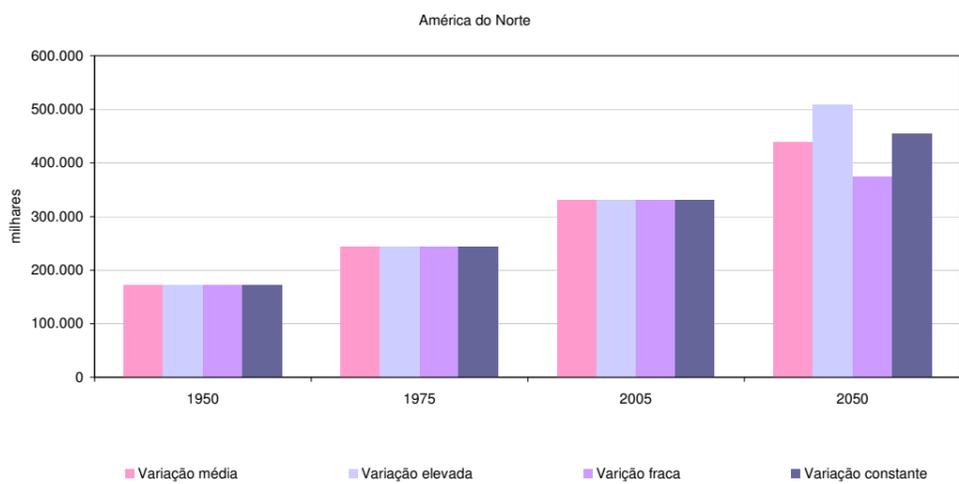
África



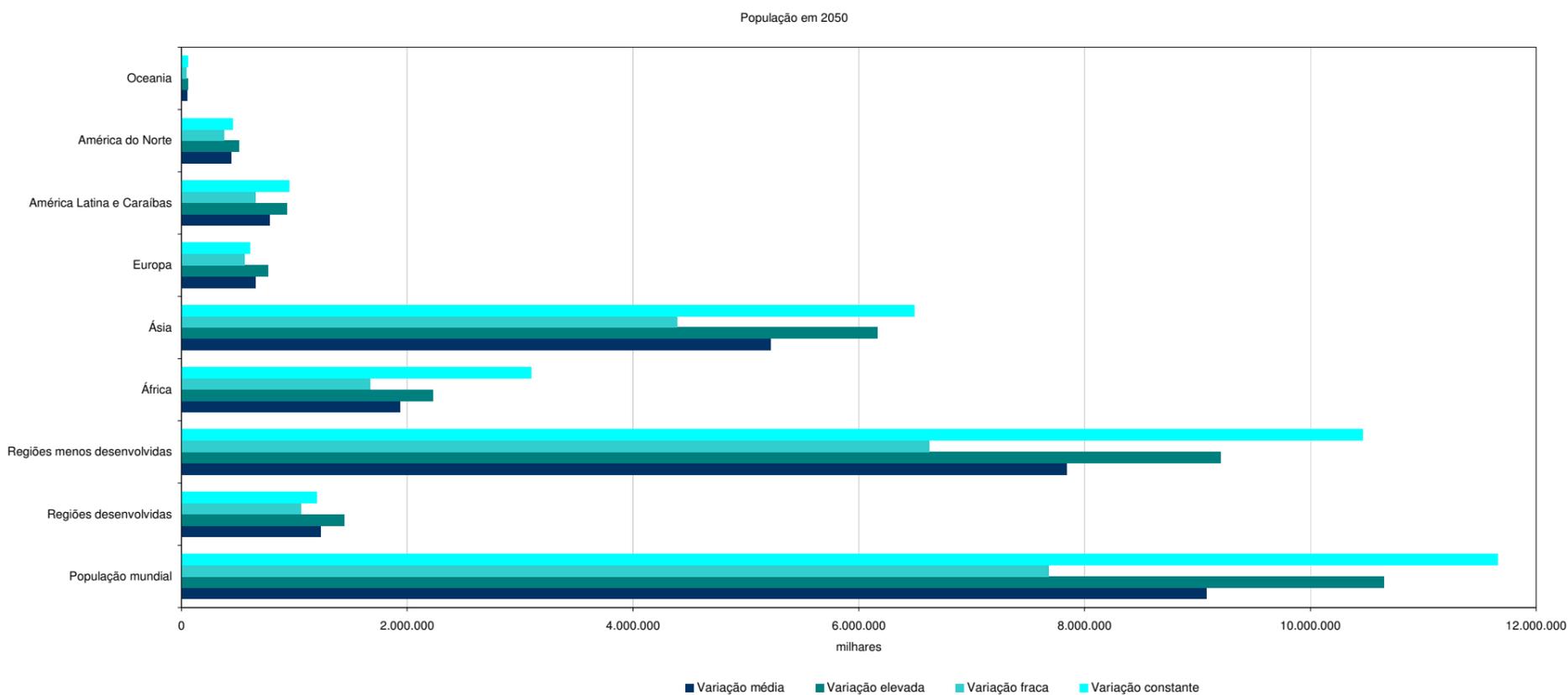
Ásia



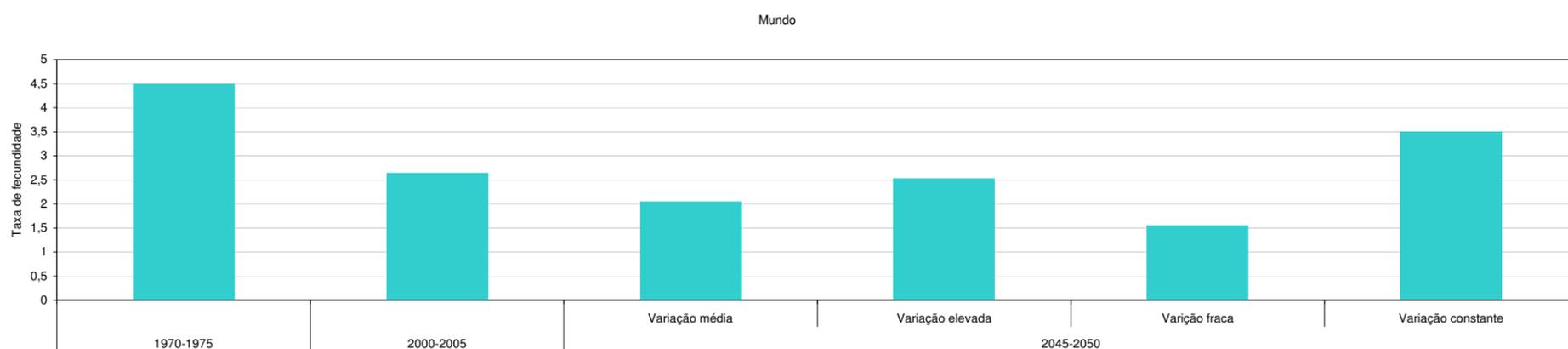
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU



Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU



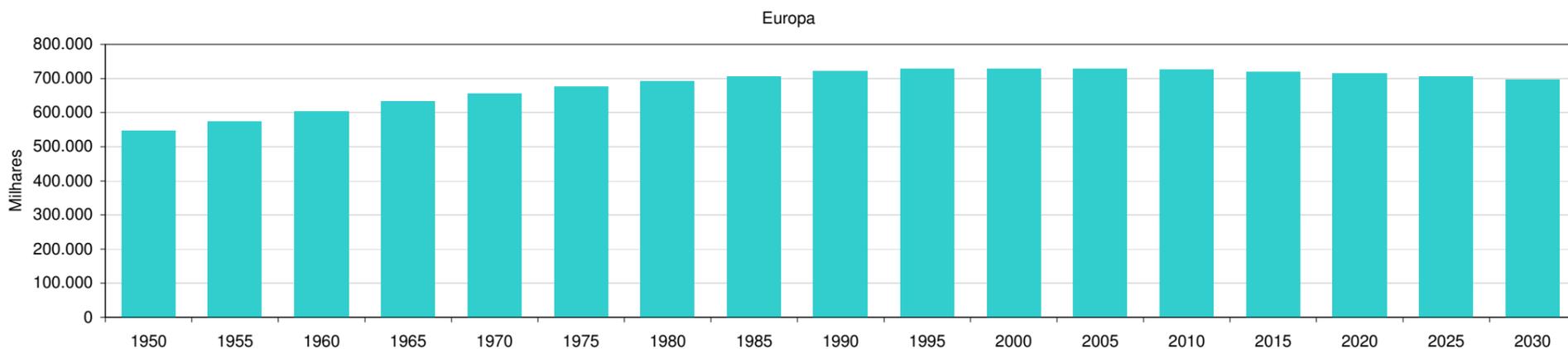
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU



Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

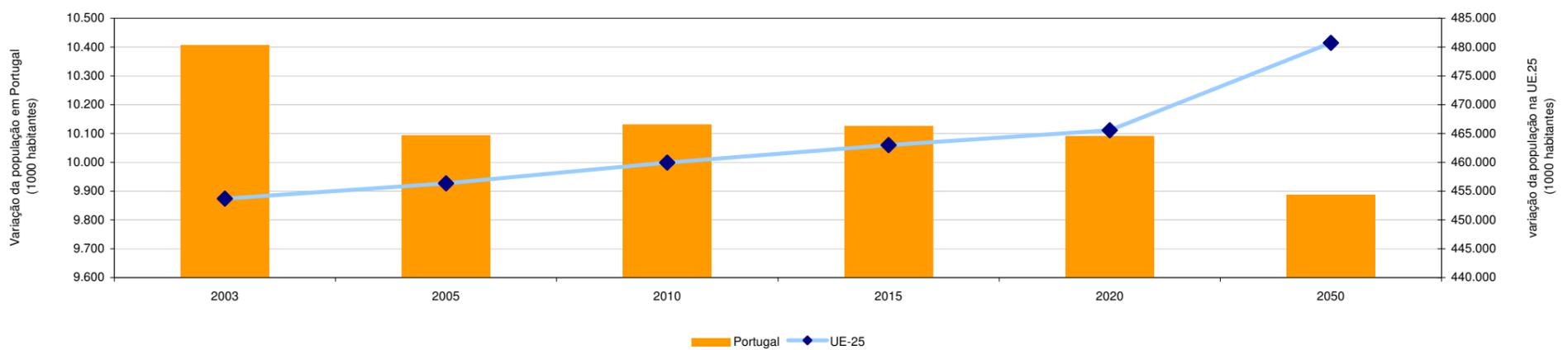
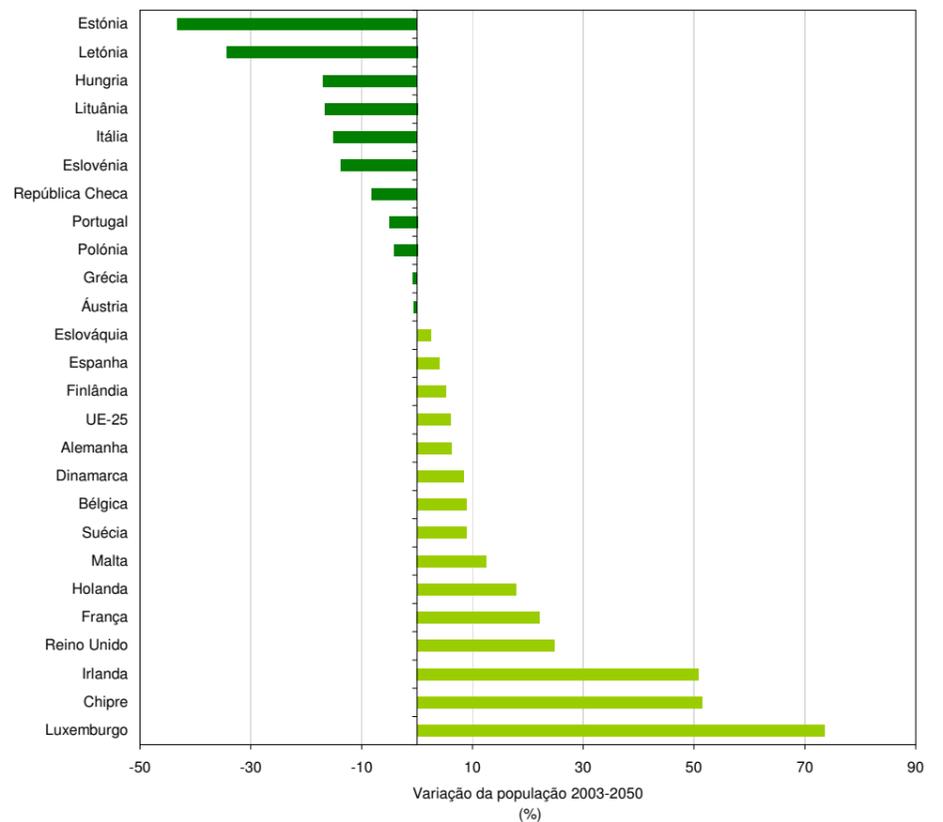
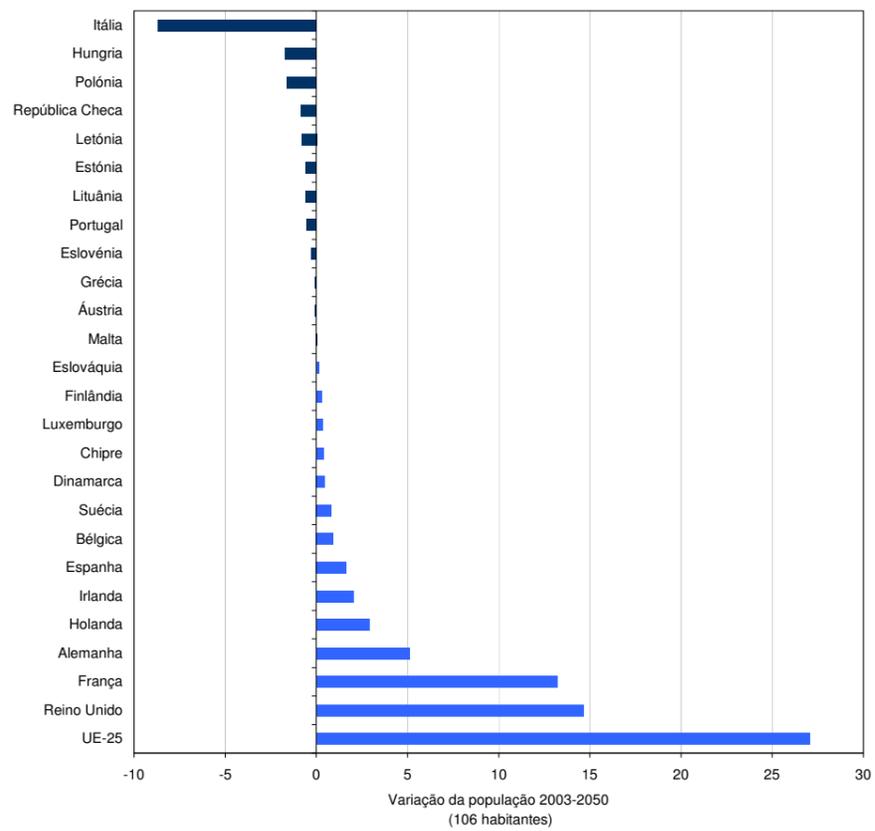
População total nos países da Europa

Nota: Estatísticas entre 1950 e 2005, em cada cinco anos, e previsões entre 2005 e 2030, em cada cinco anos.



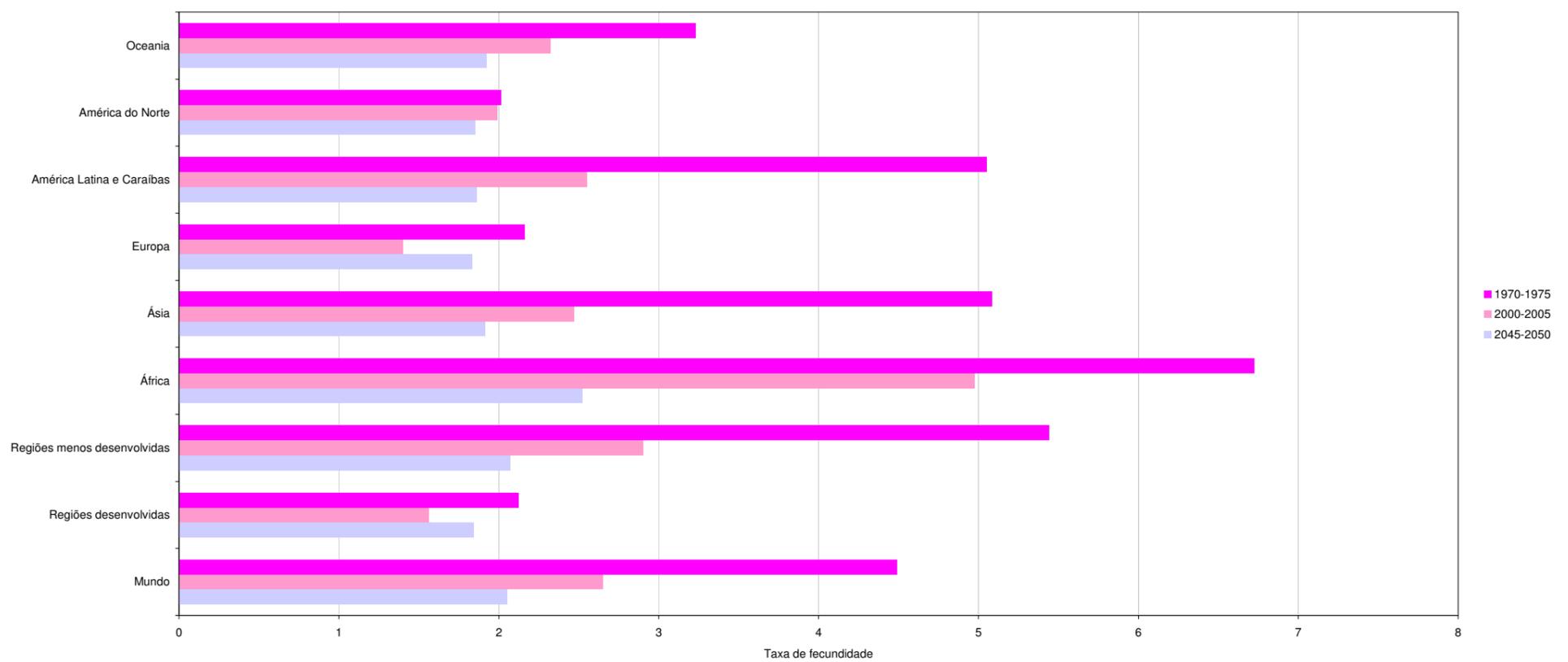
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Previsão populacional em cada um dos países da UE.25 e na UE.25.



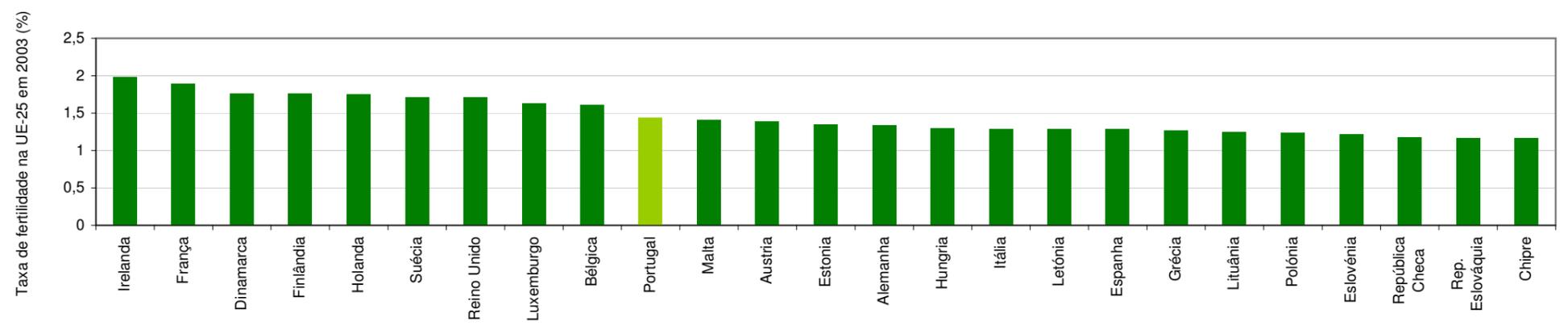
Fonte: Eurostat e ONU in Housing Statistics in the European Union, 2004

Taxa de fecundidade



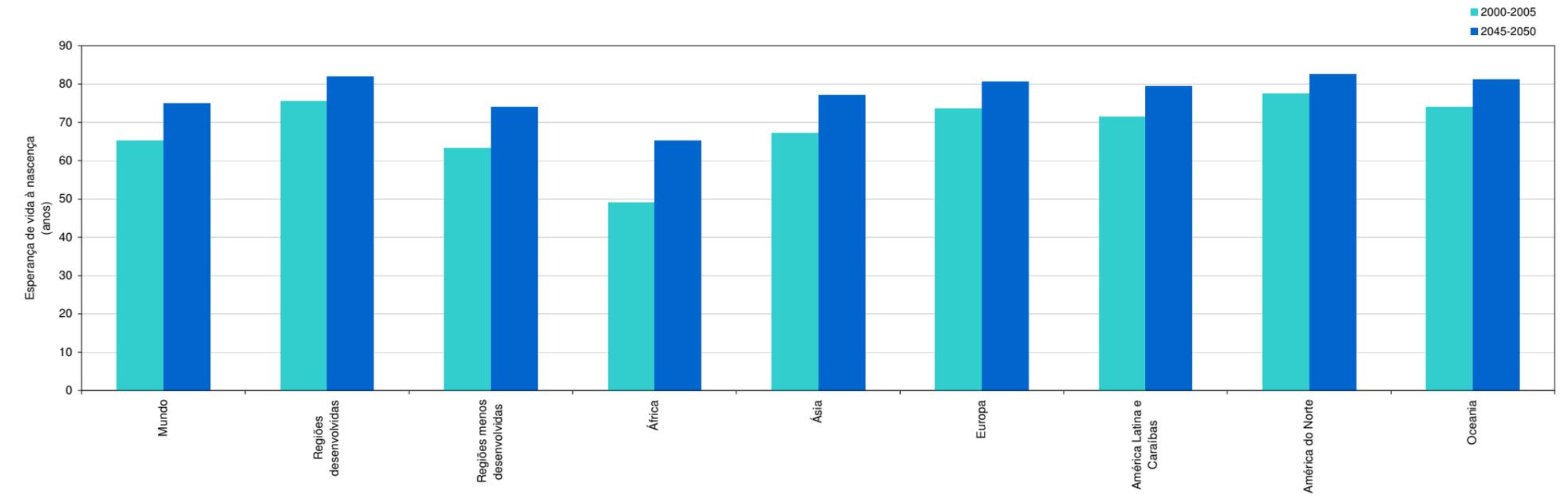
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Taxa de fertilidade



Fonte: Housing Statistics in the European Union, 2004

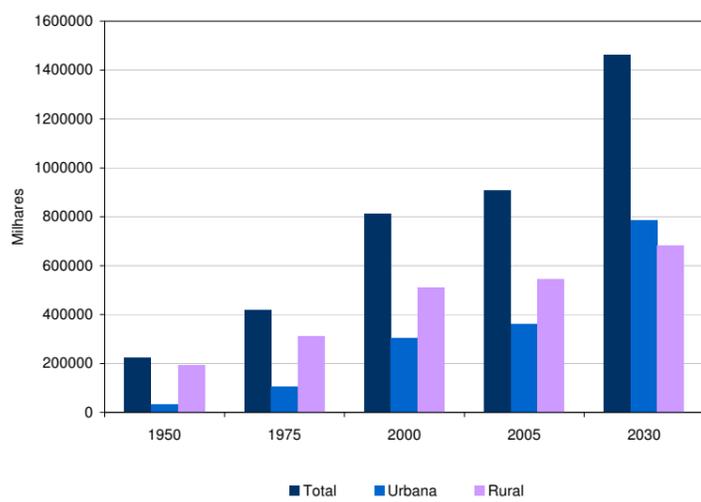
Esperança de vida



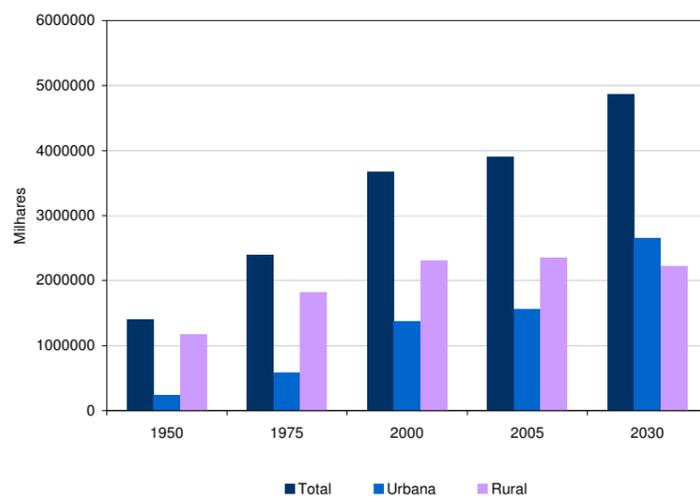
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

População Rural e Urbana

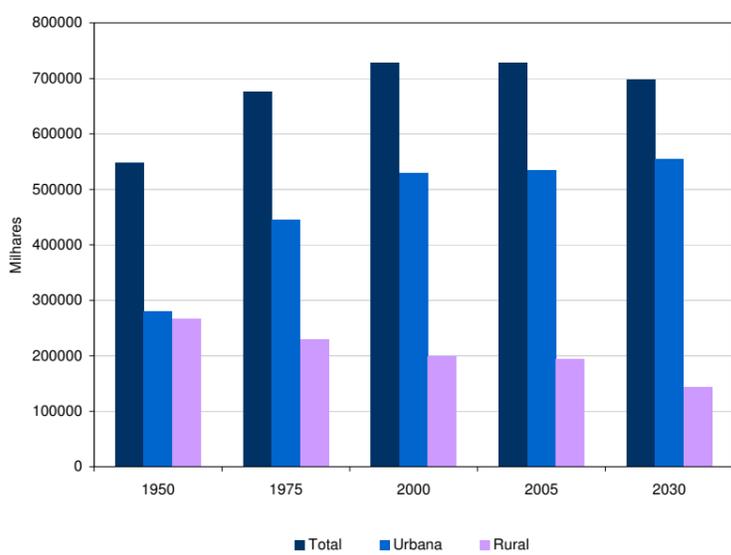
África



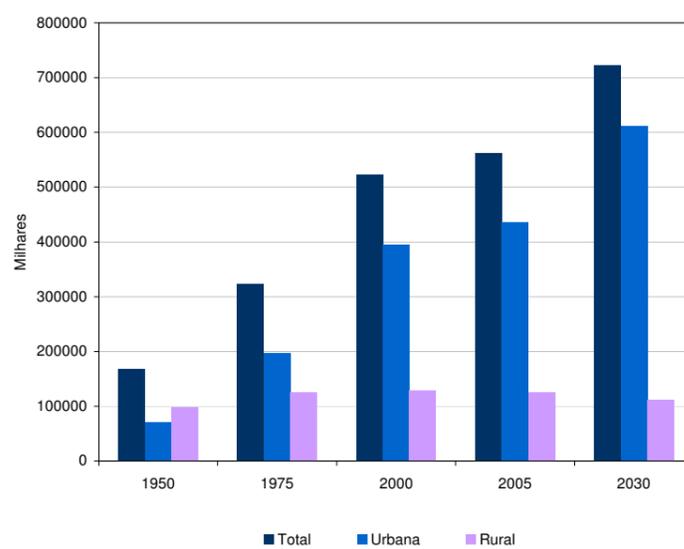
Ásia



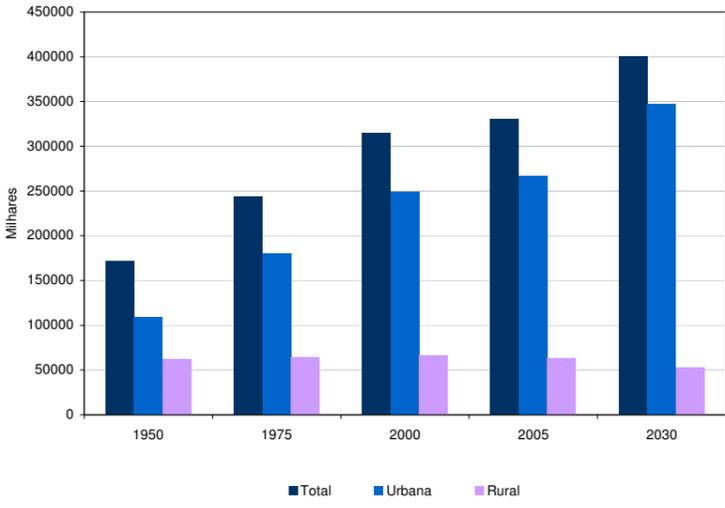
Europa



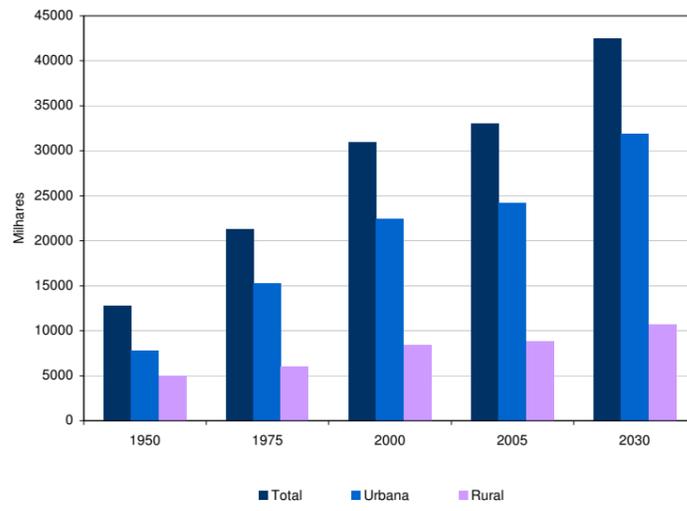
América Latina e Caraíbas



América do Norte

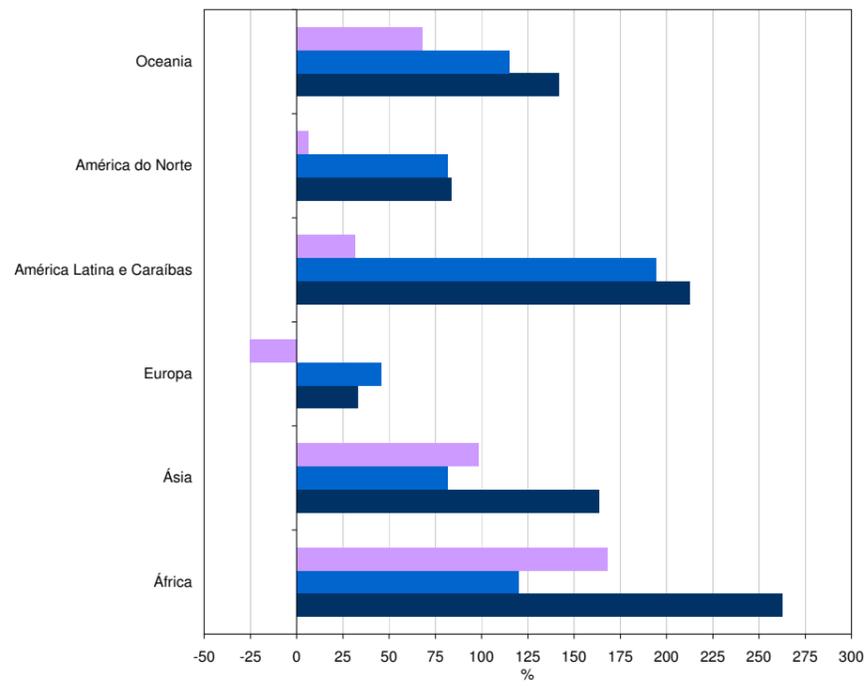


Oceania

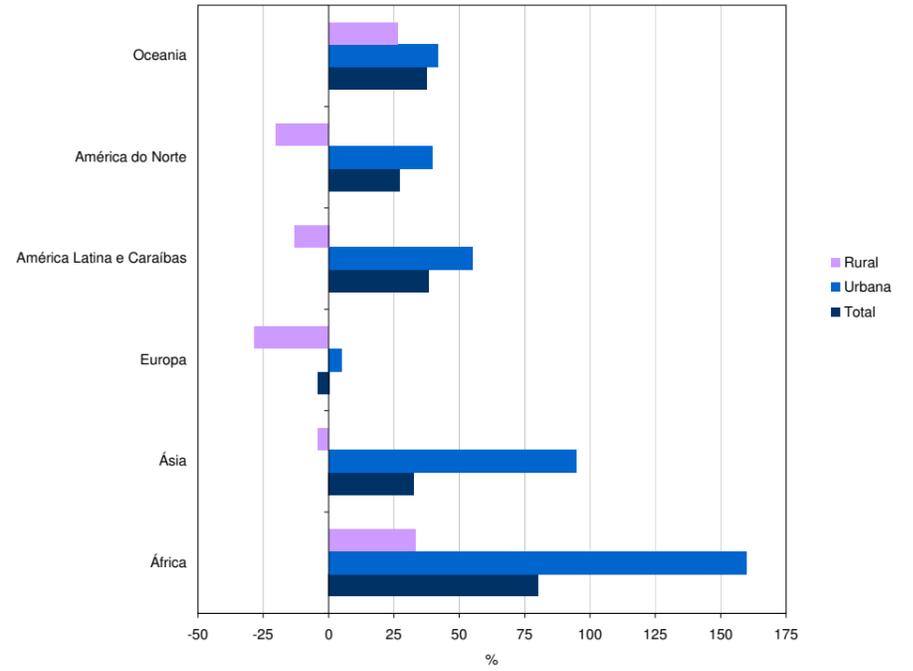


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Varição da população urbana e rural 1950-2000

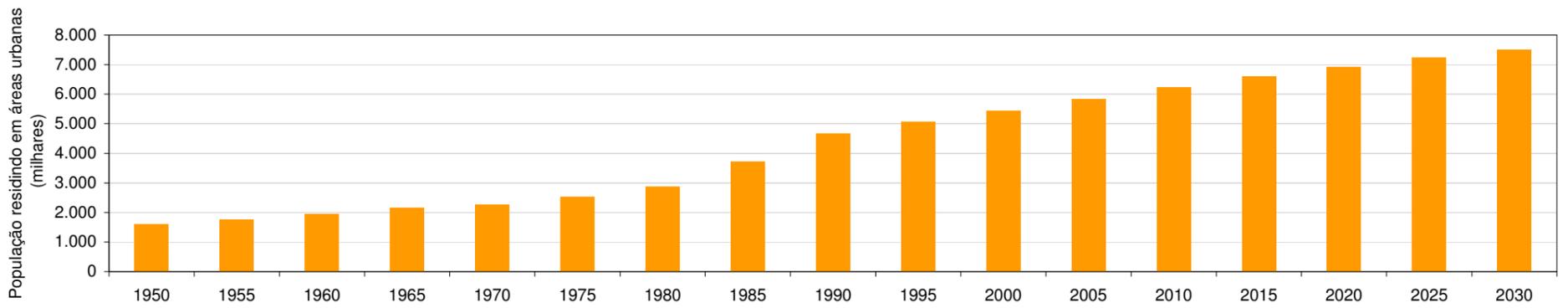


Varição da população urbana e rural 2000-2030

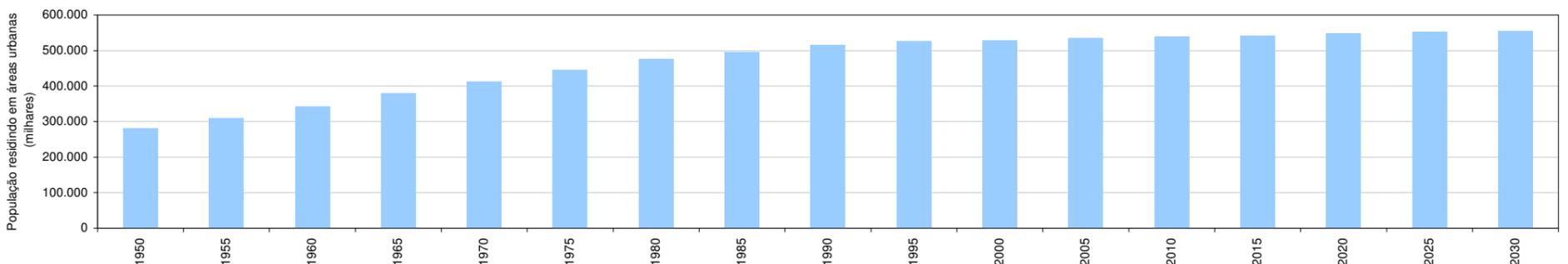


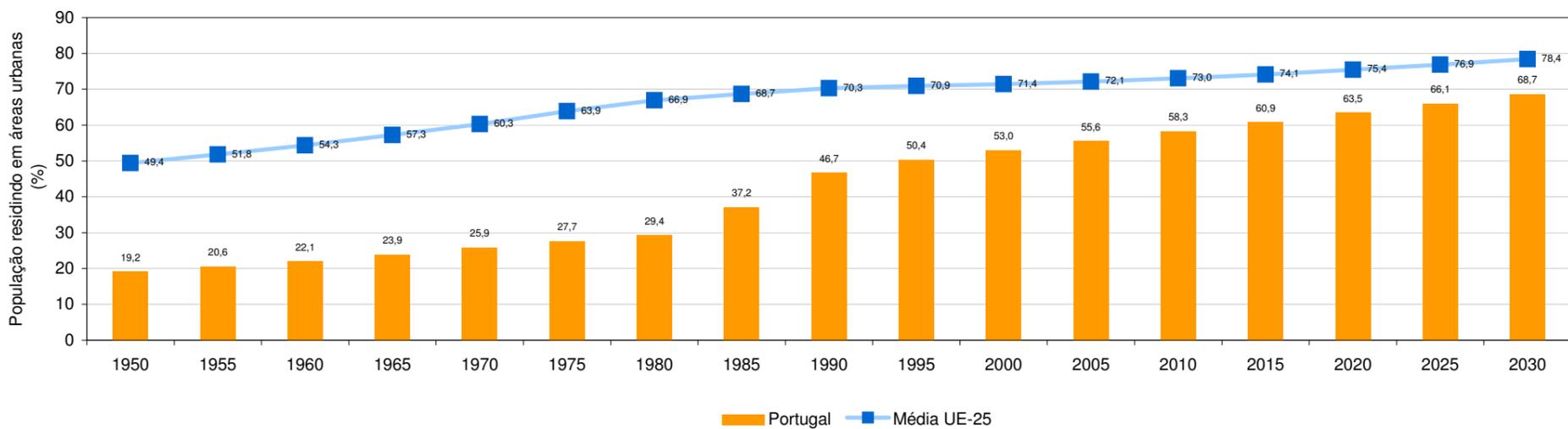
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

Portugal

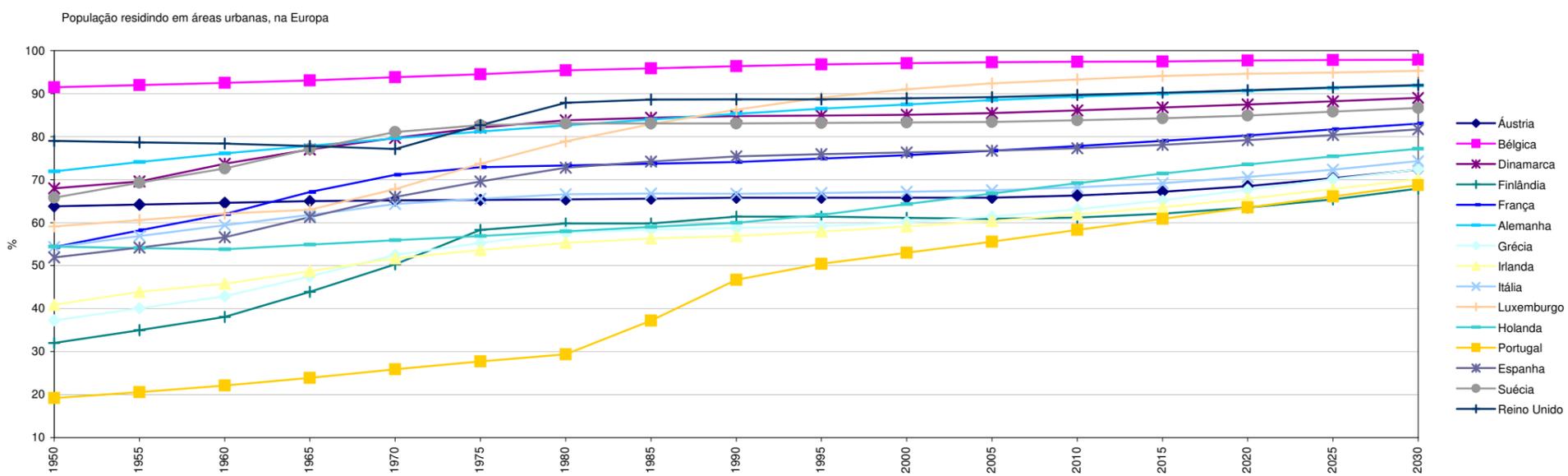
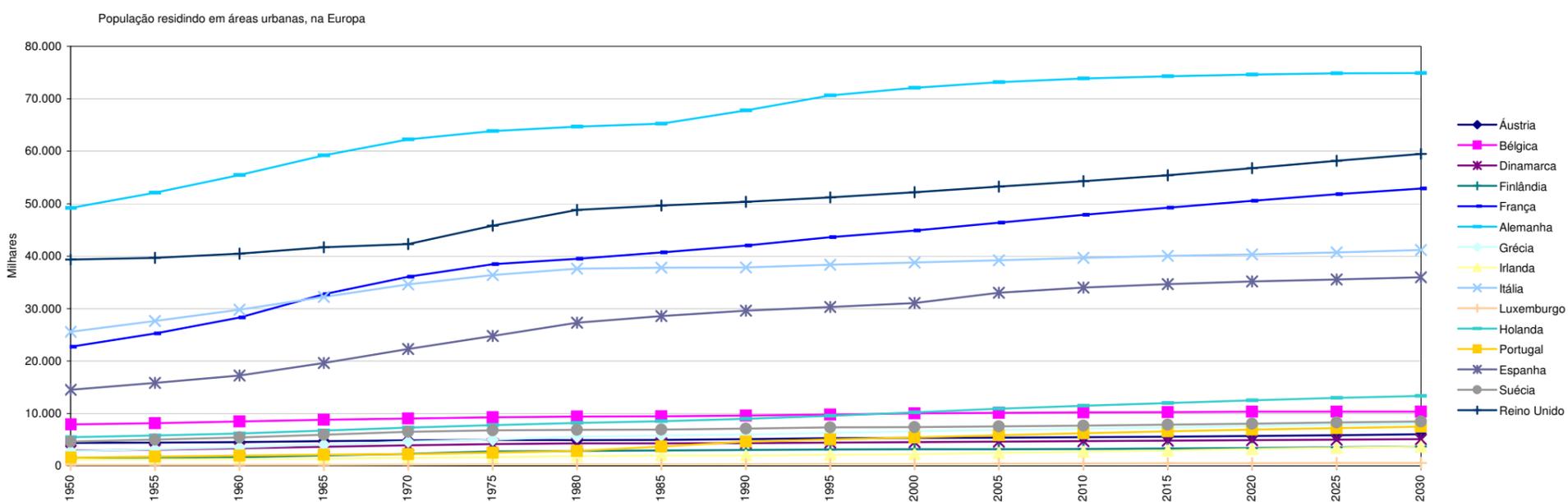


Europa



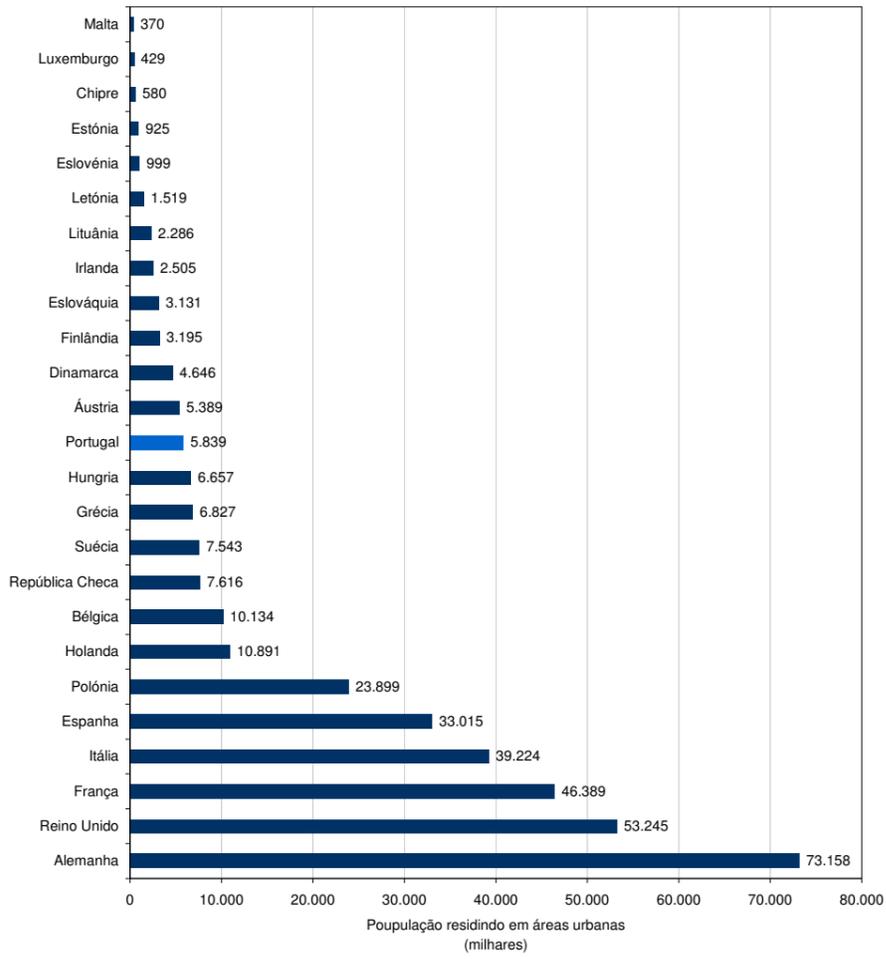


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

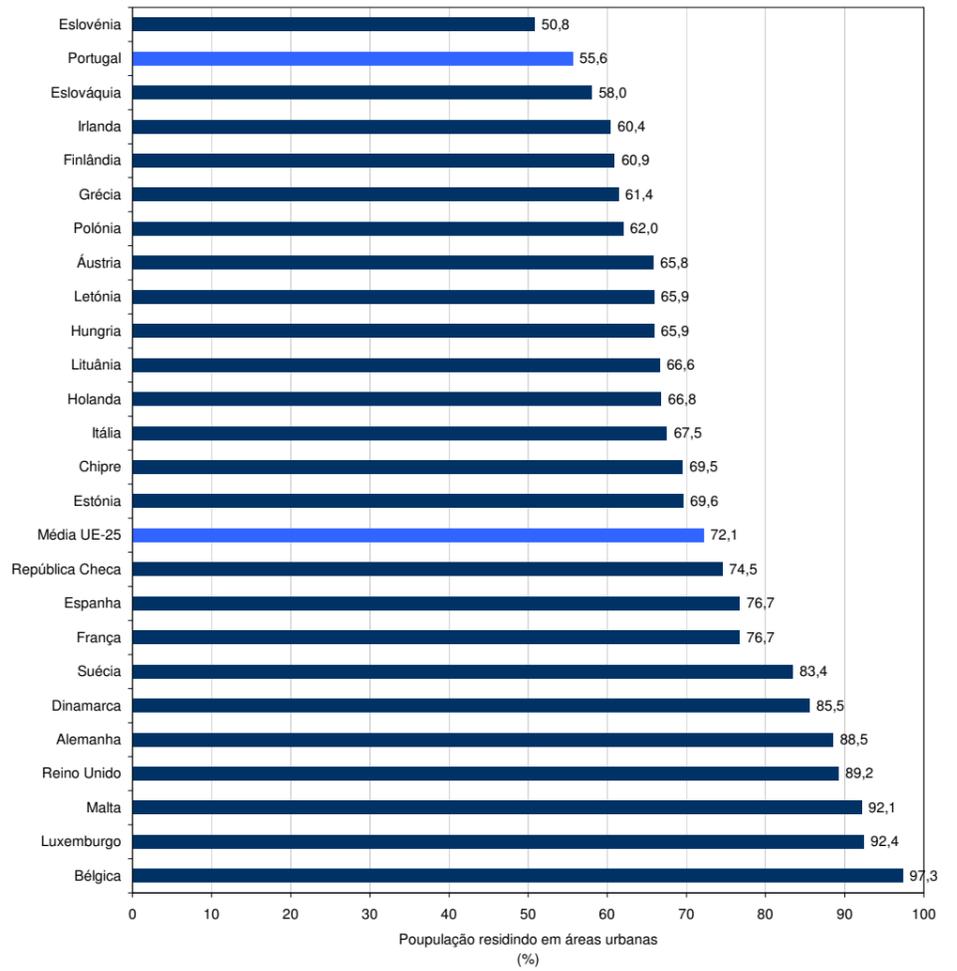


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

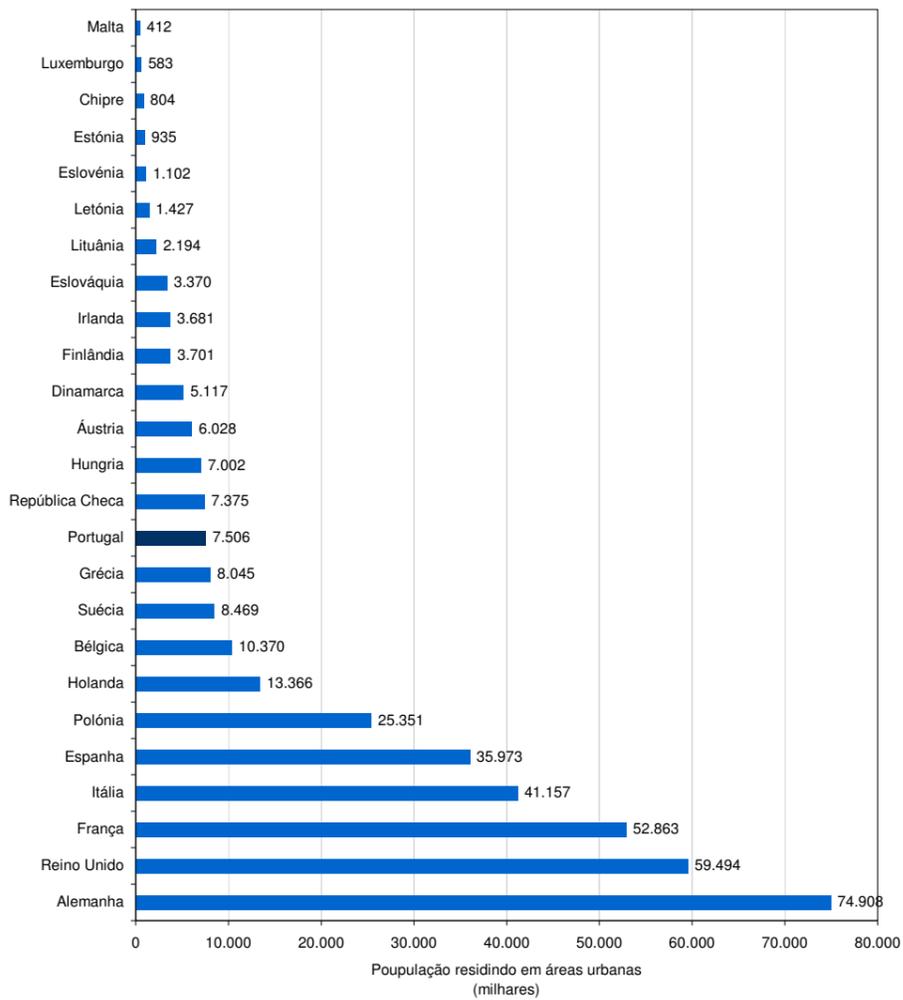
2005



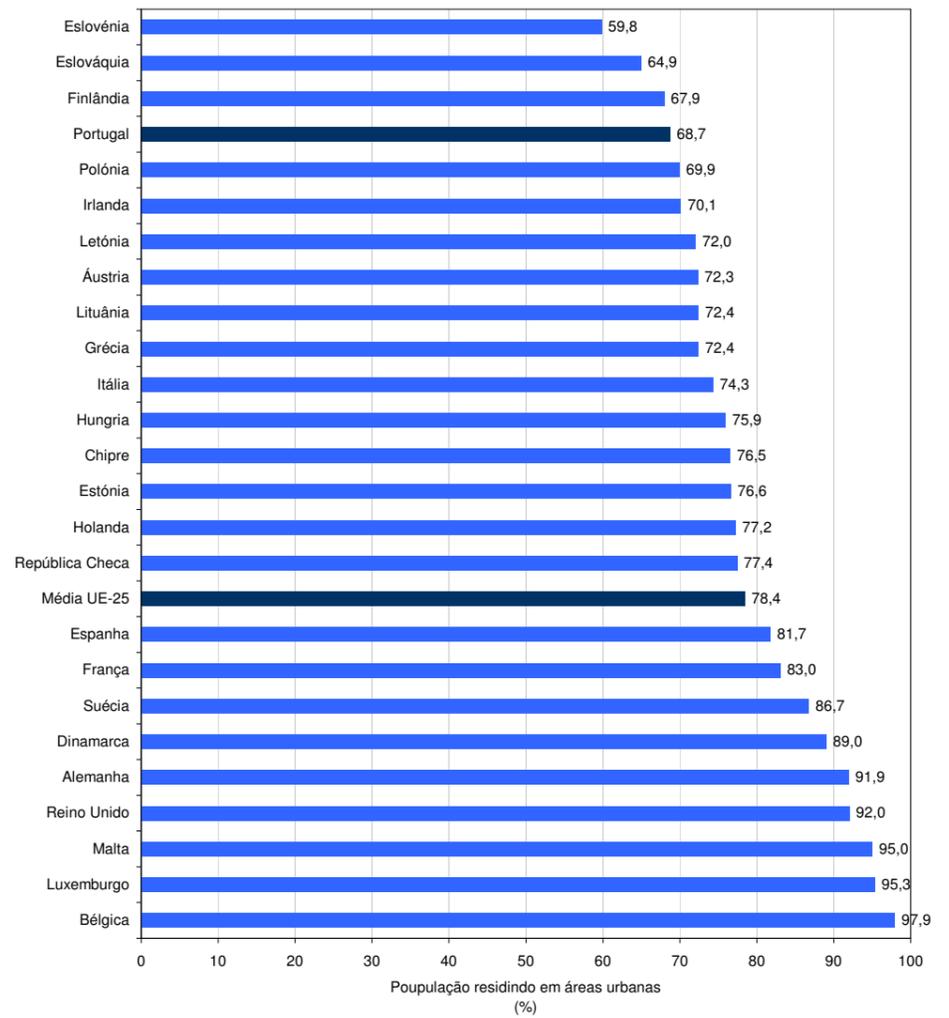
2005

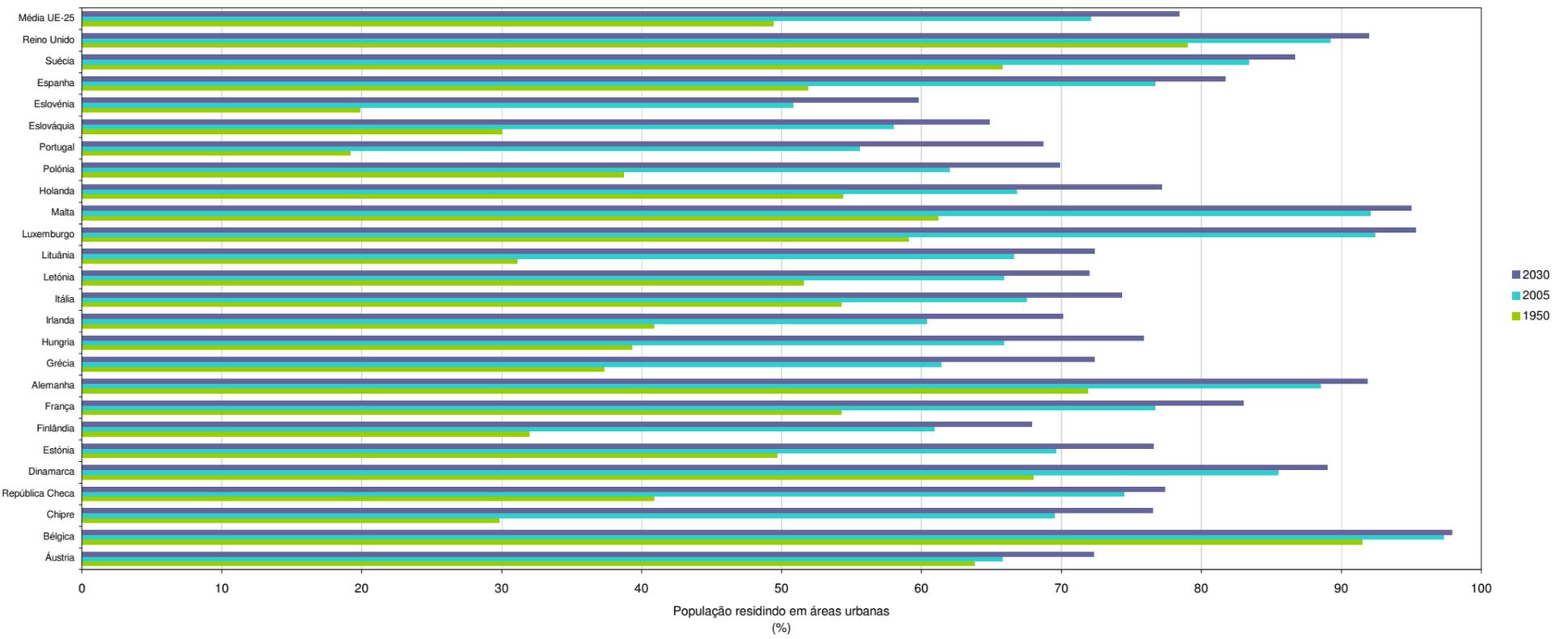


2030

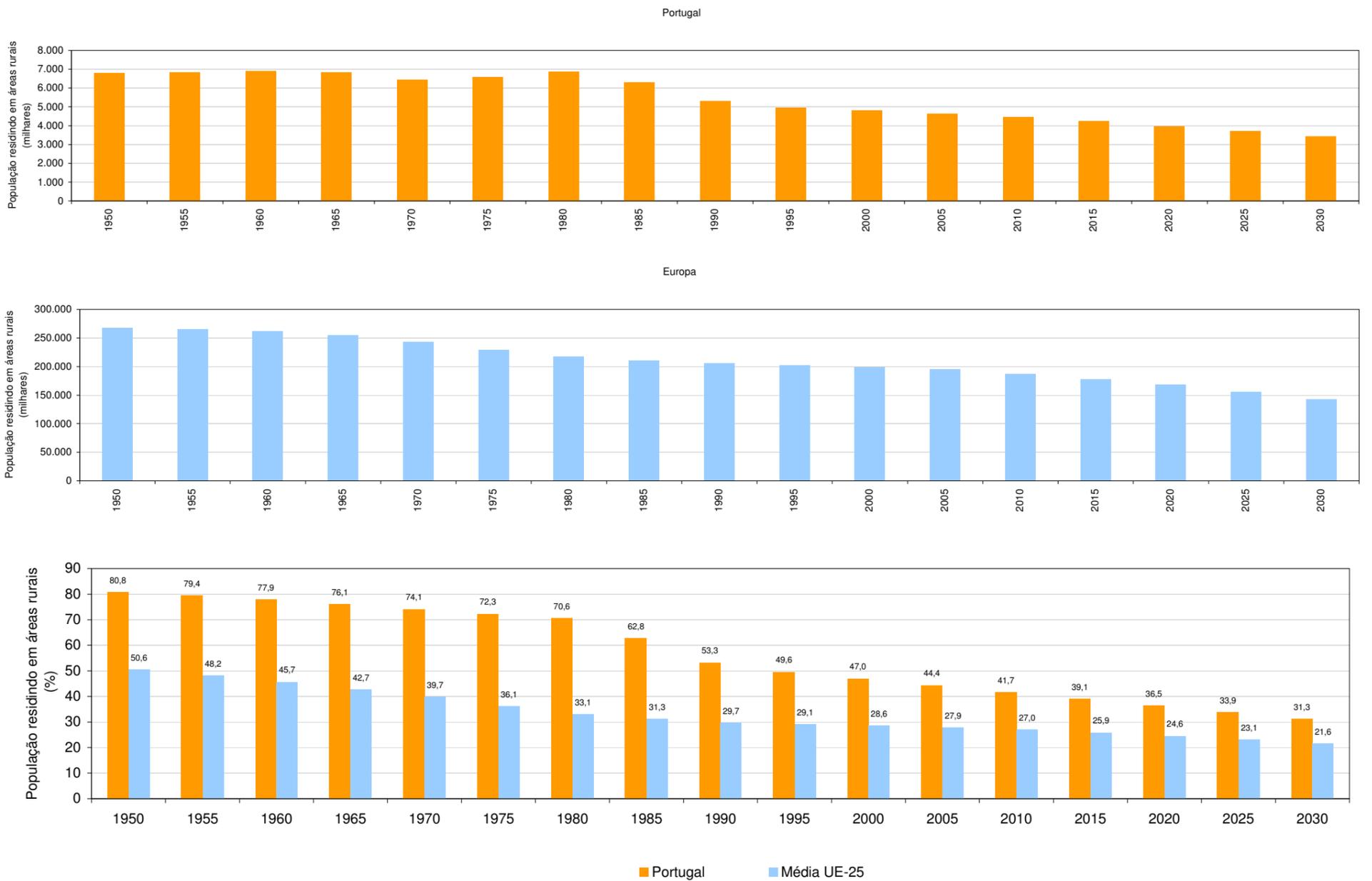


2030

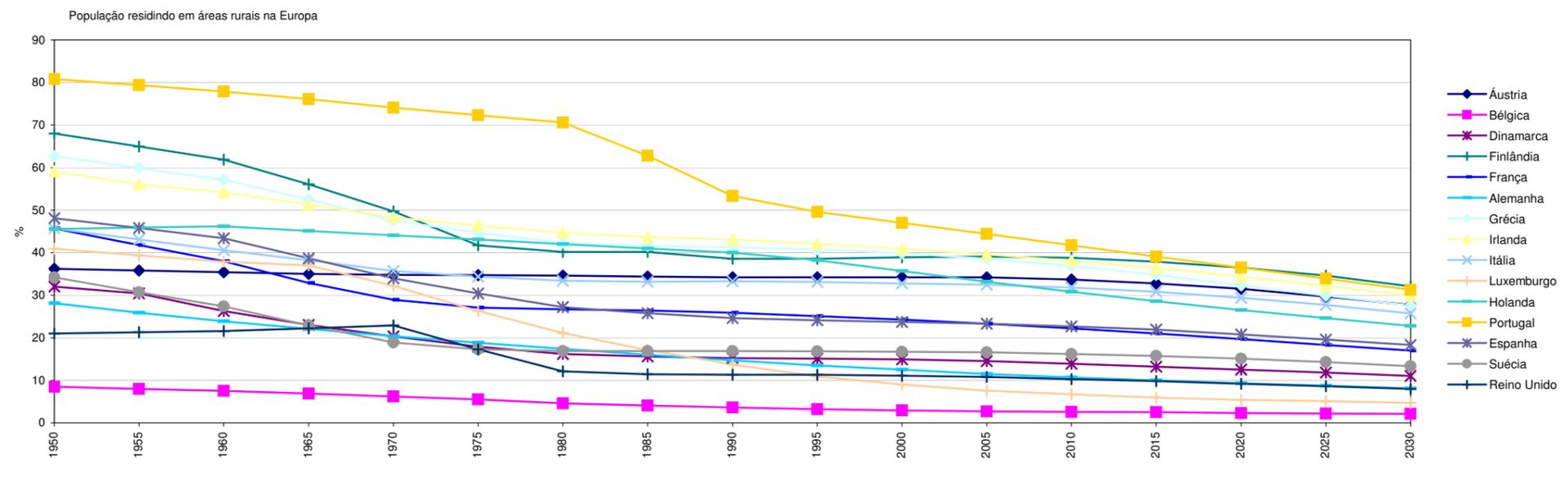
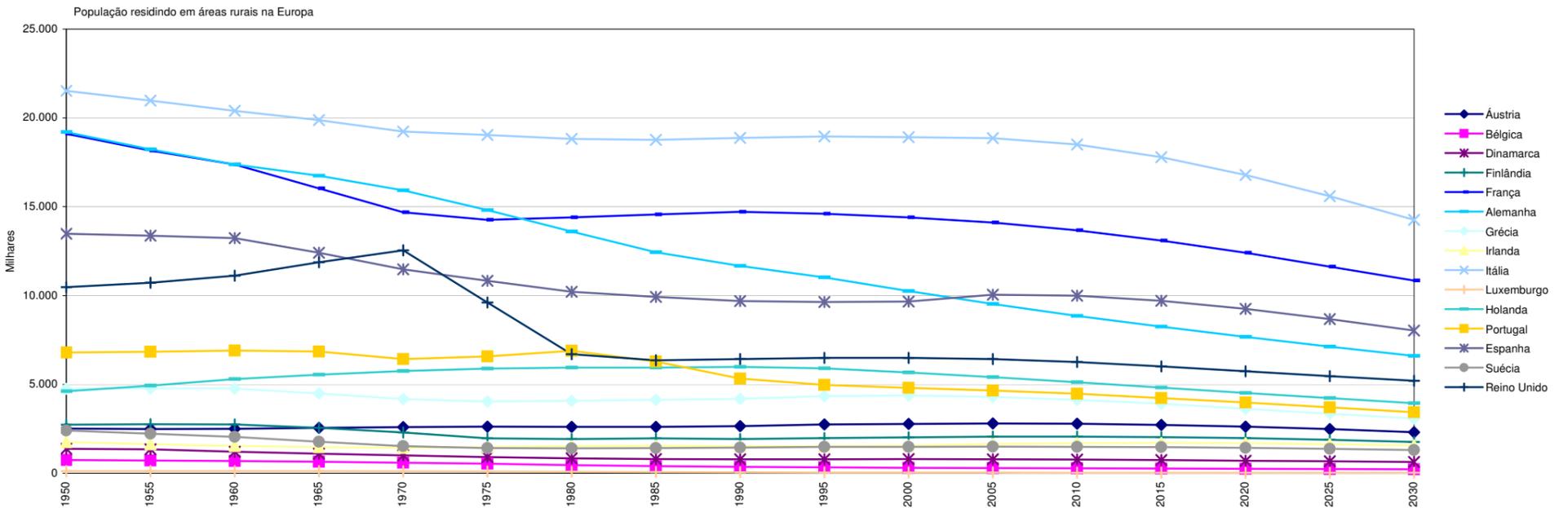




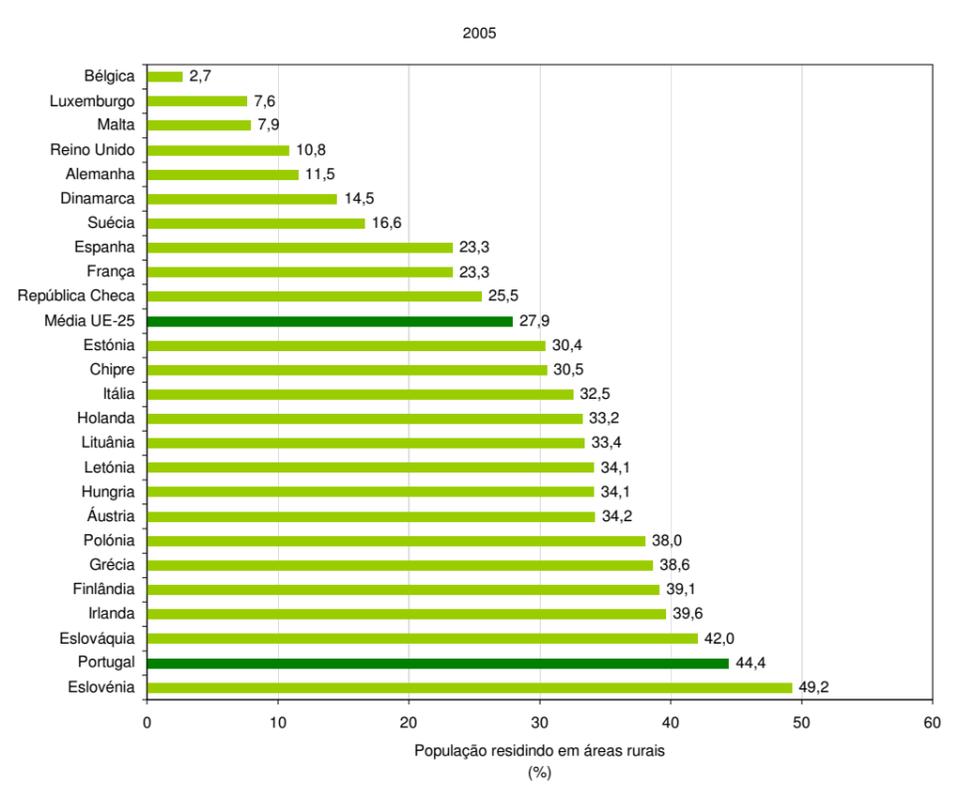
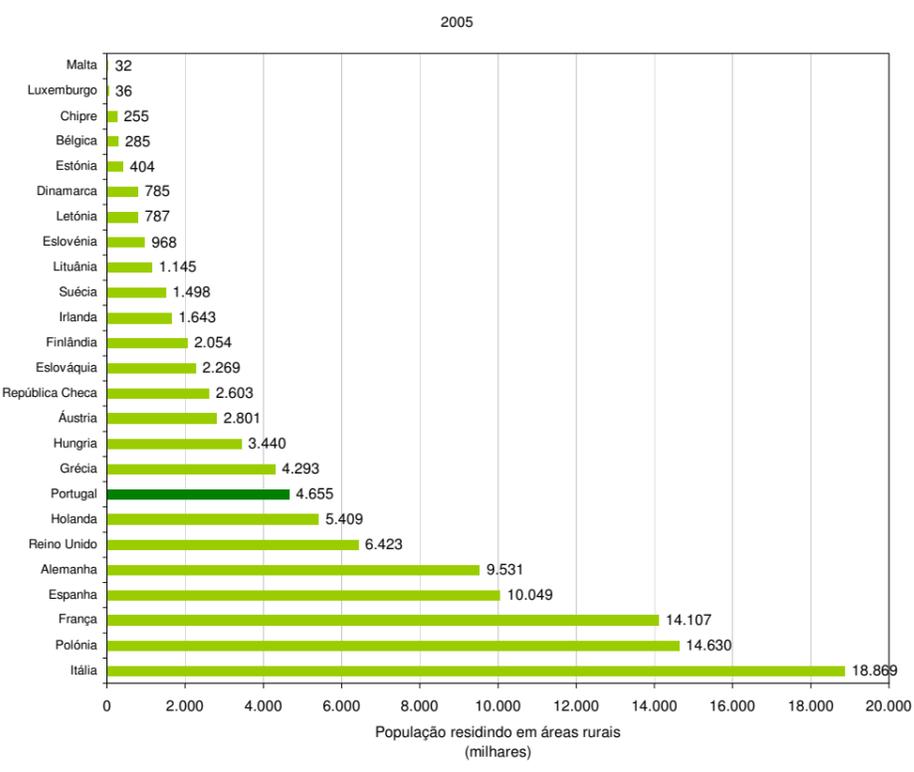
Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU



Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

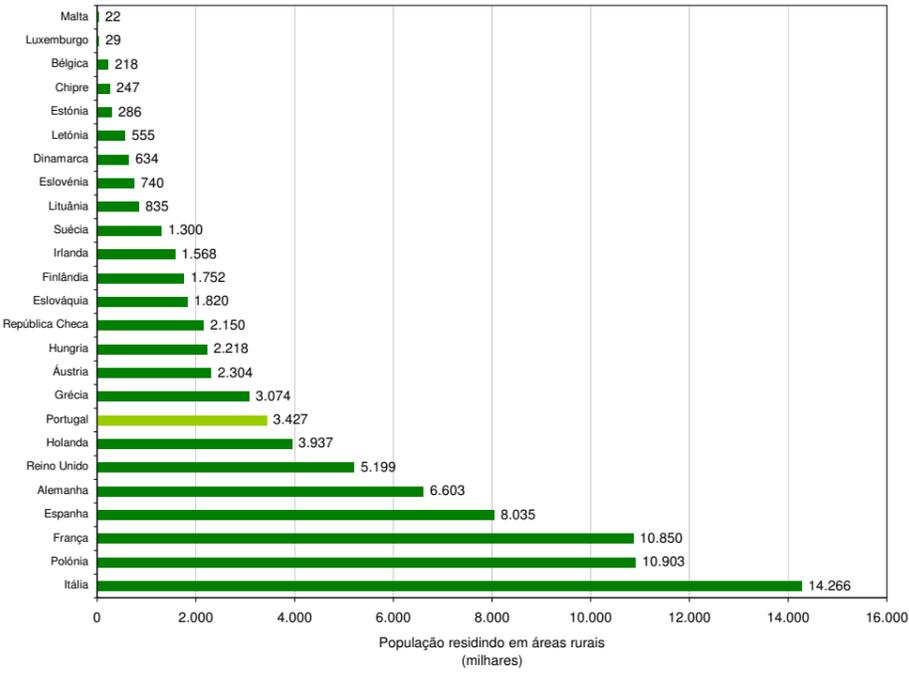


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

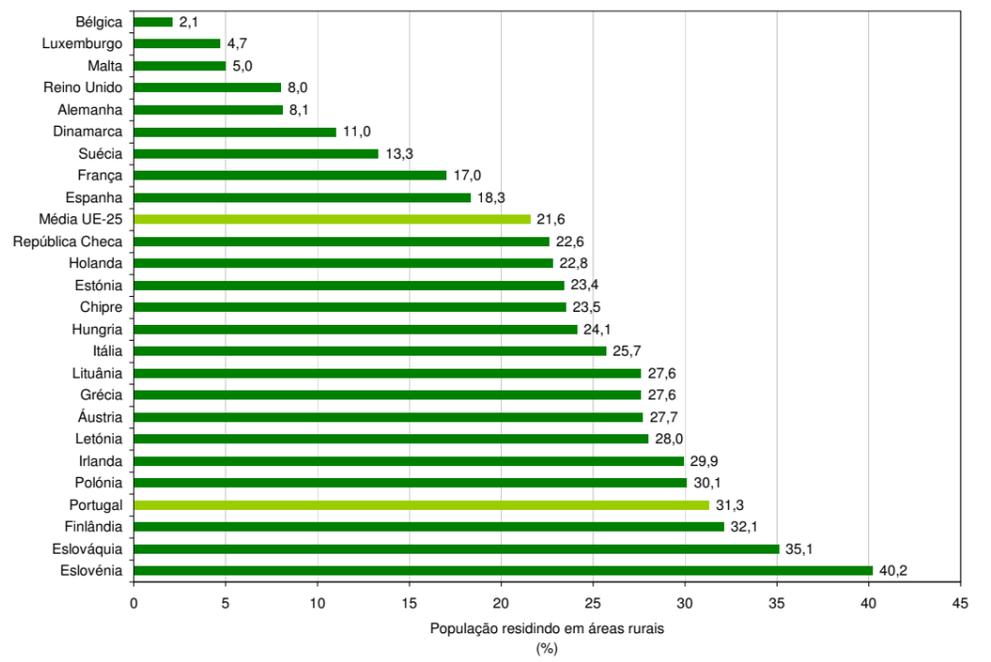


Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

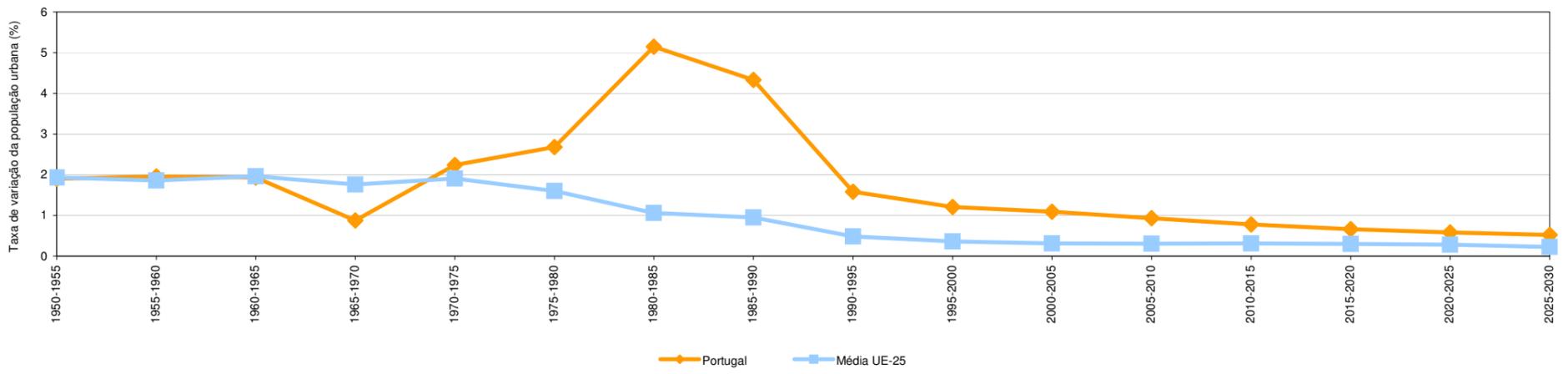
2030



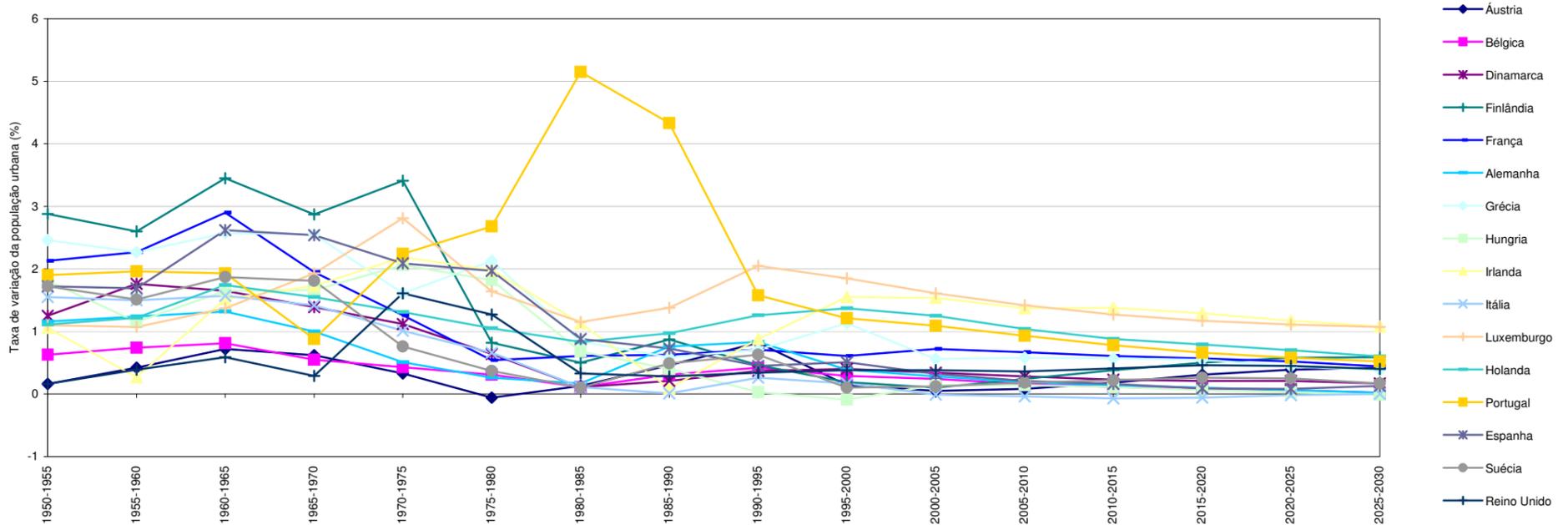
2030



Fonte: World Population Prospects: the 2004 revision. ONU

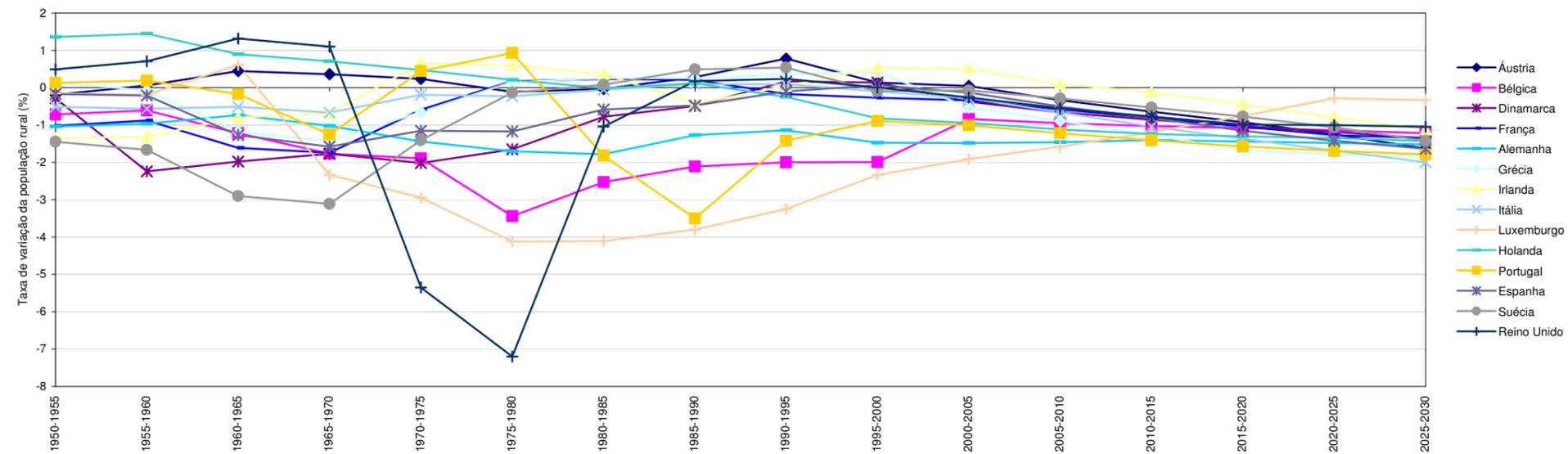
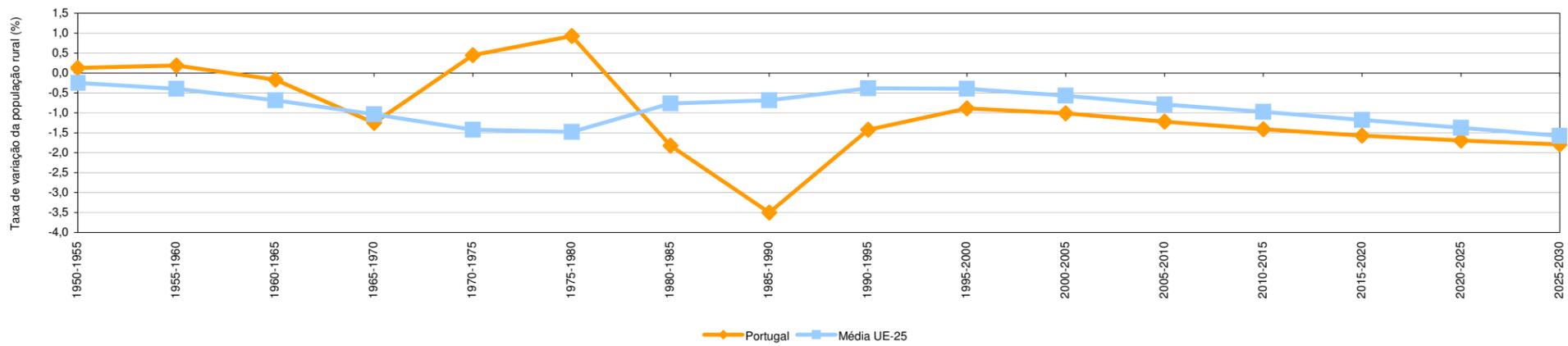


Fonte: World Population Prospects: the 2003 revision. ONU



Fonte: World Population Prospects: the 2003 revision. ONU

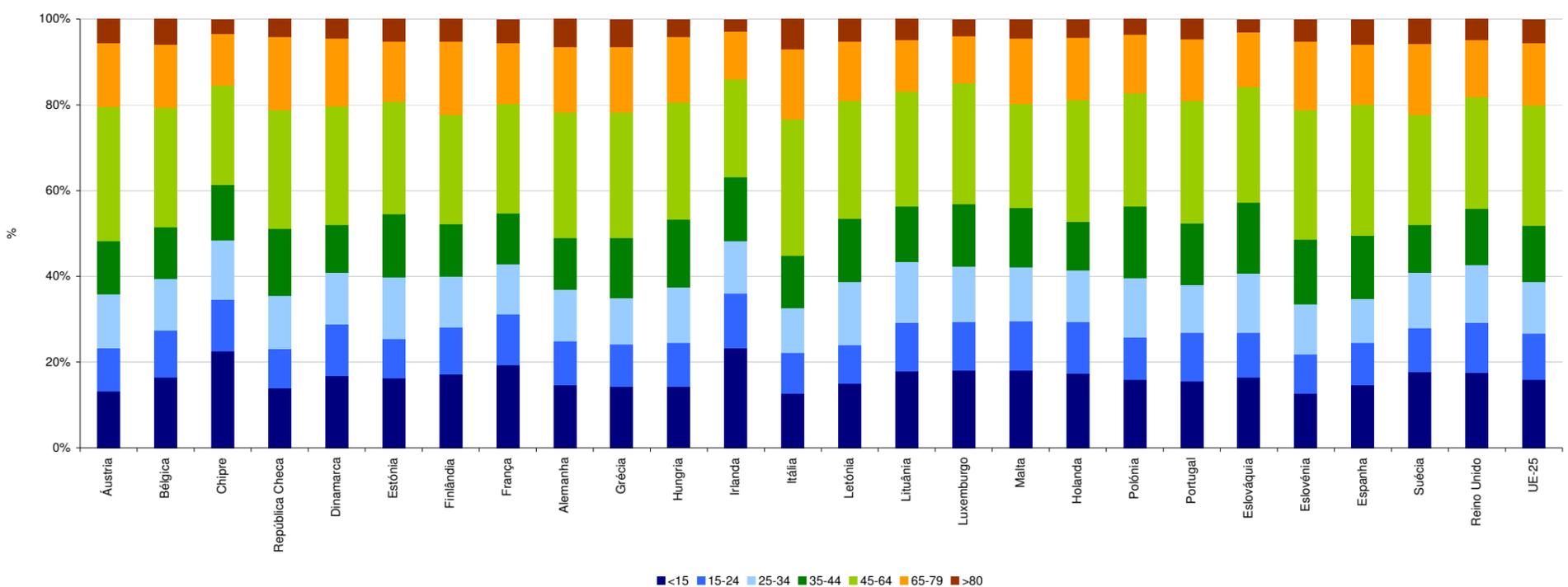
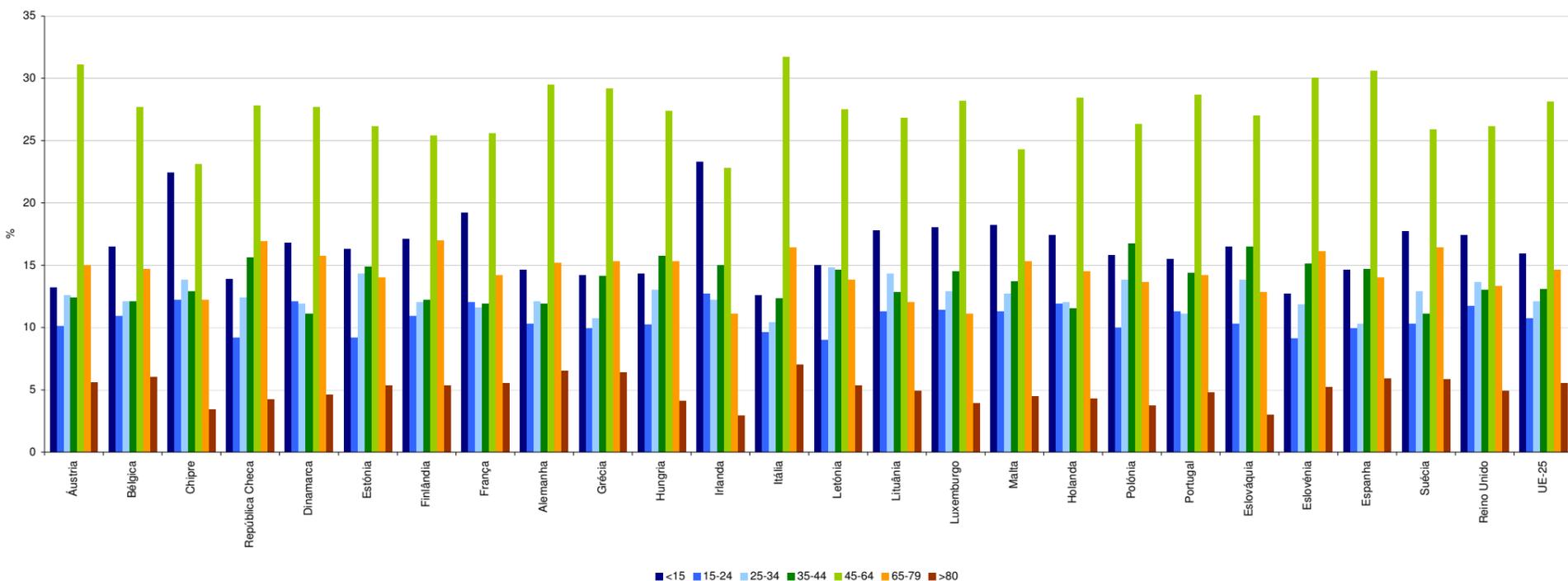
Taxa de variação da população rural, nos países da Europa.



Fonte: World Population Prospects: the 2003 revision. ONU

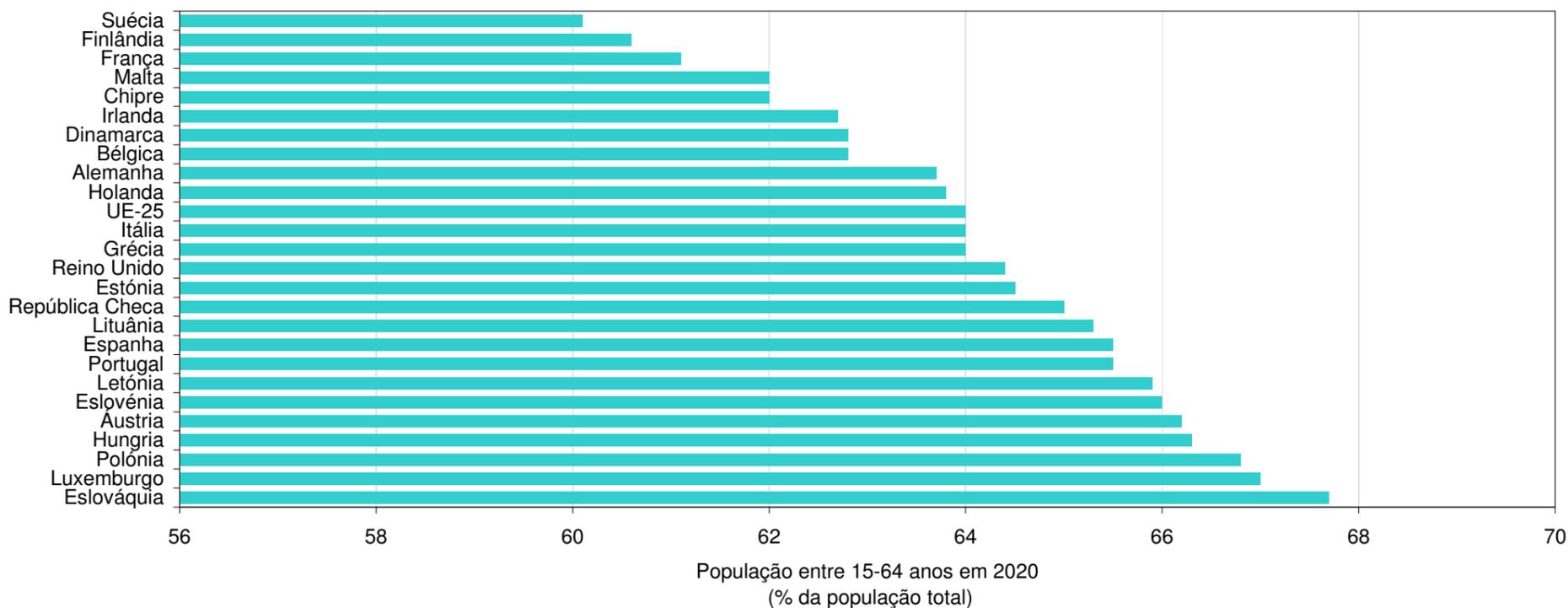
Nota: Estatísticas entre 1950 e 2005, em cada cinco anos, e previsões entre 2005 e 2030, em cada cinco anos.

População por grupos etários



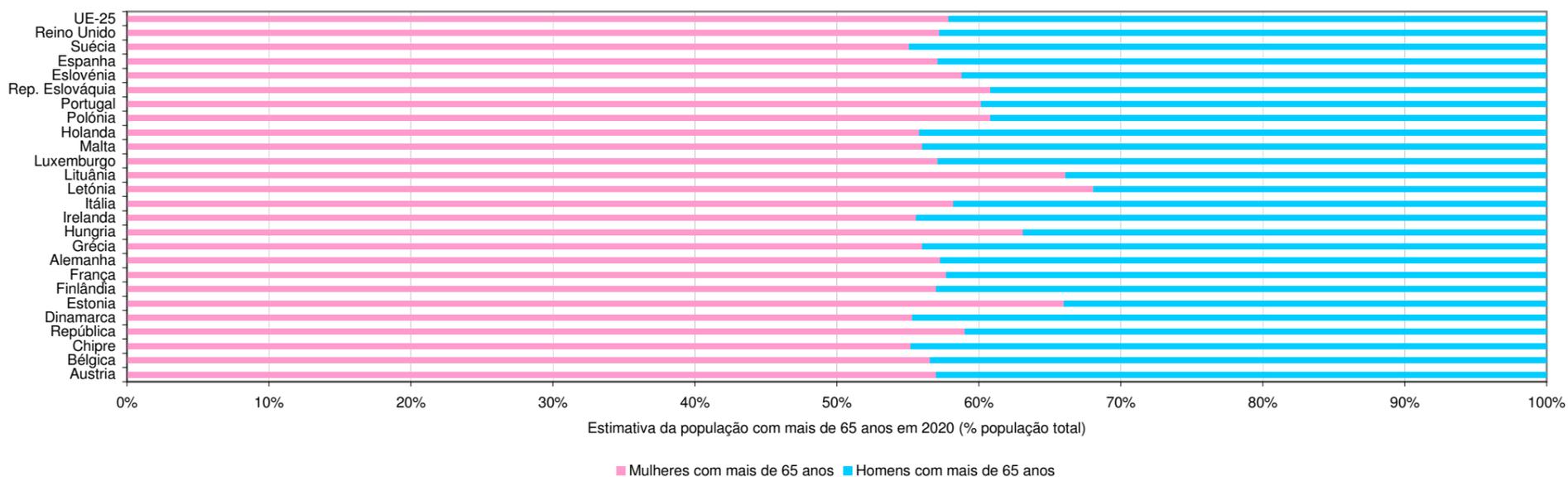
Fonte: UN, World Population Prospects 2002 revision, high variant *in* Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

Nota: Previsão populacional por grupos etários, em percentagem (<15; 15-24; 25-34; 35-44; 45-64; 65-79; >80; 15-64), em 01.01.2020, em cada um dos países da UE.25 e na UE.25.



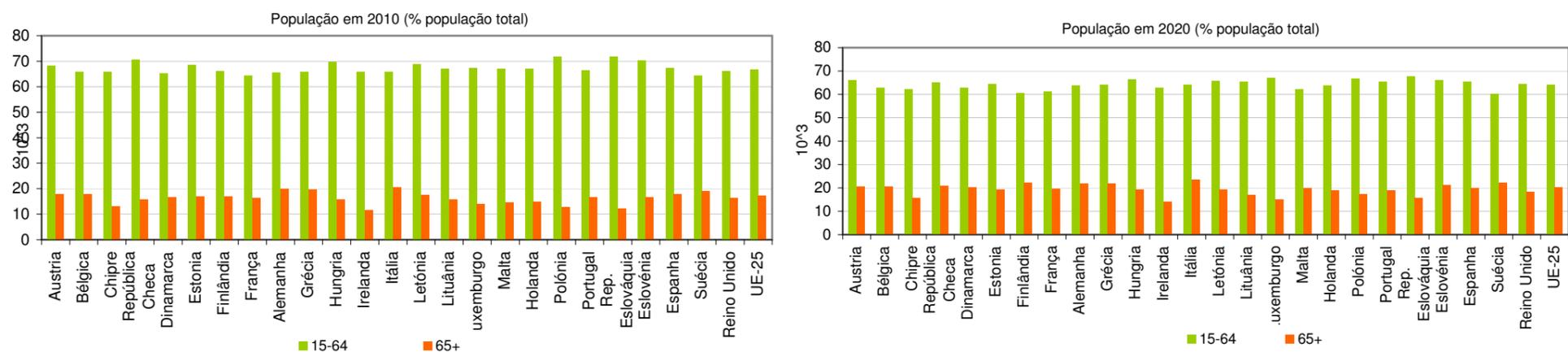
Fonte: UN, World Population Prospects 2002 revision, high variant *in* Housing Statistics in the European Union 2004. National Board of Housing, Building and Planning, Sweden, Ministry for Regional Development of the Czech Republic

População em idade activa (15-64) e sénior, por sexo, na UE-25

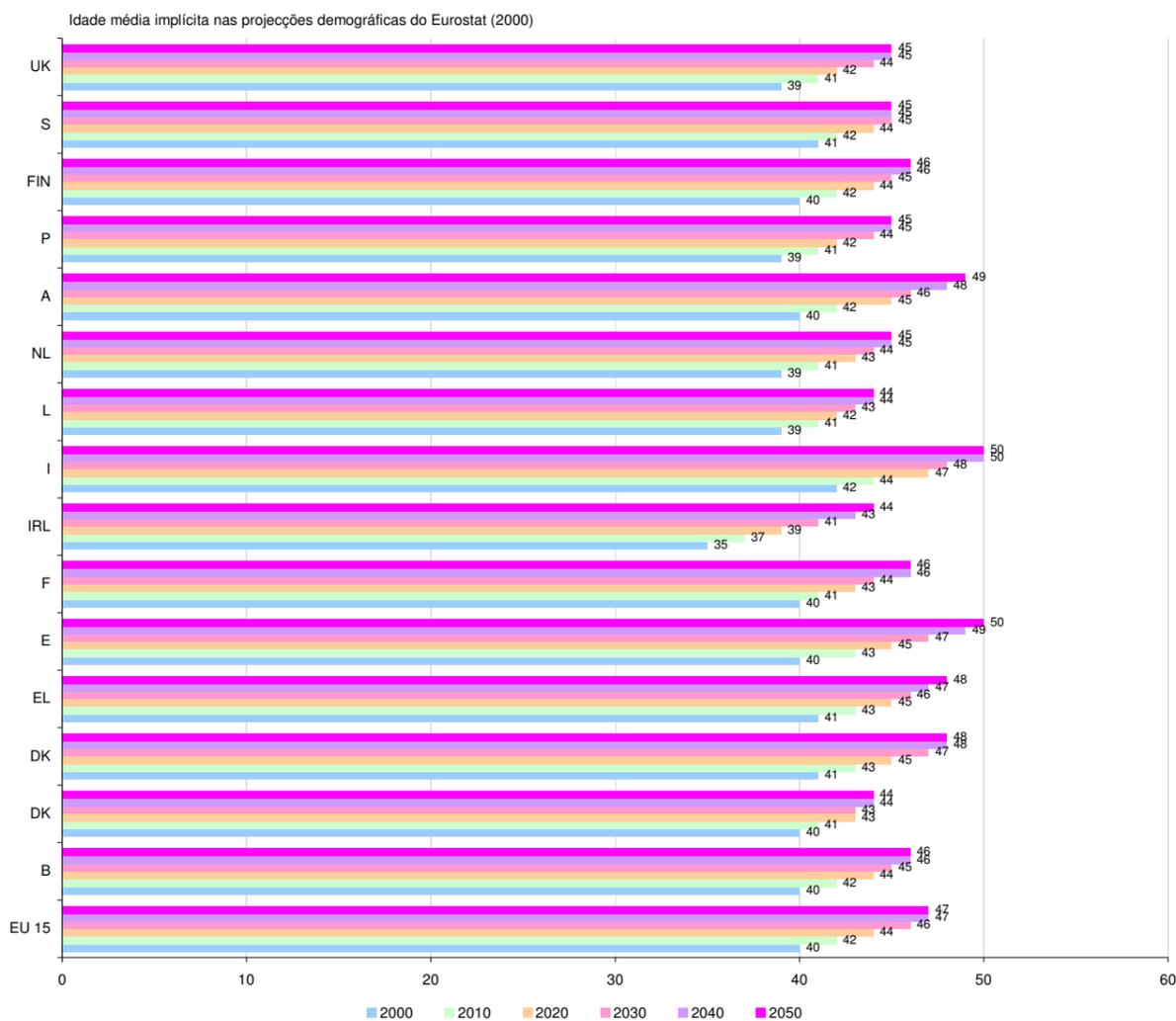


Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union 2004

População em idade activa (15-64) e sénior, por sexo, na UE-25



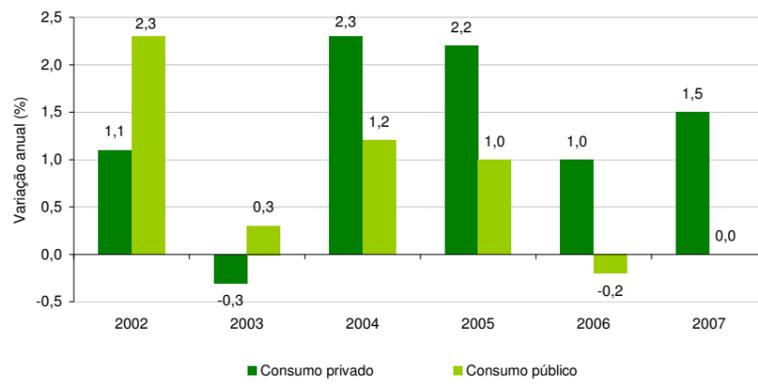
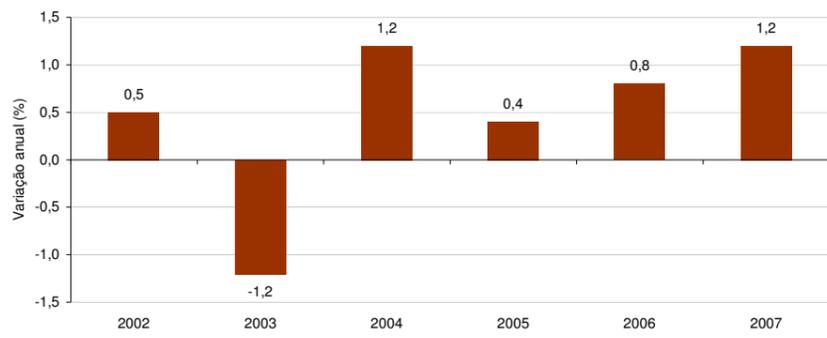
Fonte: Eurostat in Housing Statistics in the European Union, 2004



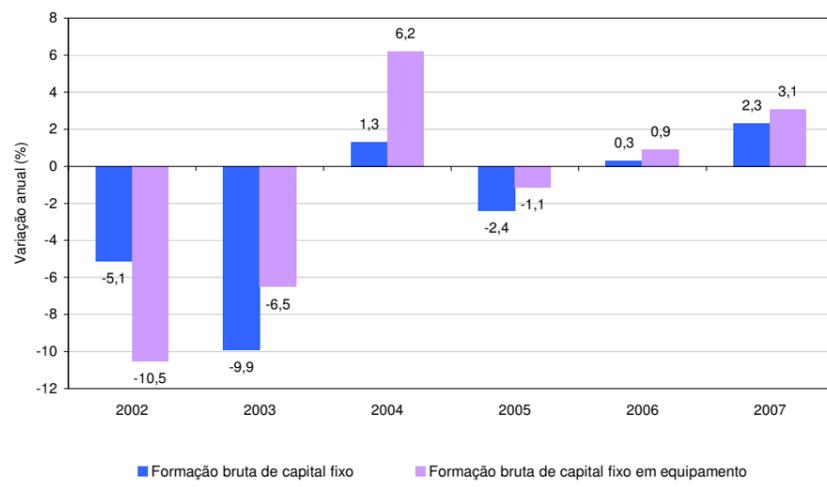
Fonte: Eurostat, 2006.

Economia

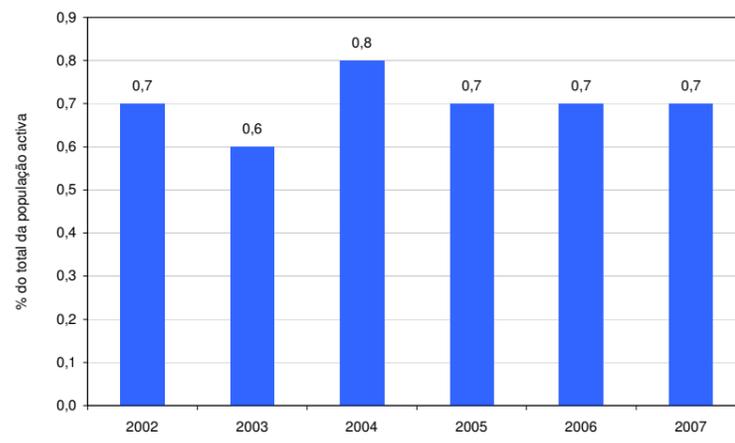
PIB



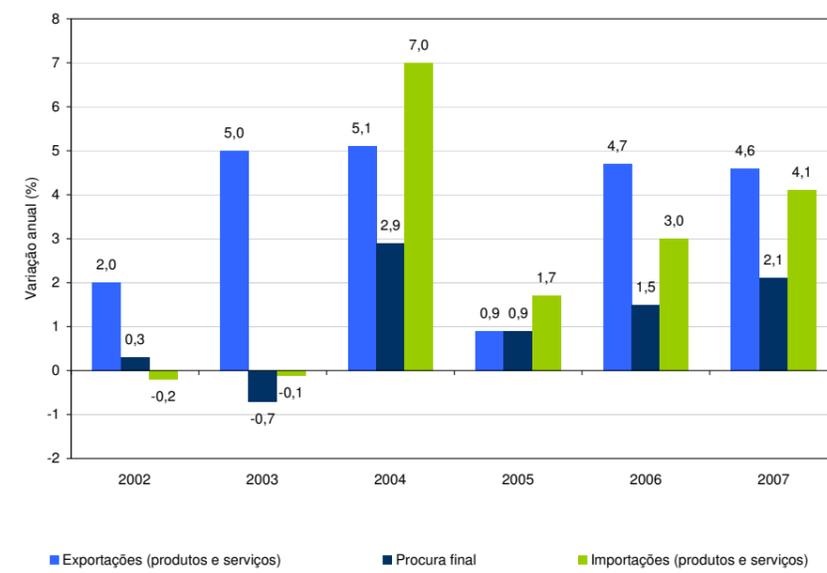
Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.



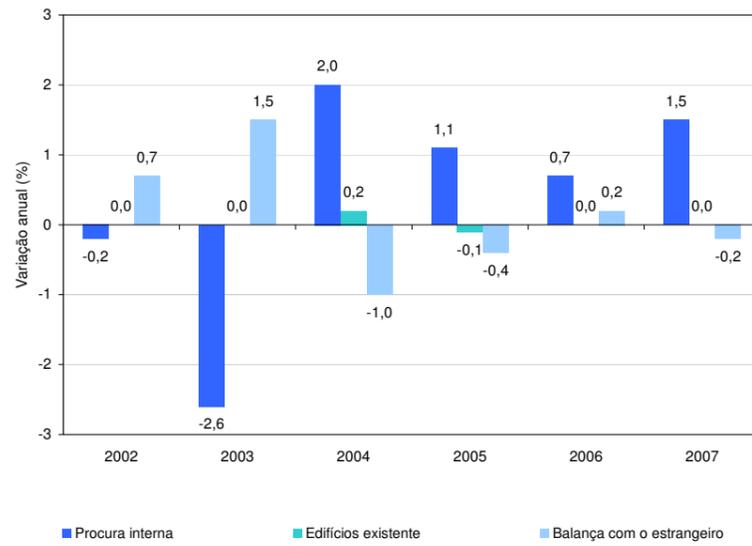
Alteração dos stocks em % do PIB



Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

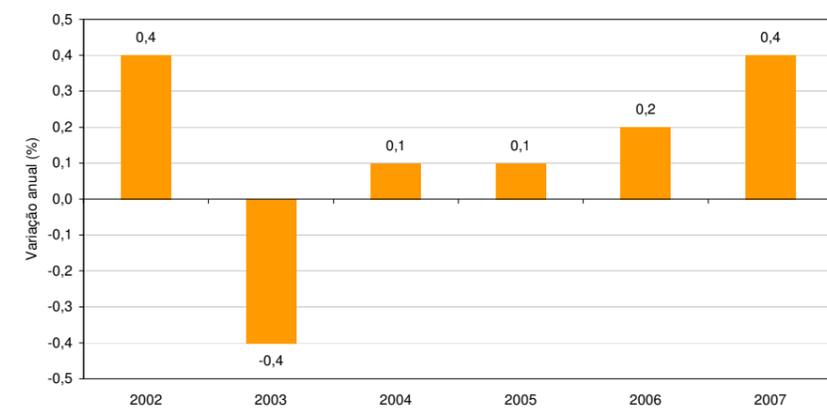


Contribuição para a alteração do PIB

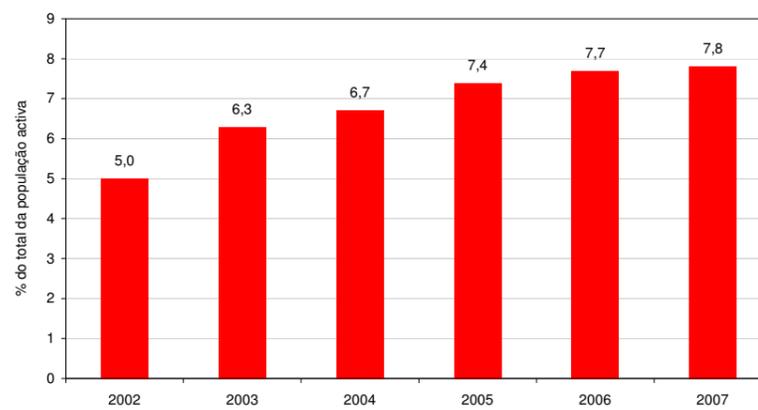


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

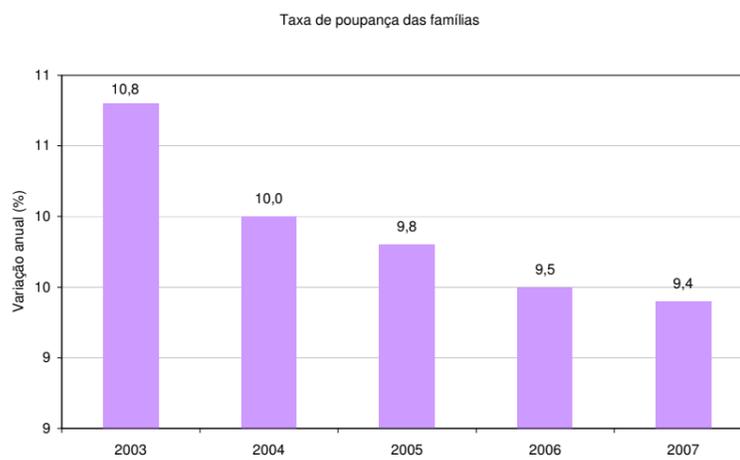
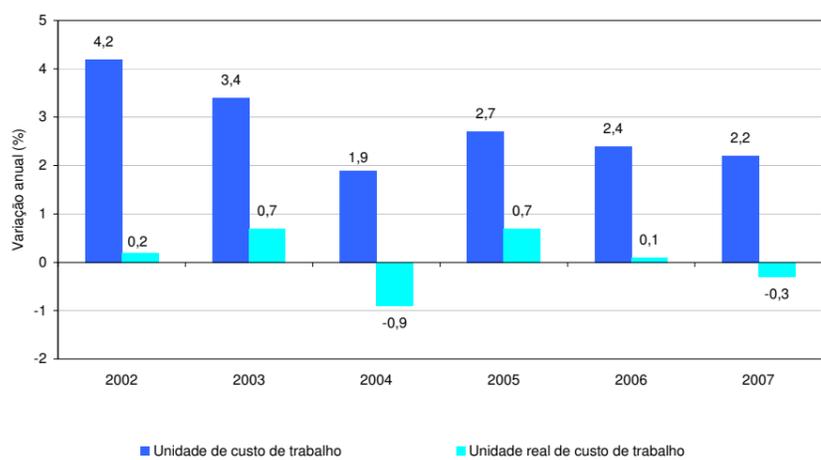
Emprego



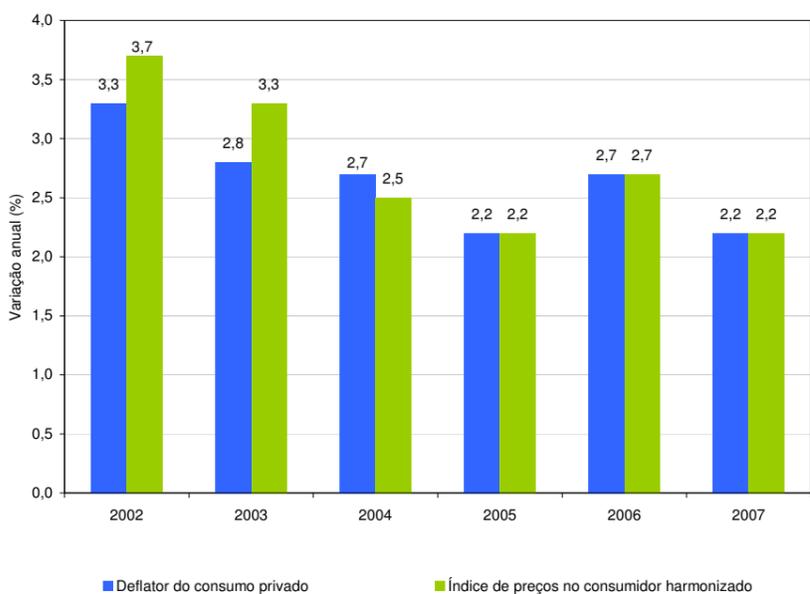
Desemprego



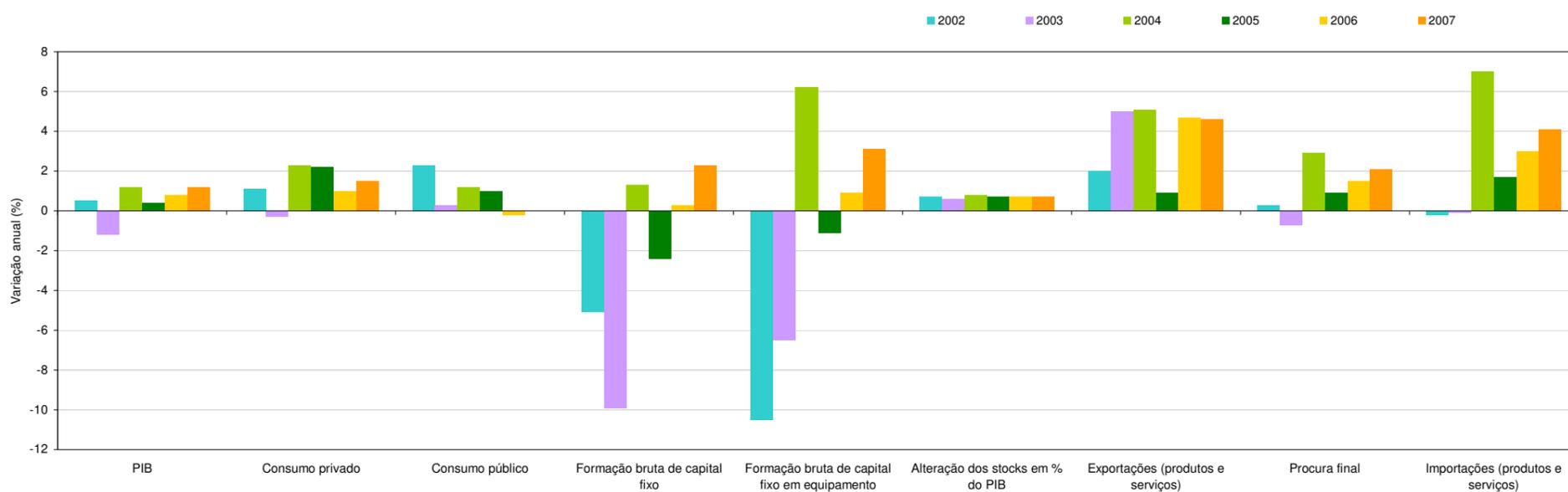
Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.



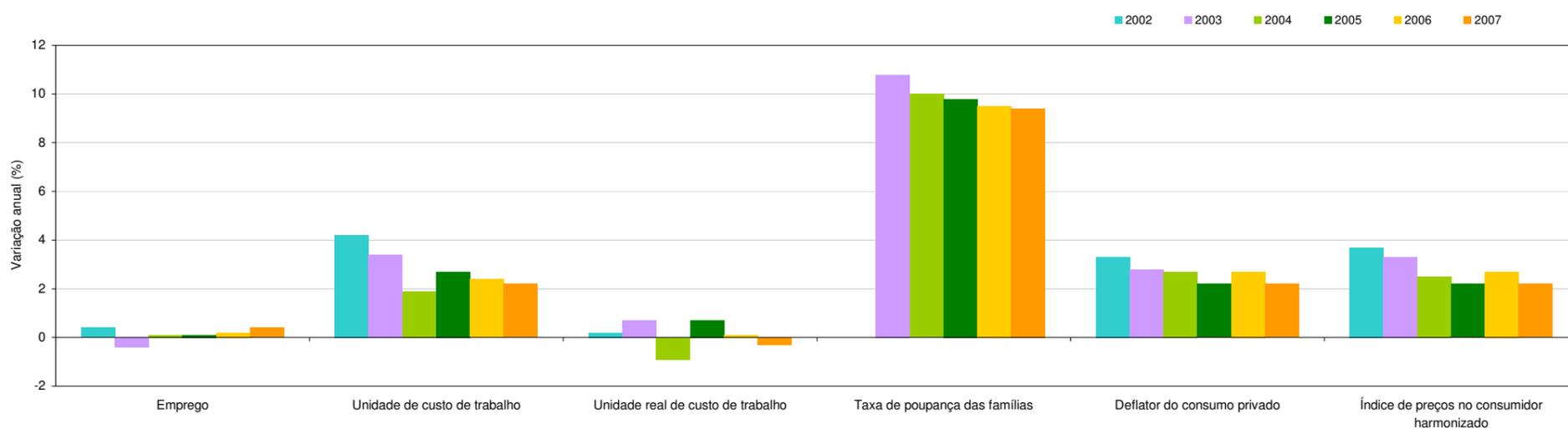
Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.



Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.



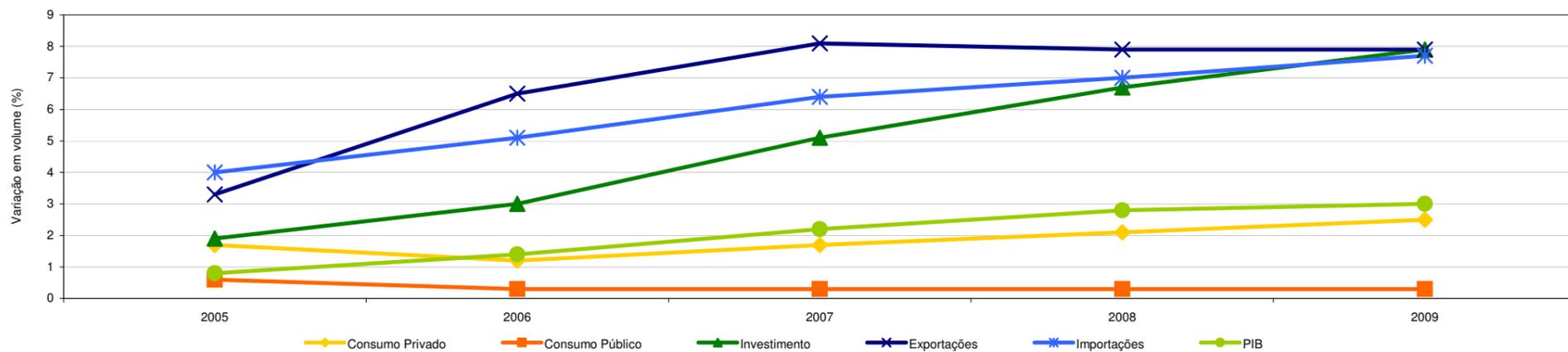
Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.



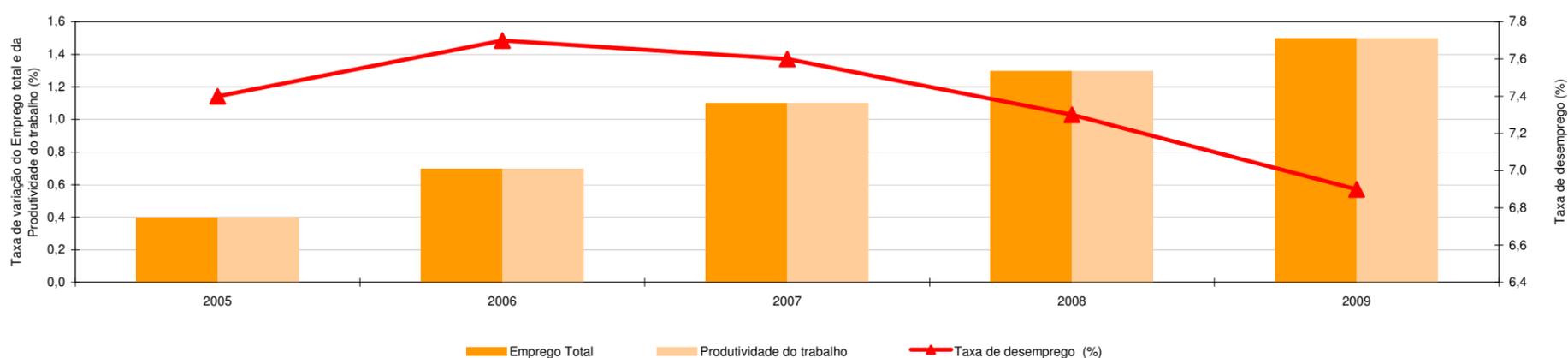
Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Portugal, cenário macro-económico

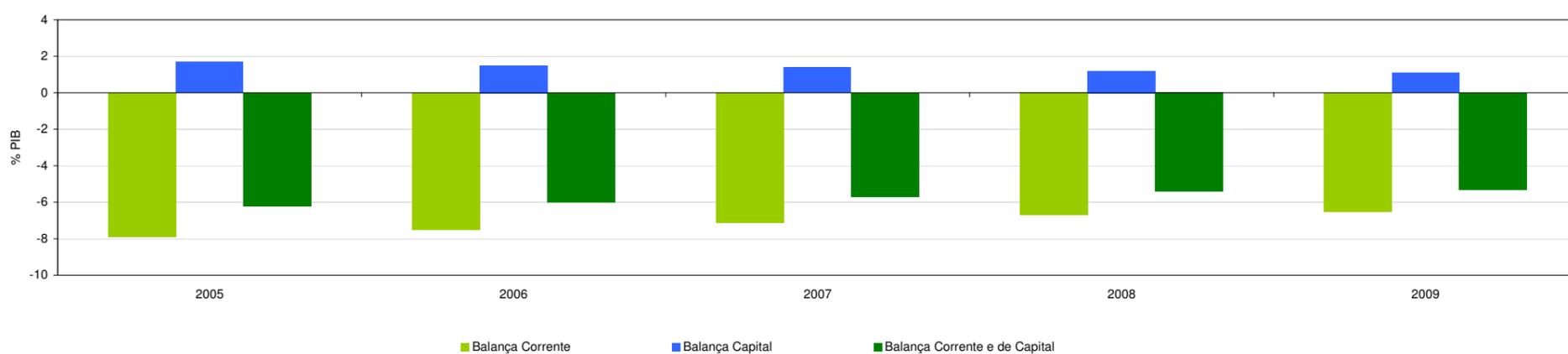
Nota: Estimativa de 2005 e projecção para 2006, 2007, 2008 e 2009.



Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.

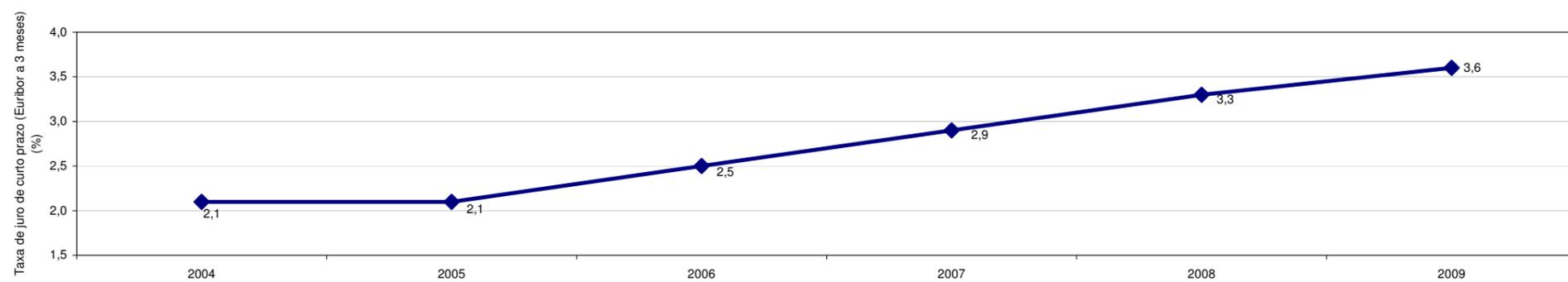


Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.

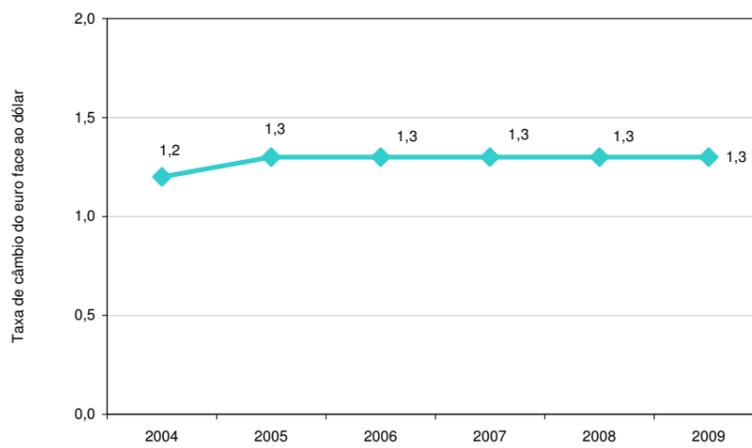
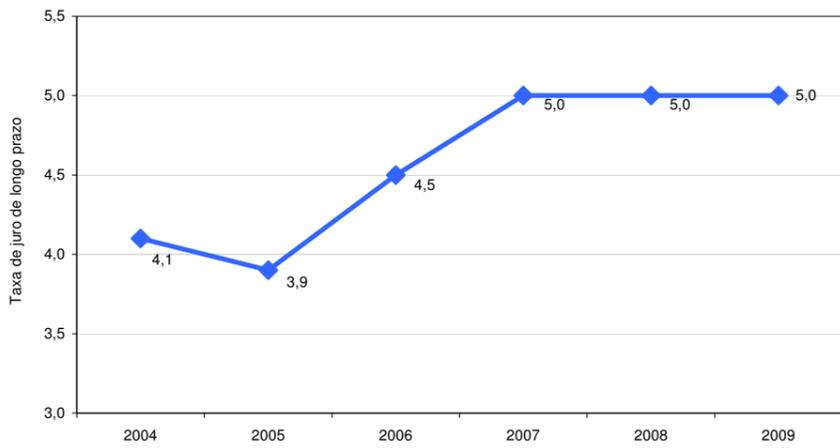


Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.

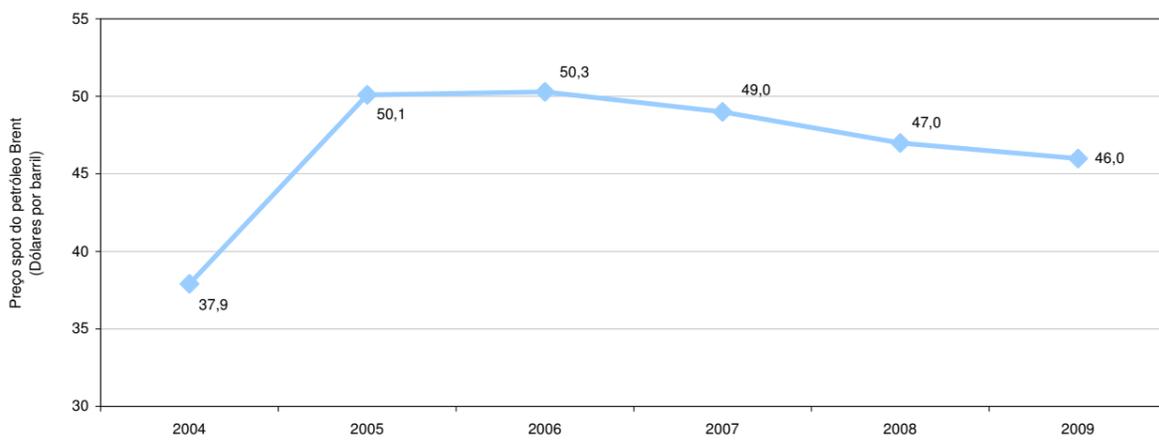
Portugal, principais hipóteses relativas ao enquadramento externo



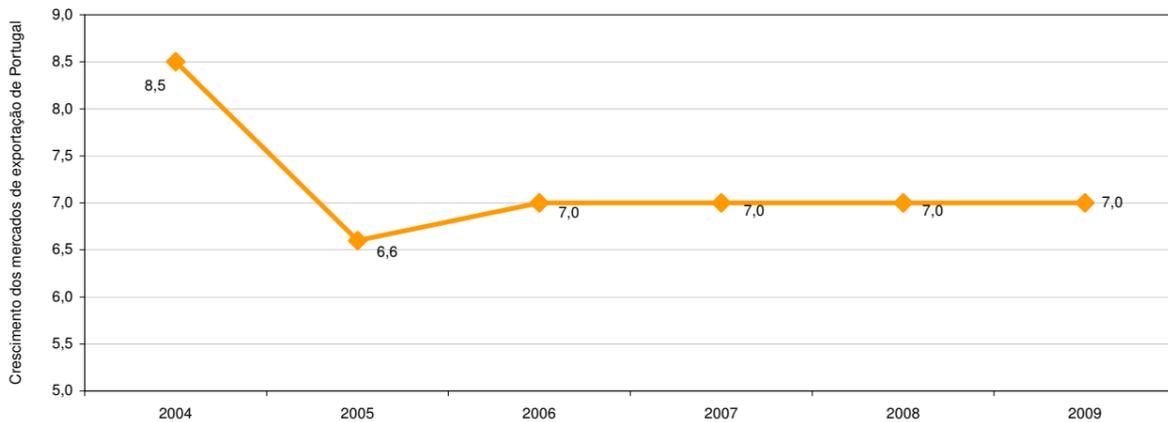
Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.



Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.

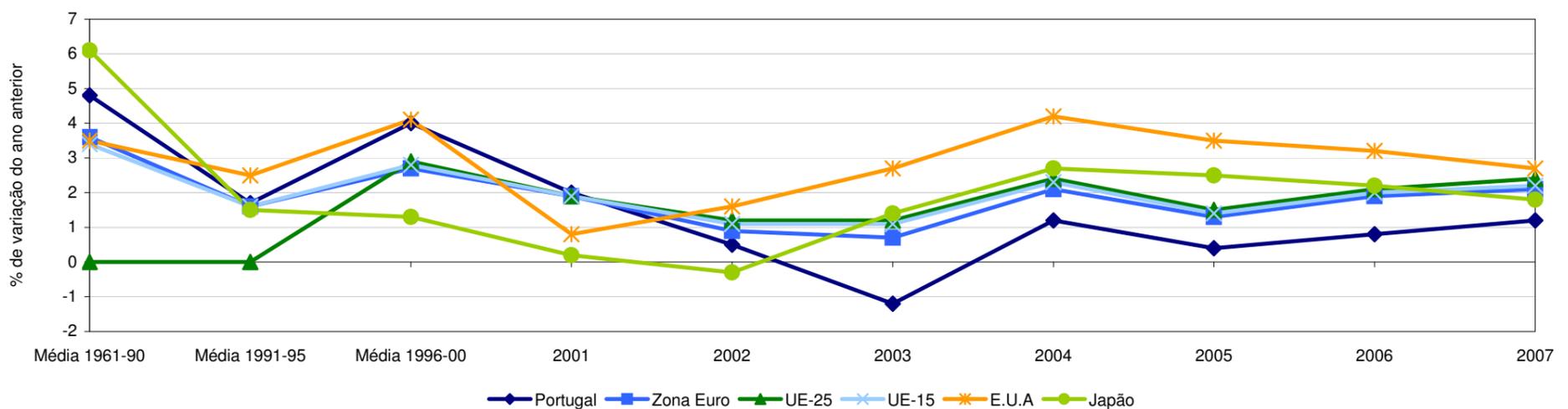


Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.



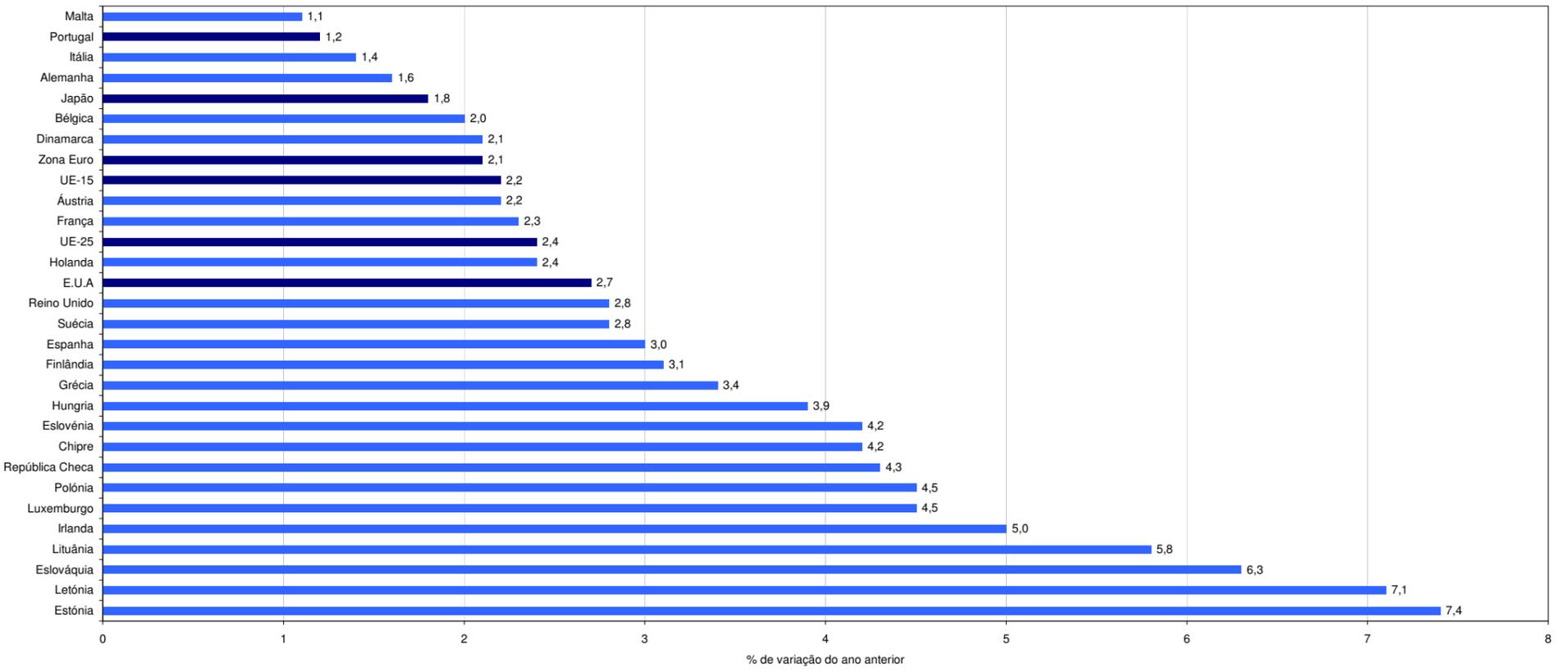
Fonte: Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Julho 2005 in A Economia Portuguesa. Ministério das Finanças. Julho 2005.

PIB, em percentagem de variação do ano anterior



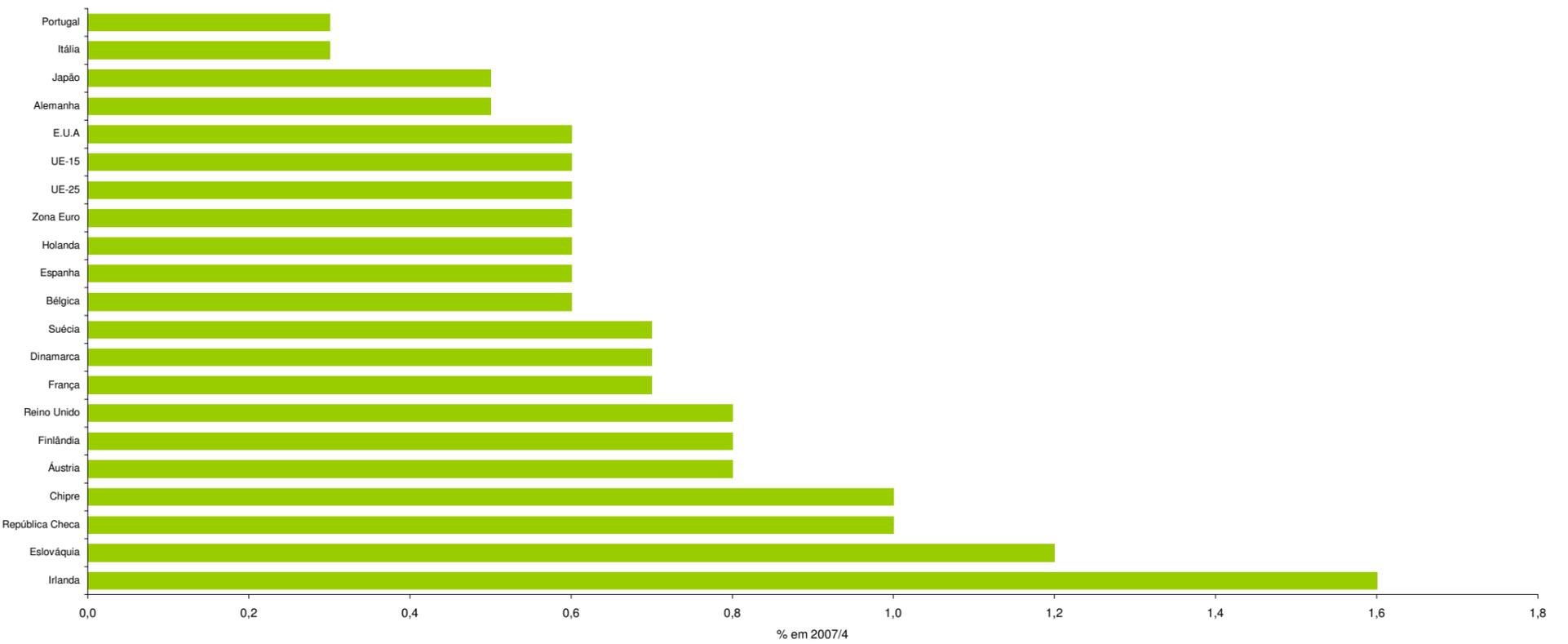
Fonte: European Economy, Economic Forecasts N° 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

2007

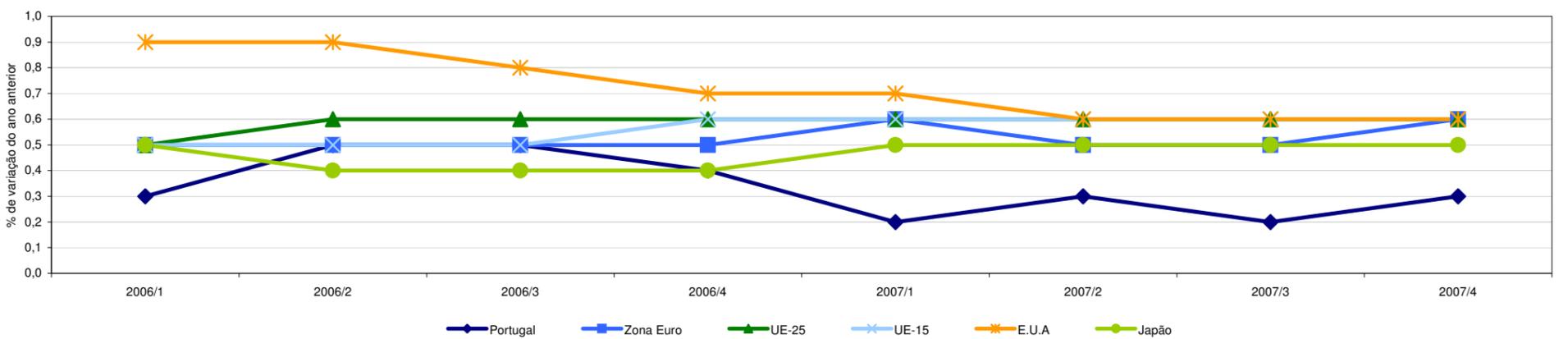


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

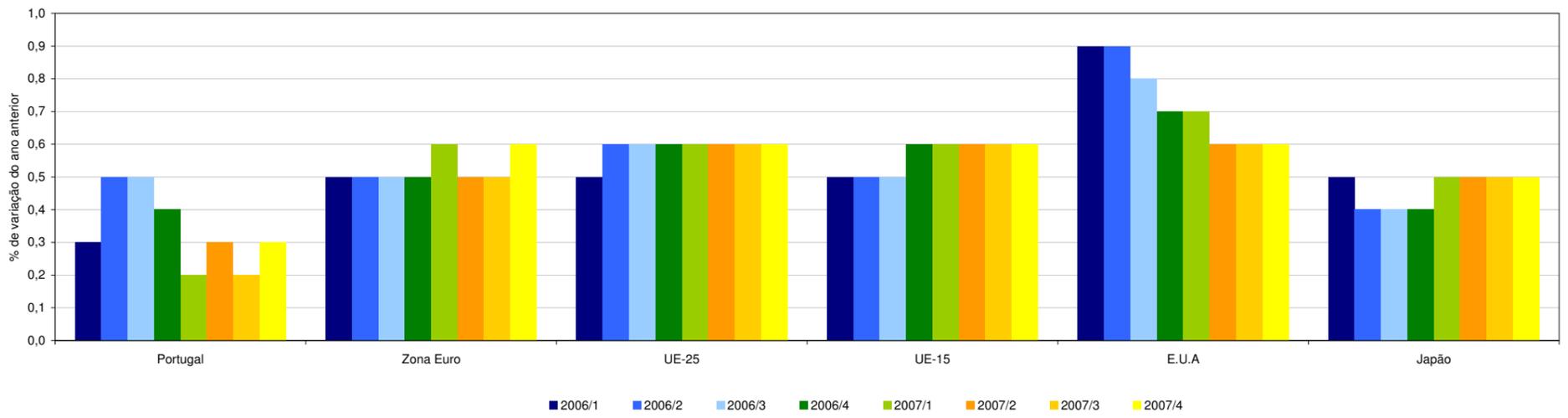
PIB, em percentagem de variação do quadrimestre anterior



Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

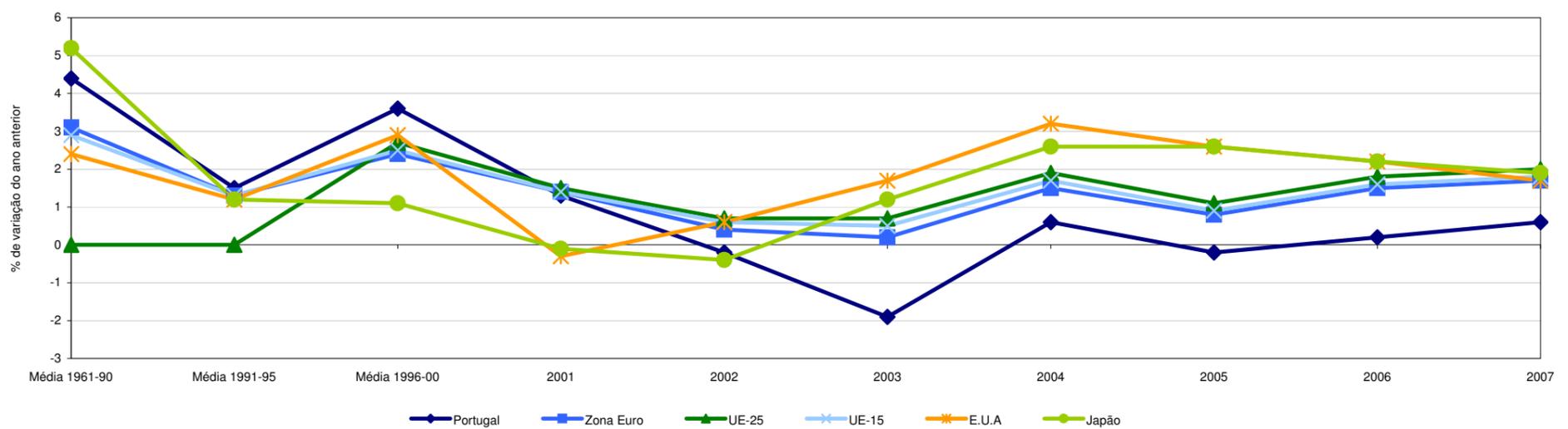


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

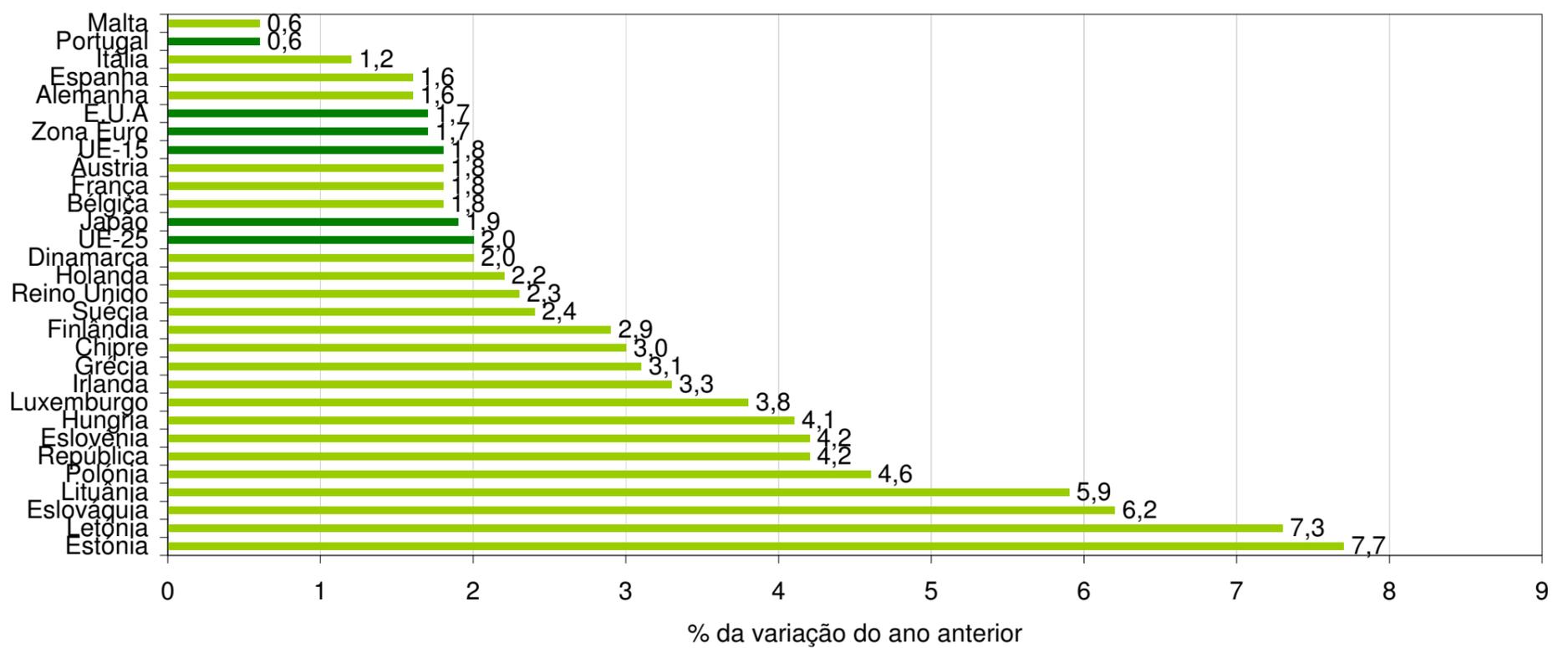


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

PIB per capita

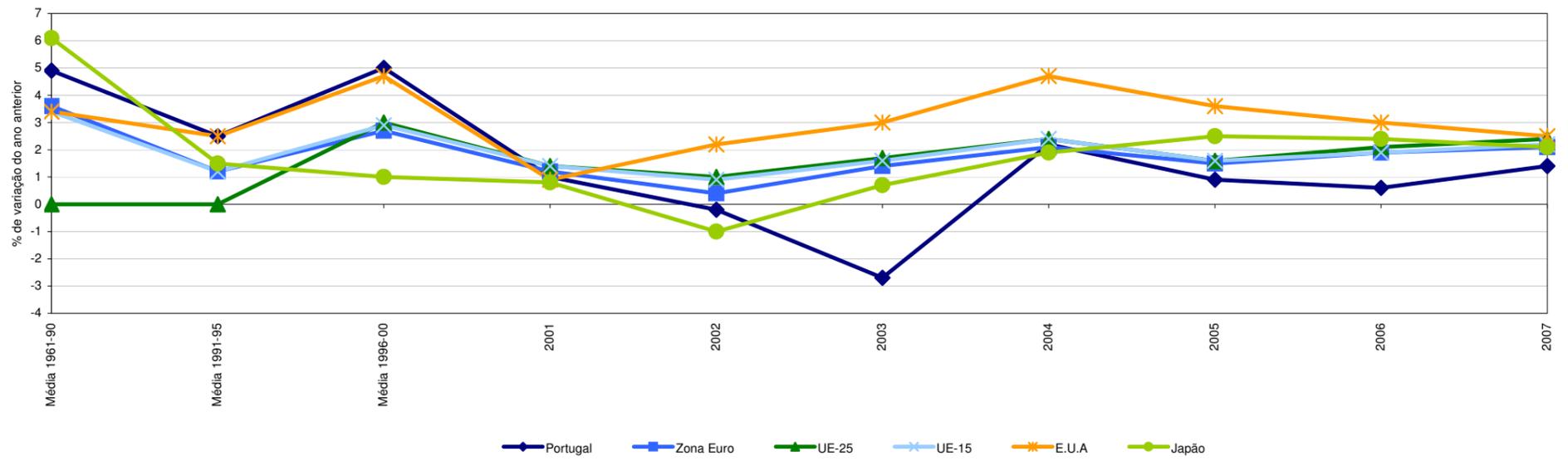


2007

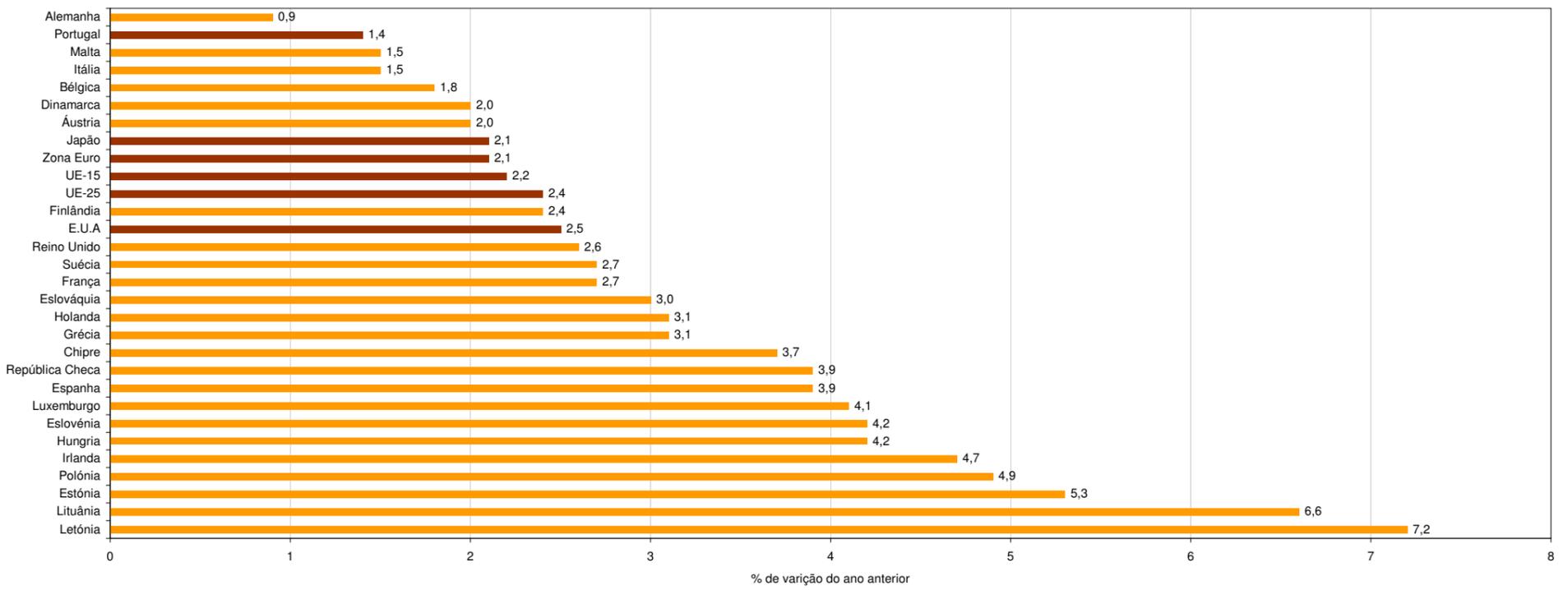


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Procura interna

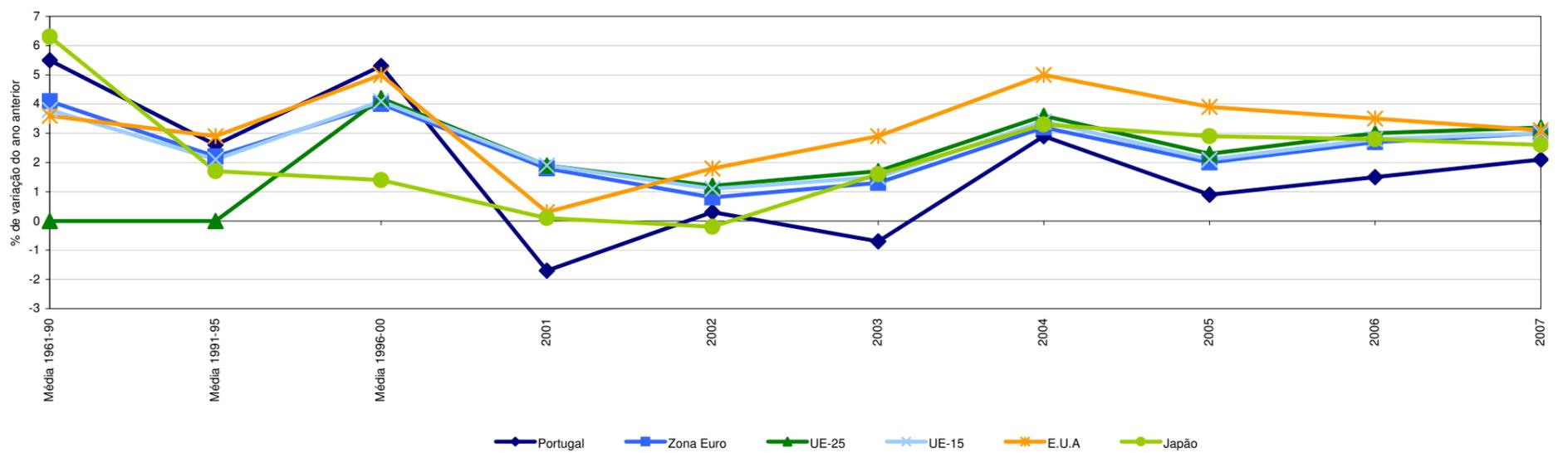


2007

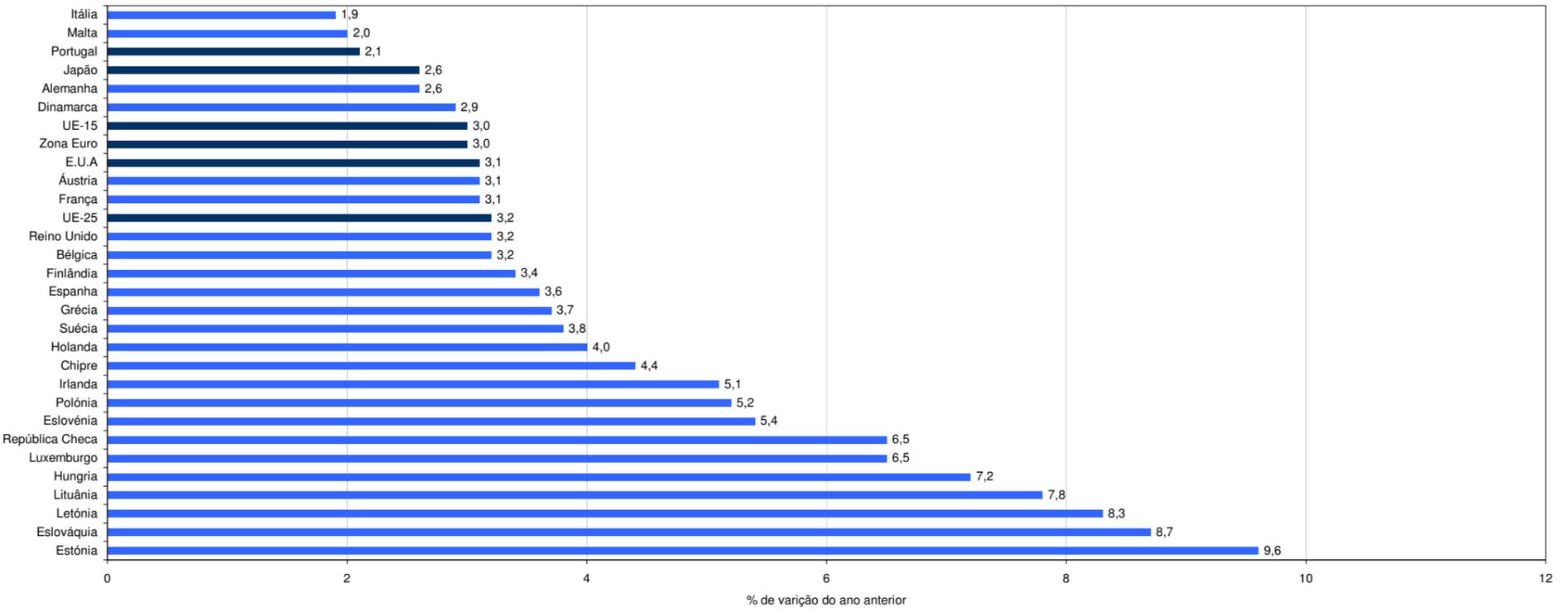


Fonte: European Economy, Economic Forecasts N° 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Procura final

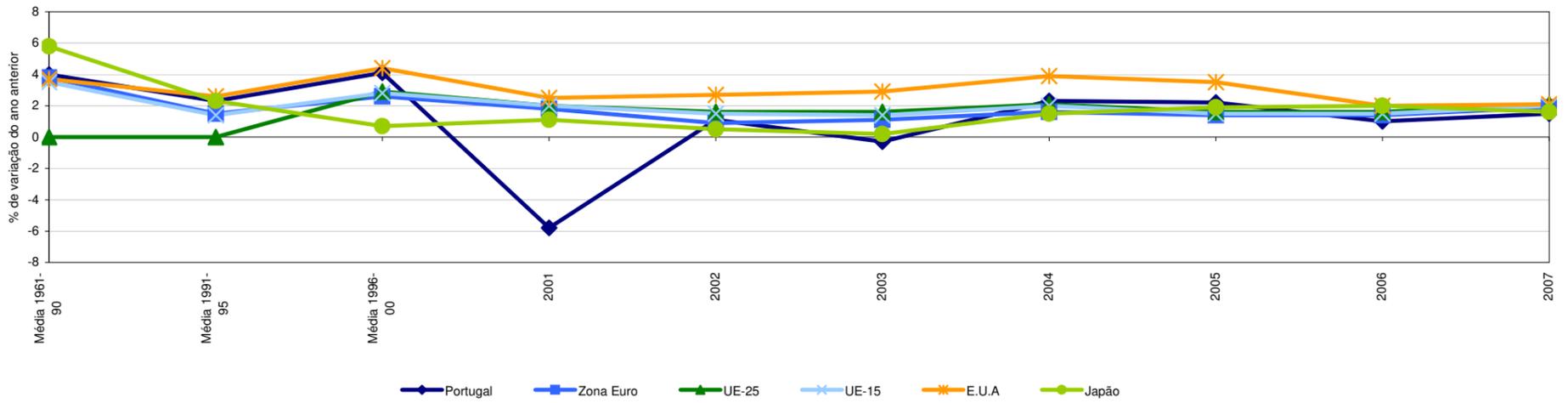


2007

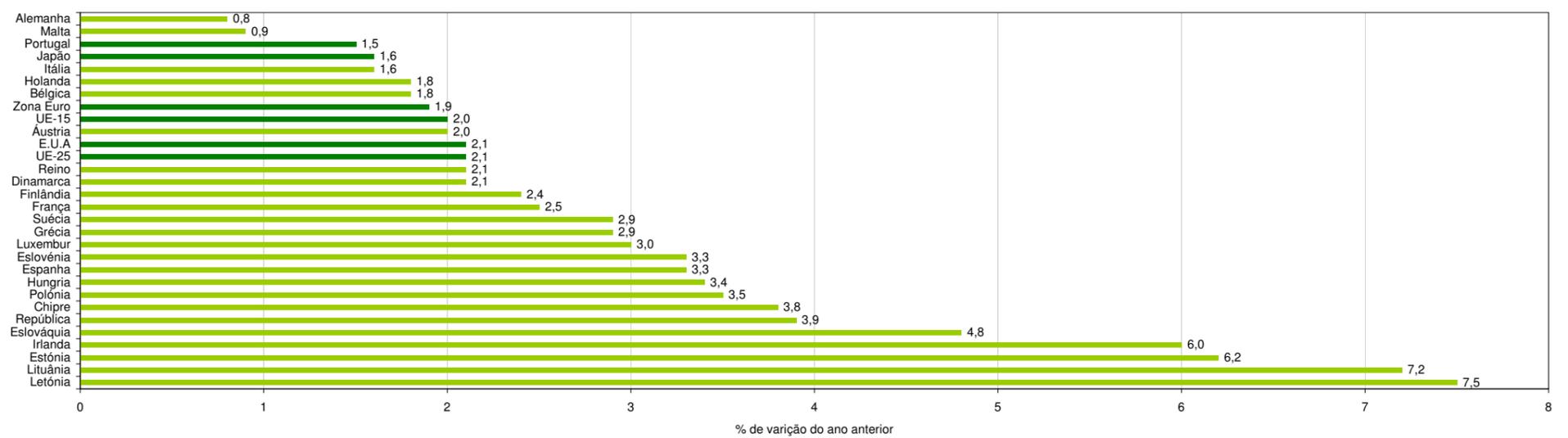


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Consumo privado

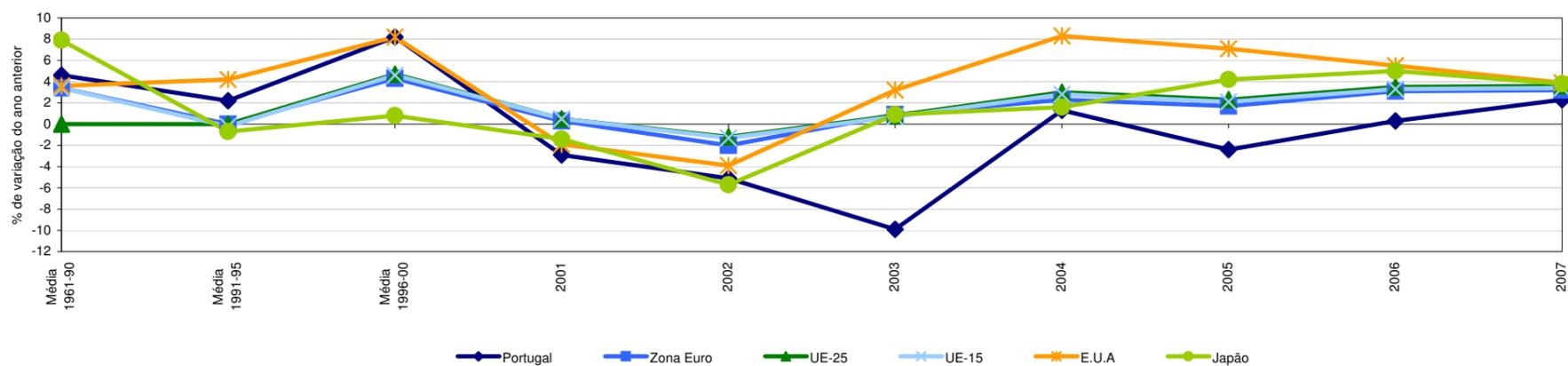


2007

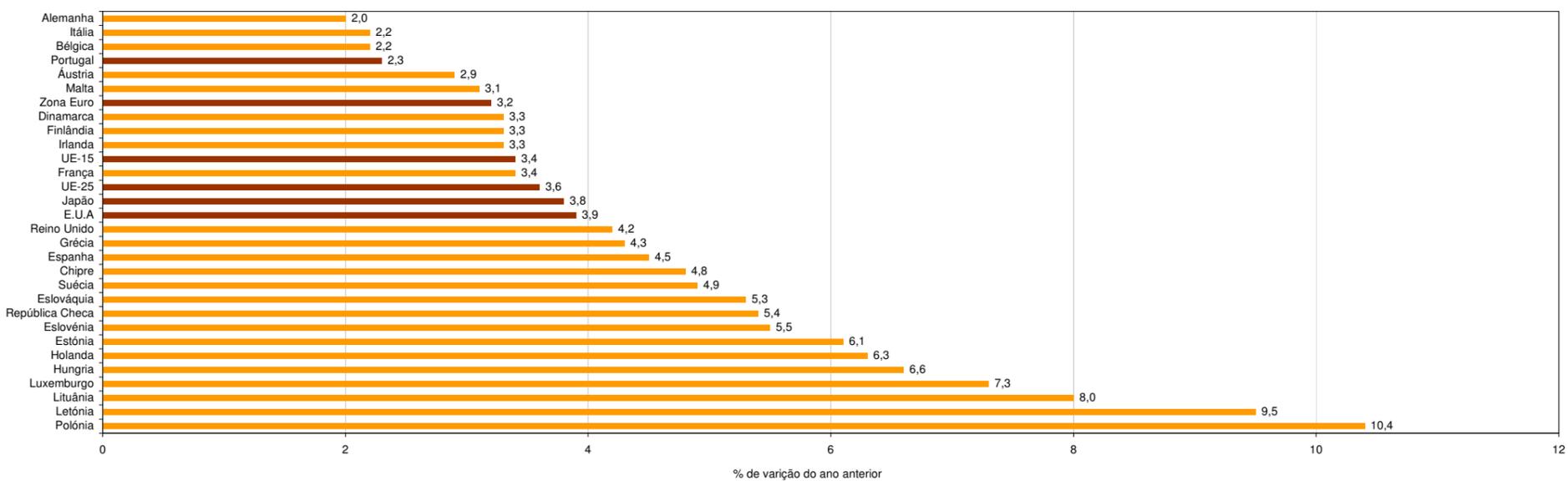


Fonte: European Economy, Economic Forecasts Nº 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

Investimento total

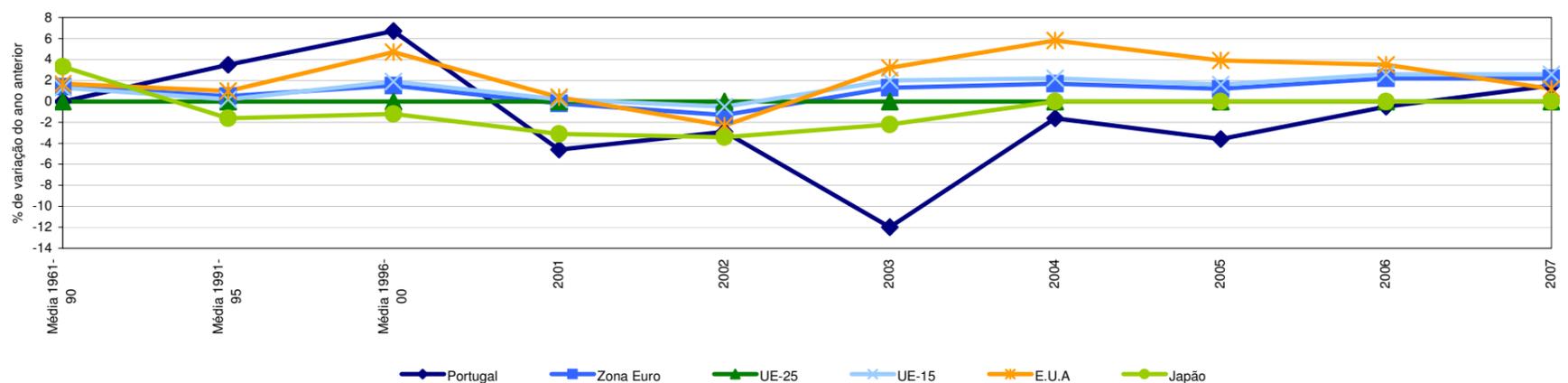


2007

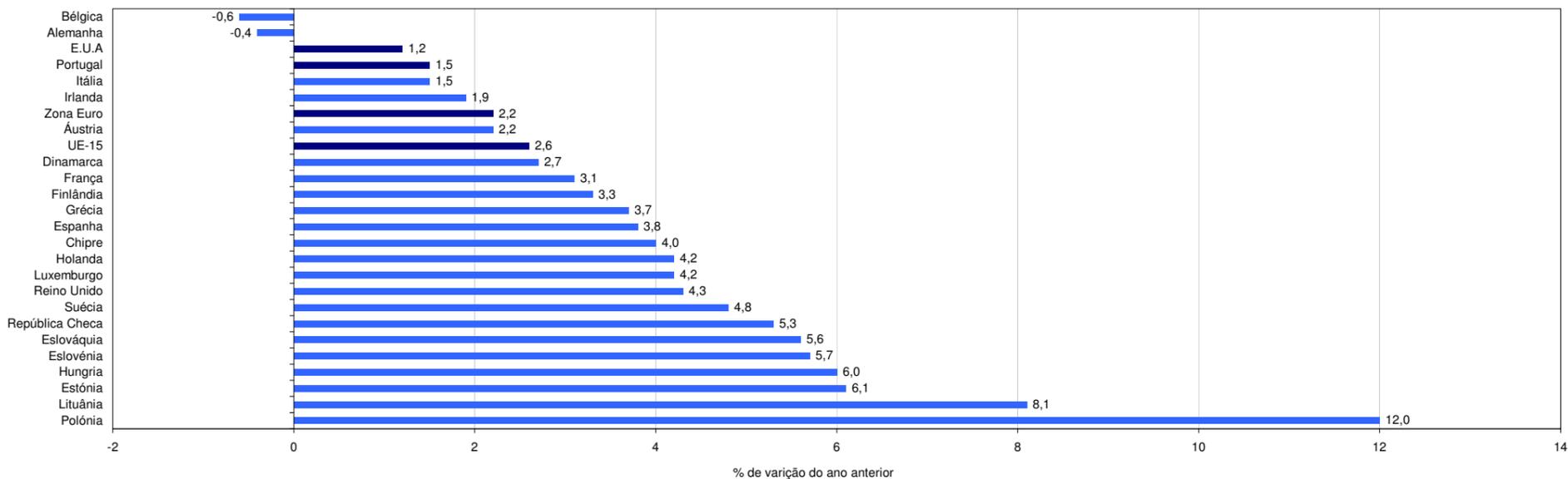


Fonte: European Economy, Economic Forecasts N° 5. 2005, European Commission - Directorate-General for Economic and Financial Affairs.

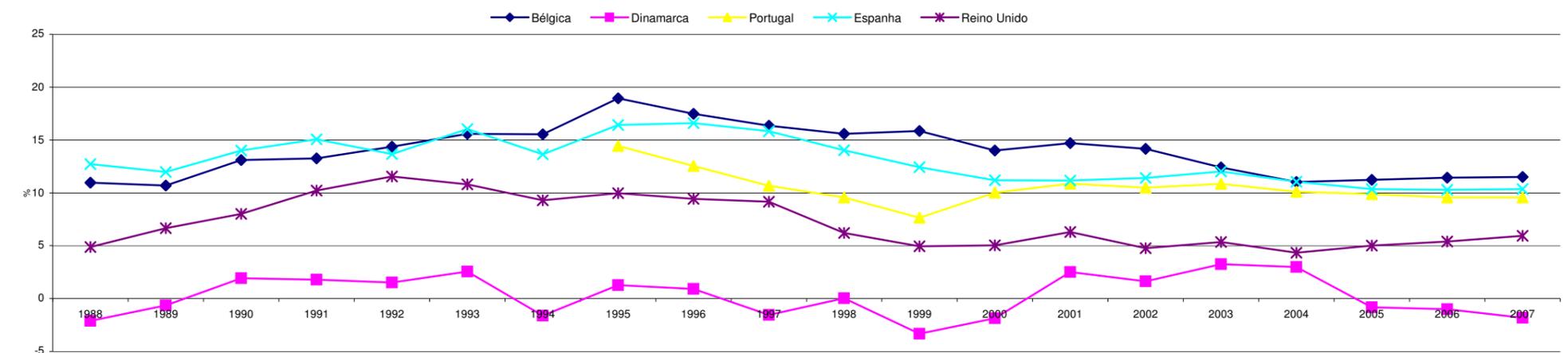
Investimento em construção



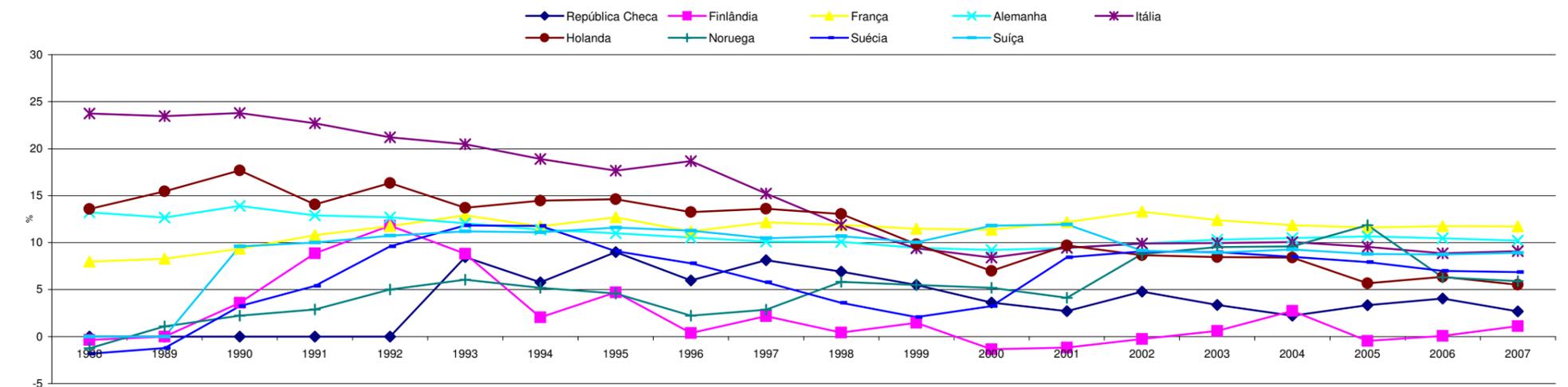
2007



Taxa "Household Saving "



Fonte: OECD Economic Outlook 79 database, 2006.



Fonte: OECD Economic Outlook 79 database, 2006.

12. NOTAS EXPLICATIVAS

Época de construção dos edifícios

Constatou-se existirem algumas discrepâncias entre o recenseamento de 1991 e o recenseamento de 2001 quanto a época de construção dos edifícios nas variáveis “antes de 1919” e “entre 1919 e 1945”, porém confirma-se a informação estatística proveniente do Instituto Nacional de Estatística.

Classes de Crédito Bonificado

As classes de bonificação foram instituídas pelo DL 328-B/86, de 30 de Setembro, alterado pelo DL 349/98, de 11 de Novembro, tendo este, por sua vez, sido alterado e republicado pelo DL 320/2000, de 15 de Dezembro. Os regimes de crédito mencionados, para contratação de novas operações, foram extintos pelo DL 305/203, de 9 de Dezembro, podendo, no entanto, as instituições de crédito conceder empréstimos para transferência de outros já em vigor, nos mesmos regimes, noutra instituição de crédito. As classes de bonificação regem-se, ainda, pela portaria 963/98 de 11 de Novembro.

Cenário baixo

Conjuga as hipóteses de um aumento da esperança média de vida à nascença, alcançando no horizonte 2050, em Portugal, os 79,0 anos para os homens, e 84,7 anos para as mulheres, com a fecundidade em Portugal a reduzir-se para 1,3 crianças por mulher, e, com saldos migratórios externos nulos durante todo o período.

Cenário base

Mantendo valores idênticos para a evolução da esperança média de vida à nascença, considera o aumento gradual da fecundidade para 1,7 crianças por mulher até 2050, em associação com saldos migratórios externos positivos, ainda que moderados, durante todo o período, reduzindo-se dos 65 000 indivíduos por ano em 2001 até aos 10 000 por ano em 2010, mantendo-se este valor até 2050.

Cenário elevado

Mantendo valores idênticos para a evolução da esperança média de vida à nascença, associa a hipótese de a fecundidade aumentar em Portugal para valores próximos das 2 crianças por mulher em 2050, com saldos migratórios externos semelhantes aos do cenário base.

SÍNTESE METODOLÓGICA

Na construção das actuais projecções adoptou-se o método das componentes, procedendo-se a uma contínua actualização dos efectivos populacionais, de acordo com as hipóteses fixadas em cada uma das componentes: Fecundidade, Mortalidade e Migrações. Este método viabiliza uma análise prospectiva de cada uma das variáveis através de cenários que incorporam não apenas os determinismos do passado como também parâmetros possíveis de evolução, bem como a observação dos seus impactos. O método baseia-se na equação de concordância da demografia:

$$P_{t+1} = P_t + N_t - O_{t+1} + I_{t+1} - E_{t+1}$$

Assim, e grosso modo, os efectivos populacionais do ano $t+1$ (P_{t+1}) são obtidos a partir dos efectivos do ano t (P_t) a que se adiciona o saldo natural, resultante da diferença entre os nados vivos (N_{t+1}) e os óbitos (O_{t+1}) ocorridos durante o ano

$t+1$, e o saldo migratório, resultado da diferença entre imigrantes (I_{t+1}) e emigrantes (E_{t+1}) durante o ano $t+1$. A equação pode ser resumida como: $P_{t+1} = P_1 + SN_{t+1} + SM_{t+1}$

Adoptaram-se como populações de partida para Portugal e cada NUTS II (2001), a população residente estimada para 31/12/2000, por sexo e grupo etário, resultante do recuo demográfico da população em 12 de Março de 2001 (momento censitário), com base nos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustados das respectivas taxas de cobertura. Relativamente às NUTS II (2002), o procedimento foi idêntico. Foram adoptados os pressupostos admitidos para cada uma das componentes demográficas para as NUTS II (2001) de maior correspondência. Isto é, para o Centro (NUTS 2002) os do Centro (NUTS 2001), para Lisboa os de Lisboa e Vale do Tejo, e, para o Alentejo (NUTS 2002) os do Alentejo (2001), mantendo-se as restantes NUTS sem alteração.

Fecundidade

Para calcular o total de nascimentos ocorridos em cada ano, aplicaram-se as taxas de fecundidade específicas por grupos etários, projectadas anualmente até 2050, às correspondentes populações médias femininas em idade fecunda (dos 15 aos 49 anos de idade). Os nados vivos foram repartidos de acordo com um *rácio* de masculinidade e feminilidade à nascença (1,06 e 0,94 respectivamente). As taxas de fecundidade específicas a que foram submetidas as populações médias femininas de cada grupo etário considerado, foram projectadas com base na evolução prevista do **Índice Sintético de Fecundidade**, variável com elevado grau de incerteza associado.

13. Abreviaturas

CO ₂	Dióxido de carbono
H	Homem
ha	Hectare
hab.	Habitantes
I&C	Informação e Comunicação
I&D/I+D	Investigação e Desenvolvimento
IORF	Índice de Rendimento de Obrigações de Taxa Fixa
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
ISFLSF	Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias
IT	Informação Tecnológica
km's	Quilómetros
km ²	Quilómetro quadrado
M	Mulher
m ²	Metros quadrados
m ³	Metros cúbicos
min.	Minutos
N.º	Número de unidades
n. apl.	Não aplicável
n. apur.	Não apurado
n.d.	Não disponível
NUTS II	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível 2
NUTS III	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, nível 3
PIB	Produto Interno Bruto
ppc	Paridades de poder de compra
prod.	Produtos
t	Tonelada métrica
UE-15	União Europeia a 15 Estados Membros
UE-25	União Europeia a 25 Estados Membros, desde 1 de Maio 2004
VABcf	Valor Acrescentado Bruto a custo de factores
VH	Variação Homóloga
%	Percentagem
‰	Permilagem
€	Euro
<	Menor que
>	Maior ou igual
x	Dado não disponível

Países		
Alemanha	D	
Áustria	A	
Bélgica	B	
Chipre	CY	
Dinamarca	DK	
Eslováquia	SK	
Eslovénia	SI	
Espanha	E	
Estónia	EE	
França	F	
Finlândia	FIN	
Grécia	EL	
Holanda	NL	
Hungria	HU	
Itália	I	
Irlanda	IRL	
Letónia	LV	
Lituânia	LT	
Luxemburgo	L	
Malta	MT	
Polónia	PL	
Portugal	P	
Reino Unido	UK	
República Checa	CZ	
Suécia	S	
Estados Unidos	US	
Estados Unidos da América		USA
Japão	JP	

Instituições e organismos

BCE	Banco Central Europeu
BP	Banco de Portugal
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DGEP	Direcção-Geral de Estudos e Previsão
DGO	Direcção-Geral do Orçamento
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direcção-Geral do Turismo
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IGCP	Instituto de Gestão de Crédito Público
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
MFAP	Ministério das Finanças e Administração Pública
MSST	Ministério da Segurança Social e do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento
UEM	União Económica Monetária